

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Estado, Autoridades Tradicionais e Processos Políticos no  
Gana “Pós-Colonial”: O caso da Região Ashanti**

VITOR ALEXANDRE ANTUNES LOURENÇO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor José Fialho Feliciano, Professor Associado com Agregação Aposentado do  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

MAIO, 2017



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Estado, Autoridades Tradicionais e Processos Políticos no  
Gana “Pós-Colonial”: O caso da Região Ashanti**

VITOR ALEXANDRE ANTUNES LOURENÇO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutor em Estudos Africanos

Júri:

Doutor Jorge Freitas Branco, Professor Catedrático do ISCTE-Instituto Universitário  
de Lisboa

Doutor José Carlos Venâncio, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior

Doutor Rui Alberto Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e  
Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Fernando Pereira Florêncio, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e  
Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Eduardo Costa Dias, Professor Auxiliar Jubilado do ISCTE-Instituto  
Universitário de Lisboa

Doutor José Fialho Feliciano, Professor Associado com Agregação Aposentado do  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

MAIO, 2017



AOS MEUS AVÓS.

AOS MEUS PAIS.

À GEÓRGEA.

À BEATRIZ.

À FRANCISCA.

PELA ARTE DO *ENCONTRO*.



Esta tese foi financiada pela  
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA |  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR  
através da concessão de uma Bolsa de Doutorado  
SFRH | BD | 61268 | 2009.





O texto vertido na presente tese de Doutorado  
respeita as normas ortográficas constantes no  
ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, de 1945,  
(Decreto N.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945).



## AGRADECIMENTOS

Havia terminado. O desassossego tomou-me de assalto. A leveza da consumação não se conseguia hastear perante o fardo da lassidão. Depois de tão submerso, apneico e, não raras vezes, naufragado mergulho, reivindicava para mim mesmo uma “corsária”, porém “bussolar” navegação pelas latitudes de um (des)conhecido “vazio ocupado”. Ocupado por memórias incrustadas em bolhas de palavras, olhares, sorrisos, silêncios, cumplicidades, sensibilidades, embargos, e, sobretudo, de indeléveis sussurros, que *incorporaram* em mim, o *habitus* de que quando queremos (e, naturalmente, nos esforçamos), conseguimos sempre ancorar o menor sonho ao sonho maior. Que dizer? Que transmitir? Como agradecer? Tão-pouco sei. Sei apenas o que um dia li: que as palavras, tal como a água, são condutoras privilegiadas de um magnetismo que nos aproxima. E, é com líquidas palavras que vos quero transmitir a nascente, as margens e a foz do meu penhorado e imperecível agradecimento.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia agradeço a atribuição de uma bolsa de Doutoramento, sem a qual esta tese não teria sido possível realizar. Ao, já extinto, Centro de Estudos Africanos (CEA) do ISCTE-IUL e, ao Centro de Estudos Internacionais (CEI) do ISCTE-IUL, enquanto Unidades de Investigação, as quais apoiaram e possibilitaram o desenvolvimento da componente *pesquisa de terreno* deste projecto/trabalho de investigação, bem como ainda, ao Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, cujo acolhimento institucional e admissão científica, permitiram o prólogo e o epílogo desta tese de Doutoramento.

Ao orientador deste Doutoramento, Professor Doutor José Fialho Feliciano, *Mestre* de um percurso já remotamente iniciado, que sempre me apoiou e me fez signatário de uma confiança pessoal e académica da qual (por vezes) não me senti merecedor. A minha gratidão é ilimitada pelo empenho, rigor e motivação, que sábia e generosamente me transmitiu no decurso deste (doloroso) processo científico e, não poderei nunca esquecer, o seu decisivo contributo para o meu iniciático “fazer de malas” para os longínquos “ângulos” geográficos que acolhem as “gentes” e as “terras” africanas.

Ao Professor Doutor Eduardo Costa Dias, uma palavra de profundo agradecimento académico, pela originalidade, pertinência e profundidade heurística do *savoir-faire* científico que me transmitiu nas suas aulas do Programa Doutoral e, ainda, de escorada amizade pessoal, pelo incedível apoio, solicitude e eficiência com que sempre respondeu aos necessários trâmites burocráticos e institucionais exigidos, quer pelo Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, quer pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Ao Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer, pela metódica e sábia instigação de avançarmos no estudo de “terrenos outros”, que não somente aqueles que nos são científica e/ou historicamente próximos.

Ao Professor Doutor Fernando Florêncio, à Professora Clara Carvalho, ao Professor Doutor Carlos Miguel Ferreira, ao Professor Doutor Manuel Serafim Pinto e à Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias, por serem verdadeiros *compagnons de route* de tantas (e tantas) histórias de intensas vivências pessoais e de compartilhadas “dores” e motivações científicas.

Ao Mário Fernandes, por me revelar que uma conversa serve uma vida e, por me mostrar que um abraço cumpre um futuro.

À Fernanda Alvim, por me devolver sempre a amizade e me demonstrar que a mesma resiste às marcas das ausências e das distâncias. À Ilda Ferreira, pela sua assídua simpatia e pela sua infinita “paciência administrativa” para lidar com as minhas, sempre presentes (e, recorrentes), “inquietações” regulamentares.

Ao João Dias, à Marta Patrício e ao Miguel Mouga, resilientes incentivadores que nunca deixaram esmorecer o fluxo e a intensidade da sua amizade, da sua solidariedade e da sua camaradagem. Esta última tantas vezes revelada – sobretudo, aquando em momentos de acuminada “astenia científica” me encelava – ao me rebocarem para os degustativos petiscos à base de “saladinhas”, que o *rôtisseur* Fernandinho cegamente nos servia.

Aos “brothers” de “consanguinidade social” e, gentes outras de relevo primeiro (informantes privilegiados, “auxiliares de terreno” e intérpretes, que serão citados ao longo da tese), que fraternamente me acolheram nas *práticas* das suas *existências* pessoais, sociais, políticas e simbólicas, permitindo que as exaustivas *pesquisas de terreno* realizadas no Gana, tivessem sempre um confortável pedaço de terra firme, por detrás de cada onda.

Ao “desalfabético” genérico dos *constantemente* ventos ventantes desta jornada de descoberta(s): Eugénio Nunes | João Rôlo | António Rôlo | Rui Pedro Antunes | João Antunes | Fernanda Antunes | Lucinda de Carvalho | Jorge da Luz | Deusa Delgado | Jaime Delgado | Cecília Delgado | Gorete Delgado | Carolina Gomes | Laura Sousa | Bruno Daniel | Tiago Ribeiro | Ingrid Conceição | Georgina Ginja | Pedro Castanha | Magda Vilela | Dora Mendes | Gefra Fulane | Samuel Jackson | Solomon Ampadu | Mark Anthony | Dorcas Amegashitsi | John Amegashitsi | Beatrice Agbomadzi | Claude Ewa | Daniel Kofi | Fred Larbi | Godfred Atta-Mills | Alex Adumouh | Gabriel Geker | Herbert Antor | Mame Hawa | Samsow Tetteh, à restante família de Portugal, de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau, entre tantos outros: todos, sem exceção, foram *autênticas* Estrelas do Norte de uma rota velejada durante nove intensos anos e, na qual,

o processo de investigação nas suas distintas e empedernidas fases, se (con)fundiu, assiduamente, com o resto da minha vida.

Ao avô Manuel, à avó Maria, ao avô Tomáz, à avó Conceição, por marcarem as minhas mãos com a *poeira das estrelas* e, os meus olhos, com as *veredas do arco-íris*.

À Geórgia, por me ensinar que através das nossas utopias podemos *pigmentar* a realidade, e por me mostrar que através dos elementos do “real” podemos *desenhar* um equânime “mundo novo”. Em suma, agradeço-lhe, por ser SEMPRE, *um (o meu) olhar no horizonte*.

À Beatriz, por me revelar que os (verdadeiros) sentimentos também fazem parte dos *códigos do silêncio*. Mais: o amor não é *sangue*, amor é o *cuidar* de todos os dias.

À Maria Francisca: “*quando te vi, amei-te já muito antes. Tornei a achar-te quando te encontrei*”.

Finalmente, uma nota afectiva de gratidão incondicional para a vela mestra e para a roda de leme da minha vida – a MÃE Delminda e o PAI José – por terem sempre navegado comigo. Por me mostrarem e me fazerem sentir, o seu olhar de partida, o seu sorriso de interlúdio e o seu abraço de chegada, quando em águas profundas me *acontecia* perder. Lamento cada um dos momentos que não lhes pude dedicar ao longo destes últimos anos. No entanto, espero agora iniciar uma nova expedição, na qual possamos aproveitar ainda melhor os momentos sempre intensos e de singular *ENCONTRO* que até hoje temos vivido. É (foi) para vós esta viagem.

A TODOS, MUITO OBRIGADO/ME DA MO ASE.



## **RESUMO E PALAVRAS-CHAVE**

**RESUMO** | A presente investigação desenvolve-se em torno da temática das relações políticas tecidas entre o Estado ganês e as Autoridade Tradicionais Asante, em contexto “pós-colonial”, na região Ashanti. O propósito científico desta tese, consubstancia-se na demonstração da existência de uma governação política dualista nesta região do Gana, promovida por legitimações políticas procedentes de duas matrizes político-culturais historicamente diferenciadas: a primeira, escora-se no moderno sistema político do Estado ganês, cuja legitimidade assenta, sobretudo, num aparelho burocrático-racional que deriva do primado das normas jurídicas e dos preceitos constitucionais. A segunda, funda-se no tradicional sistema político Asante, no qual a “produção do político” e os códigos simbólicos do sagrado constituem um todo coerente e indissolúvel. Neste sentido, a coexistência de lógicas legitimadoras antagónicas, “abre a porta” a uma situação política concorrencial mais ou menos velada: se as bases da legitimidade política do Estado ganês e das Autoridades Tradicionais Asante não são as mesmas, então ambas as partes podem defender que a sua autoridade política é legítima sem recorrer à negação da legitimidade política da outra parte, limitando-se a reivindicar que ela se exerce numa esfera distinta da sua. Com ou sem esferas de atuação separadas, o facto é que estes agentes políticos posicionam-se relacionalmente no campo político da região Ashanti. Pelo que, em termos práticos, se encontram desde o período colonial em permanente relação política, competindo, cooperando ou interdependendo entre si, em função das espécies de capital de que dispõem e das estratégias políticas que convocam em determinada conjuntura histórico-política, “institucionalizando” assim um paradoxo político que edificou uma dualidade política na governação, perdurante até aos dias de hoje.

**PALAVRAS-CHAVE** | Estado “pós-colonial”, Autoridades Tradicionais, Campo Político, Gana, Asante.





**ABSTRACT** | The current research work addresses the subject of the political relations established between the Ghanaian State and the Asante Traditional Authorities, in a “post-colonial” context, in the Ashanti region. The scientific purpose of this thesis lays on the demonstration of the existence of a dualistic system of political governance in this region of Ghana, which is promoted through political rationales that derive from two historically differentiated political and cultural matrices: the first, lies in the modern political system of the Ghanaian State, which mainly draws its legitimacy from a bureaucratic and rational apparatus based on the rule of law and on constitutional principles. The second, finds its roots in the traditional Asante political system, where the “production of the political” and the symbolic codes of sacred join together as a coherent and indissoluble whole. In this sense, the coexistence of opposing logics of legitimacy allows for a more or less overtly competitive political situation: as the Ghanaian State and the Asante Traditional Authorities do not draw their political legitimacy from the same bases, both are able to assert the legitimacy of their own political authority without having to deny the political legitimacy of one another, merely claiming that each of them exerts its authority in its own separate sphere. With or without separate domains of action, these political agents undoubtedly operate in a relational way within the political field of the Ashanti region. Therefore, from a practical point of view, they have stood in permanent political relation ever since the colonial period, either competing, cooperating or mutually depending on each other, as a result of the species of capital that they possess and of the political strategies that they resort to in each historical and political period, thus “institutionalising” the political paradox that lies at the source of the political duality that has been present in governance until the present day.

**KEYWORDS** | “Post-colonial” State, Traditional Authorities, Political Field, Ghana, Asante.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>33</b>
1   A causa das coisas: a génese da investigação.....	37
2   Uma barreira invisível: o objecto de estudo.....	40
3   Onde as águas se separam: a problemática .....	46
4   De portas bem abertas: objectivos e contributos .....	53
5   Relações fortes: a estrutura da tese .....	55
<b>PARTE I   A CAIXA DE FERRAMENTAS BÁSICAS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO, “OPERACIONALIZAÇÃO” CONCEPTUAL, FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO 1   NOS OMBROS DE GIGANTES: OS GERADORES DE PRODUÇÃO TEÓRICA EM DEBATE .....</b>	<b>63</b>
1.1   Nos domínios do político na África pré-colonial: das sociedades “segmentárias” às sociedades “estatais” .....	63
1.2   A edificação do Estado colonial em África: das rupturas políticas <i>de jure</i> às continuidades políticas <i>de facto</i> .....	68
1.3   A mudança de paradigma político: do fenómeno político Estado ao factor político Autoridades Tradicionais.....	76
<b>CAPÍTULO 2   DA ÁRVORE CONCEPTUAL: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJECTO DE ESTUDO EM CONTEXTO .....</b>	<b>83</b>
2.1   Das irreduzibilidades ideológicas à cumulatividade científica: o conceito de <i>Estado</i> .....	83
2.2   Do património teórico à realidade empírica: o conceito de <i>Autoridades Tradicionais</i> .....	89
2.3   Dos ângulos de um tripé heurístico: os conceitos de <i>Campo</i> , <i>Habitus</i> e de <i>Capitais</i> .....	96
<b>CAPÍTULO 3   O VECTOR EPISTEMOLÓGICO NA VIGILÂNCIA CRÍTICA DA MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>	<b>103</b>
<b>CAPÍTULO 4   DA PESQUISA EMPÍRICA: PROCESSOS E INSTRUMENTOS DO “SABER-FAZER” METODOLÓGICO.....</b>	<b>120</b>
<b>PARTE II   DAS (RE)CONSTRUÇÕES DO ESTADO À RESILIÊNCIA DOS <i>PARAMOUNT CHIEFS</i> NO GANA: AS TRAJECTÓRIAS RELACIONAIS DE UM PROCESSO HISTÓRICO, POLÍTICO, NORMATIVO E SOCIAL.....</b>	<b>139</b>
<b>CAPÍTULO 1   <i>PARAMOUNT CHIEFS</i> E (RE)PRODUÇÃO DO POLÍTICO EM CONTEXTO PRÉ-COLONIAL NA COLÓNIA DA COSTA DO OURO .....</b>	<b>143</b>
1.1   Formas de organização política em contexto pré-colonial: entre o clã e o Estado.....	143
1.2   Do governo político: entre a organização e os fundamentos do “lugar político” .....	149

<b>CAPÍTULO 2   DA <i>NATIVE JURISDICTION ORDINANCE</i> (1878) AO FIM DA 1.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1966): ENTRE O PRAGMATISMO POLÍTICO E A RETÓRICA IDEOLÓGICA.....</b>	<b>155</b>
2.1   A “construção” do Estado colonial: entre a ilusão da captura e o realismo da ruptura.....	155
2.2   O CPP no aparelho de Estado: a radicalização de um modelo político alienado(r) .....	162
<b>CAPÍTULO 3   DO GOLPE MILITAR DO NLC (1966) AO GOVERNO DO PNDC (1981-1992): ENTRE A RESTAURAÇÃO POLÍTICA E A ASSIMILAÇÃO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>169</b>
3.1   A Constituição de 1969: a salvaguarda constitucional de um renascimento político .....	169
3.2   A Constituição de 1979: a consolidação normativa de um compromisso político.....	176
3.3   O 31 de Dezembro de 1981: dos postulados revolucionários à unidade nacional .....	183
<b>CAPÍTULO 4   DA FORMALIZAÇÃO DA 4.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1992) AO PRESENTE HISTÓRICO: DAS IMPOSIÇÕES EXÓGENAS ÀS DINÂMICAS ENDÓGENAS NA (RE)DEFINIÇÃO DE UM PARADOXO POLÍTICO.....</b>	<b>191</b>
4.1   Um novo paradigma político: os desafios políticos da (re)abertura democrática .....	191
4.2   Da (re)construção do Estado: o processo de (re)legitimação da modernidade.....	201
4.3   Da resiliência dos <i>Paramount Chiefs</i> : o processo de (re)invenção da tradição.....	209
<b>PARTE III   ESTADO GANÊS E <i>OMANHENE ASANTE</i> NO <i>CAMPO POLÍTICO</i> DE EJISU-JUABEN E MAMPONG: DA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS À RECONFIGURAÇÃO DO JOGO POLÍTICO.....</b>	<b>219</b>
<b>CAPÍTULO 1   DOS PRIMEIROS ESTADOS AKAN AO DECLÍNIO DA CONFEDERAÇÃO ASANTE: DOS MITOS DE FUNDAÇÃO AOS FACTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E MILITARES.....</b>	<b>223</b>
1.1   Das origens às migrações dos Akan: quem são e de onde provêm os Akan? .....	223
1.2   Os “alicerces” do modelo político Akan: do parentesco ao culto dos antepassados.....	228
1.3   Da etnogénese à fundação da Confederação Asante: de Asantemanso a Kumase .....	233
1.4   Da ascensão ao declínio da Confederação Asante: de Osei Tutu I a Prempeh I .....	240
<b>CAPÍTULO 2   DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA AOS FUNDAMENTOS DE (RE)PRODUÇÃO IDEOLÓGICA ASANTE: DINÂMICAS SOCIAIS, INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E SISTEMA SIMBÓLICO.....</b>	<b>248</b>
2.1   O princípio e os constituintes geradores da organização social: da linhagem ao Estado .....	248
2.2   Da orgânica constitucional à organização política: estrutura, mecanismos e instituições ....	255
2.3   Das estruturas e práticas rituais do simbólico: o lugar sociopolítico dos espíritos .....	261
2.4   Da legitimidade da Confederação Asante: dos institutos históricos às bases ideológicas ....	267
<b>CAPÍTULO 3   ESTADO(S), <i>OMANHENE ASANTE</i> E <i>CAMPO POLÍTICO</i> NO PERÍODO ENTRE 1902 E 1966: DA GOVERNAÇÃO POLÍTICA DUALISTA À DUALIDADE POLÍTICA NA GOVERNAÇÃO .....</b>	<b>273</b>
3.1   O <i>ethos</i> do Estado colonial: a subsidiariedade enquanto <i>praxis</i> da dominação política .....	273
3.2   Um Estado de “charneira”: as dinâmicas das inclusões sociais e das exclusões políticas ....	280
3.3   O “Estado Nkrumah”: as premissas e os custos políticos de uma ortodoxia ideológica.....	289

<b>CAPÍTULO 4   ESTADO, AMANHENE ASANTE E CAMPO POLÍTICO NO PERÍODO ENTRE 1966 E 1992: DOS COMPROMISSOS POLÍTICOS ÀS ESTRATÉGICAS (INTER)DEPENDÊNCIAS MÚTUAS</b>	<b>297</b>
4.1   Uma “nova ordem política”: a posição do Estado e as “novas” dimensões do político.....	297
4.2   Os “políticos de uniforme”: das descontinuidades militares às continuidades políticas.....	306
4.3   Rawlings e a restauração do Estado: em busca de uma legitimidade política perdida.....	314
<b>CAPÍTULO 5   ESTADO, AMANHENE ASANTE E CAMPO POLÍTICO DE 1992 À ACTUALIDADE POLÍTICA: DAS CONFIGURAÇÕES RELACIONAIS DE UMA LEGITIMIDADE POLÍTICA DIVIDIDA</b>	<b>323</b>
5.1   O processo de “transição democrática” enquanto campo de forças e campo de lutas .....	323
5.2   Estado ganês: da dominação, das espécies de capital e das estratégias de jogo.....	331
5.3   <i>Amanhene</i> Asante: da dominação, das espécies de capital e das estratégias de jogo.....	343
5.4   O processo de “construção” do <i>campo político</i> local: espaço de “assimilação política recíproca”? .....	353
<b>CONCLUSÕES FINAIS &amp; TRILHOS DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>365</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>375</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>413</b>



## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

- FOTOGRAFIA 1** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II e o Tamborete de Ouro sentados no “Lugar de Estado”, no Manhyia Palace [Kumase, 2012].....CDXV
- FOTOGRAFIA 2** | O *Ejisuhene*, Nana Oguakro Afrane Okese IV, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2011].....CDXV
- FOTOGRAFIA 3** | O *Juabenhene*, Nana Okyerefuo Otuo Serebour II (à esquerda), nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2012]. .....CDXVI
- FOTOGRAFIA 4** | O *Mamponghene*, Nana Daasebre Osei Bonsu II, nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2011].....CDXVI
- FOTOGRAFIA 5** | O *Nsutahene*, Nana Adu Agyei Bonsafo III, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2012]..... CDXVII
- FOTOGRAFIA 6** | O *Beposohene*, Nana Boamah Kwabi IV, nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2012]..... CDXVII
- FOTOGRAFIA 7** | O *Kwamanghene*, Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2011]. .....CDXVIII
- FOTOGRAFIA 8** | o ex-Presidente da República do Gana, John Dramani Mahama, apresenta, após a sua vitória nas eleições presidenciais de Dezembro de 2012 (-2016), cumprimentos formais ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2013]. CDXVIII
- FOTOGRAFIA 9** | O ex-Presidente da República do Gana (2009-2012), John Atta Mills (falecido a 24 de Julho de 2012), apresenta, após a sua eleição em Janeiro de 2009, cumprimentos formais ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2009].....CDXIX
- FOTOGRAFIA 10** | O ex-Presidente da República do Gana (2001-2009), John Agyekum Kufour, apresenta cumprimentos ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, durante as celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2007]. .....CDXIX
- FOTOGRAFIA 11** | O ex-Presidente da República do Gana (1979/1981-1993/1993-2001), Jerry John Rawlings, apresenta cumprimentos ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, durante as celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2007]. .....CDXX
- FOTOGRAFIA 12** | O actual Presidente da República do Gana (2016-presente) e, à época (2008), candidato presidencial do NPP, Nana Akufo Addo (à esquerda), apresenta ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, em cerimónia formal, a sua recandidatura às eleições presidenciais de 2012 [Kumase, 2012].....CDXX
- FOTOGRAFIA 13** | O ex-Presidente da República da África do Sul (1999-2008), Thabo Mbeki, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2012].....CDXXI

- FOTOGRAFIA 14** | O ex-Presidente da Alemanha (2004-2010), Horst Köhler, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2012]. .....CDXXI
- FOTOGRAFIA 15** | O Príncipe da Coroa Holandesa, Willem-Alexander, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2002]. ..... CDXXII
- FOTOGRAFIA 16** | O ex-Presidente do Banco Mundial (2005-2007), Paul Wolfowitz, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2007]. ..... CDXXII
- FOTOGRAFIA 17** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, é recebido com honras de Estado, pelo Presidente Shimon Peres, durante uma visita de diplomacia económica a Israel [Jerusalém, 2012]. ..... CDXXIII
- FOTOGRAFIA 18** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, é recebido no Palácio Presidencial pelo Presidente Jakaya Kikwete, durante uma visita de diplomacia económica à Tanzânia [Dar es Salaam, 2011]. ..... CDXXIII
- FOTOGRAFIA 19** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, enquanto convidado de honra, a proferir o discurso de abertura da *2<sup>nd</sup> Norwegian-African Business Summit* [Oslo, 2012]. .....CDXXIV
- FOTOGRAFIA 20** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, recebe pelas mãos de Sir John Carte, o Doutoramento *Honoris Causa* que lhe foi outorgado pela *London Metropolitan University* [Londres , 2006]. .....CDXXIV



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>   A hierarquia política e administrativa Asante.....	CDXXV
<b>FIGURA 2</b>   A estrutura simbólica, política e social Asante.....	CDXXVI
<b>FIGURA 3</b>   A composição e a disposição do <i>Asantemanhyiamu</i> . ....	CDXXVII
<b>FIGURA 4</b>   A composição e a disposição do exército Asante.....	CDXXVIII
<b>FIGURA 5</b>   O calendário Akan. ....	CDXXVIII



## ÍNDICE DE MAPAS

<b>MAPA 1</b>   O Gana atual [com localização dos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong]. .....	CDXXIX
<b>MAPA 2</b>   As áreas geográficas ocupadas pelos primeiros clãs matrilineares Akan.....	CDXXX
<b>MAPA 3</b>   O <i>Asanteman</i> e os principais movimentos de expansão [séc. XVIII]. .....	CDXXXI
<b>MAPA 4</b>   As regiões geo-políticas Asante.....	CDXXXI
<b>MAPA 5</b>   O <i>Asanteman</i> e os Estados limítrofes [séc. XIX]. .....	CDXXXII



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

### A |

**ACC** | Asante Confederacy Council

**AE** | Aditamento à Entrevista

**ADIs** | Agências de Doadores Internacionais

**AFDC** | Armed Forces Defense Committee

**AFRC** | Armed Forces Revolutionary Council

**AR** | Ashanti Region

**ARC** | Ashanti Regional Coordination

**ARHC** | Ashanti Regional House of Chiefs

### B |

**BL/UG** | Balme Library/University of Ghana

**BTC** | Beposo Traditional Council

### C |

**CBRDP** | Community-Based Rural Development Project

**CDD** | Ghana Centre for Democratic Development

**CEDEP** | Centre for the Development of People

**CEA/IUL** | Centro de Estudos Africanos/Instituto Universitário de Lisboa

**CGDP** | Chieftaincy, Governance and Development Project

**CIKOD** | Centre for Indigenous Knowledge and Organizational Development

**CNC** | Centre for National Culture

**CPP** | Convention People's Party

**CRADA** | Children Research for Action & Development Agency

### D |

**DEA** | Dutch Embassy in Accra

**DFP** | Democratic Freedom Party

**DPP** | Democratic People's Party

### E |

**ECG** | Electoral Commission of Ghana

**EJEC** | Ejisu-Juaben Electoral Constituency

**EJME** | Ejisu-Juaben Municipal Executive

**EJMA** | Ejisu-Juaben Municipal Assembly

**EP** | Egle Party (Every Ghanaian Living Everywhere)

**EPE** | Estrutura Política Estatal

**EPT** | Estrutura Política Tradicional

**ETC** | Ejisu Traditional Council

### F |

**FCT** | Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**FEA** | French Embassy in Accra

**FES** | Friedrich Ebert Stiftung

**FF** | Ford Foundation

**FL/UG** | Faculty of Law/University of Ghana

**FSS-DS/UG** | Faculty of Social Studies - Department of Sociology/University of Ghana

**FSS-DH/UG** | Faculty of Social Studies - Department of History/University of Ghana

**FSS-DGRD/UG** | Faculty of Social Studies - Department of Geography and Resource Development/University of Ghana

**FSS-DPS/UG** | Faculty of Social Studies - Department of Political Science/University of Ghana

**G** |

**GARHC** | Greater Accra Regional House of Chiefs

**GCPP** | Great Consolidated Popular Party

**GCYC** | Gold Coast Youth Conference

**GDRP** | Ghana Democratic Republican Party

**GEA** | German Embassy in Accra

**GFP** | Ghana Freedom Party

**GNP** | Ghana National Party

**GRCS** | Ghana Red Cross Society

**GSS** | Ghana Statistical Services

**H** |

**HA** | Health Alliance

**I** |

**IAS/UG** | Institute of African Studies/University of Ghana

**ILGS** | Institute of Local Government Studies

**IPP** | Independent People's Party

**ISCTE/BCEA** | Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Biblioteca Central de Estudos Africanos

**ISCTE/IUL** | Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa

**J** |

**JTC** | Juaben Traditional Council

**K** |

**KAF** | Konrad Adenauer Foundation

**KAS** | Konrad Adenauer Stiftung

**KAIPTC** | Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre

**KfW** | Kreditanstalt für Wiederaufbau

**KMA** | Kumasi Metropolitan Assembly

**KME** | Kumasi Metropolitan Executive

**KNUST/CCAS** | Kwame Nkrumah University of Science and Technology/Centre for Cultural and African Studies

**KTC** | Kumasi Traditional Council

**KTC** | Kwamang Traditional Council

**L** |

**LC/UG** | Language Centre/University of Ghana

**M** |

**MA** | Manhyia Archives

**MCC** | Ministry of Chieftaincy and Culture

**MCC/DC(1)** | Ministry of Chieftaincy and Culture/Department of Culture

**MCC/DC(2)** | Ministry of Chieftaincy and Culture/Department of Chieftaincy  
**MCTA** | Ministry of Chieftaincy and Traditional Affairs  
**MEC** | Mampong Electoral Constituency  
**MLGRD** | Ministry of Local Government and Rural Development  
**MLGRDE** | Ministry of Local Government, Rural Development and Environment  
**MME** | Mampong Municipal Executive  
**MMDA's** | Metropolitan, Municipal and District Assemblies  
**MMA** | Mampong Municipal Assembly  
**MPM** | Manhyia Palace Museum  
**MTC** | Mampong Traditional Council

**N** |

**NAG** | National Archives of Ghana  
**NAG/ARA** | National Archives of Ghana/Ashanti Regional Archives  
**NALAG** | National Association of Local Authorities of Ghana  
**NCC** | National Commission on Culture  
**NCBWA** | National Congress of British West Africa  
**NCCB** | National Cocoa Control Board  
**NDC** | National Democratic Congress  
**NDP** | National Democratic Party  
**NHC** | National House of Chiefs  
**NJO** | Native Jurisdiction Ordinance  
**NLC** | National Liberation Council  
**NLCD** | National Liberation Council Decree  
**NNF** | Nana Nketia Foundation  
**NRC** | National Redemption Council  
**NRCd** | National Redemption Council Decree  
**NPP** | New Patriotic Party  
**NRP** | National Reform Party  
**NTC** | Nsuta Traditional Council  
**NVP** | New Vision Party

**O** |

**ODI** | Overseas Development Institute  
**OIC** | Opportunities Industrialization Center  
**ONGs** | Organizações Não Governamentais

**P** |

**PALOP** | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
**PG** | Parliament of Ghana  
**PJM** | Prempeh II Jubilee Museum  
**PNC** | People's National Convention  
**PNDc** | Provisional National Defense Council  
**PNDCL** | Provisional National Defense Council Law  
**PNP** | People's National Party  
**PP** | Progress Party  
**PPP** | Progressive People's Party

**R |**

**RHC** | Regional House of Chiefs

**RG** | Republic of Ghana

**RPD** | Reformed Patriotic Democrats

**S |**

**SCG** | Supreme Court of Ghana

**SCeP** | Sociedade Civil e População

**SEA** | Spanish Embassy in Accra

**SDP** | Self-help Development Project

**SIF** | School Improvement Fund

**SMC** | Supreme Military Council

**T |**

**TAARN** | Traditional Authority Applied Research Network

**THSG** | The Historical Society of Ghana

**U |**

**UCC/IDS** | University of Cape Coast/Institute for Development Studies

**UDS/FIDS** | University for Developmental Studies/Faculty of Integrated Development Studies

**UDSP** | United Development System Party

**UG** | University of Ghana

**UGCC** | United Gold Coast Convention

**UGM** | United Ghana Movement

**ULP** | United Love Party

**UFP** | United Front Party

**USAID** | United States Agency for International Development

**USEA** | United States Embassy in Accra

**URP** | United Renaissance Party

**V |**

**VFDI** | Volunteers For Development International

**W |**

**WIC** | West Indian Company

**WRCC** | Western Regional Co-ordinating Council

**Y |**

**YPP** | Yes People's Party

**Z |**

**ZIF** | German Center for International Peace Operations



## GLOSSÁRIO DE ÉTIMOS TWI

Neste sucinto glossário de étimos Twi, pretendemos grafar algumas das principais palavras, expressões ou frases que foram utilizadas ao longo do presente texto. O pressuposto primeiro deste recenseamento filológico, é “traduzir” de forma simplificada, os referentes históricos, políticos, constitucionais, jurídicos, militares, simbólicos, rituais e ideológicos do grupo etnolinguístico Asante, e não tem, em momento algum, a pretensão de se constituir enquanto análise detalhada ou formal das estruturas semânticas, morfológicas, sintáticas e/ou fonéticas da língua/dialecto Twi. Neste sentido, apresentamos ainda como ressalva preambular, que a apresentação destes étimos, se encaixa mais na categoria de (“auscultadas”) hipóteses propositivas que na categoria de (“impermeáveis”) evidências linguísticas.

**ABAKOMDWA** | der. *oba* [criança] + *koma* [coração] + *dwa* [tamborete] = lit. “o tamborete para a criança querida”, i.e., “o tamborete do herdeiro designado”.

**ABUSUA** | [pl. *mmusua*]; der. *abu* [um prenome] + *sua* [imitar; aprender]; lit: “família”, “matrilinhagem”, “parentesco matrilateral”. Esta etimologia remete para a história da fundação do clã matrilinear.

**ABUSUA KESEE** | [pl. *mmusua kесеe*]; der. *abusua* + *kесеe* [grande] = lit. “um grande *abusua*”, i.e., um clã matrilinear territorialmente disperso.

**ADADUANAN** | der. *eda* [um dia] + *aduanan* [quarenta]. Designa o ciclo de quarenta e dois dias do calendário Asante, que é composto pela alternância de um ciclo [ou semana] de seis dias [*nanson*] seguido de um ciclo de sete dias [*nawotwe*].

**ADAE** | der. *da* [para deitar; para descansar] = lit. “lugar de descanso” ou “sepultura”. O *adae* corresponde aos dias de festival nos quais são feitas oferendas aos antepassados.

**ADONTEN** | o “corpo” principal do exército Asante. O *Adontehene* é o seu comandante.

**AFENA** | [pl. *mfena*]; uma espada, um sabre. Os *mfena* são as insígnias e os emblemas da autoridade política (soberana) do *Asantehene*, e a maior parte deles estão intimamente ligados aos *ntoro*. Os *afenasoafoo* são os “portadores de sabres” (desfilam à frente do *Asantehene* em cerimónias públicas ou de Estado), os quais também servem de mensageiros do rei e, como tal, a sua pessoa é tida como sagrada; atentar à sua integridade física ou à sua vida é sinónimo de declaração de guerra.

**AGYA BA** | der. *agya* [pai, progenitor (pl. *agyanom*)] + *oba* [criança (pl. *mma*)] = lit. “a criança do pai”. No parentesco Asante designa os irmãos do lado do pai [em contraste, *onua* significa os irmãos do lado da mãe].

**AHENKWAA** | [pl. *nhenkwaa*]; der. *ohene* + *akoa* [servidor ou auxiliar] = lit. “o servidor de um *ohene*”. O termo é aqui empregue para designar os “funcionários” do governo de Kumase; as suas funções não são hereditárias, e são, regra geral, nomeados pelos *Asantehene*.

**AKOA** | [pl. *nkoa*]; servidor ou auxiliar em sentido mais lato. Designa um estatuto de dependência, e neste sentido um *akoa* pode ser um escravo [que serve um chefe] ou um indivíduo livre [que serve o *Asantehene*].

**AKRABOA** | [pl. *akrammoa*]; der *kra* + *aboa* [animal (pl. *mmoa*)] = lit. “o animal do *kra*”, i.e., o animal sagrado/interdito [*akyiwadee*] para os membros de um mesmo *ntoro*.

**AKRADWARENI** | [pl. *nkradwarefoo*]; der. *kra* + *dware* [lavar, banhar]. Os *Nkradwarefoo* têm por função “lavar”, i.e., de purificar o *kra* do *Asantehene*. Aqueles poderão ser escravos, amigos de infância do *Asantehene*, ou ainda, detentores de funções oficiais. Durante a sua vida gozam de largos privilégios, no entanto, a maioria deles é morta (ou voluntaria-se a sê-lo), aquando da morte do *Asantehene*, com o propósito de o acompanharem ao “país dos antepassados” [*asamando*] e, de o servirem tal como o faziam em vida.

**AKWAMUHENE** | designa o *omanhene* de Akwamu, mas também o segundo comandante do exército Asante. O *Asafohene* é o *Akwamuhene* de Kumase e, portanto, depende do *Bantamahene*.

**AKWASIDAE** | lit. o “grande *adae*” ou o “*adae* de Domingo”. É celebrado no trigésimo terceiro dia (*kurukwasie*) de cada ciclo *adaduanan*.

**AKYEMPEMHENE** | der. *kyem* [escudo] + *mpem* [lança] + *ohene* [rei] = lit. “o protector, o responsável”. É o tamborete mais importante e mais antigo dos *ahenemma* [os filhos dos ocupantes do *sika dwa kofi*], e o ocupante deste tamborete, o *Akyempemhene*, é constitucionalmente, o chefe dos *ahenemma*, os “príncipes” do Tamborete de Ouro.

**AKYIWADEE** | der. *kyi* [proibir, abster-se, abominar] + *ade* [objecto, coisa]: uma abominação, um tabu, um interdito. A transgressão de um tabu é uma acção muito grave que afecta e diz respeito a toda a comunidade.

**AMAN BRE** | der. *omam* [Estado] + *bra/bará* [para fazer ou promulgar uma lei]; costume de natureza jurídica que poderá ser mudado ou ajustado por actos de legislação emanados pelas instituições competentes.

**AMAN MMU** | der. *omam* [Estado] + *mmu/mu* [inteiro, genuíno]; costume jurídico imemorial que regula todo o Estado (e, por isso, não está sujeito a qualquer alteração ou ajuste por via de decreto ou lei).

**ANKOBEAHENE** | designa o chefe de uma força policial [*ankobea*] encarregue da protecção pessoal do *omanhene*, do qual ele depende.

**APAFRAM** | expressão erroneamente utilizada pelos Europeus como sinónimo estrito de *odwira* (os Britânicos frequentemente traduziram como “raça de Deus”). Este étimo, é segundo algumas fontes Asante (incluindo o *Asantehene* Osei Agyeman Prempeh II), o *suman* do *odwira*; ainda assim, as origens e a significação deste étimo permanecem opacas e fonte de dissensões entre os Asante.

**ASAMAN** ou

**ASAMANFOO** | [sing. *osaman*]; der. *sa* [para passar/falecer] + *oman* [nação, comunidade] + sufixo *foo* [pessoas] = lit. “os espíritos ancestrais dos mortos ou dos que partiram” (o sistema de crenças Asante conceptualiza que estes continuam a ser portadores de sentidos, tais como raiva, fome, sede, afectos etc.). Os espíritos dividem-se em múltiplas categorias de acordo com as circunstâncias da sua morte. Só aqueles que conhecem uma morte honrosa são enterrados segundo as pomposas normas rituais, juntando-se ao *Asamando*; os outros vagueiam e podem-se tornar muito perigosos para os vivos, aparecendo principalmente durante os sonhos.

**ASAMANDO** ou

**ASAMANDOW** | lit. o “país dos antepassados” ou “a terra dos mortos”, cuja existência é situada nos céus ou na terra.

**ASANTEHENE** | der. *asante* + *ohene* = o rei/soberano dos Asante.

**ASANTEHEMAA** | der. *asante* + *ohemaa* = a rainha-mãe dos Asante.

**ASANTEMANHYIAMU** | der. *asante* + *omam* [Estado] + *hyiamu* [reunião] = lit. “a Assembleia da nação Asante”, que é presidida pelo *Asantehene* e na qual participam todos os detentores de cargos políticos e institucionais de nível superior (a *asantehemaa*, os *omahene*, os anciãos de Kumase e representantes dos chefes provinciais). É igualmente o mais importante tribunal de justiça. Regra geral (salvo situações particulares de crise), o *Asantemanhyiamu* reúne-se uma vez por ano, durante as celebrações do festival *Odwira*.

**ASASE YAA** | der. (*as*)*ase* [a terra, o solo] + *yaa* [é o nome de uma pessoa do sexo feminino nascida numa Quinta-feira] = lit. a “deusa da Terra”, mais precisamente “o espírito da Terra”. A Quinta-feira é considerado um dia tabu para trabalhar a terra. A este dia estão associados um conjunto de interditos, tais como o derramamento de sangue e, em particular, os *adehyee* [cidadãos livres/membros das famílias reais] não podem trabalhar o solo: em caso de desobediência, os “transgressores” serão ritualmente estrangulados ou desmembrados.

**ATOPERE** | der. *pere* [lutar, grande esforço] = lit. “a dança [ou o teatro] da morte” (no sentido da luta pela vida, das agonias da morte). Execução ritual que assenta no desmembramento progressivo de um indivíduo julgado como culpado pelos delitos ou ofensas mais graves.

**AWUKUDAE** | lit. o “pequeno *adae*” ou o “*adae* de Quarta-feira”. É celebrado no décimo quinto dia (*kurudapaawukuo*) de cada ciclo *adaduanan*.

**BAKOMA** | [pl. *mmakoma*]; der. *oba* [criança] + *koma* [coração] = lit. “uma criança amada/desejada”.

**BAAMU** | der. *ban* [cerca, recinto] + *mu* [= lit. “um recinto fechado”]; também traduzido por “mausoléu”, sin. *barim*, *barem*. O *baamu* ou *barem* de Bantama é o lugar onde os *Asantehene* defuntos estão enterrados. Os *Asantehene* e os outros membros da família real de Kumase (*Oyoko Kokoo abusua*) estão enterrados nos cemitérios reais de Akyeremade e de Breman.

**BAYIE** | der. *oba* [criança] + *yie* [remover, tirar] = lit. “para tirar uma criança”, com um significado estrito de feitiçaria. A feitiçaria está exclusivamente operacional no interior de uma *abusua* e são as mulheres que detêm a exclusividade desta competência (que pode ser reforçada com o ensino de práticas específicas). A “feitiçeira-tipo” corresponde, regra geral, a uma mulher velha, que inveja os outros membros femininos do seu clã que ainda estão em idade fértil. As acusações de feitiçaria colocam frequentemente em cena o tio materno (*wofa*) e o seu sobrinho uterino (*wofase*).

**BENKUM** | lit. “a mão esquerda”, designa a ala esquerda do exército Asante. O *Benkumhene* é o seu comandante.

**BEPOSOHENE** | o *omanhene* do *oman* de Beposo.

**BOSOMMURU** | der. *bosom* [“espírito” ou “fetiche”] + *mmuru* [o nome de um rio que tem o sentido de “origem comum”]. É um dos *ntoro* patrilineares Asante que se dedica à purificação e “limpeza” do *kra* (implica as noções de finitude, de perfeição). Diversos *Asantehene* pertenceram às sub-divisões *Adufudee* (os quais usaram os nomes de Osei e Owusu em alternância geracional) ou *Asafodee* (os quais usaram os nomes de Opuku e Adu em gerações alternadas). Os chefes prestam o juramento de fidelidade ao *Asantehene* sobre o *Bosommuru afena*.

**BOSOMPRA** | der. *bosom* + Pra [é o nome de um rio que tem o significado de “reunidos”]. É um dos *ntoro* patrilineares Asante que se dedica à purificação e “limpeza” do *kra*. Diversos *Asantehene* pertenceram à sub-divisão *Aboadee* (os quais usaram os nomes de Boakye e Akyampon em alternância geracional).

**DWA** | tamborete, assento. Designa, em simultâneo, os tamboretos quotidianamente utilizados pelos Asante, bem como os tamboretos consagrados a uma família, a uma linhagem, a

uma chefatura ou a um estatuto/cargo político ou institucional. O *sika dwa kofi* é o Tamborete de Ouro dos Asante.

**EJISUHENE** | o *omanhene* do *oman* de Ejisu.

**ESEN** | [pl. *nseriefoo* ou *nserieseni*]; são os arautos do *Asantehene*. Além das funções que desempenham no tribunal do rei (comandam o silêncio quando o *Asantehene* fala), são, por vezes, encarregados de missões diplomáticas. O chefe dos arautos é o *Nseriesehene*.

**ESONO** | der. *so* [ser grande, largo] + *no* [pronome reflexivo] = lit. “o mais grande”, “o elefante”. O elefante é um dos animais munidos de um “perigoso” *sasa* cuja importância é traduzida no sistema de crenças e práticas rituais Asante.

**FEKUO** | der. *afe* [uma pessoa] + (e)*kuo* [um grupo, uma colectividade] = lit. “um grupo de pessoas”. Em Kumase, o étimo refere-se, regra geral, às diferentes unidades administrativas ou militares Asante, tais como: Adonten, Akwamu, Ankobea, Benkum, Gyaase, Kronti, Nifa, Kyidom, Oyoko e Manwere.

**FIE** | [pl. *afi*]; “a casa”, “o lar”, “o agregado”, o grupo de pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto ou domicílio.

**JUABENHENE** | o *omanhene* do *oman* de Juaben.

**KOKOO** | vermelho. Na simbólica Asante, esta cor remete para o sangue [*mogya*] e implica a noção de perigo, de impureza. Esta cor simboliza o luto no funeral de um parente.

**KRA** ou

**OKRA** | [pl. *akra*]; “a essência”, “a alma” de um indivíduo. Esta componente do indivíduo é directamente facultada à nascença por *Nyame*.

**KRA DA** | der. *kra* + *da* [dia (pl. *nna*)] = lit. “o dia no qual os Asante cumprem os ritos e os rituais relacionados com o seu *ntoro*”.

**KRADIN** | der. *kra* + *edin* [nome]. É o nome sob a égide de um *kra* que é atribuído de acordo com o dia de nascimento e que induz na pessoa um carácter específico, i.e., define a sua personalidade.

**KRA PA** | der. *kra* + *pa* [perfeito, ideal, verdadeiro] = lit. “um *kra* perfeito”. Transmite-se por filiação patrilinear e realiza-se idealmente pelo casamento entre primos cruzados. O detentor de um *kra pa* é considerado como a reencarnação de um importante ancestral que reproduz modelarmente a fórmula psicológica e física [*ntoro* e *mogya*]. Só os detentores de um *kra pa* podem possuir os “grandes nomes” (*oboadenfoo*; sing. *oboadeni*) transmitidos em linha patrilinear.

**KONTIHENE** ou

**KRONTIHENE** | título militar que designa o Comandante-em-Chefe do exército Asante. Uma confusão frequente faz do *Bantamahene* o *Krontihene* do exército Asante no lugar do *Mamponghene*. Na realidade, o *Bantamahene* é o *Krontihene* de Kumase.

**KUMASE** | capital da região Asante; der. (o)*kum*: que pode ser traduzido como sendo um tipo de árvore ou como sendo o acto de executar ou de matar + *ase*: que pode se traduzido “por debaixo”, “em baixo de”, i.e., o lugar debaixo da árvore/o lugar onde as execuções são realizadas.

**KWAMANGHENE** | o *omanhene* do *oman* de Kwamang.

**KYIDOMHENE** | o chefe [*ohene*] da retaguarda [*kyidom*] do exército Asante.

**KYINIE** | [pl. *nkyinie*]; der. *kyini* [circular, virar, torcer] = lit. “um grande guarda-sol/chuva de Estado”. Os guarda-sóis/chuvas de Estado do *Asantehene* representam real e metaforicamente “discernimento/frieza” e protecção.

**MAMPONGHENE** | o *omanhene* do *oman* de Mampong.

**MANWEREHENE** | é o chefe de uma divisão [*fekuo*] do palácio real que é responsável pelos tamboretos consagrados aos *Asantehene* defuntos.

**MENA** ou

**MMRA** | lit. “a cauda do elefante”; símbolo, insígnia ou distintivo dos *abirempon*, de entre os quais a posição política cimeira é ocupada pelo *Asantehene*.

**MMAMMA** | der. *oba* [uma criança (pl. *mma*)]. Designa as crianças, em linha patrilinear, daqueles (vivos ou antepassados) que ocupam uma função que não depende da filiação matrilinear. Os seus direitos de sucessão são aleatórios e dependem da boa vontade do *Asantehene* (*mmamma dwa*).

**MMOATIA** | [sing. *aboatia*]; der. *aboa* [criatura, animal (pl. *mmoa*)] + *tia* [na fronteira, no limite], i.e., traduz-se frequentemente como “fadas”, “duendes”, “pessoas pequenas”. Este termo é usado para definir as pessoas que são tidas como intermediárias entre as forças sobrenaturais e o mundo dos homens [e.g., os pigmeus].

**MOGYA** | lit. “sangue”, “o sangue” (quer do ponto de vista físico enquanto substância, quer do ponto de vista filosófico enquanto conceito). Sinónimo de *abusua* tal como é utilizado nas expressões “*abusua baako mogya baako*,”: “uma linhagem um sangue”. É um dos quatro componentes da pessoa Asante que se transmite exclusivamente em linha matrilinear e que define a personalidade social e a cidadania política. Após a morte, o *mogya* torna-se um *asaman* e aguarda a reencarnação dentro da mesma *abusua*.

**NANA** | termo de respeito que se aplica aos anciãos, aos superiores hierárquicos, mas também aos *obosom*.

**NIFA** | lit. “a mão direita”, designa a ala direita do exército Asante. O *Nifahene* é o seu comandante.

**NIPA KORO** | der. *nipa* [uma pessoa, um ser humano] + *koro* [una, única]; lit: “uma pessoa de um único útero” (uma “unidade corporativa” no sentido mais estrito da matrilinearidade).

**NKWANKWAA** | lit. “jovens”, “juventude”. Designa os homens de “boas famílias” que, em razão do seu nascimento e da sua condição genealógica, não acalentam a esperança de aceder no futuro a um cargo político cimeiro. O *Nkwankwaahene* é o seu chefe.

**NSUTAHENE** | o *omanhene* do *oman* de Nsuta.

**NTAMKESEE** | der. *ntam* [um juramento] + *kese* [grande] = lit. “o grande juramento de fidelidade”. O *ntamkese* é o grande juramento de Estado pronunciado pelo *Asantehene* (no seu discurso de posse) ou dirigido ao *Asantehene*. Neste juramento, o *Asantehene* declara: “if i fail to continue the exploits of my ancestors and fail in my duty i contravene the Great Oath of Asante”.

**NTORO** | lit. “semente”, “esperma”. É um dos quatro constituintes da pessoa Asante. Transmite-se em linha patrilinear e define os traços de carácter e os nomes usados em alternância geracional no interior de um *ntoro*. Após a sua morte, o indivíduo aguarda a sua reencarnação num homem do mesmo *ntoro*.

**NYAME** ou

**ONYAME** | der. *onya* [para obter, para alcançar] + *mee* [para ser completo] = lit. “Deus”, “o criador do mundo”, i.e., o ser supremo do panteão Akan.

**OBIREMPON** | [pl. *abirempon*]; der. *obarima* [um homem corajoso] + *pon* [grande, largo]: lit. “um homem grande” com conotações de poder e de riqueza. É um estatuto hereditário detido pelos *omanhene* [e.g., Mampong, Juaben].

**OBOADENI** | [pl. *oboadenfoo*]; der. *boa* [ajudar, assistir]: lit: “uma pessoa famosa, reputada, um grande nome”.

**OBOSOM** | [pl. *abosom*]; der. *obo* [pedra, rocha] + *som* [servir]; traduzido como “divindade” ou “totem”. Os Asante atribuem-lhes poderes de origem sobrenatural, na medida em que estes são tidos como os filhos/servos de *Nyame*. Cada família, linhagem, clã ou Estado possui os seus próprios *obosom*.

**OBRAFO** | [pl. *abrafoo*]; der. *bra* [para fazer ou promulgar a lei] = lit. “os executores”, i.e., designa os funcionários que zelam pela feitura e pela aplicação das leis.

**ODEHYEE** | [pl. *adehyee*]; designa, em termos gerais, uma pessoa/cidadão livre, mas é utilizado especificamente para considerar uma pessoa ou um cidadão de origem nobre [de filiação matrilinear], i.e., que tem pretensões hereditárias à sucessão de um tamborete.

**ODEKURO** ou

**ODIKRO** | [pl. *adekurofoo*]; der. *de* [para manter (com uma conotação de posse)] + *akuraa* [aldeia (pl. *nkuraa*)] = lit. “chefe de aldeia”; aquele que responde perante uma autoridade superior pela gestão dos seus negócios.

**ODONKO** | [pl. *nnonkofoo*]; escravo de origem estrangeira.

**ADUMFOO** | [pl. *odumfo*]; lit: “os carrascos do *Asantehene*”. Só o *Asantehene* possui *adumfoo*.

**ODWIRA** | der. *dwira* [lavar, purificar]. Importante festival celebrado anualmente, ao qual nenhum soberano da hierarquia política e militar Asante pode faltar. Foi frequentemente traduzido pelos europeus como “a Festa do Inhame” ou “o Grande Costume”.

**OHEMAA** | equivalente feminino de *ohene*.

**OHENE** | [pl. *ahene*]; rei, soberano, chefe, detentor de um comando; e.g., o chefe de uma linhagem é “*Abusuahene*” [*abusua-ohene*], o rei Asante “*Asantehene*” [*asante-ohene*].

**OHENEBA** | [pl. *ahenemma*]; der. *ohene* + *oba* [criança] = lit. “uma criança de um *ohene* é filho de rei ou de chefe”; um príncipe/princesa em linha patrilinear por oposição à *odehyee* (criança real cujo estatuto depende da filiação matrilinear). Este príncipe/princesa jamais poderá suceder a seu pai, em virtude das regras de sucessão do poder definidas pela filiação matrilinear.

**OHENENANA** | [pl. *ahenenana*]; der. *ohene* + *nana* [neto] = lit. “o neto de um *ohene*”, e, porquanto, filho de um *oheneba* ou príncipe. Se o *ohenenana* é filho de primos cruzados, é possivelmente o depositário de um *kra pa*, e, neste sentido, será a reencarnação do seu avô.

**OKOMFO** | [pl. *akomfoo*] = lit. “aquele que está possuído”. Traduz-se ainda por “sacerdote” ou “feiticeiro”. O *okomfo* é o “receptáculo” ou o médium de encarnação, através do qual os *obosom* se dirigem aos Asante.

**OKYEAME** | [pl. *akyeame*]; linguista, intérprete, mestre-da-palavra: o *okyeame* é aquele pelo qual passam todas as palavras dirigidas ao rei ou enunciadas pelo rei.

**OMAN** | [pl. *aman*]; “Estado” ou “Nação” [*asanteman*: o Estado ou a Nação Asante]. *Amantoo* designa as principais divisões territoriais [e.g., Mampong, Juaben]; a expressão *aman*



*nnum* ou *aman piesie nnum* designa os cinco Estados “originais” Asante: Bekwai, Juaben, Kokofu, Mampong e Nsuta.

**OMANHENE** | *oman* [Estado] + *ohene* [rei] = o chefe ou rei de um Estado; e.g., o Mamponghene é o *omahene* do *oman* de Mampong.

**OSAKO** | [pl. *asako*]; der. *osa* [da guerra] + *ko* [para lutar]; é comumente traduzido por palanquim. Só aos *omahene* está reservado o direito de desfilar em cerimónias de Estado ou rituais públicos (festivais) num palanquim.

**OTROMMO** | lit. “o antílope Bongo”; o mais perigoso de todos os animais *sasammao*, i.e., possui o mais poderoso “espírito” *sasa* de entre todos os animais.

**OTUMFUO** | lit. “aquele que tem um grande poder”, i.e., o *Asantehene*.

**OYAFUNU** ou

**OYAFUNU KORO** | der. *oyafunu* [barriga, útero] + *koro* [única, a mesma] = lit. “o ventre”, “a matriz da mulher”. Considera os descendentes uterinos de uma mulher (em identificação e em relação a um antepassado comum) por três, ou mais, gerações (até a um máximo de 6).

**PANIN** ou

**PANYIN** | [pl. *paninfoo*] = lit. “um velho”, “um ancião”; designa um termo de respeito. Por vezes, pode ser um notável que desempenha um papel de conselheiro junto de um *ohene*.

**SASABOA** | [pl. *sasammao*]; der. *sasa* + *boa* [animal]. Este termo designa os animais dotados de um *tumi* ou de um “espírito” particularmente poderoso e perigoso. De entre estes destacam-se o antílope [*otrommo*], o búfalo [*ekuo*], o elefante [*esono*], o leopardo [*osebo*], o crocodilo [*odenkyem*] e o gato [*okra*]. Nas caçadas a estes animais, os caçadores devem (e devem sempre e, em absoluto) observar sacrifícios rituais particulares, com o objectivo de pacificar o *tumi* destes *sasammao*.

**SASABONSAM** | der. *sasa* [possuído] + *abonsam* [feitiçeiro, bruxo]. Designa uma criatura predatória mítica, hostil aos homens e serva dos *abosom*. Esta criatura híbrida (humana/não-humana) vive nas profundezas da floresta, no topo das árvores mais altas e captura os caçadores mais incautos. Muitos contos e lendas Asante têm esta criatura como personagem principal.

**SIKA** | lit. “ouro”, ou de um modo mais genérico, “dinheiro”.

**SIKA DWA KOFI** | der. *sika* [ouro] + *dwa* [um tamborete] + *kofi* [nome atribuído a uma pessoa do sexo masculino nascido numa Sexta-feira] = lit. “o Tamborete de Ouro de Sexta-feira”. Segundo a tradição Asante, o Tamborete de Ouro desceu dos céus, neste dia da semana, graças à miraculosa acção de Okomfo Anokye. É o tamborete mais sagrado para os Asante, pois é o receptáculo do

*sunsum* de toda a nação Asante [*asanteman*]. O *Asantehene* é considerado como o seu guardião e, em simultâneo, seu súbdito.

**SUMAN** | [pl. *asuman*]; der. *suma* [para ocultar, para ser ocultado]; é traduzido pelos étimos de adornos, ornamentos, amuletos, etc., que assumem um papel de relevo nas práticas cerimoniais e rituais Asante. Uma outra particularidade, é que estes *asuman* são sempre manufacturados pela mão humana.

**SUNSUM** | [pl. *asunsum*]; é um dos constituintes da pessoa Asante. De origem não-humana, introduz-se na pessoa desde o momento da sua concepção. Determina o carácter, o carisma, a essência e o poder de uma pessoa ou mesmo de um grupo constituído: o *sunsum* da nação Asante está contido no *sika dwa kofi*.

**TUMI** | este termo remete para as ideias de poder, de autoridade, de força, de influência. O *sika dwa kofi* simboliza o *tumi* da nação Asante (o étimo *otumi* significa literalmente “a autoridade soberana exercida ao seu mais alto nível político”, simbolicamente representada pelo *sika dwa kofi* e personificada pelo *Asantehene*, enquanto seu guardião).

**TWENEBOA** | expressão utilizada para designar os animais emblemáticos [“totems”] dos clãs de filiação matrilinear.

**TWI** | a língua/dialecto do grupo étnico-linguístico Asante.

**WOFA** | [pl. *wofanom*] = lit. “o irmão da mãe”, i.e., o tio materno. Também utilizado como termo de respeito.

**WOFASE** | [pl. *wofasenom*]; o filho da irmã [sobrinho], *wofasewa* ou *wofaseba*, a filha da irmã [sobrinha]. Termos com uma relação recíproca com *wofa*.

**WONNI UM** | der. *wonni* [não tem, não possui] + *mu* [todo, completo] = lit. “que carece de um corpo completo”. Refere-se a uma pessoa que não tem um progenitor reconhecido, i.e., que não está afiliada a um *ntoro*. Para os cidadãos “ordinários” esta condição não gera consequências sociais, no entanto, para um *odehyee*, é completamente proibitivo: não se pode ser um *odehyee* sem ter um progenitor que o reconheça e sem ser membro de um grupo *ntoro*.

## **INTRODUÇÃO**



“A CIÊNCIA É UMA REPRESENTAÇÃO,  
INTELECTUALMENTE CONSTRUÍDA, DA REALIDADE”.  
Augusto Santos Silva e  
José Madureira Pinto (1986: 11).

“UMA DAS COISAS QUE A SOCIOLOGIA FAZ AO ANALISAR  
UMA QUESTÃO É ENCARÁ-LA COMO UM *FACTO SOCIAL*.  
[...] A ANÁLISE SOCIOLÓGICA É, SOBRETUDO,  
UMA ANÁLISE DAS *RELAÇÕES SOCIAIS*”.  
António Firmino da Costa (1992: 15-1).



## 1 | A CAUSA DAS COISAS: A GÉNESE DA INVESTIGAÇÃO

A presente tese de Doutoramento é resultado de um volitivo processo de investigação formalmente iniciado em 2007 (e, após algumas intermitências substantivas, recomeçado em finais de 2010), e que ora se apresenta, com vista à obtenção do grau de Doutor em Estudos Africanos. Contudo, o traçado científico deste trabalho é mais longínquo. Recuemos um pouco. O primeiro contacto com os “fenómenos” políticos aqui expostos e aprofundados, surge pela primeira vez, em meados de 1999, quando foram feitas as primeiras recensões bibliográficas “exploratórias” para a dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, com a especialização em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, a decorrer no então ISCTE. Naquele contexto, dentro de um quadro de incertezas teóricas, de imprecisões metodológicas e de fragilidades epistemológicas, a única variável independente que sustentava a nossa determinação de pesquisa era a “certeza geográfica”: queríamos “estudar” Moçambique. Mas “estudar” o quê em concreto? Foi então, que num momento de leituras avulsas, ou como alguém lhe chamaria, de “gula livresca”, nos “cruzámos” com dois livros e um número especial de uma revista, cujas temáticas parciais iriam definitivamente transmitir o seu “ADN científico” ao enfoque analítico dos trabalhos que futuramente iríamos desenvolver em África (Ray e Rouveroy van Nieuwaal, 1996; Rouveroy van Nieuwaal, 2000; Bourdieu, 2000).

Com efeito, foi com o “salvo-conduto” teórico, metodológico e empírico dos referidos autores, que começamos a incorporar o (tímido) esboço do nosso objecto de estudo. Dada a nossa formação académica em Ciência Política, a perspectiva natural de abordagem passaria pelo segmento de recta Estado “pós-colonial” – Moçambique. Mas quais os vectores analíticos que colocaríamos em “relação científica”? Procederíamos a uma “clássica” análise de natureza histórica, descritiva e/ou normativa das origens, instituições ou das funções do Estado “pós-colonial” em Moçambique? Qual seria a pertinência analítica e os contributos científicos de tal inteligível reflexão? Anunciava-se amputada. Não desistimos. De entre as macroscópicas leituras realizadas, duas temáticas sobressaiam pela sua fundamentação teórica e pelo seu esbatimento empírico: por um lado, o insucesso, ou, se quisermos, o falhanço dos Estados “pós-coloniais” africanos independentes em se afirmarem enquanto entidades soberanas e, nalguns casos, de construírem a sua própria legitimidade e, por outro, o renovado papel (político) das Autoridades Tradicionais na edificação e consolidação das “agendas” de *ajustamento estrutural*, de *boa governação* e de *descentralização* em África. Relíquias políticas de um passado longínquo? Meros fantoches de um Estado hegemónico? Funcionários administrativos

de uma burocracia cínica? Ou, ainda, “figuras” políticas sincréticas com capacidade de renascer em vários tempos históricos?

Todas estas questões anunciavam-lhes importância. Uma importância anuída. Efetivamente, estas ditas “figuras” políticas, reclamavam para si, uma posição de *political brokers* entre os diferentes níveis (hierárquicos e espaciais) do Estado “pós-colonial” e as “suas” integradas comunidades rurais. Reivindicavam uma *autoridade política legítima*, que a seu ver, se escorava no perene estatuto de “guardiões da tradição” e, em particular, na inalienável representação política e simbólica dos antepassados comuns da “sua” ancestral comunidade política. Algumas questões se nos impunham: dada a auscultada (leia-se: renascida e inquestionável) importância política das Autoridades Tradicionais, qual o “grau” de legitimidade que (ainda) detinham? Teria o Estado “pós-colonial” conseguido “entrar” nas áreas de “influência” política daquelas? Qual a “atenção” que os diferentes Estados “pós-coloniais” africanos lhe conferiam? Qual a natureza das relações políticas que entre si estabeleciam? Seriam relações de cooptação conjuntural? De integração administrativa? De concorrência paralela? E, em consequência desta, de legitimidade dividida? Ou, simplesmente, de interdependência mútua? Questões estas, que se afiguravam cada vez mais pertinentes recolocá-las em contexto geográfico moçambicano. No entanto, o desconhecimento empírico da realidade política moçambicana não subsidiava as nossas pretensões científicas. Portanto, de um modo (ainda) desconexo, os fragmentados segmentos analíticos que tínhamos de interceptar numa mesma reta eram: Moçambique, Estado (“pós-colonial”) e Autoridades Tradicionais. Para matizar ainda mais: dada a eficácia heurística eminente que o conceito de campo político revelou possuir ao longo das leituras efectuadas, como integrá-lo neste “modelo” teórico de análise?

O deslaçar deste “nó górdio” científico acontece quando, a convite do Prof. Doutor Eduardo Costa Dias, integrámos a equipa de investigação do projecto *Estado, autoridades tradicionais e modernização política: o papel das autoridades tradicionais no processo de mudança política em África* (Dias, 2001).<sup>1</sup> Os objectivos científicos deste projecto de investigação contemplavam um tema de inegável importância política e académica: o *locus* das Autoridades Tradicionais enquanto “instâncias” de mediação entre o Estado “pós-colonial” e a sociedade local (rural), e o seu potencial papel (político) nos processos de transição democrática, em África. Este “espaço” académico de profícuos debates teórico-empíricos, foi

---

<sup>1</sup>Equipa, “terrenos” de investigação e área disciplinar: Eduardo Costa Dias (Coord./Senegâmbia/Antropologia), Fernando Florêncio (Moçambique/Antropologia), Vitor Hugo Nicolau (Zimbábue/História), Vitor Alexandre Lourenço (Moçambique/Ciência Política), Manuel Maria Gomes (Senegâmbia/Economia).



decisivo. Maturámos. De facto, este projecto, dadas as suas particulares características científicas (o seu objecto de estudo, a sua problemática, os seus objectivos, as suas opções disciplinares e, as suas estratégias de investigação), em parte, coincidentes, com o *core* científico da nossa própria (e particular) investigação, permitiu-nos uma reflexão mais orientada das propostas teóricas, conceptuais, metodológicas e epistemológicas que havíamos outrora delineado, e que iríamos agora convocar para a feitura do trabalho que nos havíamos proposto elaborar. Serviu, poderemos assim dizê-lo, a dissertação de Mestrado, de génese e de “laboratório” de ideias e de burilamentos para o presente texto (Lourenço, 2004).

Finda esta etapa, para (muito) breve se anunciaria o iniciar de uma nova caminhada científica. No decorrer do ano de 2004, em conversa informal com o Prof. Doutor Fernando Florêncio, ventilámos a hipótese de concorrermos ao concurso de projectos I&D, promovido e financiado pela FCT. Dado o *know-how* científico que havíamos adquirido no projecto acima descrito, em que ambos participámos, mas sem querermos reproduzir o que já havia sido (tão bem) feito, começámos a delinear a traço grosso, as temáticas para as quais estaríamos cientificamente habilitados (e vocacionados) para investigar. Não foi fonte de celeuma. Pela formação académica de ambos, e pela natureza dos trabalhos que anteriormente havíamos desenvolvido, sabíamos (quase que intuitivamente) que o tema a abordar (na sua versão macro), envolveria a dimensão de produção, de reprodução e de gestão do “político”, em África. Após algumas reuniões da equipa de investigação, foi aventada uma possibilidade de título que se viria a revelar a versão definitiva: *Dinâmicas sociais na estruturação dos espaços políticos em contextos rurais africanos* (Florêncio, 2004).<sup>2</sup>

Seria, deste modo, sob a égide científica deste grande “chapéu-de-chuva” temático, que os nossos trabalhos se estruturariam. Chegara o momento de nos pronunciarmos sob o “contributo do terreno” que cada membro da equipa poderia dar ao projecto em questão. Pessoalmente, a uma certeza já havíamos chegado: não queríamos “(re)estudar” Moçambique. O receio de fazer um simples *upgrade* científico ao que já havíamos anteriormente realizado, instalara-se de modo consciente e consistente. Todavia, as razões de tal balancear eram mais profundas. Pensámos, pela primeira vez, que aquele poderia ser o “tempo” pessoal e o “espaço” científico de lançar as sementes de uma futura proposta de Doutoramento em Estudos Africanos a decorrer no ISCTE-IUL e, em consequência, de arriscarmos por caminhos empíricos “desconhecidos”. Assim aconteceu. Tempos antes, havíamos lido um texto com o título “O

---

<sup>2</sup>Equipa, “terrenos” de investigação e área disciplinar: Fernando Florêncio (Coord./Angola/Antropologia), Alexandra Magnólia Dias (Etiópia/Relações Internacionais), Gabriel Mithá Ribeiro (Moçambique/História), José Manuel Gonçalves (Angola/Economia), Vitor Alexandre Lourenço (Gana/Ciência Política), Hélder Jauana (Moçambique/Sociologia).

parentesco entre os Ashanti” de Meyer Fortes (1974: 339-382), o qual, em sintonia com o artigo de Donald Ray “Divided sovereignty – traditional authority and the state in Ghana” (1996: 181-202), semeou em nós uma enorme curiosidade acerca daquela histórica sociedade política “estatal” africana.

Neste novo quadro de referências teóricas e empíricas, esta mera curiosidade livresca revelara-se interesse de pesquisa científica. Um interesse aliado a uma enorme vontade de fugir ao instalado “paternalismo” de um investigador português trabalhar em contextos geográficos africanos que não aqueles que sejam as ex-colónias portuguesas. Reunidas as condições da vontade, restavam aferir as razões da Ciência. Feito o primeiro despiste da pertinência científica da problemática das relações políticas Estado “pós-colonial”-Autoridades Tradicionais no Gana, aquela não só se confirmou, como se reforçou: as trajetórias relacionais do Estado ganês (construído e reconstruído em diferentes conjunturas políticas e contextos históricos) e das Autoridades Tradicionais Asante, estavam umbilicalmente associadas ao longo de todo o processo histórico, político, ideológico, social e militar que construiu estas unidades de análise e que por elas foi, necessariamente, (re)construído. Queríamos, neste sentido, para a prossecução de tal análise teórica e empírica, “edificar” uma plataforma conceptual que compreendesse e relacionasse os seguintes constituintes analítico-operatórios: *Estado* (pós-colonial ganês), *Autoridades Tradicionais* (*amanhene* Asante) e *campo político* (extraíndo deste os *habitus* e *capitais* em disputa e correlação política).

A progressão desta orientada pesquisa, foi reforçada posteriormente, com a participação no projecto *Identities e fronteiras em África* (Rodrigues, 2008).<sup>3</sup> Foi um reforço lateral, na medida em que os objectos de estudo não eram coincidentes, mas, ainda assim, importante no entendimento das prolixas categorias sociopolíticas que estruturam e projectam a identidade social Asante (em dialéctica histórica e política com a identidade social do grupo etnolinguístico Ewe). Este é um traçado científico vertido em texto. Este texto.

## 2 | UMA BARREIRA INVISÍVEL: O OBJECTO DE ESTUDO

O objecto de estudo que teoricamente “recortámos” do *real-concreto social* ganês, incide sobre as relações políticas tecidas entre o Estado “pós-colonial” ganês e as Autoridades Tradicionais (*amanhene*) Asante, na região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais

---

<sup>3</sup>Equipa, “terrenos” de investigação e área disciplinar: Cristina Rodrigues (Coord./Angola-Namíbia/Antropologia), Alexandre Magnólia Dias (Etiópia-Eritreia/Relações Internacionais), Jordi Tomàs (Senegal-Guiné-Bissau/Antropologia), Vitor Alexandre Lourenço (Gana-Togo/Ciência Política), Ana Marta Patrício (Moçambique-Zimbabué/Relações Internacionais).

de Ejisu-Juaben e Mampong.<sup>4</sup> O nosso objecto dotado de realidade sociológica, “capturado” na íntegra ao longo de um entrecruzado processo de asserções teóricas e de refutações e/ou anuências empíricas, compreende em si mesmo, um conjunto de complexos vectores analíticos que ao fenómeno do “político” na região administrativa Ashanti dizem respeito e, que é objectivo heurístico medular do presente texto, torná-los o mais inteligíveis possível (extraí-los, interpretá-los, descrevê-los e decompô-los), sob a orientação dos mais elementares (e imprescindíveis) procedimentos de um enquadramento conceptual e, de um questionamento relacional “pensado”, objectivado e reflexivo: Quais são as posições políticas (actuais e em potência) que o Estado “pós-colonial” ganês e, as Autoridades Tradicionais Asante “ocupam” no campo político da região administrativa Ashanti?<sup>5</sup> Quais são os diferenciados e hierarquizados “trunfos” políticos (capitais) que impelem estes “jogadores” a entrarem, a participarem, a permanecerem e, a perpetuarem o jogo político? Em decorrência das laboriosas lutas e combates posicionais no campo político, qual é a configuração das relações políticas objectivas estabelecidas entre si?

A história política e relacional do Estado “pós-colonial” ganês e, das Autoridades Tradicionais Asante nesta *espécie de espaço de jogo* que é o campo político da região administrativa Ashanti, foi “apreendida” e “construída”, por um lado, dentro de um intervalo histórico temporal, que principia com o “momento” histórico da independência política da Costa do Ouro (rebatizada de Gana), ocorrida a 6 de Março de 1957 e, conclui com o “momento” político das penúltimas eleições para a Presidência da República, realizadas a 7 de Dezembro de 2012 (as últimas realizaram-se a 7 de Dezembro de 2016) e, por outro, dentro de

---

<sup>4</sup>Nesta tese, para além do conceito aqui delimitado – Autoridades Tradicionais – recorre-se em alguns capítulos deste trabalho, por uma questão de probidade à terminologia histórico-linguística e, ao enquadramento político-cultural em questão, à utilização das designações de *paramount chiefs* e/ou *omanhene/amanhene* (singular e plural, respectivamente), que são, no entanto, revestidas com a mesma amplitude analítica e, com a mesma conotação política, social, cultural, ideológica e simbólica.

<sup>5</sup>Durante a sua execução, esta investigação sentiu a necessidade de “fugir” a algumas armadilhas teóricas, metodológicas e epistemológicas reductoras: como por exemplo, considerar o Estado e as Autoridades Tradicionais como entidades homogéneas (quer no tempo, quer nos diferentes contextos espaciais), estáticas ou imutáveis, e reduzir, em termos práticos, os agentes políticos que “operam” no campo político da região administrativa Ashanti, aos agentes “organizados” por estas duas estruturas políticas. De facto, deixámos de lado, na “construção” do nosso objecto de estudo, agentes que, no decurso da nossa *pesquisa de terreno*, se vieram a revelar como atuantes e portadores de interesses (políticos) diferentes dos representados pelo Estado “pós-colonial” ganês e pelas Autoridades Tradicionais Asante. Falamos, nomeadamente, de agentes organizados em torno do género, de grupos etários, de igrejas e congregações religiosas, de sindicatos, de associações profissionais, de ONG’s e, de ADI’s (governamentais e privadas) – que por vezes detêm os únicos meios de acesso a recursos de saúde, educação, alimentação, infraestruturas e de mediação de conflitos e de processos de paz – enfim, de agentes “outros”, aglutinados ao longo de linhas traçadas por aquilo que os autores “pós-modernos” descrevem como “política das identidades” (*identity politics*), e que reclamam o direito a uma historicidade própria e, a uma “acção” política autónoma de “baixa intensidade”. Saliente-se, a este propósito, o trabalho (e importância) social, económico e “político” de algumas ONG’s e ADI’s que operam nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e de Mampong e, que na generalidade dos casos, subsidiam, complementam, e/ou substituem os serviços do Estado, muitas das vezes, refira-se, com a “licença” e, em parceria “política” com as Autoridades Tradicionais Asante: GRCS, VFDI, SDP, CDP, CRADA, SIF, USAID, CBRDP, KfW, SDP, OIC e HA.

um enquadramento geográfico-territorial, que corresponde aos já mencionados distritos municipais de Ejisu-Juaben (localidades de Ejisu e Juaben) e de Mampong (localidades de Mampong, Nsuta, Kwamang e Beposo).<sup>6</sup>

Qual é a fundamentação política (que nos cumpriu a nós, “elevá-la” a científica) que revela a pertinência do balizamento do nosso objecto de estudo neste “tempo” histórico e, neste “espaço” político? Na realidade, a escolha de tão dilatado intervalo temporal (o chamado contexto “pós-colonial”), pode parecer aos que de fora olham, um esforço desmedido, ou mesmo, se quisermos, uma extravagante sofreguidão analítica. Pensamos, todavia, que assim não o seja, porquanto, propomo-nos a decompor as relações políticas que o Estado “pós-colonial” ganês (nas suas matizadas fórmulas ideológicas e nos seus díspares figurinos político-formais) estabeleceu com as Autoridades Tradicionais Asante, com particular incidência analítica no “tempo” político contemporâneo, i.e., na conjuntura política que formaliza, a 7 de Janeiro de 1993, o início da 4.<sup>a</sup> República no Gana e que “escorre” até aos políticos dias do último mês do ano de 2012.

Não obstante, não deveremos, nem poderemos, em nome do rigor descritivo e da compreensão analítica, deixar de incorporar na nossa agenda heurística, o enquadramento holístico dos (vários) substratos ou conjunturas históricas (por exemplo, a da matricial formação relacional do “Estado Nkrumah”) que estiveram na génese política e, nos ajudam a interpretar os processos e os “fenómenos” políticos relacionais que configuraram as posições, as disposições e os capitais políticos que o Estado “pós-colonial” ganês e as Autoridades Tradicionais Asante convocaram durante todo este “traçado” histórico, e que servem (ainda) no presente político, de fundamentação para o dinâmico e dialéctico exercício de construção, de reconstrução e/ou de cimentação da sua respectiva (e reclamada) dominação política.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup>Realçamos neste ponto, que os distritos por nós seleccionamos desenvolvermos o nosso trabalho empírico, foram, em 2007, ao abrigo de uma reforma de descentralização administrativa, “objecto” de uma nova categoria administrativa, passando a serem considerados Municípios. O distrito de Mampong assumiu a categoria de distrito municipal pelo *Legislative Instrument (L.I.)* 1908, de 2007 e, o distrito de Ejisu-Juaben assumiu a categoria de distrito municipal pelo *Legislative Instrument (L.I.)* 1890, de 2007. As várias funções, competências, órgãos e organização consagrados na lei adstritas aos Municípios em tudo é semelhante à realidade de gestão da unidade política Distrito, mudando, na essência, a denominação por aquele “território” ter atingido uma população residente superior a 95.000 habitantes.

<sup>7</sup>Neste trabalho, utilizaremos ao longo do texto o étimo Asante e não Ashanti (salvo exceção, quando nos referimos à região administrativa Ashanti, por ser esta a designação formal em termos políticos e administrativos), por duas razões principais a saber: por um lado, em todas as conversas (formais e informais) e entrevistas realizadas a membros da estrutura política tradicional Asante, sempre nos foi referido que este era o “termo puro” que reconheciam como autêntico na definição da sua identidade social e histórica (na parte três iremos descrever as circunstâncias militares, políticas e linguísticas que corroboram estas posições); por outro lado, a “oposição” dos Asante em reconhecerem o étimo Ashanti, deriva do facto de este último, ser uma “interpretação” linguística feita pelos Hausa ao étimo Asante (os *Hausa Constabulary* eram uma força paramilitar de origem Nigeriana mobilizada pelos Britânicos com o propósito de impedir os ímpetus da expansão e da resistência militar dos Asante na Colónia da Costa do Ouro). Ver, sobre esta temática: (Jeffries, 1952; Anderson & Killingray, 1991).

A fundamentação da nossa escolha pelos distritos municipais e localidades acima enunciados, assenta em três ordens de importância interdependentes entre si: a importância clânica, a importância simbólica e a importância política. Começemos, pois, pelo princípio. Os dois mais importantes clãs da genealogia política dos Asante são os Oyoko e os Bretuo. O clã Oyoko que formou, entre outros, os antigos Estados de Juaben e Nsuta, revela a sua importância clânica a dois níveis: por um lado, Juaben e Nsuta foram dois dos cinco Estados fundadores da Confederação de Estados Asante e, por outro lado, este é o clã ao qual pertencem as famílias reais que “conceberam” todos os *Asantehene* (o *Juabenhene* é seu primo materno e o *Nsutahene* é seu tio materno) da história política dos Asante. O clã Bretuo que formou o antigo Estado de Mampong, exponencia a sua proeminência clânica por ter sido o seu *omanhene* (o *Mamponghene* é sobrinho do *Asantehene* e o ancestral “guardião” e representante do Tamborete de Prata) o Comandante-em-Chefe do exército Asante na importante vitória travada com o poderoso Estado de Denkyira (e, ainda hoje, ocupa esse estatuto e essas funções militares<sup>8</sup>), e por ser, de acordo com a Lei Fundamental Asante, o regente político (*Awisiahene*) no período de tempo que intermedeia entre a escolha, a nomeação e a entronização do *Asantehene* no lugar de Estado do *Asanteman*.

Em fusional relação com a importância clânica, a importância simbólica e ritual do *Mamponghene*, do *Juabenhene* e do *Nsutahene* resulta do papel cerimonial de destaque que desempenham enquanto dignatários e “oficiantes”, em assessoria directa ao *Asantehene* e ao Tamborete de Ouro, dos ritos celebratórios nas sagradas cerimónias (públicas e privadas) dos festivais *Akwasidae* e *Odwira*, que são observados e exaltados por toda a “nação” Asante, bem como, ainda, na glorificação das veneradas e consagradas cerimónias de reiteração do *Juramento de Aliança e Fidelidade Política* (*Swearing an Oath of Allegiance*), instituído pelo *Asantehene* Osei Tutu Opemso I e, em conjunto com os “Estados” antigos de Bekway e Kokufu. Em resultado deste estatuto sagrado-religioso, as Autoridades Tradicionais das localidades por nós seleccionadas, para além dos “mistres” políticos de governação que ocupam nos seus “Estados”, ocupam ainda, “ministérios” de relevo político, militar e burocrático (sobretudo os acima citados) nas instituições de governo da “nação” Asante, de entre as quais, destacamos as magnas sessões plenárias do *Asante Kotoko* (Conselho de Kumasi) e, da *Asantemanhyiamu* (Assembleia Nacional). Portanto, é a soma do imbricamento clânico/familiar, com o sagrado papel de intermediários com os antepassados e, em decorrência, com a governação e a

---

<sup>8</sup>Segundo o *odehyee* Asante, Owusu Ansa (1823-1884), o *Mamponghene* ocupa este ancestral e importante cargo político, para além das razões de natureza clânica e política, pelo facto de “in Ashanti, the King never joins the army except on occasions when the full strength of the Ashanti power is to be put forth, and in pursuance of some solemn vow” (*apud* Brackenbury, 1874: 224).

perpetuidade política do *Asanteman* por parte das Autoridades Tradicionais dos distritos municipais por nós designados (que lhes outorga uma inquebrável legitimidade social e um inaudito estatuto político), que resultou na escolha deste “espaço” e destas “gentes” políticas para “apreendermos”, “construirmos” e analisarmos o nosso objecto de estudo.

Deste modo, reveladas as justificações temporais e espaciais, recentremos a nossa atenção analítica nas questões que inicialmente colocámos à disposição das “inquietudes” científicas deste capítulo. O Estado “pós-colonial” ganês, desde o “ponto zero” da sua formação ideológica (Estado-ideia) e da sua construção político-institucional (Estado-sistema), administrado à época pelo revolucionário e cismático Kwame Nkrumah, até aos mais recentes “momentos” históricos de “mutualismo” político obrigatório, revigorados pelo precatado mas perseverante John Atta Mills, tem oscilado entre a pretensão de ocupação de uma “eucaliptante” posição até ao pragmatismo de ocupação de uma posição “pendular”, ou, se preferimos, de uma posição em “dinâmica” conjuntural, no campo político da região administrativa Ashanti.<sup>9</sup> A razão primeira e explicativa para que esta posição do Estado “pós-colonial” ganês não seja, nem nunca tenha sido, hegemónica ou, sequer irrefragável, decorre da histórica e “instintiva” e, até mesmo, “ingénita” posição (sendo esta, também, permeável a conjunturais refluxos oscilatórios e a consequentes reposicionamentos políticos), que as Autoridades Tradicionais Asante ancestralmente ocuparam e, ocupam, no campo político da região administrativa Ashanti.

Salientamos, ainda, que existe uma dialéctica intrínseca entre estas posições e as disposições (*habitus*) que condicionam, escoram e impulsionam os fluxos, as práticas e as estratégias políticas do Estado “pós-colonial” ganês e das Autoridades Tradicionais Asante no campo político da região administrativa Ashanti. Poderemos, nesta medida (e, com base nos *outputs* que o “terreno” político nos facultou), considerar que a posição que o Estado “pós-colonial” ganês historicamente tem tentado conquistar, assenta na incorporação de um particular e “construído” *habitus* político (assente no primado do racional-legal) que pode ser categorizável de “moderno”, e a posição que as Autoridades Tradicionais Asante historicamente têm tentado preservar, assenta na incorporação de um particular e “hereditário” *habitus* político (assente na força do costume) que pode ser categorizável de “tradicional”.

---

<sup>9</sup>No presente texto, a utilização do epíteto “pós-colonial” entre aspas não obedece a qualquer princípio de ordem semântica. Obedece, antes, aos princípios da evidência política e do rigor analítico. Esta decisão teórica e epistemológica, escora-se na analítica justificativa apresentada por Crawford Young. Para este consagrado autor, os *modus vivendi* e os *modus operandi* político-burocráticos dos Estados “pós-coloniais” africanos, foram, durante décadas e *ipsis verbis*, uma “pálida cópia” dos seus antecessores coloniais. Só, a partir de meados dos anos noventa, com a crise da “desconjuntura” do Estado “pós-colonial” africano e, em consequência, com o surgimento de uma pluralidade de novos actores, dinâmicas e relações políticas, é que Crawford Young considera que aquela “etiqueta” (e o entre aspas) perdeu (alguma) importância/intenção política e valor heurístico. Ver: (Young, 1988, 1994, 2000, 2004).

A definição e a ocupação (legítima) de posições no campo político da região administrativa Ashanti, compete a que o Estado “pós-colonial” ganês e as Autoridades Tradicionais Asante, sejam activos detentores de diferenciadas, hierarquizadas e eficientes espécies particulares de capitais (capital estatal, capital do uso da força física, capital económico, capital cultural, capital cívico, capital jurídico, capital social, capital eleitoral, capital político, capital simbólico e capital “cosmológico”), que “operam” enquanto “trunfos” ou armas políticas e enquanto *enjeux* das orientadas e intencionais lutas políticas. Na prática, o Estado “pós-colonial” ganês e as Autoridades Tradicionais Asante, enquanto agentes políticos que no campo político lutam, são portadores de *bens políticos raros*, e, é o volume, o montante e a estrutura destes que permite àqueles, não só a entrada, como ainda, definem (reforçam) a posição que estes agentes políticos (já) ocupam ou possam a vir ocupar no campo político da região administrativa Ashanti, com o objectivo estratégico de exercerem a (sua) dominação política ou, para subverterem a ordem política estabelecida.

Evidenciemos, no entanto, e, como iremos demonstrar, enquadrar e especificar ao longo deste trabalho, que a distribuição e a posse dos capitais não é definitiva nem imáleavel, pelo contrário, os capitais específicos acima referidos, são mobilizados pelo Estado “pós-colonial” ganês (em especial, o seu meta-capital: o capital estatal) e pelas Autoridades Tradicionais Asante (notadamente, o seu incorporado capital “cosmológico”) em determinada conjuntura histórico-política, em função da sua força relativa no jogo, da sua posição no espaço de jogo, e, também, dos seus compromissos ideológicos, dos seus interesses políticos e das suas estratégias no jogo político-relacional.

A existência de distintos e incorporantes *habitus* políticos, a mobilização de diferentes espécies de capital (reconhecidas e validadas pelos “consumidores” políticos Asante) e, em decorrência, a “ocupação” de hierarquizadas posições no interior do campo político da região administrativa Ashanti, têm uma ressonância política directa na configuração das relações políticas objectivas que se instituem historicamente entre Estado “pós-colonial” ganês e as Autoridades Tradicionais Asante. Com efeito, nas diferentes conjunturas políticas da “arqueologia” relacional do Estado “pós-colonial” ganês com as Autoridades Tradicionais Asante, a complexa “teia” de relações políticas que entre estas “construídas” unidades de análise se estabelecem, caracterizam-se (convertem-se), segundo o espólio heurístico de Pierre Bourdieu, em relações políticas que se traduzem num estruturado sistema de “expressões” e práticas de dominação, de subordinação e/ou de homologia. Por outras palavras, se quisermos fazer eco da terminologia política que o nosso “terreno” nos transmitiu, diremos que a “compleição” das relações políticas tecidas entre o Estado “pós-colonial” ganês e as

Autoridades Tradicionais Asante, tem volatilmente oscilado entre o ostensivo conflito e/ou concorrência política (sobretudo, na 1.<sup>a</sup> República) e entre a tácita aliança e/ou cooperação (em particular, na 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Repúblicas) que, como iremos perscrutar neste trabalho, se “traduzem”, em alguns “momentos” históricos, em consentida e reclamada interdependência política (mormente, na 4.<sup>a</sup> República).

Será, assim, sob os auspícios destes referentes teóricos, conceptuais e empíricos, que pretendemos, ao longo do presente texto, proceder à “construção” inteligível e à “decomposição” reflexiva do objecto de estudo que aqui “calibrámos”.

### 3 | ONDE AS ÁGUAS SE SEPARAM: A PROBLEMÁTICA

A matéria científica “contratada”, “construída” e “balizada” no ponto precedente, insere-se na problemática mais vasta das relações políticas instituídas entre o Estado “pós-colonial” e as estruturas políticas ditas “tradicionais”, na África subsaariana.<sup>10</sup> O debate teórico em torno do papel das Autoridades Tradicionais no domínio da política, e, sobretudo, do “político” em África, e das suas relações políticas com os respectivos Estados “pós-coloniais” – nos seus dialécticos processos de formação e de (re)construção ideológica e institucional –, não é um conteúdo científico recente nos domínios de pesquisa das diversas Ciências Sociais (Busia, 1968; Skinner, 1968; Miller, 1968; Proctor, 1968).

Todavia, em termos de visibilidade política e académica, só a partir dos anos oitenta é que este enfoque analítico volta a ter a importância que teve, por exemplo, no período que mediou entre o fim da Segunda Guerra Mundial e, o início das independências políticas africanas (Vaughan, 1988; Abba, 1990; Binsbergen, 1987; Rouveroy van Nieuwaal, 1987a; Rouveroy van Nieuwaal, 1987b; Rouveroy van Nieuwaal, 1991; Arhin, 1985). Na verdade, nos

---

<sup>10</sup>Neste contexto analítico, a pergunta impõe-se por si própria: porque razões políticas o Estado “pós-colonial” africano, dedica (ainda hoje) tanto do seu “tempo” político e da sua “energia” administrativa, na “construção” de uma relação política com as Autoridades Tradicionais? A resposta surge pelas palavras de Janine Ubink, ao salientar que “first, chiefs are service providers, who perform a number of important functions in their localities. Since African states often have not succeeded in delivering essential services, people keep turning to traditional authorities. The government might recognise or formalise the position of chiefs hoping to expand the number of functions or enhance the chiefs’ performance. Second, many African governments would like to add the legitimacy of traditional leaders to that of elected (local) government by giving traditional leaders an official role in governmental institutions. They hope to strengthen the position of the government by integrating tradition into the space of governmental power as a symbolic, legitimising discourse. Third, chiefs are intermediaries, who take up a position in between the government and the local population. By formalising the position of chiefs, the government can hope to reach the people through their traditional leaders and benefit from the mobilising potential of traditional authorities for developmental and democratic projects that the state does not have the capacity to conduct by itself. Fourth, the government sometimes needs the co-operation of chiefs to ‘capture local communities’ in order to achieve legislative hegemony. Fifth, without taking traditional structures into account, social and political engineering are likely to fail at the local level, as state measures meet resistance from reluctant or antagonistic chiefs” (2008: 13-14).



anos sessenta e setenta, a problemática das relações políticas Estado-Autoridades Tradicionais, perdeu muita da sua antiga importância científica e, o Estado “pós-colonial” passou a ser o centro de todas as atenções analíticas, como o único e exclusivo “fenómeno” produtor do “político” nos países africanos recém-independentes: vide, no quadro ideológico (revolucionário) da época, o agente social, o constructo político e o referente simbólico promotor dos (tão ambicionados) mitos do “desenvolvimento”, da “modernidade” e, dos processos de “*nation-building*” (Jackson & Rosberg, 1982a; Zartman, 1995; Englebert, 2000; Rotberg, 2003).

A partir dos anos oitenta, em simultâneo com a radicação da ideia do falhanço político dos Estados africanos em promoverem um desenvolvimento equitativo e sustentável e, em produzirem uma identidade nacional participada e coesiva (Wunsch & Olowu, 1995; Villalón & Huxtable, 1998; Sandbrook, 1985; Ergas, 1987; Rothchild & Chazan, 1988,) surgiram, nesta declinativa sequência, um repositório de correntes teórico-conceituais que buscavam contributos explicativos centrados na diversificação das lógicas sociais em jogo no conjunto nacional, e, nomeadamente, nos reiterados e impetuosos fluxos da recém-gizada “sociedade civil” (Bayart, 1986; Azarya, 1994; Harbeson *et al.*, 1994; Kasfir, 1998; Bratton, 1989; Chazan, 1992). Esses *corpus* teóricos estavam mais vocacionados para estudarem dinâmicas sociais locais, conceptualizadas em torno das empíricas noções de “*modes populaires d’action politique*” e de “*politique par le bas*” (Bayart, 1979; Geschiere & Klei, 1986; Bayart *et al.*, 1992; Florêncio, 2003).

Com efeito, os recuperados estudos empíricos e as reescritas formulações teóricas, procurando as causas da crise – leia-se: do exposto colapso e da “exaurida” legitimidade (Englebert, 2000) – do Estado “pós-colonial” africano, (re)descobriram a importância da acção/posição política de agentes sociais imersos na esfera sinalada enquanto “tradicional”, esfera essa que continuava a dar substantiva coerência política, ideológica e cosmológica a grupos sociais assentes em cavadas identidades etnolinguísticas<sup>11</sup> (e, de outra natureza), e que participavam (com maior ou menor visibilidade política) nos processos “nacionais” (logo estatais) de (re)construção política, administrativa, económica, social, jurídica, entre outras dimensões (Englebert & Dunn, 2013).<sup>12</sup> As várias disciplinas científicas passaram, então, a

---

<sup>11</sup>Nos “momentos” históricos de “desconjuntura” política do Estado “pós-colonial”, foram as Autoridades Tradicionais “the only remaining and functioning form of social organisation” (Lutz & Linder, 2004: 4).

<sup>12</sup>No Gana, por exemplo, o Conselho de Estado integra, por inerência, o presidente da NHC, por indicação presidencial, dois *paramount chiefs*, e, por eleição, os *paramount chiefs* das regiões administrativas do Volta, do Leste, do Norte, do Brong-Ahafo, do Oeste Superior e Ashanti. Podemos, ainda, citar o exemplo do Zimbábue e da Zâmbia, cuja legislação permite aos *paramount chiefs* ingressarem em partidos políticos de âmbito nacional, e serem eleitos para os respectivos parlamentos nacionais. Ver: (Arhin, 2001).

debruçar-se mais atentamente sobre as chamadas “sociedades tradicionais”, em particular, sobre as suas lógicas, dinâmicas e estruturas de produção e de reprodução do “político” e, necessariamente, sobre as suas práticas (e posições) relacionais com os Estados “pós-coloniais”, nos múltiplos, complexos e dúcteis campos políticos da África subsariana (Ray & Rouveroy van Nieuwaal, 1996; Perrot & Fauvelle-Aymar, 2003).<sup>13</sup>

Esta nova fase epistemológica veio dinamizar a produção de conhecimentos académicos em que os tecidos sociais (a “sociedade” como um todo, nalguns casos, ou grupos sociais específicos, noutros) ocupavam lugar de destaque *por si só* ou, na sua entrançada (e volátil) relação política com as estruturas formais do Estado “pós-colonial” africano. Nesta perspectiva, a atenção académica e o olhar político sobre as Autoridades Tradicionais apareceram, portanto, como uma consequência objectivada desta “procura” de agentes políticos locais, no interior de um modelo analítico que procurava decompor as relações políticas do Estado “pós-colonial” com a “sociedade”, em geral, e, com a “tradicional”, em particular (Dias, 2001; Florêncio, 2003). Deste modo, dentro deste modelo global Estado–“sociedade”, vários autores, partindo de diferentes perspectivas analíticas e de distintas realidades empíricas, debruçaram-se com maior acuidade científica sobre a organização social, as instituições políticas e os sistemas simbólicos (no fundo, as legitimidades estruturais e o lugar sociopolítico conjuntural) das Autoridades Tradicionais, e, sobre a natureza, extensão e configuração das relações políticas que edificavam com o Estado “pós-colonial” (quer a nível nacional, regional e/ou a nível local) e, com outros agentes políticos, sociais, económicos, financeiros e institucionais (nacionais e internacionais) (Diop & Diouf, 1999; Triulzi & Ercolessi, 2004; Bellagamba & Klute, 2008).

Neste sentido, numa conjuntura histórica de democratização política do Estado “pós-colonial” – impulsionada desde os finais dos anos oitenta por pressões endógenas e exógenas – que reclamava o fim dos regimes de partido único e/ou militares e, a institucionalização de processos de transição para regimes políticos democráticos, baseados nos princípios de *political accountability*, *good governance*, *empowerment* e descentralização político-administrativa (Huntington, 1991; Bratton & Walle, 1997; Carew, 2006; Diamond & Platten, 2010; Cheeseman, 2015), as Autoridades Tradicionais (re)assumiram, com maior ou menor expressividade, o estatuto político e as práticas sociais de válidos (porque reconhecidos) representantes de importantes franjas da “sociedade civil” (ou, pelo menos, de identidades

---

<sup>13</sup>Com efeito, tal como sublinham Claude-Hélène Perrot e François-Xavier Fauvelle-Aymar “dans les années 1980, le regard porté sur les deux pouvoirs a changé. L’attention des anthropologues et des historiens s’était dans un premier temps dirigée vers les processus de formation et de construction de l’État moderne en Afrique. Elle s’oriente à présent sur ce phénomène inattendu qu’est la reviviscence, dans un contexte nouveau et sous des formes évidemment nouvelles, des royautes et des chefferies” (2003: 7-8).

locais muito vivas), “jogando” um papel híbrido de charneira entre o Estado “pós-colonial” africano e as “sociedades”, sobretudo, as rurais (Rouveroy van Nieuwaal, 1996, 1999, 2000; Rouveroy van Nieuwaal & Rijk van Dijk, 1999; Donald Ray, 1996).<sup>14</sup> Ou, ainda, eram apercebidas enquanto agentes políticos locais, inseridos numa constante luta política por lugares de poder nas arenas políticas em meio rural, entre uma multiplicidade de lógicas políticas e agentes sociais com activos e deliberados interesses políticos (Bierschenk & Sardan, 1997, 1998, 2003; Bierschenk *et al.*, 2002).<sup>15</sup> Refira-se, *en passant*, que inserindo-se nesta última corrente heurística, alguns autores retomaram a teoria das redes sociais (*social networks*), e recorreram ao modelo teórico assente no conceito de “clientelismo” político – que pressupõe a existência de relações de patrono-cliente (Gellner & Waterbury, 1977) – para salientar o estratégico papel de *political brokers* das Autoridades Tradicionais nos jogos de poder nos campos políticos nacionais, regionais e, mormente, a nível local (Trotha, 1996; Barnes, 1986; Baldwin, 2016).

A apreensão primeira que fizemos a esta problemática no Gana, centrou toda a sua atenção e compreensão heurística, não *via* Estado “pós-colonial” ganês, mas antes, e, sobretudo, *via* Autoridades Tradicionais Asante. A razão que explica tal procedimento metodológico e, se quisermos, epistemológico, assenta no facto de nas iniciais e “exploratórias” conversas informais tidas com alguns informantes privilegiados, o prestígio histórico, a influência política e relevância social e simbólica das Autoridades Tradicionais Asante no quotidiano político do Gana, e, inquestionalmente, na “biografia” política da região administrativa Ashanti, foram-nos revelados de um modo tão sintomático e contagiante, que ficámos teoricamente inebriados por aquele objecto real de estudo. Recuperada a sobriedade científica, de novo acatámos as orientações científicas que o nosso “ponto de partida” disciplinar (a Ciência Política) nos outorgou na depuração, no balizamento e na edificação dos nossos “encargos” científicos: a montante desta problemática situava-se o Estado “pós-colonial” ganês, e, por seu lado, a jusante desta problemática, não obstante todo o seu reconhecido património político e cosmológico, localizavam-se as Autoridades Tradicionais Asante. Seria, nesta sequência, a apreensão dos

---

<sup>14</sup>Para Emile Rouveroy van Nieuwaal o “lugar” de intermediação “jogado” pelas Autoridades Tradicionais, remete-as para um “papel” político de: “‘auxiliary’ or ‘go-between’: two different terms that express the linking role chiefs play between the state and the people. As true Janus, the chief turns now towards his people to whom he owes his loyalty, and now towards the state powers who also expect his fully loyalty. (...) On the one hand this has made the chief the gateway for the central government. On the other hand, the chief also becomes the link for mobilizing socio-economic and political sources, both those passed to him from the side of the government as those that he has at his disposition on the side of his own society” (1999: 35-36).

<sup>15</sup>As arenas políticas locais são, segundo Thomas Bierschenk e Jean-Pierre Sardan, caracterizadas “by multi-focal political instances, the partial autonomy of local arenas, multiples forms of legitimacy, highly flexible institutional arrangements, the feeble capacity of the state to impose its norms, the inability of local political instances to regulate community problems, and strong dependence on external aid” (2003:151).

“fluxos” políticos que neste “rio relacional” desciam, que mereceria a diligente atenção do nosso “olhar” analítico.

Deste modo, assumindo como representativos e estetoscópicos os processos relacionais e as dinâmicas posicionais aferidas na problemática “macro” acima enunciada, colocamos a pergunta axial, ou, se preferirmos, a pergunta das perguntas da presente tese de Doutorado, que reclamou *de per se* um “lugar” de orientação e perscrutação nos trabalhos teóricos e empíricos: quais são os factores políticos que explicam que o Estado “pós-colonial” ganês não seja, ao longo do seu processo histórico de “formação” e “construção” política, o *único* e *exclusivo* agente político a ocupar as posições de dominação política no campo político da região administrativa Ashanti?

No Gana “pós-colonial”, a visibilidade social desta problemática científica (e deste problema político), é tão longínqua quanto o “momento” histórico da sua independência política.<sup>16</sup> Com efeito, ao longo de todas as entrevistas que realizámos, no decurso de toda a pesquisa bibliográfica que concretizámos e, de tudo o que observámos *in situ* e *in vivo* em Kumase, em Ejisu, em Juaben e em Mampong, “sentimos” que esta temática ainda era produtora de alguma efervescência social e de arreigadas pulsões políticas. Todavia, a estranheza desta circunstância política, não deixava de causar alguma perplexidade e, diríamos até, alguma desorientação científica em nós. O Estado em Kumase era visível, palpável e audível. As razões explicativas de uma histórica e “anuída” debilidade burocrática, de uma fraqueza administrativa e, mormente, de uma amputada legitimidade política por parte do Estado ganês, não deixaram de se adensar nos nossos “pensamentos” heurísticos. A dubiedade teórica permaneceu, até encontrar o seu primeiro desanuviamento explicativo, pelas pragmáticas e experientes palavras do Ministro do *Ministry of Chieftaincy and Culture*, Sampson Kwaku Boafo:

ao olharmos para a política na região administrativa Ashanti, temos de ter especiais cuidados de análise. O Estado tem, sobretudo nos últimos vinte, vinte e cinco anos, conseguido estender e fazer funcionar as suas estruturas e instituições. Já não é um “estranho” como outrora fora. As

---

<sup>16</sup>Não obstante a sua longínqua importância histórica e transversal relevância política, esta temática entrou definitiva e pertinentemente nas “agendas” académicas e políticas (nacionais e internacionais), a partir dos inícios dos anos noventa. Citemos, entre outros, alguns dos encontros políticos travestidos de científicos: a conferência *Chieftaincy in Africa: Culture, Governance and Development*, realizada em Acra, em 2003, organizada pelo IAS-UG e com o patrocínio da Real Embaixada Holandesa e da Ford Foundation; o seminário *Deepening the Democratic Process in Ghana: The Role of Chiefs*, realizado em Elmina, em 2005, organizado pela KAF e NHC; o workshop *Decentralization and Traditional Authorities in Ghana*, realizado em Akosombo, em 2006, organizado pela NHC e com o patrocínio da KAF; a conferência *50 Years of Chieftaincy and Governance in Ghana*, realizada em Acra, em 2007, organizada pela KAF e com o patrocínio da Embaixada da Alemanha; do workshop *Ghana at 50: Assessment of the Chieftaincy Authority in the Modern Development Process. Resolving the Duality of Governance*, realizado em Acra, em 2007, organizado pelo KAF, CIKOD e NNF; da conferência *Sources and Resolution of Chieftaincy and Land Conflicts in Ghana*, realizada em Acra, em 2011, organizada pela NHC, ZIF e KAIPTC.

peças da região gradualmente respeitam e a ele recorrem. Agora, temos matérias que são muito mais sensíveis. O Estado nos Asante, desde o Nkrumah, tem tido enormes dificuldades em tratar e impôr algumas medidas políticas. Em ser o Estado dos Asante. Em se fazer sentir legítimo. Os *amanhene* Asante são chefes políticos muito poderosos e a suas gentes respeitam-nos muito. Consideram-nos os seus verdadeiros líderes políticos.<sup>17</sup>

De facto, o Estado “pós-colonial” ganês existe em Kumase, mas, subsiste também e, em simultâneo, a Confederação de Estados Asante.<sup>18</sup> Esta realística e analítica leitura do quadro político e das dinâmicas relacionais na região administrativa Ashanti, encontra repercussão científica nas investigações empíricas de alguns autores, que caracterizam esta “circunstância” política de “paradoxo político” (Pavanello, 2003; 2007), ou, ainda, que aquela produz e reproduz o que Donald Ray (1996), Laura Dunham (1998) e Stephane Branche (1998), categorizaram de soberania e de legitimidade política “difusa” ou “dividida”. Para Donald Ray, as Autoridades Tradicionais no Gana e, muito especialmente os *amanhene* Asante (que continuam, ainda hoje, a usufruir do estatuto de “guardiões da tradição”, de “donos da terra”, e, não de somenos importância, de zeladores das nocivas investidas sociais das feiticeiras – *abayifo*), representam, sem qualquer margem para dúvida política,

parallel bases of power and authority to the state. The precolonial roots of the chiefs form the basis for the chief's claims to legitimacy, sovereignty, authority and power. Neither the colonial state nor the post-colonial state in Ghana has felt strong enough to govern without the chiefs (1998: 64).<sup>19</sup>

Com efeito, e como ao longo do presente texto iremos empiricamente demonstrar, estas ocorrências políticas são particularmente verificáveis nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e de Mampong. Melhor: nas localidades que desenvolvemos a nossa pesquisa empírica, é notoriamente verificável a “olho nu”, a existência de um complexo, ambíguo e antagónico “modelo” de governação dualista (que remonta aos “tempos” políticos do Estado colonial Britânico), assente em dois paradigmas de governação política historicamente diferenciados. O primeiro destes “modelos”, assenta no “moderno” sistema político, burocrático, administrativo e jurídico do Estado ganês, que fundamenta os seus pedidos de obediência política, sobretudo, pela observância do formalismo dos preceitos jurídicos e da institucionalização das regras

---

<sup>17</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Sampson Kwaku Bofo (Ministro do MCC), em Acra, em 2007 [AE 2010/EPE].

<sup>18</sup>Segundo Pierre Englebert, os Asante, os Buganda e os KwaZulu, são os Estados “antigos” que, nos últimos quinze anos, maiores proeminências políticas ganharam na vida pública dos seus respectivos países (2003).

<sup>19</sup>A cooptação ou a contração das prerrogativas políticas das Autoridades Tradicionais via diplomas legislativos e constitucionais, tem sido o privilegiado e histórico instrumento ou arma política utilizada pelo Estado “pós-colonial” ganês. Citemos, entre outros tantos: *House of Chiefs Act* (1958), Constituição de 1960, *Chieftaincy Act* (1961), *Chieftaincy (Amendment) Decree* (1966), Constituição de 1969, *Chieftaincy Act 370* (1971), Constituição de 1979, Constituição de 1992, *Chieftaincy Act 759* (2008).

constitucionais, tão singulares e, tão “reclamadas” pela neófito democracia representativa e parlamentar.

O segundo “modelo”, assenta no “tradicional” sistema político, militar, burocrático, administrativo, jurídico e cosmológico da Confederação de Estados Asante, que sedimenta as suas raízes históricas e políticas entre finais do século XVII e início do século XVIII e, que fundamenta os seus intransmissíveis e incapturáveis pedidos de obediência política na *tradicional* reverência à simbólica política representada pelo Tamborete de Ouro, na observância e realização dos purificadores (renovadores e perpetuadores) festivos do *Akwasidae* e do *Odwira*, e na anual ritualização da unificadora cerimónia do *Juramento de Aliança e Fidelidade Política* à nação Asante, que todos os “Estados” da Confederação Asante impreterivelmente renovam e solenemente juram cumprir em qualquer contexto histórico ou conjuntura política.<sup>20</sup>

Assistimos, deste modo, nos distritos municipais acima referidos, a constantes e dissimuladas nuances de dinâmicas políticas que revelam que temos um Estado “pós-colonial” ganês que estrategicamente e circunstancialmente não se importa de “vestir” a reconhecida indumentária da “tradição” Asante e, por outro lado, temos os ancestralmente incontornáveis *amanhene* Asante, que promovendo (e reinventando) em cada oportunidade política o seu “neo-tradicionalismo” (ou, como mais adiante neste trabalho designaremos: o seu “metatradicionalismo”), procuram, em nome das suas projectadas ambições políticas, os códigos, a linguagem e os procedimentos de uma “modernidade” política que naqueles “espaços” relacionais de forças e de lutas, se constrói, reconstrói e intercepta a cada dia político.

Nesta medida, será sob os auspícios desta “moldura” teórica, política e empírica, que sublinha e revela a “aleijada” (ou, mesmo, amputada) legitimidade política do Estado “pós-colonial” ganês e, nos reforça a consagrada “posição” das Autoridades Tradicionais enquanto triplos intermediários – entre as populações Asante e os “financiadores/doadores/promotores” do desenvolvimento, entre o Estado ganês e as populações Asante e, entre o “mundo” dos vivos (e, dos que ainda não nasceram) e o “mundo” dos antepassados-deuses Asante – e, ainda, enquanto portadores, executores e perpetuadores, com a anuência política dos antepassados-fundadores, do *sunsum* (alma) e do *tumi* (autoridade soberana) de toda a nação Asante, que nos é permitido avançar com a nossa hipótese central de trabalho: *a consolidação do processo de*

---

<sup>20</sup>Segundo Isaac Owusu-Mensah “chieftaincy is the primary substratum of Ghanaian society; consequently, the political leadership dares not undermine its credibility without experiencing political and socio-cultural repercussions. According to CIKOD, 80 per cent of Ghanaians claim allegiance to one kind of chief or another. The institution is considered to be the repository of history and traditional ways, as well as the custodian of the indigenous traditions, customs, and society of Ghana” (2013: 31-32).

*formação e de construção do Estado “pós-colonial” ganês na região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e de Mampong, deriva, em larga medida, da sua capacidade (ou vontade) política de estabelecer um sistema de relações objectivas assentes na aliança e na cooperação política, na justa razão em que os amanhene Asante, são agentes políticos activos que ocupam “posições” de dominação política legítima, ancestralmente validadas pelas várias populações Asante até ao presente histórico.*

#### **4 | DE PORTAS BEM ABERTAS: OBJECTIVOS E CONTRIBUTOS**

Será, assim, sob os auspícios balizadores dos referentes teóricos da problemática acima enunciada, que pretendemos “ler” mais nitidamente o nosso objecto de estudo. Nesta medida, para uma “leitura” (ainda) mais focada daquele, importa apresentarmos neste capítulo, os objectivos – hierarquicamente distribuídos, mas interdependentes entre si – que nos propusemos atingir com a presente investigação. O primeiro e central objectivo desta tese de Doutoramento pretende:

| analisar a configuração de relações objectivas entre as posições (diferenciadas) que os agentes políticos estatais e agentes políticos tradicionais ocupam, em contexto “pós-colonial”, no campo político da região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong.

Em conformidade, esta “intenção” principal convoca por si própria, um conjunto de “intenções” mais específicas que têm como função reforçar ou dar visibilidade às pretensões explicativas por aquela reclamadas. Neste sentido, os objectivos de natureza específica – e coadjuvante – centram-se:

| na compreensão dos mecanismos, lógicas e dinâmicas históricas, políticas, sociais, ideológicas, económicas e jurídicas dos processos de formação e (re)construção do Estado ganês, em contexto “pós-colonial”, na região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong;

| na compreensão das práticas, continuidades e rupturas históricas, políticas, sociais, ideológicas, económicas e simbólicas dos processos de resiliência e (re)invenção das Autoridades Tradicionais Asante, em contexto “pós-colonial”, na região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong;

| na compreensão dos fundamentos do pedido de obediência política do Estado ganês, em contexto “pós-colonial”, no seio das populações rurais da região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong;

| na compreensão dos fundamentos do pedido de obediência política das Autoridades Tradicionais Asante, em contexto “pós-colonial”, no seio das populações rurais da região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong.

Em função dos objectivos científicos apresentados, a presente investigação visa (expectavelmente) produzir um conjunto de novos (e específicos) contributos teóricos e empíricos para o estudo da problemática (global) que compreende as relações políticas tecidas entre o Estado “pós-colonial” e as Autoridades Tradicionais, na África subsaariana. Os contributos teóricos desta investigação, ainda que subsidiários do conhecimento científico já produzido e, em consequência, com menos “novidade” teórico-metodológica, não deixam, quanto a nós, de se revestirem de uma importância científica reivindicada. Deste modo, o aporte teórico desta tese de Doutoramento, pode ser “mensurado” através de duas “peças científicas” que a compõem: a primeira destas “peças” revela-se na revisão, explanação e confronto de uma forma abrangente e atualizada, das múltiplas perspectivas analíticas e empíricas que arquitetam o “estado da arte” que alicerça, por sua vez, a problemática que define a moldura teórica deste trabalho de investigação. A segunda “peça científica” que consigna a importância teórica desta tese, assenta na incorporação dos conceitos de *habitus*, de capitais e, sobretudo, do conceito de campo político, na “construção” do nosso objecto de estudo. Qual a importância destas ferramentas conceptuais no estudo da “produção” e da “reprodução do político” em “contexto empírico” da África subsaariana?

A partir das capacidades heurísticas do conceito de campo político, torna-se possível, pensar a “construção do político” em África, no nosso caso, na sociedade rural ganesa (região Ashanti), tendo em linha de conta as suas especificidades não só relativamente à definição do que está em disputa no jogo político, às crenças (*doxa*) e aos investimentos (*illusio*) que o sustentam e aos princípios sobre os quais se organiza, como também considerar as condições históricas, políticas, simbólicas e sociais da sua (re)constituição. Em síntese, pensar relacionamente o “fenómeno político” na região Ashanti a partir daqueles utensílios teóricos permite-nos depurar com acuidade científica os fundamentos da dominação política legítima, as espécies e volumes de capital (hierarquicamente diferenciados), e a configuração de relações objectivas entre as posições atuais (ou em potência) que os agentes ou instituições políticas estatais e tradicionais ocupam no interior do campo político em análise.



Quanto aos contributos de natureza empírica – do nosso ponto de vista, a “mais-valia” científica deste trabalho – manifestam-se pela participação com dados empíricos diretos para o conhecimento de realidades culturais, etnolinguísticas, sociais, políticas e geográficas pouco, ou nada, estudadas em Portugal, tal é o caso do Gana e dos Asante. O trabalhar sobre os processos históricos, sociais, políticos, constitucionais e simbólicos de (re)construção e formação do Estado (“pós-colonial”) ganês e de resiliência das Autoridades Tradicionais Asante, introduzirá não só no debate nacional novas dimensões analíticas (enriquecendo-o, por inerência), como ainda, permitirá que a investigação portuguesa no campo interdisciplinar de Estudos Africanos em Ciências Sociais, possa participar no debate internacional sobre “realidades outras” que não os PALOP, no qual a exiguidade de investigadores portugueses é (ainda) uma evidência científica.

Em suma, esta “novidade empírica”, em “confronto” científico com outras realidades empíricas já estudadas (ou em estudo), permitirá: por um lado, analisar em comparação diferentes modos locais de regulação social e de produção do “político” em África; por outro lado, comparar analiticamente as rupturas, as continuidades e as diferenciações dos agentes e das estruturas políticas em estudo, em diferenciados espaços rurais africanos; e, por último, contribuir comparativamente para o conhecimento das dinâmicas, dos constrangimentos e das potencialidades que definiram as trajectórias relacionais dos Estados “pós-coloniais” africanos com as (suas) respectivas Autoridades Tradicionais.

## **5 | RELAÇÕES FORTES: A ESTRUTURA DA TESE**

Esta tese de Doutoramento, sistematizada em função dos objectivos científicos que a erigiram e que a balizaram, encontra-se estruturada em torno de uma introdução, de três partes – que providenciam um proficiente diálogo entre as formulações teórico-conceptuais e as observações empíricas – de uma conclusão (na qual incluímos uma sucinta reflexão sobre futuras pistas de indagação científica), de um capítulo dedicado às fontes e à bibliografia consultada, e de um combinado de anexos que ilustram (e reforçam) a temática decomposta ao longo do presente trabalho.

Na introdução, num primeiro momento, descrevemos sucintamente a génese desta investigação, traçando para o efeito, o percurso científico que conduziu à feitura desta tese de Doutoramento. No ponto seguinte, procedemos à “construção” do nosso objecto de estudo, e, em ponto posterior, vertemos as coordenadas do balizamento teórico da problemática, bem como os constituintes científicos da mesma. Procedemos ainda, neste capítulo introdutório, à

apresentação dos objectivos e dos expectáveis contributos que esta investigação possa trazer a novas discussões científicas. Por último, apresentamos de forma sinóptica, a organização da tese.

Na primeira parte, damos visibilidade às grandes linhas da matriz teórica, à “construção” conceptual do nosso objecto de estudo, ao posicionamento e procedimentos epistemológicos, e às questões relativas ao *saber-fazer* metodológico. No primeiro capítulo, partindo de uma abordagem analítica que “verte” da dimensão macro para a dimensão micro, fazemos uma incursão crítica pelo quadro das referências teóricas produzidas sobre a problemática das relações políticas Estado(s)-Autoridades Tradicionais, no contexto histórico (geral) da África subsaariana. Nesse sentido, no primeiro ponto abordamos a produção do “político” e a organização do “político” na África pré-colonial. No ponto dois, salientamos a construção, o impacto e as transformações que os diversos Estado coloniais (em particular, o Britânico) exerceram sobre as ditas “sociedades” tradicionais africanas. No terceiro ponto, enquadrámos os diferentes modos de relações políticas estabelecidas entre os Estados “pós-coloniais” africanos e as correspondentes Autoridades Tradicionais. No capítulo dois, debruçamo-nos sobre a delimitação teórica dos conceitos sistémicos utilizados nesta pesquisa, mormente, dos conceitos de Estado, Autoridades Tradicionais e campo político e, colateralmente, dos conceitos de *habitus* (político) e de capitais (políticos). O capítulo três desdobra-se em quatro alíneas a saber: na primeira, justificamos a nossa opção por uma postura epistemológica “racionalista”; na segunda alínea, fundamentamos o porquê do assumir uma perspectiva interdisciplinar e quais os contributos das várias disciplinas na construção do nosso “aparelho” teórico-metodológico; na alínea três, abordamos a questão da (in)existência de uma “área científica” Estudos Africanos, e na quarta alínea, recenseamos (e explicitamos como tentámos “anular”) alguns dos “obstáculos” que surgiram – e que categorizámos como “científicos” e como “práticos” – durante a execução da nossa investigação no Gana. No capítulo quatro são apresentados os processos e os instrumentos metodológicos mobilizados pela nossa estratégia de investigação. Para o efeito, explicitamos e justificamos porque acionámos o método de *estudo de casos* pela *pesquisa de terreno* e, em decorrência, damos conta das principais técnicas de recolha de informação que seleccionámos e adoptámos para a feitura deste trabalho: observação participante (com observação directa, “diário de campo” e contactos e conversas informais), entrevistas semidirectivas, análise documental e, enquanto técnica auxiliar, a análise de conteúdo (temática).

Na segunda parte, e continuando a “verter” nesta escala de análise “descendente”, centramos o nosso enfoque analítico ao nível do “degrau” meso: enquadrámos a problemática

das relações políticas Estado-*Paramount Chiefs*, em contexto geográfico do Gana. Nesta medida, no primeiro capítulo, abordamos de forma genérica a multiplicidade de formas de organização política existentes na Costa do Ouro no período pré-colonial, bem como, as lógicas e os mecanismos do processo de legitimação da dominação política, específico daquelas formas de organização política. No segundo capítulo, começamos por nos debruçar sobre a construção e formação do Estado colonial Britânico e, em seguida, sobre as transformações, impactos e rupturas operadas por aquela administração “estrangeira”, nas dinâmicas políticas, sociais e rituais dos *paramount chiefs* ganeses. Avançando no relógio da história, fazemos um breve enquadramento da conjuntura histórica que levou a Costa do Ouro à independência e, por derivação, do processo político e partidário que colocou o CPP na gestão do aparelho de Estado “pós-colonial”. Consideramos, ainda, as táticas políticas e as estratégias ideológicas preconizadas pelo CPP (com o intuito, ora de absorver, ora de excluir), na sua relação política com os *paramount chiefs* em diferenciados ciclos históricos e políticos. Em capítulo posterior, centramos a nossa análise nas diferentes etapas políticas que o Estado “pós-colonial” ganês convocou para se (re)legitimar, solicitando para o efeito, uma restauração política e uma assimilação constitucional dos “históricos” *paramount chiefs* do Gana. No capítulo quatro, dentro de uma nova conjuntura histórica e política (“democratização política”), e num quadro que definimos de “paradoxo político”, auscultamos os processos inerentes à inescusável (re)construção do Estado “pós-colonial” e à corpórea resiliência (e, incompaciente ressurgimento) dos *paramount chiefs* ganeses.

A terceira parte, que corresponde ao nível micro da escala “descendente”, ou, dito de outra forma, ao nível do nosso *estudo de casos*, dedica-se, em exclusivo, à análise das relações políticas tecidas entre o Estado “pós-colonial” ganês (sobretudo, ao nível das estruturas políticas locais) e as Autoridades Tradicionais Asante na região administrativa Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong. Começamos, no primeiro capítulo, por analisar as origens, as migrações e os alicerces do “modelo político” do grupo etnolinguístico Akan. No ponto seguinte, delineamos o percurso histórico dos Asante, enquadrando, assim, o “momento” da sua etnogénese, para em seguida, darmos relevo à fundação, à ascensão e ao declínio da Confederação de Estados Asante. No capítulo seguinte, damos visibilidade aos princípios que estruturam a organização social, a orgânica constitucional e a organização política, bem como, ainda, às estruturas e práticas rituais da dimensão do simbólico e, por último, aos fundamentos da legitimidade histórica, política e social da Confederação de Estados Asante. No capítulo três, no ponto um, centramos a nossa análise, na

institucionalização política e jurídica do Estado colonial Britânico e, de como aquela interferiu nas práticas políticas, sociais e simbólicas das Autoridades Tradicionais Asante.

No ponto seguinte, numa conjuntura de transição política entre a “situação colonial” Britânica e o Gana independente, damos conta das dinâmicas das inclusões sociais e das exclusões políticas de que foram alvo as Autoridades Tradicionais Asante. Em ponto posterior, analisamos as premissas e os custos políticos da ortodoxia ideológica que Kwame Nkrumah professou em relação às Autoridades Tradicionais Asante. No capítulo quatro, num período temporal que compreende múltiplas (e convulsivas) conjunturas histórico-militares, salientamos as (várias) tentativas do Estado “pós-colonial” ganês em (re)“construir” novas dimensões do “político”; i.e., a partir de uma reconfigurada relação política com as Autoridades Tradicionais Asante, o Estado “pós-colonial” ganês procurou criar mecanismos de reforço de “velhas” legitimações e, nalguns casos, empreendeu esforço político para se (tentar) reforçar com “novas” legitimações políticas. No capítulo cinco, privilegiámos um nível analítico que nos aferisse da natureza dos fundamentos (contemporâneos e/ou ancestrais) da dominação política legítima, das espécies e volumes de capital e das estratégias de jogo, que cada uma destas unidades de análise mobilizou (mobiliza) para “preservar” e para “multiplicar” (e serem reconhecidas) as suas pretensões (típicas) à legitimidade política, e, em consequência, reforçar a sua posição no campo político, originando, no limite (e na essência), um equiescido quadro relacional de legitimidade política dividida e, um fenómeno político que podemos designar de *tendencial* “assimilação política recíproca”.

Na conclusão, apresentamos uma síntese analítica que resulta de um “entrelaçamento interativo” entre as proposições teóricas inicialmente formuladas e as verificações e validações empíricas colhidos na *pesquisa de terreno* no Gana. Em estrita parceria com este epílogo, promovemos ainda, um conjunto de novos trilhos que se poderão (desejavelmente) traduzir em futuros caminhos de exploração, investigação e/ou aprofundamento científico.

**PARTE I |**  
**A CAIXA DE FERRAMENTAS BÁSICAS:**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO,**  
**“OPERACIONALIZAÇÃO” CONCEPTUAL,**  
**FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E ESTRATÉGIA**  
**DE INVESTIGAÇÃO**



“SÓ O PATRIMÓNIO ACUMULADO DE INTERPRETAÇÕES  
PROVISORIAMENTE VALIDADAS A QUE SE CHAMA TEORIA  
CONSTITUI, EM PRINCÍPIO, ADEQUADO PONTO DE PARTIDA  
PARA A PESQUISA”.

João Ferreira de Almeida &  
José Madureira Pinto (1986: 56).

“THEORY WITHOUT EMPIRICAL RESEARCH IS EMPTY;  
EMPIRICAL RESEARCH WITHOUT THEORY IS BLIND”.  
Pierre Bourdieu & Loic Wacquant (1992: 162).





## CAPÍTULO 1 | NOS OMBROS DE GIGANTES: OS GERADORES DE PRODUÇÃO TEÓRICA EM DEBATE

### 1.1 | NOS DOMÍNIOS DO POLÍTICO NA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL: DAS SOCIEDADES “SEGMENTÁRIAS” ÀS SOCIEDADES “ESTATAIS”

Em 1940, Meyer Fortes e Edward Evans-Pritchard com a sua reconhecida e fundadora obra *African Political Systems*, inauguram a indutiva, comparativa e sistemática análise das estruturas política africanas, em contexto pré-colonial.<sup>21</sup> A tipologia política “ideal” proposta por estes eminentes antropólogos – que consideram representar, *grosso modo*, todos os grandes princípios de organização política da África pré-colonial – assenta na classificação em duas principais categorias:

one group, which we refer to as Group A, consists of those societies which have centralized authority, administrative machinery, and judicial institutions – in short, a government – and in which cleavages of wealth, privilege, and status correspond to the distribution of power and authority. The other group, which we refer to as Group B, consists of those societies which lack centralized authority, administrative machinery, and constituted judicial institutions – in short which lack government – and in which there are no sharp divisions of rank, status, or wealth. Those who consider that a state should be defined by the presence of governmental institutions will regard the first group as primitive states and the second group as stateless societies (1940: 5).

Na primeira das categorias políticas apresentadas, Meyer Fortes e Edward Evans-Pritchard (1940) apresentam “estudos de caso” relativos aos Zulos, aos Ngwato, aos Bemba, aos Banyankole e aos Kede que, na adjetivante expressão de Lucy Mair, traduzem (já) a existência de um *governo estatal* (1962; Schapera, 1956). No que ao segundo grupo das formas de organização política diz respeito, os supracitados autores, compreendem a inclusão dos Logoli, dos Tallensi e dos Nuer. Apliquemos, por agora, a nossa concentração descritiva nas estruturas políticas africanas pré-coloniais, que se “processam” em torno de configurações de autoridade política de natureza mais (ou menos) centralizada e hierarquizada, e que ulteriormente, foram também “etiquetadas” (acertiva ou equivocadamente) por muitos autores, de Estados, de reinos e, até mesmo, de chefaturas com carácter permanente (Richards, 1960a; Deschamps, 1952; Beattie, 1959; Labouret, 1950).<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>A dicotómica tipologia apresentada por estes autores (ou, se quisermos, qualquer outra tipologia que pretenda “classificar”), e por nós assumida como referente sistematizadora que “orienta” os propósitos científicos deste nosso capítulo, não está isenta de julgamentos críticos, pois como realça Georges Balandier “la typologie risque d’être ou trop simple ou trop complexe” (1964: 27). Ver, entre outras, as tipologias sobre as estruturas políticas africanas e/ou sobre a organização social daquelas propostas por: (Mair, 1962; Lombard, 1967; Gonidec, 1985; Maquet, 1962; Murdock, 1959). Para se ter em conta uma outra tipologia política que considera outras variáveis políticas de análise, ver: (Eisenstadt *et al.*, 1988).

<sup>22</sup>Nas chefaturas, na medida que o parentesco já não pode manter e exprimir a coesão social e, na medida em que as desigualdades da estratificação são portadoras de contradições e antagonismos, faz-se sentir a necessidade de “dotar” a sociedade de um controle político específico da coesão social e das contradições políticas. Deste

As sociedades políticas “estatais”, de acordo com Jacques Lombard, estruturam-se a partir “d’un système d’administration plus élaboré, hiérarchise l’autorité et multiplie aux différents échelons de l’organisation, les représentants du pouvoir central” (1967: 53).<sup>23</sup> Salienta, ainda, o mesmo autor, que nestas formas de organização política:

l’autorité des chefs d’Etat est héréditaire, mais elle revêt cependant un caractère religieux plus marqué, qui résulte de l’origine surnaturelle qu’on attribue à la dynastie du souverain. Dans une Etat africain, la famille dirigeante tend à symboliser le peuple entier, et par conséquent, représente l’institution essentielle du gouvernement. (...) L’autorité individuelle repose donc sur un fondement spirituel qui la renforce et assure sa continuité (...) (1967: 53).

Neste sentido, de entre uma multiplicidade de formas de organização política que se enquadram neste estêncil político, daremos relevo e tomaremos como exemplo orientador o trabalho analítico de Max Gluckman, sobre a “vida política” dos Zulos, da África do Sul. No Estado Zulo, a realidade militar inspira (condiciona) decisivamente “les institutions et tout les modalités de gestion d’État qui, dans sons essence et dans son fonctionnement, apparaît éminemment militaire” (M’Bokolo, 1992: 56). Desta forma, o rei Zulo (*Inkosi*) – ou *Ingonyama* (leão) – era o ponto axial de toda actividade política, e era, em simultâneo, o comandante supremo de todos os “regimentos de idade” (pensados por Dingiswayo e instituídos por Shaka) que formavam o seu disciplinado exército. A nação Zulo (*Abakwazulu*), era, assim, uma federação política (assente numa inexorável lealdade nacional ao soberano) cuja acção política gravitava em torno de um centro de poder que era “assenhoreado” pelo rei, pelos membros das várias casas reais e, pelas cabeças principais de cada clã ou tribo.

A tribo, enquanto grupo político (autónomo), era liderado, ou por um chefe (de clã) em razão do seu *status* de parentesco e da sua importância na vida económica e social dos seus governados, ou por um príncipe (*Abantwana*) membro da linhagem real (filhos de mulheres reais), sendo que a nomeação e a governação de ambos dependia sempre (e a qualquer momento) do *agrément* político do rei.<sup>24</sup> As tribos, por sua vez, subdividiam-se em unidades políticas mais pequenas (distritos, secções e bairros), que eram governadas por elementos da família do chefe da tribo (pelos seus irmãos ou pelos seus *Indunas*) ou, pelos cabeças de linhagem e de casal, nomeados pelo seu respectivo chefe político. Em algumas conjunturas

---

modo, as funções de manutenção da ordem, de expressão simbólica da sociedade e de regulamentação da produção (acumulação, gestão e redistribuição de um certo produto ou subproduto) podem dar origem a funções específicas não só ao chefe político, mas como também, a grupos sociais particulares no seio dessas mesmas sociedades políticas. Ver: (Balandier, 1970a; Gonidec, 1985; Coquery-Vidrovitch, 1983, 1988).

<sup>23</sup>Acerca das origens, da natureza, das racionalidades, das características e das “derivações” do Estado “primitivo” ou “tradicional” africano ver: (Lowie, 1921, 1927; Nadel, 1942; White, 1959; Southall, 1956; Malinowski, 1947; Lewis, 1966; Fried, 1960; Eisenstadt *et al.*, 1988).

<sup>24</sup>Salienta Max Gluckman que “tribesmen were attached to their chiefs mainly by political bonds; and all Zulu to the King by their military duties” (1940: 40).

políticas, o rei Zulo convocava e era coajuvado por um conselho (que podia também tomar a iniciativa de discutir assuntos de interesse tribal ou nacional), que era composto pelos príncipes que lhe eram mais chegados (irmãos e tios), por chefes tribais e outros homens com prestígio clânico (*Indunas*).<sup>25</sup> A sociedade política Zulo, tinha, nesta medida, uma organização do tipo piramidal, cujo pináculo político era inquestionavelmente ocupado pelo rei (que exercia a autoridade judicial, administrativa, legislativa, diplomática e, até, mágico-ritual), através de uma “delegated authority over smaller and smaller groups with lessening executive power. From inferior officers there was an appeal to higher ones; in theory the king’s will was almost absolute” (Gluckman, 1940: 39).

Nas sociedades políticas “centralizadas”, em sùmula, tal como especifica Shmuel Eisenstadt “the basic elite functions coincided with the principles of structural differentiation, giving rise to a situation in which the articulation of such functions was deeply embeded in existing social structures and in the organization of the social division of labor” (1988: 23).

O segundo tipo de sociedades políticas sistematizadas na obra de Meyer Fortes e de Edward Evans-Pritchard (1940), corresponde à tipologia das formas de organização política onde a autoridade política não “circula” por canais autónomos ou instituições especializadas, e que, por tal circunstância política, são também designadas por sociedades “segmentárias”, “difusas”, “incongruentes” ou, ainda, “acéfalas” (Evans-Pritchard, 1940a; Eisenstadt *et al.*, 1988; Middleton & Tait, 1958; Mair, 1962). No entanto, estas sociedades políticas “segmentárias”, na assunção analítica de Georges Balandier:

are neither egalitarian nor devoid of relations of pre-eminence and subordination. The clans and lineages are not all equivalent; the clans may be differentiated, specialized and ‘ordered’; the lineages may confer unequal rights according to whether they concern an elder or a junior; both may be distinguished for the requirements of ritual order, which involve political and economic effects (1970a: 58).

Na prática, o ilustrativo caso dos Nuer do Sudão que nos é proposto por Edward Evans-Pritchard (1940a), dá-nos uma representação das especificidades dos mecanismos de produção mínima e de gestão incuriosa do “político” – ou, melhor, das potencialidades políticas mínimas do sistema de parentesco – neste tipo de sociedades políticas.<sup>26</sup> Nos diversos segmentos

---

<sup>25</sup>Dois destes *indunas* detinham um especial estatuto: um, ocupava o “lugar” de Comandante do exército, e era, regra geral, um chefe ou príncipe, o outro, chamava-se o “grande *Induna*” (Primeiro-Ministro) e tinha a voz mais decisiva na discussão dos negócios políticos do Estado (Gluckman, 1940: 33).

<sup>26</sup>Nas formas de organização política “segmentárias”, as relações de parentesco constituem o “título jurídico” para a participação na actividade política. Com efeito, tal como sublinha Jean Copans “quando o *parentesco* constitui a armadura geral da sociedade forma também a sua armadura política. Efectivamente, o parentesco serve de modelo e de linguagem à política. São as relações de parentesco que definem as normas e os meios da coesão social e repartem os poderes e as autoridades” (1971: 111).

territoriais que constituem uma tribo (que pode ser constituída por secções primárias, secundárias e terciárias), um clã ou linhagem principal ocupa uma posição “sóciopolítica” predominante, que Edward Evans-Pritchard designa como aristocrática (evocando, assim, o seu estatuto superior), verificando, no entanto, que “its predominance gives prestige rather than privilege” (1940a: 287). Existe, entre os Nuer, uma função ritual especial e especializada, a de chefe (notável) “com pele de leopardo”, cujos detentores de tal “estatuto” apenas pertencem a certas linhagens exteriores aos clãs dominantes e, confere a posição de “mediator in disputes concerning ownership of cattle, and he and the elders on both sides may express their opinion on the merits of a case” (Evans-Pritchard, 1940a: 293; Copans, 1971).<sup>27</sup>

As desigualdades e as especializações clânicas ou linhageiras, os três estatutos que resultam do sistema das “classes” de idade (dos mais velhos, dos iguais e, dos mais novos) e os acessos diversos ou desiguais à terra e ao gado, definem o “sentido” do processo político Nuer, tanto como as oposições e as coligações das unidades linhageiras e territoriais. Edward Evans-Pritchard, sugere-o, ao especificar que os “homens mais influentes” caracterizam-se pela sua posição clânica (são aristocratas) e linhageira (são as “cabeças” da família alargada), pela sua situação de “classe” (possuem um estatuto de senioridade), pela sua riqueza (em gado) e, pelo seu carisma e pela sua “forte personalidade” (1940a: 294). À falta de uma autoridade política bem diferenciada, a preeminência, o prestígio e a influência resultam da conjugação destas desigualdades mínimas. À falta de um poder político distinto e distintivo, opera um poder político-religioso – de dominante sagrada – através das estruturas clânicas e linhageiras, das estruturas territoriais e, das ordenações das “classes” de idade. Não se pode defini-lo exclusivamente por estas estruturas, tal como reporta Georges Balandier, mas sim, pelas desiguais relações que o fundamentam e, não menos importante, pela dinâmica das oposições e dos conflitos que o manifestam (1970a: 59). No seu âmago político, os Nuer na caracterização de Edward Evans-Pritchard, são “an acephalous state, lacking legislative, judicial, and executive organs. Nevertheless, it is far from chaotic. It has a persistent and coherent form which might be called ‘ordered anarchy’” (1940a: 296).

Nestas sociedades políticas “segmentárias”, a vida política difusa revela-se mais pelas *situações* do que pelas (formais) instituições políticas. Trata-se, assim, segundo a expressão de Gabriel Almond “these are, in fact, the societies in which the political structures are least ‘visible’ and most ‘intermittent’” (*apud* Balandier, 1970a: 64-65).

---

<sup>27</sup>Edward Evans-Pritchard, sublinha a traço grosso que “the leopard-skin chief is not a political authority and the ‘Man of the cattle’ and other ritual agents (totemic specialists, rain-makers, fetich-owners, magicians, diviners, etc.) have no political status or functions, though they may become prominent and feared in their locality” (1940a: 294).

Em todas estas distintas e diferenciadas sociedades políticas (e, em todas as suas tonalidades e variâncias políticas), existe, no entanto, um específico e transversal denominador “máximo” comum a todas elas: a sua mais tácita ou mais visível relação com o regulador e legitimador “mundo” do sagrado, ou, melhor dito, a imbricada, profunda e impreterível relação que os detentores da autoridade política mantêm com a dimensão do simbólico, com o propósito primeiro e último de construir, de fundamentarem e de projectarem no tempo, o (seu) lugar político que se reclama, necessariamente de justificado, e, impreterivelmente, de legitimado. Mobilizemos, para este nosso quadro analítico-descritivo, um alusivo exemplo para cada uma das categorias políticas acima enunciadas, que demonstre a solicitada intimidade que caracteriza a relação entre as dinâmicas e as estratégias do político e os domínios e os recursos do sagrado.<sup>28</sup>

Os Mossi do Alto Volta (actual Burkina Faso), uma sociedade política estatal estudada por Elliott Skinner, são governados por um soberano (*Mogho Naba*) que simboliza o universo e representa a totalidade da sociedade política, na qual “religion and ritual played an important role in supporting and preserving the Mossi political system” (1964: 126). O conceito-chave, do mundo político Mossi, é o de *nam* (à semelhança do *sunsum* para os Asante), que se refere ao poder do tempo das origens – o que os fundadores puseram em acção para formar e construir o Estado –, e à força recebida de Deus “which enables a man to dominate others” (Skinner, 1964: 35). A sua dupla origem, divina e histórica, faz dele uma prerrogativa sagrada que confere a supremacia (um “estatuto nobre”) e a capacidade de governar ao grupo político que a detém. Sob a sua forma mais acabada e mais sacralizada, o *nam* é o garante da legitimidade, porque atesta que o poder recebido emana dos antepassados reais e operará de uma maneira conforme ao equilíbrio e à perpetuação da vida e da sociedade política Mossi. Destaca, ainda, Elliott Skinner, que “drink the *namtibo* is to receive the *nam* of the ancestors” (1964: 127), e, como tal, é considerar-se vinculado por um verdadeiro juramento de obediência, de submissão à ordem recebida dos ancestrais fundadores do Estado e, às ordens emanadas daquele que é o seu tangível representante e legítimo sucessor.

Na sua holística e detalhada análise aos “segmentários” Tallensi da Costa do Ouro (actual Gana), Meyer Forte demonstra que o culto dos antepassados deve ser interpretado nesta sociedade clânica, não tanto por referência a uma metafísica ou a uma ética, mas antes, por referência ao sistema das relações sociais e ao sistema político-jurídico: “The Tallensi have an

---

<sup>28</sup>Para além dos dois exemplos aqui descritos, remetemos para outras leituras que têm como objecto de análise a indelével relação entre o sagrado e autoridade política legítima: (Gluckman, 1954, 1963; Heusch, 1962; Frazer, 1981; Adler, 1982; Middleton, 1960; Malinowski, 1936; Wilson, 1960; Richards, 1960b).

ancestor cult not because they fear the dead – for they do not, in fact, do so – nor because they believe in the immortality of the soul – for they have no such notion – but because their social structure demands it” (1959: 66). É, através de uma relação ritual, directa e específica, que os homens preeminentes estabelecem com os antepassados, que se organiza toda a acção e toda a estratégia política daqueles. Uma solidariedade “umbilical” associa os defuntos eminentes, que receberam o estatuto de antepassados, aos vivos eminentes, que detêm o estatuto social e os cargos políticos. Os antepassados são “omnipotentes”, fundamentam a autoridade política daqueles que são os seus vivos depositários, no seio da sociedade política, e toda a nova autoridade política não pode constituir-se, a não ser em ineludível e incessante relação com eles, pois “The ideological framework of the lineage system is the ancestor cult” (Fortes, 1940: 254).

O sagrado é, seja nas sociedades políticas “centralizadas” africanas, seja nas sociedades políticas “segmentárias” africanas, um injutivo instrumento da autoridade política legítima, é, diríamos nós, a *garantia* de que as reivindicações das legitimações foram aceites e subscritas e, que se “traduziram” numa integrada e reconhecida legitimidade política.

## **1.2 | A EDIFICAÇÃO DO ESTADO COLONIAL EM ÁFRICA: DAS RUPTURAS POLÍTICAS DE JURE ÀS CONTINUIDADES POLÍTICAS DE FACTO**

O Estado colonial, ou, se preferirmos mobilizar a sintomática imagem semiótica de Crawford Young (1994), o Bula Matari (“o triturador de rochedos”), que as dissímeis potências europeias instalaram, construíram e institucionalizaram em África<sup>29</sup>, em particular, no período compreendido entre 1880 e 1935 (Boahen, 1985a), alavancou novos e “alienantes” paradigmas de dinâmicas sociais, produziu novas e degenerativas fórmulas burocrático-administrativas, e, sobretudo, se ao encontro do nosso *core* científico quisermos ir, processou novas e disruptivas configurações de mecanismos legislativos, de procedimentos institucionais e, notoriamente, de “enxertadas” relações políticas com as (reconhecidas) estruturas e os (legítimos) agentes

---

<sup>29</sup>Neste ponto, de acordo com Crawford Young, a “fórmula” mais congruente de apreciarmos esta questão, é não tratarmos o Estado colonial como uma entidade homogénea que foi “construída” de igual modo em toda a África, pois “Differentiated institutions of rule were erected, and separate legal classifications for the subject population instituted. This historical dynamic built upon different state traditions among the colonizing powers, and thus the range of variation in the profile of the colonial state was considerable” (1994: 44). Ver, ainda, neste texto de Crawford Young, a sua justificação por assumir muitas reservas teóricas e empíricas, em considerar o Estado colonial, um Estado *tout court* (1994: 43-44). Ver, também: (Jackson, 1990).

políticos das formas de organização política que no capítulo precedente abordámos (Betts, 1985; Afigbo, 1985; Wallerstein, 1970; Turner, 1971).<sup>30</sup>

A justificação, ou melhor, o “desenho” do instrumento empírico de acção e de interacção política e, dos princípios ideológicos da institucionalização da “situação colonial” (Balandier, 1970b), mormente, da Britânica, encontra-se, formal e categoricamente ilustrado nas côncavas palavras de Frederick Lugard, ao corporificar a versão “ecuménica” e “benigna” do egrégio princípio político-administrativo do *indirect rule*: “It may be said that as Faith, Hope, and Charity are to the Christian creed, so are Decentralization, Co-operation, and Continuity to African Administration – and the greatest of these is Continuity” (1922: 113).<sup>31</sup> A medula ideológica de uma racionalidade teórica de articulação dos mecanismos de gestão política e da instauração de um aparelho administrativo, é inicialmente pragmatizada no *Political Memoranda* (1970) e, é posteriormente cinzelada no *The Dual Mandate*, quando Frederick Lugard evidencia:

though the powers entrusted to the elected representatives of the people are at first restricted under the dyarchical system (which reserves certain subjects for the Central Authority), the principle of government by an educated minority, as opposed to government by native rulers, is fully accepted (1922: 195).

No entanto, a gradação do “sequestro” e a sequencial “drenagem” das prerrogativas políticas das Autoridades Tradicionais e, a intensidade das contradições e incongruências que uma realidade política “real” inflige a um sistema de “governança por *vontade* jurídica”, estavam (já), declaradamente patentes, nas presunçosas, nas quiméricas, e, não menos agrilhoantes considerações políticas de Frederick Lugard, ao minudenciar:

the essential feature of the system (as I wrote at the time of its inauguration) is that the native chiefs are constituted “as an integral part of the machinery of the administration. There are not two sets of rulers – British and native – working either separately or in co-operation, but a single Government in which the native chiefs have well-defined duties and an acknowledged status equally with British officials. Their duties should never conflict, and should overlap as little as possible. They should be complementary to each other, and the chief himself must understand

---

<sup>30</sup>George Balandier enuncia cinco consequências políticas imediatas que a “situação colonial” introduziu nos sistemas políticos tradicionais: “a) denaturation of the traditional political units; b) degradation by depoliticalization; c) the break in traditional systems of limiting power; d) the incompatibility of the two systems of power and authority; e) the partial desacralization of power” (1970a: 159-163). Acerca dos impactos positivos e negativos que o Estado colonial provocou nas múltiplas dimensões das sociedades políticas (tradicionais) africanas, ver: (Boahen, 1985b: 782-809; Gann & Duigan, 1970: 525-532).

<sup>31</sup>Neste capítulo, realçamos enquanto nota prévia que, de entre as múltiplas perspectivas analíticas que se podem mobilizar para “dissecar” o Estado colonial, aquela que privilegiamos, é a dimensão política dos “fenómenos” sociais e, dentro destes, as relações políticas estabelecidas entre o primeiro e as Autoridades Tradicionais. Notamos, ainda, que é a “forma” colonial Britânica, por esta ter sido, como adiante veremos, a matriz da “forma” colonial instalada na Costa do Ouro, e que naturalmente estabeleceu relações políticas directas com os Asante, que privilegiamos nesta nossa análise científica. Para uma análise histórica e política dos diferentes sistemas de administração colonial instituídos em África, ver os artigos constantes nas seguintes obras de referência: (Gann & Duignan, 1969, 1970; Fage & Oliver, 1985; Roberts, 1986).

that he has no right to place and power unless he renders his proper services to the State” (1922: 203).<sup>32</sup>

Estavam, deste modo, lançados os prolegómenos teórico-doutrinários e as orientações práticas de uma relação política *de jure* que se pretendia convencionalizada em torno do “oleado” princípio da cooperação institucional e, no limite máximo da sua “bondade” burocrática, de uma “certa” interdependência política. Todavia, o trânsito do tempo permitiu, por um lado, auscultar as crescentes e insolúveis deficiências, inoperâncias e bloqueios deste modelo doutrinário e, por outro lado, constatar as “pulsões” políticas autónomas, centrífugas e de resistência (e subversão) das Autoridades Tradicionais (Richards, 1960a; Crowder & Ikime, 1970), revelando, todo este processo político, que os princípios *de facto* pelos quais o Estado colonial – o “tal” *brief episode of limited importance* (Ajayi, 1969) – materialmente se institucionalizou, escoraram-se na engenharia social, no utilitarismo administrativo e, no limite das suas pretensões normativas e territoriais, na hegemonia política e ideológica que, não raras vezes, se traduzia enquanto poder despótico e arbitrário, através, por exemplo, dos reiterados procedimentos que a administração colonial francesa designava de *moyennes énergiques* (Young, 1994: 154; Crowder, 1968).<sup>33</sup>

Acompanhemos, com maior acuidade histórica e analítica, o percurso evolutivo (ou, nalguns casos, regressivo e/ou readaptativo) dos baluartes, das lógicas e das práticas políticas deste sistema inicialmente convencionalizado de *Native Administration*, e, algumas décadas mais tarde (1930), de *Local Self-Government* (Wraith, 1956; Crowder & Ikime, 1970), que se assumia enquanto paradigmático projecto imperial de administração colonial nativa – em contraste, sobretudo, com o francês (Coquery-Vidrovitch, 1986; Brunschwig, 1969; Crowder, 1964) – e, que postulava para si próprio a etiqueta de politicamente eficiente, de socialmente harmonioso e, naturalmente, de territorialmente coerente.<sup>34</sup> Para tal efeito, traçemos este caminho analítico, descrevendo, apreendendo e dissecando os conteúdos políticos que as

---

<sup>32</sup>O grande debate teórico (e civilizacional) à época, era o que opunha o sistema de administração colonial indirecta (que assentava no descentralizador princípio ideológico da *autonomia/colaboração*), preconizado por Frederick Lugard (1922) e, o modelo de administração colonial directa (que tinha por base os centralizadores princípios ideológicos da *assimilação* e, posteriormente da *associação*) defendido por Albert Sarraut (1923). Não obstante as suas dissimelhanças, reporta Elikia M'Bokolo que “les bases de la politique préconisée étaient les mêmes: la supériorité de la civilisation européenne et l'incapacité des colonisés à se prendre en charge. La colonisation devait bénéficier aux colonisateurs comme aux peuples dominés (ce que Lord Lugard appela le ‘double mandat de la colonisation’ et qu’Albert Sarraut dénommait les ‘droits et devoirs du colonisateur’)” (1992: 351). Ver, ainda: (Low & Pratt, 1960; Lewis, 1962; Betts, 1961; Crowder, 1964; Deschamps, 1963).

<sup>33</sup>A titubeante política do *indirect rule* é-nos descrita por Elikia M'Bokolo ao enfatizar que “Les Britanniques se voulaient pragmatique, adaptables pour pouvoir réagir au cas par cas. Les administrateurs français, eux, étaient marqués par les écrits de Lord Lugard – leur formation très théorique ne coïncidait pas aux réalités du terrain – mais de système français avait une volonté claire d'unité, d'uniformité” (1992: 354).

<sup>34</sup>Acerca das características, vantagens e desvantagens do sistema de *indirect rule*, ver: (Crowder & Ikime, 1970; Lombard, 1967; M'Bokolo, 1992). Sobre as características globais dos Estados coloniais instalados em África, ver: (Chabal, 1994).



seguintes questões compreendem e projectam: quais os instrumentos, os mecanismos e os procedimentos políticos que sustentavam no “terreno” as cupidezes do ideológico princípio do *indirect rule*? Em decorrência, dentro deste neófito quadro burocrático e territorial, em que novas funções políticas e administrativas se “encaixaram” as perenais Autoridades Tradicionais? Em que medida e, em que extensão, a “mecânica” deste sistema político-administrativo interferiu na natureza da autoridade política legítima das Autoridades Tradicionais?

A congruência, a uniformidade e a funcionalidade deste pragmático modelo de governo local, ou de “governança política indirecta”, se preferirmos a acurada designação de David Apter (1955: 120), acintemente inscritas numa oracular metodologia programática, não espelhavam, todavia, e regra geral, o seu reflexo político nos “reais” e “nivelados” circuitos das dinâmicas sociais, dos preceitos jurídico-legais e dos referentes simbólicos, que as heterogêneas e complexas formas de organização política africanas, “construíram” e fizeram “reconhecer” ao longo das suas, nalguns casos, ancestrais histórias políticas (Colson, 1969; Balandier, 1964; Smith, 1972).<sup>35</sup> Com efeito, todo o processo político de instalação do “aparelho” burocrático-administrativo deste *double gouvernement* (Lombard, 1967: 161), foi inexoravelmente condicionado pela “energia” política (efectiva e simbólica) e pelas singularidades sócio-territoriais das formas de organização política a “integrar” nas suas inclusivas, paternalistas e civilizadoras instituições (vejam-se, por exemplo, os diferenciados casos das sociedade políticas “difusas” dos Ibo e dos Tiv e, as sociedades políticas hierarquizadas dos Asante, Fante, Hausa ou Yoruba), pois como faz transparecer Jacques Lombard:

là où des ensembles étatiques préexistaient à l’installation coloniale, un système d’administration indirecte fut instauré avec chefs et généralement conseils; là où les populations étaient organisées en clans ou en communautés de voisinage, seuls furent reconnus comme instruments de gouvernement local, les conseils traditionnels; enfin, là où il n’existait pas des chefs coutumiers et où s’implantèrent des éléments européens, comme au Kenya, prédomina un régime d’administration directe (1967: 161).<sup>36</sup>

<sup>35</sup>Não obstante os prenúncios do corpo teórico preconizado por Frederick Lugard, o sistema de *indirect rule*, não foi, de todo, um sistema político-administrativo coerente, unificado e de generalizada aplicação. A forma, a intensidade e a “pureza” da aplicação deste modelo de governança política, eram determinadas pelas características, dinâmicas e práticas dos “territórios” políticos, sociais e culturais, nos quais se pretendia instalar a hegemonia do Estado colonial. Citemos, como exemplo ilustrativo, as “variações” do sistema de *indirect rule* que foram instalados no Quênia, no Uganda, na Costa do Ouro, na Nigéria, na Serra Leoa ou na Gâmbia. Para uma análise mais detalhada sobre as diferentes “tonalidades” de *indirect rule* nestas colônias Britânicas (e das diferentes e distintas *nuances* existentes no interior de cada protectorado ou colônia), ver: (Lombard, 1967; Crowder, 1968; Crowder & Ikime, 1970).

<sup>36</sup>John Hargreaves, sublinha mesmo que “The British were led by the circumstances of their incursion to destroy many historic states as political entities, to acquiesce in the arbitrary partition of others. (...) Indeed, throughout the nineteenth century British attitudes towards African authority were by no means consistent” (1969: 201). Como adiante veremos, apesar da teórica tentativa de coexistência e de colaboração política com os Asante, quando o Estado colonial Britânico sentiu a sua “força”, autonomia e oposição, considerou-os, tal como evidencia William Tordoff “a savage and barbarous power (...) a constant menace to the safety of the Gold Coast Colony (...) a formidable hindrance to its development and the advance of civilization (...) an obstacle to trade, and (...) a disgrace to humanity” (1965: 55). Ver, ainda: (Crowder, 1968).

No entanto, e apesar de toda esta aparente disfuncionalidade ou *laissez-faire* territorial (Crowder, 1968: 221-226), o “despotismo descentralizado” Britânico (Mamdani, 1996), esforçou-se, em qualquer uma das circunstâncias empíricas, por conceber e automatizar uma “quadrícula” política, jurídica, administrativa e territorial, que melhor coadjuvasse os seus inalienáveis desígnios imperiais e, os seus predatórios objectivos de “tesouraria”, sobretudo, os que incidiam na colecta de impostos, no incentivo do desenvolvimento económico e, na construção de infraestruturas públicas que estimulassem o incremento dos anteriores objectivos (Dorward, 1986; Crowder, 1968; Gann & Duignan, 1967). Assim, o primeiro dos procedimentos a verificar-se na “construção” de um regime de dominação política assente no jurídico e administrativo princípio do *indirect rule* e, em decorrência, no escrupuloso cumprimento de tais objectivos económicos e financeiros, é-nos apresentado por Frederick Lugard, ao evidenciar que “is to *endeavour* to find a man of influence as chief, and to group under him as many villages or districts as possible, to teach him to delegate powers, and to take an interest in his ‘Native Treasury’, to support his authority, and to inculcate a sense of responsibility” (*apud* Kirk-Green, 1968: 70).

Nesta nova “linguagem” política, as anteriores Autoridades Tradicionais, agora codificadas em *Native Authorities* – que nalguns casos, representou a subtil passagem administrativa de reis ou soberanos a *Paramount Chiefs* ou *Chefs de Canton* (Crowder & Ikime, 1970) – eram, por excelência, e por tático e estratégico interesse político colonial, o “entreposto político” no qual se “transacionavam”, por um lado, as antigas aspirações sociais e simbólicas dos seus legitimadores súbditos e, por outro, as novas pretensões políticas e económicas de uma máquina ideológica de extração tributária, que ambicionava investir e revestir toda a sua acção política de uma “construída” legitimidade indirecta, leia-se: *via* (preservação dos) *Paramount Chiefs*, e/ou de uma “natural” legitimidade directa, entenda-se: *via* “integração” jurídico-normativa.<sup>37</sup> As *Native Authorities* eram, neste sentido, os axiais e operativos “intermediários da hegemonia” colonial (Crawford, 1994), que geriam, de forma autonomamente “aconselhada” (entenda-se: supervisionada), os “negócios” políticos, fiscais e judiciais do governo central a nível local – através dos *Native Courts*, da *Native Administration* e da *Native Treasury*<sup>38</sup> – cuja acção política e importância social enquanto “correias de

---

<sup>37</sup>A natureza da posição e da autoridade “política” dos *Paramounts Chiefs* ou *Chefs de Canton* nos sistemas coloniais britânico e francês era, pelo menos do ponto de vista da filosofia política, diferenciada, senão mesmo antagónica, pois como enuncia Michael Crowder “While the British were scrupulous in their respect for traditional methods of selection of chiefs, the French, conceiving of them as agents of the administration, were more concerned with their potential efficiency than their legitimacy” (1964: 199).

<sup>38</sup>A importância deste pilar na estruturação do *indirect rule* é crítica e absoluta, pois como releva Frederick Lugard “It is obvious, that the system depends essentially on the principle of direct taxation, which provides the means whereby Native Administration can pay salaries to the paramount chiefs and all other officials, and so put an

transmissão”, é exponenciada e patenteada por George Padmore, ao explicitamente destacar que:

the chief is the law, subject to only one higher authority, the white official stationed in his state as advisor. The chief hires his own police (...) he is often the prosecutor and the judge combined and he employs the jailer to hold his victims in custody at his pleasure. No oriental despot ever had greater power than these black tyrants, thanks to the support which they receive from the white officials who quietly keep in the background (1936: 317).

Com efeito, tal como sublinha Jacques Lombard, o propósito político dos promotores do hierárquico e vertical edifício do *indirect rule*, convencionava-se na (conveniente e cristalizadora) utilização dos reguladores (e regulatórios) mecanismos e funcionais instrumentos de gestão, de distribuição e de representação do “político” inerentes às formas de organização política pré-existentes no período pré-colonial,

comme moyen de continuité et aussi de décentralisation de l’administration, de faire coopérer les chefs et le peuple avec l’administration coloniale (Colonial Service), d’harmoniser enfin politique coloniale et vie traditionnelle, tout en laissant à cette dernière la possibilité de s’adapter avec souplesse aux conditions modernes. (...) L’administration britannique et le pouvoir central se réservaient naturellement le monopole de gestion de certains domaines. (...) Enfin, la nomination des autorités locales, et en particulier celle des chefs, restait en dernier ressort soumise au contrôle du gouvernement colonial (1967: 163-164).

Neste reconfigurador e estatutário quadro político de “cinismo benévolo”, a responsabilidade política primeira das (duplamente) reconhecidas *Native Authorities* “became the maintenance of law and order in their area” (Low & Pratt, 1960: 174). Porém, para além desta genérica função sóciopolítica, os “rois de la brousse” (Coquery-Vidrovitch, 1969) “encapsulados” neste moderno e hegemónico “sistema da lei” (Hailey, 1956; Killingray, 1986), e, coartados das suas “velhas” e legitimadoras funções políticas de outrora, foram chamados a desempenhar um conjunto de “novas” e delegadas funções: jurídicas, judiciárias, fiscais, executivas, legislativas e de expediente administrativo corrente (Crowder & Ikime, 1970).<sup>39</sup> Tal como nos faz lembrar Mahmood Mamdani a propósito das “destinadas” funções das *Native Authorities* no sistema de *indirect rule* Britânico:

it is the chief who has the right to make a bylaw governing his locality, who assesses the value of your petty property and therefore how much tax you must pay, who comes to collect that tax, who fines you if you fail to pay that tax, who jails you if you fail to pay the tax and the fine, who

---

end to the unlimited exactions on which they had previously lived, and reduce their number to those actually required for the service of the Native Administration” (*apud* Kirk-Green, 1968: 72).

<sup>39</sup>A imprescindibilidade da “utilização” política das *Native Authorities* enquanto “aríetes” políticos locais dos desígnios económicos e territoriais dos Estados coloniais, é sublinhada pelo administrador colonial francês, Robert Delavignette, ao referir que “Il n’y a pas de colonisation sans politique indigène; pas de politique indigène sans commandement territorial; et pas de commandement territorial sans chefs indigènes qui servent de rouages entre l’autorité coloniale et la population” (1946: 121). Para um aprofundamento da análise da importância política das *Native Authorities* na formação, na construção e na institucionalização dos vários Estados coloniais, ver: (Deschamps, 1963; Crowder, 1964; Crowder & Ikime, 1970; Asiwaju, 1976).

decides where you labor when in jail, and who releases you upon termination of the sentence. The chief is the petty legislator, administrator, judge and policeman all in one. Every moment of power – legislative, executive, judicial and administrative – is combined in this one official (1996: 54).

Todavia, o conteúdo político e a execução administrativo-territorial destas normatizadas funções concessionadas às *Native Authorities* (que, na verdade, se revestiam de exígua autonomia operacional e difusa especificidade funcional), estavam sujeitas à aprovação e/ou derrogação política, dos escalões superiores da hierarquizada estrutura burocrática que constituía a administração do Estado colonial: o Oficial ou Comissário de Distrito, o Residente – (in)formalmente constituído enquanto “Whisper behind the Throne” (Young, 1994: 149) – e, no último e superior degrau político, o Governador da colónia ou protectorado (Lugard, 1970). Podemos, portanto, considerar que neste sistema de administração colonial, as *Native Authorities* – desde que cooperantes e desde que as condições de estabilidade política e territorial o permitissem –, eram, os agentes “políticos” locais através dos quais o Estado colonial Britânico ambicionava liquefazer a (legitimante) “modernização” administrativa e o (legitimado) “conservadorismo” político (Crowder, 1968), outorgando-lhes, para a corporificação de tal propósito político, uma “autonomia cerceada”, através da qual as *Native Authorities* desempenhavam (e conciliavam), de acordo com Michael Crowder e Obaro Ikime, um diárquico, híbrido e simultâneo papel “político”: “in local government he was an authority in his own right, though this authority was carefully circumscribed” (1970: xvii). Por outro lado, e ainda segundo os supra citados autores “insofar as he was an agent of the central government required to execute decisions within his area of jurisdiction made by the central government, he was as much a bureaucrat as the French chief” (Crowder & Ikime, 1970: xviii).<sup>40</sup>

As *Native Authorities* ao longo de todo este processo histórico de revisão e reconfiguração do seu precedente estatuto político e, de alienação das suas ancestrais funções sociais e simbólicas, assistiram ao seu “embutimento” num envenenado paradoxo político:

especially in British Africa under the system of indirect rule, of kings lossing their sovereignty but as ‘chiefs’ increasing their powers over their subjects because the traditional checks and balances to the exercise of their authority were neutralised by the same colonial authorities (Crowder & Ikime, 1970: xiv).

---

<sup>40</sup>De acordo com Michael Crowder e Obaro Ikime “it is argued by some that since French ‘chief’ was so often not a traditional chief, nor even ruled over the land he would have done in pre-colonial times, he was a mere functionary. He had no authority of his own but a series of specific tasks which he, like any other member of the administrative hierarchy, had to carry out according to the handbook” (1970: xix).

Não obstante este ilusório provento político, a realidade política dos factos empíricos reporta-nos que o esbatimento ou remoção de parte ou de toda a “mecânica” social, política, constitucional e simbólica intrínseca aos estabilizadores sistemas tradicionais de “freios e contrapesos”, influiu directa e estruturalmente nos mecanismos e nos procedimentos dos historicamente ratificados fundamentos que conferiam às Autoridades Tradicionais (Fante e Asante, por exemplo) o usufruto de uma autoridade política reconhecida por todos como legítima (Busia, 1968; Balandier, 1970a).<sup>41</sup> Dito de outra forma, as imposições ideológico-burocráticas decorrentes deste “franchising político” Britânico instalado em África (Lugard, 1922; Cameron, 1939), ao restringirem drasticamente a autonomia executiva das decisões políticas das Autoridades Tradicionais em relação às *suas* populações (ratificada pelos seus sistemas jurídico-constitucionais “costumeiros”) e, não menos importante, ao “dessacralizarem” a legitimadora e *exclusiva* relação de intermediação entre o “mundo” dos vivos e o “mundo” dos antepassados por parte das Autoridades Tradicionais (que era um dos principais fundamentos do exercício das suas funções políticas, sociais, económicas, legais, religiosas e rituais), contribuíram para a primigénia mudança da natureza da autoridade política legítima tal como as Autoridades Tradicionais a interpretavam e cumpriam em tempos pré-coloniais, e, contribuíram, ainda, para uma gradativa e asseverada supressão de uma soberania política que, até então, as Autoridades Tradicionais estavam *tradicionalmente* “acostumadas” a serem os seus fiéis depositários políticos (Crowder & Ikime, 1970).<sup>42</sup>

Consideramos, no decorrer desta sequência analítica, que o “domínio do fraco” Britânico (Martin, 1983: 8) institucionalizou um “bastante” e “em conta” modelo de governação política dualista – dentro do qual cohabitavam, se entrelaçavam e se confrontavam dois antagónicos sistemas de poder e de autoridade política: um, assente no primado da lei e, um outro, assente no primado da “santidade” da tradição (Mamdani, 1996) – cujas (manipulatórias) projeções ideológicas e (proditórias) práticas políticas introduziram agrilhoantes rupturas políticas *de jure* sem que, no entanto, aquelas (e estas) tivessem conseguido extinguir as

---

<sup>41</sup>Para uma melhor compreensão do impacto diferenciado que os sistemas de administração colonial tiveram nas sociedades políticas “estatais” e nas sociedades políticas “segmentárias, ver: (Lombard, 1967, Crowder, 1968). Não se pense, porém, que os “nativos” tiveram um papel político meramente passivo. Como destaca Jean-François Bayart, seria ingénuo descrever a reacção das sociedades políticas africanas ao colonizador europeu, apenas como colaboração ou resistência. Houve, também, “protagonismo”: os “nativos” foram agentes activos neste processo político, optando pela aproximação ou pelo distanciamento em relação ao colonizador, de acordo com os interesses e com as estratégias dos diversos grupos sociais locais em relação uns aos outros (1989: 24).

<sup>42</sup>Frederick Lugard estava, desde o início e não obstante as suas preleções políticas, consciente do impacto destruturador que o sistema político e administrativo de *indirect rule* iria ter nas funções, na autoridade e na soberania política das Autoridades Tradicionais, pois como o revela o citado autor “The advent of Europeans cannot fail to have a disintegrating effect on tribal authority and institutions, and on the conditions of native life. This is due in part to the unavoidable restrictions imposed on the exercise of their power by the native chiefs” (1922: 215). Ver, ainda: (Hailey, 1956; Buell, 1928; Heussler, 1971; Pearce, 1982).

continuidades políticas que as Autoridades Tradicionais *de facto* e resilientemente herdaram de um passado político e, souberam projectar e incorporar na vida política das compósitas e mutativas conjunturas históricas do “político”, em África.

### **1.3 | A MUDANÇA DE PARADIGMA POLÍTICO: DO FENÓMENO POLÍTICO ESTADO AO FACTOR POLÍTICO AUTORIDADES TRADICIONAIS**

Tomando a liberdade de metamorfosearmos, ou, dito de outra forma, de readaptarmos o célebre título da obra de Basil Davidson, *The Black Man’s Burden* (1992), à caracterização do arquétipo político do Estado (escorado nas suas múltiplas sublimações e, projectado nos seus copiosos *alter-egos*), em contexto histórico pós-independências em África, poderemos partir do *leitmotiv* analítico que assenta na prescritiva ideia do *The African Post-Colonial State Burden*. Neste sentido, antes de cursarmos pela natureza das relações políticas “construídas” entre o Estado “pós-colonial” e as Autoridades Tradicionais, carecemos, inerentemente, de compreender qual é, no caso concreto, o desventurado “fardo” histórico-político do Estado africano “pós-colonial”? Mais, constitui-se este fatídico “fardo” como variável explicativa de uma equação política que procura o código genético da sincrónica e diacrónica “degenerescência” do Estado africano “pós-colonial”?

Na analítica leitura de proeminentes autores, que sobre as continuidades políticas e as (re)adaptações ideológicas do Estado africano escreveram/escrevem e, que sobre as dinâmicas e práticas dos “fenómenos” do político por si (re)produzidos teorizaram/teorizam, a “tradução” mais literal e axiomática do que foi (e, em muitos casos, continua a ser) o excruciante “fardo” histórico-político do Estado “pós-colonial” africano, assenta num inculcador segmento de recta orientativo: as “tóxicas” e “entorpecentes” heranças políticas, burocráticas, constitucionais e doutrinárias que lhe foram legadas (melhor: que foram mecanicamente transferidas para os não-iniciados, românticos e sequiosos “usufrutuários” da hegemonia política estatal) pelo Estado colonial africano (Chazan *et al.*, 1999; Badié, 1992; Ekeh, 1975; Young, 1988; Young, 2004; Englebort, 1997).<sup>43</sup> Com efeito, esta proposição explicativa é-nos corroborada, categórica e vinculadamente, por Crawford Young, ao enfatizar que:

---

<sup>43</sup>Mamadou Diouf, numa crítica e acutilante análise, evidencia como o Estado “pós-colonial” foi, desde a sua “formação”, de absoluta porosidade em relação aos influxos políticos emanados pelo seu antecessor colonial: “The African constitutions imported from London, Paris or Washington became inverted versions of those after which they were modeled. (...) In Africa it served to guarantee the authority of the state and the uncontrollable and uncontrolled exercise of power by the occupants of the state apparatus. And for this reason, the constitution undergoes constant modifications. The legislative armature, the structures which are supposed to be the expression of civil society, is constantly subjected to the assaults of networks of kinship and clientele,

although we commonly described the independent polities as “new states”, in reality they were successors to the colonial regime, inheriting its structures, its quotidian routines and practices, and its more hidden normative theories of governance. Thus, everyday reason of state, as it imposed its logic on the new rulers, incorporated subliminal codes of operation bearing the imprint of their colonial predecessors. (...) The more enduring traditions of governance that characterized the colonial state reemerged, their relative eclipse at the moment of transition only temporary. The robust autocracy that was the true bequest of Bula Matari regained its ascendancy, under differing guises. (...) The state, as theologian of development, appeared to speak a new language. But more closely examined, if not deconstructed, one might detect a subtext of continuity (1994: 283, 286).

Nesta medida, sem querermos enfermar a nossa análise pelo absolutizar ou, se preferirmos, pelo sobrevalorizar *ad aeternum* (sublinhando, ainda assim, o contundente impacto, influência e crédito) do peso e do volume da herança colonial como o (exclusivo e “emblemático”) factor explicativo das concepções ideológicas, das dinâmicas políticas e dos procedimentos constitucionais que após as independências foram “manufacturados” pelos agentes políticos em posse do Estado “pós-colonial” (Bayart, 1989; Bayart, 1996a; Bayart & Romain, 2006; Mamdani, 1996), propomo-nos, perscrutar, ainda que de forma sucinta, alguns dos matriciais “momentos” analíticos que nos permitirão vislumbrar os fundamentos ideológicos, as configurações político-burocráticas e, em decorrência, os comportamentos relacionais que o Estado “pós-colonial” africano “endogeneizou” no decurso do seu visionário, progressista e totalizante processo histórico de promoção ideológica e de “(re)construção” política (Young, 1982; Bayart, 1989), ou, se optarmos pela aceção de Jean-François Médard, no seu processo de “reconversão” política, que assentou, sobretudo, em “nationaliser l’État colonial en lui donnant une direction indigène. (...) L’État n’était pas vraiment à faire, il était simplement à africaniser” (1990: 25).<sup>44</sup>

O Estado “pós-colonial” africano foi (é), na literatura das várias disciplinas académicas e, nas salas dos “passos perdidos” das instituições da “decisão” política (nacionais e internacionais), um dos mais escrutinados e adjectivados objectos reais na compreensão e na descodificação da natureza e das dinâmicas dos “fenómenos” de produção (reprodução e gestão) do “político” em África (Keller, 1991; Chabal, 1994). Fosse, qual tivesse sido o alcance

---

accentuating the tradition of the subordination to the state which the colonial system inaugurated” (*apud* Young, 1994: 286).

<sup>44</sup>Para uma profícua e fecunda análise das “degenerescências” políticas, sociais e ideológicas projectadas e instituídas pelo Estado “pós-colonial” africano, não nos devemos circunscrever exclusivamente aos “olhares” teóricos que o categorizam como um “puro” produto de *historicidade* exógena. Devemos, sim, ter em conta as trajectórias históricas de *longue durée* (Braudel, 1985) destes Estados, e apreendermos que estes, se edificam “à l’entrecroisement des ‘dynamiques du dedans’ et des ‘dynamiques du dehors’” (Balandier, 1986). Com efeito, esta mesma “postura” teórica e epistemológica, é corroborada por Jean-François Bayart ao enfatizar que “L’on enregistra au sein de l’État subsaharien l’influence d’une ‘triple histoire’, précoloniale, coloniale, post-coloniale, qui a ‘cumulé ses apports’: le culte de la personnalité du maréchal Mobutu prolongue le millénarisme marxisant de Pierre Mulele lors des rébellions de 1964-1965, les mobilisations syncrétique des Églises indépendantes de la période coloniale et les prophétismes des temps anciens” (1996a: 27). Ver, ainda: (Bayart, 1991a, 1991b, 1996b; Englebert, 1997). Em “postura” teórica oposta, salientam Bernard Badié e Pierre Birnbaum, que “l’État rest en Afrique un pur produit d’importation, une pâle copie des systèmes politique et sociaux européens les plus opposés, un corps étranger de surcroît lourd, inefficace et source de violence (1979: 178, 181). Ver, ainda: (Badié, 1992).

e a bondade dos esforços analíticos das diferentes escolas de pensamento ideológico e epistemológico – entre outras, a desenvolvimentista, a marxista e a da hipertrofia do Estado (Chabal, 1994; Bayart, 1989; Chazan *et al.*, 1999) – no “esmiuçar” da génese política, ou, melhor dito, da *formação* do Estado “pós-colonial” africano (Lonsdale, 1981: 154), do que parecia *ser* e do que *era* na realidade, do como *parecia* funcionar e como *funcionava* na verdade aquela “variável” conceptual (Nettl, 1968), nesta exordial fase de direito das sucessões por testamento unilateral (anos sessenta e setenta), a uma asseveração teórica e empírica, não precipitada e, tomada de empréstimo a Patrick Chabal, poderemos chegar:

the power of the post-colonial state appeared awesome, almost limitless. It seemed that at independence it had suddenly and artificially been endowed with an inordinate degree of power, give the means to control fate and the resources of the independent country effectively unhindered and unaccountable. It was not just the post-colonial state possessed all the formal powers and attributes of the colonial state, it was also that it was not subject to the constraints of colonial political accountability. (...) In short, the post-colonial state (in all its manifold ramifications) in Africa was overwhelmingly the dominant actor in the new political community and the holders of state power were overwhelmingly the most powerful and privileged members of that community. As a consequence, politics in post-colonial Africa rapidly began to turn on the control and composition of the state. (1994: 72-73).<sup>45</sup>

Nesta sequência, e também pela acertiva narrativa analítica e descritiva de Crawford Young auscultamos que o Estado “pós-colonial” africano, enquanto concitado (porque consciente) *fenómeno* político neo-colonial (Mafeje, 1977; Martin, 1982; Charney, 1987), ou, antes, re-colonial (Saul, 1993; Saul, 2001; Plank, 1993), numa pospositiva conjuntura política que correspondeu à concentração e (re)formulação dos poderes de Estado (Chazan *et al.*, 1999), promoveu a sua radical e radicalizada acção hegemónica pelo controlo absoluto (entenda-se: totalitário) do “político”, mobilizando, para o efeito, os seus mais questuosos e promitentes recursos (capitais) ideológicos, simbólicos, burocráticos, partidários, territoriais e militares, cujos prenúncios e *démarches* se exteriorizaram com a corporatização de um oblíquo quadro político, administrativo, constitucional e económico, no qual:

implementation of the single-party model quickly centralized authority in the ruler. Parliamentary institutions existed, but had little voice. Local representative institutions, often accused of paralyzing factionalism, were brought under central and party tutelage, or simply dissolved. Military intervention became the sole mechanism to displace incumbents, but the putschist in power normally formed a new single party to legitimize permanent status for his rule. (...) The command state could not operate on the basis of ultimate impersonal authority and coercive force alone; indispensable were supplementary mechanisms translating state rule into personalized

---

<sup>45</sup>Nesta conjuntura histórica, foram empreendidas tentativas mais ou menos encarniçadas de erradicação do estatuto, das funções, dos poderes e da autoridade política (na essência, o “lugar” político) das Autoridades Tradicionais, pois como sublinham Claude-Hélène Perrot e François-Xavier Fauvelle-Aymar “Au lendemain des indépendances, dans les années 1960 et un peu au-delà, les nouvelles ‘élites’ africaines voyaient dans les rois et les chefs les reliques d’un passé qu’il leur appartenait d’abolir. (...) Pour cette génération, la chefferie, auxiliaire et instrument d’un colonialisme abhorré, n’offrait plus qu’une caricature de ce qu’étaient les royautes avant la colonisation” (2003: 7).



linkages with key intermediaries and their ramifying networks of clientele: the rhizome state of Jean-François Bayart (Young, 2004: 34, 35).

Podemos, assim, numa perspectiva de leitura com folga analítica, consubstanciar que “at a fundamental level the modern african state appears to be a top-heavy administrative state. It has been variously described as ‘overdeveloped’, ‘swollen’, ‘superimposed’, and ‘absolutist’” (Keller, 1991: 138).<sup>46</sup> Contudo, tal como expressa Edmond Keller “it is now clear that throughout Africa, the heavy-handed, authoritative image projected by the state is more evidence of weakness than of power” (1991: 138). Com efeito, e, não obstante todos os *desideratus* ideológicos exclamados e, todas as *endurances* políticas e militares engajadas na (tentativa de) “construção” de um hierárquico e placêntico “Estado integral” (Copans, 1980; Coulon, 1981), este último, “By the late 1979s and early 1980s is undergoing an organizational crisis” (Chazan *et al.*, 1999: 65). Mais, de acordo com as leituras empíricas e teóricas de alguns reconhecidos africanistas (Young, 2012), o Estado “pós-colonial”, abeirou-se, neste período histórico de ególatras extravagâncias revolucionárias e, em decorrência, de estrídulas interrogações sóciopolíticas, de territórios formais e legitimatórios muito próximos da falha ou da ruptura política e administrativa (Wunsch & Olowu, 1995; Helman & Ratner, 1992-1993), ou, no extremo da análise, do colapso ou da desintegração política e institucional (Zartman, 1995; Villalón & Huxtable, 1998). Qual é, ou, quais são, os fundamentos explicativos desta *nonsense* antinomia política?

Numa sóbria e acurada reflexão acerca das axiais variáveis que enlaçam esta equação política, Edmond Keller assevera que:

rather than being born with power, authority, and legitimacy, the contemporary African state has been consumed with attempting to establish its hegemony and right to rule. In a context where it has few political and economic resources that could allow to purchase legitimacy the tendency has been for the African state – no matter what its ideology – to be preoccupied with trying to establish its security, control, and autonomy. Consequently, the personalization of rulership has become the rule. Politics has become more like business. Political power is the vehicle to economic power, and political resources tend to be reduced to economic ones. Under such circumstances political power is not sought for its own sake but for the material advantage it promises (1991: 138,139).

---

<sup>46</sup>A literatura teórica que concebeu os classificativos epítetos do Estado “pós-colonial” africano é múltiplice e distintiva. Citemos, para além dos que são mencionados neste texto, alguns do mais acutilantes “rótulos” políticos aplicados ao Estado “pós-colonial” que ilustram as dinâmicas empíricas da sua acção política: “genocidal state” (Kuper, 1990); “anarchical state” (Kaplan, 1994); “criminal state” (Bayart *et al.*, 1999); “disorder state” (Chabal & Daloz, 1999); “resource state” (Lonsdale, 1981; Kasfir, 1987; Bratton, 1989); “predatory state” (Darbon, 1990; Zolberg, 1992); “rentier state” (Yates, 1996); “shadow state” (Clapham, 1996); “warlord state” (Reno, 1998); “privatized state” (Hibou, 1999).

Deste modo, configurado o raciocínio analítico do supracitado autor, apresentemos os resultados da sua extensível sinopse política que deduzem o alicerçador paradoxo político excogitado pelo Estado “pós-colonial” e, sob o qual se escorava política e administrativamente:

such patterns reveal the vulnerability and weakness of the state in most Africa. In terms of its monopoly over the means of coercion, the African state tends to be ‘strong’ relative to other segments of society, but in terms of its ability to ensure voluntary and regular compliance to rules and policies, tend to be ‘soft’ (Keller, 1991: 139).<sup>47</sup>

O agudizar crítico destas alienações ideológicas, o perenizar de práticas políticas coagulantes, a exortação de uma (in)consciente pendor social e, não de somenos importância, a intermitência ou disrupção relacional com “outros” grupos sociais do poder e da autoridade, redundaram, já no decorrer da década de oitenta, num crítico exame político e, numa expurgante “reconsideração” ideológica aos processos de “formação” e de “construção” do Estado “pós-colonial” africano (Chazan *et al.*, 1999; Villalón & Huxtable, 1998), que “after three decades of largely parallel trajectories”, o orientou “to follow widely divergent itineraries” (Young, 2012: 195). Os fundamentos das premissas desta tática (re)orientação ideológica e, deste estratégico (re)ajustamento político, passavam, *grosso modo*, por uma impropelável reconfiguração da máquina burocrática e administrativa do Estado, do aparelho coervivo/repressivo do Estado, do edifício legal e constitucional do Estado, das instituições políticas e sociais do Estado, dos programas de incremento económico, bem como, ainda, do reconhecer da existência política de outros agentes e grupos sociais (ainda que latentes) e, de outras forças políticas, bem vivas e presentes, que brotavam da emergente “sociedade civil” e, que detinham (também) notórias capacidades de mobilização, de produção e de reprodução do “político” nos diversos “espaços públicos” africanos (Mbembe, 1992; Bayart, 1983; Azarya & Chazan, 1987): tal era (é) o caso das Autoridades Tradicionais.<sup>48</sup>

Portanto, no início dos anos noventa, numa “situação” histórica de (maior) abertura política – induzida por “dinâmicas” intrínsecas e extrínsecas que projectaram a passagem de um “Estado autocrático” a um “Estado democrático” (Young, 1999; Joseph, 1999; Ottaway, 2003; Kieh & Agbese, 2014) –, o Estado “pós-colonial” africano, na demanda da supressão das

---

<sup>47</sup>Para um aprofundamento analítico destes descritivos binómios políticos (“strong”/“soft”), ver, entre outros autores: (Leys, 1976; Diamond, 1987; Young, 1982; Hyden, 1980; Marenin, 1987; Ake, 1981; Kasfir, 1983; Osaghae, 1989; Jackson & Rosberg, 1982a; Rothchild, 1987; Migdal, 1988).

<sup>48</sup>Com efeito, no decorrer dos anos oitenta “le regard porté sur les deux pouvoirs a changé. L’attention des anthropologues et des historiens s’était dans un premier temps, dirigée vers les processus de formation et de construction de l’État modern en Afrique. Elle s’oriente à présent sur ce phénomène innattendu qu’est la reviviscence, dans un contexte nouveau et sous des formes évidemment nouvelles, des royautés et des chefferies. Au-delà même de la cohabitation entre deux pouvoirs aux assises dissemblables, voire antinomiques, c’est la question de leur mise en contact et de leur ‘mode d’incorporation réciproque’ qui est aujourd’hui à l’ordre du jour” (Perrot & Fauvelle-Aymar, 2003: 7, 8).

“etiquetas” políticas de “absolutista” (Callaghy, 1984), “personalista” (Jackson & Rosberg, 1982b; 1984) e “(neo)patrimonial” (Médard, 1990, 1991, 1995), na pretensão de uma revalidada eficácia política e de uma restaurada eficiência administrativa e, especialmente, com o intuito primeiro de renovar social e, se necessário, subsidiariamente a sua precária ou (inexistente) legitimidade política (e dos seus quebradiços mecanismos de legitimação política que não haviam sido honrados: o fim da miragem do desenvolvimento social, do progresso económico, da participação política e da identidade nacional, entre outros), fez renascer o seu profícuo e auspicioso interesse político, progressiva e tacitamente recalibrado, pelo reatar dos vínculos relacionais, que outrora havia reprimido (ou, utilizado de forma intermitente e mercenária), com as “teimosamente” sobreviventes Autoridades Tradicionais.<sup>49</sup>

Qual foi, ou quais foram, as motivações (ou interesses) políticos do Estado “pós-colonial” africano, na promoção do ressurgimento e reconhecimento formal (administrativo e constitucional), do “estatuto” social e do “lugar” político das Autoridades Tradicionais?<sup>50</sup> Traçemos a resposta (que, em termos gerais, assume validade política e heurística, até aos dias de hoje) com dois distintos traços de escrita analítica. Percorrendo a traço grosso, as dinâmicas integrais que “brotaram” nesta conjuntura histórica de fluxo político (Harbeson & Rothchild, 2000), Jeffrey Herbst sublinha que:

the political liberalizations that swep the African continent since 1990 once again have placed in sharp relief the uncertainties of how african states should approach civilian leaders. On the hand, as rulers sometimes still tainted by colonialism who are mainly chosen either by heredity or by other elites, traditional leaders are seemingly the very antithesis of democratic rule. On the other hand, those who head weak African states still crave the legitimacy associated with traditional rulers and, again conscious of their limited reach into rural areas, want to find a place for those who exercise local power (2000: 177).

Ou, se quisermos cursar pelo traço de escrita mais fina de Janine Uking, podemos transcrever as suas oniscientes palavras, que realçam a seguinte proposta de resposta:

the main reason to formalise and enhance the position of traditional leaders is to improve local governance. In many countries, attempts at decentralisation that excludes traditional authorities have failed, and state policies have not been implemented because chiefs have resisted them. Chiefs are a social reality in many countries and governments have to recognise the existing

---

<sup>49</sup>Neste novo quadro histórico, o interesse político e académico pelas relações políticas estabelecidas entre o Estado “pós-colonial” africano e as Autoridades Tradicionais (e das dinâmicas destas *per se*), é espelhado pela profusão de uma abundante literatura, que reflecte, até aos dias de hoje, múltiplos e contrastantes “olhares” analíticos. Citemos, entre tanto outros: (Florêncio, 2005; Buur & Kyed, 2007; Ubink & Quan, 2008; Oomen, 2002; Englebert, 2002; Ray & Reddy, 2003; Buur & Kyed, 2005; Ubink, 2008; Lutz & Linder, 2004; Khunou, 2013; Baldwin, 2016).

<sup>50</sup>Na crítica análise de Patrick Chabal “os líderes africanos ‘transformaram-se’ em democratas por imposição do Banco Mundial e não porque subitamente aceitem que a democratização seja a melhor via de evolução política ou que a sua liderança seja sujeita à responsabilização política democrática” (1999: 75). Para um melhor entendimento do “peso” e do “papel” que as forças endógenas e as forças exógenas tiveram na implementação dos processos de “liberalização política” em África, ver: (Wiseman, 1996; Bayart, 1989; Chazan, 1992; Clapham, 1993; Welch, 1991; Bratton & Walle, 1992; Young, 1993; Munslow, 1993).

structures. (...) The liberalisation policies of the 1990s and donor calls for structural adjustment, emphasising a smaller state, cuts in public expenditure, a strengthening of civil society, and alternative dispute resolution, created and increased space for the involvement of traditional authorities in law enforcement, dispute resolution, service provision, and the implementation of development projects. Added to this, the enlarged distance between people and the state facilitated the resurgence of tradition as an alternative mode of identification (2008: 14).

Com efeito, todo este “momento” histórico de reajustamento, de reaproximação e, se quisermos, de imprescindível “intimidade” política, permitiu, de forma peremptória e irrevogável, o impetrado (legítimo e legitimado) acesso das até então, ideologicamente “invisíveis” Autoridades Tradicionais, à participação, à competição e à conquista (activa) de recursos sociais, de “trunfos” políticos ou de capitais simbólicos disponíveis e em disputa no campo político, e, permitiu ainda, que aquelas a breve excerto temporal, se (re)assumissem “de pedra e cal” enquanto sincréticos *political brokers* ou, “simplesmente”, enquanto autónomos agentes políticos *tout court* que geriam “agendas políticas” próprias (Fisiy, 1995; Geschiere; 1993; Von Trotha, 1996; Bierschenk & Sardan, 1997; Ray & Rouveroy van Nieuwaal, 1996; Rouveroy van Nieuwaal, 1999; Kessel & Oomen, 1997) – originando, por consequência, relações políticas de concorrência, de interdependência ou, no limite, de consentidos e formais mecanismos de cooptação política com o Estado, na busca de uma legitimidade e de uma soberania política a “dividir” (Ray, 1998) –, em razão de haverem mantido de forma temporalmente transversal a sua influência política e legitimidade social, como ainda, e, sobretudo, de se haverem garantido enquanto singular *factor* de preservação cultural e de equilíbrio cosmológico das formas de organização política que por ancestral “tradição”, governavam desde tempos pré-coloniais (Herbst, 2000; Rouveroy van Nieuwaal, 2000; Mappa, 1998; Logan, 2013).

Neste sentido, consideramos que os paradoxos políticos, as dualidades constitucionais e os dilemas administrativos já inscritos naquela “nova” realidade ideológica, constituem-se, ainda hoje, como os verdadeiros desafios políticos que influenciam, constroem e condicionam, não só, os processos de “formação” política do Estado “pós-colonial” africano (a nível nacional, regional e local) e, evidentemente, os processos de “reinvenção” política das Autoridades Tradicionais (a nível local, regional e nacional), como ainda, e, em particular, a natureza, a mecânica e a disposição das relações políticas que entre eles estabelecem. Tal evidência analítica, é-nos corroborada por um texto escrito por Emile Van Rouveroy Van Nieuwaal que, não obstante ter sido escrito em 1996, sintetiza de forma lúcida e pertinente, o que consideramos serem, as (ainda) contemporâneas ambivalências políticas que entalham as dinâmicas relacionais do Estado “pós-colonial” africano com as (contextual e conjunturalmente) “sobreviventes” Autoridades Tradicionais:

that space for manoeuvre is created by the gap that exists between a modern, bureaucratic, organized state that derives its authority from state law, and the social context of the majority of the African citizens associated with a completely different ideological, symbolical and cosmological world view. It is exactly within that 'gap' that the chief, being the representative of that order, 'traditional', cosmological world with its own world view from which the chief (partly) derives his legitimacy, creditability and respect, plays a very important role. The state is only too pleased to annex the authority of chiefs as representatives of that other world that is not easily described and established in a code understandable to the outside world. So does that state power try to revitalize its own legitimacy and authority in order to close the gap between its bureaucratic, alien, and foreign-imposed logic and the traditional world (1996: 54).

Deste modo, à guisa de conclusão, sublinhamos que a análise científica de todo este recente, empreendedor e estratégico quadro político relacional, não deverá nunca descurar a premissa teórica e epistemológica, que Pierluigi Valsecchi coloca à nossa disposição: “Toute tentative de classer les acteurs politique en ‘traditionnel’ et en ‘moderne’ s’avère artificielle et infructueuse. Aujourd’hui, la logique du pouvoir traditionnel n’apparaît pas essentiellement différente de celle du pouvoir moderne” (*apud* Perrot & Fauvelle-Aymar 2003: 23).

## **CAPÍTULO 2 | DA ÁRVORE CONCEPTUAL: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJECTO DE ESTUDO EM CONTEXTO**

### **2.1 | DAS IRREDUTIBILIDADES IDEOLÓGICAS À CUMULATIVIDADE CIENTÍFICA: O CONCEITO DE ESTADO**

Para início de capítulo, começamos por recolocar a pergunta feita por Vladimir Lênine na Universidade de Sverdlov, a 11 de Julho de 1919: “o que é o Estado”?<sup>51</sup> (1978:177). A resposta não é unívoca. O conceito de Estado, será presumivelmente, um dos conceitos mais debatidos e rebatidos ao longo da história das Ciências Sociais e, será em razão proporcional, um dos que exalta mais irredutibilidades ideológicas, clivagens políticas e, até mesmo (por “contaminação” destes), disrupções científicas.<sup>52</sup> Neste sentido, sem querer entrar na “hipoderme” deste debate “maior”, pretendemos circunscrever *cumulativamente* os balizamentos teóricos do conceito de Estado, a partir dos contributos científicos propostos por Max Weber, Philip Abrams e Pierre Bourdieu. Esta “postura” de construção centrípeta, permitirá operacionalizar este complexo e polissémico conceito, com o objectivo primeiro e último, de podermos “compilar” um olhar poliédrico cientificamente orientado, que nos permita “decifrar” o Estado central que foi

---

<sup>51</sup>Algumas das históricas propostas de resposta a tão “clássica” pergunta, encontram-se nos temporalmente transversais trabalhos de: (Maquiavel, 2007; Bodin, 1993; Hobbes, 1996; Hegel, 1940; Marx, 1978; Engels, 1970; Marx & Engels, 1975).

<sup>52</sup>Citamos, entre uma vastíssima panóplia de autores, alguns que refletem as contrastantes posturas ideológicas e científicas em relação a este conceito: (Miliband, 1972; Poulantzas, 1978; Skocpol *et al.*, 1985; Jessop, 1990; Poggi, 1990).

estruturalmente “construído” no Gana, e, em particular, o Estado local que, conjunturalmente se (re)constrói (ou transmuta), em Ejisu-Juaben e Mampong.<sup>53</sup>

Na sua histórica e célebre “fórmula”, Max Weber rejeita a orgânica e “predestinada” noção funcionalista de Estado. Para Max Weber, o Estado moderno (ou racional), do ponto de vista sociológico, é uma associação de dominação, que não pode (deve) ser definida em função dos *fins* que lhe são atribuídos, mas antes, e, exclusivamente, pelos *meios* de que dispõe no exercício da sua acção política. A matriz da singularidade ou, se quisermos, da especificidade do Estado moderno (que é uma manifestação histórica da política), argumenta Max Weber, assenta no monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo, sobre um determinado território, com o desígnio primeiro de manter a ordem política vigente. Max Weber, neste medida, salienta que:

sociologically, the state cannot be defined in terms of its ends. There is scarcely any task that some political association has not taken in hand, and there is no task that one could say has always been exclusive and peculiar to those associations which are designated as political ones: today the state, or historically, those associations which have been the predecessors of the modern state. Ultimately, one can define the modern state sociologically only in terms of the specific *means* peculiar to it, as to every political association, namely, the use of physical force (*apud* Gerth & Mills, 1991: 77-78).<sup>54</sup>

Na sua perspectiva de análise e descrição do Estado moderno (enquanto aparato político, administrativo e burocrático ou, dito de outra forma, enquanto função institucional política), Max Weber toma como válida a paráfrase ideológica que Leon Trotsky proferiu em Brest-Litovsk, cujo conteúdo político assentava no pressuposto de que “every state is founded on force” (*apud* Gerth & Mills, 1991: 78). Com efeito, na sequência desta premissa, Max Weber evidencia a correlativa e íntima relação existente entre o uso da violência (coacção ou força física) e a *práxis* política e normativa do Estado moderno.<sup>55</sup> Este último, na concepção do aludido autor, constitui a instituição política que assegura, mediante instrumentos adequados – entenda-se: legítimos e legais – e, de uma forma continuada, a dominação (política). Nestes

---

<sup>53</sup>A literatura que tem como objecto central de análise as práticas, as trajectórias e as derivações políticas da “construção” e reconfigurações do Estado em África (ou, segundo algumas designações, o Estado africano) é extensa. De entre estes, destaquemos alguns textos que (ainda hoje) se revestem de ineludível bondade científica: (GEMDEV, 1997; Bayart, 1997; Badié, 1992; Young, 2004; Hyden, 1980; Marenin, 1996; Rothchild & Olorunsola, 1983; Krasner, 1984; Callaghy, 1984; Diamond, 1987; Médard, 1992; Tatah, 2010).

<sup>54</sup>Para Max Weber “Nous dirons d’un groupement de domination qu’il est un groupement *politique* (*politischer verband*) lorsque et tant que son existence et la validité de ses règlements sont garanties de façon continue à l’intérieur d’un territoire *géographique* déterminable par l’application et la menace d’une contrainte *physique* de la part de la direction administrative” (1971: 57).

<sup>55</sup>É evidente que, nas associações políticas, a violência não é o único meio administrativo, nem sequer o “natural” recurso de utilização quotidiana. Pelo contrário, os dirigentes políticos daquelas servem-se, primeiro e antes de tudo o resto, de todos os outros meios possíveis e disponíveis para a realização dos seus fins. Mas, a ameaça e eventual uso da violência é, sem dúvida, um meio *específico* das associações políticas (sobretudo estatais) e, em toda a parte, a última *ratio* de acção e controlo, quando os outros meios/recursos fracassam (Gerth & Mills, 1991: 78).

termos, afirma Max Weber, que o Estado moderno “is a human community that (successfully) claims the *monopoly of the legitimate use of physical force* within a given territory” (apud Gerth & Mills, 1991: 78). No entanto, ainda que ratificada a validade heurística da proposta teórica de Max Weber, salientamos que o reconhecido autor deixa alguma “névoa” explicativa sobre, por exemplo, quem exerce a dominação (política) através do Estado e, sobre quem é exercida essa mesma dominação, ou, ainda, quais são as relações (sobretudo, a natureza destas) que através do Estado são (inter)mediadas, no fundo, faltou a Max Weber recensear e perscrutar os mecanismos, as práticas e os processos políticos da produção, reprodução e da distribuição dos recursos políticos; se preferirmos, dos compósitos *enjeux* que revelam as relações de força e as lutas políticas que se impõem pela consecução, consolidação e conservação de um *monopólio* que se reclama de legítimo e universal. Tomemos, como “sopro” analítico da “névoa” açulada por Max Weber, os contributos “hermenêuticos” e heurísticos de Philip Abrams e Pierre Bourdieu, na decifração e compreensão da associação *política* Estado.

Na sua incursão analítica ao significado e significação de Estado, Philip Abrams começa, de forma preambular, por nos notificar da sua relutância teórico-metodológica em aquiescer a existência material, concreta e unitária do ilusório “objecto” Estado, ao evidenciar-nos que:

like Miliband, Poulantzas begins by proclaiming the unreality of the state. It is not for him a ‘real, concrete singular’ object, not something that exists ‘in the strong sense of the term’. Rather it is an abstraction the conceptualisation of which is a ‘condition of knowledge of real-concrete objects’. My own view is rather that the conception of the state is a condition of ignorance (...) (1988: 72).

O escoramento desta ressalva de compromisso heurístico reforça-se, quando o autor fundamenta que “My suggestion is not as radical as that.<sup>56</sup> I am proposing only that we should abandon the state as a material object of study whether concrete or abstract while continuing to take the *idea* of the state extremely seriously” (Abrams, 1988: 75). Philip Abrams, salienta ainda que “the internal and external relations of political and governmental institutions (the state-system) can be studied effectively without postulating the reality of the state” (1988: 75).

Neste quadro, de exposição das suas objeções formais e de prolusão dos seus parâmetros metodológicos, Philip Abrams preconiza uma diferenciação expressa, mas inter-relacionada, entre os dois objectos (constituintes do Estado), que podem e devem ser “matéria” de uma

---

<sup>56</sup>Neste ponto, o autor não toma como suas as palavras de Alfred Radcliffe-Brown, cuja posição analítico-metodológica, assenta no pressuposto de que “na literatura sobre as instituições políticas existe uma discussão acesa sobre a natureza e origem do Estado, que é geralmente representado como sendo uma entidade acima dos indivíduos que formam uma sociedade, tendo como um dos atributos o que se chama ‘soberania’, e que algumas vezes se tem por uma vontade (o Direito define-se muitas vezes como a vontade do Estado) ou como poder de emitir ordens. O Estado neste sentido, não existe no mundo dos fenómenos é uma ficção dos filósofos (...). O poder do Estado é coisa que não existe (...)” (1981: 23-24).

circumspecta análise: o “Estado-sistema” e, o “Estado-ideia” (1988). Para o citado autor, o “Estado-sistema” é um “cluster of institutions of political and executive control and their key personnel, the ‘state-elite’: the government, the administration, the military and the police, the judicial branch, sub-central government and parliamentary assemblies” (Abrams, 1988: 71); isto é, na sua essência, o “Estado-sistema” é “a palpable nexus of practice and institutional structure centered in government and more or less extensive, unified and dominant in any given society” (Abrams, 1988: 82). O “Estado-ideia” – o que Timothy Mitchell designa por “state effect” (1999) –, por seu lado, e de acordo com Philip Abrams, é “projected, purveyed and variously believed in different societies at different times” (1988: 82).

Para Philip Abrams, o Estado é, enquanto relação comutativa dos seus dois constituintes, “Estado-sistema” e “Estado-ideia”:

a third-order object, an ideological project. It is first and foremost an exercise in legitimation – and what it being legitimated is, we may assume, something which if seen directly and as itself would be illegitimate, an unacceptable domination. Why else all the legitimation-work? The state, in sum, is a bid to elicit support for or tolerance of the insupportable and intolerable by presenting them as something other than themselves, namely, legitimate, desinterested domination (1988: 76).

Salientemos, por último, a importância política e analítica que Philip Abrams outorga ao “Estado-ideia”, na qualidade de produtor e promotor do poder ideológico que confere unidade, coerência e fundamento político à construção, consolidação e perpetuação da dominação e hegemonia política do Estado: “It presents politically institutionalised power to us in a form that is at once integrated and isolated and by satisfying both these conditions it creates (...) an acceptable basis for acquiescence” (Abrams, 1988: 68).<sup>57</sup> Com efeito, tal como nos descreve, ainda, Philip Abrams “Those institutionalized forms of coercive power – armies and prisons (...) as well as the whole process of fiscal exaction (...) are all forceful enough (1988: 77). Contudo, expõe ainda o autor “it is their association with the idea of the state that silences protest, excuses force and convinces almost all of us that the fate of the victims is just and necessary (Abrams, 1988: 77).<sup>58</sup> Em suma, de acordo com Philip Abrams,

the state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practice as it is. (...) The state comes into being as a

---

<sup>57</sup>Na sequência do debate de Philip Abrams acerca da “reificação ilusória” do Estado (i.e, da “força” invisível do ideológico), muitos outros teóricos seguiram esta linha de análise (com algumas notas correctivas) e, de entre os quais destacamos: (Borneman 1992; Corrigan & Sayer 1985; Joseph & Nugent 1994; Young 1994). Neste ponto e, a propósito dos conceitos de “dominação” e hegemonia”, ver a distinção proposta por Antonio Gramsci: (1979, 1999).

<sup>58</sup>Para uma compreensão e aprofundamento da natureza do Estado, ver ainda o trabalho de Louis Althusser, no qual o autor define as linhas de “acção” dos “aparelhos repressivos do Estado” e dos “aparelhos ideológicos do Estado” (1980).



structuration within political practice; it starts its life as an implicit construct; it is then reified and acquires an overt symbolic identity progressively divorced from practice as an illusory account of practice. The ideological function is extended to a point where conservatives and radicals alike believe that their practice is not directed at each other but at the state; the world of illusion prevails (Abrams 1988: 82).<sup>59</sup>

Numa aproximação primeira ao conceito de Estado<sup>60</sup>, Pierre Bourdieu rompendo com a tentação da análise de essência, mas sem renunciar à intenção de detectar invariantes, salienta que “i would like to outline *a model of the emergence of the state* designed to offer a systematic account of the properly historical logic of the processes which have led to the institution of this ‘X’ we call the state” (1994: 4). Quais são, porquanto, as condições políticas e sociais da gênese do Estado? O Estado, para Pierre Bourdieu, é o corolário (culminar) de um histórico:

*process of concentration of different species of capital: capital of physical force or instruments of coercion (army, police), economic capital, cultural or (better) informational capital, and symbolic capital. It is this concentration as such which constitutes the state as the holder of a sort of meta-capital granting power over others species of capital and over their holders* (1994: 4).

Deste modo, para Pierre Bourdieu, a concentração de diferentes espécies de capital (que acompanha a construção dos diferentes campos correspondentes) conduz, com efeito, à *emergência* de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diferentes campos e sobre as diferentes espécies particulares de capital, e, em especial “over the rates of conversion between them (and thereby over the relations of force between their respective holders)” (1994: 4).<sup>61</sup> No cumprimento deste trilha teórico, Pierre Bourdieu acentua que a construção do Estado caminha a par da construção do campo do poder concebido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes espécies) lutam *em particular* pelo poder sobre o Estado, quer dizer “over the statist capital granting power over the different species of capital and over their reproduction” (1994: 5).

---

<sup>59</sup>À ilusão e invisibilidade do poder (que reside “fora” do “Estado-sistema”), proposta por Philip Abrams, Clifford Geertz diz-nos que o poder é teatro, e que a força do Estado visível deriva das suas capacidades políticas e culturais de empreender e consumir o “encantamento” (1991).

<sup>60</sup>Pierre Bourdieu, dedica os seus primeiros textos ao Estado, só nos finais dos anos oitenta (1989), não participando, deste modo, durante a década de setenta e inícios dos anos oitenta, na polarizada discussão ideológico-conceitual que tomou o Estado como objecto central de análise. Ver a colectânea de textos de Pierre Bourdieu sobre o Estado, em: (Bourdieu, 2014). De entre os autores que propeliram e patrocinaram este frugífero debate teórico, citemos, entre outros: (Tilly, 1975; Block, 1977; Therborn, 1978; Skocpol, 1979; Carnoy, 1984; Evans & Rueschemeyer, 1985; Althusser, 1972; Poulantzas, 1973).

<sup>61</sup>O Estado, que dispõe dos meios de impor e de inculcar princípios duradouros de visão e de divisão de acordo com as suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico. O exercício deste último, decorre da posse de capital simbólico que, pode ser qualquer propriedade (qualquer espécie de capital, físico, económico, cultural, social) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a conhecer (de se aperceberem dela) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor. Mais precisamente, é a forma assumida por qualquer espécie de capital quando percebida através de categorias de percepção que são o produto da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição dessa espécie de capital (Bourdieu, 1997: 80-81). Ver ainda, (Bourdieu, 1989a: 531-559).

Porém, qual é a “tradução” política, social e jurídica da posse e concentração de diferentes espécies de capital, por parte do Estado?

Servindo-se de uma variação rectificativa da “fórmula” de Estado que Max Weber propõe (e, quanto a nós, com confessos ganhos heurístico-operatórios), Pierre Bourdieu enfatiza que “the state is an X (to be determined) which successfully claims the monopoly of the legitimate use of physical and *symbolic* violence over a definite territory and over the totality of the corresponding population” (1994: 3).<sup>62</sup> O Estado, enquanto detentor do monopólio da violência *simbólica* legítima atribuí, através da sua própria existência, um limite à luta simbólica de todos contra todos por esse monopólio (isto é, pelo direito de impor um princípio de visão próprio), arrancando, assim, um certo número de divisões e de princípios de divisão a essa luta.<sup>63</sup> Mas, no mesmo acto, faz do próprio Estado um dos maiores “recursos” em jogo na luta pelo poder simbólico. O Estado é, com efeito, o lugar por excelência da imposição do *nomos*, como princípio oficial e eficiente de construção do (seu/nosso) mundo social e político (Bourdieu, 1998: 165).<sup>64</sup>

A construção do Estado (se se quiser: o processo de – a luta pela – monopolização por alguns dos recursos universais que o Estado produz e proporciona), acompanha-se, neste sentido, para Pierre Bourdieu, da construção de uma espécie de transcendental histórico comum que, no termo de um longo processo de incorporação, se torna imanente a todos os seus “sujeitos”. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado institui e inculca formas simbólicas de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, do entendimento ou da memória, formas estatais de classificação ou, melhor, esquemas práticos de percepção, de apreciação, de acção e de estratégia (política) (1998: 155).<sup>65</sup> O Estado, no mais íntimo das suas idiossincrasias políticas, sugere Pierre Bourdieu “is first and foremost the ‘central bank of symbolic credit’ which endorses all acts of *nomination* whereby social divisions and dignities

---

<sup>62</sup>A violência *simbólica* é o resultado de um processo de imbricamento intrínseco e indelével, que a institui, ao mesmo tempo “in social structures and in the mental structures adapted to them, the instituted institution makes us forget that it issues out of a long series of acts of *institution* (in the active sense) and hence has all the appearances of the *natural*” (Bourdieu, 1991: 4). Em relação à violência *simbólica*, ver ainda: (Bourdieu, 1992: 116-149; Bourdieu, 1989a: 48-81).

<sup>63</sup>A luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social, ou, mais precisamente, pelo reconhecimento acumulado sob a forma de um capital simbólico de notoriedade e de respeitabilidade, que dá autoridade para impor o conhecimento legítimo do *sentido* do mundo social, da sua significação actual e da direcção em que vai e deve ir (Bourdieu, 1998: 165).

<sup>64</sup>A forma por excelência do poder simbólico de construção socialmente instituído e oficialmente reconhecido é a autoridade jurídica (ou, na acepção de Max Weber, a dominação racional-legal), sendo o direito a objectivação da visão dominante reconhecida como legítima ou, se se prefere, da visão do mundo legítima, da ortodoxia garantida pelo Estado (Bourdieu, 1998: 166).

<sup>65</sup>Para Pierre Bourdieu “a submissão à ordem estabelecida é o produto de acordo entre as estruturas cognitivas inscritas nos corpos pela história colectiva (filogénese) e individual (ontogénese) e as estruturas objectivas do mundo a que se aplicam: a evidência das injunções do Estado não se impõe tão poderosamente senão porque o próprio Estado impõe as estruturas cognitivas segundo as quais é percebido” (1997: 88).

are assigned and proclaimed, i.e., promulgated as universally valid within the perview of a given territory and population” (*apud* Wacquant, 1996: 162).

Pretendemos, enquanto proposta de síntese (e, contornando consciente e deliberadamente, a tentação – e os perigos – de avançarmos com uma prescrição de *melting pot* conceptual), apenas evidenciar a bondade heurística das invariantes teóricas propostas por Max Weber (monopólio do uso legítimo da violência), por Philip Abrams (“Estado-sistema” e “Estado-ideia”) e, por Pierre Bourdieu (monopólio estatal – universal – da violência física e *simbólica*), que melhor nos permitem caracterizar, compreender e analisar os (dialéticos) processos de formação, de construção e de transformação do Estado “pós-colonial” africano e, do ganês, em particular.

## **2.2 | DO PATRIMÓNIO TEÓRICO À REALIDADE EMPÍRICA: O CONCEITO DE AUTORIDADES TRADICIONAIS**

Na concepção teórica e empírica de Joseph Adewumi e Joseph Egwurube, o conceito de Autoridades Tradicionais é definido nos seguintes termos:

are individuals occupying communal political leadership positions sanctified by cultural mores and values, and enjoying the legitimacy of particular communities to direct their affairs. Their basis of legitimacy is therefore tradition, which includes the whole range of inherited culture and way of life; a people’s history; moral and social values and the traditional institutions which survive to serve those values (1985: 20).

Tomando como ponto de partida a definição acima apresentada por estes autores, centremos a nossa atenção analítica na demarcação conceptual dos seus constituintes de referência: em que se alicerça a autoridade? o que se entende por tradição? Mais: que designam, em consórcio teórico, estes dois referentes conceptuais? Começemos por “desmontar” o conceito de autoridade. Não obstante a polissemia que reveste (ainda hoje) o conceito de autoridade, Max Weber mobilizou esta operatória categoria analítica, enquanto sinónimo de dominação (legítima).<sup>66</sup> Max Weber, clarificou, também, que os conceitos de poder e de dominação, para além de exprimirem relações diferentes, são dotados de alcance e de rigor diversos; por outras palavras, ainda que não sejam conceitos mutuamente exclusivos, são conceitos que remetem para vectores analíticos e vínculos (ou intentos) políticos distintos. Em função desta pronunciada dissemelhança, Max Weber sustenta que “El concepto de *poder* es

---

<sup>66</sup>Com o propósito científico de aprofundar os contornos analíticos do conceito de autoridade, sugere-se a leitura dos trabalhos de: (Arendt, 1989; Delsol, 1994; Raz, 1990).

sociologicamente amorfo” (1944: 43).<sup>67</sup> No entender de Max Weber, do ponto de vista da análise sociológica, é a dominação que interessa mobilizar para a (refinada) compreensão e interpretação dos “fenómenos” do político. Neste sentido, quais são os parâmetros analíticos que Max Weber assaca a cada um destes conceitos? Ou, melhor, quais são os princípios geradores de uma, ainda que “aveludada”, diferenciação entre os enunciados conceitos?

Para Max Weber, o poder (*macht*), significa “la probabilidad de imponer la propria voluntad, dentro de una relación social, aun contra toda resistencia y cualquiera que sea el fundamento de esa probabilidad” (1944: 43).<sup>68</sup> Em contraste, Max Weber entende por dominação (*herrschaft*) “la probabilidad de encontrar obediencia dentro de un grupo determinado para mandatos específicos (o para toda clase de mandatos)” (1944: 170). Sobressai, outrossim, das palavras do autor, que “un determinado mínimo de *voluntad* de obediencia, o sea de *interés* (externo o interno) en obedecer, es esencial en toda relación auténtica de autoridad.” (Weber, 1944: 170). Enquanto, portanto, no poder político remanesce um influxo de imposição, na dominação política – que o autor considera um caso especial do poder – subsiste a consecução de uma sujeição voluntária, que é incompatível com a coerção pela força e com a persuasão (Arendt & Kohn, 2006: 91-141).<sup>69</sup> Com efeito, tal como nos realça Steven Lukes, aceitar a autoridade política é,

precisamente, abster-se de examinar aquilo que nos mandam fazer, ou aquilo em que nos mandam acreditar. É agir e acreditar não pelo saldo das razões, e sim à base de uma razão de segunda ordem que exige precisamente que seja ignorado o saldo das razões, tal como o vemos. Da mesma forma, o exercício da autoridade é, precisamente, não ter de oferecer razões, mas ser obedecido ou acreditado porque se dispõe de um direito a isso (1980: 831).

Em conformidade com este “caminho” analítico, Max Weber aborda e descodifica o conceito de poder político, fundamentalmente concebido em termos de dominação política (autoridade legítima) e, conseqüentemente, (só) enquanto probabilidade de encontrar obediência a um respectivo mando.<sup>70</sup> Desta asserção conceptual, resulta que na base de toda a

---

<sup>67</sup>Ao carácter “sociologicamente amorfo” do poder em Max Weber, contrapõem-se algumas análises mais recentes que o revestem com um carácter activo e estratégico. De entre muitos autores, destaquemos (Lukes, 2005; Billier, 2000; Russel, 1938; Clegg, 1989; Foucault, 2011).

<sup>68</sup>Max Weber definiu o poder como a possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio. Hannah Arendt, pelo contrário, concebe o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à acção comum, no contexto da comunicação livre de violência. Ambos vêem no poder um potencial que se actualiza em acções, mas cada um se baseia num modelo de acção distinto (Weber, 1944; Arendt, 2006).

<sup>69</sup>Para Hannah Arendt, bem como para outros autores contemporâneos que sobre esta matéria teorizaram, a autoridade é incompatível com a persuasão, na medida em que esta pressupõe a igualdade e funciona através de um processo de argumentação (2006: 91-141). Ver, ainda: (Bourricaud, 1969; Dahl, 1970; Martin, 1977).

<sup>70</sup>A origem do poder político tem sido objecto de estudo por parte de diversos autores. Todavia, não é a origem do poder político propriamente dito que se pretende aqui considerar, mas antes e, sobretudo, a sua especificidade em relação a outras formas de poder. Neste sentido, saliente-se que, o poder torna-se político, de acordo com António Teixeira Fernandes, quando agentes sociais diversos se afrontam na luta pela imposição de uma forma de organização da sociedade e pela sua orientação: i.e., o poder torna-se político quando envolve o domínio das relações mando-obediência no âmbito da totalidade da sociedade (1988: 58-59). Assim, destaca ainda o

dominação política se encontra a relação entre mando e obediência e um campo estruturado em que essa relação se exprime e, que não é consentâneo com o carácter difuso do poder em toda a relação social, embora já se manifeste nas organizações complexas. (Fernandes, 1988: 60). No entender de Max Weber, “El concepto de *dominación* tiene, por eso, que ser más preciso y sólo puede significar la probabilidad de que un *mandato* sea obedecido” (1944: 43). A dominação política implica, necessariamente, uma relação assimétrica, no entanto, ao mesmo tempo, reivindica, para utilizarmos a expressão de George Simmel, uma certa *reciprocidade sociológica* (1950: 186).<sup>71</sup> Não existe, em absoluto, dominação política se a um mando não corresponder a obediência. Esta aludida relação de mando-obediência, inerente a toda a forma de dominação política legítima, implica ainda, e de forma conseqüente, a subordinação de uma maioria a uma minoria. Portanto, Max Weber entende por dominação política:

un estado de cosas por el qual una voluntad manifiesta (“mandato”) del “dominador” o de los “dominadores” influye sobre los actos de otros (del “dominado” o de los “dominados”), de tal suerte que en un grado socialmente relevante, estos actos tienen lugar como si los dominados hubieran adoptado por sí mismos y como máxima de su obrar el contenido del mandato (“obediencia”) (1944: 699).

Numa situação de dominação política, acrescenta António Teixeira Fernandes, uma minoria impõe (expõe) as suas concepções acerca da organização da sociedade e os seus projectos sobre o incremento desta, assim como sobre o seu futuro, a uma maioria que os assume como próprios, obedecendo e concorrendo para a sua realização sociopolítica (1988: 63). Em toda a dominação política, o imperativo da sujeição (in)voluntária está sempre presente, podendo apenas não ser sentida como tal, uma vez que “toda dominación que pretenda la continuidad es hasta cierto punto una *dominacion secreta*” (Weber, 1944: 704).<sup>72</sup>

A análise do exercício da dominação política – enquanto relação recíproca – deve ser completada com o escrutínio da sua validade social e/ou aceitação política. O sistema político não detém apenas o monopólio da força (física) ou até mesmo da violência (*simbólica*), deve aparecer igualmente revestido, aos olhos da maioria, de uma irrefragável legitimidade-validade

---

referido autor, para além do Estado, existem outras instituições que, desejando apoderar-se dele e controlá-lo, se moldam à sua imagem e obedecem à sua lógica interna e, por isso, devem entrar no âmbito dos “fenómenos” políticos (Fernandes, 1988: 58). Ver, sobre os fundamentos do poder político: (Lapierre, 1968; Jouvenel, 1982; Freund, 1981).

<sup>71</sup>Esta relação apesar de ser assimétrica, tal como sugere George Simmel, *não é unidireccional* (1950). Ou seja, não é um sistema de decisão que flui tranquilamente de superordenados para subordinados. Mesmo no caso das relações que parecem mais distantes, existe reciprocidade, na medida em que a existência e as acções de um subordinado constroem sempre a existência e as acções do superordenado (Cardoso, 1986: 235).

<sup>72</sup>Salienta Steven Lukes que, noções como “legitimação”, “hegemonia” e mesmo “ideologia”, significam todas a ideia de que nas sociedades contemporâneas a autoridade política é, (pelo menos em parte) imposta pelo poder, quer controlado directa, quer indirectamente, através de relações de dependência (1980: 836). Sobre os modos de dominação, ver, ainda: (Bourdieu, 1980: 209-231).

política. Sem uma marmórea legitimidade (e, sem os inerentes e adequados processos/mecanismos de legitimação que a cinzelam nas mentes e nos corpos), a dominação política penosamente mantém a sua estabilidade e continuidade ao longo do tempo (Fernandes, 1988: 177-178). Enfatizamos, neste sentido, as questões colocadas por Chantal Delsol: “L’*autorité s’appuie toujours sur une distinction, et l’*autorité politique également. Quels sont les fondements de cette distinction?*” (1994: 26). No sistema político, se se considera a legitimidade, apenas em relação à dominação política, é porque esta promove (constrói) o consentimento. O poder político, em contrapartida, remete-se para ambiências políticas de “desdenha” pela obediência e de “desconsideração” pela “pretensão” à legitimidade.*

No entendimento de Max Weber, “parece adecuado distinguir las clases de dominación según sus *pretensiones típicas de legitimidad* (1944: 170).<sup>73</sup> Se a autoridade política se estrutura em termos de “probabilidade”, o mesmo acontece com a legitimidade. Por esta razão, Max Weber alude, rigorosamente, à “pretensão” e não à legitimidade *tout court*. Tal “pretensão”, exige, também, um outro elemento constitutivo: “la creencia en la *legitimidad*” (Weber, 1944: 170). Se, na verdade, a dominação política se configura sob a forma de uma probabilidade, “*toda obediencia, es una creencia: creencia en el “prestigio” del que manda o de los que mandam*” (Weber, 1944: 211). Fundada na crença, a legitimidade pode-se sustentar a partir de diferentes engrenagens sociais e de díspares procedimentos políticos. A maioria, de acordo com António Teixeira Fernandes, (pre)dispõe-se a obedecer pela “magnitude” do tipo de pretensão que a minoria tem para a legitimidade da sua dominação política e, não menos importante, em função dos objectivos, motivações e estratégias que lhe são próprias nas diversas conjunturas históricas, políticas e sociais (1988: 181).

As pretensões típicas de legitimidade propostas por Max Weber, assentam em três precípuos ideais-tipo: o de carácter racional-legal, o de carácter tradicional e o de carácter carismático.<sup>74</sup> Max Weber refere-se-lhes como sendo “three inner justifications, hence basic *legitimations* of domination” (*apud* Gerth & Mills, 1991: 78). Os três tipos de dominação

---

<sup>73</sup>As legitimações são os vocábulos morais dos que falam com a voz da autoridade política. Há, contudo, uma importante diferença entre legitimações e legitimidade. As legitimações são as reivindicações que os grupos dominantes fazem acerca de si próprios e que, naturalmente, querem que todos os outros aceitem. A legitimidade, por outro lado, refere-se à situação em que essas reivindicações foram aceites e subscritas pelos grupos subordinados. Isto é, as bases pelas quais é pedida obediência são consideradas válidas por quem é suposto obedecer. A legitimação procede do topo (processo), mas a legitimidade é concedida a partir da base (estado) (Parkin, 1996: 59). Ver, ainda, sobre a legitimidade: (Accardo, 1983: 69-97; Accardo & Corcuff, 1986: 41-54; Coicaud, 1997).

<sup>74</sup>Max Weber, diz-nos que existem três tipos *puros* de dominação legítima. No entanto, o sociólogo alemão realça que “el que ninguno de los tres tipos ideales acostumbre a darse “puro” en la realidad histórica, no debe impedir la fijación conceptual en la forma más pura posible de su construcción” (Weber, 1944: 173). Acentua, ainda, Max Weber que “today we cannot deal with the highly complex variants, transitions, and combinations of these pure types” (*apud* Gerth & Mills, 1991: 79).

legítima de Max Weber são, assim, três fundamentos diferentes nos quais se baseiam os pedidos de obediência. Centremo-nos, por ser este o objecto central de análise deste capítulo, na dominação legítima de carácter tradicional.<sup>75</sup> A dominação de carácter tradicional é que dá origem à autoridade tradicional é a que tem como escápula “la creencia cotidiana en la santidad de las tradiciones que rigieron desde lejanos tiempos”, que “dá voz” e fundamenta a autoridade política de quem a exerce (Weber, 1944: 172). Tal poder subsiste em virtude da crença na natureza sagrada da fundação e dos ordenamentos simbólicos e legais por que se rege a sociedade. Esta “convicção de fé” serviu, tal como alude António Teixeira Fernandes, de principal fonte de legitimidade aos poderes instituidores e constituídos pela tradição e/ou sacralidade (1988: 182).

A dominação política, enquanto probabilidade de encontrar obediência, sustenta-se, aqui, na submissão “a la persona del señor llamado por la tradición y vinculado por ella” (Weber, 1944: 172). Por sua vez, e de acordo com Max Weber, esta obediência consubstancia-se na “santidad de ordenaciones y poderes de mando heredados de tiempos lejanos, ‘desde tiempo inmemorial’, creyéndose en ella en méritos de esa santidad” (1944: 180). Nesta sequência, quem exerce a dominação política aparece como um *senhor* pessoal apoiado por um quadro administrativo constituído por súbditos (e servidores), cuja natureza da relação existente entre as partes, é convencionada por uma indelével lealdade/fidelidade pessoal, ou, se quisermos, pela noção de uma inquestionável devoção filial. Em tal caso, “no se obedece a disposiciones estatuidas, sino a la *persona* llamada por la tradición o por el soberano tradicionalmente determinado” (Weber, 1944, 180). Consequentemente, a legitimidade política, lança as suas mais profundas raízes, na ancestralidade, nos referentes simbólicos e nos códigos morais, sociais e políticos que envolvem a tradição; ou seja, a “santidad” da tradição – construída e alicerçada nos mitos, nos costumes e na cosmogonia das respectivas comunidades políticas – surge na autoridade tradicional como o núcleo central do seu sistema de legitimação política.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup>Diferente e, em certo sentido, oposta é a dominação de carácter racional ou burocrática, dominação esta que “descansa en la creencia en la legalidad de ordenaciones estatuidas y de los derechos de mando de los llamados por esas ordenaciones a ejercer la autoridad” (Weber, 1944: 172). Neste caso, existe, por um lado, uma autoridade legal e, por outro, uma dominação burocrática. A autoridade é legal, na medida em que a obediência, não se estabelecendo mediante uma relação directa com pessoas, é de carácter impessoal e traduz-se por uma conformidade estrita a disposições jurídicas (Fernandes, 1988: 183). Em suma, a dominação racional-legal baseia-se em regras e estatutos formalmente aprovados e tem na burocracia o seu arquétipo político. Abordamos, ainda que sucintamente este tipo de dominação legítima, para enfatizar e melhor compreender o “gládio” político existente entre dominação racional-legal que fundamenta a legitimidade política do Estado ganês e, a dominação tradicional que fundamenta a legitimidade política dos *amanhene* Asante (como adiante veremos, a ressalva de Max Weber, da existência de complexas variações ou combinações destes três tipos *puros* de dominação, pode ter esbatimento factual na realidade sóciopolítica Asante).

<sup>76</sup>Sobre o carácter sagrado da tradição, ver: (Shils, 1992: 314-318; Balandier, 1996: 5-12).

Nesta sequência, e com o propósito primeiro de aclarar alguns dos traços de imutabilidade e de a-historicidade que revestem a noção weberiana de tradição, recolocamos, a pergunta inicialmente formulada: o que se entende por tradição?<sup>77</sup> Para Shmuel Eisenstadt, quaisquer que sejam as diferenças entre as diversas sociedades tradicionais, todas elas partilham a aceitação da tradição, do carácter adquirido de certo acontecimento, ordem ou figura reais ou simbólicos do passado como fulcro da sua identidade colectiva, como o elemento que delinea o âmbito e a natureza da sua ordem social, política e cultural e que legitima, em última instância, a mudança e os limites da inovação (1991: 281). Nestas sociedades – que não são nem estacionárias nem imutáveis –, a tradição funciona não apenas como símbolo de continuidade, mas como elemento configurador dos limites legítimos da criatividade e da inovação e, como principal critério da sua legitimidade social e política. Assim, nas palavras deste reconhecido autor, a forma mais apropriada de encarar a tradição consiste, talvez, em considerá-la como:

a simbolização rotinizada dos modelos da ordem social e da constelação de códigos e linhas de orientação que desenham os limites da ordem social vinculativa, da pertença a ela, e que definem as escolhas ‘adequadas’ de objectivos e padrões de comportamento. A tradição pode também ser considerada como o conjunto dos modos de avaliação, bem como de sancionamento e legitimação, da ‘totalidade’ da ordem cultural e social, ou de qualquer das suas partes (1991: 270).

A essência da tradição é revelada, segundo Shmuel Eisenstadt, quando esta se constitui como um critério fundamental da actividade social, como o referente essencial da identidade colectiva e, como o elemento definidor da ordem societal e da ordem cultural: dos símbolos de identidade colectiva e pessoal e dos graus de variação possível entre eles (1991: 281). Porém, estas “conotações” atribuídas à tradição, não se confinam meramente às esferas do cultural e do simbólico: têm pronunciadas e estruturais implicações. A mais importante destas consiste no facto de partes da estrutura política e de alguns grupos sociais serem – ou procurarem ser – designados como legítimos defensores, guardiões e manifestações (vivas) desses símbolos colectivos, como seus legítimos portadores e intérpretes e, também, por isso, como os legitimadores de qualquer inovação, mudança ou readaptação política e/ou social.

Também, Edward Shils percorre os caminhos teóricos e conceptuais da tradição, submetendo-nos, deste modo, a ideia de que:

tradition means many things. In its barest, most elementary sense, it means simply a *traditum*; it is anything which is transmitted or handed down from the past to the present. (...) Having been

---

<sup>77</sup>Em muitas análises, é por demais evidente, a exposição de uma pretensa e falsa antinomia existente entre tradição e modernidade; i.e., estes conceitos são tratados e mobilizados enquanto realidades históricas estanques e mutuamente exclusivas. Citemos alguns autores que contrairam esta visão simplista e enunciam o constante entrelaçado entre estas duas dimensões teóricas: (Eisenstadt, 1973; Rudolph & Rudolph, 1967; Singer, 1972; Tipps, 1973; Comaroff & Comaroff, 1993).



created through human actions, through thought and imagination, it is handed down from one generation to the next (1981: 12).

Em complemento correlativo a esta sua definição, Edward Shils considera que a “substância” matricial da tradição assenta em:

all accomplished patterns of the human mind, all patterns of belief or modes of thinking, all achieved patterns of social relationships, all technical practices, and all physical artifacts or natural objects are susceptible to becoming objects in a process of transmission; each is capable of becoming a tradition (1981: 16).

A tradição é, na acepção de Edward Shils, um consenso ao longo dos tempos (1992: 298). Neste âmbito, reforça o autor que “those who accept a tradition need not call it a tradition; its acceptability might be self-evident to them. When a tradition is accepted, it is as vivid and as vital to those who accept it as any other part of their action or belief” (1981: 13). Sustendo-se, de acordo com Edward Shils, num dinâmico processo de (re)modelação e de (re)invenção a cada tempo histórico, a tradição é “the past in the present but it is as much part of the present as any very recent innovation” (1981: 13).<sup>78</sup>

Na construção teórica de Anthony Giddens, a tradição não se refere a nenhum corpo particular de crenças e práticas, mas à maneira como essas crenças e práticas estão organizadas, especialmente em relação ao tempo (1998: 73). A tradição projecta um modo específico de estruturar o tempo histórico. Anthony Giddens acentua, que o conceito de “tempo reversível” de Lévi-Strauss é central para a compreensão da temporalidade das crenças e das actividades tradicionais (1998: 73). O tempo reversível é a temporalidade da repetição e é governado pela lógica da repetição – o passado é um meio de organizar o futuro. O tempo passado é incorporado nas práticas do presente, de forma que o horizonte do futuro curva para trás intersectando-se com o que se passou anteriormente. Destarte, para este autor,

tradição é rotina, mas é uma rotina que tem um significado intrínseco e não meramente um hábito vazio só pelo hábito. (...) os significados das actividades rotineiras residem no respeito geral, ou reverência até, intrínsecos à tradição e na ligação da tradição com o ritual (1998: 73-74).

---

<sup>78</sup>Neste ponto, gostaríamos de realçar o contributo heurístico do conceito de “tradição inventada”, proposto por Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Para os autores, uma “tradição inventada” é “a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past” (Hobsbawm & Ranger, 1989: 1).

A tradição, em suma, nas palavras de Anthony Giddens, contribui de forma básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade de passado, presente e futuro e, relaciona essa confiança com as práticas sociais rotinizadas.

Estamos, assim, e após um sustentado escoramento nas preposições teóricas dos autores que sobre os conceitos de autoridade e de tradição versaram, em condições de corroborar e de validar como heurísticamente pertinente e consentânea com os objectivos analíticos e descritivos do nosso trabalho empírico, a proposta de definição de Autoridades Tradicionais, inicialmente convencionada por Joseph Adewumi e Joseph Egwurube.

### 2.3 | DOS ÂNGULOS DE UM TRIPÉ HEURÍSTICO: OS CONCEITOS DE *CAMPO*, *HABITUS* E DE *CAPITAIS*

O conceito de campo (político) enquanto “constructo” heurístico de diversas realidades sociais ou, melhor, no caso concreto, das dinâmicas sociais, das práticas políticas e dos “fenómenos” políticos relacionalmente gerados pelo Estado ganês e pelos *amanhene* Asante em Ejisu-Juaben e Mampong, é um empréstimo teórico contraído a Pierre Bourdieu. Saliente-se, no entanto, que Pierre Bourdieu não procura pensar politicamente a política, mas pensá-la sociologicamente, lançando, assim, sobre ela, um objectivado “olhar” científico. Esse reflexivo “olhar” incide, com especial minudência, sobre os agentes sociais (as suas posições e relações no campo) da actividade política (Fernandes, 2006: 79). Neste sentido, para o citado autor a noção de campo social é, em certo sentido “uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa” (Bourdieu, 1989: 27). Pierre Bourdieu continua o seu raciocínio epistemológico salientando que “ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (Bourdieu, 1989: 27).

Trata-se, pois, segundo o autor, de pensar o social (e, por inerência, o político) de modo relacional e não de um modo realista (empirista), ou ainda, para utilizar a expressão de Ernst Cassirer, substancialista ou não-relacional (*apud* Bourdieu, 1989: 27).<sup>79</sup> O sociólogo francês, a partir desta ressalva epistemológica, esclarece que em termos analíticos, um campo social

---

<sup>79</sup>Salienta Pierre Bourdieu que “je pourrais, en déformant la fameuse formule de Hegel, dire que *le réel est relationnel*: ce qui existe dans le monde social, ce sont des relations – non des interactions ou des liens intersubjectifs entre des agents, mais des relations objectifs entre des agents, mais des relations objectives qui existent ‘indépendamment des consciences et des volontés individuelles’, comme disait Marx” (Bourdieu, 1992:72).

pode ser circunscrito enquanto “un système spécifique de relations objectives, qui peuvent être d'alliance et/ou de conflit, de concurrence et/ou de coopération, entre des positions différenciées, socialment définies, largement indépendantes de l'existence physique des agents qui les occupent” (Accardo, 1983: 55). Por outras palavras e, sinteticamente, pode-se referir que “comme le résume excellemment une formule bien connue: ‘Le roi est mort, vive le roi’” (Accardo, 1983: 55).

Nesta medida, na linha de pensamento conceptual traçada por Pierre Bourdieu, podemos inferir que um campo social se assume como uma rede, uma configuração ou uma estrutura de relações objectivas entre posições de força (1992: 72). Estas mesmas posições, são definidas objectivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) actual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder ou de capital (incorporado ou materializado) cuja posse comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo social, e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objectivas em relação às outras posições, que podem ser de dominação, de subordinação ou de homologia (Bourdieu, 1992: 72-73).<sup>80</sup> Dito de outra forma, no entendimento de António Teixeira Fernandes, o estudo das relações de força entre essas posições, conduz à definição da estrutura do campo social, isto é, a estrutura da distribuição (desigual) das diferenciadas espécies de capital que, gerando a raridade de certas posições e os lucros correspondentes, favorece as estratégias que visam destruir ou reduzir essa raridade, pela apropriação de posições raras, ou conservá-la, pela defesa dessas mesmas posições, num “espaço” de produção de volitivas e industriosas lutas (2006: 81).

O campo político, não obstante as suas propriedades, relações, processos e conjunções “escorrerem”, melhor dito, serem irredutíveis às *propriedades gerais ou invariantes* ou, se quisermos, às *leis gerais dos campos* (Bourdieu, 1984: 113-114) é, na acepção de Pierre Bourdieu “un microcosme, c’est-à-dire un petit monde social relativement autonome à l’intérieur du grand monde social” (2000: 52). Esta mesma autonomia, é caracterizada pela existência de leis próprias, do seu próprio *nomos*, leis que se originam no campo político e que se transformam em regras do seu próprio funcionamento. Ao obedecer às suas próprias leis, o campo político distingue-se de outros campos sociais que se regem por (algumas) normas

---

<sup>80</sup>Destaca, Pierre Bourdieu que, cada agente tem um conhecimento prático, corporal da sua posição no espaço social, um *sense of one's place*, um *sentido do seu lugar* (actual e potencial), convertido num *sentido da colocação* que comanda a sua experiência do lugar ocupado, definido absoluta e, sobretudo, relacionalmente, como estatuto, e os comportamentos a ter para o manter (“manter o seu estatuto”), e a ele se ater (“ficar no seu lugar”) (1998: 164). O conhecimento prático proporcionado por este sentido da posição orienta as intervenções nas lutas simbólicas da existência quotidiana que contribuem para a construção do mundo social, de maneira menos visível, mas tão eficaz como as lutas propriamente teóricas que se desenrolam no interior dos campos especializados: político, burocrático, jurídico ou científico (Bourdieu, 1998).

diferentes. Com efeito, no campo político existe uma competição regulada, que se controla a si mesma, unicamente pela sua lógica imanente, através de mecanismos sociais capazes de exercer constrangimentos sobre os agentes de modo a conduzirem-se “racionalmente” e a sublimarem as (tácitas ou tangíveis) “pulsões” (Fernandes, 2006: 81).

Sob os auspícios de algumas “invariantes” vertidas do mundo social ordinário (por exemplo, “todos os campos sociais são arenas de concorrências e de conflitos”), o campo político pode ser “traduzido” como sendo um “champ de forces et comme champ des luttes visant à transformer le rapport de forces qui confère à ce champ sa structure à un moment donné” (Bourdieu, 1981: 3). Trata-se, “apenas”, de posições e de relações de posições, em lutas simbólicas em que se usam capitais específicos<sup>81</sup> (melhor: usam-se “armas”, “trunfos” e poderes simbólicos com volumes e montantes desiguais) para exercer a dominação política ou para subverter a ordem política estabelecida. Neste contexto de dialécticas lutas políticas e de constantes movimentos sociais, destaca Pierre Bourdieu que, os agentes sociais que ocupam as posições políticas dominantes na distribuição existente de capital político, estão inclinados para estratégias de conservação (ortodoxia), enquanto que os que ocupam posições políticas dominadas e marginais tenderão a seguir estratégias de subversão (heterodoxia, ou mesmo, heresia) (1992: 75). Estas estratégias políticas são definidas a partir das posições ocupadas pelos agentes<sup>82</sup> ou instituições.<sup>83</sup> Salientemos, ainda, que estes conflitos políticos são, nas palavras de Pierre Bourdieu, o motor da história específica do campo político: a luta é o “princípio generativo e unificador” através do qual “este se temporaliza” e se abstrai, em certa medida, de determinações envolventes (1992: 199).

Deste modo, de acordo com a utensilagem conceptual avançada por Pierre Bourdieu, o campo político é uma “arena” de correlação de forças, e por concomitância relacional, de laboriosas lutas e combates posicionais, que fazem dele “le lieu d’une concurrence pour le pouvoir qui s’accompli par l’intermédiaire d’une concurrence pour les profanes ou, mieux, pour le monopole du droit de parler et d’agir au nom d’une partie ou de la totalité des profanes” (2000: 16). Portanto, o campo político pode ser, pela “natureza” da sua estrutura e pelas suas

---

<sup>81</sup>Falar de capital específico “c’est dire que le capital vaut *en relation avec* un certain champ, donc dans les limites de ce champ, et qu’il n’est convertible en une autre espèce de capital que sous certaines conditions” (Bourdieu, 1984: 114).

<sup>82</sup>Não obstante o uso ocasionalmente indiscriminado dos conceitos de agente e de actor, Pierre Bourdieu prefere “vincular” ao conceito de campo social o conceito de agente social, na medida em que este é dotado de uma “identidade/acção” mais múltipla, criadora e activa no “mundo social relacional” (Accardo & Corduff, 1986). Com feito, tal como sublinha Rui Pena Pires, deve-se considerar a unidade de análise “agente” como o indivíduo socialmente constituído, na totalidade das suas determinações, enquanto a unidade “actor” designa, o agente actuante no desempenho de um papel específico (Pires, 2007: 26). Ver, ainda (Giddens, 1984).

<sup>83</sup>A propósito dos contornos analíticos (a natureza, as motivações e os limites) das estratégias (gerais) que os agentes ou instituições desenvolvem nos diversos campos sociais ver: (Accardo, 1983: 169-189; Bourdieu, 1987: 75-93).

dinâmicas internas (específicas e autónomas), “apreendido” e operacionalizado a partir da metáfora de uma *espèce de espace de jeu* historicamente constituído, que Pierre Bourdieu mobilizou para o caracterizar, cuja premissa identitária primeira assenta na ideia de “un jeu dans lequel l’enjeu est l’imposition légitime des principes de vision et de division du monde social (2000: 67).

O campo político tem, com efeito, a sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação está implícita na própria pertença. Está-se perante uma adesão tácita ao *nomos*, esta forma particular de crença, a *illusio* (Accardo & Corduff, 1986: 108). Dito por outra forma, a *illusio* (ao contrário da ataraxia) é a adesão fundamental ao jogo, que se consubstancia no investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo, ou, pelo sublinhado das palavras de Pierre Bourdieu, é uma “espécie” de colusão originária a partir da qual “les joueurs acceptent, par le fait de jouer le jeu, et non par un ‘contrat’, que le jeu vaut la peine d’être joué, que le jeu en vaut la chandelle” (1992: 73). Trata-se de uma crença fundamental no valor dos *enjeux* da discussão e/ou dos afrontamentos políticos. É importante ter presente que a *illusio* não é da ordem dos princípios explícitos, mas da acção, da rotina, das coisas que se fazem, e que se fazem porque elas se fizeram *sempre* assim. Não se estende pelos parâmetros da racionalidade “explícita”, mas do domínio das condutas ou práticas rotinizadas, enquanto modalidades de acção (política) não lógica ou de natureza “reflexa” (Fernandes, 2006: 82).<sup>84</sup>

Em suma, a montante e a jusante da “genética” da sua matriz, o campo político poderá ser descrito como um jogo de lutas políticas estratégicas, em constante dinâmica, cujo maior ganho (*enjeux*) é, como supra enfatizámos, a possibilidade de imposição consentida, dos princípios legítimos de visão e divisão do mundo social ou, ainda, pela pretensão do exercício do “monopólio da violência *simbólica* legítima” (autoridade específica que postula o universal) (Bourdieu, 1984: 114). Será, então, a capacidade de transformar os seus esquemas de percepção social e de acção política em categorias explícitas e tributáveis a todos os “consumidores” ou “profanos” – os elementos politicamente passivos de Max Weber (*apud* Gerth & Mills, 1991: 99) – dando lugar a taxinomias relativamente coerentes, sistemáticas e reconhecidas, e de as impor como as únicas legítimas, a “pedra de toque política” que exorta/injunge os “jogadores”

---

<sup>84</sup>Pierre Bourdieu sintetiza, ainda, a “acção” política dos jogadores, ao salientar que eles “peuvent jouer pour augmenter ou conserver leur capital, leurs jetons, c’est-à-dire conformément aux règles tacites du jeu et aux nécessités de la reproduction et du jeu et des enjeux; mais ils peuvent aussi travailler à transformer, partiellement ou totalement, les règles immanentes du jeu, à changer par exemple la valeur relative des jetons, le taux de change entre les différentes espèces de capital, par des stratégies visant à discréditer la sous-espèce de capital sur laquelle repose la force de leurs adversaires et à valoriser l’espèce de capital don’t ils sont particulièrement pourvus” (1992: 75).

com “trunfos” políticos (capitais) hierarquicamente diferenciados, a participarem, a permanecerem e a perpetuarem o jogo político, no qual é exercido “le monopole de la capacité de faire voir et de faire croire autrement” (Bourdieu, 2000: 68).<sup>85</sup>

A teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, em correlação com o seu “par lógico” e epistemológico (no nosso caso) o campo político, congrega importantes contributos para a presente análise, na medida em que se constitui como um instrumento heurístico que permite a compreensão das complexas articulações entre as lógicas da interação política, os quadros de referência política (e de produção e reprodução política) e as estruturas sociais, mentais de valores (*ethos*) e, até mesmo, da linguagem corpórea (*hexis*) dos agentes “estatais” e dos agentes “tradicionais” que “operam” no campo político de Ejisu-Juaben e de Mampong. Na verdade, para que o campo político se dinamize, é necessário “qu’il y ait des enjeux et de gens prêts à jouer le jeu, dotés de l’*habitus* impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu” (Bourdieu, 1984: 114). De facto, os agentes sociais que “jogam” no campo político os seus hierarquizados e distintivos “trunfos” políticos e desenvolvem as suas inconscientes (porque naturais e evidentes) estratégias (políticas), são o produto da história, enquanto história de interiorização e incorporação de disposições duráveis – ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos (pré-)determinados – que permitem a definição da posição daqueles no campo político (Accardo & Corduff, 1986: 58).<sup>86</sup> Enfatizamos, nesta medida, a existência de uma dialéctica das posições e das disposições, que faz com que a entrada no campo político exija a posse de um *habitus* particular, que não é outra coisa que um modo de pensar específico (um *eidos*), que “est générateur de stratégies qui peuvent être objectivement conformes aux intérêts objectifs de leurs auteurs sans savoir été expressément conçues à cette fin” (Bourdieu, 1984: 119-120).

Neste enquadramento analítico, o *habitus*, enquanto “social feito corpo” ou “social incorporado” (não estático ou eterno porque em constante confronto com novas experiências)<sup>87</sup>, é, entendido por Pierre Bourdieu como um “système de dispositions durables et transposables,

---

<sup>85</sup>As estratégias dos jogadores e de tudo o que define as suas estratégias de jogo “dépendent en fait non seulement du volume et de la structure de son capital *au moment considéré* et des chances au jeu qu’elles lui assurent mais aussi de l’*évolution dans le temps* du volume et de la structure de son capital, c’est-à-dire de sa trajectoire sociale et des dispositions (*habitus*) qui se sont constituées dans la relation prolongée avec une certaine structure objective de chances” (Bourdieu, 1992: 75).

<sup>86</sup>Enquanto produto da história, o *habitus* “produit des pratiques, individuelles et collectives, donc de l’histoire, conformément aux schèmes engendrés par l’histoire; il assure la présence active des expériences passés qui, déposées en chaque organisme sous la forme de schèmes de perception, de pensée et d’action, tendent, plus sûrement que toutes les règles formelles et toutes les normes explicites, à garantir la conformité des pratiques et leur constance à travers le temps” (Bourdieu, 1980: 91).

<sup>87</sup>Não obstante as críticas de fixidez e de imutabilidade do *habitus*, Pierre Bourdieu considera que o *habitus* não é “destino”, é antes, o produto da história, e, neste sentido, é um sistema de disposições construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências e, por isso, permanentemente afectado por elas (1992: 91-115).

structures structurées prédisposées à fonctionner comme des structures structurantes, c'est-à-dire en tant que principes générateurs et organisateurs de pratiques et de représentations (...)" (Bourdieu, 1980: 88).<sup>88</sup> O conceito de *habitus*, que designa uma competência prática adquirida *na* e *para* a acção, manifesta-se, assim, e de acordo com Pierre Bourdieu, fundamentalmente "par le sens pratique, c'est-à-dire l'aptitude à se mouvoir, à agir et à s'orienter selon la position occupée dans l'espace social, selon la logique du champ et de la situation dans lesquels on est impliqué" (*apud* Accardo & Corduff, 1986: 55-56).<sup>89</sup> É, com efeito, desta relação "íntima" e imbricada (de condicionamento e de conhecimento) entre estas duas "realizações da história" – campo (político) e *habitus* – que resultam os *enjeux* (políticos) e que se constituem (os) fins políticos (Bourdieu, 1992: 102).<sup>90</sup> Existe, de facto, uma relação de "cumplicidade" ontológica e cognitiva entre o *habitus* e o campo político que está na base de entrada no jogo, da adesão ao jogo, se quisermos, da (própria) *illusio* do jogo (Bourdieu, 1992: 102). O *habitus* é determinante do acesso a uma dada posição no interior do campo político, porque a maneira como se acede a uma posição está inscrita no *habitus* (do) político (Bourdieu, 1992: 103).<sup>91</sup> Este *habitus*, espécie de gramática cultural "retraduzida" no campo político, supõe uma preparação especial (dos agentes sociais "modernos" e "tradicionais"), que consiste num *corpus* de saberes (políticos) específicos, com capacidades especiais, com o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica (Bourdieu, 1979: 538), e de uma iniciação inculcadora do *domínio prático* da lógica imanente do campo político (Bourdieu, 1981: 5-6).

A ocupação (legítima) de um campo social pressupõe um *habitus* (particular) e, a capacidade de dominar esse mesmo campo social depende da posse de diferenciados, hierarquizados e reconhecidos capitais. Assim, o último e integrante constituinte deste tripé analítico-descritivo, é a noção de capital ou de espécies de capital. Como acima aludimos, se a forma como se apresenta um campo social o constitui em espaço de actantes forças e de constantes lutas, a sua configuração relacional (tendencialmente em equilíbrio) é definida pela

---

<sup>88</sup>Para uma análise crítica e detalhada ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu ver: (Lahire, 1998, 1999, 2005; Corduff, 1999; Kaufmann, 2001).

<sup>89</sup>Com o objectivo de aprofundar as origens, os antecedentes, as propriedades e as potencialidades do conceito de *habitus* ver: (Casanova, 1995: 45-68).

<sup>90</sup>O campo estrutura o *habitus* que é o produto da incorporação da necessidade imanente desse campo e, o *habitus* contribui para constituir o campo como mundo significante, dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir a sua energia (Fernandes, 2006: 61). Para confrontar os conceitos de campo e de *habitus* "cinzelados" neste trabalho sob a "caução" de Pierre Bourdieu com os conceitos de *habitus* e de (con)figuração propostos por Norbert Elias, devem-se consultar as seguintes obras deste último autor: (1989-1990; 1980).

<sup>91</sup>O *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, destaca Pierre Bourdieu, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado. Mas é também, e sobretudo, esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impôr uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo (1989b: 169-170).

estrutura da distribuição das espécies particulares de capital que aí estão activas e/ou em jogo (Bourdieu, 1992: 74). Os agentes sociais que no campo social actuam são, segundo António Teixeira Fernandes, portadores de capital e, além disso, têm uma propensão para se orientarem activamente, quer para a conservação da distribuição do capital, quer para a subversão dessa situação, no decurso da sua incessante demanda por *bens raros*, entenda-se, de “poderes” ou “influências” várias (2006: 60; Bourdieu, 1979: 272-273). São, nesta medida, as diversas espécies fundamentais de capital que determinam a estrutura do campo social, dado que, na significação de Pierre Bourdieu “un capital ou une espèce de capital, c’est ce qui est efficace dans un champ determine, à la fois en tant qu’arme et en tant qu’enjeu de lutte, ce qui permet à son détenteur d’exercer un pouvoir, une influence, donc, d’exister dans un champ déterminé” (1992: 74).

Neste sentido, todo o capital se define em função de um campo social, pois é aquele que, de acordo com Pierre Bourdieu “confère un pouvoir sur le champ, sur les instruments matérialisés ou incorporés de production ou de reproduction dont la distribution constitue la structure même du champ” e sobre, continua o autor, as regularidades e as regras “qui définissent le fonctionnement ordinaire du champ, et, par là, sur les profits qui s’y engendrent (1992: 77).<sup>92</sup> As estratégias dos agentes sociais, no interior do campo, destaca António Teixeira Fernandes, dependem da distribuição do capital específico, distribuição ela mesma definidora da posição no mesmo campo social (2006: 60). É, nestes termos, a posse do capital específico que permite, não só, a entrada no campo social, como ainda, a posição que nele os agentes sociais ocupam ou possam a vir ocupar. Configura-se, assim, uma relação recíproca entre a lógica específica do campo social e as formas de capital específico, ou, se preferirmos, a sua *doxa* específica (Bourdieu, 1992: 83). Em razão disso, no campo político existe um capital específico: o capital político. O capital político é uma forma de capital simbólico “*crédit fondé sur la croyance et la reconnaissance* (Bourdieu, 1981: 14).<sup>93</sup> O poder simbólico constitui “une *fides*, une *auctoritas*” ou, por outras palavras, “un pouvoir que existe parce que celui qui le subit croit qu’il existe” (Bourdieu, 1981: 14).<sup>94</sup> Os agentes políticos (“estatais” e “tradicionais”) retiram a sua “força” (legitimidade) política da “magnética” confiança que um (o seu) grupo

---

<sup>92</sup>Pierre Bourdieu identifica/mobiliza quatro diferentes espécies de capital: o económico, o cultural, o social e o simbólico (1992: 74). O estatuto particular que o capital simbólico ocupa na Sociologia de Pierre Bourdieu, resvala para o nosso trabalho de investigação. Assim, a nossa “atenção” analítica centra-se, sobretudo, nesta espécie de capital, porque “le capital symbolique n’est finalement que le crédit et l’autorité que confèrent à un agent la reconnaissance et la possession des trois autres formes de capital. En ce sens, il n’est plus à considérer comme une espèce particulière de capital, mais comme ce que devient toute espèce de capital lorsqu’elle est méconnue en tant que capital” (Bonnewitz, 2002: 57).

<sup>93</sup>Para uma análise mais detalhada sobre o capital simbólico, ver: (Bourdieu, 1980: 191-207).

<sup>94</sup>No sentido de uma melhor compreensão da relação entre espaço social e poder simbólico, ver: (Bourdieu, 1987: 147-166).



social (eleitores/”consumidores” políticos) deposita nele. O capital político não é, por isso, mais do que “une pure *valeur fiduciaire* qui dépend de la représentation, de l’opinion, de la croyance, de la *fides*” (Bourdieu, 1981: 14). O poder simbólico, porque implica uma crença incorporada (tida como quase mágica), é legitimamente exercido com a conivência dos que a ele estão submetidos e, que a ele querem estar (in)conscientemente submetidos.

### **CAPÍTULO 3 | O VECTOR EPISTEMOLÓGICO NA VIGILÂNCIA CRÍTICA DA MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Tendo em linha de conta que os objectivos globais de qualquer investigação científica são, para além de melhorar o conhecimento de realidades particulares em estudo, acrescentar novo conhecimento ao conhecimento científico já existente, encontrando novas “maneiras de fazer” e novas “maneiras de pensar” (escoradas, sempre, numa metódica “dúvida radical” em relação às distintas operações de uma prática científica), importa convencionar neste capítulo epistemológico, ainda que de modo sucinto, um ponto de situação sobre algumas questões estruturais que, embora já “auscultadas” na fase inicial da investigação voltaram – durante a construção dos referentes teórico-metodológicos e a realização da *pesquisa de terreno* – de novo à colação e, em vários casos, foram repensadas ou mesmo reformuladas.<sup>95</sup>

Haverá assim, a necessidade anunciada, de arrumar as questões aqui a tratar em quatro “nichos” temáticos: um, onde têm assento as questões científicas mais diretamente relacionadas com o posicionamento e os procedimentos epistemológicos agenciados para o nosso trabalho; outro, que engloba as questões relativas às perspectivas disciplinares que conduziram os trabalhos teóricos e empíricos da presente tese; um outro, ainda, onde se conjectura acerca da (in)existência de um “paradigma disciplinar” Estudos Africanos; e, por último, damos conta dos “obstáculos científicos” e dos “obstáculos práticos” da investigação que realizámos no Gana.

Afirmava Gaston Bachelard que “toutefois le sens du *vecteur* épistémologique nous paraît bien net. Il va sûrement du rationnel au réel et non point, à l’inverse, de la réalité au général comme le professaient tous les philosophes depuis Aristote jusqu’à Bacon” (1968: 9). Esta é a premissa que define o “perfil epistemológico” desta investigação. Mas, que significa tal premissa? Significa que o vector epistemológico não vai, da realidade para o conhecimento,

---

<sup>95</sup>A investigação consiste, à medida que vai progredindo, em construir o modelo, ao mesmo tempo descritivo e explicativo, por contribuições sucessivas, reavaliações, modificações, comparações com novos dados empíricos, exploração de novas pistas especulativas, podendo, no limite, levar à *serendipity* – ao elemento imprevisto, anómalo, intrigante e estratégico, suscitando a exploração de novos caminhos (Merton, 1965: 47).

mas sim, do conhecimento para a realidade.<sup>96</sup> Por outras palavras, são os processos do conhecimento científico que nomeiam e qualificam a realidade social no próprio movimento da análise. São os campos disciplinares – com os procedimentos e instrumentos teóricos, conceptuais, epistemológicos e metodológicos que lhes são específicos – que instituem dimensões de “tradução” científica dessa realidade social ao examiná-la. Neste sentido, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto – na linha de Gaston Bachelard (1971), de Pierre Bourdieu (1973), de Karl Popper (1975a) e de Berth Danermark (2002) – consideram que “só o património acumulado de interpretações provisoriamente validadas a que se chama teoria constitui, em princípio, adequado ponto de partida para a pesquisa” (1986: 56).<sup>97</sup>

A “pedra angular” desta perspectiva racionalista, sustenta-se no fundamento de que o conhecimento científico é sempre um processo ativo, de abstracção (de *representação*), de construção (e de reformulação), com os seus protocolos próprios. Querem os referidos autores “alertar-nos” para o facto de a realidade social não falar por si só: a realidade social é silenciosa. Nesta medida, cumpre à teoria, por imperativo científico, “tomar a iniciativa” do diálogo e interrogá-la para obter respostas. Notemos com Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron que:

un objet de recherche, si partiel et si parcellaire soit-il, ne peut être définit et construit qu'en fonction d'une *problématique théorique* permettant de soumettre à une interrogation systématique les aspects de la réalité mis en relation par la question qui leur est posée (1973: 54).

Deste modo, o tipo de inteligibilidade obtida, está sempre ligado à forma do questionamento; i.e., a teoria determina a forma da pergunta, e, portanto, os limites da resposta (Almeida, 1995: 17). Este questionamento consciente, metódico e objectivo é, diga-se, um processo dialéctico que assenta numa constante permuta entre a construção intelectual (real pensado/sujeito) e os dados empiricamente recolhidos (real imediato/objecto).

Questionado o *real-concreto social*, que procedimentos científicos deverão ser observados na construção de um conhecimento “menos verdadeiro” para um conhecimento

---

<sup>96</sup>Nas palavras de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron: “c’est avant tout en inversant le rapport entre la théorie et l’expérience que le rationalisme appliqué rompt avec l’épistémologie spontanée. La plus élémentaire des opérations, l’observation, que le positivisme décrit comme un enregistrement d’autant plus fidèle qu’il engage moins de présupposés théoriques, est d’autant plus scientifiques que les principes théoriques dont elle s’arme sont plus conscients et plus systématiques” (1973: 83-84).

<sup>97</sup>Contra o empirismo, dizem-nos João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, é possível mostrar que não há observação sem categorização do observado e, portanto, sem referência a elementos (prévios, embora reformuláveis) de natureza ideológica ou teórica; que os dados são “captados”, ou seja, que não são a realidade ela própria nem o seu registo passivo, antes transportam e impõem significações e constituem resultados/pontos de partida da prática científica (1995: 88-89). Para uma leitura mais detalhada acerca da crítica que Karl Popper faz à concepção indutivista – o empirismo ingênuo – do conhecimento científico, devemos consultar o texto onde o autor expõe a “teoria do balde mental” e a “teoria do holofote”: (1975b).

“mais verdadeiro”?<sup>98</sup> A resposta assenta nos procedimentos científicos que Gaston Bachelard codificou de actos epistemológicos, com o objectivo de estas categorias anunciarem e denunciarem as diversas “contaminações” que os obstáculos epistemológicos (que emergem do “senso comum”, dos “operadores ideológicos”, do “conhecimento vulgar”, da “sociologia espontânea” e/ou da “experiência imediata”) tendem a incorporar (com ou sem intenção) nas diferentes etapas teóricas e empíricas da prática científica.

Em conformidade com a “epistemologia da ruptura” de Gaston Bachelard, também Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, consideram e destacam a relevância da hierarquia do actos epistemológicos na produção do conhecimento científico, mencionando que “le fait est conquis contre l’illusion du savoir immédiat”; é a seguir “construir” (com o auxílio de conceitos) e, por fim, “constatar” (pela experiência ou pela observação) (1973: 27, 81-92).<sup>99</sup> De facto, a ciência, para se constituir, tem de romper com a “consciência espontânea” do conhecimento prático e com os “códigos de leitura” do *real-concreto social* que ele produz (e tenta reproduzir). Nesta medida, para o atingir, torna-se indispensável, do ponto de vista de Adérito Sedas Nunes, que cada ciência repudie a imagem do real que o “senso comum” (ou a ideologia) lhe inculca e que, no plano abstrato-formal (que é o da teoria), elabore os instrumentos conceptuais que lhe permitam, ao reaproximar-se do concreto para analisar e interpretar as informações de que acerca dele pode dispor, “lê-lo” – ou, se quisermos, “decifrá-lo” – com o máximo de objectividade possível, isto é: *com o máximo possível de adequação do conhecimento concreto conseguido ao real concreto analisado* (1987: 38).<sup>100</sup>

No entanto, a ruptura epistemológica com o conhecimento prático (necessariamente conservador, resiliente e ilusório) não constitui, um trabalho realizado de uma vez por todas.

---

<sup>98</sup>Émile Durkheim, na sua obra *As Regras do Método Sociológico*, determina que “os fenómenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas” (2004: 60). Significa esta inferência que é necessário duvidar de todas as *notionos vulgares* (ou *praenotiones*) e afastar os *idola* (espécies de fantasmas que desfiguram o verdadeiro aspecto das coisas) da produção do conhecimento científico. Ou seja, uma prática científica rigorosa tem que rejeitar os (pre)conceitos formulados pelo “senso-comum”. Nesse sentido, é necessário que o cientista (sociólogo) deixe de lado, ao estudar um *facto social*, os seus valores, sentimentos ou desejos e recorra a métodos objectivos, tais como a observação, a descrição, a comparação e a experimentação.

<sup>99</sup>Em relação à temática da ruptura epistemológica ver: (José Madureira Pinto, 1984; Augusto Santos Silva, 1986; Boaventura Sousa Santos, 1989). Remetemos ainda, para o texto de Ana Luísa Janeira, no qual a autora distingue ruptura epistemológica de corte epistemológico. Nas palavras de Ana Luísa Janeira “para que uma ciência exista, importa que, de «produtora» do seu objecto e método (ruptura epistemológica), ela se comprometa a um estado tendente a torná-la «re-produtora» dos mesmos (corte epistemológico)” (1972: 643).

<sup>100</sup>A “passagem ao conceito”, quer dizer à representação abstrata dos “fenómenos” perceptíveis, é uma operação absolutamente necessária na construção de um objecto de estudo, pois “il ne suffit pas de multiplier les croisements de critères empruntés à l’expérience commune pour construire un objet qui, produit d’une série de partitions réelles, reste un objet commun et n’accède pas à la dignité d’objet scientifique par cela seul qu’il se prête à l’application des techniques scientifiques” (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1973: 53). Na mesma linha de pensamento, também Max Weber expõe que “ce ne sont point les relations ‘matérielles’ des ‘choises’ qui constituent la base de la délimitation des domaines du travail scientifique, mais les relations conceptuelles des problèmes (...)” (1965: 146).

Representa, outrossim, um processo continuado, reflectido e sempre incompleto, que só uma ininterrupta e reflexiva vigilância epistemológica pode coadjuvar a realizar. É objectivo, diríamos mesmo, função primeira da vigilância epistemológica, a neutralização dos obstáculos epistemológicos e dos mecanismos que os incrustam na prática científica, através da permanente monotorização (e retificação) dos procedimentos teórico-conceptuais e das “ferramentas” metodológicas que filtram e validam a “passagem” de um *objecto dotado de realidade social* (pré-construído pela percepção) a um *objecto dotado de realidade sociológica* (enquanto sistema de relações conceptualmente construídas).

Para o incremento do sucesso (leia-se, da objectividade científica<sup>101</sup>) deste processo de construção de produtos científicos é absolutamente necessário:

(...) soumettre les opérations de la pratique sociologique à la polémique de la raison épistémologique pour définir et, s’il se peut, inculquer une attitude de vigilance qui trouve dans la connaissance adéquate de l’erreur et des mécanismes capables de l’engendrer un des moyens de la surmonter (Bourdieu, Chamberandon e Passeron, 1973: 13-14).

Dito de outra forma, o “recrutamento” da vigilância epistemológica por parte de um conhecimento científico crítico e construído, é o substantivar “[...] rien moins que de la primauté de la réflexion sur l’aperception, rien moins que de la préparation nouménale des phénomènes techniquement constitués” (Bachelard, 1966: 103). Sintetizemos: para um conhecimento científico *cumprido*, é fundamental que uma ruptura epistemológica se *cumpra* e, é imprescindível uma vigilância epistemológica (sempre) a *cumprir-se*. Tal foi a “conduta” epistemológica que neste trabalho científico se diligenciou *cumprir*.

Na sua formulação inicial, o presente trabalho avançou com uma insuperável verdade consabida: a Ciência Política, assumia-se como o posicionamento disciplinar a laborar em regime de exclusividade, nos trabalhos contratados para esta investigação. Todavia, esta inquestionável verdade, revelou-se no decorrer do processo de investigação, só um quarto da verdade. Com efeito, a “construção” progressiva e incessante do nosso objecto de estudo, nos moldes que designamos por cumulativos e provisórios<sup>102</sup>, cedo nos “reclamou” (pela complexidade e pluridimensionalidade dos *factos sociais totais*<sup>103</sup> em análise) por um constante

---

<sup>101</sup>Não obstante os esforços do conhecimento científico, o “decifrar” do *real-concreto social* nunca é totalmente objectivo. A objectividade científica é uma construção que se alicerça simultaneamente, em critérios lógicos e, em processos intersubjectivos (Gil, 1986) – a duplicidade sócio-lógica que nos refere Pierre Bourdieu (2001).

<sup>102</sup>Para Adérito Sedas Nunes o objecto de estudo (ou científico) vai-se “progressivamente delimitando, configurando, transformando, isto é: *se vai progressivamente construindo, des-construindo e re-construindo*” (Nunes, 1987:39).

<sup>103</sup>Segundo Marcel Mauss “nestes fenómenos sociais ‘totais’, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo; económicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo” (2001: 52). Com efeito, o campo da realidade sobre o qual as Ciências Sociais se debruçam “é, de facto, um só

e entrelaçado diálogo teórico, conceptual, epistemológico e metodológico, com outros campos disciplinares do saber científico. Para caucionarmos esta complementariedade disciplinar, reportemos que, cada uma das Ciências Sociais, como nos dilucida Adérito Sedas Nunes, permite-nos, pois (e conduz-nos a), “ler” o *real-concreto social* através do seu código de leitura e dá-nos dele uma determinada “versão”, *forçosamente parcial e incompleta*, porque necessariamente confinada por uma certa selecção de aspectos, relações e determinações do social (1987: 41).<sup>104</sup>

Assim sendo, a presente investigação privilegiou uma postura interdisciplinar, tomando como base disciplinar a Ciência Política, mas recorrendo simbioticamente a outras matrizes disciplinares, em particular, a Antropologia Política e a Sociologia Política – e como “pano de fundo” descritivo a História, pois qualquer um dos posicionamentos disciplinares mobilizados, estruturam-se na indispensabilidade do conhecimento da historicidade dos “fenómenos” políticos em estudo – com o propósito de articular e consolidar com diferentes ângulos ou *ópticas de análise*, para usar a terminologia de Adérito Sedas Nunes, a decomposição das dinâmicas, dos mecanismos, das lógicas e das estratégias intrínsecas à produção e à reprodução do “político” na realidade empírica do Gana e, com particular incidência, da região Ashanti.

Nesta medida, pensamos ser epistemologicamente pertinente, explanarmos e compreendermos – dentro deste “espaço” intercomunicante e comutativo (e, se caso disso for, transformativo) da interdisciplinariedade (Pombo, 1993)<sup>105</sup> – o contributo científico que cada área disciplinar endossa à “produção” descritiva e analítica do objecto de estudo aqui chamado a discussão e análise. De um modo conciso e simplificado comecemos pela disciplina base: a Ciência Política. A Ciência Política, partindo da análise da forma estrutural (Estado) em que as relações sociais se cristalizaram (ou tenderam a), visa compreender os *nexus* de relacionamento social não-igualitário pertinentes e imanentes à forma estrutural; se assim não fosse, os conceitos de legitimação e legitimidade, de poder e autoridade, por exemplo, não estariam a tempo completo nas análises científicas (teóricas e empíricas) da Ciência Política (Pennings *et*

---

(o da realidade humana e social) e todos os fenómenos desse campo são *fenómenos sociais totais*, quer dizer: fenómenos que – seja na sua estrutura própria, seja nas suas relações e determinações – têm implicações simultaneamente em vários níveis e em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto susceptíveis, pelo menos potencialmente, de interessar a várias, quando não a todas as Ciências Sociais” (Nunes, 1987: 22). Ver ainda: (Pinto *et al.*, 1976; Pinto, 1984; Fernandes, 1983).

<sup>104</sup>As diferentes Ciências Sociais (nomotéticas) distinguem-se entre si, não pelo objecto real (que é um só), mas sim, da perspectiva a partir da qual aquelas o estudam (do objecto de estudo que constroem). Ver: (Nunes, 1987: 41).

<sup>105</sup>Da imensa indefinição que reveste este conceito, citemos alguns autores de referência que sobre esta temática se debruçam: (Palmade, 1979; Klein, 1990; Resweber, 1981).

al., 1999).<sup>106</sup> A perspectiva da Ciência Política permite-nos, ainda, centrar o discurso do problema não no quadro de um problema de relacionamento (só) entre agentes, mas sim, a um nível analítico que privilegia (também) as relações sociais que subentendem relações entre grupos sociais hierarquizados, e correntemente do poder e da autoridade política (Olivier *et al.*, 1998; Labelle *et al.*, 1996).

A Antropologia Política cumpre neste “cruzamento” disciplinar, uma função de especial relevo analítico.<sup>107</sup> Este “olhar” disciplinar tenta encontrar, por via da análise das relações sociais tecidas pelos indivíduos no seio dos grupos e das organizações, a racionalidade da construção da relação de dominação-subordinação de uns grupos e de uns indivíduos em relações a outros, expressa, no caso, pelas estruturas políticas. No contexto desta tese, a Antropologia Política manifesta todo o seu pendor analítico, ao permitir aferir de uma forma teórica e empiricamente orientada, os processos, as estruturas e as representações da produção e da reprodução do “político” inerentes a formas políticas “outras” (Balandier, 1970; Feliciano, 1998; Lewellen, 2003).<sup>108</sup> Dito de outro modo, a Antropologia Política tenta apreender a multidimensionalidade da produção do “político” naquelas (como em outras) formas de organização política, não só através da compreensão das diferentes formas como o “político” se estrutura, organiza e hierarquiza (pois perscruta os “circuitos especializados” de onde e como aquele emerge e se difunde) como ainda, no entendimento dos mecanismos de conflitos (endógenos e exógenos) e das dinâmicas políticas de regulação sobre as quais assentam a manutenção ou a modificação destes sistemas políticos, e, por último, no discernimento das lógicas particulares de imbricação do simbólico, do ritual e do cultural na produção do “político” (ou vice-versa) que identificam, revigoram e perpetuam estas formas de organização política (Abélès & Jeudy, 1997; Swartz *et al.*, 2008).

A Sociologia Política é, nas palavras de António Teixeira Fernandes, essencialmente a Ciência da estruturação e dos processos do poder (1988:42). Nesta medida, a Sociologia Política pretende teorizar os “fenómenos” políticos que se constituem em torno das lutas, das correlações de forças e das estratégias políticas pela obtenção, fundamentação e conservação

---

<sup>106</sup>Para Serge Hurtig “tradicionalmente a Ciência Política interessou-se exclusivamente pelo Estado (...). Hoje, podemos, mais amplamente, defini-la como *uma óptica de investigação que privilegia os fenómenos de autoridade, de poder, de dominação*” (74-75). Ver ainda: (Katznelson & Milner, 2002; Klingemann, 2007).

<sup>107</sup>A Antropologia Política tem como pressuposto base, diz-nos Fernando Florêncio, uma espécie de especialização teórico-metodológica da “produção do político”, por distinção a outros campos do conhecimento antropológico como o do económico, do parentesco e do simbólico (2003: 34). Neste sentido, este autor com o intuito de atribuir à Antropologia um carácter de unicidade teórica e conceptual, prefere falar em investigação antropológica sobre o político, e não investigação de Antropologia Política. Ver, ainda: (Macagno, 2014).

<sup>108</sup>Citemos alguns autores, cujas obras se tornaram referências medulares para a Antropologia Política: (Fortes & Evans-Pritchard, 1940; Evans-Pritchard, 1940b; Schapera, 1956; Middleton & Tait, 1958; Mair, 1962; Leach, 1964).

do poder, ou antes, da dominação política. Todavia, o “fenómeno político” não é exclusivamente poder e luta pelo seu controlo. O “político” não se esgota naquele, pois:

constitui igualmente um sistema de relações sociais, devidamente estruturado e dotado da necessária constância e, por isso, de uma relativa autonomia. É com estas dimensões e características que ele é recortado do mundo social e tornado objecto de análise sociológica (Fernandes, 1988: 89).<sup>109</sup>

Acrescentemos, assim, que o “fenómeno político” só adquire significado enquanto produto de relações sociais e, é só *nas* e *através* das relações sociais que aquele pode ser analisado, do ponto de vista dos agentes que nele participam, das posições que ocupam e das relações que definem conjuntural e/ou estruturalmente.<sup>110</sup> A Sociologia Política é, em síntese, a “ponte disciplinar” (ou, se preferirmos, a “disciplina charneira”) que, neste trabalho, nos permite explicitar e decifrar com precisão científica a totalidade da “gramática social”, solicitando e incorporando neste processo de decomposição, as dinâmicas do “político” particulares à Ciência Política e as lógicas do “político” específicas da Antropologia Política, colocando-as, para tal propósito científico, em estreita parceria analítica do espaço multidimensional e relacional que é o espaço social ganês.

A convocatória da História para esta investigação, assume importância tangível enquanto enquadramento descritivo dos “fenómenos” políticos aqui expostos e analisados.<sup>111</sup> Não sendo, porém, uma reflexão sobre o passado, mas um estudo vertido para o presente, entendemos que somente numa perspectiva histórica os “fenómenos” políticos que se revelam na actualidade, adquirem a sua verdadeira expressão política e interpretação científica. No caso concreto desta investigação, o recurso ao eixo diacrónico (e, em alguns momentos, ao eixo sincrónico) da História torna-se, de facto, uma ferramenta capital na compreensão dos “traçados” políticos do Estado ganês e dos *amahene* Asante. Do ponto de vista do Estado ganês, o eixo das sucessões históricas, permite-nos descrever os processos políticos (nas suas variantes ideológicas, normativas, administrativas e militares) de instalação, de formação, de construção e, ainda, de reconstrução do Estado ganês desde a sua forma colonial até à actualidade política. Do ponto de vista dos *amanhene* Asante, a linearidade histórica remete-nos para um passado pré-colonial, a partir do qual podemos “ler” os processos políticos e militares que estiveram na origem da

---

<sup>109</sup>O político constitui o quadro estrutural do exercício do poder. A política, ao contrário, é uma actividade pela qual o poder se define e se exerce (Fernandes, 1988: 22). Ver ainda: (Arendt, 1995).

<sup>110</sup>Com efeito, tal como Émile Durkheim assevera “um facto social só pode ser explicado por outro facto social” (2004: 166).

<sup>111</sup>Pierre Bourdieu sublinha as potencialidades e os proventos científicos de uma interação mais “cúmplice” entre, por exemplo, a História e a Sociologia, ao referir que “ao trazer à luz tudo o que está oculto tanto pela *doxa*, cumplicidade imediata com a própria história, como pela *alodoxia*, falso reconhecimento baseado na relação ignorada entre duas histórias que leva a reconhecer-se numa outra história, a de uma outra nação ou de uma outra classe, a pesquisa histórica fornece os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência ou, melhor, de um verdadeiro autodomínio” (Bourdieu, 1989b: 105).

constituição dos primeiros Estados Asante, para em seguida, compreender o impacto político e as mudanças sociais, jurídicas, económicas e simbólicas a que aqueles estiveram expostos no início e durante a administração colonial Britânica.

No contexto “pós-colonial”, a História “conta-nos” como se processaram as dinâmicas políticas, as estratégias sociais e as lógicas simbólicas através das quais os *amanhene* Asante reivindicaram e firmaram as suas capacidades de resiliência, recolocando-os desde então e, até ao presente, como interlocutores históricos de um debate político que ainda (ou, sobretudo) hoje se revela actual e incontornável. Deste modo, em resultado do discernimento que a História nos permite ter acerca dos “traçados” políticos do Estado ganês e dos *amanhene* Asante – dando conta, naturalmente, dos processos de rupturas e continuidades – dispomos de toda uma “história relacional” que nos serve de “substrato” analítico para a compreensão das actuais relações políticas que entres eles se estabelecem.

O presente trabalho de investigação está matriculado num programa de Doutoramento em Estudos Africanos. Não obstante, no ponto que a este se antecedeu, fomos impelidos pela “necessidade” científica, ou melhor, por “imperativo” epistemológico, de perscrutar os contributos teóricos, epistémicos e metodológicos que cada uma das disciplinas por nós mobilizada, adjudicou ao processo de “conquista”, “construção” e “verificação” do nosso objecto de estudo. Perante este quadro de referências disciplinares, aparentemente antitético e, porventura até, supostamente excludente, a pergunta gera-se por si própria: se a nossa “etiqueta” disciplinar são os Estudos Africanos, qual é o propósito científico de evocarmos os quadros de referência teórico-conceptual e o *modus operandi* de “outras” disciplinas científicas?

Esta recauchutada questão – da (in)existência de uma abordagem científica particular aos Estudos Africanos – tem sido ao longo da sua existência académica, científica e, (instrumentalmente) política, para além de fonte de alguma “salubridade” heurística, fonte frequente de reincidentes discussões teóricas com “ressaltos” ontológicos e, de anódinos postulados ideológicos, “travestidos”, por vezes, de epistemológicos.<sup>112</sup> Nesta medida, e contornando de forma premeditada a “história dos encontros e desencontros e dos conflitos e compaginações de agendas, de programas e de protagonistas” (Dias, 2014: 14) que em seu torno gravitaram, ficamo-nos por uma resposta que não se tencionando simplista, pretende-se clara: não existe uma (ou a) área disciplinar Estudos Africanos.

---

<sup>112</sup>Sobre estas temáticas, entre outros autores, ver: (Alain, 2004; Pirou & Sibeud, 1997; Estoile, 2000, 2002, 2008; Mafeje, 2001; Bertrand, 2006; Gondola, 2007; Mkandawire, 1995; Copans, 2010).



O que são afinal, os Estudos Africanos?<sup>113</sup> A definição de uma “categoria” ou “lugar” disciplinar de “geometria invariável” para os Estudos Africanos, revela-se tarefa de cumprimento inextricável. Ainda assim, do nosso ponto de vista, e de acordo com alguns autores, os Estudos Africanos são, por excelência – ou propendem a ser, na medida em que o *continuum* de “despoluições”, “descategorizações”, e “descolonizações”<sup>114</sup> a que ainda hoje se encontram ancorados é, inexoravelmente, um processo em trânsito – um “entreposto” interdisciplinar, em cuja plataforma se recrutam as valências científicas de múltiplos “olhares” disciplinares, que em permanente interacção, justaposição e, nalguns casos de concedida transformação (Hamel, 1997:168), melhor “recortam”, compreendem e explicam os *fenómenos sociais totais* geograficamente localizados em África (Heimer, 2002; Hountondji, 2008; Diouf, 2009).<sup>115</sup> Na mesma ordem de ideias, Eduardo Costa Dias considera que:

os Estudos Africanos – uma área de estudos desde há muito estruturada na sua *praxis* pela procura da interdisciplinariedade – são globalmente, na actualidade, em termos de produção conceptual e “maneiras de fazer”, uma das tradições académicas melhores apetrechadas para estudar as realidades dos vários países africanos (Dias, 2014: 12).

Salientemos, deste modo, que a experiência científica por nós acumulada ao longo dos anos que a feitura deste trabalho requereu (e nos projectos de investigação referidos na introdução), permite-nos aventar uma constatação científica (mínima) consensualmente aceite: é a de que não existe, sobre os vários objectos reais existentes em África, um saber único, um conhecimento transversal, ou, sobretudo, uma macrodisciplina especializada em África – a “tal” espécie de “autoestrada” disciplinar monista que estimula o livre fluxo de teorias, de conceitos, de epistemologias e de metodologias sobre África, tão supervisionada pelos “agentes” da autoridade transdisciplinar – mas antes, um conjunto muito amplo de perspectivas disciplinares autónomas, que se interrelacionam e se interpenetram (e, até se podem parcialmente transformar) num “ponto focal” denominado Estudos Africanos, com o propósito de concederem o seu enfoque ou ângulo de análise científica na “captura” dos objectos reais e, conseqüentemente, na “construção” daqueles em objectos de estudo, sem que haja, no entanto (e necessariamente), o obrigatório esbatimento ou alienação dos paradigmas teóricos e conceptuais que constituem a “impressão digital” científica de cada uma das disciplinas que

---

<sup>113</sup>O debate sobre a origem, conteúdos e desenvolvimento dos Estudos Africanos, pode-se encontrar, entre outras fontes, em: (Bates *et al.*, 1993; Bates, 1997; Lowe, 1997; West & Martin, 1997; Chege, 1997; Davis, 1997; Nyang’oro, 1997; Robinson, 1997; Stone, 1997; Watts, 1997; Zeleza, 1997, 2006).

<sup>114</sup>Dois importantes livros que propõem “outras” epistemologias (do Sul) que não as oriundas do “ocidentocentrismo científico”, são: (Santos, 1995; Santos & Meneses, 2010).

<sup>115</sup>Neste ponto, para além das referidas obras enunciadas, ver: (Zeleza, 2007a, 2007b; Abrahamsen, 2003; Mkandawire, 1997, 2005; Mudimbe, 1988, 1994).

neste procedimento intervém.<sup>116</sup> Ou, dito de outra forma, no limite, para além da convergência na apreensão conjunta e cumulativa dos objectos reais, a partilha e/ou intersecção de problemáticas teóricas é só (e tão só) parcial, pois o que distingue esses mesmos campos disciplinares entre si não são os objectos reais que “capturam” em conjunto para análise (que são os mesmo para todas as disciplinas), mas sim a perspectiva científica a partir da qual aqueles os apreendem, e designadamente, os constroem e decompõem.<sup>117</sup>

Em suma, aquela que foi por tantas, e tantas vezes, como (auto)proclamada a “grande” astenia científica dos Estudos Africanos – ausência de enquadramento numa matriz disciplinar academicamente convencional enquanto “singular” – revela ser a sua “chave da abóbada” num duplo sentido: por um lado, o seu (já) considerável e plural acervo de olhares, interrogações e constatações (construídas a partir dos “lugares” africanos, por investigadores africanos e com novas “agendas” académicas/científicas<sup>118</sup>), permite que os “clássicos” campos disciplinares mobilizados renovem e enriqueçam os seus próprios quadros teóricos e conceptuais (e, por vezes, os seus “aparelhos” epistémico-metodológicos), havendo em toda esta dialéctica heurística, consideráveis ganhos científicos recíprocos; por outro lado, aos Estudos Africanos (e outras *areas studies*, em geral), é-lhes permitido o melhor dos dois mundos: recrutarem pragmaticamente (ou até, se quisermos, cinicamente), os recursos teóricos, os referentes epistemológicos e os processos e instrumentos metodológicos das disciplinas que desenham/emprestam a sua arquitectura científica, em função dos seus próprios interesses de investigação, sem que tenham impreterivelmente, de “tomar as dores” dos debates, dos obstáculos e dos desafios científicos (endógenos e exógenos) que todos os campos disciplinares “académicos” experienciam.

O nosso conhecimento do real nunca é totalmente objectivo. O *real-concreto social* “é uma luz que sempre projecta algumas sombras” (Bachelard, 1981: 165). Neste ponto, sem prejuízo de (alguns) serem abordados com maior minudência no capítulo metodológico, resençaremos alguns dos “obstáculos” que tentaram “seduzir” e “deslumbrar” a nossa *pesquisa de terreno* realizada no Gana. O primeiro dos “obstáculos científicos” sobre o qual

---

<sup>116</sup>Na perspectiva de Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto “elas [as disciplinas] perspectivam, de diferentes maneiras, a mesma realidade; e é precisamente por esta ser muito complexa que se faz mister, para torná-la inteligível, multiplicar (e cruzar) prismas, princípios e instrumentos teórico-metodológicos” (1986: 17-18).

<sup>117</sup>Para António Firmino da Costa “cada uma das ciências sociais tem as suas tradições intelectuais, os seus procedimentos favoritos, os seus temas preferenciais. Tem sobretudo uma *perspectiva* própria, uma maneira particular de olhar para os fenómenos sociais, de os interrogar e analisar” (1992: 21). Tal facto, é-nos corroborado por Adérito Sedas Nunes quando nos explicita que “toda Ciência, seja qual for, só está propriamente constituída como tal (...) a partir do momento em que seja possível afirmar que o sistema de produção que a produz *já construiu o seu próprio objecto científico*” (1987: 34).

<sup>118</sup>Em relação às novas “agendas” dos Estudos Africanos, ver, por exemplo: (Mudimbe, 1994; Zeleza, 2007a, 2007b; Ricard, 2004; Melber, 2009; Mama, 2007; Kane, 2003).

debruçaremos a nossa atenção científica, é a chamada historiografia Asante. Neste quadro epistemológico, somos mobilizados por uma preocupação matricial que nos remete para a acautelada questão disposta pelo historiador Paul Veyne “eu considero que este documento me ensina isto; posso confiar nele?” (1971: 22).

Contratemos esta questão, para a decomposição de três basilares componentes metodológicos da nossa pesquisa histórica: as fontes orais (testemunhos directamente recolhidos por nós), as fontes históricas orais (testemunhos recolhidos e tratados por outros investigadores), e as fontes históricas escritas que àquele grupo etnolinguístico se referem. O epidérmico registo que nos é imperativo constatar, é de que a narrativa histórica Asante, seja nas suas “significações” orais ou escritas, é densa, prolixa, e demarcadamente complexa. Todavia, e em apontamento concomitante, esta mesma História “visível” (dos) Asante “tatuase” pela voz de homens (*amanhene* e *akyeame*) e de mulheres (*ahemaa*) produtores e reprodutores da “memória” colectiva Asante, com consignados (e, diga-se, “incorporados”) pigmentos de cor que tangenciam o mítico, o pleonástico e, precipuamente, o ideológico. Foi, esta segunda ordem de “razões adjetivantes”, que acionou a “sirene” epistemológica deste nosso trabalho que se propôs de científico.<sup>119</sup>

Os obstáculos com que nos deparámos na “recolha” da História Asante a partir de fontes orais, foram de natureza vária e, não raras vezes, absolutamente difíceis de transpor ou, até mesmo, de contornar. A primeira das “resistências” científicas com que nos deparámos, foi com a dupla circunstância de os notáveis Asante que entrevistámos para a recolha de informação com relevo descritivo e analítico para a “construção” do nosso objecto de estudo, serem narradores “profissionais”, ou, se quisermos, “ideólogos” dos factos políticos e das ocorrências históricas Asante e, em simultâneo, serem os relatores “oficiais” (ou, melhor dito, os fiéis depositários do “arquivo mental” Asante) da sua própria Cultura e História que projectam como sacralizada. Neste contexto específico, as “representações” históricas emanadas por estes eminentes representantes da Confederação de Estados Asante, são notavelmente de um “colorido” subjectivo, a rondar, por vezes, o fabuloso<sup>120</sup>, ou então, a tónica de uma qualquer ponta solta de conversa, ou, mesmo até, de uma pergunta de recorte incisivo, ressalta para os históricos e heróicos feitos militares Asante, ovalizando, desta forma, os limites e a expansão

---

<sup>119</sup>Com o objectivo de uma leitura crítica quanto à fiabilidade das fontes históricas orais, ver: (McLeod, 1981; Akyeampong & Obeng, 1995).

<sup>120</sup>Questionado sobre as origens do clã Bretuo, que formou o Estado tradicional de Mampong, Nana Daasebre Osei Bonsu II (*Mamponghene*), respondeu-nos que “desceram do céu por uma corrente de prata”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie [*Mamponghene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado], em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

das temáticas da conversa e, condicionando todo um conjunto de outras “pistas” históricas/políticas passíveis de exploração científica.<sup>121</sup>

A segunda “variante” das fontes orais que despertou a nossa “preocupação” epistemológica, foi, aquilo que podemos designar por “compressão do tempo diacrónico”; i.e., os nossos interlocutores Asante, quando questionados sobre a data precisa (ou aproximada) de determinados eventos políticos e militares, a resposta invariavelmente recaia de forma mecânica em frases com o padrão: “nos velhos tempos”, “quando chegámos lá”, e “quando os ingleses chegaram/vieram a Kumase”. Da mesma forma, quando questionados, por exemplo, sobre os primeiros tempos da fundação da Conferência de Estado Asante, os nossos informantes privilegiados falaram de Osei Tutu Opemso I e de *Okomfo* Anokye (fundadores da Confederação de Estados Asante, em 1701), como se eles tivessem “ido para a aldeia” (falecido), no dia anterior.<sup>122</sup>

As contrariedades epistemológicas relativas às fontes históricas orais decorrem do facto de estas, na esmagadora maioria das vezes, não terem passado pelo “crivo” de nenhuma forma de “inspeção” epistemológica nem submetidas à razão crítica de uma metodologia reflexiva, mas antes, parece, que os historiadores que “fixaram” estes pedaços de “história oral” Asante na “história geral” Asante, fizeram-no sob o signo do claudicante método da “lei do silêncio”; ou, por outras palavras, alguns destes historiadores (vários deles Asante) reproduzem, sem o devido questionamento, a linearidade das construções discursivas (quase homéricas) dos seus interlocutores Asante, e elevam-nas à categoria de dados históricos, sem discernirem, no entanto, que aquelas não são mais que “simples” representações sociais de um passado que se reconstrói e, se projecta em cada momento em que é narrado no presente.<sup>123</sup>

As enfermidades “epistemológicas” que afectam as fontes históricas escritas, não são de patologia análoga, mas requerem igualmente trabalhos de permanente e intensiva vigilância crítica. Poderemos dizer, de forma preambular, que as fontes históricas escritas sobre os Asante, até inícios do século XX, estiveram ao serviço de interesses outros que não os históricos ou os académicos. A pluralidade de nacionalidades (árabes, portugueses, holandeses, ingleses, dinamarqueses e suecos), e a diversidade de matrizes (interesses) profissionais (comerciantes,

---

<sup>121</sup>Quando perguntado ao *Nsutahene* – Nana Adu Agyei Bonsafo III – sobre as condições, os factores e as consequências da independência dos Asante do jugo político do Estado de Denkyira, a conversa afunilou durante horas sobre os pormenores táticos e militares desta histórica vitória militar, exaltando, desta forma, a perene alma guerreira da Nação Asante. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Adu Agyei Bonsafo III, de seu “nome civil/privado, Kwabena Oppong (*Nsutahene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário de Empresa de Transportes), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

<sup>122</sup>Com o propósito científico de melhor definirmos a correlação existente entre tradição oral (e, também os procedimentos e as “falibilidades” desta) e cronologia histórica, ver: (Henige, 1974; Vasina, 1961).

<sup>123</sup>Façamos referência a alguns trabalhos de fontes históricas orais com grande rigor metodológico: (Daaku, 1969, 1979; IAS, 1963; Niangoran-Bouah, 1982).

missionários, militares, exploradores, administradores), destes “redactores” da História Asante (ou de sincronias desta), produziu uma extensa, mas não menos “desorientada” literatura, que ao serviço de motivações muito específicas e privadas (sejam económicas, religiosas ou de outra natureza) e, sem quaisquer regras ou exigências científicas balizadoras, não passa daquilo que nos atrevemos a dizer que é: de literatura que ronda a narrativa novelística.<sup>124</sup>

Citemos, para ilustrar, duas obras que no Gana, à época da sua publicação (e, nalguns círculos, ainda actualmente), foram tidas de *catalogada* referência histórica: os escritos de Carl Reindorf (1889), incidem essencialmente sobre dimensões históricas, que pecam, todavia, pelo excesso e pela amplitude das suas generalizações históricas, nunca apoiadas por referência directa ou indirecta, às suas fontes (orais ou escritas) ou às “vozes” dos seus interlocutores “nativos”. Ainda, e paradoxalmente, sendo um missionário evangélico, Carl Reindorf, nos seus vagueantes relatos históricos sobre os Adansi, nunca aborda o sistema de crenças, as variáveis religiosas ou as dinâmicas rituais desta comunidade etnolinguística. O segundo autor, Robert Rattray (1914, 1927, 1929, 1932), militar de formação, com vasta e assentida obra, mas enfermada por dois pecados capitais: por um lado, em todos os seus diversificados escritos sobre os Asante (estruturas do parentesco, direito das sucessões, rituais iniciáticos, princípios e valores, religião e, também, arte) é reflectida uma total ausência de uma compreensão analítica relacional entre as variáveis que constituem cada uma das temáticas abordadas, remetendo-os assim, para a categoria de relatos históricos assentes numa minuciosa “descrição descritiva” e, por outro, o seu egrégio romance com a *Mamponghemaa*, encaminhou-o para um espaço de escrita, notoriamente marcado pela exabundante compreensão, empatia e exaltação das imemoráveis façanhas Asante, que assumiu o retilíneo trilho das “afectivas verdades históricas”.

O segundo dos “obstáculos científicos” que mereceu a nossa atenção e, nalguns casos, a mais cuidada das vigilâncias epistemológicas, foram as “traduções” linguísticas dos conteúdos produzidos pelas entrevistas semidirectivas que aplicámos, e de muitos outros momentos informais ou de formalidade circunstancial (mas igualmente geradores e/ou reveladores de matéria primária substantiva), do nosso processo de investigação empírica. As dificuldades logísticas, as barreiras linguísticas e, necessariamente, as armadilhas epistémico-científicas, surgidas (ou, que singelamente se impuseram) no decorrer da aplicação das nossas entrevistas,

---

<sup>124</sup>Para um entendimento mais aprofundado das fontes históricas escritas produzidas (e os relatos nelas contidos) à época, sobre o Gana e, sobretudo sobre os Asante, ver: (Dantzig, 1980; Yarak, 1997; Jones, 1991; Delaunay, 1989). Ver, ainda, as enviesadas peças “jornalísticas” produzidas por Marie-Joseph Bonnat (1844-1881), aquando das suas viagens pelo “país” Asante, transcritas e interpretadas nos textos de: (Owusu-Sarpong, 1996; Johnson, 1971; Perrot & Dantzig, 1995).

tiveram, por copiosas vezes, “lugar cativo” no decurso do nosso processo de “captura” e recolha de informação, por via desta técnica de pesquisa empírica por nós colocada em “terreno”. Certificámos, prematuramente, a bondade dos “rumores literários” de que toda a tradução é uma traição e, de que toda a transcrição é, na verdade, uma transcriação. Os três “auxiliares de terreno” (e também intérpretes) que nos coadjuvaram na *pesquisa de terreno* na região Ashanti – Samuel Jackson (filho de pai Asante), Fred Larbi (filho de pais Asante) e, posteriormente, Samsow Tetteh (filho de pais Asante) – detinham uma familiaridade “consanguínea” com a sua língua materna, o Twi, que nos antevia uma enorme segurança linguística, quer nos momentos de informalidade social, quer nos momentos de formalidade institucional. Quanto ao primeiro dos momentos, as suas diligências linguísticas superaram todas as “provas” a que tinham sido “submetidas” (refira-se, em tom mais descontraído que, as diligências “tradutivas” de um pedido de cervejas “de arrepiar a alma” estiveram ao nível dos melhores). Quanto aos segundos, os contornos são diferenciados e, reflectem um inusitado (e não previsto) impacto no trabalho que estávamos a querer desenvolver. O nosso primeiro estímulo “desafiador”, surgiu com o facto de a generalidade dos nossos informantes privilegiados da estrutura política tradicional Asante, quererem ser entrevistados na sua língua “nativa”: o Twi (apesar de muitos deles falarem fluentemente o inglês, disseram-nos que o “espírito” da língua Twi reproduz melhor o sentido, a profundidade e o contexto daquilo que as suas palavras queriam transmitir).

Nas primeiras entrevistas aplicadas, o encontro com a realidade das dificuldades que esta técnica de pesquisa empírica nos estava a provocar eram evidentes, e podemos sintetizá-las em três categorias: a primeira, prende-se com os enormes “vazios” de tempo que decorrem entre a pergunta formulada ao informante privilegiado (depois de traduzida pelo intérprete para Twi) e, posteriormente, o processo inverso de resposta, testando, todo este delongado túnel de “pergunta-tradução-resposta-tradução”, as capacidades de orientação do nosso “roteiro” de entrevista previamente “desenhado” (e muitas vezes no decorrer das entrevistas, readaptado e reconduzido *in situ*); a segunda, prende-se com o facto de nos comerçarmos a aperceber de algumas incongruências nas respostas (corroboradas pelo tempo que o Samuel, o Fred e o Samsow levavam a “traduzir” e, a constante e acesa troca de impressões entre eles); i.e., as respostas eram respostas “confinantes”, não correspondiam à substância da pergunta. Foi então que nos apercebemos, que apesar de os nossos intérpretes falarem o Twi, o seu domínio semântico, morfológico e sintáctico da língua (no fundo, a sua *finesse* linguística), não correspondia às nossas desejadas expectativas de “tradução”. Exemplifiquemos: à pergunta por nós colocada em inglês “qual é a importância do simbólico no processo de legitimação do lugar político Asante?”, respondeu a pergunta em Twi “quais são os símbolos do poder dos

Asante?”. Neste contexto, depois de apercebida por nós e pelos nossos informantes privilegiados a efectividade da “incomunicação”, a pergunta foi reformulada e recolocada “qual é, por exemplo, a importância política do ‘Tamborete de Ouro’ para os Asante? Que significado político tem?”. Este moroso e doloroso processo, foi na maior parte das vezes ultrapassado, pela generosidade dos nossos informantes privilegiados (e, também, pelo nosso “esmiuçar” *ad nauseum* de frases e palavras), que ao “verem” a “aflição tradutiva” dos nossos intérpretes, tiveram a delicadeza de, por vezes, responderem às questões por nós colocadas, em inglês; a terceira, redonda no facto de os nossos intérpretes serem Asante “comuns” e, deste forma, não serem “iniciados” na “língua” das expressões do poder e da dominação política, que está reservada exclusivamente aos detentores de cargos políticos ou de patentes militares (iniciática e ritualmente passada por estes, à sua descendência) na hierarquizada e vertical sociedade política Asante.<sup>125</sup> Por este facto, a incapacidade de “tradução” de algumas expressões políticas utilizadas pelos nossos informantes privilegiados por parte dos nossos intérpretes (foi o caso do provérbio ‘*tumi te se kosua*’: ‘power is like an egg’) foi, infelizmente, mais recorrente que o desejável, e a “tradução” por aproximação foi uma regularidade que tivemos de acolher como (um válido) instrumento de trabalho. As maleitas que às “traduções” foram imputadas, também elas se adjudicaram às transcrições das entrevistas, quer no seu sentido Twi-Inglês, quer depois no sentido de Inglês-Português. Ajustámo-nos, neste sentido, à ideia de que em muitas das “traduções” e transcrições, não foram traduzidas ou transcritas as palavras que os informantes privilegiados nos disseram, mas antes, o que o “espírito” dessas mesmas espelhadas palavras nos permitiu interpretar.<sup>126</sup>

O primeiro dos “obstáculos práticos” sobre o qual incidiu a nossa “profilaxia” epistemológica, foi o movimento pendular entre o “quando” (e o “quanto”) deveríamos ser *outsiders* e, no reverso desta mesma moeda epistémica, o “quando” (e o “quanto”) deveríamos ser *insiders*. Nos primeiros “momentos” da *pesquisa de terreno*, este foi um “debate/altercação” (tão pessoal e tão íntimo) que transbordou os limites do metodológico ou do epistemológico e, passou a assumir contornos racionalizados de uma “bipolaridade” posicional e situacional.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup>A este propósito, ver: (Appiah, 2003; Lewin, 1978; Anti, 1996).

<sup>126</sup>Para Stéphane Beaud, o processo de transcrição de entrevistas é “traduire une parole en texte, opérer cette phase fondamentale qui consiste à passer de l’oral à l’écrit, mais c’est aussi courir le risque de perdre ce qui fait la spécificité et la richesse de la parole: non seulement les mots, le vocabulaire, les formes syntaxiques, mais aussi le ton, le timbre, le rythme de la voix, ses différentes intonations et modulations, les changements de rythme et d’humeur, tout le subtil dégradé des émotions qui passent à travers la voix, ce qui permet de deviner ou reconstituer après-coup les gestes, les mimiques de l’acteur” (1996: 250).

<sup>127</sup>A possibilidade de “invasão” do investigador por tal “condição”, é-nos confirmada e exposta por Robert Emerson, do seguinte modo: “le travail de terrain implique plutôt la totalité de l’expérience humaine et personnelle. Il est un processus de ‘ré-apprentissage et de resocialisation’ qui engendre des sentiments profonds d’insécurité, d’angoisse, de solitude, de frustration et de désarroi” (2003: 414).

O estatuto de um investigador enquanto *outsider* ou *insider*, é tudo menos estático ou unidimensional. Pela nossa experiência do “terreno”, podemos acrescentar que, à fixidez do “ser” *outsider* ou “ser” *insider*, o investigador deve adoptar a fluidez do “estar a ser” em determinado momento *outsider*, para passar no momento seguinte a “estar a ser” *insider*. São os “momentos” gerados pelo próprio “terreno”, as dinâmicas produzidas pelos tecidos sociais em análise e, não menos despiciente, o próprio “olhar” intuitivo do investigador, que o levam a “sentir” o “quando” e o “quanto” se deve inserir em determinado contexto, ou por outro lado, o “quando” e o “quanto” se deve distanciar, para melhor se integrar ou captar informação que considere cientificamente categorizável.

Façamos referência a dois exemplos muito sintéticos que ilustram a nossa ausência inicial do “quando” e do “quanto” deveríamos “estar a ser” *outsiders* ou *insiders*: na nossa primeira pesquisa de terreno (2007), assistimos num Sábado, em Kumase, às cerimónias fúnebres de um funcionário do Manhyia Palace, sendo que a postura por nós adoptada, foi demarcada e conscientemente de absoluto *outsider*.<sup>128</sup> Ao longo do cortejo fúnebre caminhámos em paralelo, mas com distância suficiente para nos tornarmos “invívisíveis” aos olhos de quem participava no cortejo. Este erro de principiante, foi-nos revelado pelo responsável do Museu do Manhyia Palace – Alex Adumouh –, que ao passar por nós, nos perguntou que fazíamos ali. Respondemos que era um momento de pesar e não queríamos perturbar as pessoas e interferir na cerimónia. Ao que nos foi respondido:

tu assim é que estás a dar nas vistas e, é uma enorme falta de respeito. As pessoas já comentaram o facto de um *aburoni* (branco europeu) estar a acompanhar o cortejo, e, ainda por cima, vestido de branco” (a cor que simboliza o luto é o encarnado). Hoje é um dia de festa, vamos celebrar a ida do nosso irmão para o mundo dos nossos queridos e sempre presentes antepassados. Se queres mostrar respeito pelo defunto, pelos seus familiares e pelos que já partiram, junta-te a nós e participa nas cerimónias.

O segundo dos exemplos, foi justamente o inverso: a convite de Nana Saaman Nantwi II (*Saamanhene*) para participar nas celebrações públicas do sagrado e ritualístico festival *Akwasidae*, o entusiasmo foi imediato e, as expectativas de recolha de “informação colectável” para o nosso trabalho foram uma certeza antecipada.<sup>129</sup> A imersão no epicentro das festividades enquanto *insider* foi tão absolutizante, que ao fim do dia o que nos restava enquanto “matéria científica a tratar”, eram os audíveis sons das cornetas reais e dos *mpintsin drummers*, as

---

<sup>128</sup>Com o interesse de aprofundar o estudo sobre a complexidade ritualística, processual, logística, clânica e económica das práticas fúnebres Asante, ver: (Nketia, 1995; Attah Fosu, 2000; Arhin, 1994; IAS; 1976).

<sup>129</sup>Em relação ao festival *Akwasidae*, ver o rigoroso e aprofundado trabalho de: (Boaten I, 1993).



matizadas e garridas cores das vestes dos participantes e, toda a exuberante parafernália ornamentativa em ouro dos notáveis e altos-dignatários Asante.<sup>130</sup>

O segundo dos “obstáculos práticos” que difundiu o seu reflexo durante a nossa *pesquisa de terreno* foi o “confronto” com a designada “isenção de valores”, ou antes, a “neutralidade axiológica”. Em que momentos esteve “presente” e como se “revelou” no decurso das várias etapas do nosso trabalho de campo? Ao trabalharmos com raízes culturais tão profundas e tão ricas como as dos Asante e, simultaneamente, tão “distantes” dos nossos próprios “cânones” de referência cultural (e, até mesmo, civilizacional), é intrínseco ao processo de investigação, o “choque” do nosso olhar e o “classificar” do nosso pensar, quando apreendemos *in loco*, as visíveis e estruturantes diferenças do “nós” em relação ao “outro”. Revisitemos dois práticos exemplos do nosso trabalho no “terreno”: em plena entrevista com o *Oyokohene*, Agyekum Kusi II, ventilámos a questão sobre a qual os nossos “auxiliares de terreno” já haviam sibiliado “à boca pequena” e, que a dado momento, nos despertou a maior das curiosidades pessoal e científica.<sup>131</sup>

Não conhecendo nós, a enorme carga de tabu social e político que envolvia a questão, solicitei ao *Oyokohene* que me explicasse a simbólica inerente às mortes (se eram rituais ou se eram reais) de alguns proeminentes membros do séquito real (*akrafo*), aquando da celebração das cerimónias e rituais fúnebres de um *Asantehene*. A resposta foi lapidar e de impacto não previsto: “Pertinente questão para um neófito estrangeiro. Não deveria ter tido acesso a essa informação, ainda assim, lhe pergunto, se aquilo que questiona for feito em nome da génese, da união e perpetuação da Nação Asante, que tem a opôr à sua purificação? Que estranheza lhe causa? Que pode você julgar?”. Outro dos momentos que também suscitou em nós alguma “parcialidade axiológica” ou “reserva cognitiva”, estava agendado para um fim de tarde, quando num momento de espontaneidade revelei aos nossos “auxiliares de terreno”, a minha vontade de conhecer a Reserva de Kogyae (distrito de Mampong), visto estarmos a passar tão perto da estrada que nos levaria até lá. A resposta quase em estéreo, foi de que isso não era possível, já que era quase noite e seria incauto, para não dizer mortal, visitarmos um território “habitado” por *sasabonsam*<sup>132</sup>, pois semanas antes, aqueles haviam “comido” dois imprudentes

<sup>130</sup>Acerca da compreensão histórica, política, ritual e alegórica dos *mpintsin drummers*, ver: (Nketia, 1963; Agyeman-Duah, 1961). Em relação à “linguagem” política e simbólica dos *adinkra patterns* e da regalia do *Asantehene* e da aristocracia Asante, ver: (Quarcoo, 1972; Hagan, 1970; Kyerematen, 1961).

<sup>131</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Agyekum Kusi II (*Oyokohene* de Kumase), em Kumase, em 2007 [AE 2010/EPT].

<sup>132</sup>De acordo com Robert Rattray “The Sasabonsam of the Gold Coast and Ashanti is a monster which is said to inhabit parts of the dense virgin forests. It is covered with long hair, has large blood-shot eyes, long legs, and feet pointing both ways. (...) It is hostile to man, and is supposed to be especially at enmity with the real priestly class. All of them are in league with *abayifo* (witches), and with the *mmoatia*, in other words, with the workers in black magic” (1927: 28). Ver, ainda: (Debrunner, 1961; Brempong, 1996; Parker, 2004; Olsen, 2002/3).

lenhadores. A “estupefacção muda” foi a nossa postura de acatamento pessoal e de juízo científico.

Em síntese, terminamos com uma frase já mobilizada neste nosso capítulo: “o nosso conhecimento do real nunca é totalmente objectivo”. E nunca é objectivo, porque às tantas “armadilhas” que foram superadas, tantas outras, ficaram por superar. Verdade, orientação ou lição epistémico-metodológica esta que o “terreno” se encarregou de nos demonstrar. Sendo assim, a primeira das “objectivações” científicas que um investigador deve “incorporar” nas escalonadas “performances” da sua prática de investigação, é a de que a feitura de um trabalho que se reclame de reflexivo não é um estado *em si*, é, antes, e sobretudo, um (sempre) provisório *work in progress* passível de se lhe acrescentarem outras (novas) “camadas” científicas.

#### **CAPÍTULO 4 | DA PESQUISA EMPÍRICA: PROCESSOS E INSTRUMENTOS DO “SABER-FAZER” METODOLÓGICO**

Nas palavras de Boaventura Sousa Santos, em Ciência “nada é dado, tudo se constrói” (1989: 33). A apropriação das palavras do citado autor, servem o propósito de reiterar o nosso compromisso com o princípio que promove a *função de comando da teoria* na prática científica, a partir da qual a *pesquisa de terreno* deve ser orientada *pela* teoria e *para* a teoria.<sup>133</sup> Não obstante a axial “bondade” científica deste princípio epistemológico, salientamos que é só (e tão só), através da constante e entrelaçada “comunicação” (e influência mútua) entre os postulados teórico-conceptuais e os “movimentos” e “ressaltos” (decorrentes de uma autonomia própria que o “terreno” possui) da observação e recolha empírica, que podemos ambicionar a produção e, principalmente, a validação de um “qualquer” entendimento do *real-concreto social* que se reclame de científico.

O conhecimento que se postula de científico, procede através do estabelecimento intermitente de “verdades” parciais, provisórias e reformuláveis, que vêm enriquecer os *corpus* teóricos que apenas são científicos, tal como preconiza Karl Popper, na precisa medida em que se compõem de elementos sempre susceptíveis de *refutação* pela observação empírica ou, se preferirmos utilizar a expressão do autor, de serem cientificamente falsificáveis e, que seguem os convencionados protocolos disciplinares (1975). Nesta mesma linha de raciocínio

---

Acerca das práticas anti-feitiçaria (secretamente) praticadas pelos Asante (e, pelos Akan, em geral), ver: (McCaskie, 2009; Terray, 1979).

<sup>133</sup>Como assinalam João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto “o processo de pesquisa é unitário e integrado e a teoria domina e determina o significado e a articulação dos seus diversos ‘momentos’. Todas as fases e operações desse processo se referenciam necessariamente a conteúdos teóricos que lhes conferem sentido, as articulam e lhes delimitam as potencialidades explicativas” (1975: 382). A este propósito ver também: (Pinto, 1985: 154).

epistemológico proposta por Karl Popper, encontram-se, entre outros (Almeida & Pinto, 1986; Danermark, 2002; Silva & Pinto, 1999; Williams, 2000), autores como Pierre Bourdieu, que num apelo à prática sociológica reflexiva, realça a peremptória “necessidade” científica do contínuo e articulado (e, não raras vezes, dissenso) diálogo entre os enunciados teóricos e o(s) trabalho(s) empírico(s), ao salientar que:

a construção do objecto não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (1989: 26-27).<sup>134</sup>

Nesta medida, o presente trabalho académico, procurou lançar um “olhar” heurístico sobre a cartografia da configuração de relações objectivas que é possível “edificar” entre o Estado ganês e os *amanhene* Asante, em contexto “pós-colonial”, enquadrando-a para tal propósito, essencialmente ao nível ontológico, axiológico e epistemológico do “saber-fazer” metodológico e procurando atribuir-lhe uma operacionalidade efectiva, capaz de o elevar a referencial organizador, disciplinador e crítico das nossas “práticas” empíricas e (até) do nosso “discurso” teórico – que objectivámos como reflectido e contra-intuitivo (Williams, 2000: 46) – e a instrumento não mediato de interpretação (capacitado para clarificar e/ou reformular) do próprio objecto de estudo (a ser) “construído”<sup>135</sup> (Almeida & Pinto, 1995: 58), percepcionado aqui, como fenómeno social observado e observável num dado espaço físico (distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong), delimitado num determinado período temporal (contexto “pós-colonial”) e representativo (constituído) de (por) determinadas dimensões analíticas (as posições e as relações políticas), que após a sua “decrifração” objectivada, nos permitirá patentear, como objectivo último deste trabalho, um conhecimento científico “pensado”, mas conscientemente provisório, por sedimentar e gerado de forma (também) subjectiva (Silva & Pinto, 1986: 12).

---

<sup>134</sup>Com a intenção de sublinhar a importância científica de o “teórico” e o “empírico” aprenderem a trabalhar em conjunto ao longo de todo o processo de pesquisa, Robert Merton assinala que “a pesquisa empírica vai muito além do papel passivo de verificar e comprovar a teoria: faz mais que confirmar ou refutar hipóteses. A pesquisa desempenha um papel ativo: realiza pelo menos quatro funções importantes, que ajudam a dar forma ao desenvolvimento da teoria: *inicia, reformula, desvia e clarifica* a teoria” (1970: 172).

<sup>135</sup>A “utilidade” epistemológica de métodos “disciplinados” na prática científica, é-nos reiterada por Malcolm Williams: “the method of science is the route to knowledge which can be called ‘scientific’ then this has implications for investigations of the social world. Specifically, if it is held that the social world arises from the natural world, or is continuous with it, then a reliable scientific ‘method’ would appear to be the best way to reliable knowledge of the social world” (2000: 28).

Com efeito, a partir do momento em que compartimentamos a realidade – reputada por Robert Burgess como múltipla, plurifacetada e diversa (1984) – e o *continuum* temporal no qual esta se inscreve, segundo unidades analíticas de cariz não real, impõe-se-nos que procuremos adaptar as metodologias, os instrumentos e as técnicas de pesquisa por nós mobilizadas, às (eventuais) especificidades, originalidades e/ou complexidades que aquelas evidenciam, de modo a que nos consigamos “aproximar” da realidade “real” – com o olhar “impregnado” de teoria, para fazermos uso das palavras de Jacques Hamel (1997: 28) – com um mínimo de contaminações, interferências e/ou intermediários (estes, não neutrais, porque portadores de uma subjectividade intrínseca à condição humana) e, de um modo holista, representativo e o mais inteligível possível, não apenas do objecto de estudo, por nós “erigido”, mas igualmente, do objecto real que se encontra a montante deste e, a partir do qual, o primeiro é conceptualmente “extraído”.

Deste modo, procurar-se-á seguidamente, abrir a “caixa negra” da estratégia metodológica empregue na investigação empírica teoricamente orientada do nosso *estudo de casos*<sup>136</sup> na região administrativa Ashanti, investindo nas palavras de António Firmino da Costa, para evidenciar que “um *método* é uma estratégia integrada de pesquisa que ‘organiza criticamente as práticas de investigação’ (Almeida & Pinto, 1995: 93), incidindo nomeadamente sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação” (1986: 129). Portanto, tal como evidenciam João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, os *métodos* têm, ao incidir sobre operações de pesquisa, uma relação de interioridade com as práticas de investigação: eles são as próprias práticas críticas de investigação. Representam um certo nível de *contrôle* interno e formal sobre as pesquisas à medida que estas se desenrolam (1975: 385).

Neste sentido, qual o método convocado pela estratégia metodológica da nossa investigação, para a orientação, a perscrutação e a vigília dos trabalhos empíricos que desenvolvemos no Gana? Em decorrência: quais as técnicas de investigação que o “nosso”

---

<sup>136</sup>O presente trabalho insere-se, na sua essência metodológica, numa estratégia de investigação do tipo intensivo-qualitativo, e o “desenho” dos trabalhos por nós desenvolvidos, assume a configuração de um *estudo de casos*. Não obstante as suas valências metodológicas [por nós utilizadas e tidas como fundamentais neste processo de “construção” e validação empírica: descrição intensiva e detalhada – tanto em amplitude como em profundidade (Greenwood, 1965) –, e holística – preservação e compreensão do “caso” no seu todo e na sua unicidade (Yin, 1994) – dos *fenómenos sociais* que ocorrem numa ou mais unidades de análise], integramo-lo, de acordo com a asserção de Jacques Hamel “mais à titre de démarche préalable propre à cerner un événement sous forme d’objet d’étude et à le décrire de manière à ce qu’une étude qui fasse appel à des méthodes proprement dites puisse se faire jour” (1997: 9). Assume-se, portanto, a utilização do *estudo de casos*, não como um método *tout court*, mas antes, como uma (válida) abordagem de enquadramento exploratório do nosso objecto de estudo “vertido” no terreno, ou, se quisermos “une sorte de présentation la plus complète et la plus détaillée possible de l’objet étudié” (Zonabend *apud* Hamel, 1991: 23; Hamel *et al.*, 1993), a ser aprofundada, sistematizada e validada, em termos mais operatórios, pelos instrumentos e procedimentos de recolha e análise de informação “recrutados” pelo método de *pesquisa de terreno* (Costa, 2008: 11).

método “recrutou” como “ajudantes de campo”? Tendo como pano de fundo, que um método – enquanto *interface* crítico das perguntas formuladas pela teoria e das respostas geradas pela empiria – é parte integrante da “feitura” do objecto de estudo (Nunes, 1987: 34; Bourdieu *et al.*, 1975: 21), aquele que considerámos que melhores e maiores contributos epistemológicos (ruptura e vigilância)<sup>137</sup> e científicos (descrição e interpretação) daria a este mesmo contínuo processo de “construção” reflexiva, foi o designado método – para valorarmos a lata acepção comumente utilizada por Robert Burgess (1984) e António Firmino da Costa (1986) – da *pesquisa de terreno*, que se cumpre (fundamentalmente) no quadro das estratégias de investigação intensivas-qualitativas (Costa, 2008: 10; Bryman & Burgess, 1999: 10).

Como coadjuvantes operatórias rigorosas, bem definidas e transmissíveis (Almeida & Pinto, 1995: 85) deste método “recolocado” em terreno, foram “arroladas” as seguintes técnicas de pesquisa empírica na recolha, registo e tratamento da informação provinda do trabalho empírico no Gana: observação participante (e, enquanto suas subsidiárias de primeira linha, a observação directa, o “diário de campo” e as conversas informais), entrevistas semidirectivas, análise documental (de fontes primárias e de fontes secundárias) e, enquanto técnica auxiliar de pesquisa (em assessoria directa às entrevistas semidirectivas e à análise documental), a análise de conteúdo (temática).

Estamos, assim, em condições de especificar que o método de *pesquisa de terreno* “supõe, genericamente, *presença prolongada* do investigador nos contextos sociais em estudo e *contacto directo* com as pessoas e as situações” (Costa, 1986: 129). Tal convergência de pensamento, é-nos proposta por Jacques Hamel *et al.*, quando sublinham que “l’enquête de terrain, associée de pareille façon à l’observation directe (*in situ* et *in vivo*), nécessite un contact immédiat et de longue durée avec le terrain impliqué dans l’étude” (1991: 22-23). Refira-se, nesta medida que, a *pesquisa de terreno* consiste na observação integrada, sistemática e, “em primeira mão” de um contexto social, como forma de descrição das práticas e relações que os agentes aí experimentam e de compreensão dos sentidos que lhes atribuem. De facto, e de acordo com Daniel Céfal:

l’ enquête de terrain (...) travaille également à restituer des profils, des lieux et des moments du monde de la vie quotidienne des enquêtés, apprend à reconnaître un sens inhérent à leurs activités et à leurs discours et s’interdit de trop vite ‘monter en généralité’ pour ressaisir des logiques sociales ou des codes culturels. La spécificité du travail de terrain comme méthode d’enquête en sciences sociales réside dans l’ ‘implication’ de l’enquêter sur son site d’enquête (2003: 544).

---

<sup>137</sup>A ruptura é condição lógica inicial do trabalho científico, mas renova-se e prolonga-se às outras duas fases que a epistemologia de Gaston Bachelard propõe: a construção e a verificação (Almeida & Pinto, 1986: 61).

A *pesquisa de terreno*, é, nestes termos, uma estratégia metodológica em que o investigador se constitui como o principal “instrumento” de recolha de informação no “terreno” (Burgess, 1984: 79; Costa, 1986: 137; Beaud & Weber, 2003: 293; Cicourel, 2003: 381)<sup>138</sup>, na exacta medida em que, observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneira de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos e, os acontecimentos em “tempo real”. Participa, duma maneira ou doutra, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas (Costa, 1986: 132). Nesta medida e, pela exigência científica destes “expedientes” metodológicos<sup>139</sup>, a presença física do investigador em todo este exigente e “imersivo” processo da *pesquisa de terreno* é condição *sine qua non* para o escrupoloso incremento da mesma, pois como pronuncia Daniel Céfal:

la place du corps est capitale dans cette forme d’investigation (...). Le corps est le ‘point zero’ de contextes d’ ‘expérience’ et d’expérimentation qui se temporalisent dans et par les activités d’enquête: c’est à ses entours que les objets et les thèmes de l’enquête se configurent. Il livre un accès immédiat à la façon dont les acteurs vivent concrètement, donne une compréhension des activités en train de se dérouler, des milieux en train de se bâtir, des relations en train de se nouer, des savoirs en train de se faire (...). Le corps comme organe d’exploration du monde et organe de présentation de soi est le principal opérateur de recueil des données (2003: 545-546).

Assim, ainda dentro deste “quadro” de incursões pela justificação da nossa opção metodológica, invocamos as palavras de Stéphane Beaud e Florence Weber, para sublinhar que a “boa prática” da *pesquisa de terreno* (ou *pesquisa etnográfica* na expressão dos autores) subordina-se a três “ingredientes” basilares: em primeiro lugar, ao interconhecimento ou, dito de outro modo, à proximidade pessoal e à relação directa entre investigador e objecto(s) investigado(s) [que reclama, no entanto, em abono da objectividade científica, o que Pierre Bourdieu sintetizou de “objectivação da relação objectiva e subjectiva” (1980: 7)]; em segundo lugar, à reflexividade sobre as próprias relações sociais de investigação [procedimento científico que qualquer ciência reflexiva dever incorporar e que Pierre Bourdieu tituló “de conhecimento das condições de conhecimento”(1980: 7)]; e, em terceiro lugar, à permanência prolongada no “terreno”, pois só esta fomenta e alicerça o interconhecimento entre o investigador e o(s) objecto(s) estudado(s) (2003: 294). Os autores acima citados, sublinham ainda que, a *pesquisa de terreno* revela todo o seu potencial heurístico pelo facto de “utilizar”

---

<sup>138</sup>Nesta mesma linha de análise, destaca Jacques Hamel, que “l’enquête de terrain désigne l’ensemble des interventions pratiques du chercheur dans un milieu social donné destinées à saisir empiriquement l’objet de son étude” (1991: 22).

<sup>139</sup>Para realçar a amplitude e a importância da presença do investigador na execução das múltiplas “tramitações” que o mesmo exige e envolve, António Firmino da Costa, sustenta que “a articulação estreita entre observação e interpretação, a centralidade analítica dos processos conjugados de familiarização e distanciamento, a regulação contínua dos procedimentos de pesquisa a partir de uma teoria do objecto em permanente reformulação através da integração nela das análises sucessivamente realizadas no decurso da pesquisa – tudo isso torna indispensável a presença directa e continuada do investigador no terreno” (2008: 11).

ferramentas metodológicas que permitem ao investigador: por um lado, restituir os vários pontos de vista em contexto; por outro lado, analisar as singularidades dos “fenómenos” sociais; e, por último, analisar os processos de forma holística e não fragmentada (Beaud & Weber, 2003: 301-306).

Em suma, no método da *pesquisa de terreno*, o nevrálgico instrumento de pesquisa é o *investigador*, e os medulares procedimentos de pesquisa são a *presença prolongada* e o *contacto directo* com os múltiplos “constituintes” do contexto social em análise, e, é tendo em conta a “bondade” científica, epistemológica e metodológica deste método, que António Firmino da Costa nos atesta que o mesmo:

é particularmente adequado à investigação, não de uma faceta isolada, mas dum tecido espesso de dimensões articuladas do social. A unidade social em observação não pode ser demasiado extensa e o período de observação não pode ser demasiado curto uma vez que o que se pretende é uma recolha intensiva de informação acerca dum vasto leque de práticas e representações sociais, com o objectivo tanto de as descrever como de alcançar a caracterização local das estruturas e dos processos sociais que organizam e dinamizam esse quadro social (1986: 137).<sup>140</sup>

O nosso trabalho de campo, orientado, balizado e explorado sob a égide do método da *pesquisa de terreno* enquanto método principal seguido na nossa investigação, foi incrementado ao longo de cinco “jornadas” empíricas temporalmente revezadas. A primeira das “jornadas” empíricas foi em 2007 e, decorreu entre os meses de Outubro e Dezembro, com permanência em Acra, Kumase, Ejisu-Juaben e Mampong. O segundo trabalho de campo, desenvolveu-se no ano de 2008, nos meses de Agosto e Setembro, com estada em Acra e, com posterior “transfer” para Kumase, Ejisu-Juaben e Mampong. Em 2010, deslocámo-nos ao Gana, para uma terceira “incursão” pelo “terreno”, cuja duração ocorreu entre os meses de Novembro e Dezembro, e na qual, depois de uns dias em Acra, dirigimo-nos para Kumase, Ejisu-Juaben e Mampong. A quarta e penúltima deslocação ao “terreno”, verificou-se entre os meses de Agosto e Setembro, do ano de 2011, com “aterragem” inicial em Acra e, decorridos uns dias, estendeu-se mais para Norte, a caminho de Kumase, Ejisu-Juaben e Mampong. Por fim, a última “temporada” por “terrenos” ganeses, cumpriu-se no transacto ano de 2014, e teve o seu esbatimento temporal entre os meses de Novembro e Dezembro, e na qual prosseguimos, de

---

<sup>140</sup>O citado autor, refere, no entanto, que com esta definição, não se está a tentar associar este método a um tipo único de objecto nem a um exaustivo estudo de toda a unidade social. Na construção de um objecto de estudo está sempre implicada uma selecção das dimensões sobre as quais a pesquisa pretende incidir. O que aqui se sublinha é, que a *pesquisa de terreno*, ocupando-se em cada caso mais de alguns aspectos do que doutros, é particularmente adequada quer a uma descrição fina desses aspectos, quer a uma análise de interligações entre eles (Costa, 1986: 137).

novo, o nosso “caminhar” entre Acra e Kumase, e entre esta cidade e Ejisu-Juaben e Mampong.<sup>141</sup>

Estas cinco “jornadas” empíricas, revelaram-se para este trabalho académico, de um irreplicável património interpretativo e analítico. Possibilitaram, pois, a “apreensão” *in loco* do sentido, da orientação e da dinâmica das actividades sociais, dos comportamentos rituais e dos processos políticos, que nos permitiram, “clarear” e a aferir a “bondade” científica aduzida inicialmente ao nosso objecto de estudo, bem como ainda, e, sobretudo, ao contextualizarmos e “vermos” em acção empírica o nosso objecto de estudo, “compeliram-nos” a sair da nossa “zona de conforto” de projecção abstrato-especulativa, e a desbastarmos e reconfigurarmos – leia-se: precisámos e aprofundámos – algumas das “arestas” teóricas da nossa problemática, que até então tínhamos (presunçosamente) como representativas, axiomáticas e objectivas. Foi a este dialéctico processo de fecundação, monitorização e de reavaliação mútua entre as conjecturas teóricas e as dinâmicas empíricas (Céfai, 2003: 259), que ancorámos os “trabalhos” práticos das nossas técnicas de pesquisa, mormente, da observação participante, nos “terrenos” de Ejisu-Juaben e Mampong – incutindo-lhes, ainda, a responsabilidade epistemológica e metodológica de incorporar na *pesquisa de terreno* a “produção” de uma “objectivação participante” (Bourdieu, 1989: 51; Bourdieu, 1992: 224) – para que deste modo, melhor conseguíssemos compreender e traduzir o “outro” (Geertz, 1994), e para melhor podermos confrontar o “que se diz” com “o que se faz” (Iturra, 1987).

Nesta medida, a primeira técnica de pesquisa empírica a explicar o “como” e o “porquê” do seu trabalho no nosso trabalho, é a observação participante.<sup>142</sup> Desde que Bronislaw

---

<sup>141</sup>Nestas cinco “jornadas” empíricas, o grau da intensidade e da distribuição da aplicação das técnicas de pesquisa empírica, obedeceu a um parâmetro de “utilidade” assimétrica. Nos primeiros dias em Acra, Kumase, Ejisu-Juaben ou Mampong, a natureza das nossas práticas metodológicas, assumiram um carácter “exploratório”, incidindo, sobretudo, em detalhadas, profundas, e densas “observações descritivas” do objecto de estudo que pretendíamos “apreender” e “refinar”. Numa fase posterior, em Acra e Kumase, dada a extensão territorial das unidades de análise, a prática da observação participante, revelou-se mais “anémica”, tendo sido privilegiada a utilização das entrevistas semidirectivas e a recolha de documentação primária e secundária. Em Ejisu-Juaben e Mampong, por seu lado, o primado da “acção” das técnicas de pesquisa, foi centralizado na observação participante e nas entrevistas semidirectivas, pois a quase ausência de documentação primária e/ou secundária (salvo a excepção de alguns documentos pessoais pertencentes a alguns *amanhene* ou à família real), remeteu esta técnica de pesquisa para um lugar de inação científica.

<sup>142</sup>Na prática da observação participante, o investigador pode “assumir”, de acordo com Raymond Gold (2003: 340-349), quatro possíveis “papéis” de participação/integração nas unidades sociais sobre a qual incide o seu estudo. Digamos, em resultado da objectivação que produzimos sobre as nossas próprias práticas de investigação empírica, que a intensidade e a profundidade do “papel” social por nós assumido e desempenhado durante a execução daquelas, se aproximou mais de um “participante-como-observador”, que propriamente de um “participante-completo” (ou puro). De facto, não podemos assumir que na nossa permanência em Ejisu-Juaben e Mampong, tenhamos procedido a um “mergulho” temporal ininterrupto de um a dois anos, nem a uma “submersão” total nas “vivências” sócio-culturais das unidades sociais em análise. Podemos, antes, evidenciar que partilhámos, dentro das possibilidades “materiais” e temporais de que dispúnhamos e, em função das características imanentes ao próprio “terreno”, um vasto conjunto de interações pessoais, directas, frequentes e (tanto quanto possível) prolongadas, que nos permitiram uma “legítima” e “suficiente” integração/participação nas “normais” e quotidianas actividades sociais (algumas de natureza simbólica/sagrada e ritual) do nosso objecto de estudo no seu contexto empírico.



Malinowski (1992 [1922]) rompeu com a rotulada Antropologia de “gabinete” ou de “varanda”, e maturou, seguido por outros autores (Evans-Pritchard, 1940c; Mead, 1977), os contornos práticos de uma investigação científica assente na observação participante, muitas são as valências epistémico-metodológicas que a este mesmo método ou técnica (a categorização é heterodoxa) têm sido reconhecidas, por parte dos múltiplos campos disciplinares que constituem as Ciências Sociais. Não fugimos a esta “tendência” de reconhecimento da bondade heurística da observação participante, e, reforçamos, aliás, que esta foi um instrumento de pesquisa concludente na “alfabetização” e prossecução das várias etapas metodológicas que estruturaram os nossos trabalhos empíricos no Gana.

Em termos práticos, e, em estreita comunhão com os preceitos requeridos pela *pesquisa de terreno*, o epicentro da acção metodológica da observação participante por nós desenvolvida no distrito de Ejisu-Juaben (localidades de Ejisu e de Juaben) e no distrito de Mampong (localidades de Mampong, Nsuta, Kwamang e Beposo), redonda nas premissas metodológicas avançadas por Howard Becker, que nos clarifica que:

the participant observer gathers data by participating in the daily life of the group he studies. He watches the people he is studying to see what situations they ordinarily meet and how they behave in them. He enters into conversation with some or all of the participants in these situations and discovers their interpretations of the events he has observed (Becker *apud* Burgess, 1984: 79).

Foi, dentro destes “contornos” metodológicos, que promovemos e conduzimos os “trabalhos” da nossa observação participante, com o deliberado intuito “prático” de frequentarmos diligentemente o maior número possível de locais públicos e privados dos contextos sociais acima enunciados, de estarmos presentes repetidas e metódicas vezes no maior número possível das actividades de todo o tipo que neles se desenvolvem, e a alavancarmos permanentes conversas (formais e informais) com as pessoas que àquelas localidades pertencem e que connosco interagem nas diárias rotinas das suas vidas (Costa, 1986: 137).<sup>143</sup> Todas estas *démarches* metodológicas, permitiram que a *observação participante* nos providenciasse a incontrastável possibilidade de integração pessoal, participação directa e observação *ad intra*, em “espaços” e “momentos-chave” tão múltiplos, tão sumptuosos e tão importantes do ponto de vista da “intimidade” social e política Asante, ou, de igual modo, do ponto de vista do protocolo institucional e político do Estado, que a

---

<sup>143</sup>As vantagens “mensuráveis” pelo cumprimento dos “postulados” metodológicos da observação participante, são, segundo Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt “por um lado, a apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem, por outro, a recolha de um material de análise não suscitado pelo investigador e, portanto, relativamente espontâneo, e, por último, a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos. É mais fácil mentir com a boca do que com o corpo” (1992:199).

rigorosa e precisa informação “capturada” nestas cerimónias sagrado-rituais e formais-governamentais, assumiu o valor de “ouro científico” na retificação ou validação de alguns “ângulos” teóricos da “construção” do nosso objecto de estudo.

Citemos, para ilustrar, alguns desses “momentos-chave” em que a nossa “vivência” social foi de uma experiência agudamente “imersiva” e prolífica: em cerimónias de tomada de posse dos cargos políticos da Assembleia Municipal de Kumase e da Assembleia Municipal de Mampong, em reuniões plenárias da Assembleia Municipal de Ejisu-Juaben, em cerimónias públicas de recepção do Presidente da República, de ministros (nacionais e regionais) e de altos-funcionários do Estado por parte do *Asantehene*, do seu séquito real e dos representantes do “aparelho” político do *Asanteman* no Manhyia Palace, nos actos públicos dos festivais *Odwira* (celebrado *nacionalmente* em Kumase, mas comemorado, também, em cada *amantoo*), *Akwasidae*, *Awukudae*, *Fofie*, *Yaa Asantewaa* (só celebrado em Ejisu-Juaben) e *Kontonkyi Adaekesie* (só celebrado em Mampong), nas actividades comunitárias dos dias tabú celebrados e respeitados em cada uma das localidades acima referidas (cada localidade tem o seu dia tabu, por exemplo, em Ejisu são os Domingos e, em Juaben são as Terças-feiras), em cerimónias de atribuição dos “nomes-calendário” às crianças Asante (cada criança Asante é baptizada com o nome do dia em que nasceu), em algumas sessões do Conselho Tradicional de Juaben, do Conselho Tradicional de Mampong e do Conselho Tradicional de Nsuta, entre tantos outros “momentos-chave”. Conseguimos, em síntese, através da característica diferencial da observação participante – a inserção do investigador no grupo social observado (Almeida & Pinto, 1995: 105) – a obtenção de intensivas e transversais informações sobre os comportamentos políticos (“construídos” ou “mecânicos”), discursos ideológicos (expressos ou tácitos) e acontecimentos simbólicos observáveis (conspícuos ou dissimulados) mas que, na maioria das vezes, passaram despercebidos à consciência (política) explícita dos agentes sociais que os perpetraram, mas que foi nossa incumbência teórico-metodológica, contextualizá-los, “traduzi-los” e interpretá-los à luz de um “olhar” e de uma “linguagem” com chancela de científica.

A todo este profícuo e, não raras vezes, “armadilhado” processo de “instalação” e execução da observação participante<sup>144</sup> na região administrativa Ashanti, anexámos o influxo metodológico, de outras técnicas (ou instrumentos, se quisermos) de pesquisa que, por vezes,

---

<sup>144</sup>Para João de Pina Cabral, o observador participante encontra-se sempre nos decursos dos seus trabalhos empíricos perante duas “armadilhas”: a primeira, é o perigo de cair na participação inobservante – com uma interiorização total dos interesses e ideais do grupo a estudar; a segunda, é o perigo de cair numa observação distante e fria que lhe impeça uma visão “em profundidade” do grupo social a estudar e provoque a reacção natural dos próprios membros da sociedade, que se recusarão sempre a ser estudados por alguém que não demonstre simpatia para com os seus ideais e interesses (1983: 332).

na formalidade de alguns discursos meta-metodológicos são tidas como menores ou insuficientes, mas que recolocadas em prática empírica informada e co-orientada e dispostas numa “plataforma” de parceria metodológica com outras técnicas de pesquisa, foram singulares potenciadoras na revelação e/ou expurgação de mensagens e “cachos” de mensagens codificadas ou espontâneas (chegando, por vezes a permitirem, uma nítida distinção entre o essencial e o pormenor, entre o significativo e o insignificante), que se viriam a revelar de estrutural importância na boa prossecução dos objectivos científicos impostos pelos nosso trabalho de campo. Estamos, naturalmente, a referir-nos à observação directa, ao registo quotidiano e metódico de conteúdos substantivos de natureza *varia* num “diário de campo” e, a promoção (sempre que foi possível) de contactos mais “empáticos” e, em decorrência, de conversas com uma matriz de diálogo firmada na “proximidade” circunstancial e na informalidade pessoal.

A observação directa (sistemática e continuada), em sentido estrito, foi, durante a nossa permanência em Ejisu-Juaben e em Mampong, a reclamada possibilidade de visualização, memorização e registo ( Beaud & Weber, 2003: 139) dos padrões, ou das variações destes, das maneiras de fazer, de estar e de dizer dos agentes sociais, das relações que estes mantêm com os “seus” objectos e símbolos, dos seus comportamentos sociais, das suas práticas políticas relacionais e das suas dinâmicas cosmológicas no momento em que as “factualidades” se produziram em si mesmo, sem a (inter)mediação de um documento ou da reconstituição a partir de declarações ou de testemunhos “tradutivos” de um “qualquer” agente social que àquelas comunidades pertençam. No entanto, para que este conjunto de técnicas de observação visual e auditiva, que não envolve interacções verbais específicas com o observador, se revista de heurística suficiente e rigorosa, é necessário que aquelas sejam servidas por tipologias de classificação (i.e., passem pelo “crivo” de um processo de identificação, de estruturação e de interpretação) bem disciplinadas, na medida em que o campo de observação do *real-concreto social* é infinitamente mesclado, extenso e sedutor (Postic & de Ketele, 1988: 112).

Com efeito, como nos faz lembrar António Firmino da Costa, as tipologias que escoram as observações devem ser heurísticas, sistemáticas e teoricamente fundamentadas. Para o citado autor, o primeiro e indispensável requisito é o de que as tipologias informem o olhar, possibilitando que, dentro do que seria sem elas um panorama indiferenciado, comecem a ganhar sentido distinções, obtendo-se assim informação categorizável e analisável. Outros requisitos são os de que o sistema de classificação seja exaustivo, não-equívoco nas distinções, e, tanto quanto possível, articulável a teorias do social cujo campo de incidência inclua o leque de “fenómenos” assim observados, classificados e validados (1986: 136). A prática empírica

das nossas observações “vadias” e “anónimas” confirma a validade científica destas mesmas fecundas “condições” da produção metodológica.

Exemplos, de sinal contrário, aconteceram connosco em Kumase: o primeiro exemplo, que ilustra a “cegueira” de uma observação não informada pela teoria, ocorreu aquando da celebração de um *Akwasidae*, em 2007, no qual “vimos” simples e literalmente sentados no “lugar de Estado”, o *Asantehene* e, ao seu lado esquerdo o Tamborete de Ouro. Poucos dias passados, após algumas conversas e de leituras mais selectivas, tivémos um confronto directo com o “estrabismo” científico do nosso “olhar”: em todas as cerimónias rituais ou de Estado (Asante) em que o Tamborete de Ouro esteja presente (este, é o símbolo máximo do poder político e cosmológico, pois encarna o *sunsum* de toda a nação Asante), ao seu lado direito senta-se sempre o *Asantehene*, enquanto *seu* terreno/vivo representante político directo e, enquanto depositário da sagrada e inalienável relação do mundo dos vivos com o mundo dos antepassados. O segundo exemplo, aconteceu em 2010, aquando de uma visita oficial do Presidente da República, John Atta Mills, à região Ashanti, e foi recebido no Manhyia Palace com honras de Estado, e reflecte o sintonizar teoricamente orientado do nosso “observar”, por permitir a captura *in situ* e *in vivo* da representação simbólica e política (e analítica) do desconforto e, conseqüente recusa expressa de John Atta Mills (um “não-Asante”, que é, por sua vez, de um grupo etnolinguístico historicamente subjugado pelos Asante: os Fante) se sentar por baixo do “guarda-sol real” (que simboliza o “lugar de Estado” Asante e o poder supremo do Otumfuo Osei Tutu II), de venerar a “espada de Estado”<sup>145</sup> e, de se sentar à esquerda do hierático Tamborete de Ouro.

A imersão numa realidade outra, que não a do investigador, dá origem a que se desenvolvam reflexões, estratégias, objectivos, intuições e reacções de profusa ordem, que dada a sua natureza pessoal e estritamente subjectiva (pelo menos no momento da sua concepção) foram sendo depositadas num “diário de campo”, que posteriormente, serviu como ponto de partida para que algumas das proposições teóricas, que ao longo das páginas seguintes serão apresentadas, tenham ganho valor heurístico, consistência argumentativa e legitimação empírica. Na perspectiva de Leonard Schatzman e Anselm Strauss (1973) e de Robert Burgess (1984), o “diário de campo” – ou “arquivo de ideias” da investigação empírica na expressão de Robert Burgess (*ibidem*) –, pode ser constituído por três categorias de notas a saber respectivamente: as notas de “observação” ou “substantivas”, as notas “teóricas” ou “analíticas” e, por último, as notas “metodológicas”.

---

<sup>145</sup>Em relação a este atributo/instrumento simbólico do poder efectivo do *Asantehene*, ver: (Dantzig, 1970; Bravman, 1968; Kyerematen, 1964).

No caso das notas de “observação” ou “substantivas”, os nossos escritos incidiram essencialmente no mapeamento descritivo (o mais detalhado possível) da organização administrativa, política, militar, jurídica e burocrática do Estado ganês e da Confederação de Estados Asante, com o propósito de caracterizarmos os mecanismos internos de hierarquia, gestão e regulação política e, as respectivas relações (observáveis) entre estas estruturas de poder e autoridade e, os seus agentes sociais (emanados daquelas estruturas políticas e da população “comum” em relação a estas) e, em decorrência, os seus respectivos comportamentos políticos (formais e informais). Na categoria das notas “teóricas” ou “analíticas”, a nossa preocupação centrou-se na produção de comentários, reflexões e balanços que recaíram, em primeiro lugar, na aferição do (bom) entrelaçamento entre as propostas teóricas avançadas e as dinâmicas empíricas recolhidas (i.e., se estávamos, ou não, a conseguir este fino entrelaçamento e, se não estávamos, onde, como e porquê é que havia “descosimento”, e, neste caso, arranjaríamos novas formas de “cozer” as duas “peças” da investigação); em segundo lugar, no escrutínio e (eventual) aprofundamento de linhas alternativas de caminho teórico (advindas, por exemplo, de “pistas” dadas pela observação directa ou pelos contactos e conversas informais), com o intento de controlarmos a heurística, ou no limite, a reconfiguração, da nossa hipótese de trabalho inicialmente traçada. As nossas notas “metodológicas”, de natureza mais objectivante, concentraram-se, por um lado, em considerações epistemológicas que incidiram sobre a própria escolha, aplicação e desempenho das técnicas de pesquisa accionadas para este trabalho de campo, por outro, numa auto-análise sobre os processos de integração, participação e de posicionamento da nossa própria identidade/papel social por nós assumido/desempenhado enquanto o “investigador” – o “outro” – o “estranho benigno”, ou, inclusivé, o de “Kofi Alex”, e, por último, em virtude de alguns “sobressaltos” empíricos que surgiram, no realinhamento das técnicas de pesquisa (por vezes, cada “terreno” ou circunstâncias destes, “pedem” uma determinada forma de observação ou inquirição) para posteriormente (re)adaptá-las da melhor forma possível e com a eficácia exigida, ao contexto empírico e às dinâmicas sociais a analisar.

Na medida em que a própria *pesquisa de terreno* é um processo social, sobre o social, não é negligenciável que tenhamos, no desempenho activo do papel social que o “terreno” nos atribuiu, demandado um interconhecimento de maior “permuta” pessoal (que correu também para uma maior abertura científica) com os agentes sociais das localidades em que estivémos inseridos durante a nossa observação participante. Estes contactos ou conversas informais, remeteram-nos para espaços de confiança e abertura, que se revelaram basilares “ferramentas” metodológicas de apreensão, de complemento, de confirmação ou de infirmação “não-oficial”, das matérias substantivas coletadas pelas “oficiais” técnicas de pesquisa por nós colocadas no

“terreno”. O singelo facto de acedermos positivamente a um convite para jantarmos/almocarmos em suas casas (casos de Claude Ewa, Kwabena Owusu-Aduomi e de Nana Kofi Senyah, entre outros), de participarmos nalgumas actividades de ONGs que operam naqueles terrenos (casos da GRCS, VFDI, SDP, CDP ou CRADA), de passarmos um fim-de-semana com as respectivas famílias e amigos (tal sucedeu com Daasebre Osei Bonsu II, Oguakro Afrane Okese IV, Okyerefu Otuo Serebour II e Adu Agyei Bonsafo III) ou irmos beber um copo de *asaana* (vinho fermentado a partir do milho) ou *akpeteshig* (bebida destilada a partir da cana de açúcar chamada de *local gin*) ao fim de uma tarde ou ao “serão” (prática recorrente de Nicholas Owusu, Joseph Addo e Joe Bediako Mensah) e, sem a “presença” incómoda de um gravador, sem a postura de “papel e caneta na mão”, sem a carga institucional do “gabinete” ou do “palácio” e sem as “amarras” de uma apresentação mais contida e formal (sem o “ar” de dr./investigador, sem a carga política do “Sr. ministro ou “Nana”), redundou na rara possibilidade de entre gargalhadas, brindes e estórias estabelecermos uma descomprometida (e, sublinhe-se, não isenta de “rasteiras” epistemológicas) fluidez de livres e espontâneas apreciações, avaliações e concepções sobre a (actual e passada) política no Gana, e, sobretudo, sobre o fenómeno do político na região Ashanti, cujo grande usufrutuário de todo este manancial informativo “*off the record*”, foi o nosso objecto de estudo.

Em traços largos, as entrevistas, são tidas por alguns autores, como “conversations with a purpose” (Burgess, 1984: 102), ou, ainda, enquanto ‘a professional conversation’ (Kvale, 1996: 5), que revelam toda a sua competência metodológica, quando integradas numa *pesquisa de terreno* em regime de complementariedade directa com outras técnicas de pesquisa (Beaud, 1996; Beaud & Weber, 2003). A entrevista semidirectiva – o modelo técnico requisitado para os trabalhos empíricos da presente investigação – intervém a meio “caminho” entre uma forma de “inquirição” na qual o quadro de referências é definido (formalmente) *à priori* e o informante privilegiado deve-se situar relativamente a este quadro, entrar nele, a fim de poder responder de forma correcta às pretensões científicas do investigador (entrevista directiva) e, entre uma forma de “inquirição” na qual a noção de ambiguidade é fundamental, porque é esta que permite ao informante privilegiado desenvolver o seu próprio raciocínio a propósito de um tema muito genérico, que não inclui qualquer quadro de referência particular (entrevista não directiva ou livre) (Ghiglione & Matalon, 2005: 84; Bernard, 2011: 156).

As entrevistas semidirectivas por nós aplicadas (e, não raras vezes, por imperativo teórico e epistemológico, reaplicadas) aos nossos informantes privilegiados com recurso a gravação com registo áudio – cumpridas a partir dos balizamentos requisitivos definidos por Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon (2005) – foram trabalhadas a partir de um mínimo “protocolo

de base”, ou, se quisermos, de uma grelha de temas (premeditada e conscientemente, bastante aberta e informal), composta por tópicos bastante “desimpedidos” (como por exemplo, a legitimidade “inicial” da Confederação de Estados Asante, os fundamentos da legitimidade do Estado colonial Britânico, as legitimações de “resistência” dos *omanhehe* Asante durante o período de governação do CPP ou as legitimidades “negociadas” com o “Estado” de John Rawlings, entre outras), a propósito das quais era imperativo receber uma informação aprofundada (ou, verificarmos, como muitas vezes foi o caso, a evolução de uma temática por nós já conhecida) por parte dos informantes privilegiados. Neste caso, os informantes privilegiados foram convidados a responder (em separados “momentos” temporais e tanto quanto possível) de forma exaustiva, pelas suas próprias palavras, com o seu próprio quadro de referência e, na ordem que lhes conviesse, a um conjunto de questões gerais (temas) caracterizadas pela sua (aparente) ambiguidade, às quais se podem (devem) acrescentar, no decurso deste “relação social” dialógica e permutativa, outras, de natureza também indirecta, suscitadas pelas circunstâncias descritivas e/ou analíticas (Lahire, 2012).<sup>146</sup>

Neste sentido, o nosso “esforço” metodológico redundou, “simplesmente” por reencaminhar, de um modo fluído e “vaporoso”, as entrevistas para os objectivos definidos pelo nosso trabalho, de cada vez que os informantes privilegiados deles se afastavam, e por colocarmos as perguntas (sub-temas) às quais os informantes privilegiados não chegavam por si próprios (ou se “perdiam” na narrativa), no momento mais oportuno e da forma mais natural possível (Quivy & Campenhoudt, 1992). A utilização deste técnica de pesquisa, revelou-se

---

<sup>146</sup>As entrevistas semidirectivas aplicadas neste trabalho, incidiram sobre informantes privilegiados que foram teórica e epistemologicamente organizados, metodologicamente validados e, em decorrência, agregados em três diferenciadas categorias sociopolíticas: 1) ESTRUTURA POLÍTICA ESTATAL: Sampson Kwaku Boafo (Ministro do MCC); Kwadwo Adu (Director do MCC-DC1); Claude Ewa (Director do MCC-DC2); Herbert Antor (Vice-Director do MLGRDE); Kofi Opoku Manu (Ministro para a AR); Samuel Okyere Kusi-Appiah (Director para a ARC); Samuel Sarpong (Presidente do KME); Nana Kofi Senyah (Presidente da KMA); Daniel Ohyeaman Appau (Presidente do MME); Joseph Addo (Presidente da MMA); Mohammed Boakye Agyemang (Presidente do EJM); Nicholas Owusu (Presidente da EJMA); Rexford Kwasi Abeyie (Deputado); Francis Addai-Nimoh (Deputado); Kwabena Owusu-Aduomi (Deputado); Joe Bediako Mensah (Membro do CPP); Anima Wilson (Membro do NDC); Esther Oduraa Ofei-Aboagye (Directora do ILGS); Theophilus Aidoo-Mensah (Presidente da NALAG); 2) ESTRUTURA POLÍTICA TRADICIONAL: Afua Kobi Serwaa Ampem II (*Asantehemaa*); Saaman Nantwi II (*Gyaasehene*); Baffour Awuah V (*Krontihene*); Agyekum Kusi II (*Oyokohene*); Achamfuor Kwame Akowua (*Akwamuhene*); Odenehu Gyapong Ababio II (Presidente da *NHC*); Odenehu Oduro Numapau II (Vice-Presidente da *ARHC*); Barima Offe Akwasi Okogyesuo II (*Kokofuhene*); Nana Susubiribi Krobea Asante (*Asokorehene*); Kwame Akuoko Sarpong (*Agogohene*); Frimpong Anokye Ababio II (*Agonahene*); Oguakro Afrane Okese IV (*Ejisuhene*); Okyerefuo Otuo Serebour II (*Juabenhene*); Daasebre Osei Bonsu II (*Mamponghene*); Adu Agyei Bonsafo III (*Nsutahene*); Barima Abeyie Ntori Nimpa II (*Kwamanghene*); Boamah Kwabi IV (*Beposohene*); 3) POPULAÇÃO/SOCIEDADE CIVIL: Kwabena Yeboah Frimpong (Agricultor); Kwaku Boatey Gyan (Proprietário de pequena serração); Kofi Opoku Nketiah (Funcionário administrativo do MM); Yaw Owusu Peparh (Comerciante); Osei Kwadwo Taahilu (Polícia); Atta Kwasi Yeboah (Agricultor); Kwasi Takyi Obeng (Empregado de empresa têxtil); Owusu Anane Antwi (Agricultor); Boateng Ernest Mpaesem (Bancário); Ebenezer Owusu Ntansah (Agricultor); Kwame Boamah Ntem (Funcionário judicial); Akosua Konadu Kyei (Enfermeira); Akua Boatemaa Ntansah (Vendedora ambulante); Obaa Yaa Oduro (Professora primária); Freda Frimpong Owusu (Agricultora); Irene Korkoi Odotei (Ex-Directora do IAS/UG); Albert Kanlisi Awedoba (Ex-Vice-Director do IAS/UG); Robert Addo-Fening (DH/UG); Bernard Guri Yangmaadome (Director-Executivo do CIKOD); Kojo Pumpuni Asante (Investigador Sénior do CDD); Joseph Akwasi Attah (Supervisor de Projectos da VFDI).

como a principal fonte de informação sobre determinados aspectos concretos e não directamente observáveis, como por exemplo, factos passados, ou se presentes, de âmbito estrutural, como as normas, os valores, os *habitus* (*verbi gratia*, as origens dos Tamboretas de cada localidade e, a simbólica política factual que estes ainda projectam e incorporam naquelas comunidades), os *status* sociais institucionalizados, ou a forma como é percebida/vivida um determinado fenómeno social (quem consideram, por exemplo, seus legítimos representantes políticos), e que proporcionou, mesmo que de forma epifenomenizada e não consciente, a possibilidade materializada de uma ligação de confiança, de colaboração (Poupart, 2012) e de uma empática aproximação entre o investigador e o que se predispõe ser “investigado” (Lalanda, 1998).

A análise documental, é, pelas palavras de Jacques Chaumier, “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (*apud* Bardin, 1979: 45). Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, sublinha Laurence Bardin, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (1979: 45). O propósito científico desta técnica de pesquisa é o armazenamento (condensado) sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao investigador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação categorizável, com o máximo de pertinência heurística e, em função dos seus objectivos científicos.

Deste modo, a análise documental, de fontes primárias e de fontes secundárias (Burgess, 1984: 123) que nos permitiu a “construção” das várias “peças” teóricas e empíricas que estruturam o presente trabalho, decorreu em diferentes momentos temporais, em distintos contextos espaciais e, obedeceu a um controlo epistemológico da credibilidade dos documentos e das informações que estes contêm, bem como a sua adequação às exigências metodológicas e aos focalizados objectivos do nosso trabalho de investigação. A análise documental, enquanto processo de classificação-indexação, por nós encetada em Lisboa, em particular, na Biblioteca Central de Estudos Africanos do ISCTE, recaiu, sobretudo, em fontes escritas de natureza secundária, as quais foram decisivas na pré-estruturação da nossa introdução (a estruturação final decorreu depois de recebidos alguns *outputs* emanados pelo “terreno”) e na estruturação (quase na íntegra) da parte um deste trabalho. Em termos genéricos, foi a partir da leitura, releitura e minuciosa análise dos diferentes (por vezes antagónicos) quadros e posicionamentos teóricos reflectidos por estas referências bibliográficas, que produzimos o amêgo científico do nosso enquadramento teórico (capítulo um), que procedemos à delimitação e à



operacionalização conceptual (capítulo dois), que fundamentámos os contornos da nossa matriz epistemológica (capítulo três) e determinámos os instrumentos e os procedimentos da nossa estratégia metodológica (capítulo quatro).

Por seu lado, em Acra, com o propósito científico de afunilarmos o nosso objecto de estudo e, de mapearmos com coordenadas mais precisas a nossa problemática e os objectivos que de antemão havíamos definido na Introdução do nosso trabalho, foi de capital importância a recensão e consulta de documentos de fontes secundárias, que estavam disponíveis em algumas instituições sediadas em Acra. De entre estas, podemos reportar o acervo documental existente na Balme Library–University of Ghana, no Institute of African Studies–UG, na School of Social Sciences–UG (departamentos de Sociologia, de História e de Ciência Política), nas (pequenas) bibliotecas do Ministry of Chieftaincy and Culture e do Ministry of Local Government, Rural Development and Environment, na documentação (muitas das vezes não computadorizada e, conseqüentemente, tida como “perdida” ou situada “algures”) existente na National Association of Local Authorities of Ghana, no Ghana Centre for Democratic Development, no Centre for Indigenous Knowledge and Organizational Development, na National Commission on Culture, no Institute of Local Government Studies, bem como, ainda, nas informativas e, por vezes, apaixonadas notícias dos jornais Daily Guide, The Ghanaian Times, Daily Graphic, The Mirror, Ghanaian Times, The Ghanaian Chronicle, The Herald, Ghana Web (online), Modern Ghana (online) e Vibe Ghana (online).

A documentação “primária” e “secundária” que deu “cobertura” científica aos capítulos constituinte da parte dois e da parte três deste trabalho, tiveram origem em heterogêneas instituições de Acra e Kumase. Na sua generalidade, a parte dois do presente trabalho (capítulos um, dois e três), colheu os benefícios científicos da recolha documental de material não estruturado (Vala, 1986: 107), que em Acra se focalizou nos National Archives of Ghana (antigos Public Records and Archives Administration Department, onde se encontram caoticamente depositados milhares de cartas, diários, manuscritos, fotografias, filmes, gravações áudio e vídeo, disquetes), no (riquíssimo) espólio existente na The Historical Society of Ghana, na (restritiva) Parliament of Ghana Library, na Greater Accra Regional House of Chiefs, na Balme Library–UG, no Institute of African Studies–UG, na School of Social Sciences–UG (departamentos de Sociologia, de História e Ciência Política), por sua vez, o enfoque de recolha documental para os citados capítulos, centralizou-se, em Kumase, na Kwame Nkrumah University (no departamento de História e Estudos Políticos e no Centre for Cultural and African Studies), na National House of Chiefs, e, em complemento (em particular,

para o capítulo quatro, dada a pertinência de “actualidade”), recorreu-se, para além destas “fontes” de documentação, à consulta e leitura diária dos jornais anteriormente referidos.

A parte três da nossa tese, para além de beneficiar das pesquisas documentais desenvolvidas em algumas das instituições acima citadas (casos dos National Archives of Ghana/Ashanti Regional Archives, da Balme Library–UG, do Institute of African Studies–UG, na The Historical Society of Ghana, e na National House of Chiefs, importantes na estruturação dos capítulos três e quatro), beneficiou, do acesso a documentação “primária” e “secundária” – acedemos a *documentos não solicitados*, segundo a expressão de Robert Burgess (1984: 124) – existente em instituições sediadas em Kumase, tais como a Ashanti Regional House of Chiefs, os Manhyia Archives, a “biblioteca” do Manhyia Palace Museum, a Otumfuo Osei Tutu II Charity Foundation, em alguma documentação avulsa “encontrada” nos Conselhos Tradicionais de Ejisu, Juaben, Mampong, Nsuta, Kwamang e Beposo, como em alguns documentos pessoais que nos foram directamente fornecidos pelos *amanhene* (a pesquisa documental nestas instituições, forneceu-nos um qualitativo “material” primário que se revelou inestimável na feitura dos capítulos um e dois). O capítulo cinco, pela reclamada necessidade científica de se escrever analiticamente sobre a conjuntura do “presente imediato”, (para além de ter colhido dos proveitos das entrevistas aplicadas), “bebeu” muito, dos múltiplos, quotidianos e “auscultativos” conteúdos informativos publicados nos jornais supracitados.

A análise de conteúdo não é uma técnica de pesquisa empírica, é, antes, uma técnica de tratamento da informação empírica (Vala, 1986: 104). Nesta técnica de passagem da descrição à interpretação, o material sujeito à análise de conteúdo é, segundo a concepção de Jorge Vala, concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao investigador construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção (1986: 104). Trata-se, ainda, segundo o autor, da desmontagem de um discurso – ou de análise das comunicações (Bardin, 1979: 31) – e da produção de um novo discurso através de um processo de localização–atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção dos discursos a analisar e as condições de produção da análise (1986: 104).

Neste sentido, as operações lógicas (inferências) realizadas aos documentos não estruturados por nós recolhidos e aos registos de respostas (semi)abertas das entrevistas que aplicámos, foram produzidas segundo uma matriz de análise qualitativa e, sob os auspícios de uma análise de conteúdo temática (Bardin, 1979: 105; Ghiglione & Matalon, 2005: 211). Na verdade, o tema, na concepção avançada por Laurence Bardin, é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria

(entenda-se: à problemática, aos conceitos e aos objectivos do nosso trabalho) que serve de guia à leitura e conduz o “olhar” à interpretação (1979: 105). Com efeito, fazer uma análise de conteúdo temática, consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar “alguma coisa” para os objectivos científico-analíticos previamente definidos.

Deste modo, o tema, enquanto unidade de registo (citamos, para ilustrar, alguns exemplos do nosso trabalho: Estado ganês, *paramount chiefs* Asante, legitimações, legitimidades e configurações relacionais), correspondeu a uma regra de “recorte” (do sentido e não da forma) sequencialmente fornecida, que permitiu – após o processo de pré-análise, exploração e codificação do material recolhido e a sua interpretação – a apreensão das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências, ideologias, processos de socialização e estratégias (políticas, ou de outra natureza), “irradiadas” pelos agentes sociais e, pelas estruturas políticas, que “emergem” das unidades sócioterritoriais onde desenvolvemos a nossa *pesquisa de terreno*. Como nota última digna de registo a este propósito, importa salientar que em termos de análise de conteúdo temática, os documentos e as entrevistas foram, como acima referenciámos, percebidas enquanto “resultado de uma rede complexa de condições de produção” (Vala, 1986: 104), pelo que, sempre que possível, procurou-se encontrar relações de causalidade entre a “natureza” dos documentos e informantes privilegiados e as constatações/afirmações por estes avançadas, o que permitiu, por exemplo, distinguir claramente um pronunciado e reprodutivo “discurso Asante/tradicional”, de um outro, não menos ideológico, mas muito mais cauteloso e reticente, categorizável como “discurso não Asante/não tradicional”, no limite, se quisermos, de “moderno”.

Em jeito de final de capítulo, diremos que o contacto *in situ* e *in vivo* com os “terrenos” de Ejisu-Juaben e Mampong, foi a possibilidade de “grasp the native’s point of view, his relation to life, to realize *his* vision of *his* world” (Malinowski, 1992: 25) e, a partir dos quais, apreendemos as lógicas das suas dinâmicas sociais, os fundamentos das suas representações políticas, as práticas dos seus valores cosmológicos e os princípios dos seus referentes ideológicos, no fundo, foi a “produção” de uma análise que se pretendeu intensiva, heurística e objectivada sobre como consideram que a vida social, política e simbólica deveria ser (baseada no que já foi), sobre como esperam que ela seja e, sobre “como a vêem efectivamente ser” (Redfield, 1960: 61), segundo o nosso “ponto de vista”, informado pela teoria, vigiado pela epistemologia e verificado pela empiria.<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup>Acerca dos processos sociais e relações de “terreno” (as questões relativas à identidade e papéis do investigador, à familiarização e distanciamento e às dimensões éticas e políticas da *pesquisa de terreno*), ver: (Costa: 1986).

---

Salientemos, ainda e, por último, que todo este dinâmico, “ondulante” e “astuto” percurso teórico, empírico, metodológico e epistemológico, traduziu-se num conjunto de estruturantes reflexões que nos permitiram assentar que, na sua larga maioria, as questões teóricas e alguns dos problemas “práticos” encontrados na investigação em África, são partilhados por todas as investigações em Ciências Sociais, independentemente da realidade particular em estudo. As regras científicas são as mesmas, e dessas, uma “meia dúzia” não pode, sob qualquer pretexto, ser descurada: 1) não pode haver investigação sem prévia formulação do(s) problema(s) de investigação e isto pela razão simples que todas as etapas de todas as investigações estão subordinadas ao interesse do problema e ao esclarecimento, nas melhores condições científicas, do problema; 2) os problemas das Ciências Sociais não são a (simples) transposição expedita de problemas sociais existentes na realidade social, são apenas, imperiosamente, construções feitas a partir de representações abstratas de problemas existentes no *real-concreto social*; 3) as investigações constroem-se tendo em linha de conta o que se conhece e têm em conta, indiscutivelmente, a “moda” prevalecente a cada momento (um bom tema de investigação, para além de pertinência científica, tem de corresponder à procura do “mercado científico”); 4) nenhuma investigação pode realizar-se sem o conhecimento científico produzido anteriormente sobre o tema a investigar; 5) finalmente, nenhuma investigação pode ter a pretensão de que revolucionará o conhecimento. O processo de conhecimento científico é um processo gradual cumulativo de contribuições parcelares ao longo dos tempos. Ver: (Nunes, 1987; Almeida & Pinto, 1986). Para a leitura de uma outra perspectiva de construção do conhecimento científico (que não se opera de modo linear e evolutivo, mas antes, através de revoluções científicas), ver o trabalho de: (Kuhn: 1970).

**PARTE II |**  
**DAS (RE)CONSTRUÇÕES DO ESTADO À RESILIÊNCIA DOS**  
***PARAMOUNT CHIEFS* NO GANA: AS TRAJECTÓRIAS**  
**RELACIONAIS DE UM PROCESSO HISTÓRICO, POLÍTICO,**  
**NORMATIVO E SOCIAL**



“CHIEFS AND WHAT THEY SYMBOLIZE IN OUR  
SOCIETY ARE SO VITAL THAT THE SUBJECT OF ITS  
POSITION MUST BE APPROACHED WITH CAUTION”.  
Coussey Report *apud* Kwame Arhin  
(2001:17).

“THE CHIEFS WOULD RUN AWAY AND LEAVE THEIR  
SANDALS BEHIND”.  
Kwame Nkrumah (1957: 120).

“THE INSTITUTION OF CHIEFTAINCY, TOGETHER WITH ITS  
TRADITIONAL COUNCILS AS ESTABLISHED BY CUSTOMARY  
LAW AND USAGE, IS HEREBY GUARANTEED”.  
Republic of Ghana (1992: Cap. 22, art°. 270:1).





## CAPÍTULO 1 | *PARAMOUNT CHIEFS* E (RE)PRODUÇÃO DO POLÍTICO EM CONTEXTO PRÉ-COLONIAL NA COLÓNIA DA COSTA DO OURO

### 1.1 | FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EM CONTEXTO PRÉ-COLONIAL: ENTRE O CLÃ E O ESTADO

No Gana, em “tempos” pré-coloniais, coexistia um vastíssimo complexo de formas de organização política, que compreendia uma heterogeneidade política que oscilava entre as sociedades políticas “segmentárias” e as sociedades políticas “estatais”, as quais diferiam entre si, pela “compleição” da sua extensão territorial, das suas estruturas de filiação e parentesco, dos seus organogramas de governação e gestão política, da sua morfologia social, dos seus modelos de produção económica, dos seus aparatos burocráticos e administrativos, e, também, dos procedimentos rituais e das referências cosmológicas que mantinham com o mundo dos antepassados (Boahen, 1975; Kimble, 1963).<sup>148</sup> Ou seja, de acordo com o sinóptico e categorizador “arrolamento” político que nos é proposto por Daryll Forde, estas formas de organização política poderão ser sumariamente descritas do seguinte modo:

first, there were the small-scale, politically autonomous local communities, whose social world was to be numbered in hundreds. Their isolation was progressively broken down in colonial times. Secondly, there were dispersed tribal societies, without any central organs of government, where a large number of local communities, often extending over a considerable area, were linked to another traditions of kinship and related religious dogmas and social exchanges supporting the moral values of kinship. This was characteristic of some parts of the Northern Territories. Thirdly, the archaic State system – a politically centralized State, subject to the authority of the Chief – was to be found in various forms among the Akan peoples, notably the Ashantis, and also the Dagombas and others to the north (1953: 473).

Em conformidade com uma arrogada postura de “benefício” ou, se preferirmos, de “eficiência” heurística, referimos que neste capítulo centraremos o nosso enfoque expositivo em torno das sociedades políticas “estatais” que maior relevo político, territorial e/ou simbólico “reivindicaram” na História política do Gana pré-colonial.<sup>149</sup> Assim, com o intento científico de obtermos um acurado enquadramento descritivo destas formas de organização política,

---

<sup>148</sup>Neste ponto, gostaríamos de fazer um pequeno apontamento distintivo que pode levar a alguma confusão histórica e política: quando falamos de Gana pré-colonial, estamos a referir-nos aos territórios da designada Costa do Ouro e, não ao antigo “império” do Gana que ocupou, entre (aproximadamente) o século sete e (aproximadamente) o século treze, os actuais territórios a Sudeste da Mauritânia e a Oeste do Mali. Em relação a este último, ver: (Levtzion, 1973; Patricia & Fredrick McKissack, 1994).

<sup>149</sup>O fundamento justificativo desta “postura” de selecção assenta no facto de, por um lado, dada a extensa policefalia e pulverização das ditas sociedades políticas “segmentárias” existentes no Gana pré-colonial, e por estas, na integralidade dos casos, se terem enquadrado ou terem sido “absorvidas” pelos Estados “primitivos” que iremos descrever e, por outro lado, por a forma de organização política que iremos centrar a nossa análise ser o “Estado” Asante, pensamos ser analiticamente pertinente, assumirmos apenas a detalhada descrição das sociedades políticas “estatais”, que com aquele revelam algumas semelhanças ao nível das estruturas e dinâmicas políticas e, ainda, que com aquele se relacionaram do ponto de vista político, diplomático e/ou militar.

assentámos colocar à disposição deste capítulo as seguintes indagações: como se designavam do ponto de vista etnolinguístico? Quais as coordenadas da sua “geografia” política? Quais são as circunstâncias históricas da sua etnogénese política? A história política do Gana pré-colonial é, na sua mais íntima e realística essência diacrónica, a história política da ascensão militar e declínio territorial de um dilatado compósito de primigénias e, nalguns casos, proeminentes sociedades políticas “estatais”. O parâmetro linguístico, é o critério primeiro a ser convocado pelos mais distintos estudiosos deste período histórico do Gana, para a analítica “diferenciação” que estabelecem entre aquelas centralizadas formas de organização política (Ward, 1966; Fage, 1959; Amenumey, 2008). Neste sentido, e de acordo com a proposta de análise etnolinguística de Albert Boahen:

linguistically, the people of Gana are composed of two principal sub-families. These are the Gur and the Kwa groups of languages found to the north and south of the river Volta respectively. The Kwa group, is further divided into the Akan, the Ga-Adangbe and the Ewe sub-groups. Among the Akan-speaking there are: Asante, Fante, Ahanta, Guan, Bono, Akyem, Akwamu, Kwahu, Akuapem, Sefwi and Nzema. Among the Ga-Adangbe, are the Ga, Shai, Ada and the Krobo. The Ewe constitute a single linguistic group. To the area north of the Volta are the Gur languages. This group is subdivided into three, namely, Gurma, Grusi and Mole-Dagbani. The largest of these groups, the Mole-Dagbani, is further made up of the following peoples: Nanumba, Dagomba, Mamprusi, Gonja, Wala, Bruilsa, Frafra, Talensi and Kusasi (1975: 1-2).<sup>150</sup>

De entre estes grupos etnolinguísticos, “brotaram” alguns dos mais antigos, poderosos e perduráveis “Estados” pré-coloniais ganeses, cuja importância territorial e influência política se estende até aos dias de hoje.<sup>151</sup> Nesta sequência descritiva, convoquemos para o nosso texto, algumas dessas “clássicas” formas de organização política. Sublinhamos, desta forma, que as primeiras sociedades políticas “estatais” a serem “erigidas” no Gana pré-colonial, de entre as quais destacamos os “Estados” de Mamprusi, Dagomba, Nanumba e de Mossi, situavam-se no designado Protectorado Britânico dos Territórios do Norte, e projectavam a “jurisdição” da sua hegemonia política no espaço geográfico das savanas do Norte, que se estendia entre o rio Volta Preto, a Sul, e, os rios Volta Vermelho e Volta Branco, a Norte (Skinner, 1964; Levtzion, 1968; Wilks, 1971).

---

<sup>150</sup>Para uma compreensão mais detalhada das diferenças etnolinguísticas dos grupos sóciopolíticos acima enunciados, ver: (Painter, 1966a; Mauny, 1954; Fage, 1961; Addo-Fening, 1988).

<sup>151</sup>O mapa dos “Estados” tradicionais existentes na Costa do Ouro, em 1946, revela a existência de cento e oito “Estados”, dos quais treze localizavam-se no Protectorado Britânico dos Territórios do Norte, vinte e quatro na Colónia Britânica dos Ashanti e, cerca de setenta e quatro, na Colónia Britânica da Costa do Ouro (Boahen, 1975: 7). Com efeito, o citado autor robustece a magnitude política de alguns destes “Estados”, ao salientar que “the principal northern states of Dagomba, Mamprusi, Nanumba, Gonja and Wa, the Asante states of Adansi, Mampon, Kumawu, Edweso, Ofinso, Tekyiman, Domaa, Gyaamar, Dwaben, Nsuta, and Kumasi all of which then formed the Asante Confederacy, and the southern states of Akyem, Sefwi, Wassa, Komenda, Agafo, Nkusukum, Ekumfi, Gomoa, Akuapem, Ga, Grobo, and the Ewe states of Asogli, Anlo, Ho and Peki were all in existence” (Boahen, 1975: 7).

Neste contexto histórico, sublinhamos que a data da etnogénese dos “Estados” de Mamprusi, de Dagomba, de Mossi e de Nanumba, de acordo com algumas fontes históricas escritas e fontes históricas orais, está oscilantemente “fixada” entre o primeiro quartel do século XI e os finais do século XIV (Rattray, 1932a, 1932b; Boahen, 1975; Ward, 1967). Para John Fage, estes antigos “Estados” do Gana pré-colonial, que partilhavam fundacionais laços clânicos, linguísticos, religiosos, políticos e territoriais, apresentam como ponto geográfico das suas (prováveis) vagas emigratórias preludiais, a região compreendida entre a mercantil “Hausalândia” e o rio Chade, num “momento” histórico que se “conjectura” estar intimamente relacionado com as pressões comerciais, económicas, militares e territoriais consequentes de um longo processo histórico de formação, ascensão e consolidação política dos preeminentes “Estados” Hausa do Norte da Nigéria e, do sudeste do Níger (1959: 22).<sup>152</sup> Registemos, ainda, nesta nossa “incursão” descritiva pelos “Estados” do Norte, a existência de uma sociedade política “estatal” não tão antiga quanto as anteriores, mas igualmente importante do ponto de vista político quanto as precedentes: o “Estado” de Gonja (Braimah, 1972; Jones, 1962; Daaku, 1969). A história política deste influente “Estado” do Norte, é-nos sumariamente narrada por Albert Boahen, ao sobrelevar o facto de que:

the founders of Gonja were also an invading group originating from the area of the Niger bend, where the earlier empires of Mali and Shonghai existed. It seems clear that Gonja was not founded until the second half of the sixteenth century. In the seventeenth century, particularly under the most famous of its kings, Lata or Ndewura Jakpa of Gonja (1623-4-1666-7), the kingdom extended its sway not only in the area of the confluence of the White and Black Volta, but further eastwards as far as the borders of Nanumba, thereby pushing the Dagomba further north and east. Indeed, it was as a result of the pressure being exerted on them by the Gonja that the Dagomba moved their ancient capital from Yendi-Dabari in western Dagomba to the present site of Yendi in eastern Dagomba (1975: 10).<sup>153</sup>

A Sul destes islamizados “Estados” do Norte, na área geográfica correspondente à Colónia Britânica dos Ashanti, localizavam-se os “Estados” Akan (Accanny, Akanny ou Acanij), ou, ainda como eram designados, os centralizados e comerciantes “Estados” da floresta (Van Dantzig, 1980).<sup>154</sup> De entre os “Estados” que emergiram, ocuparam e dominaram esta

---

<sup>152</sup>De acordo com Albert Boahen “these invaders came into northern Ghana from the east (probably Hausaland) or north-east under the leadership of a chief called Tohajiye, the Red Hunter, and settled first in Gambaga or Nalerigu where they easily established political sway over the indigenous stateless peoples and thus founded the state of Mamprusi. Quarrels over succession among the sons of the late Chief Na Gbewa or Na Bawa of Mamprusi led to the migration of some of these sons, one of whom, Sitobu, founded Dagomba, while the second, Ngomantambu, founded Nanumba south of Dagomba. It would appear from this evidence, which has been confirmed by linguistic and other ethnographic data, that the founders of the northern centralised states of Mamprusi, Dagomba, Nanumba, Wa, as well as those Mossi states, all belonged to the same group” (1975: 9). Em relação à história política destes “Estados” do Norte, ver ainda: (Ward, 1967; Ferguson & Wilks, 1970).

<sup>153</sup>Para uma aprofundada compreensão das causas e das consequências políticas das vagas emigratórias dos Gonja, ver: (Fage, 1959). Com o intuito científico de adentrar sobre as tradições de origem dos Gonja, ver: (Boahen, 1966).

<sup>154</sup>Existe uma minuciosa descrição do papel comercial dos Accanny/Akanny ou Acanij pelo agente holandês Johan Valckenburg que deve ser aqui citada: “the Accanists are the shrewdest nation of all those who abut in the

extensa mancha territorial, citemos, pela sua simbólica histórica, eminência política e domínio territorial, as aflorantes sociedade políticas “estatais” de Adanse e Denkyira. Sublinhemos, enquanto nota preambular, que pese embora o facto de estas sociedades políticas “estatais” serem portadoras de um traçado histórico autónomo, a descrição e análise dos seus mitos de fundação, das suas estruturas políticas e administrativas, dos seus referentes cosmogónicos e dos seus esbatimentos territoriais, não deixam de interceptar e de ser interceptadas por uma história política “maior” que é transversal a todos os “Estados” Akan.

Neste sentido, destacamos que a importância política e simbólica que reveste a sociedade política “estatal” Adanse, assenta na pressuposto histórico de esta ter sido, segundo algumas tradições orais Akan e, de acordo com algumas fontes históricas escritas, o primeiro dos cinco principais “Estados” Akan a ser formado (os outros são, por ordem de senioridade: Akyem, Assin, Denkyira e Asante), simbolizando, deste modo “the first seat of the Akan nation, there God, according to tradition, first began the creation of the world (Reindorf, 1988: 48; Hayford, 1903). Em conformidade com a pesquisa histórica de alguns autores, este mesmo “Estado” de Adanse, que terá sido fundado em meados do século XVI, foi edificado em Adansemanso (a capital), por Ewurade Basa, a quem a divindade Ntoa deu a sumativa e sagrada espada do poder material e espiritual (*Afena Kwa*) (Daaku, 1969; Boaten, 1971). No entanto, esta diplomática sociedade política “estatal” que havia sido a precursora e a instituidora de muitas das práticas, das dinâmicas e das instituições políticas adoptadas por muitos outros “Estados” Akan, começa, na segunda metade do século XVI, a esmorecer o seu domínio político e territorial, acabando por sucumbir definitivamente, em 1660, pela força das armas de um novo e poderoso “Estado” que a conquistou e tornou sua vassala: o “Estado” de Denkyira (Ward, 1967; Kumah, 1966).<sup>155</sup>

Com efeito, fundado pelo clã Agona, o poderoso “Estado” de Denkyira, principia a sua belígera caminhada pela hegemonia política e territorial, por volta da década de 1620, sob o comando militar do seu “timoneiro” político, Mumunumfi, que viria a ser o seu primeiro *Denkyirahene* (Boahen, 1966). Não obstante o sucesso bélico granjeado por Mumununfi, seria

---

Gold Coast being the occupiers of a district which can be visited in three or four days from the coast. These people, then are those who, already for many years have annexed the trade along the coast from the Castle De Mina as far as Coromantyn, and are able to thwart their neighbours out of it; so that one trades with no one but them, either at the Mina, Cabo Cors, Congh, Moure, Nnemabo, Achin, or Cormantyn, whereby ‘het, met hun niest en beter is omte gaen’ (it is wise to be on their better side)” (*apud* Boahen, 1966b: 62).

<sup>155</sup>Em conformidade com Divine Amenumey, as razões primeiras do declínio político do “Estado” de Adanse, centram-se em torno da “presence of many European trading companies, Dutch, British, French, etc., and their competition for trade affected the local political situation. Initially, the Europeans demanded gold and ivory in return for the goods they imported to the coast, but later they began to demand slaves. They also began to import firearms, namely, guns and gunpowder which they sold to people or states that could pay for them. A state like Adansi, which survived by the peaceful acceptance of its rule and not by force, found it difficult to withstand the changes caused by the impact of European economic practices and demands on the social and political organisation of the peoples of the Gold Coast” (2008: 29).

sob a égide política dos seus perseverantes, intimoratos e subsequentes *Denkyirahene*, Boa Amponsem I (1670-1690) e Ntim Gyakari (1690-1701), que as reclamadas pretensões de expansão territorial e as reivindicadas ambições de controlo económico e comercial viriam a ser cumpridas e, diríamos mesmo, a atingir o pináculo político, económico e territorial que jamais algum “Estado” Akan havia conseguido alcançar (Daaku, 1970a).<sup>156</sup>

De facto, no último quartel do século XVII, como ficou perceptível nos escritos de William Bosman [1702], Denkyira tinha-se tornado num “Estado” tão prestigiado, tão poderoso e tão abastado, que dominava sem qualquer impedimento político ou militar, as imediações territoriais das bacias dos rios Ofin (a Norte), Oda (a Este) e Pra (a Sul). William Bosman deixou-nos a sua sintética descrição do “poderio” político de Denkyira, na última década do século XVII, ao salientar que:

this country, formerly restricted to a small compass of land and containing but an inconsiderable number of inhabitants, is by their valour so improved in power that they are respected and honoured by all their neighbouring nations, all they have taught to fear them except Ashanti and Akim who are yet stronger (*apud* Reindorf, 1966: 49).

Seria, na sequência do confronto directo das pretensões políticas e das aspirações económicas e territoriais que opuseram o consolidado “Estado” de Denkyira e a emergente Confederação de “Estados” Asante que, em 1701, estes últimos derrotariam militarmente o primeiro e, o tornassem (mais) um desvigorado e tributário “Estado” Akan, ao “serviço” político da armígera “máquina” burocrática Asante (Ward, 1967).

No extremo Sul do Gana, nos territórios pertencentes à Colónia Britânica da Costa do Ouro, dois casos particulares de sociedades políticas “estatais” merecem a nossa atenção descritiva: os “Estados” Fante e os “Estados” Ewe.<sup>157</sup> Em função das informações “extraídas” de algumas fontes históricas orais Fante, afere-se, com alguma contingência histórica, que os Fante viviam nos primórdios da sua existência territorial, em Takyiman, na região Norte de

---

<sup>156</sup>Com efeito, segundo Kwame Daaku “at the height of its power, Denkyira, under Boa Amponsem, controlled not only the sources of gold, but all the trade paths that led to the Europeans establishments dotted between Half Assine and Anomabo. All the European companies endeavoured to attract from Denkyira to transact business with them to the exclusion of their rivals. It was with this in view that between 1680 and 1694, Abankeseso, the Denkyira capital, became the resort of messengers from the European companies. Nor did the King remain an inactive participant in the trade. To safeguard his interests and those of its nationals, he appointed his trade consul to the coast” (1970: 6). Acerca dos produtos, dos “operadores” e das relações comerciais estabelecidas na Costa do Ouro, nos séculos XVII e XVIII, ver: (Daaku, 1970b).

<sup>157</sup>Estes dois grupos etnolinguísticos, revelaram, por razões várias, uma incapacidade histórica e política em “construírem” um perdurável “Estado” ou uma estável Confederação de “Estados” que aglomerasse sob o comando político de um único soberano, a policefalia de “Estados” que dentro da sua “geografia” política se iam edificando. Sobre a breve “experiência” confererativa Fante (1868-1874), ver: (Hayford, 1903; Kimble, 1963; Arhin, 1966).

Brong Ahafo (Sarbah, 1904; Amenumey, 2008; Flight, 1970).<sup>158</sup> Terá sido, segundo alguns relatos históricos escritos, por volta dos finais do século XV, que esta “onda” migratória iniciou o seu percurso rumo ao Sul, sob a orientação política e militar de três históricos sacerdotes-guerreiros: Obunumankoma, Odapagyan e Oson (Cruickshank, 1966). Os segmentos clânicos que promoveram e integraram este preambular êxodo populacional, fundaram, a cerca de 50 milhas da costa, a “cidade-Estado” de Mankessim e, todo um conjunto de outros pequenos “Estados” autónomos com arreigadas pretensões políticas, económicas e territoriais (Nkusukum, Ekumfi, Esikuma, A beadzi, Abora, Ayan Maim e Gomoa), que no terceiro quartel do século XIX, viriam a formar a efémera e diplomática Confederação de “Estados” Fante (Ward, 1964; Yarak, 2003; Brookman-Amissah, 1972). Com efeito, e não obstante o seu incremento militar e comercial lhes ter permitido emular na região Sul da Costa do Ouro o “traçado” político que os Asante haviam executado a Norte, as invariantes políticas que gravaram a história do declínio dos “Estados” Fante assentam, na perspectiva de Alfred Ellis, no fundamento político (entre outros) de estes terem uma

ungovernable conduct, which constantly kept the country in a turmoil. To the north-west of Fanti proper was the kingdom of Arbra, which was considered the leading state of Fanti; and to the north was the kingdom of Essikuma, which, though to some extent influenced by Fanti, still preserved a species of independence. Besides the King of Arbra, there was a King at Mankessim, and another at Anamabo, while several chiefs claimed to rule their own districts independently of all three (1971: 108-109).

As dinâmicas históricas do grupo etnolinguístico Ewe, remetem-nos para complexos processos de migrações forçadas, de fragmentações políticas e de estratégicas alianças intra/inter-étnicas (Ward, 1967; Kludze, 2000). Conforme as tradições orais Ewe, a primeira vaga migratória a ser empreendida por alguns dos seus segmentos clânicos, ocorre em data indefinível e, é diligenciada a partir de uma região designada por Ketu, localizada no delta do rio Níger, para a área geográfica da cidade de Notsie, situada na “Togolândia” francesa (Aduamah, 1966; Fage, 1959; Awoonor, 1990). No entanto, e após alguns anos de coabitação política pacífica fomentada pelo indulgente rei de Notsie, Adela Atogble, o seu filho e sucessor político, Agokoli, inicia, nos derradeiros anos do século XVII, uma incompaciente, persecutória e despótica governação política, cujas repercursões sociais imediatas se traduziram na inevitável “necessidade” de os primários clãs Ewe (Anlo, Peki, Ho, Asogli, Mina e Tongu) iniciarem um novo e massivo processo migratório (Amenumey, 1969, 1986; Ellis, 1890). Nestas circunstâncias históricas, o espargimento geográfico foi assumido como uma estratégia

---

<sup>158</sup>Em oposição a esta “versão” histórica dos factos, ver a “leitura” histórica da origem geográfica dos Fante proposta por Albert Boahen (1975).

política de sobrevivência clânica e, neste sentido, e de acordo com a “óptica” histórica de William Ward,

they divided into three main groups, a northern, a middle, and a southern group. The northern group (the Peki) seem to have marched north-west from Notsie, and have arrived at the hills near Palime; from this point they spread north and south into the hill country and occupied the long valleys. The middle group, turned to the left and settled at the foot of the range and on the groups of kopjes near Ho. The southern group matched in two divisions. Wenya's party came to Atiteti on the north shore of the great Keta lagoon. Sri's party continued its march on the north of the lagoon and colonized the area between the lagoon and the Volta. Eventually, Sri and Wenya joined forces again and established the strong maritime state of Awuna or Anlo (1967: 135-136).

A sedentarização territorial destes segmentos clânicos Ewe, foi apenas o início de uma história política que transcreveu os parâmetros políticos de uma estratégica (mas temporalmente balizada) aliança com o poderoso “Estado” Akan de Akwamu, que delineou as motivações comerciais das rivalidades territoriais com o “Estados” vizinhos de Ada, Acra e Agave, e que espelhou as repercursões políticas e económicas de uma intrépida resistência armada que resultou, posteriormente, numa vaticinada invasão militar por parte dos Dinamarqueses e, de uma outra eminente “força” endógena, os Asante (Johnson, 1965).

## **1.2 | DO GOVERNO POLÍTICO: ENTRE A ORGANIZAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DO “LUGAR POLÍTICO”**

O conteúdo descritivo do presente capítulo coloca-se ao serviço das inquietudes analíticas que foram promovidas pelas seguintes interrogações: como se organizavam do ponto de vista político, as supra apontadas formas de organização política existentes no Gana pré-colonial? Mais: quais eram os matriciais fundamentos do “lugar político” nestas sociedades políticas “estatais”? O denominador (político) máximo comum de todas estas sociedades políticas “estatais” emergentes e dominantes no Gana pré-colonial, é terem “produzido” (e “reproduzido”) sistemas sóciopolíticos piramidais, que se estruturavam em torno de um modelo de governação política assente nos princípios ideológicos, militares, burocráticos e simbólicos da hierarquia administrativa e da centralização política, tão características dos “mundos” políticos Akan (Valsecchi & Viti, 1999).<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup>Na esmagadora maioria dos casos, quer tenha sido em consequência da assimilação política e cultural ou, quer tenha sido por puro pragmatismo de controlo político ou, ainda, por impreteríveis necessidades de expansão ou defesa militar, as sociedades políticas “estatais” (no caso: Mamprusi, Dagomba, Nanumba, Mossi, Gonja e Ewe), que “entraram” em contacto político directo com os diversos “Estados” Akan (Asante, Denkyira, Akwamu, Adanse, Akyem e Fante), acabaram por adoptar e readaptar às suas realidades e dinâmicas político-culturais, as centralizadas estruturas políticas, administrativas e militares destes predominantes e representativos “Estados” do Gana pré-colonial. Ver: (Rattray, 1932b; Kludze, 2000).

Com efeito, os “Estados” de Mamprusi, Dagomba, Nanumba, Mossi, Gonja, Adanse, Denkyira, Fante e Ewe dispunham, no topo do seu vértice político, de uma “cabeça” política visível que era, simultânea e reconhecidamente, a autoridade política primeira (e máxima) responsável pela governação de toda uma estrutura política e constitucional, pela administração de todo um aparelho burocrático e administrativo, pela coordenação de toda uma permanente máquina militar e, pela representação de todo um “sistema” simbólico-sagrado, que (já) reflectiam no seu todo orgânico, uma tangível complexidade (entenda-se: diferenciação e/ou estratificação) funcional, estatutária e institucional. Nesta medida, sublinhemos que os “Estados” de Mamprusi, Dagomba, Nanumba e Mossi, organizados em torno de um modelo político de matriz monárquica, edificaram equivalentes instituições políticas, procedimentos administrativo-territoriais e composições militares<sup>160</sup>, cuja posição política cimeira era ocupada, segundo a minudenciada descrição histórica de Robert Rattray, pelo:

the *Na*: This title, is used throughout the Northern Territories to designate the Territorial or Secular Rulers as opposed to the old-time spiritual leaders - the *Ten'dama*. The word is used in a wide sense, embracing as it does all grades of these secular Chiefs from the head of a few mud compounds to the King of the Native State. Etiquette, however, demands that the title of *Na* be dropped by the lesser chief in the presence or within the immediate jurisdiction of his superior. In such cases the former is referred to as merely ‘owner of such and such town’ (-*dana*). In the present context, however, when the word *Na* is used, it is to the head-Chief of the country that reference is made, unless the contrary is stated or implied (1932b: 551).<sup>161</sup>

O princípio formal da divisão política e administrativa destas formas de organização política, assentava no “recorte” geográfico em divisões territoriais autónomas, mas politicamente (inter)dependentes do “centro” político, cujos respectivos chefes políticos constituíam, em conjunto com os venerados anciãos que integravam também o Conselho Jurídico e os prestigiosos *Ten'dana* (oficiantes mágico-religiosos responsáveis pela posse ritual da terra e pelos preceitos rituais secretos da investidura dos *Na*), o supremo Conselho de Estado, que coadjuvava os respectivos *Na* (*Ya-Na* no léxico dos Dagomba) em matérias de administração política e judiciária quotidiana e, sobretudo, na gestão e no governo de matérias políticas de “Estado”, que compreendiam a harmonia social, a estabilidade política e a legalidade constitucional, tais como acções diplomáticas externas (por exemplo, o veredito sobre uma declaração de guerra) ou, ainda, a conteúdos políticos relativos à sucessão, à

---

<sup>160</sup>Para um conhecimento detalhado das posições e cargos hierárquicos da administração pública e dos diversos escalões da hierarquia militar destes “Estados”, ver: (Rattray, 1932b).

<sup>161</sup>Divine Amenumey acrescenta ainda que “The symbol of office of the *Na* was the skin. Accession to the skin was limited to direct patrilineal descendants of Gbewa who constituted the royal lineage. It appears that initially, succession to the skin was by rotation between two or more branches of the royal lineage. Mamprugu and Dagbon abandoned this system in favour of succession by only one branch of the royal lineage. In Nanung, however, the old practise has survived and the office of the Paramount Chief alternates between two branches of the royal lineage” (2008: 24).



entronização e/ou à exoneração de um *Na* ou de um chefe político de qualquer uma das divisões administrativas que constituíam o “Estado” central (Rattray, 1932b; Levtzion, 1975; Boahen, 1966).<sup>162</sup>

A organização social e política dos Gonja, não obstante as diferenciais referências históricas do seu percurso migratório e territorial, era, na sua essência política e administrativa, muito semelhante à de todos os outros “Estados” que incorporavam o grupo etnolinguístico Mole-Dagbani. O “Estado” de Gonja assentava o seu arquétipo de governação política nos princípios do regime político monárquico, no qual:

at the head was the supreme chief of all Gonja – the *Yagbumwura*. Gonja was divided into a number of divisions headed by divisional chiefs, each whom was descended from Jakpa. The position of supreme or paramount chief was held in turn by the chiefs of the major divisions. Those chiefs who were not eligible for the paramountcy constituted the councillors of the *Yagbumwura* (Amenume, 2008: 25).

Nos degraus inferiores desta “escada” sóciopolítica Gonja, três outros distintos grupos sociais convergiam para a produção do “político” nesta sociedade política “estatal”: os *Nbanya*, os *Nyamasi* e, as comunidades muçulmanas locais. Os *Nbanya*, eram a classe/élite burocrática dominante, representada pelos descendentes directos do antepassado fundador Ndewura Jakpa, que ocupava os lugares políticos e administrativos cimeiros junto do “Estado” central ou das suas “dependências” divisionais. Os *Nyamasi*, integravam os cidadãos “nacionais” do “Estado” de Gonja, bem como, ainda, todos os cidadãos livres das sociedades políticas “segmentárias” que por aquele foram absorvidas em virtude de conquista militar (Nchumburu, Nawuri, Konkomba, Anufo, Vagala e Tampulma, entre outras).<sup>163</sup> Os comerciantes *Dyula*, tidos como uns dos mais destacados elementos da comunidade muçulmana local, em resultado do seu decoroso “sentido” de lealdade política ao soberano e aguçado “engenho” para a arte de bem “comerciar”, auferiram ao estatuto religioso de imãs nas várias divisões e, em particular, em Yagbum, a capital política do “Estado” de Gonja (Fortes, 1962; Goody, 1966; Wilks, 1961).<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup>Na perspectiva histórica de Albert Boahen “Though they were founded at different times, Gonja, Mamprusi and Dagomba, though not the Mossi states, were organized broadly on the same lines” (1966: 56). A ressalva proposta pelo autor em relação aos “Estados” Mossi, é por considerar que estes “produziram” estruturas políticas mais centralizadas, na medida em que “The Naba exercised very tight control over the divisions. He was assisted by ministers of state who held court offices or governorships. The activities of all foreigners like the Dyula traders, Hausa craftsmen and Fulani shepherds were very strictly controlled by a minister of state, the Yar-Naba, who was the chief of the Yarse, the immigrant Muslim Mande group of traders. Mossi also had a warrior class responsible for defense as well as for aggressive wars” (1966: 57).

<sup>163</sup>Albert Boahen reforça neste ponto que “The rulers by and large left the social and religious institutions of the conquered peoples under them intact. The division of the land into the *Tengani* was also retained as far as possible, and the subject peoples continued to occupy the important posts of *Tengdana* and to play some political roles. In Gonja for instance, it is these priests and local chiefs who enrobe all the Divisional Chiefs except the Kpembewura” (1966: 56-57).

<sup>164</sup>Com o objectivo de compreender e “mensurar” a profunda influência (social, política, económica, jurídica, religiosa e administrativa) que o Islão legou aos designados “Estados” do Norte, ver: (Lapidus, 2002, 2012).

Os “Estados” de Adanse, Denkyira e Fante previamente trazidos a apreciação descritiva, são vigorosos exemplos do modelo de “verticalização” política, administrativa e militar (não significando, porém, uma despótica centralização dos meios de produção do “político”), que tão bem “espelha” a realidade política Akan (Ellis, 1966).<sup>165</sup> Nesta sequência, e tomando como boa a caracterização de Kwame Gyekye à “tradicional” organização política Akan, revelamos sucintamente que:

every Akan town or village is made up of several clans. Each town or village constitutes a political unit. A great number of such towns and villages form a paramountcy, a state (*oman*) such as the Asante state. Each town or village has a chief and a council of elders, these elders being the heads of the clans. The chief presides at the meetings of the council. In the conduct of its affairs, each lineage in a town, or each town in a paramountcy, acts autonomously, without any interference from either the chief (in the case of purely lineage affairs) or the paramount chief (in case of purely town affairs). A decentralized political system is thus an outstanding feature of the traditional Akan political culture. Just as each town or village has a council, so does the state have a state council. The state council, presided over by the *omanhene*, draws its membership from the chiefs of the towns and villages constituting the state (1997: 121).<sup>166</sup>

Poderemos, destas palavras aferir, que o “gestor” político primeiro (*omanhene*) de toda esta lógica de “matriosca” política, era o garante histórico *consentido* de uma imbricada teia política, ou, se quisermos, de uma extensa e complexa rede de vasos políticos e institucionais comunicantes, os quais não abdicando da sua autonomia política e administrativa, compeliavam-se (por dever clânico e, por necessidade simbólica e militar) a servir o “Estado” (*oman*) enquanto “bem” político maior que representava a ancestral e coesa união política das primordiais linhagens e clãs que juraram preservar e perpetuar a sua “memória” política colectiva.

Os “Estados” que assomaram politicamente do grupo etnolinguístico Ewe, “produziram” (quer tenha sido por processo político próprio, quer tenha sido por processo de osmose política), à semelhança das sociedades políticas “estatais” que temos vindo a referenciar (sobretudo, das Akan), modelos políticos, fórmulas administrativas e instituições militares que revelaram uma perceptível “vocaçãõ” para a institucionalização de uma “pirâmide política” (Kludze, 2000). De entre estes “Estados”, que no decurso do seu processo de formação política “construíram” modelos de centralização política que apresentavam ligeiras nuances configurativas entre si,

---

Em relação a esta mesma influência na estrutura burocrático-administrativa Asante, ver: (Owusu-Ansah, 2003; Wilks, 1963; Levtzion, 1965; Schildkrout, 1970).

<sup>165</sup>Segundo Kofi Awoonor “it is to be stresses here therefore that the ruler, be he an *Odrinko*, *Ohene* or *Omanhene*, exercises his authority *only in council*. That is, his powers are prescribed, described and demarcated by the council without whose advice or consent he cannot act in any matter affecting the political unit. To this end, every ruler, upon assuming office is made to swear an oath” (1990: 19).

<sup>166</sup>Salientamos, neste ponto, que na parte três do presente trabalho, teremos oportunidade de resenear e aprofundar a maior complexidade política, administrativa e militar que o “modelo” político Akan assumiu, quando “traduzido” para a realidade política da Confederação de “Estados” Asante.

poderemos mobilizar o particular exemplo dos Anlo-Ewe, para melhor compreendermos e ilustrarmos a defluência institucional existente entre as variadas dimensões (política, administrativa, judicial, militar e simbólica) que constituem o holístico e centralizado *corpus* político dos “Estados” Ewe (Nukunya, 1969). Deste modo, tomemos de empréstimo as palavras de Kofi Awoonor, para evidenciar que o sistema político dos Anlo-Ewe:

(...) described as centralized, consists of three political units namely executive, administrative and judicial. Below the *Awoamefia* who qualifies to be designated the super-paramount chief were the chiefs who led the three military divisions of *Mia* (left), *Dusi* (right) and *Dome* (centre). The combination of both military and political authority in these three chiefs did not extend to the *Awoamefia*. The office of the Supreme Commander of Anlo armies went to the *Avadada* (War “Mother”) who was at the same time the chief of the centre (*Dome*) and the most senior of the three war chiefs. It was he who led the Anlo armies in time of war on behalf of the *Awoamefia*. He was and is not a chief of any town, as the other two were and are. Below these two other paramount chiefs were the chiefs of the towns and villages (1990: 24).

Neste “Estado” Ewe, duas outras importantes instituições assistiam e “calibravam” a autoridade política do respectivo *Awoamefia*: o Conselho de Anciãos e o Conselho Militar.<sup>167</sup> Em ambos os Conselhos tinham assento as “cabeças” de clã (Conselho Militar) ou os representantes por si apontados (Conselho de Anciãos), e nos quais se decidiam matérias relativas à acção política, administrativa e militar que à totalidade da “vida” política do “Estado” diziam respeito. Refira-se, assim, que a plenitude do exercício da autoridade política do *Awoamefia*, materializa-se enquanto legítima quando consensualmente anuída pelo Conselho de Anciãos e, quando oficialmente cumprida pela *Avadada* (Nukunya, 1969; Akyeampong, 2001).

Posto isto, recoloquemos a segunda das perguntas inicialmente formulada neste capítulo: quais eram os matriciais fundamentos do “lugar político” nestas sociedades políticas “estatais”? Diremos, neste sentido, à guisa de resposta introdutória, que a imbricação do sagrado e do “político” nestas formas de organização política assumia, em qualquer um dos referidos casos, uma incorporada e incontendível realidade social; i.e., as estruturas rituais e as estruturas de autoridade legítima destas sociedades políticas “estatais”, estavam íntima e vincadamente entrelaçadas e, os seus intrínsecos dinamismos de produção, de acção e de “intenção” política e simbólica, estavam em simétrica analogia e/ou homologia relacional.

Os soberanos políticos destes “Estados” do Gana pré-colonial, eram os parentes imediatos, eram os homólogos vivos ou os intermediários privilegiados dos antepassados-

---

<sup>167</sup>Salientamos que, de entre os quinze clãs que “patrocinam” o “Estado” Anlo-Ewe (Lafe, Amlade, Adzovia, Bate, Like, Bamee, Klevi, Tovi, Tsiamé, Agave, Ame, Dzevi, Vífeme, Xetsofe e Blu), o seu *Awoamefia* “emerge”, rotativamente, única e exclusivamente dos clãs Adzovia e Bate. Tal como nos revela Kofi Awoonor “The original stool-owners were the Adzovia clan. Bate clan won the right to elect a chief as a reward of a service rendered by a nephew of the ‘ruler’ Sri” (1990: 15). Ver, ainda: (Nukunya, 1969).

fundadores e/ou das “grandes” e das “pequenas” divindades (profanas ou religiosas) que constituíam o mundo cosmológico da sua realidade histórica, ideológica, social, cerimonial e cultural (Ellis, 1966; Akrong, 2006; Tengan, 2006). De entre estas formas de organização política, citemos o exemplo dos Akan, por este ser o modelo que nos é empírica e analiticamente mais próximo e, por ser deveras revelador destes processos de legitimação pela interpenetração do político no simbólico e do simbólico no político:

once ‘enstooled’, the Chief represents in his own person the wisdom of the ancestors, and the collective authority of the people over such important matter as war, land, justice, and orderly government; central to all this was the religious nature of his office. Among the Akans, the Chief was ‘the supreme priest of all the gods in his kingdom’, with the duty of seeing that all the rituals connected with them were carried out, to protect the welfare of his people. He bore the title *Okomfo Ohene*, Chief of the Priests; and the sacred origin attributed to chieftaincy is well illustrated by the story of Okomfo Anokye and the Golden Stool of Ashanti (Kimble, 1963: 127).<sup>168</sup>

Por conseguinte, reforçamos que os chefes políticos dos diversos “Estados” Akan (em conformidade com os *Na*, *Ya-Na*, os *Yagbumwura*, e os *Awoamefia*), são o *axis mundi* político e simbólico, na medida em que são os fiéis depositários e os “veículos” difusores da tradição (expressa numa ancestral narrativa de fundação mítica ou real) e, mormente, porque receberam a *exclusiva* consagração dos antepassados reais, das divindades superiores ou das “forças” (víveis ou invíveis) necessária e umbilicamente associadas a qualquer função de dominação política legítima, cuja incumbência social primeira e última, era a gestão e suplantação da dialéctica existente entre pares de noções antagónicas, que podiam representar a perenidade política ou a anomia social destas formas de organização política: ordem/desordem, fecundidade/esterilidade e/ou vida/morte (Tweneboah, 2012).<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup>Nesta sequência ilustrativa, citemos, também, pelas palavras de Anselmus Kludze o exemplo dos Anlo-Ewe “The Ewe chief occupies an ancestral stool in which are believed to be enshrined the soul of his people, both living and dead. In this sense, he stands between the living and the dead. For this reason, his person is sacred and inviolate, and he has to observe stated taboos and traditional avoidances. For this reason also, he is connected with some rituals and ceremonial sacrifices, such as the purification of his ancestral stool and the annual ‘yam festival’, know as dzawuwu or tedudu, at the time of the first harvest of the new yams” (2000: 55). Ainda, e para a apreensão do imbricamento dialéctico do domínio do político e do domínio do simbólico nos Dagomba, ver: (Iddi, 1973-4).

<sup>169</sup>David Apter salienta que estas sociedades políticas “estatais” “have one important element in common, a basic commitment to the past, to time immemorial. The best away to act, in traditional systems, is ‘the way our fathers have ordained’. That which is legitimate is that which has been enshrined in the past (...). This is not to say that no changes took place whatever, or that state society was structurally static. Changes occurred under varying circumstances, but the ultimate determination of right and wrong insofar as social and interpersonal relations were concerned was very much affected by the historical justification from which legitimacy derived” (1968: 83).

## CAPÍTULO 2 | DA *NATIVE JURISDICTION ORDINANCE* (1878) AO FIM DA 1.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1966): ENTRE O PRAGMATISMO POLÍTICO E A RETÓRICA IDEOLÓGICA

### 2.1 | A “CONSTRUÇÃO” DO ESTADO COLONIAL: ENTRE A ILUSÃO DA CAPTURA E O REALISMO DA RUPTURA

Depois de politicamente reconhecida e formalmente estabelecida a Colônia Britânica da Costa do Ouro (*Crown Colony*), a 24 de Julho 1874 (*Order in Council*)<sup>170</sup>, as relações políticas entre o Estado colonial Britânico e os *paramount chiefs* ganeses foram, pela primeira vez, reguladas com a redigida, mas não promulgada, *Native Jurisdiction Ordinance* de 1878 (Metcalf, 1964), a qual, segundo a interpretação histórica e política de David Kimble:

omitted all reference to stipends or government control, and simply set out ‘to facilitate and regulate the exercise in the Protected Territories of certain powers and jurisdiction by Native Authorities’. In fact, this represented the first public statement of the jurisdiction of the Government *vis-à-vis* the Chiefs of the Protectorate, although the main object was to define the powers of the Chiefs themselves. (...) The 1878 Ordinance did not claim to bestow any jurisdiction on the Chiefs, but to define it, in both civil and criminal matters. Nevertheless, this definition, by non-traditional legislative process, was the first step towards making the British Government the source of the Chiefs’ authority. The tendency was emphasized by one major innovation – the power now explicitly given to the Government to ‘dismiss’ a Chief (1963: 460).

Efectivamente, é com este instrumento legislativo, que é compelidamente introduzido o esboço doutrinal de um “novo” e pretensioso sistema político de governação institucional, administrativa e, pretensamente, territorial – apanágio ideológico de uma administração colonial irresoluta e dualista – que assentava no ambíguo princípio conceptual do *indirect rule*, o qual irá, nalguns casos, vacilantemente subsistir na Costa do Ouro, até meados de 1944 (Schiffer, 1970).<sup>171</sup> O conjecturado significado político daquele propalado “corpo” legislativo (complementado por avulsas “peças” jurídicas publicadas ao longo do “tempo” colonial), era o de exclusiva e formalmente restringir as prerrogativas políticas, sociais, simbólicas, económicas e jurídicas dos *paramount chiefs* ganeses, e, em decorrência, “espartilhá-las” num

---

<sup>170</sup>Este é o ano que, segundo Akwasi Osei, se inicia a formação e a “construção” formal do Estado colonial na Costa do Ouro, em razão do “British Parliament decided to take over complete political control of the coastal area of the Gold Coast. There are many reasons why this decision was not taken earlier. The first is that in the previous centuries, British interests had involved extensive commercial activities, and it seemed only logic to have this continue. In addition to the commercial activity, the British were able to export their manufactured goods to the area, and it was necessary to keep this market. Another important reason is directly related to their efforts to stop the expansionist drive of the only power in the area which was equal to theirs, the Asante Empire” (2002: 19-20).

<sup>171</sup>Esta natureza dúbia, equívoca e hesitante é reconhecida pelo próprio teórico do sistema de *indirect rule*, Frederick Lugard, que na sua eminente obra faz eco da afirmação de que o “‘indirect rule’ is direct rule by indirect means” (1922: 223). Salienta, ainda, a este propósito, David Apter que “Indirect rule is an omnibus term which covers a considerable number of colonial policies by various British authorities in their different areas. It is not a precise term; in fact, it is considered one of the most confusing expressions in the colonial lexicon” (1968: 120). Ver, ainda: (Low & Pratt, 1993; Collins, 1993; Ward, 1967; Hindin, 1950).

aparelho burocrático-estatutário vertical sob a intendência directa e, ao serviço político do governo central da Colónia da Costa do Ouro.<sup>172</sup> Todavia, tal pretensão política, ideológica e administrativa nem sempre se traduziu numa realidade política categórica e material, na medida em que, tal como nos corrobora Rita Hinden:

the system of ‘indirect rule’ – that local administration should be entrusted to native institutions having their roots in age-old custom, subject to the supervision and overriding authority of the central government – has never been applied wholeheartedly in the Gold Coast (except in the Northern Territories) ... The Gold Coast system was designed to show the greatest respect to the position of the chiefs as representatives of the stool. But this in itself made it impossible to exert that control which was demanded of native institutions to be effective agencies of local government. In practice, the Gold Coast system was been described as a mixture of direct and indirect rule with a steady bias towards the latter” (1950: 95).<sup>173</sup>

Sem embargo deste doutrinal e procedimental “desfasamento” político, o *indirect rule*, enquanto constructo pragmático de uma manipulatória e contraditória dominação colonial Britânica, projectou o (indirecto) usufruto do estatuto social, constitucional e simbólico dos *paramount chiefs* e, os (directos) proventos das práticas políticas, funções jurídicas e mecanismos fiscais das suas ancestralmente legítimas instituições, com o objectivo político primeiro (e exclusivo) de as colocar ao “serviço” das diligências (díriamos mesmo, das solícitas necessidades) administrativas, burocráticas, tributárias e, sobretudo, económicas da “agência” colonial Britânica: por um lado, fazer-se representar administrativamente em todo o território ocupado, suprimindo, deste modo, as objectivas carências de meios humanos e logísticos para a “ocupação efectiva” de tão extenso e complexo *corpus* territorial e político, e, por outro, a partir da implementação e consolidação desta quadrícula política e administrativa, explorar de forma eficiente e contundente os tão ambicionados recursos, mercados e rotas económico-comerciais (centradas, sobretudo, em matérias-primas minerais e agrícolas) historicamente exploradas pelas “tradicional” estruturas políticas locais, de entre as quais podemos destacar as controladas pelos “Estados” de Mamprusi, Dagomba, Nanumba, Mossi e Gonja (com escravos e nozes de cola), da Confederação de “Estados” Asante (com ouro, escravos, cacau, óleo de palma, café, milho e mandioca), de Adanse (com ouro e marfim), de Denkyira (com

---

<sup>172</sup>Com o propósito político de “fazer” os *paramount chiefs* ganeses “(...) the agency of the central government for the administration of the respective areas of authority” (Ollennu, 1977: 70).

<sup>173</sup>Existe uma vasta literatura académica que argumenta que o sistema político de *indirect rule* não foi efectivamente aplicado na então designada Costa do Ouro. De entre esta vasta literatura, ver: (Hailey, 1941; Ward, 1967; Hindin, 1950; Schiffer, 1970; Apter, 1968). De facto, tal pretensão administrativa nem sempre se traduziu numa realidade política categórica, na medida em que “for the vast majority of Africans throughout the colonial period, their most immediate contact with government was to be at the hands of chiefs. Until the 1940s, Ghanaians were governed by a dual system. Central government and local government, which was called Native Administration, were in effect separate powers ‘which may co-operate but need not’” (Rathbone, 2000: 11).

ouro e escravos), dos Fante (com ouro e escravos), dos Anlo-Ewe (com sal e peixe seco) (Rathbone, 2000; Ward, 1968; Levtzion, 1968; Dzorgbo, 2001).

Nesta exordial conjuntura histórica de *scramble for Gold Coast*, à qual se imputava a “construção” de reconfiguradas relações políticas, o rascunho do (simultaneamente apetecido e timorato) arresto normativo das prerrogativas políticas, legislativas e judiciais dos *paramount chiefs* ganeses, acontece aquando da publicação da “diplomática” *Native Jurisdiction Ordinance* de 1883<sup>174</sup>, a qual se estende, em 1904<sup>175</sup>, com uma emendada “roupagem” política, aos recém-incorporados territórios da Colónia Britânica dos Ashanti (anexada em 1896) e, ao Protectorado dos Territórios do Norte (anexado em 1897)<sup>176</sup>, e, que rectifica e revoga a “moribunda” *Native Jurisdiction Ordinance* de 1878 (Kimble, 1963; Ward, 1967; Ahwoi, 2010). Com efeito, os peremptórios dilemas políticos que interceptavam as práticas políticas do Estado colonial Britânico, tão espelhados no “corpo” do texto e tão expostos na implementação destes dois diplomas político-legislativos, são sucintamente considerados por Donald Ray, ao designar-nos que:

these ordinances were evidence that the colonial state recognized that in the Gold Coast Colony if the British colonial state was to govern most effectively in its own terms of minimizing expenditures and maximizing colonial state control, then it must recognize the autonomous legitimacy and authority of traditional leaders, especially in rural local government where traditional leaders already had their institutions covering the ground. While the British colonial state had made bold claims for the extension of its sovereignty in its 1874 Order in Council, when it came to the Native Ordinances of 1878 and 1883 the British colonial state was more circumspect in implementing its claims to sovereignty in the case of recognizing or withdrawing its recognition of traditional leaders; under the 1883 Ordinance, the colonial state limited itself to the power of removing traditional leaders (2003: 96-97).

Será, nesta medida, sob os auspícios de jactantes princípios teóricos e de inflectidas práticas políticas coloniais “irradiadas” do ideológico sistema de *indirect rule*, que as então designadas *Native Authorities* – enquanto *naturais* representantes sociais das suas formas de organização política e, enquanto *nomeados* intermediários burocráticos da *holding* colonial Britânica – desempenharam as suas hierarquicamente regulamentadas funções “políticas” (*State Councils*), jurídico-legislativas (*Native Courts*) e tributárias (*Native Treasuries*), dentro

---

<sup>174</sup>De acordo com Robert Addo-Fening “Under the NJO (1883) the judicial power of the kings ceased to be inherent. Henceforth it became derivative. On the one hand, the NJO made kings liable to removal by government for gross abuse of power. On the other, it empowered them to make bye-laws with the approval of the Governor, and conferred upon them civil and criminal jurisdiction in the cases and matters approved under the bye-laws” (1990: 29-30). Para uma leitura detalhada da NJO de 1883, ver: (Metcalf, 1964).

<sup>175</sup>A *Native Jurisdiction Ordinance* de 1904, acrescenta à anterior, segundo William Harvey, uma maiúscula nuance política: “The Chief’s Ordinance of 1904 authorized the Governor, on the application of a chief, to confirm his nomination, election and installation as in accord with native law and custom” (1966: 71).

<sup>176</sup>Os territórios acima referidos, são formal e juridicamente reconhecidos como partes integrantes da “una” Colónia da Costa do Ouro, a 26 de Setembro de 1901. Neste mesmo ano, são publicados três importantes diplomas legislativos que atestam a autoridade política da Coroa Britânica nestes territórios e definem os limites territoriais e jurisdicionais dos mesmos: a *Ashanti Order in Council*, a *Northern Order in Council* e, a *Gold Coast Order in Council* (Meltcalf, 1964; Bening, 1999).

de uma compulsória e defectiva “arquitetura” política e administrativa que para institucionalmente sobreviver, a todos os “expedientes” políticos, jurídicos e militares considerava ser constitucionalmente “legítimo” recorrer, inclusivé, os de formatação e/ou invenção de aduladoras *Native Authorities* (Hailey, 1951; Ward, 1967; Webster & Boahen, 1967).<sup>177</sup> Com efeito, a instalação de uma nova pirâmide de poderes e funções políticas e, as recorrentes manobras políticas de “secretaria” promovidas pelo Governo colonial Britânico – desde o Governador da Colónia da Costa do Ouro até aos Comissários-Chefe e Comissários-Provinciais/Distritais que administravam os outros territórios sob tutela colonial<sup>178</sup> – foram factores suficientes para que os mecanismos intrínsecos ao reconhecimento da legitimidade histórica das *Native Authorities*, tivessem, e de acordo com a oportuna leitura dos factos históricos de Robert Addo-Fening, sofrido uma enorme corrosão política ao longo dos tempos:

o *indirect rule*, foi uma forma de administração política incoerente, imprecisa e aniquilante a quase todos os níveis. A sua força legislativa revelava a sua fraqueza política. A força que os diplomas legislativos continham, na prática, por vezes, não se aplicava (o indirecto era, por vezes o directo e vice-versa). Não precisava de *paramount chiefs* fortes, mas não queria *paramount chiefs* fracos. Precisava de *paramount chiefs* suficientemente “normativizados” para chegar às populações que intentava dominar e/ou explorar. Pretendia construir uma legitimidade jurídica “derivada”, via *paramount chiefs*. Todo este processo de excessiva produção normativa, afectou e muito (mais nalguns casos que noutros), o estatuto, o prestígio, a autoridade e a legitimidade política dos *paramount chiefs* ganeses. Até então, eram as populações que ratificavam o ancestral lugar político do seu *paramount chief*. Em contexto colonial, era a estrutura colonial, na pessoa do Governador, que reconhecia e ratificava o *paramount chief* eleito e proposto pelo Conselho Tradicional. Os *paramount chiefs* encontravam-se, assim, numa dupla camisa de forças: tinham de ser legitimados pelas suas populações, mas tinham, e sobretudo, de serem reconhecidos pelo Governador. O *paramount chief* era, por assim dizer, *one man with two masters*, que tinha de conciliar o “natural” princípio de *downward accountability* com o “imposto” princípio de *upward accountability*.<sup>179</sup>

Sublinhemos, aferidas as contraditórias desvirtualidades diligenciadas pelo sistema do *indirect rule*, que no intervalo temporal que decorre entre os anos de 1944 e 1951<sup>180</sup>, é encetada,

<sup>177</sup>Não obstante algumas das “cauteladas” demonstradas pelo Estado colonial Britânico no estabelecimento de “melindrosas” relações jurídicas com os *paramount chiefs*, os elementos históricos que espelham as suas relações políticas são os de que “after de year 1910, the chiefs became the direct agents of the colonial government, while the latter assumed the powers that used to be the prerogatives of the natural rulers, namely, law givers, adjudicators and protectors. Thus, the British colonialists, having succeeded in usurping the chief’s traditional roles, assigned him new ones. The chiefs became the channels of communication between their subjects and the British Crown under the system which became know as indirect rule” (Boaten, 1997: 132). A propósito das acções e práticas político relacionais com os *paramount chiefs* dos Estados do Norte, ver (Ferguson & Wilks, 1970).

<sup>178</sup>No sentido de um conhecimento mais pormenorizado da estrutura hierárquica e das respectivas funções políticas e administrativas desempenhadas pelos funcionários do Estado colonial e pelas *Native Authorities*, no sistema de *indirect rule*, ver: (Ayee, 1994).

<sup>179</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Robert Addo-Fening (Professor do DH/UG e membro do CGDP), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

<sup>180</sup>De entre toda a legislação que foi promulgada entre o ano de 1883 e o ano de 1951, destacamos, pela sua importância, significado e impacto político, as seguintes normas jurídicas: *Native Jurisdiction Ordinance* (1883); *Town Council Ordinance* (1894); *Native Jurisdiction (Amendment) Ordinance* (1910); *Native Jurisdiction (Amendment) Ordinance* (1924); *The Guggisberg Constitution* (1925); *Native Administration Ordinance* (1927); *Native Authority (Northern Territories)* (1932); *Native Authority (Togoland Southern Section)* (1933); *Native Authority (Asante) Ordinance* (1935); *Native Treasuries Ordinance* (1936); *Native Administration Treasuries Ordinance* (1939); *Native Authority (Colony) Ordinance* (1944); *Native Authority*



por parte do Estado colonial Britânico, a engenhosa feitura e promulgação de instrumentos legislativos vários, cujo objectivo orgânico e político primário assentava na implementação de um reformado e modernizante (e, se quisermos, um mais coerente e eficiente) quadro legal de continuada (e estratégica) subtração e agrihoamento político q.b. para as *Native Authorities* da Costa do Ouro, cujas premissas de orientação administrativa e de enquadramento burocrático se realizavam no âmbito de uma estrutura política descentralizada que se definia enquanto *local government* e, sob a tutela dos indeclináveis princípios da elasticidade, da representatividade, da responsabilidade e, da eficiência política (Ayee, 1994; Crook, 1986; Owusu, 1970; Apter, 1972; Lombard, 1967).

Neste sentido, e num ambiente político de pré-epílogo colonial notavelmente marcado por efervescentes (e, nalguns casos, historicamente latentes) pressões e reivindicações de centrífugas forças políticas, sociais, partidárias, económicas e geracionais – citemos, mormente, o *National Congress of British West Africa*, a *Gold Coast Youth Conference*, o *National Cocoa Control Board*, a *United Gold Coast Convention* e o *Convention People's Party* –, dois importantes “textos” apresentam o que consideraram ser uma fidedigna auscultação da realidade política ganesa (“nacional” e local) e, de acordo com os “retratos” sociais e políticos que lhes serviam de base teórico-empírica, aventaram as suas (parcamente coincidentes) propostas constitucionais de relacional enquadramento normativo, político, e administrativo para as desejavelmente “manobráveis” e taticamente “integráveis” *Native Authorities*: o *Watson Commission Report*, de 1948 e, em particular, o *Coussey Commitee Report*, de 1949, cujas recomendações políticas, administrativas e orgânicas, serviriam de “escoramento” jurídico para a feitura da Lei Fundamental de 1950 (Metcalf, 1964; Schram, 1967; Ayee, 1994).

Não obstante o cepticismo político revelado por ambos os relatórios na conservação do *status quo* (apesar de tudo, político) das *Native Authorities* nas estruturas administrativas do Estado colonial a nível local – pois ambos os relatórios apontavam que as várias atribuições adjudicadas às *Native Authorities* estavam na origem e na explicação política das muitas deficiências e/ou ineficiências administrativas imputadas ao sistema de *indirect rule*, sendo que o assolador *Watson Commission Report*<sup>181</sup> verbalizava a sua mais radical leitura dos factos: se não a total obliteração, pelo menos a concludente “drenagem” das competências e do “lugar”

---

*Treasuries Ordinance (1944); Native Authority Court Ordinance (1944); The Burns Constitution (1946)*. Ver: (Metcalf, 1964; Ahwoi, 2010; Harvey, 1966).

<sup>181</sup>No *Watson Commission Report* sobressai o argumento político de que “Among africans with modern political outlook we found that their conception of the place of the Chief in society was ornamental rather than useful; a man not necessarily of any particular ability, but of good presence, expressing in his person but never in his voice the will of his people; exercising the office of pouring libations to ancestors; remaining always among his people and never speaking save through his linguist; he must either remain on his Stool and take no part in external politics on forgo the office – he should not attempt a dual role” (*apud* Metcalf, 1964: 684-685).

administrativo das *Native Authorities* – o moderado *Coussey Commitee Report*<sup>182</sup>, profere uma sublinhada ressalva política que produzirá um protuberante e condicionador “eco” social e político nos trabalhos constitucionais que consagrariam o futuro administrativo, burocrático e institucional das *Native Authorities* do Gana:

(...) contrary to the view expresses in the Watson Report, we believe that there is still place for the Chief in a new constitutional set-up. The whole institutions of chieftaincy is so closely bound up with the life of our communities that its disappearance would spell disaster. Chiefs and what they symbolyse in our society are so vital that the subject of their future must be approached with the greatest caution. No African of the Gold Coast is without some admiration for the best aspects of chieftaincy, and all would be loath to do violence to it any more than to the social values embodied in the institution itself. We cannot, therefore, accept the status which the Watson Report would assign to them (*apud Metcalf*, 1964: 689).<sup>183</sup>

Os propósitos normativos de todo este induzido processo político e constitucional, centravam-se na criação (ou, pelo menos, no redesenhar) de novos mecanismos, procedimentos e composições administrativas, ao nível das estruturas do Estado colonial local, que deixarariam de estar assentes no antiquado (e deficitário) sistema de *Native Authority* e, assentaria nos modernos e operativos *Local Councils* (Rathbone, 2000; Ahwoi, 2010).<sup>184</sup> Todavia, o *busillis* político de todo este movimento de regeneração burocrática e administrativa, assentava, no seu núcleo de preocupações cênicas, na harmonização, ou, melhor dito, na tentativa de uma equilibrada representação institucional das dinâmicas políticas geradas pelas contrastantes ou antagónicas “forças” tradicionais, sociais e partidárias (supra reveladas), que ao Governo colonial Britânico competia conciliar, corresponder e satisfazer politicamente: por um lado, encontravam-se as pretensões políticas das “enraizadas” *Native Authorities*, portadoras de uma “agenda” política conservadora, que para além de deterem e dominarem a gestão das “antigas” estruturas institucionais locais do Estado colonial Britânico, eram, por inerência, os únicos

---

<sup>182</sup>As recomendações políticas apresentadas pelo *Coussey Commitee Report* foram bem acolhidas pela opinião pública moderada e, até mesmo, por alguma *intelligentsia* que do ponto de vista ideológico, se opunha à “colaboração” das *Natives Authorities* com o Estado colonial Britânico. Outros, mais radicais, tal é o caso de Kwame Nkrumah, que criticou os resultados apresentados, anunciando que “As for us, we have already our stand with regard to the new constitution that only full Dominion status (...) will satisfy us and by this demand we shall stand and face all storms however strong they are. Ghana must be free and free now” (*apud Bourret*, 1963: 172).

<sup>183</sup>O Governo Britânico, em representação da Coroa Britânica, emite uma nota oficial que comenta os resultados do *Watson Commission Report*, pronunciado um positivo “olhar” quanto ao futuro estatuto e integração das *Native Authorities* no processo de modernização da “máquina” administrativa colonial: “(...) Chiefs as having an essential part to play. In general, the Chiefs in the Gold Coast are the traditional leaders of the people. Their functions in regard to local administration are based on popular support; and the transfer or delegation of any of their functions would require popular saction, since the position of the Chiefs affects the whole system of relationships on which community life is traditionally based” (*apud Harvey*, 1966: 89).

<sup>184</sup>As deficiências apontadas a este decrépito sistema político assentavam, sobretudo, em torno de alguns constituintes de suma importância: “1) their restricted basis of membership, which consisted only of chiefs or their nominees; 2) their old-fashioned procedure; 3) their inadequate finances and staff. These weaknesses were aggravated by the predominance of illiteracy among council members” (Schiffer, 1970: 66). Nestes novos *Local Councils* (que respeitavam as fronteiras e áreas de jurisdição dos antigos *State Councils*), segundo Richard Rathbone “Chiefs, or more accurately ‘the appointees of traditional councils’, would continue to sit, but would constitute no more and no less than one-third of council membership” (2000: 21).

“canais de comunicação” política que aquele detinha para se fazer sentir e representar, juntos das populações que consideravam (ainda, e não obstante algumas “situações de descontentamento por parte destas) as *Native Authorities*, os seus únicos, verdadeiros e *legítimos* representantes políticos, em razão de estas serem as portadoras de um inalienável capital simbólico (a representação e a intermediação com o mundos dos soberanos-defuntos), que até então tinha sido incapturável por “qualquer” forma ou manifestação “alienígena” de poder ou autoridade política (Schieffer, 1970; Rathbone, 2000).

Por outro lado, emergiam as pretensões sociais e políticas, de uma reformadora forma de pensamento político que, segundo as “vozes” dos seus “esclarecidos” percussores (a *intelligentsia*, a burguesia comercial emergente, os *young men* e os *verandah boys*, as associações de mulheres e, os sindicatos, entre outras), era mais participada, democrática e descentralizada, e, como tal, pretendia operacionalizar de forma territorialmente mais próxima, politicamente mais representativa e, administrativamente mais eficiente e qualificada, todo o aparelho de Estado colonial nas suas estruturas ao nível da “máquina” burocrática local (Schieffer, 1970; Rathbone, 2000).

Contudo, estas “forças” políticas em reiterada tensão concorrencial, intermediadas pelo Governo colonial Britânico, ainda que com tribulações políticas mútuas em virtude da não consumação plena das suas reivindicadas pretensões, anuíram, em nome de um futuro projecto político que todos vislubravam poder retirar dividendos e cimentar “posições” políticas, em converter as suas intransigências políticas em flexibilidades constitucionais, que como a seguir constataremos, tão rápida e acutiladamente foram sonegadas pelo recém-chegado e, (à época) o “redentor” político (*Osagyefo*), Kwame Nkrumah – o qual, havia, em 1948, abandonado em ruptura ideológica com os intelectuais “tradicionalistas”, a UGCC, e, em 1949, constituído o insurrecto e progressista partido político CPP – que se afirmava como o insubmisso “porta-voz” de uma acção política unificadora e revolucionária (iniciada com a *positive action*) que materializava as mais elementares demandas sociais e económicas e, os mais íntimos anseios ideológicos e políticos da sociedade ganesa, sob os auspícios políticos do seu nacionalista mote partidário: “*self-government Now*” (Austin, 1964; Mohan; 1967).<sup>185</sup>

---

<sup>185</sup>O CPP formara-se enquanto “a radical organization – it opened its membership to anyone who sought to change the system of effective authority, the people who were opportunists, idealists, those simply enamored by Nkrumah and the excitement of radical politics, and anyone who would follow the leader while shouting ‘Freedom’ with a good of breath” (Apter, 1968: 179). De facto, as encantatórias premissas políticas e ideológicas sobre as quais alicerçava o seu projecto político nacional, granjeou um transversal apoio por parte das “massas populares” que aderiam “irracionalmente” ao seu galvanizador e “romântico” discurso político: “I desire for the Gold Coast dominion status within the Commonwealth. I am a marxian socialist and an undenominational Christian. The places i know in Europe are London and Paris. I am no communist and have never been one. I come out of goal and into the assembly without the slightest feeling of bitterness to Britain. I stand for no

Sintetizaremos, deste modo, que à falta de uma legitimidade histórica e política própria (no limite, fazia-se auferir de uma “vaporosa” legitimidade burocrática-jurídica), o Estado colonial Britânico, à custa da institucionalização dinâmica (e, nalguns casos, forçada e desconexa) de um dualístico sistema de governação política, que até aos dias de hoje “tatuou” as práticas políticas da vida social ganesa, formou, “construiu” e preservou uma orgânica ideológica, política e administrativa, que não deixou de introduzir uma apurada *nuance* política na configuração (i.e., seja no estímulo e/ou na resolução) das relações de conflito, de concorrência, de cooperação e, até mesmo, de interdependência que manteve com as *Native Authorities* ganesas: fazer do conjuntural cinismo pragmático-jurídico um exercício integrante das quotidianas e relacionais “leis” do (jogo) político.<sup>186</sup>

## 2.2 | O CPP NO APARELHO DE ESTADO: A RADICALIZAÇÃO DE UM MODELO POLÍTICO ALIENADO(R)

O mote ideológico da relacional acção política que Kwame Nkrumah iria alavancar com os *paramount chiefs* ganeses, poderá ser extraído das palavras que intensamente pronunciou no ano de 1950:

those of our chiefs who are with us (...) we do honour (...) those (...) who join forces with the imperialists (...) there shall come a time when they will run away fast and leave their sandals behind them; in other words, Chiefs in league with imperialists who obstruct our path (...) will one day run away and leave their Stools (*apud* Rathbone, 2000: 22-23).<sup>187</sup>

Contextualizemos estas divinatórias palavras históricas que muito, ou, melhor dito, que tudo tinham de futuro político. Será, assim, já debaixo do “chapéu-de-chuva” da aprovada Constituição de 1950, que decorrerão, em 1951, as primeiras eleições para a Assembleia Legislativa Colonial, que consagram, após a inequívoca derrota eleitoral dos *big men* da UGCC, Kwame Nkrumah enquanto Primeiro-Ministro (ou, por proibidade histórica: *Leader of Government Business*) da Costa do Ouro, com o suporte partidário do CPP, ainda que participando, nesta fase histórica, no exercício diárquico do poder político de Estado, com

---

racialism, no discrimination against any race or individual, but i am unalterably opposed to imperialism in any form” (*apud* Bourret, 1963: 176).

<sup>186</sup>Acerca dos processos legitimatórios do Estado colonial Britânico (assentes, exclusivamente, no primado do direito e da lei) e, das rupturas, impactos e consequências que aqueles tiveram na “vida” e nas dinâmicas políticas tradicionais dos *paramount chiefs* ganeses, ver: (Brempong, 2006).

<sup>187</sup>De acordo com David Apter “The new constitution was called bogus and fraudulent since it fell short of full self-government. But, for the youth, for the ambitious, for the frustrated, Nkrumah was the effective symbol of political life, and when he told them ‘seek ye first the political kingdom and all else will follow’, they voted their approval” (1968: 178).

o Governador colonial, Sir Charles Arden-Clarke (Rathbone, 2000; Nugent, 1995; Botwe-Asamoah, 2005).<sup>188</sup> No decurso da sua inaugural acção política governativa, Kwame Nkrumah manifesta a sua absoluta oposição política e ideológica ao modelo de integração administrativa das *Native Authorities* proposto pelo *Coussey Committee Report*<sup>189</sup> e, consegue que a Assembleia Legislativa Colonial aprove e promulge, com os 34 votos do CPP (dos 38 lugares eleitos) nesse mesmo ano de 1951, a *Local Government Ordinance* (Austin, 1964).<sup>190</sup> Havia, a partir da promulgação deste diploma legal, sido dado início à “carreira” ideológica, política e jurídica de Kwame Nkrumah na perseguição e tentativa de erradicação, ou, se tal não fosse possível, pelo menos de “aferrolhamento” legal e constitucional dos *paramount chiefs* ganeses, enquanto projectados sinónimos de coadjuvantes e perpetuadores (aríetes, em alguma árdega terminologia política) do imperialismo capitalista representado pelo Estado colonial Britânico, cumprindo, assim, o seu matricial objectivo ideológico de os desapossar de qualquer estrutura ou mecanismo de decisão activa ou influência política directa (Pavanello, 2003).

Sem embargo desta disruptiva “postura” ideológica inicial, perguntar-se-á, com legitimidade compreensiva: qual era a natureza, antes, qual foi o “padrão” das relações políticas que Kwame Nkrumah instituiu, durante o seu “reinado” político com os *paramount chiefs* ganeses? De acordo com Kwame Arhin, o período que intermeia entre 1951 e entre 1966, pode ser dividido em dois momentos histórico e políticos relacionalmente distintos: o primeiro dos períodos, que decorre entre 1951 e 1957, mereceu por parte do citado autor a elementar caracterização de “os *paramount chiefs* nas vésperas da independência”, ao qual, ainda, se imputava alguma “benignidade” política relacional e, o segundo período, que compreende o intervalo de tempo que transita entre os anos de 1957 e 1966, granjeou, deste modo, o fúlgido epíteto de “os *paramount chiefs* debaixo de ataque”, no qual, a persecução ideológica se tornou o princípio da orientação e da acção política relacional (2001: 13-43; Brempong, 2006).

---

<sup>188</sup>Segundo a leitura histórica de Paul Nugent “The CPP won primarily because it was able to convince a significant proportion of the lectorate that its social composition reflected their own interests. The CPP leadership promised that state resources would be used to uplift the living standards of the common people, whose plight they said they understood. In typically grandiloquent fashion, Nkrumah proclaimed that Ghana would be turned into a paradise in a matter of years” (1995: 5).

<sup>189</sup>Kathryn Firmin-Sellers considera que a “Coussey Commission and the 1950 Constitution furtheres the interests of the UGCC and the paramount chiefs by concentrating power at the national level at the expense of the local. At that point in the struggle for political supremacy, Nkrumah and the CPP cultivated the support of subchiefs in opposition to these groups” (1992: 15).

<sup>190</sup>Este preceito jurídico introduz um incisivo artigo que afectaria estruturalmente o estatuto social e a “posição” política dos *paramount chiefs*: “Under the ordinance, chiefs effectively lost control of what were traditionally called stool lands. (...) From now on that revenue was to be collected by the newly created democratic local councils as one element of local revenue” (Rathbone, 2000: 31). Assim, e ainda segundo o autor “For the chiefs, the only sugar on the bitter pill of reform was the statutory reservation of one-third of the membership of the new local councils (...) and the reservation to paramount chiefs of the non-voting presidency of such councils ‘on formal and ceremonial occasions only’” (2000: 32). Ver, ainda: (Aye, 1994; Harvey, 1966).

Denotamos, nesta medida, e para além das (já) pronunciadas tentativas iniciais de homogeneização do campo político por parte do CPP, que o período histórico que decorre entre o ano de 1951 e, o ano da independência política da Costa do Ouro, em 1957, são tempos políticos caracterizados por táticas e estratégicas formatações jurídicas que “tentavam” implementar uma formal e informal configuração de “convenientes” (e controladas) relações políticas, entre um Estado simultaneamente colonial e “nacional” e, os resilientes *paramount chiefs* ganeses que, uma vez mais, sentiam o gládio político de um embrionário “Estado-ideia” que os tentava “encasular” numa velada e projectiva teia de funções “políticas”, jurídicas e sociais, que os remetiam para espaços de representação simbólica “costumeira” e, diríamos mesmo, de ornamentação política a consumir-se pelo folclórico, nos domínios burocrático-administrativos de um edificado (leia-se: reciclado) “Estado-sistema”. Esta conjuntura política de “co-habitação” ilusoriamente plácida, é-nos tão bem narrada por Richard Rathbone, ao destacar-nos que:

The CPP was a party in a hurry and became a government in a hurry. The evidence suggests a growing sense of impatience with what it regarded as traditional intransigence. Cabinet had no doubt that these problems [the distribution of stool lands revenues] were being deliberately created by the chiefs and their supporters and that such campaigns were politically inspired. Forced by the need to satisfy their British co-rulers, perhaps, there had been some expression of public respect paid to traditional rulers in the early days of the post-1951 administration (2000: 46).

Todavia, e apesar desta circunstancial situação de aparente “paz octaviana”, o adensar deste concorrencial e conflitual processo político, ideológico e jurídico de *struggle for power* (Austin, 1964; Allman, 1993), iria atingir um novo pináculo político e um renovado perímetro relacional, no sublinhado ano de 1954, na medida em que, Kwame Nkrumah e os seus correligionários do CPP ganham, novamente, com maioria absoluta (conquistando 72 dos 104 lugares disponíveis), as eleições disputadas a 15 de Junho, para a Assembleia Legislativa Colonial (Apter, 1968; Austin, 1964).<sup>191</sup> Em paralelo, neste mesmo ano de 1954, dois outros matriciais coeficientes políticos se mobilizam para o centro gravitacional da acção política local e, sobretudo, nacional: por um lado, e em decorrência da legitimidade que lhe fora outorgada pelo escrutínio eleitoral, o CPP de Kwame Nkrumah, propõe, ao Governador Britânico e à

---

<sup>191</sup>O manifesto eleitoral do CPP para estas eleições, amenizou, de forma estratégica, e em contraste com o que havia proclamado nas eleições de 1951, o seu cortante discurso em relação aos *paramount chiefs* ganeses. Deste modo, de forma tacticamente subtil, ia anunciado que os *Local Councils* deveriam assumir uma natureza estritamente electiva “with a view to eliminating the continual friction which occurs (...) this will save chiefs from being dragged into party politics against their dignity and integrity (...) it is not the intention of the CPP to destroy chieftaincy but rather to adapt it to its democratic practices by clearly defining the functions of the chiefs in our new society. (...) A spirit of liberty, of national consciousness, pervades the country and the *Common People* have come to feel that they are as good as the so-called aristocrats who have ignored and disoiled them (...)” (*apud* Rathbone, 2000: 66).

Assembleia Legislativa Colonial, a feitura de uma nova Constituição, com o propósito político (primordial e visível) de delinear e, de “construir” a “marcha” institucional para a independência da Costa do Ouro, por outro lado, e, em concomitância, assistimos à formação e institucionalização de um novo projecto político em Kumase (para o CPP, de matriz meramente regional), o *National Liberation Movement* (NLM)<sup>192</sup>, sob liderança de Baffour Akoto, e com o explícito apoio político do *Asanteman Council* e do *Okyeman Council*, cujas linhas de orientação política e programática incidiam, particularmente, no convicto combate ao “em trânsito” centralismo democrático a instituir pelo CPP, e, em consequência deste, à (mais que provável) obliteração das competências e, das funções “políticas”, administrativas e protocolares que os *paramount chiefs*, “ainda” e tenuamente, desempenhavam, não obstante, estarem formalmente consagradas na reformadora Constituição de 1950, nas estruturas burocráticas dos *Local Councils*, a nível nacional (Ward, 1967; Brempong, 2006; Austin, 1964).<sup>193</sup>

Nesta medida, é num ambiente político de mútuas (e cruzadas) desconfianças políticas e mensurados movimentos relacionais entre os múltiplos agentes políticos que operavam neste transitivo e esguio “tabuleiro” político – o Governo colonial Britânico, o CPP, os *paramount chiefs*, os recém-instaurados partidos políticos e, outras forças sociais e institucionais latentes ou emergentes –, que Kwame Nkrumah e o “seu” CPP começam, pálida mas acutilantemente, a imprimir a sua tentativa de “(re)adaptação” de um herdado “Estado-sistema”, cujo desígnio primeiro e último, é a sua irretorquível predisposição em se colocar ao serviço da hegemonzante matriz ideológica do “Estado-ideia” por aqueles teoricamente idealizada e empiricamente projectada, e, na qual, o “lugar” político reservado aos adversários deste “nacionalista” e progressista Estado ganês, tal é o caso dos *paramount chiefs* (sobretudo, dos Asante), nunca seria nada menos que aquele que seria “construído” na base de uma desfigurada institucionalização de relações assentes na dissidência, na incompatibilidade, ou, no limite, na instrumentalidade política.<sup>194</sup> Com efeito, poderemos, enquanto relato de interpretação histórica

---

<sup>192</sup>Segundo Michael Amoah “This movement became the foundation for the Danquah-Busia political tradition, which represented itself as the Progress Party (PP) for the 1969 elections, Popular Front Party (PFP) for the 1979 elections, and the New Patriotic Party (NPP), for the 1992, 1996, 2000 and 2004 elections” (2007: 84).

<sup>193</sup>O NLM, de acordo com Jenny Goldschmidt “drew its support from various sides, leading the opposition against the CPP. Firstly, it was openly and strongly supported by the Asante and, secondly, it was assured of the support of the cocoa farmers who were dissatisfied with the minium prize fixed for cocoa. The NLM concentrated on two related constitutional issues: the introduction of a federal constitution, and the institution of a bi-cameral legislature. Its adherence to federalism meant that the issue was no longer the rational allocation of functions between a supreme central government and its regional agents; the issue raised was the very nature and power of the central government itself” (1981: 121). Ver, ainda: (Harvey, 1964).

<sup>194</sup>Salvaguardemos, ainda assim, que esta “incurção” ideológica encetada por Kwame Nkrumah e pelo CPP, na sua relação política com os *paramount chiefs* ganeses, merece uma nota de ressalva: aquela “incurção” aplicava-se, em exclusivo, aos *paramount chiefs* que não acatavam ou que não participavam na promoção

destes entrelaçados e críticos “momentos” políticos relacionais do pré-independência, recrutar as anuidas palavras de Albert Awedoba, por este nos expressar que:

as relações políticas foram, desde início, muito marcadas pelo conflito e por uma enorme tensão concorrencial. Disputavam-se terrenos políticos (locais e nacionais) e constitucionais, reclamados, quer pelo CPP, quer pelos *paramount chiefs* e seus aliados partidários (NLM e NPP). Esgrimiam-se legitimidades políticas. Do lado do CPP, sustentava-se o seu projecto nacional assente numa legitimidade revolucionária (apoiada pelas “massas” populares), com tudo o que isso significava à época. Do lado dos *paramount chiefs*, acreditava-se que os fundamentos de uma já demonstrada legitimidade conservadora (firmada pela sociedade rural/tradicional), seria o melhor para o futuro equilíbrio político do país. Os projectos ideológicos tornaram-se incompatíveis. O resultado de todas estas conflituosas e competitivas relações políticas estendidas no tempo, redundou, por parte do CPP (não esqueçamos que este partido havia ganho as eleições, estava no exercício do poder e, detinha a “força” do normativo) no esboçar de um projecto de Estado, no qual, este último, estaria no *exclusivo* usufruto de todas as prerrogativas políticas e ideológicas que daquele emanavam, e que a natureza das relações políticas que com os *paramount chiefs* manteria, se encontravam circunscritas à jurídica colaboração administrativa, e, quando assim fosse possível, à inequívoca subjugação política.<sup>195</sup>

É enquadrada neste antagónico quadro político relacional, que se declara, a 6 de Março de 1957, a independência política da Costa do Ouro e das suas “dependências”, adotando, doravante, o colectivo nome de Gana (Brempong, 2001; Bourret, 1963). Refira-se, ainda, que os princípios políticos, jurídicos e formais que “sustentavam” a proclamação da independência do Gana, encontravam-se escorados nas deliberações normativas incritas no texto constante da Constituição (*Order in Council*), promulgada a 8 de Fevereiro de 1957 (Assembly Press, 1957). Todavia, a ratificada Constituição de 1957, não considerou “pronunciar-se”, exclusivamente, sobre a independência do Gana.<sup>196</sup> Dada a premência de apaziguação do crescente clima de radicalização e conseqüente fragmentação política, e, naturalmente, dada a importância e impacto social que tal “matéria” política reclamava, este mesmo texto constitucional, reservou – sob as tutelares recomendações do *The Bourne Report*, que prescreveram pontos jurídicos de compromisso entre as diferentes vontades ideológicas das “forças” políticas em disputa e, diga-se, em patente ruptura – um deliberativo conjunto de garantias constitucionais que incidiam sobre a consagração da existência *formal* das instituições tradicionais, de que os *paramount chiefs* ganeses eram os fiéis depositários e os legítimos representantes (Apter, 1968; Schram, 1967; Austin, 1964).<sup>197</sup>

---

política do projecto de instalação de uma hegemonia estatal de toda a “vida” política ganesa. Ver: (Rathbone, 2000).

<sup>195</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Albert Kanlisi Awedoba (Ex-Vice-Director do IAS/UG e membro do CGDP), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

<sup>196</sup>Acentuamos, neste ponto, que nesta transitiva conjuntura histórica, a legitimidade política e eleitoral de Kwame Nkrumah e do CPP era inquestionável, na medida em que nas eleições para a Assembleia Legislativa Colonial do ano anterior (1956), aquele havia, de novo, ganho com maioria absoluta, conquistando 71 dos 104 lugares disponíveis (Apter, 1968; Austin, 1964). Façamos, ainda, referência ao facto de o *Northern People's Party* (NPP), nestas eleições de 1956, ter mantido os 15 deputados que havia eleito em 1954 e, do NPP ter conquistado 12 lugares na Assembleia Legislativa Colonial, nas eleições de 1956 (Goldschmidt, 1981).

<sup>197</sup>A Constituição de 1957, consagrava, expressamente na sua secção 66 “The office of Chief in Ghana, as existing by customary law and usage, is hereby guaranteed” (Assembly Press, 1957: 28). Sublinhe-se, ainda, que este



No decurso do período político que compreendeu a designada Monarquia Constitucional do Gana (1957-1960), Kwame Nkrumah, insatisfeito com as prerrogativas “tradicionais” entalhadas na Constituição de 1957, pressionadas e consideradas, também, pelo Governador-Geral do Gana, William Francis Hare, em representação da Coroa Britânica, não deixou de cautelosamente desenhar o seu mais íntimo desejo ideológico: a reclusão jurídica dos sempre incomodamente concorrentes políticos *paramount chiefs* ganeses.<sup>198</sup> O início da concretização desta projectada “aspiração” política e, sobretudo, ideológica, estava marcado para muito breve: 27 de Abril de 1960. Com efeito, nesta política data, Kwame Nkrumah candidata-se (com o suporte partidário do CPP), com a oposição política de Joseph Kwame Danquah (apoiado pelo *United Party*<sup>199</sup>), às primeiras eleições presidenciais, vencendo-as, por uma histórica e inequívoca margem eleitoral e, ainda, em simultâneo, foi realizado um plebiscito constitucional (referendado pelo povo e pela Assembleia Nacional), que consagraria com força de “lei-maior”, a entrada em vigor da nova Constituição, a 1 de Julho de 1960 e, em decorrência, a formalização do preceito normativo disposto naquela, que inaugurava, nesse mesmo dia, a 1.ª República da Gana (Schwelb, 1960; Austin, 1964).

Estavam, portanto, finalmente criadas as condições políticas para a materialização de um Estado que, “construído” à imagem e semelhança de Kwame Nkrumah (de espírito marxista-leninista e com práticas autoritárias, personalistas e patrimonialistas), revelaria pouca ou, nenhuma, permeabilidade *oficial* aos desafios políticos que implicavam a definição de democráticas e comutativas, ainda que divergentes e, até mesmo, assimétricas, relações políticas com os resilientes *paramount chiefs* ganeses. Ainda assim, e porque o realismo político se encarregara de lhe evidenciar que havia todo um “mundo tradicional” que não lhe reconhecia os fundamentos da sua (pretensa) *dominação racional-legal* e da sua *dominação carismática*, na inicial fase de “construção” de um Estado que refletisse em absoluto os seus intentos ideológico-partidários (i.e., a instauração de um centralismo popular e “democrático” de inspiração soviética), Kwame Nkrumah corporizou uma astuciosa política de “dualismo institucional” (Amonoo, 1981), na medida em que, tal como faz sobressair Mariano Pavanello:

---

texto constitucional, consagra, na sua secção 67, a institucionalização das *Regional House of Chiefs* (Assembly Press, 1957: 28, 29 e 30). Ver, ainda: (Schram, 1967).

<sup>198</sup>Não esqueçamos a legislação “avulsa” que assolou, quase em definitivo, as prerrogativas “políticas”, sociais, judiciárias e administrativas dos *paramount chiefs* ganeses: *Constitution (Repeal of Chieftaincy Restrictions) Act* (1958); *Ashanti Stool Lands Act* (1958); *Akyem Abuakwa (Stool Revenue) Act* (1958); *Local Council Act* (1958); *Local Courts Act* (1958); *Constitution (Amendment) Act* (1959); *House of Chiefs (Amendment) Act* (1959); *Brong Ahafo Region Act* (1959). Para uma compreensão em detalhe, ver: (Brempong, 2001, 2006).

<sup>199</sup>O *United Party* (UP) resulta da convergência política de várias plataformas partidárias (NLM, NPP, AYO, MAP e TC), que foram ilegalizadas aquando da promulgação do *Avoidance of Discrimination Act* (1957), em razão do CPP, na sua demanda pela hegemonização do campo político ganês, considerar que os partidos políticos com base tribal, religiosa ou regional estavam banidos de toda a acção política. Ver: (Kenneth, 1980).

(...) lá période du gouvernement du CPP et de son leader Kwame Nkrumah, fut caractérisée par une politique quelque peu contradictoire à l'égard de la chefferie, c'est-à-dire par deux attitudes apparemment opposées: le régime poursuivait d'une part un effort de bureaucratisation de la chefferie, et de l'autre tentait systématiquement de détruire les prérogatives des chefs traditionnels en les soumettant au gouvernement central (2003: 49).

Com efeito, este compromisso de Kwame Nkrumah e do CPP com uma necessária bipolaridade política relacional, estava, desde logo, plasmado com a cirúrgica feitura dos dois matriciais “corpos” jurídicos (ou, melhor, de agudos artigos contidos nestes), que encerravam, na sua amplitude e realidade jurídica, uma leitura política que nos remetia para uma quadratura do círculo relacional: a supra convocada Constituição da República<sup>200</sup> e o *The Chieftaincy Act*<sup>201</sup>, aprovados e promulgados em 1960 e 1961, respectivamente. O “curto-circuito” relacional provocado por alguns dos conteúdos (políticos) destes dois “preceitos” normativos, em sintonia e sob a tutela legal dos princípios ideológicos consagrados na Constituição de 1960 – que inscrevem, *juris et de jure*, por exemplo, que o Povo, enquanto fonte do poder legítimo e enquanto guardião político do Estado, estaria na vanguarda da luta pela instauração de uma sociedade unitária, igualitária e socialista – tiveram imediatas, luctíferas e perdurantes consequências políticas, para os cada vez mais juridicamente agrilhoados e politicamente desapaosados *paramount chiefs* ganeses, que se encontravam, nestas novas circunstâncias políticas e doutrinárias, *exclusivamente* habilitados a desempenharem as suas prerrogativas sagradas, rituais e simbólicas<sup>202</sup> e, a promoverem as suas (pusilânimes) *démarches* “políticas” e relacionais, sob a alçada da cartilha ideológica preconizada por Kwame Nkrumah e pelo seu recentemente instaurado “partido-único” (1964), que encerrava a alienada e alienadora concepção de que: “Convention People’s Party is Ghana and Ghana is Convention People’s party” (Nkrumah, 1961).

Se a uma (boa) tentativa de sùmula para este capítulo quisermos proceder, nenhuma palavra melhor sintetizam o que foi a natureza das relações políticas que o Presidente-soberano Kwame Nkrumah institucionalizou (*via* “Estado-ideia” e, em sequência, *via* “Estado-sistema”) com os *paramount chiefs* ganeses, mormente, no período que corresponde à expugnação e posse

---

<sup>200</sup>A Constituição de 1960, consagra, no seu art.º 13, o institucional (e simbólico) preceito jurídico: “That Chieftaincy in Ghana should be guaranteed and preserved” (Assembly Press, 1960: 10).

<sup>201</sup>No *The Chieftaincy Act*, de 1961, na secção I, pode-se ler que: “a) a chief is an individual who has been nominated, elected and installed as a chief in accordance with customary law, and; b) is recognized as a chief by the Minister responsible for Local Government” (Assembly Press, 1961: 7). Nesta mesma secção I, salientava-se, ainda, que o Ministro responsável, poderia retirar o “reconhecimento” oficial a um chefe tradicional, se “a) the chief been destooled and his people appeal against the destoolment has been dismissed or the period allowed for appealing has elapsed without an appeal having been brought, or; b) the Minister considers it is in the public interest to withdraw recognition” (Assembly Press, 1961: 8).

<sup>202</sup>Com estas medidas políticas, Kwame Nkrumah e o CPP, de acordo com Arhin Brempong “made the chiefs passive agents of the government. Chiefs were ridiculed for sending congratulatory telegrams to the President and the party on every possible occasion, and for making adulatory speeches in the President’s presence, which most observers regarded as acts of subservience” (2006: 31).

integral do aparelho e do poder de Estado, que as sinópticas e interpretativas palavras que tomámos de empréstimo a Arhin Brempong: “Powerful chiefs were harmful; indigenous political rituals were useful as symbols of communication. Chiefs without power or authority were tolerable. They could be instruments of party domination” (2001: 42).<sup>203</sup>

## **CAPÍTULO 3 | DO GOLPE MILITAR DO NLC (1966) AO GOVERNO DO PNDC (1981-1992): ENTRE A RESTAURAÇÃO POLÍTICA E A ASSIMILAÇÃO CONSTITUCIONAL**

### **3.1 | A CONSTITUIÇÃO DE 1969: A SALVAGUARDA CONSTITUCIONAL DE UM RENASCIMENTO POLÍTICO**

O período temporal definido para este intervalo histórico e político (1969-1992), é, diga-se, caracterizado pela existência de complexas, voláteis e desestabilizadoras conjunturas políticas de natureza militar e civil. Este convulsivo ciclo político começa, a 24 de Fevereiro de 1966, quando Kwame Nkrumah foi afastado do controlo autocrata do poder de Estado, por um violento golpe militar articulado entre as forças armadas, as autoridades policiais e os serviços secretos ganeses (e, “suspeita-se” em tom de ciclo geopolítico, a CIA), o qual colocou no comando político do Estado e, por corolário, nas instâncias de decisão e de gestão do governo do país, o *National Liberation Council* (NLC) (Chavagneux, 1997).<sup>204</sup> O NLC, enquanto partido político com filiado substrato militar, apresentava como responsável cimeiro do instituído Conselho (composto por oito elementos), o Tenente-General Joseph Arthur Ankrah, cuja primeira acção política formal e institucional, foi a imediata dissolução da recém-instituída 1.ª República do Gana, que havia sido, em 1960, inaugurada por Kwame Nkrumah e pelo CPP (Ray, 1986). De acordo com Kwame Arhin:

the most influential of the NLC’s advisers were the leaders of the groups that had been opposed to Nkrumah in and outside Parliament, before Nkrumah’s imposition of one-party rule in 1964. The influential leaders, including the late Dr. K. A. Busia, Mr. Justice Akuffo-Addo, and Mr. Joe Appiah, were also relatives or allies of paramount chiefs. Dr. Busia’s brother, Nana Kusi Apea, the Wenchihene, had been removed from his stool. Mr. Justice Akuffo-Addo’s in-law the Okyenhene, Nana Ofori Atta II, had been exiled from Kyebi (Kibi), the capital of the Akim-Abuakwa state, and the Asantehene, Otumfuo Sir Osei Agyeman Prempeh II, revered by all Asante, including Mr. Joe Appiah, had been subjected to subtle harassment (2001: 47).

---

<sup>203</sup>De modo a conhecer em detalhe o traçado pessoal, político, ideológico e partidário de Kwame Nkrumah, ver: (James, 1977; Hadjor, 2003; Babatope, 1982; Boateng, 2003).

<sup>204</sup>Este foi um período histórico de grande agitação política e instabilidade económica na medida em que “the NLC conducted a campaign what they considered to be manifestations of socialism. The military junta banned the CPP, harassed former CPP leaders and issued decrees preventing many of them from running for elected offices in the future. The junta privatized a number of state enterprises, denounced socialism and broke off diplomatic relations with Eastern bloc countries” (Ray, 1986: 15). Ver, ainda: (Chavagneux, 1997; Dzorgbo, 2001).

As directrizes de orientação programática, as fronteiras dos objectivos doutrinários e a *práxis* da acção política do NLC, que diligenciavam um compartilhado projecto de (re)construção da sociedade “política” e “económica” ganesa, assentavam, *lato sensu*, em torno do centrípeto princípio da “restauração” política em detrimento do centrífugo princípio da “revolução” política, na medida em que só o primeiro dos princípios políticos, permitiria ao NLC reimplantar com alargada e participada anuência social, a (tão ambicionada) democracia multipartidária e a (tão necessária) economia de mercado, na realidade *real* ganesa (Austin, 1976; Hutchful, 1987; Esseks, 1975).<sup>205</sup> Nesta medida, e em consonância com a amplitude desta linha de pensamento ideológico, a “postura” partidária que os dirigentes políticos do NLC fomentaram, a partir da “entidade” política Estado, nos seus “vínculos” relacionais com os *paramount chiefs* ganeses, foi, nesta sequência de integrativa “recomposição” política, a oposta àquela que anteriormente o oligárquico “Estado-partido” de Kwame Nkrumah, havia assumido e materializado com as práticas, mecanismos e estruturas de dominação política tradicional (Babatope, 2002).

Por outras palavras, o NLC diligenciou a imediata feitura e respectiva aprovação pelo Conselho, do *Chieftaincy (Amendment) Decree (NLCD 112)*, de 1966<sup>206</sup>, que revogava, com carácter de urgência, toda a anterior legislação publicada no decurso da 1.ª República que aos *paramount chiefs* ganeses dizia respeito e, reincorporava a categoria política (assente, naturalmente, no âmbito e nos procedimentos “costumeiros”) e a posição social (na órbita e, por definição, de acordo com os “usos” e “costumes” tradicionais) dos *paramount chiefs* ganeses, que haviam sido destituídos ou, “simplesmente”, despromovidos e humilhados pública e politicamente, pelo repressivo, supressivo e centralizado(r) Estado/partido-único, ferreamente controlado de modo cesarista por Kwame Nkrumah (Arhin, 2001; Jacquemot, 2007).<sup>207</sup> Neste contexto de (re)aproximações políticas e de expurgações ideológicas, múltiplas e estratégicas *démarches* políticas foram encetadas em diferentes sentidos, porém, todas elas focadas no

---

<sup>205</sup>De acordo com Dan-Bright Dzorgbo “To the NLC and policy-makers of this era, the socialist economy had been saddled with low productivity, inflation, waste, scarcity of goods and inefficiency. Thus, the resort to the market and liberal policies were meant to cure some of these economic problems” (2001: 206-207). No entanto, e ainda segundo o mesmo autor “The NLC’s revolution was not only concerned with economic restructuring, but also changing the patrimonial political order that had emerged or was embryonic during CPP’s rule. The main motive behind this political change was to prevent Nkrumah and his CPP from ever taking power again and also Ghana coming under authoritarian rule” (2001: 209).

<sup>206</sup>Na interpretação de Kwame Arhin, o propósito primeiro do referido decreto “was that the government should not by itself elevate or demote chiefs and that government recognition should follow the customary procedures of enstoolment and destoolment as had been ordained by the colonial administration (...)” (2001: 48).

<sup>207</sup>Note-se, no entanto, que o contrário também é verdadeiro: para além da reposição do estatuto político e prestígio social tradicional dos “verdadeiros” *paramount chiefs* ganeses, este decreto-lei também tem a preocupação e, a necessidade política, de destituir os *paramount chiefs* que foram, à margem das leis “tradicionais” de sucessão, “elevados” a cargos de gestão política pelo oportunismo político e taticismo eleitoral de Kwame Nkrumah e do CPP. Ver: (Ray, 1998).

prioritário e medular objectivo de se construírem “pontes” políticas e relacionais de inclusão com agentes políticos com representação e relevo sóciopolítico, tal era, indiscutivelmente, o flagrante caso dos *paramount chiefs* ganeses:

todos os passos dados neste processo militar, tudo tinham de político. Naturalmente, que a reposição dos legítimos *paramount chiefs*, creio, ter sido fruto de uma profunda convicção política daqueles militares; no entanto, creio, também, que os militares da junta, por auscultarem a sociedade, sobretudo, a rural, sabiam da importância política dos *paramount chiefs*, e ao estarem do “lado” deles, angariavam um influente trunfo político e, de certa forma, uma suplementar legitimidade de acção política para o NLC. A sociedade ganesa estava em pulsão. Convenhamos que a “sombra” do Nkrumah ainda pairava sobre a vida política do Gana. E, neste sentido, para além da considerada necessária reaproximação aos importantes *paramount chiefs de per se*, a sua reintegração também obedeceu a uma lógica de negação e de extinção de uma das mais funestas medidas políticas que Nkrumah havia tomado no seu despótico governo: a manipulação e a derrogação dos sempre e incontornáveis políticos *paramount chiefs*. O NLC nesta demanda de reconstrução política, que tinha em mente a reconstrução de um Estado inclusivo, “sentiu” que para a prossecução do mesmo, teria, de forma cautelosa, naturalmente, de dar espaço político aos *paramount chiefs*, e de o Estado se resituar nesse espaço político de uma forma não impositiva ou alienadora, mas antes, de colaboração e de permuta política. Foi uma posição relacional inaugurada com o *Chieftaincy Amendment Decree* de 1966.<sup>208</sup>

Frisemos, portanto, que para além deste sintomático e simbólico “momento” jurídico equivalido pelo *Chieftaincy Amendment Decree, NLCD 112*, dois outros “momentos” de natureza social/consultiva e normativa, circunscreveram a tencionada simbiose política e relacional a incrementar entre o prestimoso e convalescente Estado ganês e, os restituídos e vigorosos *paramount chiefs* ganeses: a Comissão Constitucional presidida por Justice Akuffo-Addo, e, a Constituição da República de 1969 (Dunn & Robertson, 1973; Rubin & Weinstein, 1973). Cumpramos a ordem cronológica dos acontecimentos históricos e recentremos algumas das “circunstâncias” políticas que enquadram (e justificam) a institucionalização da Comissão Constitucional e, o outorgamento político e jurídico da *convergente* Constituição de 1969.

De facto, os dirigentes militares que assumiram o comando partidário do NLC, haviam assumido o compromisso político de interina e transitoriamente serem os fiéis “depositários” do poder de Estado num prazo máximo de três anos, e, depois deste transitório período de reorganização política, económica e constitucional, devolveriam, sem quaisquer objecções políticas, o poder e o aparelho de Estado ganês, à gestão de um Governo de natureza civil democraticamente eleito (Apter, 1968; Austin, 1976). Nesta sequência, em Setembro de 1966, é constituída a anteriormente aludida Comissão Constitucional e, em Novembro do mesmo ano, é formalmente instituída pela publicação do *Constitutional Commission Decree (NLCD 102)*, o qual determina os termos e os parâmetros de referência dos seus trabalhos constitucionais, enfatizando, particularmente, a indispensabilidade de aquela não descurar, em momento algum,

---

<sup>208</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kojo Pumpuni Asante (Investigador Sénior do CDD), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

a impostergável separação de poderes e, a tão reivindicada protecção dos direitos humanos (Goldschmidt, 1981; Luckham, 1975). De entre as várias matérias políticas que a Comissão Constitucional deveria abordar, inquirir e considerar, encontravam-se as sensíveis e eternas questões (integração *versus* exclusão) relativas ao *paramount chiefs* ganeses.

Foi, assim, sob este focado ângulo de análise, que o trabalho (político) da Comissão Constitucional, circunscrevia-se, na sua essência conceptual e na sua disposição funcional, na auscultação da sociedade ganesa em relação à transversal e premente questão política que envolvia a discussão da “profundidade” ou, se preferirmos, do grau de envolvimento (e autonomia) que os *paramount chiefs* deveriam ter nas estruturas administrativas, burocráticas, tributárias e, até mesmo, políticas do Estado ganês, a nível local e, presumivelmente, a nível nacional.<sup>209</sup> Nestas exaustivas consultas públicas, promovidas e orientadas pela Comissão Constitucional, duas “visões” políticas diametralmente antagónicas e incompatíveis foram “extraídas” da realidade social ganesa e assumiram a validade dos seus critérios e juízos políticos e, em volta deles, cerraram as fileiras da sua argumentação histórica, ideológica, constitucional e relacional (Brempong, 2006). Tínhamos, por um lado, os radiciais defensores que “trajavam” a, ainda remanescente, roupagem ideológica de Kwame Nkrumah (os tal *small* e *young boys* e quadros do CPP instalados na burocracia do Estado) e, que sob esta capa política, não só não consideravam a inclusão administrativa (fosse ela de que natureza fosse) dos *paramount chiefs* na orgânica do Estado, como defendiam, acima de tudo e acerrimamente, a eliminação categórica dos (nefastos) *paramount chiefs* de todo e qualquer enquadramento no sistema político, judicial, fiscal e/ou burocrático ganês.

Pronunciava-se, ainda, e por outro lado, uma segunda “corrente” de opinião pública, que estando directa ou indirectamente mais relacionada com uma linha de pensamento política de matriz conservadora, i.e., emergente dos “meios políticos” onde se (re)produzia uma forte influência e representação dos valores e das práticas “tradicionais”, defendia a restauração, na íntegra, da posição e do estatuto político de que os *paramount chiefs* usufruíam em contexto histórico pré-colonial, aquando estes desempenhavam com toda a legitimidade e *performance* social, as suas funções de natureza política, administrativa, executiva, judicial, militar, cultural e sagrado-rituais no âmago das suas sociedades políticas “estatais” (Brempong, 2001).

---

<sup>209</sup>Nesta conjuntura histórica de profundos reajustes políticos, de acordo com Jenny Goldschmidt “The existing system of local government was suspended. Instead, Management Committees were appointed in the villages, consisting of a chief, four of his elders, the Council clerck and the Community Development Officer. The chief was recognized as the final legitimizing authority in town. In the same way Committes were established to conduct affairs at others levels. The regional Committees consisted of senior army and police officers and civil servants, who were responsible for the maintenance of law and order and the control of government activity, and for advising the Government” (1981: 179-180). Ver, ainda: (Pinkey, 1972; Robertson, 1971).

Em janeiro de 1968, os resultados das deliberações e recomendações sociais, políticas e constitucionais provenientes do exaustivo e abrangente trabalho da *Akuffo-Addo Commission*, foram institucionalmente apresentados aos dirigentes políticos do NLC. Alguns meses mais tarde, o NLC em função das complexidades políticas das propostas apresentadas e em resultado da sua promessa política de renunciar ao poder depois de criado um representativo (e equitativo) “ambiente” constitucional, nomeou uma Assembleia Constituinte, com o propósito político e jurídico de esta apreciar as recomendações propostas pela Comissão Constitucional que reuniriam as “condições” de serem vertidas na nova Constituição, que seria promulgada, a 22 de Agosto de 1969 (Amenumey, 2008; Luckham & Nkrumah, 1975). Em termos gerais, poder-se-á mencionar que, não obstante a deferência, a contiguidade ou a agnição do “valor” político *real* dos *paramount chiefs* ganeses que os membros que a Assembleia Constituinte pudessem considerar no mais íntimo das suas convicções políticas, o que respalda para a história relacional desta transitiva conjuntura política, é o facto de aquela “did not accept all the views of the Constitutional Commission on the nature of the marriage between tradition and democracy”, optando, prudentemente, por um caminho jurídico que poderá ser definido de “meio-termo” político (Brempong, 2006: 32).<sup>210</sup>

Será, já debaixo da “alçada” político-jurídica da pretensamente simétrica Constituição de 1969, que decorrerão, a 29 de Agosto deste mesmo ano, as eleições parlamentares que definiriam o futuro Primeiro-Ministro da República do Gana, e que impulsionariam, uma vez mais, as históricas volições de (re)conquista por um “lugar” político *de facto* que os *paramount chiefs* ganeses consideravam ser seu por “direito” próprio e, por inerência, com natural jurisdição sobre os “destinos” políticos locais e nacionais ganeses.<sup>211</sup> Deste escrutínio eleitoral democrático, registamos, naturalmente, o aguerrido combate eleitoral entre todas as forças partidárias em disputa (sobretudo, do *National Alliance of Liberals* de Komla Agbeli

---

<sup>210</sup>A Comissão Constitucional de 1968 endossa a importância política dos *paramount chiefs* ganeses alvitada pela *Coussey Commission* de 1949, ressaltando, *ipsis verbis*, as suas dúvidas no que diz respeito à capacidade daqueles, em adaptarem as suas instituições políticas às regras do jogo democrático. Assim, e sob a ressalva desta “preocupação” política, a Comissão Constitucional considera que “it is thus our hope that although, as a general principle, we consider that the role of the chiefs should be confined to the purely local level where chieftaincy, particularly in the rural areas, as a cherished institution, is still the fulcrum on which the development of simple environmental services of a localised and vital nature turns, the more progressive and outstanding chiefs of exceptional ability and proven integrity in public life will find their way into positions of trust and responsibility in important spheres of our national endeavours” (*apud* Goldschmidt, 1981: 181).

<sup>211</sup>Não obstante a desilusão política dos *paramount chiefs* ganeses não verem “espelhadas” todas as suas pretensões políticas na Constituição de 1969, esta, consagra no capítulo XVI, art.º 153, a disposição que expressa o seguinte conteúdo político: “The institution of chieftaincy together with its Traditional Councils as established by customary law and usage is hereby guaranteed (Assembly Press, 1969: 115). Na Constituição de 1969 foi, ainda, consagrada a institucionalização da *National House of Chiefs* (art.º 154) que reflecte um “ganho” de poder funcional, na medida em que remete todas as matérias relativas aos *paramount chiefs* para a *exclusiva* jurisdição desta e, ao mesmo tempo, considera-a a instituição de aconselhamento do Governo, em matérias que só aos *paramount chiefs* diziam respeito e, ainda, uma instituição que era vista como um fundamental elo social de construção da unidade nacional. Ver: (Arhin, 2001, 2006).

Gbedemah, ex-ministro de Kwame Nkrumah), resultou uma inequívoca vitória eleitoral para o *Progress Party* (PP), liderado pelo elitista, regionalista e tradicionalista Kofi Abrefa Busia (Chavagneux, 1997; Frimpong-Ansah, 1991). Inaugurava-se, deste modo, a 1 de Outubro de 1969 (data da cessação de funções executivas por parte do NLC), a 2.ª República do Gana. O posicionamento inaugural do “Professor Busia” para este anunciado “renascimento” político civil, vaticinava tempos políticos vindouros nos quais o Estado ganhava se cumpriria enquanto agente político “fazedor” de mutualistas convenções ideológicas e de cooperantes itinerários políticos e relacionais com os *paramount chiefs* ganeses, tal como conseguimos depurar da narrativa política que nos é transmitida por Bernard Guri Yangmaadome:

a “revolução democrática burguesa” era uma acérrima oponente às políticas de Nkrumah. Em particular, às medidas que foram tomadas em relação aos *paramount chiefs*. O Dr. Busia teve de conciliar as preferências do coração (até diria, do sangue) e, as razões de Estado. Ele sabia bem que a sua eleição se devia à mobilização que os *paramount chiefs* haviam feito a favor do PP (com o apoio integral dos Akan e, com a excepção dos Ewe e Ga). Nestas eleições tinha existido o “motivo étnico”. E, como tal, a sua predisposição para a pronúncia de um Estado mais tolerante e menos interventivo nas matérias internas das instituições tradicionais, era um objectivo político seu. A Constituição de 1969, resguardava o que o Dr. Busia considerava serem as “condições” mínimas que salvaguardavam a honra e as atribuições que os *paramount chiefs* necessitariam para revitalizar e fortalecer as suas estruturas tradicionais e, integrarem de forma consolidada o seu lugar nas estruturas de poder a nível local. Não seria, provavelmente, tudo o que o Dr. Busia queria fazer pelos *paramount chiefs*, mas era o que a realidade dos equilíbrios políticos permitia fazer. Esta seria a base do que ainda estaria para vir. Se ficou aquém das expectativas dos *paramount chiefs*? Com certeza que sim. As suas ambições eram terem no Estado um cúmplice que lhes restituísse o prestígio e o estatuto político de outrora, partilhando com eles, para o efeito, algumas das suas funções políticas e administrativas.<sup>212</sup>

Contudo, por razões de natureza vária<sup>213</sup>, toda esta cintilante “chama” ideológica de cimentar uma *real* democracia liberal na sociedade ganesa, cedo (demais) se tornaria um imoderado “fogo” político, que consumiria (quase) por completo todas as aspirações políticas que diferentes grupos sociais (de natureza profissional, económica, militar e étnica), haviam depositado naquela sempre “romântica” forma de governo político (Goldsworth, 1973; Chazan, 1983; Esseks, 1975).<sup>214</sup> Com efeito, para estupefação de muitos destes grupos sociais, e para igual sobressalto dos *paramount chiefs*, dois anos após o seu empossamento enquanto Primeiro-Ministro, Kofi Abrefa Busia, promove uma brusca (i.e., desesperada) *volta-face* na sua linha de orientação ideológica e nos seus padrões de acção política que, perigosa e paradoxalmente, o

---

<sup>212</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Bernard Guri Yangmaadome (Director-Executivo do CIKOD), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

<sup>213</sup>Para um conhecimento mais aprofundado das razões (políticas, económicas, sociais e militares) que levaram a esta “viragem” política, ver, entre outros: (Pellow & Chazan, 1986; Boahen, 1975; Apter, 1968; Bennett, 1975).

<sup>214</sup>No que ao processo de descentralização político-administrativa diz respeito, segundo Joseph Ayee “In a clear concession to chiefly interest, the Constitution provided that while two-thirds of the members of a district council should be elected one-third should be chosen by traditional authorities. In the local councils, it was possible for half the members to be ‘traditional’ and in regional councils there were to be two members of the Regional House of Chiefs. The Constitution restored to the chiefs their place in local government from which they were ‘ejected’ in 1961” (1994: 82).



aproximaram da conduta político-doutrinária do “ideólogo-radical” Kwame Nkrumah, que ele havia combatido desde 1949 e, que havia veementemente repudiado, enquanto exemplo político, no seu protocolar discurso de inauguração da democrática 2.<sup>a</sup> República do Gana (Ayee, 1994; Ray, 1986).

Perspectivou-se, assim, nesta “nova” atmosfera política, a (re)conversão de um Estado-“aliado” que passou a assentar as suas bases ideológicas e políticas numa “liberdade” relacional que se dilatava até aos limites que o jurídico o permitisse e, até aos limites que ao político se justificasse. Este seria, também, o estratégico caminho político a prosseguir com os *paramount chiefs* ganeses, que detinham notória influência nas esferas militares e capacidade de mobilização eleitoral nas suas áreas de jurisdição territorial. Neste sentido, os perímetros relacionais estabelecidos por este recém-centralizado Estado-“presciente” com os *paramount chiefs*, assumem a plenitude dos seus contornos políticos e institucionais, com a publicação do juridicamente incisivo e dissimulado, mas politicamente intencional *Chieftaincy Act* (370), de 1971, que reproduz na essência da substância jurídica e, não tanto pela iniquidade da intenção política, o *Chieftaincy Act* (81), de 1961, aprovado, à época, pelo CPP de Kwame Nkrumah.

O referido instrumento legislativo, não sonhando nenhuma das axiais prerrogativas jurídicas consagradas nas Constituição de 1969, apenas redesenhou algumas pertinentes “nuances” políticas, que o Governo de Kofi Abrefa Busia considerava serem imprescindíveis materializar, com o tático e dissimulado intuito político de melhor “sindicarem” as, eventualmente, dissidentes dinâmicas políticas ou, eventuais “manobras” partidário-militares diligenciadas pelos (ainda, politicamente insaciados) *paramount chiefs* ganeses. Diremos que, neste quadro político de luta política pela descoroçada conservação (ou, se preferirmos, sobrevivência) do poder de Estado, o *Chieftaincy Act* (370), de 1971, era o formal instrumento normativo e o pragmático “trunfo” (recurso) político, que permitia ao “Professor Busia” executar o domínio estatal suficiente sobre importantes recursos económicos (desde logo, as receitas e as taxas provenientes das *stool lands*) e, sobre simbólicos e institucionais mecanismos políticos (o necessário beneplácito, por exemplo, da eleição de um chefe tradicional, por parte do respectivo Ministro da tutela), imprescindíveis para a legitimação “interna” nos campos políticos “tradicionais” e, para a afirmação e reaquisição “externa” da tão reclamada legitimidade e autonomia política dos *paramount chiefs* nos ebulitivos campos políticos “modernos” ganeses.<sup>215</sup>

---

<sup>215</sup>Em relação a estas duas matérias jurídico-políticas, o *Chieftaincy Act* (370), de 1971, expressa-se do seguinte modo no seu art.º 48 (1) “Provided that no person shall be deemed to be a Chief for the purposes of the exercise by him of any function under this Act or under any other enactment, unless he has been recognised as such by the Minister by notice published in the *Local Government Bulletin* (Assembly Press, 1971: 24). Por seu

Sumarizamos, posto isto, aludindo que ao “jejum” político *formal* compelido pelo Estado despótico e a-relacional de Kwame Nkrumah, os *paramount chiefs* ganeses sob a tutela jurídica e o comando político do *National Liberation Council* e do *Progress Party*, restauraram com o Estado ganês algumas das reciprocamente favoráveis e convenientes relações políticas, cuja natureza, extensão e impacto político só havia sido possível estabelecer com o Estado colonial Britânico, em alguns “momentos” históricos de (igual) “necessidade” política deste último.

### 3.2 | A CONSTITUIÇÃO DE 1979: A CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DE UM COMPROMISSO POLÍTICO

A crescente instabilidade social, económica, financeira e as veementes desesperações (dos) militares, encaminharam o PP liderado por Kofi Abrefa Busia, para a gestão de uma irreversível crise política que haveria de levar o carismático líder político, a uma (pequena) porta de não retorno político.<sup>216</sup> É, neste contexto de extrema volubilidade política que, a 13 de Janeiro de 1972, a 2.<sup>a</sup> República do Gana é derrubada por um inevitável (e previsível) golpe militar e policial, chefiado pelo Coronel Ignatius Kutu Acheampong e, pelos Majores Kwame Baah, Kwame Agbo e Anthony Hugh Selormey (Oquaye, 1980; Hansen, 1982; Owusu, 1975). No dia seguinte à tomada dos poderes administrativos, executivos e legislativos de Estado, é proclamada a constituição do *National Redemption Council* (NRC), através da *National Redemption Council (Establishment) Proclamation*, de 1972, que considera, também, a indignação, pelos seus pares, enquanto Presidente do recém-instituído partido político e, enquanto responsável máximo e primeiro da gestão do Governo nacional, o reconhecimento

---

lado, relativamente às questões financeiras, o mesmo decreto-lei político-administrativo, considera, no seu art.º 60 (1), que “The Minister may after consultation with the Minister responsible for Finance and the Auditor-General, issue in writing instructions, not inconsistent with this Act, for the better control and management of the financial affairs of the National House of Chiefs or the Regional House of Chiefs or Traditional Councils” (Assembly Press, 1971: 28). Salientamos, no entanto, e por último, que a promulgação por parte do Governo de Kofi Abrefa Busia do *Local Administration Act (Act 359)*, de 1971, a respeito da manutenção/participação dos *paramount chiefs* nos *Local Councils* reforça a “ideia” política de que “This seemed to be their role, and to accord with the fact that entourage of the local chief, who in Ghanaian custom is still a man whose leadership is respected and followed, and without whose collaboration community development may be crippled” (Ayece, 1994: 86).

<sup>216</sup>De acordo com Dan-Bright Dzorgbo, o Coronel Ignatius Kutu Acheampong perpetra este golpe militar de Estado, com o cínico objectivo político de “‘redeem’ (hence the name National Redemption Council) from its ‘problems’: arbitrary dismissals, arrests and detention without trial, economic mismanagement and incompetence” (*apud* 2001: 227). Com efeito, o “factor militar” é um determinante explicativo para este novo golpe de Estado, na medida em que o novo líder político do Estado ganês, Ignatius Kutu Acheampong, acusa com veemência o Primeiro-Ministro Kofi Abrefa Busia, de interferir maliciosamente nos assuntos internos dos militares e dos polícias, ao destacar que “the first people Busia put his eyes were the Armed Forces and Police. Some Army and Police officers were dismissed under the pretext of retirement. Some Officers were put in certain positions to suit the whims of Busia and his colleagues. Then he started taking from us the few amenities and facilities which we in the Armed Forces and the Police enjoyed even under the Nkrumah regime (...)” (*apud* Dzorgbo, 2001: 228). Para o conhecimento do “factor tribal” na eclosão e justificação deste golpe de Estado militar, ver: (Awoonor, 1984).

ambicioso (e ganancioso) Ignatius Kutu Acheampong (Boahen, 1989). Nesta célere sequência de diacrónicos acontecimentos políticos, o NRC providencia algumas medidas regimentais com carácter de imediatismo simbólico:

the office of President of Ghana was abolished, Busia and his ministers were dismissed, the National Assembly dissolved, political parties prohibited and the Constitution suspended. Similar to the NLC Proclamation of 1966, however, the NRC Proclamation provided that, subject to any decree of the NRC, all the enactments and rules of law in force in Ghana before the coup were to continue in force, unless revoked, repealed or suspended (*apud* Goldschmidt, 1981: 146).

Enfim, como se pronunciou Christian Chavagneux acerca destes catárticos procedimentos políticos: “routine de coup d’État” (1997: 74). Iniciava-se, deste modo, um conturbado período histórico determinado por fragmentados ciclos de iniciativas e dinâmicas militares, que correspondem, na sua essência motivacional, à galopante voracidade que aqueles haviam revelado pelo poder político/de Estado, e, que de modo consequente, balizaram o destino político de quase toda uma década de governação política, que foi profundamente circunscrita pela errância económica, pela insuficiência ideológica, pela ambiguidade administrativa e, pelo autoritarismo político (Ninsin, 1985). Nesta inaugural fase de tomada e instalação nas estruturas e órgãos do Estado, e não obstante a deliberada “colagem” ideológica às condutas e processos políticos perpetrados pelo CPP de Kwame Nkrumah – por exemplo, a implementação de uma liderança populista sob o signo da icónica “revolução nacional”, a reintrodução de um modelo económico assente na planificação do Estado (planos quinquenais) e, a afirmação no inequívoco apoio (e suporte logístico) aos movimentos de libertação do Zimbabué e da África do Sul – o regime político sustentado pelo NRC de Ignatius Kutu Acheampong, produziu tão só e simplesmente, do ponto de vista ideológico-doutrinário, uma ténue (porque incongruente) perspectiva de anti-imperialismo, uma insípida concepção de reformismo político, uma distorcida compreensão de nacionalismo e, uma provinciana percepção do pan-africanismo (Konings, 1986; Yeebo, 1991).<sup>217</sup>

Sendo assim, destacamos que será sob a cobertura de um quadro político que revela proeminentes deficiências (e, diríamos mesmo, ausências) ideológicas e indefinidos critérios de acção política, que se enquadra e se define a natureza das relações políticas que se instituíram entre um (pseudo) Estado “revolucionário”, gerido pela “navegação à vista” do NRC de

---

<sup>217</sup>Segundo Dan-Bright Dzorgbo “By refusing to share decision-making with civilians, the NRC seems to have believed that societal problems were clear and their solution simple, and all that was needed were ‘the right orders’. This view led the regime to have a very simplistic and idealized perception of society as an object that could be easily moulded into a ‘good society’, which, in its view, was to return to the ‘good old days’ of Nkrumah, even though a new economic context had emerged in Ghana that seemed incapable of supporting such a generous, Nkrumah-type, redistributive socioeconomic order” (2001: 229).

Ignatius Kutu Acheampong e, os recém-revigorados (pode-se ler: “promovidos”) *paramount chiefs* ganeses.<sup>218</sup> Nesta medida, no decurso deste processo político de institucionalização de uma raquítica “unidade revolucionária” e de um atrofiado “nacionalismo patriótico” (que não tinha nem a solidez ideológica nem o apoio social de Kwame Nkrumah), a cúpula militar do NRC em gestão do Estado ganês, assume, tácita e veladamente, uma cooperação necessária, ou, antes, uma prudente aliança política com os notoriamente influentes *paramount chiefs* ganeses, com o propósito primeiro de em “coligação” fazerem “cumprir” o socializante projecto político, económico e administrativo daquele militarizado partido político, junto das populações ganesas, sobretudo, daquelas, que maioritariamente viviam no distante e *concreto* “mundo” rural ganês (Konings, 1986). No entanto, a alavancada relação política de “união de facto” entre o Estado e os *paramount chiefs* à época, não estava isenta de “pequenas” lutas por “pequenos” trunfos políticos e financeiros, tal como nos relembra Kwame Boafo-Arthur “The National Redemption Council (NRC) that overthrew the Busia regime initially courted the chiefs to stabilize it usurpation of power but that did not blind it to the perennial problems of who controls the land and the revenues that accrue from land” (2002: 6). Situação esta, que o *Supreme Military Council* (SMC I) se predisporia, revolucionariamente, a “negociar”, como de seguida apuraremos, com gratificantes benefícios económicos para ambas as partes.

Nesta sequência política, acrescentamos que a 9 de Outubro, de 1975, o NRC sofre uma induzida e profunda reorganização política e militar, “renascendo”, deste modo, para o “mundo” social ganês, enquanto SMC (I), que “inaugura”, por sua vez, uma conjuntura histórica que herda e reproduz (e agrava) as “bonapartistas” dinâmicas das precedentes ganâncias políticas e sofreguidões económicas, que recaiam sobre um Estado que por si só já se encontrava moralmente doente, economicamente moribundo e politicamente corrompido (Chazan, 1983; Rothchild, 1980; Gyimah-Boadi, 1989).<sup>219</sup> Com efeito, nesta reconfiguração “política”, o agora General Ignatius Kutu Acheampong, em nome dos ténues *checks and balances* que o “jogo” político e militar reclamava, substitui três dos militares-fundadores do NRC – os promovidos Coronéis Kwame Baah, Kwame Agbo e, Anthony Hugh Selormey – pelos mais “úteis” Comandantes do Exército, da Marinha, da Força-Aérea, das Forças de

---

<sup>218</sup>No processo de edificação de um “nacionalismo revolucionário” (e, paradoxalmente, “inclusivo”), o Coronel Ignatius Kutu Acheampong reclamava a inclusão de grupos sociais tão díspares quanto “des étudiants, des ouvriers, des femmes, des militaires, des fonctionnaires et des chefs traditionnels” (Chavagneux, 1997: 77).

<sup>219</sup>De facto, desde os momentos iniciais da tomada do poder por parte de Ignatius Kutu Acheampong e, com o agravar das erráticas políticas por ele tomadas, o seu “lugar” político sempre esteve sujeito a contestações e a ataques mais deliberados, pois como nos é revelado por Christian Chavagneux “entre 1972 et 1975 le NRC devra subir quatre tentatives de coup d’État: à la mi-1972 par des proches de Busia, en 1973 par d’anciens membres du CPP, en 1975 sous l’égide de l’ancien ministre des Finances de Busia, J.H. Mensah, et en 1975 a priori par des officiers Éwé” (1997: 77).

Segurança e Controlo Fronteiriço e, por último, do Inspector-Geral da Polícia ganesa, que, em conjunto, formam o hermético núcleo duro do SMC (I).<sup>220</sup> Neste novo figurino político-militar, ao SMC (I) atribuir-se-iam as funções de natureza legislativa e administrativa e, ao General Ignatius Kutu Acheampong, simultaneamente proclamado Presidente do SMC (I) e Chefe de/do Estado, ser-lhe-iam outorgadas as funções executivas que, não raras vezes, mais revelariam o “lado” político do poder que da autoridade. No caso de quisermos revelar uma “fotografia” dinâmica deste período de (des)governo ideológico, político e económico do SMC (I), e à compreensão das relações políticas que este (*via* Estado) empreendeu com os *paramount chiefs* ganeses, à explicativa interpretação de Irene Korkoi Odotei devemos recorrer:

o Estado, ao perder os parcos referentes ideológicos que ainda tinha, entrou em ruína política, a anarquia económica era a regra, e a a-moralidade dos políticos e dos militares era o menor dos seus pecados. O SMC privatizou o Estado para criar e alimentar uma enorme teia de clientela política a partir dos recursos daquele. Davam quinhões do Estado (empresas estatais, projectos agrícolas, de infraestruturas, etc), para se perpetuarem no poder. O patrimonialismo e o *kalabule*<sup>221</sup> eram as práticas/estratégias económicas que orientavam e dominavam todos os objectivos políticos de gestão do Estado. O Estado existia enquanto o patrão de uma extensa e seleccionada rede de clientes que sumptuosamente enriquecia em detrimento da população comum, que chegou a passar fome. De entre estes clientes, encontravam-se os *paramount chiefs*. A moeda de troca destes não incidia sobre o controle de fábricas, de ministérios ou das importações. A sua moeda de troca pela “acalmia” das suas gentes, era o Acheampong não lhes controlar e retirar as receitas provenientes das *stool lands* nem promulgar leis que restringissem qualquer função ou prerrogativa que estava na Constituição de 1969 e do *Chieftaincy Act* de 1971. Em nada mexer para que os pratos da balança estivessem em equilíbrio. E assim foi feito. O SMC soube da importância deste acordo não-escrito, e respeitou-o. As permutas políticas e económicas eram o segredo do seu “negócio”. (...) quando o Acheampong tentou emendar a mão com o *Union Government*,<sup>222</sup> o seu destino político já estava marcado.<sup>223</sup>

Neste cenário de corrupção política, de colapso económico e de intensificação das querelas institucionais e “empresariais” dos politizados militares, a história já se havia encarregado de definir o traçado político do moribundo SMC (I). A 5 de Julho de 1978, um bramoso golpe palaciano assume os seus contornos políticos: alguns dos dirigentes do SMC (I), insatisfeitos com a incompetência política e a inabilidade económica de Ignatius Kutu

---

<sup>220</sup>Efectivamente, esta reorganização do NRC acontece “sous la pression des officiers supérieurs inquiets d’une certaine perte d’autorité, pour le transformer en un Supreme Military Council (SMC) donnant un pouvoir politique hiérarchique aux officiers supérieurs, toujours dirigé par Acheampong promu général. Une réorganisation dont il profite pour évincer les officiers Éwé en resserrant les rangs autour des Asante, ouvrant la voie à des tensions ethniques” (Chavagneux, 1997: 77).

<sup>221</sup>O *kalabule*, de acordo com Naomi Chazan, é fundamentalmente “the beat-the-system strategy consisted of constructing parallelly to the formal economy, an informal one, which bred on the formal sector, diverted its resources, and set out to manipulate the state in order to serve the needs of diverse groups of persons within its boundaries” (1983: 194). Para uma análise detalhada acerca dos diversos tipos de *kalabule* que a autora identifica para a realidade económica ganesa, ver a mesma referência bibliográfica: (1983: 194-196).

<sup>222</sup>Numa desesperada tentativa de perpetuar o seu governo militar, Ignatius Kutu Acheampong propôs um inovador sistema político tripartido por si designado de *Union Government* (UNIGOV). Neste sistema político “the army, the police and civilians would share political power. This ideia was sold to the nation with massive political campaigns. A referendum manipulated by the regime returned a victory for Unigov proposal but not before the Electoral Commissioner ran for his life when he insisted on proper electoral procedures” (Dzorgbo, 2001: 250).

<sup>223</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Irene Korkoi Odotei (Ex-Directora do IAS/UG e Coordenadora do CGDP), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

Acheampong – ou, se quisermos traduzir, inconformados com dogmático poder político e com desmedido poder económico que este havia em si concentrado – exoneram o corrupto e cada vez mais incontrolável líder político (reputado de *one-man-show*), reformam a orgânica das hierarquias políticas cimeiras do SMC (I) e, em decorrência, nomeiam um novo chefe militar para a reconstituída plataforma política – o SMC (II) – e um novo dirigente político para o governo do Estado ganês, o Tenente-General Frederick Kwasi Akuffo (Chavagneux, 1997; Chazan, 1983; Oquaye, 1980).<sup>224</sup>

Como é sublinhado por Joseph Amanoo, à sua “chegada” ao poder de Estado, o Tenente-General Frederick Kwasi Akuffo, seria confrontado com quatro incontornáveis problemas de natureza distinta e melindrosa: “l’armée, une situation économique désastreuse, le sort de Acheampong et l’incertitude sur l’avenir politique” (1988: 47). A “fórmula” política que este experiente militar, porém, inexperiente gestor de vontades (ambições) e pressões políticas considerou ser prudente, ou, antes, ser a solução de todas estas dimensões de degradação e desagregação política, económica e social, foi o seu honroso compromisso do iniciar de um processo político democrático que culminaria com eleições livres (presidenciais e para a Assembleia Nacional), a ocorrerem a 18 de Junho de 1979, disputadas somente por partidos políticos, de matriz civil, legalmente constituídos e com exclusiva representação nacional (Jeffries, 1980).

A cobertura material deste almejado projecto político, encaixar-se-ia, na sua existência formal, na proposta do Tenente-General Frederick Kwasi Akuffo, em se oficializar a criação de uma Assembleia Constituinte, cuja incumbência primeira seria a preparação de um *draft* jurídico que serviria de base política para a feitura de uma nova Constituição nacional (a entrar em vigor no dia da realização das eleições), com a supervisão e o assentimento último do colegial órgão directivo do SMC (II). Contudo, nem as beneméritas intenções constitucionais deste militar “feito” político, nem a sua “aposta” na manutenção dos “arranjos” políticos com os (seus amigos e próximos) *paramount chiefs* ganeses, inverteram a cruel e enraizada realidade dos factos históricos para a (sobre)vivência política do SMC (II): “they failed to check the corruption, economic mismanagement, daylight looting of the state’s coffers the ostentatious living and *kalabule* that were going on: nor did they deal with the indiscipline and corruption in the army” (Boahen, 1989: 20). Seria, sob a batuta de um tumultuoso e anómico ambiente

---

<sup>224</sup>As públicas intenções políticas deste golpe militar são muito nítidas nas palavras de Zaya Yeebo “In order to pacify civilian and military critics, the military hierarchy wanted a convenient scapegoat on whom to blame the country’s problems, and the ills of military rule in general. General Acheampong was their obvious choice. The military hierarchy therefore decided to sacrifice General Acheampong as a way of buying time and also reassuring junior officers and other ranks and the population as a whole that the military establishment could restore order and credibility to a crumbling establishment” (1991: 21).

social, político, económico e militar, que o Tenente-General Frederick Kwasi Akuffo decreta o Estado de emergência nacional que, implacavelmente, corresponderia ao seu “canto do cisne” político e militar.<sup>225</sup>

O sangrento e, desta vez, bem-sucedido golpe militar (infrutiferamente tentado a 15 de Maio), efetivado a 4 de Junho de 1979, destitui o governo do SMC (II) e convoca uma nova administração política sob a orientação institucional do *Armed Forces Revolutionary Council* (AFRC) e, sob o comando político do *small boy*, o Tenente Piloto-Aviador Jerry John Rawlings (Jeffries, 1980; Hansen & Collins, 1980; Pieterse, 1982). O *leitmotiv* militar e político desta “insurreição espontânea”, representava, segundo os seus perpetradores, a “revolta” do cidadão comum ganês “against injustice, against economic hardship and against the cancer of corruption that had eaten into the fabric of Ghanaian society” (Boahen, 1989: 22).<sup>226</sup> Nesta medida, e com a incumbência de reparar tão malélicas dinâmicas políticas e económicas e, de regenerar a moral social de um Gana decadente, Jerry John Rawlings alicerça toda a sua motivação política sob a “orientação” dos populistas e dilacerantes *slogans* revolucionários de “house cleaning exercise” e de “let the blood flow” (Hansen, 1982; Okeke, 1982).<sup>227</sup>

No decurso deste processo de “higienização” política, económica e moral, o AFRC de Jerry John Rawlings, não descurou a sua promessa política de devolução do poder político a um governo civil, que resultaria da realização de eleições presidenciais e legislativas, a ocorrerem a 18 de Junho, tal como havia sido previamente anunciado durante a regência política do SMC (II). Assim, na prevista data, são realizadas as eleições das quais resultam a vitória eleitoral do *People’s National Party* (PNP), do qual emerge enquanto seu líder político e eleito Presidente da República, o Dr. Hilla Limann (Oquaye, 1980; Boahen, 1989). A 24 de Setembro, após a tomada de posse da nova Assembleia Nacional, o AFRC estava disponível para a “passagem” da pasta presidencial para o civil Hilla Limann, que corroboraria (com pequenos apontamentos rectificativos), tal como Jerry John Rawlings e o AFRC, a integralidade das propostas constantes no documento de feitura de uma nova Constituição Nacional, a entrar em

---

<sup>225</sup>Para além da incapacidade do SMC (II) combater os graves problemas acima citados, o seu Governo foi derrubado porque “Akuffo and his new SMC members were part of the whole system of *kalabule*, corruption, smuggling, profiteering and indiscipline. (...) Akuffo and his SMC II spent their time not only amassing more wealth and enriching their wives and girl friends, but above all ensuring that they returned the country to civilian rule under a constitution which would guarantee their future safety, security and immunity” (Boahen, 1989: 20).

<sup>226</sup>Neste golpe militar “The ‘revolution’, as increasingly controlled and defined by Rawlings himself, was more an attempt at moral reformation than structural transformation, primarily concerned to reassert the principle of popular accountability in Ghanaian political and public life” (Jeffries, 1980: 297).

<sup>227</sup>Com efeito, tal como nos corrobora Piet Konings “During its ‘cleaning up’ operation, the AFRC executed eight senior army officers, including three former Heads of State, for allegedly committing ‘crimes against the state’, sent hundreds of corrupt senior army officers, public officials and their business accomplices to long term of imprisonment, and dismissed a number of senior civil servants and police officers” (1986: 39).

vigor no imediato político.<sup>228</sup> Estava oficializada a gênese política e constitucional da 3.<sup>a</sup> República do Gana e, estava firmada a advertência política de Jerry John Rawlings ao PNP “that the military would follow closely the developments in the country under the PNP administration” (Konings, 1986: 40).

A classe política dirigente do novo partido político que agora controlava o poder executivo do Estado, assumia-se, do ponto de vista ideológico, enquanto os doutrinários e “espirituais” herdeiros directos do “socialismo democrático” preludiado pelo CPP e, pelo seu inolvidável líder, Kwame Nkrumah (Pellow & Chazan, 1986). No entanto, e não obstante a existência nas fileiras do PNP de saudosistas da “velha guarda” do CPP e de irreverentes “jovens Turcos”, os quadros políticos do PNP e os “gestores” políticos de Hilla Limann no “governo” do Estado, definiram, dadas as premências da conjuntura e as vantagens estruturais, que o padrão da acção política e relacional a manter entre um comatoso Estado e os operativos *paramount chiefs*, se remeteria para caminhos que a prudência e a necessidade política indicavam ser os de maior proveito: o engajamento regulamentar e o compromisso político.<sup>229</sup> Os contornos jurídicos de aproximação e os ajustamentos políticos de “salvo-conduto” que o Estado ganhava se empenhou em demonstrar pelo “lugar” e autonomia institucional dos *paramount chiefs* ganeses, encontram a expressão máxima do seu “eco” de compelida “boa-vontade”, no explícito e tonificado preceito normativo da Constituição de 1979 (o qual, havia sido timidamente esboçado no texto constitucional de 1969), que nos sublinha o princípio político-formal de que:

parliament shall have no power to enact any legislation: a) which confers on any person or authority the right to accord or withdraw recognition to or form a chief; or b) which in any way detracts or derogates from the honour and dignity of the institution of chieftaincy (Assembly Press, 1979: 130).

---

<sup>228</sup>Nos governos do NRC/SMC (I e II) e do PNP, nenhuma reforma estrutural foi feita em relação à descentralização política e administrativa. Os “retoques” políticos produzidos, recaíram na substituição dos órgãos electivos por órgãos nomeados pelos Governos militares nos *Regional, District e Local Councils*. Citemos, neste sentido, as Comissões, a legislação e as eleições que a esta matéria fazem referência: a *Okoh Commission* (1974), o *Local Administration (Amendment) Decree (NRCD 138)* (1972); o *Local Administration (Amendment) Decree (NRCD 258)* (1974); o *Local Government (District Councils) Decree (NRCD 290)* (1974); o *Local Government (District Councils) Decree (NRCD 352)* (1975); o *Local Government (Amendment) Decree (SMCD 15)* (1976); o *Local Government (Amendment) Decree (SMCD 196)* (1978); o *Local Government (Amendment) Decree (SMCD 219)* (1979); a *Constituição de 1979* e o *Local Government (Amendment Act (Act 403)* (1980). Neste período de tempo, só em 1978, foram realizadas eleições para os órgãos políticos locais. Ver: (Ayee, 1994; Ahwoi, 2010; Jacquemot, 2007).

<sup>229</sup>Efectivamente, tal como relembra Kwame Boafo-Arthur “It is clear then that chiefs have been fighting to maintain not only their regal status but also the economic source of their livelihood which is land. Act 370 of 1971 and some provisions of the 1979 Constitution made sure of that. More significantly, the 1979 Constitution safeguard the chieftaincy institution, guaranteed its existence, and also restored its economic basis” (2002: 6-7).



A introdução deste “pequeno” aditamento constitucional, significou, “tão-só”, por um lado, a coartação de um dos mais categóricos “trunfos” políticos utilizados pelo Estado ganês, (sobretudo, na sua versão colonial e, na sua versão Kwame Nkrumah), que o mobilizava com o propósito político de melhor “admoestar” e/ou “domesticar” os sempre incômodos e insubmissos *paramount chiefs* do Gana, e, por outro lado, estes últimos, ao experienciarem o corte desta “corrente” política-jurídica, puderam reassumir o controlo e a gestão política, jurídica e financeira de toda a sua orgânica funcional-institucional, que os alavancou para uma “posição” política com maior margem de manobra relacional-negocial.<sup>230</sup>

Desta forma, o que fica do que se passou nestes evanescentes ciclos políticos que compõem esta volatilizada conjuntura política, é que à inexperiência, à contingência, e à conveniência política dos (fugazes) governos de prescrição militar ou de orientação civil, correspondeu, em razão inversamente proporcional, o (validado) acréscimo de notoriedade, de influência e, díríamos mesmo, de autoridade política dos *paramount chiefs* num âmbito social mais dilatado que o do seu “simples” *cercle* de dominação tradicional.

### **3.3 | O 31 DE DEZEMBRO DE 1981: DOS POSTULADOS REVOLUCIONÁRIOS À UNIDADE NACIONAL**

Na madrugada de 31 de Dezembro de 1981, um último golpe de Estado – ou, “a coup with a revolutionary import” (Hansen, 1982) – é perpetrado pelo democrata populista, Jerry John Rawlings, que nesta sequência militar depõe o governo constitucional e parlamentar de Hilla Limann, extingue os partidos políticos, dissolve a Assembleia Nacional, suspende a Constituição de 1979, assume, de forma imperativa, o comando formal da iniciativa política do Estado e, em sequência de todo este sublevado deflúvio castrense, instala no aparelho do poder de Estado os “camaradas” militares e civis partidários do *Provisional National Defense Council* (PNDC) (Boahen, 1989; Yeebo, 1991).<sup>231</sup> A instalação do PNDC nos órgãos de gestão central do Estado (–sistema) ganês, obedeceu aos revolucionários desígnios programáticos que reivindicavam a reestruturação e a (re)moralização dos princípios e das instituições da “vida” social, política, económica, financeira e militar do Gana, e, ainda, a restauração dos parâmetros

---

<sup>230</sup>Fazemos nota de que, dada a governação política do PNP só ter durado vinte e sete meses, as disposições legais relativas aos “governos locais” inscritos na Constituição de 1979, não chegaram a ser totalmente implementadas. Nesta medida, a legislação que continuou a regular a integração e as funções dos *paramount chiefs* nas estruturas político-administrativas locais, foram as normas constantes na Constituição de 1969 e no *Chieftaincy Act* de 1971. Ver: (Aye, 1994; Harris, 1983).

<sup>231</sup>Passado algum tempo após a revolução de 31 de Dezembro de 1981, Jerry John Rawlings, pronunciar-se-ia sobre as parciais causas que o levaram a derrubar o regime de Hilla Limann: “Since the government was still perceived by the people as a remote, alien institution [imposed by colonialism], they watched helplessly as successive regimes raped the country, until graft and corruption permeated every level of society, whilst the economy reached the point of disintegration” (*apud* Ray, 1986: 24). Ver, ainda: (Boahen, 1989; Nugent, 1996).

de uma democracia *real* (i.e., com reminiscências da estratégia de “nova democracia” de Mao-Tsé-Tung) que alavancasse, de forma estável, douradoira e proactiva, a “construção” política de um *espírito* de unidade nacional ganesa (Hansen & Ninsin, 1989; Oquaye, 2004). O “rascunho” do *ethos* ideológico e da *praxis* política deste Conselho Militar, seria definido na “messiânica” mensagem política proferida pelo seu líder e “marxista autodidacta”, Jerry John Rawlings, nessa mesma noite de *réveillon*, através de uma *sui generis* transmissão televisiva e radiofónica:

fellow Citizens of Ghana, as you would have noticed, we are not playing the National Anthem. In other words, this is not a coup. I ask for nothing less than a Revolution, something that would transform the social and economic order of this country. (...) We are asking for nothing more than to organize the country in such a way that nothing will be done from the Council, whether by God or the devil, without the consent and the authority of the people. In other words, we want the people, the farmers, the police, the soldiers, the workers, so long as you are Ghanaian, rich or poor, to be part of the decision-making process of this country, and not just a pack of criminals in the PNP hierarchy” (*apud* Nugent, 1996: 15).<sup>232</sup>

Na prática, seriam estas as palavras que representariam o fim político da 3.<sup>a</sup> República do Gana e, dariam início a um novo e “popular” ciclo político e doutrinário que Albert Boahen classificou de “The era of the culture of silence” (1989: 33). De facto, nesta efervescente fase inicial (que se tange, sobretudo, no decurso do ano de 1982, e é também designada por fase populista), a apreensão social, a incerteza económica e o silêncio ideológico eram a norma da percepção e do comportamento político da esmagadora maioria da população ganesa, inclusivé, dos *paramount chiefs* que, precavidamente, procuravam perceber qual o cadência, a amplitude e o itinerário ideológico que toda esta vanguardista “holy war” política e militar iria consubstanciar (Boafo-Arthur, 2002; Shillington, 1992). E, como a sucessão dos factos diacrónicos o viriam a comprovar, as (iniciais) preocupações políticas dos *paramount chiefs* ganeses teriam um fundado e tangível esbatimento directo na negociação e na autonomia das suas prerrogativas sociais, jurídicas, estatutárias, institucionais e relacionais, na medida em que os novos “teoremas” ideológicos propalados por uma “certa” esquerda do PNDC, circunscreviam as práticas e os “fenómenos” do político à tutela de uma nova “agenda” revolucionária que difundia um conjunto de dogmáticos e excludentes princípios e dinâmicas

---

<sup>232</sup>Na perspectiva analítica de Dan-Bright Dzorgbo “Rawlings maintained that his coup was a ‘people’s revolution’ for ‘social justice’ and a ‘holy war’ against international imperialism and local exploiters. (...) Rawlings proposed that a popular democracy must be the ultimate goal of the revolution. Power was to be exercised temporarily by the until a more durable national forum for participation radiating from the local, regional and the national levels, was developed. The PNDC thus conceived itself as a vanguard party leading the peasantry and a proletariat class to a revolution” (2001: 272).

“democráticas” que giravam em torno das revisitadas concepções de “people’s power” e de “people’s state” (Oquaye, 2004; Adedeji, 2001).<sup>233</sup>

Com efeito, o Estado (sistema/ideia) ganês sofreu, ainda que pelas mãos de marxistas de “primeira viagem” doutrinária, uma acentuada mudança de paradigma na sua orgânica institucional e, na sua orientação ideológica de acção e mobilização social, política, económica e relacional. Assim, dentro do inspiracional fundamento revolucionário do “bottom power to people’s power”, foram criados pela cúpula político-doutrinária do PNDC, para actuarem a nível nacional e, mormente, a nível local, os voluntariosos e, não raras vezes, impreparados e discricionários *People’s Defence Committees* (PDC’s), os *Workers Defense Committees* (WDC’s), os *Committees for the Defense of the Revolution* (CDR’s, que em Dezembro de 1984, num “espírito” de abertura e integração política, substituem os dois primeiros), o *National Investigation Committee* (NIC), o *Citizens Vetting Committee* (CVC), a *National Youth Organising Commission* (NYOC), as *Student Task Forces* (STF), o *Women’s Movement* (WM), e, os *Public Tribunals* (PT), que eram “programados” enquanto arietes panfletários e operativos ou, se quisermos, enquanto “instruments for popular participation, political education, channels of communication to and from the leadership, and political control, and they were regarded as the basis for the future revolutionary party that was to be formed” (Boahen, 1989: 44).<sup>234</sup>

Seriam, sobretudo, as três primeiras enunciadas “instituições” do Estado (–sistema) que promoviam uma insofismável e sugestionada mudança social e política (com particulares ingerências no mundo “urbano”, porém, com estruturantes linhas de acção também nas “realidades” rurais), que afrontariam e interceptariam as constitucionalmente consagradas posições sóciopolíticas dos *paramount chiefs*, e que, naturalmente, iriam (re)criar focos de tensão relacional, na justa razão em que o conflito e a concorrência são “inerências” de ambas as estruturas com proeminente vocação/posição política legítima (Nugent, 1996; Ninsin, 1991). No entanto, se atentarmos que esta revolução, é, pelos caratectizadores padrões de Paul Nugent, uma “very ghanaiian revolution” (1996: 15), percebemos, de acordo com os *outputs* que a

---

<sup>233</sup>O PNDC não era um bloco político-ideológico homogéneo. Várias, eram, as “facções” que o compunham e que dentro dele lutavam para impôr a sua matriz política de uma sociedade ganesa socialista. Nesta medida, e pelas palavras de Donald Ray, destacamos as duas principais “forças” políticas em disputa: “The JFM [June Fourth Movement] wanted to move quickly to build a Bolshevik-style revolutionary party, attack the rich, and break all ties with imperialism. In short, the JFM leadership wanted to move quickly into socialism, once the revolution started. The NDM [New Democratic Movement] also desired the accomplishment of socialism but argued that it would only be possible after a considerable time had elapsed. This approach reflected Mao’s attempts to adapt and not blindly adopt Marxist-Leninism to his own country” (1986: 27-28).

<sup>234</sup>A criação destas novas e paralelas estruturas políticas e administrativas, era justificada pela existência de um projecto revolucionário que levaria à radical transformação social ganesa. Tal como Emmanuel Hansen sublinhou “if one accepted the postulate that the people were to be the main instruments of the transformation process and the architects of their own destinies, then it was necessary to create certain structures and institutions through which their collective energies could be mobilized and channeled into social action in accordance with the dynamics of the transformation process” (1991: 27).

história política escrita deste período nos permite aferir (e corroborada pelas críticas narrativas dos nossos informantes privilegiados), que a clivagem (e, até mesmo, o conflito) existente entre as projecções ideológicas do Estado (–ideia) do PNDC e o esbatimento e execução destas na realidade política *real* por parte dos organismos do Estado (–sistema) ganês (tal é o caso dos PDC’s, dos WDC’s e, dos CDR’s), foi um inegável e fragmentador *facto* político que “produziu” (contraditórias) situações políticas relacionais (por exemplo, com os *paramount chiefs*) que à arrogância, à submissão e à (inter)dependência política nada ficaram a dever (Chazan, 1991).<sup>235</sup>

Efectivamente, diversas e ilustrativas são as “circunstâncias” políticas que revelam a amplitude (pronuncie-se: a desproporção e/ou incoerência) da empírica configuração relacional que os “novos” e catequizados agentes políticos do PNDC instituíram com os “velhos” e legitimados agentes políticos tradicionais, na (malograda) implementação de uma nova linguagem ideológica e na (improfícua) reestruturação das posições e dos *bens raros* nos campos políticos a nível local. Nesta populista fase política, a voracidade do ímpeto revolucionário inicial e o conspícuo desconhecimento das dinâmicas sociais e políticas das comunidades rurais, encaminharam as estruturas da “produção” ideológica do PNDC e os seus “operacionais” do terreno, para uma distorcida leitura dos “centros” políticos, das lógicas económicas e das práticas simbólico-rituais daquelas, a qual redundou no primeiro e rude golpe político – alienou a participação e o compromisso do “povo” (ou, se preferirmos, das “massas populares”) na revolução e acentou as antagónicas dissidências político-ideológicas dentro do PNDC – para esta primeira geração de românticos e idealistas “fazedores” de revoluções populares em sociedades (rurais/tradicionais) que eram constituídas por peculiares e complexas camadas de subtilezas políticas e de ténues equilíbrios relacionais, tal, era o caso, da política e politizada sociedade rural ganesa (Ray, 1986; Chazan, 1991; Bofo-Arthur, 2002).

Podemos, neste sentido, mobilizar as minudentes palavras de Joseph Akwasi Attah, para melhor apreendermos e caracterizarmos os parâmetros e os perímetros das dinâmicas políticas relacionais que, neste exordial e efervescente ciclo político e programático, emergiram entre os “modernos” (vanguardistas/urbanos) agentes políticos e os “tradicionais” (reaccionários/rurais) agentes políticos:

---

<sup>235</sup>Por certo, tal como é sublinhado por Donald Ray “The creators of the defense committees underestimated the strength and resilience of the traditional power structure. This underestimation reflected the youth, newness and up to this date, mainly urban experience of the Marxist and populist creators of the defense committees. (...) The grassroots leaders of the PDC’s and WDC’s found themselves on occasion thrust into situations of not understanding the local power dynamics – where the threats would come from and how to overcome them. Not only did the leaders of these mass organizations often lack the tools of analysis, they often lacked a knowledge of organizing skills that come with experience or from a well-organized, well-staffed supervising structure” (1986: 88-89).

as revolucionárias promessas políticas tão difundidas pelos elementos que operavam nos PDC's e nos WDC's, não eram fundamento suficiente para afirmarem a sua legitimidade política junto das populações rurais. As suas acções eram, simultaneamente, belicosas e desinformadas. Quanto a mim, cometeram o mais capital dos erros políticos: sob a tutela de uma cartilha ideológica marxista, elegeram, também, os *paramount chiefs* enquanto inimigos da revolução, porque eram retratados enquanto burgueses proprietários que oprimiam os seus respectivos povos, através de um sistema político, económico e simbólico feudal, e acabaram por destruir um dos canais políticos que lhes permitiria chegar ao âmago das populações rurais. O quadro político, assumiu diversas matizes: casos houve, sobretudo, perto dos maiores centros urbanos, que o trabalho daqueles teve algum enraizamento e a acção dos *paramount chiefs* foi afrontada com maior eficácia; ainda, existiram situações em que a entrada forçada e de rompante daqueles entrou em conflito directo com os *paramount chiefs* e as populações resguardaram-se na segurança e inequívoco apoio a estes últimos, boicotando, em definitivo, o trabalho político dos primeiros; surgiram, também, em alguns contextos geográficos (por exemplo, na região Asante), em que desde o primeiro dia, os *paramount chiefs* impuseram a sua autoridade na escolha dos elementos que compunham aqueles organismos, colocando nestes, pessoas da sua confiança e subserviência política, resultando de toda esta parceria um cenário em que os PDC's e os WDC's conseguiam trabalhar e os *paramount chiefs*, aproveitavam a boleia da suficiente legitimidade revolucionária de que aqueles usufruíam. Ao sentirem a fraqueza e a necessidade de o Estado se implementar nas zonas rurais, os *paramount chiefs* fizeram-se valer do seu legitimado papel político e estatuto social.<sup>236</sup>

Um novo tempo económico iria trazer uma subjacente, porém, reforçada, importância política aos *paramount chiefs* na (re)construção, da sempre propalada (porque conveniente) mas ilusória, “unidade nacional” ganesa alvitada por facções do PNDC e, pelo próprio Jerry John Rawlings. Foi, desta forma, (já) em finais de 1982 e inícios de 1983 (que corresponde à chamada fase do ajustamento), que reslumbrou a proficiente (e compulsória) retroversão do *modus faciendi* ideológico, político e económico anteriormente idealizado por Jerry John Rawlings e alguns dos seus quiméricos prosélitos e, a mitigação do *modus operandi* burocrático, administrativo e relacional materializado pelas estruturas operativas de base recém-instituídas pelo PNDC, em áreas geográficas que compreendiam, sobretudo, o sensível, singular e incapturável “mundo tradicional” ganês (Chazan, 1991). Com efeito, em Março de 1983, Jerry Rawlings, condicionado pelas necessárias e inadiáveis políticas de ajustamento económico inicia, muito subliminarmente, uma nova estratégia de abertura política e ideológica assente na formalização institucional de uma sedutora estratégia de “reconciliação nacional”, cuja magnitude se estendia pelo social, pelo económico, pelo doutrinário e, naturalmente, pelo político (Toulabor, 2000; Oquaye, 2004).<sup>237</sup> A dar conta deste seu mesmo ponderado “propósito” político, estão as suas conscientemente intencionais (pode-se ler: astutas e orientadas) palavras de ordem: “We must not, we cannot ignore the fact that the Revolution has to accommodate a range of views and opinions. Whilst we shall never compromise our principles,

---

<sup>236</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Joseph Akwasi Attah (Supervisor de Projectos da VFDI), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

<sup>237</sup>Conforme salienta Zaya Yeebo “In the dawn broadcast of 6 March 1983, Rawlings launched his policy of ‘reconciliation’ in which he called on ‘the professionals, men and women of religion, *chiefs*, the lodges and everyone to break out of their insulating walls and shells and give the national effort a push’. In the address, he accused the PDCs and WDCs of exercising ‘power without authority’. To Rawlings, ‘the character and commitment of the individual is more important than the class from which he or she comes or the position one holds’” (1991: 180).

we must at the same time keep open the doors of dialogue in an atmosphere of frankness” (Rawlings, 1983: 27). Este seria, tal como a história política desta conjuntura o demonstraria, um declarado “pisar de olhos” (e, em simultâneo, um encapotado pedido de auxílio) político, a importantes (porque representativos) “grupos” ou “franjas sociais” com revestida legitimidade social e política, de entre os quais destacamos, os até então ideologicamente apossados, mas politicamente necessários, *paramount chiefs* ganeses. Desta forma, o Estado ganês na pessoa de Jerry John Rawlings, estava pronto a (re)assinar um novo contrato político, social, relacional e legitimatório com o (até então) obscuro e obsoleto “mundo” da etnicidade, da ruralidade e do tradicional (Nugent, 1996).<sup>238</sup>

Será, porventura, bastante (e “coincidentemente”) revelador o facto de este benigno posicionamento político – revelado numa conjuntura de acentuadas críticas (políticas, económicas, sindicais, corporativas e ideológicas) a Jerry John Rawlings (fora e, sobretudo, dentro do PNDC), de intensificada crise funcional e identitária do Estado (nas suas versões ideia e sistema) e de deficitários cumprimentos e resultados económicos e financeiros – ser “confessado” semanas antes de o (organicamente sorvido e desvigorado) Estado ganês assentar a assinatura de um acordo com o FMI e o BM, para a aplicação de um programa de ajustamento estrutural – designado localmente por *Economic Recovery Programme* (ERP) – que objectivava a implementação de um “pacote” financeiro que promoveria a recuperação e a estabilização económica, cambial e fiscal do Gana. Às incontornáveis e ciclópicas exigências desta externa intervenção económica, e correspondente esforço político e económico de um Estado que se encontrava em quebranto legitimatório, esperava Jerry John Rawlings (e a “ala” direita do PNDC) que equivalesse a um alargado, incondicional e transversal apoio social e político, dos mais diversificados “corpos” políticos, profissionais, sindicais, e, até mesmo, étnicos que representassem o máximo possível do “total-social” ganês.<sup>239</sup> Perante tal estrutural “situação” económica, o (simultaneamente) fraco/forte Estado ganês, predispôs-se a formar uma “coligação de desenvolvimento”, à qual os *paramount chiefs* ganeses não deixaram de estender a mão dos lugares dispostos na primeira fila de cadeiras políticas. Uma nova, pública e pacífica

---

<sup>238</sup>De facto, a 6 de Março de 1984, no discurso que comemorava o dia da Independência do Gana, Jerry John Rawlings, “abre” o jogo político (a contragosto de muitos camaradas seus da radical ala esquerda de influência “Nkrumahista”) e anuncia a nova “direcção” que o Estado ganês e o Governo do PNDC querem assumir: “Our Government believes (that) this is the time to start formulating and discussing the basic outlines of the new political system that we aim to build. Such a system must derive its validity and strength from our own historical process, the realities of our own situation and the intellectual values of our own traditions and cultural heritage. (...) We believe (that) a system of Government can claim to be fully democratic only if the organs of Government and state power are constituted by the representatives of the people (1984: 80).

<sup>239</sup>Para um conhecimento aprofundado da natureza, das tensões, dos contornos e das consequências de toda esta grave crise económica ganesa e das dinâmicas de acção do FMI e do BM em todos este processo, ver: (Hutchful, 2002; Aryeetey *et al.*, 2000; Herbst, 1993; Rothchild, 1991; Kraus, 1991; Jeffries, 1991; Martin, 1991).

disposição relacional se redefiniria entre um Estado ganês em “coma” económico e atrofia política e uns saudáveis e “voluntariosos” (e *localmente* legítimos) *paramount chiefs* ganeses. Tal conjuntura de convenientes “aproximações” políticas, é-nos sumariamente caracterizada pelo “olhar” analítico de Esther Oduraa Ofei-Aboagye, ao evidenciar que:

para Rawlings era um tudo ou nada. Era o momento da sua verdade política. Ou abdicava da cega ortodoxia ideológica que grassava na esquerda do PNDC ou abria e partilhava o espaço político com outras gentes e outros olhares políticos. Rawlings foi muito pragmático: à crescente falta de legitimidade de um Estado em agonia (que era uma situação paradoxal: o Estado era forte perto do Palácio Presidencial e muito fraco à medida que os seus tentáculos políticos daquele se distanciavam), soube Rawlings prescrever-lhe todo um conjunto de várias e indirectas legitimidades sociais e políticas, que o ajudaram a recuperar e a fazer-se sentir económica e politicamente. Os *paramount chiefs*, uma vez mais, e tal como já vinha acontecendo desde 1966, aproveitaram esta histórica oportunidade de crónica doença estatal para se recolocarem e reafirmarem no xadrez do jogo político local e nacional. Colocaram, as suas legitimidades ao serviço de um Estado que se predispunha a um considerado “agradecimento” político. Se as relações políticas entre o Estado e os *paramount chiefs* eram as de melhores amigos? Não creio.<sup>240</sup> Creio sim, que ambas as partes eram lúcidas o suficiente para saberem que todas as amizades podem ter um fim e que o importante é viver o dia a dia sem traições, deslealdades ou sequer faltas de respeito. Neste caso, respeito político.<sup>241</sup>

Foi, deste modo, sob a batuta de um relacionalmente “amigo” e liberalizado Estado ganês, que o mesmo, a partir de 1986, inicia uma terceira fase política, que corresponde, *grosso modo*, ao seu próprio processo de consolidação política de “mãos dadas” com os agora também consolidados *paramount chiefs* ganeses. Refiramos, neste sentido, que a resposta política tradicional à solicitação política estatal da cimentação democrática, da estabilização económica e da preservação social, no fundo, a resposta ao projecto de “unidade” e “reconstrução nacional” foi de contornos políticos sem anteriores precedentes históricos: o inequívoco e genuíno empenho político em todas as acções de âmbito nacional, regional e local, que servissem e assegurassem a promoção de um Gana que à tanto tempo se esperava que fosse *verdadeiramente* plural, independente e democrático. Do lado do Estado ganês e, em particular, do PNDC e de Jerry John Rawlings, o “agradecimento” político a esta dedicada solicitude de toda esta importante “massa” tradicional, não se fez por menos, na medida em que a diversos *paramount chiefs* ganeses foram “dados” importantes cargos de influência nacional (de âmbito

---

<sup>240</sup>Aproveitamos, neste ponto, para realçar a latitude e a longitude da desconfiança, do tacticismo e das “sombras” políticas existentes entre o Estado e os *paramount chiefs* em todo este transitivo “momento” político. No processo de reestruturação administrativa de 1988 (pouco antes das eleições locais de 1988/1989), o Estado do PNDC, através da *Local Government Law (PNDCL 207)*, remodela a composição das *District Assemblies* e retira a nomeação automática dos *paramount chiefs* para os órgãos de representação daquela instituição política e administrativa local. A razão primeira e oficial (avançada por uma certa “ala” radical de esquerda ainda no activo no PNDC, e à qual Jerry John Rawlings encapotada e convenientemente recorria para “combater” na linha da frente os *paramount chiefs*) que explica tal posição política era de que “the PNDC government regarded the representation or active participation of chiefs in decentralized institutions, such as the District Assemblies (DA’s), or the organs of power, as undemocratic and counter-revolutionary. In other words, the PNDC decentralization reforms did not set aside a direct place for chiefs within the structures of local government” (Aye, 2000a: 2).

<sup>241</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Esther Oduraa Ofei-Aboagye (Directora do ILGS), em Acra, em 2010 [AE2014/SCeP].

estatal e governamental): citemos, entre tantos outros, os ilustrativos casos de Nandom Na Polkuu Chiri VI (*paramount chief* de Nandom – região Oeste Superior) que se tornou membro do PNDC e assumiria a pasta de Secretário de Estado da Defesa, de Nana Akuoku Sarpong (*omanhehe* de Agogo – região Ashanti) que foi nomeado Secretário de Estado da Saúde, de Emmanuel Tanoh (*omanhene* de Agona – região Ashanti), seria indicado para Secretário de Estado para os Assuntos Tradicionais e Procurador da República Interino, do Padre Rowland Adiali Ayagitam II (*paramount chief* de Chiana-Pio – região Este Superior), enquanto Porta-Voz da Assembléia Consultiva que redigiu a Constituição de 1992 e, de Nana Odenehu Oduro Numapau II (*omanhene* de Essumeja – região Ashanti), seria nomeado Vice-Presidente (encarregue dos pelouros das Finanças e da Administração) da Comissão Eleitoral Nacional Interina (*Interim National Electoral Commission* – INEC), que nada mais era que o organismo que organizaria as proeminentes eleições presidenciais e legislativas de 1992 (Aye, 2000b).<sup>242</sup> Toda esta fomentada sinergia política de entrega, de agradecimento e de reconhecimento entre ambas as partes (Estado–*paramount chiefs*), seriam as sementes de um “compromisso político” que já num curto e posterior período de tempo, dariam maduros e lucrativos frutos políticos.

Portanto, o período que decorre entre os anos de 1981 e 1992, que configura a “passagem” de um Estado em modo revolucionário/exclusório para um Estado em modo democrático/integrativo, promove relações políticas entre o Estado ganês e os *paramount chiefs* ganeses sem grandes ressaltos ou sobressaltos políticos, tal como o evidencia o reconhecido politólogo ganês, Joseph Aye “bien que l’influence des chefs sur le pouvoir politique de Rawlings soit négligeable, elle conféra néanmoins à son régime une certaine légitimité, au moment où il en avait besoin (2000: 152). A atitude política, faz o mesmo autor sobressair “vis-à-vis des chefs était hostile au début de la ‘révolution’, mais cela avait changé, car le PNDC avait compris l’importance des chefs pour donner une légitimité à son régime at à ses politique” (Aye, 2000b: 152).<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup>Paul Victor Obeng (natural do distrito de Adanse Norte – região Ashanti), membro do PNDC e Presidente do influente Comité de Secretárias, caracteriza todo este “espírito” de “entrelaçamento” político ao mencionar que “En 1989 la place prépondérante réservée à la chefferie dans la révolution, faisait remarquer qu’il faudrait que les autorités traditionnelles soient cooptées d’une certaine façon au sein des structures de telle sorte que les caractéristique culturelles du Ghana soient maintenues et que les chefs soient intégrés au processus de développement (*apud* Aye, 2000b: 152).

<sup>243</sup>De entre a reduzida e “benigna” acção normativa que o PNDC produziu sobre e para os *paramount chiefs* ganeses destacamos: a *Chieftaincy (Amendment) Law (PNDC 25)* (1982), a *Chieftaincy (Amendment) Law (PNDC 107)*, (1985) – cujo raio de acção jurídica era a regulação do Estado nos constantes conflitos existentes pela sucessão aos tronos em algumas regiões do Gana, por exemplo, na região Norte –, a *Regions of Ghana (Amendment) Law (PNDC 41)* (1983), o *Head of Family (Accountability) Act (PNDC 114)* (1985), e o *Chieftaincy (Membership of Regional Houses of Chiefs) (Amendment) Instrument (LI 1348)* (1987). O PNDC, desde muito cedo, manifestou uma vontade política em “trabalhar” com as matérias que ao processo de descentralização política diziam respeito. Nesta medida, registamos os seus (tímidos) *outputs* normativos em relação a esta (sensível) matéria política: a *Kuffour Commission* (1982), a *Sowu Commission* (1982) e, a *Kaku-*



## CAPÍTULO 4 | DA FORMALIZAÇÃO DA 4.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1992) AO PRESENTE HISTÓRICO: DAS IMPOSIÇÕES EXÓGENAS ÀS DINÂMICAS ENDÓGENAS NA (RE)DEFINIÇÃO DE UM PARADOXO POLÍTICO

### 4.1 | UM NOVO PARADIGMA POLÍTICO: OS DESAFIOS POLÍTICOS DA (RE)ABERTURA DEMOCRÁTICA

O PNDC, condicionado pelas pressões conjuntas da opinião pública endógena e exógena e, em especial, dos organismos (doadores/financiadores) internacionais, tais como, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), estatuiu, em 1990, a institucionalização de uma Assembleia Consultiva (composta por 269 membros) – em trabalho de parceria técnica e política com a recém-habilitada *National Commission for Democracy* (NCD)<sup>244</sup> e sob a supervisão científica e jurídica do *Committee of Experts* (constituído por 9 membros) – que tinha como objectivo político prevaemente, a elaboração de uma nova proposta de Constituição para a (anémica e seccionada) República do Gana (Ayee, 1994; Afary-Gyan, 1995).<sup>245</sup> Esta Assembleia Consultiva, trabalhou durante sete meses (de 26 de Agosto de 1991 a 31 de Março de 1992), e, era formalmente composta por representantes de partidos políticos, de associações e grupos da “sociedade civil” – liderados, ou sob o “chapéu-de-chuva” de influência do *Movement of Freedom and Justice* (MFJ) –, de organizações públicas e privadas (igrejas, universidades, embaixadas e, até, de multinacionais), de instituições outras de irrefutável relevo nacional, tais como a *National House of Chiefs* e as *Regional House of Chiefs*, e, ainda e incontornavelmente, pela sua substantiva importância social e relevância política, foram, em simultâneo, mantidas consultas de carácter político formal e informal (em Acra e, em Kumase) de altos quadros do Estado com o *Asantehene* Otumfuo Opoku Ware II e, com muitas outras altas figuras políticas e militares do *Asanteman* e do *Asantemanhyiamu* e,

---

*Kiyama Commission* (1982). Em relação à legislação “corrente” promulgou-se o *Local Government (Interim Administration) Law (PNDCL 14)* (1982) e, a *Local Government Law (PNDCL 207)*, (1988) e, por último, foi cumprida a realização de eleições para as várias estruturas de “governo local” em 1988/1989. Ver: (Ayee, 1994; Ahwoi, 2010; Jacquemot, 2007).

<sup>244</sup>A *National Commission for Democracy* (NCD) já havia sido criada em 1982. Nas palavras de Christian Chavagneux, o principal propósito da criação da NCD era de que “Il lui est donné pour objectif dès sa création d’organiser le débat politique, de faire de lien entre la population et le gouvernement et de proposer à ce dernier les évolutions nécessaires pour l’établissement d’une ‘vrai démocratie’ (true democracy) au Ghana” (1997: 163). Apesar disso, naquela época, e por razões (internas do PNDC) de natureza ideológica e revolucionária, esta “plataforma” de reflexão política foi remetida para um “lugar” de menor acção e/ou visibilidade pública. Porém, e num renovado contexto de “abertura” política, Jerry John Rawlings não só caracterizou a NCD como um essencial instrumento institucional de reflexão política num novo quadro constitucional de multipartidarismo democrático, com também acatou a sugestão daquela em se retirar das Forças-Armadas do Gana, e assumir-se como um Presidente da República civil. Ver: (Dzorgbo, 2001).

<sup>245</sup>Ver, as “razões de fundo” que impeliram o PNDC para a promoção de um “ambiente” civil, plural e democrático em: (Ayee, 1994).

também, com o *Okyenhene* Osagyefuo Amoatia Ofori Panin e com o *Agbogbomefia* Togbe Afede XIV (Arhin, 2001; Ayee, 1994, 1999).<sup>246</sup>

O texto que figurava na redacção final da proposta de Constituição, foi referendado a nível nacional (obtendo 92,6% de aprovação dos eleitores elegíveis) e, posteriormente ratificado pelo súpero Parlamento do Gana, a 28 de Abril de 1992 (Boafo-Arthur, 2007). O governo sustentado pelo aporte político do PNDC cessou funções públicas aquando da promulgação da nova Constituição democrática em Abril de 1992 e, promoveu eleições multipartidárias em Novembro e Dezembro desse mesmo ano (presidenciais e legislativas, respectivamente), das quais emergiram um novo parlamento democraticamente eleito (com a maioria eleitoral do *National Democratic Congress* – NDC), e um novo (e desmilitarizado) executivo presidencial, chefiado por Jerry John Rawlings, que teve o apoio logístico, financeiro, político e partidário da recentemente instaurada *Progressive Alliance* (PA) (Chavagneux, 1997).<sup>247</sup> A 7 de Janeiro de 1993, com a entrada em funções dos novos órgão executivos, legislativos e judiciais e, sobretudo, com a entrada em vigor (*de jure* e *de facto*) da nova Lei Fundamental, procedeu-se à protocolar inauguração da 4.<sup>a</sup> República do Ghana. Esta “modernizante” conjuntura política e constitucional ambicionava imprimir uma circunstanciada reconfiguração na natureza das disposições relacionais estabelecidas entre o (agora) “reinventado” Estado ganês e os (desde sempre) “conversores” *paramount chiefs* ganeses, e encontra-se expressamente caracterizada nas palavras de Kwadwo Adu, para quem:

foi um tempo de abertura, mas simultaneamente de muitos desafios e prudentes reajustes. No seio da Assembleia Constituinte, a discussão foi fervorosa, pois algumas das questões relativas aos *paramount chiefs* não eram de todo consensuais. Houve, no entanto, um reconhecimento generalizado quanto à importância singular das instituições políticas tradicionais. E, nesta medida, ficou acordado que o texto constitucional deveria garantir e salvaguardar as atribuições jurídicas e sociais até então sancionadas. A questão que mais celeuma levantou foi a que dizia respeito à participação activa dos *paramount chiefs* (em especial, os Asante) na política partidária. A participação destes *paramount chiefs* podia ser uma faca de dois gumes muito perigosa. Se os conseguíssemos captar para a nossa causa e estivessem do nosso lado, tudo decorreria bem, mas se pelo contrário eles não expressassem o seu apoio, seria politicamente arriscado tê-los como adversários políticos visíveis ou invisíveis.<sup>248</sup> Neste sentido, o governo, optou, uma vez mais, por

---

<sup>246</sup>Sublinha-nos Kwame Ninsin que “In 1991, the government was able to identify about 51 civic associations and bodies representing various social forces which constituted the bases for representation on the Consultative Assembly” (1998: 78). Nesta medida, de entre as múltiplas e socialmente destacadas associações ou organizações da “sociedade civil” ganesa que representavam uma *efectiva* vontade/força “maior” em se gerar um irreversível movimento pró-democrático, destacamos, entre outras: a *Ghana Bar Association* (GBA), a *Catholic Bishops Conference* (CBC), o *Ghana Trades Union Congress* (GTUC) e, a *National Union of Ghana Students* (NUGS). Ver: (Ninsin, 1998).

<sup>247</sup>A *Progressive Alliance* correspondia a uma plataforma política que integrava as seguintes formações partidárias: *National Democratic Congress* (NDC), *National Convention Party* (NCP), e o *Every Ghanaian Living Everywhere* (EGLE). Ver: (Ninsin, 1998).

<sup>248</sup>Os mais acérrimos defensores da interdição da participação activa dos *paramount chiefs* na vida política e, mormente, partidária ganesa sustentavam que “Le chef est une force unificatrice pour le peuple dans les zones traditionnelles. Il occupe le trône ancestral au nom du peuple. Il a promis au peuple de diriger dans son ensemble en période de paix comme en période de crise et cela suppose une neutralité positive dans les affaires de la zone. (...) Il ne doit pas s’investir activement en politique. (...). Cela signifie que l’Omanhene ne peut pas être le membre fondateur d’une parti politique. Il ne peut pas endosser ses habits politiques, courir d’un

uma solução de um compromisso pragmático: reconheceu constitucionalmente, por um lado, o estatuto dos *paramount chiefs* enquanto agentes essenciais à integração e unidade nacional, e por outro, cautelosamente “esbateu” a sua “registada” participação nas estruturas políticas a nível local. O Estado tinha a consciência plena e objectiva da crescente importância política, por exemplo, que o *Asantehene* tinha conquistado nos últimos anos, não só na sua região (que sempre a teve), mas a nível nacional. O governo nunca poderia abrir mão de alguns trunfos que poderia ter de utilizar para continuar a manter esta interdependência activa e sempre pronta a ser renegociada. São os custos políticos da existência de importantes e inegáveis legitimidades políticas de natureza diferenciada. Como o Estado já havia experienciado em 1983, era politicamente mais vantajoso a partilha de uma parcela de poder que a galopante ineficiência do poder. Enfim, diria que foi um período de ruptura na continuidade.<sup>249</sup>

Com efeito, as duas questões políticas fundamentais, ou se quisermos, mais prementes e “visíveis”, que este “embrionário” (porque renascido) Estado democrático importava considerar e resguardar em todo este sensível e não menos sinuoso processo negocial (todo ele impregnado de “político”), era por um lado, a *efectiva* estabilidade de um sistema democrático de representação multipartidária<sup>250</sup> e proporcional (no fundo, os parciais “ingredientes” da imposta *good governance*), fundado na maciça participação e generalizada aceitação (e apoio) por parte da “sociedade civil” ganesa, e, por outro, na *concreta* edificação de um imprescindível referencial de “construção” e de sedimentação de um ideário político de “unidade nacional”, que se sobrepusesse às fracturantes barreiras de natureza política, histórica, regional e/ou étnica. É percepcionando a importância política dos *paramount chiefs* ganeses sobre esta dupla perspectiva analítica, que deve ser interpretada a “retórica” constitucional dos discursos

---

véhicule à un autre pour diffuser la version d’un parti politique. Ce dont la IV<sup>e</sup> République a besoin, c’est d’un type de chef positif, neutre et dynamique qui guiderait tout son peuple sur la voie du développement et de la co-existence pacifique. (...) Nous avons besoin de la neutralité de nos plus grands chefs qui doivent s’élever au-dessus de la rancœur et des divisions” (*apud* Ayee, 2000b: 153). Por outro lado, dentro deste “grupo” apoiante da interdição, haviam os elementos que promoviam a ideia de que a consagração constitucional daquela, era a maior prova de respeito político pela dignidade histórica da “instituição tradicional” na medida em que “(...) quand nous rencontrons des chefs, nous nous agenouillons. Nous nous agenouillons parce qu’ils sont des personnalités spéciales; parce qu’ils sont des personnalités qui doivent restées sacrées. (...) La seule façon de rendre son honneur à la chefferie est de la préserver des conflicts, des questions qui pourraient diviser le pays... imaginons un scénario dans lequel mon chef se tiendrait sur un podium électoral et perdrait – tout ce que cela voudrait dire c’est que son peuple lui montre qu’il n’a pas confiance en lui. Pourrait-il alors sincèrement affirmer qu’il retournera sur son trône et s’attendre à ce que son peuple lui témoigne encore du respect. J’ai bien peur que cela se passe mal. (...) Nous aimons nos chefs et devons faire qu’ils demeurent un groupe honoré parmi notre peuple” (*apud* Ayee, 2000b: 153). Por último, os defensores da participação activa dos *paramount chiefs* na vida política e partidária avançavam que “(...) nos villageois n’aimeraient pas voir que vous avez interdit à ces personnes actives qui ont montré un vif intérêt pour l’amélioration de leurs conditions de vie de prendre part à la vie politique nationale... la chefferie n’est elle-même une institution politique” (*apud* Ayee, 2000b: 154).

<sup>249</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kwadwo Adu (Director do MCC-DC1), em Acra, em 2007 [AE2010/EPE].

<sup>250</sup>Dentro de um novo e (exaustivamente) propalado “espírito” de multipartidarismo político, estes foram os partidos políticos que “emergiram” imediatamente antes da realização das eleições de 1992: *Eagle Party* (EP), *Democratic Republican Party* (DRP), *National Democratic Congress* (NDC), *New Patriotic Party* (NPP), *National Independence Party* (NIP), *People’s Heritage Party* (PHP), *People’s National Congress* (PNC), *People’s Party for Democracy and Development* (PPDD), *Democratic People’s Party* (DPP), *New Generation Party* (NGP), *National Justice Party* (NJP) e *National Salvation Party* (NSP). O (perverso) resultado de tamanha proliferação partidária redundou numa “struggle among political parties for state power. Politics was no longer a struggle for political freedoms, and political parties actively campaigned for the mandate of the electorate to rule rather than contend over the nature and direction of the democratisation process. The formation of political alliances also became the preserve of opposing political parties rather than civil society actors” (Ninsin, 1998).

políticos (sociais e culturais) e as tensas e as intensas práticas negociais de proeminentes agentes do Estado e sobressalientes elementos da “sociedade civil” (e, naturalmente, de activos e açorados agentes da “sociedade tradicional”), que visavam revestir a “imagem” dos *paramount chiefs* ganeses enquanto representantes *únicos e legítimos* de uma socialmente enraizada instituição histórica, dotada de um indelével carácter sagrado, de um irrefutável estatuto político e de um ancestral património cultural, que os tornava, iniludivelmente, “*the bed-rock of stability in our national life*” (Arhin, 2001).<sup>251</sup>

Estavam, neste almejado, contemporâneo e reconfigurado quadro político, económico, social, constitucional e institucional, lançadas as bases de uma “convivência” relacional (desejavelmente) permutativa entre o Estado e os *paramount chiefs*, assentes, no entanto e simultaneamente, na *relativa* repartição (e elasticidade) normativa e na *absoluta* prudência (e sobriedade) política no que diz respeito à participação/integração *por defeito* daqueles últimos nos “lugares” existentes ou a existir nos hierárquicos escalões do aparelho político-burocrático nacional, regional e, evidentemente, distrital e/ou local (Owusu, 1996). De facto, e não obstante a necessidade de honrar os velados e recentemente assumidos “compromissos” com os *paramount chiefs* e, não obstante as fortíssimas pressões de vários e importantes sectores sóciopolíticos (internos e externos/públicos e privados) em o “sistema” lhes atribuir lugares institucionais (que não fossem só de consulta ou de representação cerimonial) de relevo nacional, o Estado ganês (por acção primeira e conveniência directa de Jerry John Rawlings) soube cumprir e soube resistir, e “construiu” uma arquitectura jurídico-constitucional, na qual a salvaguarda das prerrogativas *base* dos *paramount chiefs* era uma realidade expressa, pública e inatacável<sup>252</sup>, e, também, se soube (prudente e estrategicamente) resguardar do recente e crescente impulso político e social de que aqueles estavam em pleno usufruto quotidiano (a nível nacional e, nos seus respectivos “Estados” tradicionais), através da formalização de

---

<sup>251</sup>Kwabena Kyere (Secretário do Distrito de Berekum) salientou, dentro do quadro de reflexão e discussão institucional da Assembleia Consultiva que “It is the wish of all Ghanaians that the sanctity of chieftaincy should be sustained, because chieftaincy is the embodiment of our culture; indeed, it is the pivot around which our cultural practices and norms revolve” (*apud* Afary-Gyan, 1995: 93). Reforçam, também, a ideia acima exposta, as políticas palavras de Nana Kwame Ntim II (representante da Assembleia Distrital de Ahafo Ano), ao salientarem que “(...) the institution of chieftaincy is sacred” (*apud* Afary-Gyan, 1995: 93).

<sup>252</sup>Com efeito, o art.º 270 (1) da Constituição de 1992, repete as disposições legais anteriormente consagradas nas Constituições de 1969 e de 1979, em matéria de garantias atribuídas à existência e à preservação das instituições políticas tradicionais: “The institution of chieftaincy, together with its traditional councils as established by customary law and usage, is hereby guaranteed” (Republic of Ghana, 1992: 164). O art.º 270 (2) e (3) – relativos aos limitados poderes de acção legislativa do Parlamento ganês sobre a “instituição tradicional” – são os mesmos da Constituição de 1979. Os art.ºs 271, 272, 273 e 274, as suas cláusulas e sub-cláusulas, relativas à *National House of Chiefs* e às *Regional House of Chiefs* (as suas funções judiciais e actividades de aconselhamento ao Governo e ao Parlamento em matérias de direito costumeiro), seguem, *de jure* e *de facto*, as disposições normativas anteriormente estabelecidas na Constituição de 1979. A Constituição de 1992, introduz, porém, nesta matéria, uma inovação no seu art.º 272 (c), mandatando a *National House of Chiefs* no sentido de esta “undertake an evaluation of traditional customs and usages with a view to eliminating those customs and usages that are outmoded and socially harmful” (Republic of Ghana, 1992: 165).

pontuais (mas incisivos e estruturais) “articulados” legais inscritos na suprema norma de todas as leis ganesas (Pavanello, 2003; Ayee, 2000b; Bofo-Arthur, 2002).<sup>253</sup> A Constituição de 1992, foi, nestes termos, com o explícito *agrément* institucional do Estado ganês e com o embaçado impulso político (pessoal) de Jerry John Rawlings, o “ponto de encontro” contratual que acautelava e projectava um “ponto de equilíbrio” relacional, tão obrigatório para o “senhorio” institucional Estado e tão ambicionado pelos “inquilinos” políticos *paramount chiefs*. Neste sentido, a “postura” política de reconhecimento jurídico-constitucional e de acolhida aproximação política encetada pelo redistributivo (e carente) Estado “democrático” aos *paramount chiefs* ganeses (que reflecte, na sua mais íntima e estratégica essência, a projectiva necessidade de “transaccionar” ou “permutar” alguns bens políticos raros, que expectavelmente se traduziriam em recompensas eleitorais, para Jerry John Rawlings, e em visíveis materialidades políticas para os *paramount chiefs*) é-nos comentada por Joseph Addo, que sublinha que:

foi uma época que poderemos considerar de ‘revolucionária’ para os *paramount chiefs* ganeses, principalmente, para os *amanhene* Asante. A resistência, as pressões exercidas e as negociações encetadas entre o Estado e os *paramount chiefs*, renderam os seus frutos políticos. Paradoxalmente, a cláusula constitucional que os impedia de *formalmente* participar na vida política activa, permitiu que Rawlings os nomeasse (em forma de agradecimento) para importantes e destacados lugares oficiais de consulta e representação do Estado central/nacional. Destaco, por exemplo, o *Agogohene* Nana Akuoku Sarpong, que foi nomeado conselheiro presidencial para os assuntos relativos às autoridades tradicionais (e, refira-se, negociador/intermediário directo e informal entre os comuns “negócios” do Estado e os “negócios” do *Asantehene*). Dos onze membros que constituíam o Conselho de Estado presidido por Rawlings, sete deles eram ocupados por *paramount chiefs* (quatro deles *amanhene* Asante, incluindo o *Asantehene*, enquanto Presidente da *National House of Chiefs*<sup>254</sup>), e ao nível das novas Assembleias de Distrito, os 30% que eram da responsabilidade de nomeação directa do Presidente, na região Ashanti, por exemplo, para praticamente todas, foram nomeados *amanhene* Asante. Tudo isto deu uma percepção muito realista do peso político e de quanto o Estado central

---

<sup>253</sup>Estas “nuances” interditivas seriam expressas no art.º 276 (1) da Constituição de 1992, onde era definido que “A chief shall not take part in active party politics; and any chief wishing to do so and seeking election to Parliament shall abdicate his stool or skin” (Republic of Ghana, 1992: 168). Determina o mesmo artigo na sua alínea (2), que: “Notwithstanding clause (1) of this article and paragraph (c) of clause (3) of article 94 of this Constitution, a chief may be appointed to any public office for which he is otherwise qualified” (Republic of Ghana, 1992: 168). Também, e tal como em 1988, a sua participação nas estruturas políticas locais (designadamente, nas *District Assemblies*), não era directa ou automática, pois para além dos procedimentos formais de eleição política directa para os órgãos de gestão daquela estrutura política de base (que preenchiam 70% dos lugares da eleição), o art.º 242 (d) consagra que os restantes lugares de representação política indirecta (30%) estavam destinados a “other members not being more than thirty per cent of all members of the District Assembly, appointed by the President in consultation with the traditional authorities and other interest groups in the district” (Republic of Ghana, 1992: 151). Ainda, e para melhor conhecermos os ambíguos (e/ou atraentes) balizamentos jurídicos da “amizade vigiada” que o Estado definiu para com os *paramount chiefs*, ver os articulados normativos (relativos às terras públicas e às terras “tradicionais” e à posse e gestão dos recursos naturais) expressos no art.º 257 (6) e todas as alíneas do art.º 267 (Republic of Ghana, 1992: 156 e 161-162, respectivamente).

<sup>254</sup>Esta disposição vem expressa no texto constitucional de 1992 no seu art.º 89 (2-b). No entanto, para além desta disposição, outras importantes normas constitucionais consagravam um reconfigurado estatuto para os *paramount chiefs* a nível nacional, de entre eles citem-se: o art.º 153 (m): que estabelecia um “Representative of National House of Chiefs to be a member of the Prison Council”; o art.º 255 (1), consagrava “Two representatives of the Regional House of Chiefs on the Regional Co-ordinating Councils”; o art.º 259 (b-i), assegurava “A representative of the National House of Chiefs on the Lands Commission; o art.º 261 (b-i) atestava “A representative of the Regional House of Chiefs on the Regional Lands Commission” (Republic of Ghana, 1992: 69, 107, 155, 157-158, 158, respectivamente).

precisava dos *paramount chiefs* na administração local e, até mesmo, na orientação política do Gana. Passaram anos a reclamar que lhes permitissem voltar a exercer a sua influência junto das suas populações, e nesta época, não só conseguiram isso, como ainda estavam a trabalhar e a influenciar a uma escala nacional. Tudo isto teve o seu preço político. E não foi tão baixo quanto isso. Citemos, uma vez mais, o sempre vivo e ilustrativo exemplo da região Ashanti. O apoio político a Rawlings, nas eleições de 92 e de 96, foi motivo de alguma tensão interna entre os *amanhene* Asante.<sup>255</sup> Pois, por um lado, estava em jogo a estratégica sedimentação do seu irreversível estatuto assumido com Rawlings, e por outro, uma lealdade para com alguns correligionários Asante, que concorriam às mesmas eleições pelo NPP (John Kufuor). Acordaram, no *Kumasi Traditional Council*, que em algumas áreas tradicionais que eram politicamente simbólicas para eles, dariam o voto aos irmãos do NPP (por exemplo, Kumasi, Mampong, Ejisu-Juaben, Nsuta ou Kwamang), nas outras canalizariam os votos para os amigos do NDC (cito, Ejura Sekyedumase, New Edubiase e Asawase). Todo este discutido equilíbrio eleitoral, permitiria-lhes honrar a sua enraizada solidariedade e fidelidade Asante e, ao mesmo tempo, cumprir com o habilidoso compromisso que o Estado havia firmado com eles e vice-versa. Todo este processo negocial de permutas políticas e eleitorais foi a ‘consagração silenciosa’ de uma prática estrutural que definiria não só a natureza das relações políticas dentro de um novo ciclo “democrático”, mas definiria, também, os parâmetros das futuras dinâmicas políticas que assentam, ainda hoje, na ideia e na prática de que as “taxas de câmbio político fixas” são a melhor forma de ambas as partes protegerem as suas divisas políticas e eleitorais, ou outras.<sup>256</sup>

A 7 de Dezembro de 2000, na sua segunda tentativa para a eleição ao Palácio Presidencial e após uma confortável vitória nas eleições presidenciais (obtida na segunda volta, realizada a 28 de Dezembro) em disputa directa com o NDC agora representado por John Atta Mills, John Agyekum Kufuor “instala-se” no poder formal de Estado com o suporte do aparelho (étnico-) partidário do *New Patriotic Party* (NPP), cujo empirismo e pragmatismo de intervenção política o remetia para uma relação com as “baías” de uma “ideologia-timoneira” de matriz hegemónica – em estrita oposição, como temos vindo a verificar, com alguns líderes das precedentes conjunturas políticas (casos de Kwame Nkrumah, Ignatius Kutu Acheampong e, mais recentemente, de Jerry John Rawlings), onde aquela se constituía enquanto o cego, ortodoxo e dogmático *leitmotiv* do pensamento político e da existência partidária – que se não era de absolutizada indiferença política, pelo menos não estavam nas cimeiras ou estruturantes preocupações das suas (desassombradas) orientações políticas e dos seus (utilitários e pré-definidos) procedimentos burocrático-administrativos. Não obstante, poderemos assinalar, *en passant*, que a “vaporosa” ou “desafetada” doutrina política que servia de base referencial programática para o comportamento político do governo de John Agyekum Kufuor, era a da denotada “tradição” Danquah-Busia, que se caracterizava, a recorte grosseiro, por ter uma perspectiva política, económica e social assente em paradigmas de traços “nacionalistas”,

---

<sup>255</sup>Para uma compreensão extensiva dos agentes, das dinâmicas (visíveis e invisíveis), das questões (intra-Asante e extra-Asante) e, dos resultados políticos gerados pelas eleições presidenciais ganesas de 1992 e 1996, ver: (McCaskie, 2009). Quanto aos resultados eleitorais registamos que: nas eleições de 1992, Jerry John Rawlings (PA) vence as eleições, com 58,4% dos votos na 1.ª volta, a John Agyekum Kufuor que obteve 30,3% dessas mesmas intenções de voto. Nas eleições de 1996, o resultado final repertir-se-ia logo na 1.ª volta, apresentando Jerry John Rawlings (concorrendo agora só pelo NDC) 57,4% dos votos escrutinados *versus* os 39,7% obtidos pelo repetente candidato do NPP, John Agyekum Kufuor. Ver: (Aye, 1998; Krennerich, 1999; Nugent, 2000).

<sup>256</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Joseph Addo (Presidente da MMA), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPE].

“liberais” (com ângulos de um “capitalismo ameno”) e, acima de tudo, “realistas”, que em toda a sua extensão doutrinária, representava o “olhar” político dos *paramount chiefs* (nomeadamente, dos Asante) sobre a “construção” do *real-concreto social* ganês (Fordwor, 2010; Oquaye, 2013).<sup>257</sup> Neste sentido, é sobre esta óptica política encrustada de um forte pragmatismo factual e relacional, que o Estado e o Governo de John Agyekum Kufuor no tratamento das questões de política de “governo local” se dispôs, desde o início, a cooperar com os *paramount chiefs* (mormente Asante, pois ele próprio pertencia a uma proeminente família real do clã Oyoko de Kumase)<sup>258</sup>, porque para este eleitoralmente legitimado líder político, aqueles social e historicamente legitimados líderes políticos para além de *efectivamente* existirem (do ponto de vista *político*), eram, desde à longas décadas, os maiores e os melhores *connoisseurs* das dinâmicas, lógicas e práticas das realidades sóciopolíticas das suas áreas tradicionais que ancestral e divinamente superintendiam.

Foi, portanto, o começar de um período de relativa estabilidade política, diríamos mesmo, de “sedimentação simbiótica”, ou, até, se quisermos “olhar” com uma lente mais focada, de “mutualismo obrigatório”, que se incrustou nas relações políticas estabelecidas entre o Estado ganês e os *paramount chiefs* ganeses, com particular destaque, para com os seus sempre presentes (e politicamente sequiosos) “irmãos” Asante. Cobiçosa presença esta, que inevitável e paradoxalmente, muitos problemas, diríamos mesmo, muitos distúrbios trariam para a vida política, partidária e eleitoral do Asante tornado Presidente, John Agyekum Kufuor. Por certo, a “construção” de um Estado (excessivamente) permeável, permissivo e dialogante (ou, mesmo, demasiado ouvinte das “vozes de Kumase”) por parte deste deferente ou “hipotecado”, se assim o preferirmos, Presidente ganês, em relação aos *outputs* dos *paramount chiefs* e, principalmente, à avidezes dos (seus) *amanhene* Asante, deu-lhe o melhor e o pior que os custos da política das alianças “de sangue” têm para oferecer aos seus intervenientes políticos: a

---

<sup>257</sup> Em 1991, os saudosistas e acérrimos defensores desta “tradição política”, fundaram em Kumase, o *Danquah-Busia Club* (DBC), fundado por Victor Owusu (um “ortodoxo” político Asante, que pertencia à aristocracia do importante clã Agona, e que foi o patrono político – *okyigyinafo* – de John Agyekum Kufuor) e de muitos membros da família de John Agyekum Kufuor, cujos objectivos coordenadores eram a formação de um projecto político de acesso ao poder, que se constituísse como uma verdadeira alternativa partidária ao NDC. Todos estes acérrimos desenfores da “cultura política” Asante, consideravam que os benefícios que Jerry John Rawlings colhia da sua relação política com os Asante, era bastante superior aos proveitos (políticos, económicos e institucionais) que os Asante extraíam dessa mesma relação política. Neste sentido, o seu elitista pensamento político era conduzido pela premissa que a sua ancestral superior forma de organização política podia ser extrapolada para o nível nacional sem a necessidade de “intermediários” políticos como Jerry John Rawlings, ou outro qualquer que não estivesse na disposição de representar o projecto político de extensão nacional há muito desejado pelos mais “puros” políticos Asante.

<sup>258</sup> A 26 de Abril de 1999, John Agyekum Kufuor, enquanto “real” do clã Oyoko (filho de Nana Kwadwo Agyekum, “cabeça” da família real Oyoko e, de Nana Ama Dapaah, rainha-mãe da mesma família), participou nas cerimónias públicas e privadas (estas, revestidas de um forte ritualismo religioso-sagrado) de entronização e, prestou ainda, homenagem e lealdade política, ao novo *Asantehene*, Otumfuo Osei Tutu II. Para uma incursão pela longínqua história da família real de John Agyekum Kufuor, ver: (McCaskie, 2009).

inequívoca vitória eleitoral nos escrutínios eleitorais de 2000<sup>259</sup> e 2004<sup>260</sup> e, o ruidoso e alaistrado burburinho social e partidário (exponenciado pelo NDC e pelo próprio John Atta Mills) de “venda do Estado em hasta pública Asante” e, conseqüentemente, da amargosa (porque tangencialmente inesperada) derrota eleitoral do NPP nas eleições de 2008. Seriam estes, os dilemas políticos e os custos partidários (não tanto pessoais, na medida em que John Agyekum Kufuor já não se podia candidatar a um 3.º mandato presidencial) de um Presidente-Asante que tudo fez para honrar as formalidades institucionais de um Estado “moderno” e, de um Asante-Presidente que quase tudo teve de fazer para respeitar a história de um aristocrático percurso familiar, que desde os primórdios da sua predestinada existência conjunta havia jurado (submissão e) lealdade política ao “tradicional” *Asanteman*. Assim, em 2008, e dentro deste incrustado “espírito” (pode-se ler: *habitus*) das sagradas lealdades simbólicas (“tradicional” e, em particular, as Asante), não deixaria John Agyekum Kufuor a condução dos “negócios” políticos do (*per si* e *relacionalmente* dependente) Estado ganês, sem antes “ancorar” politicamente os *paramount chiefs* a este último, pela produção de um “gancho” relacional-normativo – o *Chieftaincy Act (Act 759)* de 16 de Junho de 2008<sup>261</sup> – cujo *core* jurídico (de eminentes leituras políticas) reiterava, uma vez mais, a formal existência das estruturas políticas tradicionais, salvaguardava as “histórico-pessoais” competências dos *paramount chiefs* e, dilatava as institucionais valências da *National House of Chiefs* e das *Regional Houses of Chiefs*, que até então o “consorciado” Estado tinha feito o “favor”/a “obrigação” de constitucionalmente reconhecer, e que tanto azedume político provocou ao futuro (e “anti-Asante”) Presidente do Gana, o social-democrata do NDC, John Atta Mills.

Com efeito, a 7 de Dezembro de 2008, John Atta Mills – que já se havia limpado do rótulo de “lacaio” (menor) ou de “fantoche” (político) de Jerry John Rawlings – numa renhida segunda volta eleitoral, derrota o candidato presidencial do NPP (Nana Akufo Addo), e é eleito Presidente da República do Gana.<sup>262</sup> O novo e recém-empossado Presidente, projecta e

---

<sup>259</sup>Nestas eleições presidenciais concorre pelo NPP, John Agyekum Kufuor e, pelo NDC, John Atta Mills. A 1.ª volta das eleições dá um resultado de 48,17% para o primeiro candidato e, de 44,54% para o segundo. Na 2.ª volta, John Agyekum Kufuor vence com o resultado de 56,90% dos votos totais nacionais, contra os 43,10% de John Atta Mills. Ver: (Ayee, 2001a, 2001b). Com a massiva mobilização do “voto-étnico” Asante, nestas eleições, em John Agyekum Kufuor, o eminente autor Tom McCaskie, faz uma constatação e coloca uma pertinente questão: “Kufuor is a modern politician, the elected leader of a democratic republic. He is also a subject, however exalted, of the Asantehene. Many in Ghana, and not all of them unfriendly critics, detect a conflict of interest here. Is Kufuor’s primary loyalty to the multi-ethnic citizenry of Ghana, or is it to his identity as an elite Asante with deep historical and personal ties to the occupant of the Manhyia palace?” (2009: 37).

<sup>260</sup>Nas presidenciais deste ano, as contas finais são de uma simplificada aritmética eleitoral: na primeira volta vence John Agyekum Kufuor com 52,45% em oposição aos 44,64% recolhidos por John Atta Mills. Ver: (Boafo-Arthur, 2006a, 2006b).

<sup>261</sup>Parliament of the Republic of Ghana (2008), *Chieftaincy Act (Act 759)*, Accra, Assembly Press. Ver a descrição pormenorizada deste instrumento legislativo em: (Brobbe, 2008).

<sup>262</sup>As eleições presidenciais de 2008, foram eleições de uma fortíssima combatividade eleitoral, sendo o seu resultado final esperado até ao último minuto da contagem oficial: na 1.ª volta, Nana Akufo Addo (NPP)



“constrói” um Estado e todas as relações políticas que dele emanam com os *paramount chiefs*, à imagem, à semelhança e à medida dos seus mais íntimos traços pessoais de personalidade: um Estado que era em simultâneo assombrado e, por decorrência natural e matricial, um Estado que assumiu um carácter de acção assente na (enfermiça) desconfiança relacional e no (exaurido) tacticismo político. Os *paramount chiefs* eram – mormente, os “homens de negócios” (políticos) Asante – para John Atta Mills, antigos (ainda assim, não antiquados, na medida em que nos interlúdios e nas “sombras” da política, ele lhes reconhecia a “utilidade” social e pública) “vampiros políticos”, que sempre viveram (deliberadamente “alimentados” pelos Britânicos desde os primórdios dos tempos coloniais) e agora (mais do que nunca) viviam do “sangue” político, constitucional, económico e administrativo, de um Estado que se vinha lentamente a recompor de uma profunda condição de coma político, económico e financeiro. Efectivamente, John Atta Mills, até pela matriz cultural das suas origens rurais (nascido em Tarkua, região Oeste, no seio de uma família Fante com directas ligações ao “mundo” tradicional), não sonegava a existência sócio-cultural ou a importância sagrado-política dos *paramount chiefs* na gestão co-partilhada (em “terrenos” limpos de diálogo com o Estado) com as estruturas locais do Estado central, das suas respectivas áreas de influência social e/ou política. Antes, o que John Atta Mills, abominava, se assim o poderemos dizer, era o Estado compactuar com as larvares investidas políticas dos *paramount chiefs* (com especial destaque, para a “Kumasi Mafía”, i.e., para o projecto político dos Asante que ele próprio combatia por considerar um projecto nacional hegemónico), tornando-se permeável (porque por aqueles e pelos seus “étnicos” e diversificados interesses, infiltrado) e cúmplice político de agentes e estruturas que “corriam” não em prol do “bem-comum nacional”, mas que em nome deste engalanado bordão discursivo/narrativo, alimentavam as suas (seculares) pretensões de poder (político e económico) e as suas seculares teias de “clientelas” várias, sempre ávidas por bons negócios políticos, administrativos e/ou económicos.

Concebia, John Atta Mills, um Estado relacional que fosse um parceiro diligente, audiente e dialogante, que tomasse, todavia, as “rédeas” – no fundo, que se “impermeabilizasse” aos *outputs* “tradicionais” (Asante) – dos processos políticos e económicos em curso ou a cursar, escudando-se e resguardando-se, para tal efeito “defensivo”, nas formalidades do edifício burocrático-legislativo, de que o Estado era o *único e legítimo* usufrutuário político. Portanto, John Atta Mills, desde o dia um da sua gestão governativa, sempre preferiu (tentou) construir

---

recolhe 49,13% dos votos elegíveis contra os 47,92 do candidato do NDC, John Atta Mills. No entanto, a (inesperada) reviravolta eleitoral acontece e, na 2.ª volta, Nana Akufo Addo “só” recolhe 49, 77% dos votos em oposição aos 50,23% obtidos por John Atta Mills. Ver: (ECG/FES, 2010).

as relações políticas entre o Estado e os *paramount chiefs*, num plano inclinado cujo ângulo superior era, objectiva e notoriamente, ocupado pela primeira das estruturas políticas, e que às relações políticas emanadas da “amizade”, da conveniência e dos expedientes políticos, deviam-se (por imperativo da força do primado da Lei), edificar e sobrepôr aquelas, as relações políticas procedentes da comunicação (aberta e honesta), da participação (quando requerida) e da partilha política (com ganhos recíprocos), sempre que estas não fossem lesivas aos interesses políticos, ou outros, do *uno, nacional e soberano* Estado ganês. Todavia, o “curso” da contemporânea história relacional que John Atta Mills à época vivia, já se havia iniciado anteriormente e, nesse sentido, muitas dinâmicas políticas já estavam “tatuadas” nas práticas políticas quotidianas destes dois agentes políticos institucionais, levando, no fundo, a que aquele formal-institucionalista e bem-intencionado Presidente, não pudesse fazer mais do que apanhar a “boleia” constitucional, política e institucional do *status quo ante* relacional, e corrigir-lhe, amiúde (e, não obstante s sua obstinada perseverança, nem sempre com sucesso), a trajectória das intenções, do percurso e dos fins que os intervenientes políticos daquele, tão bem haviam projectado no tempo e construído no “terreno”.

Neste renovado contexto político, às tantas e tão diversificadas aberturas, cadências e impulsos (cedências, diríamos mesmo) de natureza política (entre todas as outras) a que o Estado ganês aquiesceu, corresponderam, no imediato e de forma simetricamente proporcional, o germinar de tantos, diferentes e novos (ou reconfigurados) desafios políticos neste espaço aberto, plural e concorrencial, que ao Estado e aos *paramount chiefs* exigiam a maior das atenções sociais, a mais acertiva das adaptabilidades políticas e uma superior capacidade para projectar novas fórmulas político-relacionais ou de reconstruir (rehabilitar, talvez) as velhas fórmulas políticas e relacionais, que se tivessem (genuína ou estrategicamente) provado como eficazes na promoção da vivência/sobrevivência política e/ou, como viria a acontecer, na promoção de uma coabitação política de equilíbrios/desequilíbrios conjunturais que se exprimia na maior ou menor intensidade da interdependência política (sempre, naturalmente, revestida com um lacado de tensões ou conflitos), que funcionava/funccionou até à “eclosão” das necessidades e/ou das pretensões geradas pelo surgimento de um novo (do próximo) ciclo político, económico ou eleitoral, tal foi o caso das eleições gerais do Gana, em 2012.<sup>263</sup>

---

<sup>263</sup>Nas eleições de 2012, o candidato do NDC, John Dramani Mahama conseguiu, na 1.ª volta, 50,70% dos votos, enquanto que o candidato do NPP, Nana Akufo Addo, obteve 47,74% da votação final. Ver: (ECG/FES, 2016). Apresentamos, a título de mera informação adicional, os resultados das eleições presidenciais de 2016: vence Nana Akufo Addo (NPP), na primeira volta, com o resultado de 53,85%, o seu oponente do NDC, John Dramani Mahama, cuja percentagem eleitoral que arrecadaria se situou nos 44,40% (ECG, 2017).

#### 4.2 | DA (RE)CONSTRUÇÃO DO ESTADO: O PROCESSO DE (RE)LEGITIMAÇÃO DA MODERNIDADE

Quando a uma lúcida e holística tipificação do processo histórico de (re)“construção” política do Estado ganês em contexto “pós-colonial” (nas suas versões “sistema” e “ideia”) tencionarmos empreender, às exegetas e caracterizadoras palavras de Eboe Hutchful deveremos prestar o maior dos cuidados reflexivos:

during the 1970s and 1980s the Ghanaian state suffered a near-death experience, marked by a crisis of legitimacy, severe shrinkage in institutional capacities, growing loss of control over social and economic resources, and endemic political instability. (...) Ghana had become a byword for the crisis of the African ‘neopatrimonial’ or weak state. By the early 1990s, however, the state in Ghana seemed to have remade itself and undergone a magical reawakening. Both economic viability and political order had been restored allowing the state to once again be able to claim credibility as a local, national and international actor (2002: 101).

Assim, se a uma simples e reinterpretativa “tradução” às acima expostas palavras de Eboe Hutchful quisermos proceder, deveremos sublinhar que a história dos factos e dos factores políticos que (re)“edificaram” o Estado “pós-colonial” ganês (*em si, por si* e relacionalmente), é uma história que narra os pendulares movimentos de um fatídico “carrossel” de árdegas ascensões políticas, ideológicas e burocráticas e de apoucadas quedas políticas, económicas e sociais – paradoxalmente, estas resultam e promovem em movimento dialéctico, transversais crises legitimatórias – e, que narra de igual modo, os iniciáticos passos políticos do contemporâneo “renascimento” e (re)legitimação político-institucional do Estado “moderno” pós-1992 ou, antes, a “emersão” política do Estado na sua versão “sistema” (e, sobretudo, na sua versão “ideia”), enquanto um todo orgânico, coerente e funcional a coabitar em ambiente de “democratização”, que é (também e, necessariamente) resultado da sua consequente “libertação” política da “excêntrica” e disfuncional (pode-se ler, perversa e alienadora) trajectória “conceptual” e doutrinária a que o próprio Estado ganês, autofagicamente, se havia “entregado” nas suas hegemónicas, múltiplas e erráticas versões “ideia”, em algumas das revolucionárias conjunturas políticas de um dilatado e complexo contexto histórico pós-colonial ganês (Hutchful, 2002; Chazan, 1983).<sup>264</sup>

---

<sup>264</sup>Vejam-se, por exemplo, os disruptivos postulados ideológicos que assumiram o controlo do Estado (“sistema”) ganês, nas revolucionárias lideranças políticas de Kwame Nkrumah (sobretudo, no período temporal que medeia entre 1960 e 1966), de Ignatius Kutu Acheampong (mais dogmaticamente entre os anos de 1972 e 1978) e, de Jerry John Rawlings (de forma muito acesa e veemente, no ano de 1979 e, novamente, em “modo revolucionário”, entre os anos de 1981 e 1983). Temos ainda, por outro lado, “posturas” ideológicas” de construção, de posição e de acção política do Estado tão díspares quanto, por exemplo, a de Kofi Busia e a de Ignatius Kutu Acheampong, pois como nos destaca Dan-Bright Dzorgbo “the decade from 1969 to 1979 saw two main regimes imposing two contrasting development ideologies in Ghana. Both regimes failed. The first, the Progress Government, was rejected because its policies that sought economic efficiency directly struck at the interests of the ‘urban coalition’ that wanted to reassert Nkrumah’s re-distributive social production system. The other regime, the NRC-SMC, fell because it was more interested in re-distributive politics that could

Não só por estas, mas também (e, porventura, sobretudo) por estas circunstâncias ou razões outras de natureza política, conjuntural e/ou estrutural, que o Estado ganês “pós-colonial” (sempre) foi um intenso e escrutinado “objecto” político de análises sociais e científicas e, pela sua natural, central e incontornável importância política, um “objecto” do social de primeiríssimo estatuto, postura e posição política na dissecação horizontal e vertical dos intervenientes institucionais geradores de fenómenos do “político”, ocorridos no Gana pós-independência. Com efeito, e em próxima consonância com as dinâmicas académicas e políticas geradas e ocorridas um pouco por toda a África subsaariana (por nós abordadas no capítulo que dedicámos à “construção” da nossa problemática-macro), também o Estado “pós-colonial” ganês, no decorrer das décadas de 1960 e de 1970, ocupou nos complacentes olhares da “esquerda-socialista” ganesa (promotora do “capitalismo burocrático” ou “estatal”) e nos críticos olhares da “burguesia-liberal” ganesa (promotora do “capitalismo tecnocrático”), o “epicentro” das análises e projectos políticos e dos discursos e paradigmas de desenvolvimento sócioeconómico – talvez, pelas expectativas produzidas por meio das premissas ideológico-revolucionárias que o “ocuparam” – enquanto a “plataforma” política, onde, por excelência e ainda assim, emergiriam as tão necessárias mudanças institucionais, onde se geraria a tão ambicionada transformação e redistribuição económico-financeira-laboral e, em decorrência, onde se projectaria a linhas finas (mas conexas), o nada menos ambicioso e aglutinador desígnio supra-partidário/político de “*nation-building*” ganês.<sup>265</sup> Houve, no entanto, no decorrer dos anos oitenta, uma generalizada desilusão política e científica (decorrente dos revolucionários “moldes” políticos em que o militarizado e militarizante Estado se havia “encaixado”), e, até mesmo, uma certa tendência de “desvinculação” (pela desacreditação) social em relação àquele, por parte de um significativo volume de cidadãos (urbanos e rurais) e de estudiosos (nacionais e internacionais), centrando estes o seu renovado interesse político em “agregados analíticos”

---

guarantee its survival in a context of declining production and changing fortune. Furthermore, the political leaders of the second regime, patrimonialized the state, undermining its capability and effectiveness in the management and development process” (2001: 252-253).

<sup>265</sup>No entanto, todos estes “sonhos” políticos e ideológicos foram esboroados pela desastrosa acção/inacção do Estado ganês. Na prática, o período que decorre entre 1972 e 1983 “can be described as one of national self-destruction and not socialist revolution. During much of this period, there was little rationality in the uses to which the Ghanaian state was put. The NRC, AFRC and PNDC actions against foreign and local capital were very negative and destructive of a stable environment for long-term investment. Apparently, government’s actions were well-motivated to create a good and just society, but the methods adopted were, arbitrary, anarchical, and, consequently, damaging for the economy and society. The PNDC regime offered a naive and simplistic understanding of the national crisis and thus ignored the root causes of the Ghanaian problem. It incited many people into political action; however, their energies were not directed to productive activities, but to the destruction of the productive infrastructure of society. The regime politicized the economic crisis, and, consequently, induced conflict in society while it failed to improve the living conditions of Ghanaians, which was its ostensible aim for seizing political power. On the contrary, the regime’s actions accelerated Ghana’s plunge into further material poverty and made Ghana more dependent on ‘aid industry’” (Dzorgbo, 2001: 304-305).

outros – e, assiste-se, dada a gravidade dos indicadores micro e macro económicos, à passagem de um interesse no (moribundo) “Estado-político” a um interesse no (falhado) “Estado-económico” – tais como a “sociedade civil” (i.e., em “instituições” ou “grupos” outros, também geradoras de soberania, autoridade ou legitimidade), as taxas de inflação, o desemprego, a política fiscal, as infraestruturas básicas e estruturais, a balança de pagamentos, (e, em derivação desta), a dívida externa, o *kalabule* e/ou a “economia paralela” ou “informal” (Hutchful, 2002; Chazan, 1983).

As propostas explicativas para tal desenfeitiçado *dénouement* são copiosas (com maior ou menos grau de racionalidade política e/ou com maior ou menos grau de paixão partidária), e “aventadas” de acordo com a cor das lentes ideológicas que observavam tais fenómenos políticos, sociais e económicos: para alguns cidadãos e para alguns dedicados observadores académicos da política ganesa, a explicação surge em torno da culpabilização das contínuas lideranças políticas que assentavam o seu padrão governativo através de práticas económicas e condutas políticas convencionadas nas tão socialmente mal-afamadas, nefastas e “institucionalizadas” dinâmicas do “neopatrimonialismo”, dos circuitos de favores privados/partidários/eleitorais a troco de confessas e encapotadas “rendas públicas”, das tentaculares irrupções que o “polvo” clientelar havia instalado no aparelho burocrático-administrativo, da fecundação de um Estado que em todas as suas *performances* se assemelhava a um desperto e insaciável “vampiro” político-económico, e, ainda, das declaradas e invasivas “economias dos afectos” que assaltavam, transitavam e se instalavam nos vários escalões burocráticos do (sempre permeável) Estado, num contínuo, alimentado e cíclico movimento político de *bottom-top* (Frimpong-Ansah, 1991; Sandbrook, 1985; Hyden, 1983; Aiddo, 2006).<sup>266</sup> Para outros cidadãos e outros especialistas políticos, matricialmente ancorados a linhas de pensamento e de observação do real-social a partir de lentes neo-marxistas ou à luz dos paradigmas das teorias de dependência, a “culpa” política desta grave doença estatal, encontrava a sua génese nas devastadoras crises capitalistas de extensão e repercurssão mundial, da ainda existente e contagiante exploração imperialista dos recursos humanos e naturais e, por fim, das consideradas já não tão fortes, mas sem embargo, predatórias élites neo-

---

<sup>266</sup>De acordo com Dan-Bright Dzorgbo “Neopatrimonial domination of the state also eroded its rational-legal or bureaucratic capabilities and weakened it as a public-spirited instrument in the service of national development. As the neopatrimonial regime was busy with personal survival and looting of the state treasury, professional management of the economy received secondary attention. Policies were ineffective and there was uncertainty about policy change. The regime held on to old ineffective policies and refused to undertake fundamental reforms in society that could increase productive activities. Public administration was reduced to trading in import licences and commodities. Productivity declined in all the major sectors of the economy. Consequently, the formal economy contracted and this accelerated the informatization of the economy to a point where the state lost virtually control over the economy and could not even generate revenue for its own reproduction” (2001: 320). Ver, ainda: (Chazan, 1983; Hutchful, 2002).

coloniais que se faziam sentir a partir dos (ainda) seus “lugares” nos escalões da burocracia, em alguns “lugares-charneira” (mormente, de chefias intermédias) da administração pública e, em alguns (mas importantes e estratégicos) sectores da economia-política do Gana. Outros, ainda, auguravam a morte política e económica do Estado ganês pelos galopantes e imparáveis trânsitos económicos e fluxos financeiros, provindos da sem rosto e inumana globalização (de exclusiva genética capitalista), a que aquela “entidade” política, dada as suas crónicas “debilidades genéticas”, pouco ou nada podia fazer (Hutchful, 2002). Aliás, no Gana, o “abandono” do Estado, ou melhor, o “despedimento” do Estado de algumas áreas tidas como cruciais e críticas para o desenvolvimento sustentado do país, foi encorajado por alguns políticos ganeses de “pensamento” reformador neo-liberal – veja-se, por exemplo, as insinuações ou propostas “light” apresentadas ao longo dos tempos quer pelo *Progressive Party* (PP) ou pelo *New Patriotic Party* (NPP) – ao considerarem o Estado um organismo político-burocrático tão inchado e tão perdulário, que o melhor a fazer, a bem do tão necessário e propalado “bem-comum” nacional, seria a restrição parcial daquele nos vários sectores da actividade económica ganesa (sendo que para alguns liberais mais puristas, o “ótimo económico”, seria a restrição total), em favor dos (para eles) auto-regulados e auto-regulatórios mercados e, infalivelmente, em favor das próprias agendas negociais dos seus já tradicionais, acomodados e proveitosos “empreendimentos” pessoais e/ou familiares (Chazan, 1983).<sup>267</sup>

Porém, nos iniciais anos da década de noventa, o interesse pelo “coeficiente” político Estado ganês, reacende a sua chama social e analítica.<sup>268</sup> Para tal reacendimento ou visibilidade pública, vários foram os factores que se conjugaram para produzirem tal efeito político: por um lado, muito contribuiu o (audível e crescente) aumento e reforço das lutas democráticas populares – encetadas e promovidas, por exemplo, pela *Ghana Bar Association* (GBA), pelo *Ghana Trades Union Congress* (GTUC) e, pela *National Union of Ghana Students* (NUGS),

---

<sup>267</sup>A gravosa e alastrante crise económica do Estado ganês não só havia minado a confiança social no Estado, como também, e, em particular, minou a própria confiança, autonomia e funcionalidade política do Estado. Nesta medida, na sua aguda análise, Eboe Hutchful considera que várias são as dimensões do negativo impacto das “doenças” do “económico” na “saúde física e mental” do Estado ganês “first was a deepening fiscal crisis as the state lost the capacity to extract resources from society and to reproduce its traditional basis of surplus in primary commodity export production. The second was a corresponding loss of functional capacity and policy control by the state, and an inability to perform the most basic regulatory, planning and implementation functions. Yet a third was chronic political instability, characterized by short-lived and ineffectual regimes and rapid social change, as the state was increasingly de-legitimized, both within society in general and among its own functionaries” (2002: 113).

<sup>268</sup>Para Eboe Hutchful, a reforma do Estado ganês nos anos 90, é fruto de uma conjuntura política única, ou se quisermos, de uma “janela de oportunidade” política que assentou em três factores : “first, the depth of the crisis itself, which made reform imperative and created the political environment for it (in terms both of generating the necessary consensus and shredding the social forces interested in sustaining the status quo); secondly, neo-liberal and post-Cold war closure of the spaces of autonomy which had allowed the Ghanaian state to invade fundamental reforms in the past; and thirdly, the rise of a ‘revolutionary’ leadership which did not shrink from tough reforms, and which (even more critically) understood both how to exploit the openings offered by the evolving international system and create stake-holders to underpin reform” (2002: 122).

entre outras – que a todos os ganeses deram novas e, quanto a nós, hiperbolizadas esperanças políticas e sociais, por outro lado, a expressa ameaça (no outro extremo da leitura política), de uma hipotética e, nalguns “momentos” políticos, muito real desordem civil resultante da estilhaçante (e, dentro de uma certa “janela” de tempo, a mais que expectável) implosão política, económica e burocrática do Estado, e, por fim e não menos importante, o suavizado e estratégico recuo político dos cobiçosos neo-liberais ganeses, na medida em que puderam observar *in loco e in situ* (e, na sua sempre aberta carteira) que a ausência económica (a sua acentuada fraqueza ou a sua excessiva dependência) do Estado em alguns domínios do “mundo económico” ganês (citemos, por exemplo, as áreas das infraestruturas públicas, das importações e das exportações, das culturas agrícolas intensivas e, da indústria ligeira e pesada), não tinha correspondido simetricamente aos seus impulsionadores e “gordos” ímpetos do lucro económico e, indispensavelmente, do lucro político (Hutchful, 2002).

A atenção sóciopolítica da “sociedade civil”, da “sociedade política” (incluindo esta, com algum contragosto político, a “ala direita” do PNDC e o próprio Jerry John Rawlings), da “sociedade académica”, da “sociedade económica” ganesas e, indiscutivelmente, da “sociedade internacional”, haviam, nesta alavancada e “modernizante” conjuntura histórica e política, “imaginado” e tudo feito para que o enfermo Estado ganês se entregasse à cura dos seus males políticos pela prescrição e toma de um expandido receituário (nacional e internacional), que incluía, obrigatoriamente, o repensar, o reorganizar, o reajustar, o reerguer, o revigorar ou o redesenhar do Estado (em todo o seu figurino, conteúdo e amplitude) e, da “esfera pública” ganesa que o sustentava, que o circundava, que dele emanava ou que dele dependia (Leith & Lofchie, 1993). Todo este tortuoso percurso histórico-político do Estado “pós-colonial” ganês, bem como a sua assentida predisposição institucional para a “mudança política”, são-nos narrados pela expedita e interpretativa voz de Theophilus Aiddo-Mansah, que a nós se dirige salientado que:

o Estado “pós-colonial” ganês não teve, não tem tido uma vida política fácil. É um histórico ressuscitado político, que tantas e tantas vezes, acordou de profundos comas políticos. O peso das suas heranças, o peso das suas ocupações (nalguns casos, abruptas e radicais) e o peso das pressões internas e externas a que sempre foi sujeito, em nada facilitaram a sua existência política. Não podemos, por exemplo, desenganchar do Estado o peso que a sua herança pré-colonial e colonial exerceu na construção da sua história “pós-colonial”. É uma herança pesadíssima. Os acervos são muitos e de inscrustado peso político e económico. A, quanto a mim, nefasta lógica do *big-men*, das redes clientelares, dos favores “entre-portas” e das rendas “por baixo da mesa” de onde vêm? É a genética do pré-colonial transmitida às futuras gerações políticas. Toda a racionalidade económica, todo o aparelho burocrático e todos os mecanismos coercitivos de onde emanam? O nosso património jurídico-constitucional de onde vem? Ainda que posteriormente fossem sonegadas, as bases coloniais de tais sistemas sempre foram as bases que o Estado ganês reaproveitou para se erigir e se projectar o quanto podia ou o quanto lhe era permitido. O Estado sendo um complexo político de formais, inteiras e operacionais instituições, sofreu profundas alienações, diria mesmo, amputações e também enxertias, que deste modo, desvirtuaram a essência da sua existência enquanto referente, regulador e garante primeiro da ordem política e

social ganesa. Este transversal desvirtuar foi em nome de quê? Foi em nome de uma estratégica e preemente necessidade de se africanizar o Estado ganês, para que melhor governasse os seus cidadãos com medidas e instrumentos políticos que aqueles reconheciam, legitimavam e, acima de tudo, que os beneficiavam? Não. A dita africanização do Estado ganês, serviu só os pontuais interesses e as mais desconsideráveis práticas de uma muito pontual elite política, económica e militar.<sup>269</sup> O Estado ganês parece um projecto político em permanente convulsão, desestruturação e reconstrução, que em nada obedece aos princípios da estabilidade e formalidade institucional, mas antes aos radicais e importados sonhos, desequilíbrios e ambições dos seus conjunturais e quiméricos ocupantes políticos. Veja-se o caso de Nkrumah, de Busia e de Acheampong. Quantas guinadas políticas e ideológicas deu o Estado neste curto período de tempo? Que se colheu deste e dos períodos políticos subsequentes? Colheu-se um Estado imaturo, alheado, ausente, inseguro, dependente e impreparado, que a certa altura, dadas as suas comprovadas incapacidades políticas económicas e outras e, dados os seus tóxicos vícios, tornou-se num degenerativo organismo, que negando-se à regeneração e à cura, acabou por canibalizar as suas próprias células sociais. Tudo isto, naturalmente, redundou em imparáveis, em transversais e em complexos processos de uma quase não-existência ou existência-ilegítima do Estado e, consequentemente, em muitas áreas da sociedade ganesa, de irreparáveis perdas de poder, de autoridade, de autonomia e de legitimidade estatal.<sup>270</sup> Em 1992, o diagnóstico do Estado foi feito e, bem feito. Os intervenientes políticos aceitaram que os médicos nacionais e estrangeiros lhe dessem uma medicação correcta. Medicação esta, diga-se, que mataria elefantes. Será, no entanto, preferível estar em convalescença durante uns largos tempos, que assistirmos ao vagueante cambaleiar de um cadáver ciclicamente reanimado por conveniências, interesses ou necessidades pessoais, políticas, clientelares ou eleitorais.<sup>271</sup>

Assim, em simétrica continuidade com o que anteriormente havíamos considerado e em assumida sintonia com o que o nosso entrevistado nos descreveu, reiteramos que nos inícios da década de 1990, o Estado “pós-colonial” ganês, deu entrada, com carácter de urgência institucional e legitimatória, nos cuidados intensivos de reconhecidos organismos internacionais (que propalavam o universalizante *Washington Consensus*, filho legítimo e liberal dos conservadores “thatcherismo” e “reaganismo”), que prescreviam em receita fechada a toma de dinâmicas políticas que conduzissem a *liberalizantes* processos de

---

<sup>269</sup>Neste ponto particular, ao olhar analítico e caracterizador de Rexford Kwasi Abeyie deveremos recorrer, pois este nosso entrevistado evidencia-nos que “o Estado ganês em determinadas épocas parecia que tinha sido ocupado por empreiteiros civis. Cada um dos novos empreiteiros que chegava a este grande edifício, dava o seu retoque e acabamento final. Mudava as cores anteriores, mudava a disposição dos apartamentos, mudava os azulejos, redecorava ao seu gosto pessoal. Enfim, era sempre o recomeçar de uma obra nova que era sempre uma obra inacabada. Para além disso, os empreiteiros que desta obra tomavam conta, só contratavam os “trabalhadores” das suas próximas relações pessoais e familiares. Só compravam materiais aos armazenistas seus amigos e conhecidos. Era destruir para reconstruir e vice-versa. Não havia um projecto-guião. Construía-se, destruía-se e reconstruía-se ao sabor das vontades, dos gostos e das intenções pessoais ou do grupo de amigos/parceiros mais próximos, sem se considerar os alicerces deste grande edifício que a cada dia que passava se encontra em maior ruína estrutural”. Tradução livre da entrevista realizada a Rexford Kwasi Abeyie (Deputado Municipal da EJMA), em Ejisu-Juaben, em 2008 [AE2011/EPE].

<sup>270</sup>A este propósito, salienta também Naomi Chazan de forma lúcida e acutilante que “The trends characterizing recent Ghanaian politics were a result of the loss of distinctiveness of the existing state apparatus for many Ghanaians. The salience of this political entity was a function of its ability to control resources, people, and/or critical values. Autonomy of the political unit may therefore be defined, respectively, in terms of power, legitimacy, and/or authority. In Ghana state centrality rested mostly on power, that is, on organizational uniqueness. After independence if not earlier conceptual (authority) and communal (legitimacy) roles were largely relegated to supra and sub-state units. The capacity of the state, however, to maintain its pre-eminence in purely power terms was never very significant. As time progressed, this capability was further dissipated because power unaccompanied by rights, obligations, and recognized rules of exchange must perforce rely heavily on efficient performance and the tenacity with which key groups uphold its administrative functions. These conditions did not exist in Ghana between 1969 and 1982. As a consequence, the relationship between the state and power, authority, or legitimacy was called into question. With the symbolic, regulatory, or organizational autonomy of the Ghanaian state nebulous in the extreme, power, authority, and legitimacy were gradually transferred elsewhere” (1983: 333).

<sup>271</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Theophilus Aiddo-Mansah (Presidente da NALAG), em Acra, em 2010 [AE2014/EPE].



(re)“democratização” política. Por outras palavras, na mais íntima das expectativas políticas, o que se esperava do Estado ganês, era a sua consentida e voluntária anuência em participar de “corpo e alma” política no extenso, implexo e aberto jogo da democracia plural, multipartidária e representativa (já com fracassada tentativa de implementação nos governos de Joseph Arthur Ankrah e de Kofi Abrefa Busia) e, imperativamente, no livre, concorrencial e global jogo do (neo) liberalismo económico e, por definição prática, do propagado capitalismo financeiro e industrial (que também, já havia sido malogradamente esboçado nos anos de 1966-1969 e 1969-1972, sob a liderança dos acima referidos Chefes de Governo). Foi, nesta medida, dentro deste quadro de macro-balizamentos políticos, económicos e ideológicos, que o Estado ganês pós-1993, encetou um estrutural e estruturante (e, sublinhamos nós, tenso e por vezes antinómico) processo de reconstrução, reestruturação, ou, ainda, se quisermos, de reconfiguração de todo o seu “pensamento” político-ideológico (promotor de uma saudável estabilidade, funcionalidade e mútua cooperação/interdependência entre o que o “Estado-ideia” formula e o que o “Estado-sistema” aplicava na realidade política e social), de todas as suas práticas burocrático-institucionais (institucionalização do primado da competência/habilitações técnicas na admissão para os vários escalões dos serviços do Estado), de todos os seus princípios administrativos-territoriais (no fundo, o compromisso da coesão social e territorial que vincularia o “centro” político e a(s) periferia(s) política(s), que integravam e constituíam o grande e relacional mundo político e administrativo do “Estado-sistema” ganês), de todos os seus encadeamentos com a “sociedade civil” (na mais lata das suas extensões), de todos os seus vínculos com os “mundos” da comunicação social, direitos humanos, cidadania, participação política, género, associativismo, de todas as suas dinâmicas relacionais com “fontes” outras de poder, de autoridade e de legitimidade, de todos os seus procedimentos de extensão, aplicação e de “captura” de receitas fiscais e, de todas as suas racionalidades económico-financeiras (os tão necessários fluxos que religariam a economia nacional e local ganesa aos fluxos da economia que operava a uma escala global), não obstante o facto, de no contemporâneo ano de 2012, ainda estarem em activo trânsito para se implementarem *integralmente* algumas (muitas, refira-se) das impostas (endogenamente e exogenamente) “modernidades” políticas para uma vez mais e, de uma vez por todas, aquele se (re)legitimar do ponto de vista social, político e económico, perante os seus sempre sofridos, presentes e militantes cidadãos ganeses (Boafo-Arthur, 2007; Tsikata, 2007; Amponsah, 2007).<sup>272</sup>

---

<sup>272</sup>Efectivamente, tal como sublinhámos *en passant*, este excepcional e profundo processo de reconstrução político-económica, não esteve isento de declarados antagonismos, disrupções e /ou incoerências, pois como sobreleva Eboe Hutchful “reform in Ghana has been very much a dialectical process, reflecting shifting centers of initiative and interests, and with global and domestic actors (the International Financial Institutions, the

Com efeito, e na essência de todas estas “mudanças” políticas (ainda em atrasado curso e, quase todas delas, já acauteladas, previstas e consagradas na “moderna” e vigente Constituição de 1992), no período histórico que intercala entre os anos de 1993 e o ano de 2012, que corresponde à governação política de Jerry John Rawlings (1993-2001), de John Agyekum Kufuor (2001-2009) e de John Atta Mills (2009-2012), o Estado ganhava testemunhou copiosas mudanças de “atitude” política e ampliadas intervenções políticas numa multiplicidade de “órgãos vitais”, cujo propósito cardinal era atenuar-se (como o limite político máximo de se extinguir por todos os meios, formas e mecanismos) os padrões, vivências ou práticas de um “Estado macrocéfalo”, de um “Estado anafado”, de um “Estado manco”, de um “Estado vampiro”, ou, ainda se quisermos, de um “Estado patrão-cliente” que produzia e reproduzia dinâmicas e condutas políticas que em nada contribuíam para o regular e legítimo desempenho das suas mais basilares, insubstituíveis e tão reclamadas posições e disposições políticas, sociais e económicas. Os acima referidos governantes políticos, cada qual com o seu *imprint*, visão e ritmo político particular (e, naturalmente, também de acordo com a sua “agenda” política e, das correlações de forças internas e externas que à sua voltam gravitavam) concorreu para que este novo “*dress code*” político do Estado lhe imprimisse um reforçado carácter político que lhe conferia maior dignidade social, uma redistribuição económica que lhe reservava maior respeito social e, uma estabilidade burocrática-administrativa que lhe outorgava maior reconhecimento social, logo, uma mais sólida, distendida e permanente legitimidade social e política. Dito de outra forma, este Estado em “boleia” da “modernidade” política, construído e reconstruído ao longo dos mandatos governativos de Jerry John Rawlings, de John Agyekum Kufuor e de John Atta Mills, sempre foi assumido como uma “entidade” política, a qual do ponto de vista jurídico e constitucional era matricial, que havia ingressado num complexo *processo* político e não num simplificado *estado* político, e que definia a sua existência pública a partir das concepções de uma “cartilha exterior” mas também, e (talvez) sobretudo, a uma cartilha de “ganchos” e /ou desvirtudes relacionais privadas (pode-se ler: informais) que lhe continuavam a dar forma e talvez até, algum sentido, sustentabilidade e conteúdo político.

---

Ghanaian state, various interests in Ghanaian society) complementing and at the same time checkmating each other, as each has sought to advance a particular agenda. The process has been disjunctive but overlapping, continuous as well as discontinuous, with different forces exercising the initiative and pushing the process at various stages. (...) The result is that has been a far from coherent agenda or process” (2002: 122-123). Para um conhecimento mais detalhado da “mecânica” de todas estas complexas variáveis a implementar neste Gana “moderno”, ver: (Hutchful, 2002; Boafo-Arthur, 2007; Quashigah, 2007; Tsikata, 2007; Ninsin, 2007; Amponsah, 2007; Frempong, 2007; Aye, 2007; Essuman-Johnson, 2007; Dartey-Baah, 2015).

Terminamos este capítulo, assumindo como boa a sintética análise que nos foi apresentada por Nicholas Owusu-Sekyere, e que discorreu sobre a trajectória de “mudança” dos paradigmas políticos e económicos que o Estado ganês aquiesceu nos começos de 1993:

se me pergunta que balanço faço, em nome do bom rigor, só lhe posso dizer que o saldo é francamente positivo. Hoje temos um Estado mais visível, mais presente, mais funcional, no fundo um Estado que se vê nas ruas, que se sente nas nossas vidas, que está no nosso vocabulário quotidiano. É um Estado mais organizado, mais coeso, mais estendido. Não é hoje o Estado que antigamente só era visível de Chorkor (arredores de Accra). O Estado encontrou um ponto de equilíbrio institucional que melhor lhe permite trabalhar com os outros e para os outros. Essa estabilidade política, quanto a mim, muito deve à serenidade ideológica que o Estado assumiu para a sua organização e funcionamento. Este Estado, enquanto entidade formal que nos regula, já nos merece mais confiança, porque sentimos que faz coisas pelos cidadãos e pelo país. Será dizer, no fundo, que hoje e comparativamente ao Estado do passado, o Estado é indiscutivelmente um Estado mais forte em muitos domínios. Temos mais Estado e melhor Estado. A formalidade fez bem a este Estado. No entanto, muitos paradoxos e ambiguidades se fazem sentir dentro dele e à sua volta. Temos um Estado que em algumas áreas rurais iça a bandeira nacional, mas que não funciona. Ou então, o funcionário que representa o Estado não tem competências administrativas, os meios ou os recursos e tem de receber auxílio ou orientação de outras fontes de autoridade. É um Estado que de uma forma muito encapotada, ainda é permeável às lógicas da etnicidade, é compadre com algumas solidariedades pessoais e familiares, é prestador de alguns favores políticos e eleitorais, é “sócio” de negócios públicos com “amigos” nacionais e internacionais”, é camarada nas opacas relações que mantém com os militares e, amíde, considera que os tribunais não são autoridade jurídica suficiente para julgarem alguns casos ou algumas pessoas da política. Acima de tudo, se enquadrar tudo isto como um processo em curso e que ainda recentemente se iniciou, e mais, se me lembrar de todos as desvirtudes que este Estado tinha (e que ainda permanecem), só posso dizer que não sendo perfeito, este é um Estado em vias de se tornar melhor. E, como tal, é um Estado que todos os dias reconstrói a sua legitimidade política com base num modelo de governação o mais próximo possível do democrático.<sup>273</sup>

#### 4.3 | DA RESILIÊNCIA DOS *PARAMOUNT CHIEFS*: O PROCESSO DE (RE)INVENÇÃO DA TRADIÇÃO

Mesmo o mais desatento dos olhares analíticos, conseguirá extrair do íngreme e excruciado percurso histórico dos *paramount chiefs* ganeses, a mais saliente das suas “naturais” ou “construídas” capacidades (pode-se ler também, estratégicas habilidades): a resiliência política. A “recompensa” política desta entranhada resiliência histórica (posicional e relacional), é-nos substantivada pela analítica apreciação de Margaret Sackey:

ghana’s current system of decentralized local government is closely linked to the institution of chieftaincy, or traditional authority/administration, and can be traced to before the arrival of Europeans in Ghana in the 15th century. An overview of the current decentralized public administration process would therefore be incomplete without acknowledging the historical contribution of the chieftaincy institution to local governance and democracy (2012: 2).<sup>274</sup>

<sup>273</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nicholas Owusu-Sekyere (Presidente da EJMA), em Ejisu-Juaben, em 2008 [AE2011/EPE].

<sup>274</sup>O actual organograma administrativo sob o qual assentam todos as instituições, procedimentos e mecanismos do processo de descentralização e de “governo local” ganês, revela-se na seguinte disposição hierárquica (por ordem de importância e de grandeza decrescente): “Regional Coordinating Council, four-tier Metropolitan Assembly, three-tier Municipal or District Assembly, Urban or Town or Area or Zonal Council and Unit Committee in all. In all, 10 Regional Coordinating Councils, 170 Metropolitan or Municipal or District Assemblies and over 1300 Urban, Zonal or Town or Area Councils and more than 16000 Unit Committees” (ILGS, FES, 2010: 17-18). Este “esquema” organizativo é fruto de um contínuo processo de recalibragens e de reajustes administrativos, inicialmente consagrados na Constituição de 1992, e burilados até à data de 2016. Assim, para um conhecimento da evolução, dos conteúdos e das formas políticas e administrativas de todo este

Será ajustado, assim o pensamos nós, poder-se assegurar com lúcida objetividade e validação empírica, que os *paramount chiefs* ganeses são, em razão dos valores históricos-genealógicos, princípios políticos, práticas sociais e vínculos simbólico-sagrados que (ainda) encarnam e projectam, uma importante – diríamos mesmo, segundo as vozes dos cidadãos e/ou “sujeitos/vassalos”<sup>275</sup> ganeses, incontornável e insubstituível – “instituição” de (boa) governação política no Gana de vigorosas, heterogéneas e contemporâneas “modernidades” globais e locais (Rathbone, 2006; Kleist, 2011; Knierzinger, 2011).<sup>276</sup> Contudo, a esta contextualizada e crescentemente anuída importância política, histórica e cultural dos *paramount chiefs* ganeses, nem sempre correspondeu uma preocupação científica ou uma visibilidade pública que fizesse parte das visíveis ou prioritárias notas das “agendas” nacionais ou internacionais que observavam os fenómenos do “político” em terras ganesas. Diríamos, assim, que não sendo um “assunto” esquecido (pois, como temos vindo a observar, a “realidade tradicional” sempre entoou vigorosos ecos políticos e relacionais nas várias escalas da política local, regional e nacional), os *paramount chiefs* eram, sobretudo para as “fábricas” noticiosas e para os “mercados” científicos internacionais, um cultural (também lido, enquanto folclórico) “assunto” de derivado, colateral ou apenso (só existindo em correlação directa ou indirecta com o Estado) interesse político. Terá sido, em razão simétrica e proporcional, a partir dos confessados, ostensíveis e inegáveis falhanços políticos conjunturais (iniciados na década de

---

processo de descentralização do Estado ganês, consultar os promulgados instrumentos legislativos: *Civil Service Law (PNDCL 327)* (1993); *Local Government Act (Act 462)* (1993); *District Assemblies Common Fund Act (Act 455)* (1993); *National Development Planning (System) Act (Act 479)* (1994); *National Development Planning Commission (Act 480)*, (1994); *Local Government (Urban, Zonal and Town Councils and Unit Committees) (Establishment) Instrument (L.I. 1589)* (1994); *Local Government Service Act (Act 656)* (2003); *Institute of Local Government Studies Act (Act 647)* (2003); *Local Government (Kumasi Metropolitan Assembly) (Establishment) (Amendment) (L.I. 1805)* (2004); *Local Government (Departments of Districts Assemblies) Commencement Instrument (L.I 1961)* (2009); *Local Governance Act (Act 936)*, (2016). As eleições para os “governos locais” ganeses, ocorreram, continuamente, e sempre com a matriz de uma base não partidária, nos anos de 1988/1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2015 e, as próximas, realizar-se-ão em 2019. Com o objectivo de aprofundar esta temática, ver os incontornáveis trabalhos de: (Aye, 1994, 1999; KAS, 1996; Thomi *et al.*, 2000; WRCC/KAF, 1995; Jacquemot, 2007; Ahwoi, 2010; ILGS/FES, 2010).

<sup>275</sup>Esta distinção, apesar de parecer assumir “só” contornos de semântica linguística, foi objecto de acesos e controversos debates sociais e políticos. Na inicial proposta da Assembleia Consultiva (1991-1992), a definição de chefe tradicional apresentada por Osagyefo Kuntunkunuku II (em representação de um largo número de defensores desta recomendação), era: “means a person who, hailing from the appropriate family and lineage, has been validly nominated, elected, enstooled, enskinned or installed as a chief or queenmother by his or her people in accordance with the requisite customary law and usage” (*apud Afari-Gyan*, 1995: 93). Estas “cinco palavras” como Mahami Saibu Mahama lhes chamou, causou um enorme desconforto e, até mesmo, uma enorme raiva política, na medida em que sustentavam que um Estado soberano só reconhece os seus próprios cidadãos e não se podia compaginar com a existência de *súbditos* de outras fontes de poder, de autoridade ou de soberania política. Esta seria, segundo Mahami Saibu Mahama, a forma de o próprio Estado ganês, formalmente assumir a sua cisão, fragmentação ou pulverização político-territorial, pelo que “(...) the five devilish words, by his or her people, must be deleted” (*apud Afari-Gyan*, 1995: 94).

<sup>276</sup>Aliás, em reforço desta mesma ideia, o eminente Embaixador francês nomeado para o Gana em 2007, Pierre Jacquemot, ilustra-nos que “Le prestige national acquis par l’*Asantehene*, le roi des Ashanti, illustre bien la reconquête du prestige entreprise par les chefferies par l’utilisation de moyens combinat tradition et modernité. Otumfuo Osei Tutu II est le principal chef du Ghana. Dans la pratique du pouvoir, il peut être considéré comme le second personnage du pays. Son palais de Manhyia à Kumasi est devenu un détour obligé pour tous les visiteurs importants du Ghana, mais aussi pour les ministres en quête de conseils” (2007: 66-67).

setenta) e da estrutural crise económica a que o Estado ganês se “predispôs” (reforçada na década de oitenta), que o recapitulado interesse por estes agentes da “história”, da “cultura” e da “tradição” ganesas, reivindicaram o seu lugar social (contrariando, desta forma, as inquinadas previsões políticas de alguns “teóricos” da mundializada “modernização”/“modernidade”) nas transversais leituras, opções e soluções políticas para um Gana “pós-colonial” a que o seu “pós-colonial” Estado não havia sabido/querido/conseguido fazer prosperar, desenvolver e/ou emancipar do ponto de vista político, ideológico, burocrático e, em particular, do ponto de vista económico e financeiro (Boafo-Arthur, 2002; Kleist, 2011).<sup>277</sup>

Nesta medida, enfatizemos que o Gana (a par, por exemplo, da África do Sul, Namíbia, Camarões, Zâmbia, Nigéria Zimbabué, Botsuana ou Moçambique) no arranque dos anos noventa, foi o espaço e o tempo da inequívoca, irrevogável e vigorosa reafirmação histórica, social, simbólica e, impreterivelmente, política, dos *paramount chiefs* ganeses no grande (porque ascendia do local ao nacional) tabuleiro de xadrez relacional, que produziu e reproduziu “renovadas” dinâmicas do “político” naquele quebrantado país, gerido e regulado por um “sistema” de Estado que até então, todos os dias do calendário político havia dado provas de astenia “física” e “mental”. Por certo, esta “transicional” conjuntura política, reforçada pelos “impulsos” e reforços jurídicos consagrados na Constituição de 1992, permitiu/promoveu a “apresentação” formal dos “debutantes” *paramount chiefs* ganeses, às mais recentes e “modernizantes” lógicas, práticas, padrões e agentes políticos de um processo supra-nacional que se optimizava e norteava em torno de critérios que incorporavam a “democratização” multipartidária, as reformas económicas de orientação neo-liberal e, a implantação de um desenvolvimento social transversal, sustentável e sustentado, nos seus “opúsculos” da representação, da produção e/ou da acção política prioritária, num Gana em *vias* de renascer (Valsecchi, 2007; Sackey, 2012; Asamoah, 2012).

---

<sup>277</sup>Realçemos, neste ponto particular, a importância académica e política que a Conferência *The New Relevance of Traditional Authorities in Africa*, organizada por Donald Ray e Émile Rouveroy van Nieuwaal e, realizada em Acra, a 2 de Setembro de 1994, teve no despertar do (positivo) interesse por este premente e incontornável “assunto” político. As conclusões resultantes deste espaço de debate científico que tudo tinha de “político, trouxeram, em definitivo, os *paramount chiefs* ganeses (e, também os chefes tradicionais de outros países), para um “lugar ao sol” no que dizia respeito às discussões relativas a matérias de natureza política e/ou a matérias de natureza não política. No “lastro” desta inaugural Conferência, muitas outras conferência, encontros, workshops se lhes seguiram, dado cada vez mais uma maior visibilidade pública (nacional e internacional) a este/esta “problema/problemática” e, atraindo cada vez mais importantes promotores/doadores nacionais e internacionais (públicos e privados), tais como a FF, KAS, KAF, KNUST, UG, FEA, FES, DEA, CIKOD, ILGS, ZIF, NHC E USAID, entre outras, que consideravam ser de incontornável evidência e prudência política, a inclusão dos *paramount chiefs* nos correntes e diversificados processos que construiriam e consolidariam a abertura política e económica em corrente implementação no Gana.

Dito de outra forma, o sentido e a extensão das dinâmicas institucionais de todo este processo político e económico, desencadearam um recuperado interesse pelas históricas e relacionais subtilidades do “político” no Gana, concentrando-se, nomeadamente, nas expectavelmente cooperantes, complementares e “lucrativas” relações políticas estabelecidas entre o Estado e os *paramount chiefs*, em “matérias” tão estruturais e sensíveis (porque promotoras de enfáticas dissensões políticas e ideológicas), quanto a democracia participada e participativa, a boa, responsável e representativa governação, o cumprimento dos direitos humanos (incluindo as questões da emancipação da mulher os maus-tratos e o tráfico das crianças), a sensibilização para a protecção ambiental e desenvolvimento sustentável (integrando a fauna, a flora, os recursos naturais e as espécies animais), a implementação e consolidação do *empowerment* sócioeconómico (também, com enfoque nas melindrosas questões sindicais e laborais) e, a pública e transparente *accountability* em matérias do político, do financeiro, do fiscal e do burocrático, bem como ainda, no lugar ou papel (na essência, a natureza e a amplitude das competências) dos *paramount chiefs* enquanto recém-habilitados agentes institucionais (também) receptores directos, promotores privilegiados e executores exclusivos do desenvolvimento (ou, até nalguns casos, de aperfeiçoamento) político, jurídico, administrativo, social e económico à disposição e, em vocacionado proveito dos nacionais e dos locais cidadãos do Gana “pós-colonial”.<sup>278</sup>

Contudo, enfatize-se ainda, que neste reconfigurado quadro político e constitucional, não só a resiliência será adjectivo bastante para caracterizar o traçado histórico e as posições sóciopolíticas (que daquele decorrem) assumidas pelos “modernos” *paramount chiefs* ganeses ao longo dos “tempos” políticos, nas escalas da política nacional e/ou local, também, e aqui chegados, sinalizamos que a sua inegável capacidade de readaptabilidade (com consequente

---

<sup>278</sup>De facto, Nauja Kleist enfatiza tal percurso de “modernidade” dos *paramount chiefs* ganeses, ao considerar que “contemporary chiefs face particular challenges which are a novel nature, such as demands of good governance, the introduction of information and communication technologies (ICT), and expectations of international connections. Therefore, in addition to royalty and seniority, education and access to powerful networks have become central qualifications for chieftaincy election. This has led to the category of modern chiefs, capable of bringing progress and international orientation” (2011: 634). Efectivamente, tal “leitura” político-operacional dos *paramount chiefs* ganeses, já havia sido reiterada pelo próprio *Asantehene*, Otumfuo Osei Tutu II, no discurso de abertura no Fórum *Traditional Systems of Governance and the Modern State*, realizado a 12 de Outubro de 2004, em Adis Abeba, quando nos salienta que “Among other duties, chiefs are expected to provide advice to the central government and to participate in the administration of regions and districts. (...) Chiefs have the moral obligation to contribute to the lives of their individual citizens in particular, and to the nationals of their country. These days, a chief is expected to lead his people in organizing self-help activities and projects, and take the initiative in establishing institutions and programmes to improve the welfare of his people in areas such as health, educational, trade and economic or social development. These institutions and programmes are not intended to replace those that must be provided by the central and regional government, but rather to supplement them, especially in these days when the demands of the people are such that it is unrealistic to expect that they can all be met from central government resources. The chiefs can and do play a vital role in development which at once enhances democracy and sustains good governance” (Tutu II, 2004: 7-8).

capacidade de recriação ou reinvenção da tradição) às novas, diferentes e externas circunstâncias promovidas pelo “ambiente” de democratização política, é a segunda das faculdades políticas que aqueles agentes sociais pareceram dispôr, não só em todo o seu já longínquo e perseverante percurso político mas, e sobretudo, nesta última e crítica conjuntura política, que tantas e tão transversais modificações introduziu no “mundo” sóciopolítico (tradicional) ganês.<sup>279</sup> Foi, assim, a (genética) resiliência política que permitiu aos *paramount chiefs* a sobrevivência política num tempo histórico tão dilatado e, foi a (adquirida) readaptabilidade política que lhes garantiu a vivência e, talvez mais até que isso, lhes consagrou a sua indispensabilidade sóciopolítica (em relação ao Estado e, aos “parceiros” internacionais), desde os idos anos de 1992 até ao contemporâneo ano de 2012. Efectivamente, foi este segundo “construído” atributo político, que permitiu aos *paramount chiefs* ganeses solidificar, em definitivo, a sua “carreira” política no Gana local e nacional (e, até mesmo, internacional) e, a sua “carreira” relacional com um Estado “pós-colonial” que também era um “neófito” em matérias de partilha, de devolução e redistribuição democráticas. Por conseguinte, os *paramount chiefs* ganeses não se fizeram de rogados, e, sem mais delongas políticas (i.e., sem esperar que o Estado promovesse a iniciativa e os “convidasse” a participar), começaram, nuns casos, a desbastar o seu irreversível caminho de conquista de novas pontes institucionais (estas, de carácter nacional e internacional), novos recursos económicos e financeiros e, de novas relações políticas (estas, sobretudo, de intencional alcance/interesse internacional), noutros casos, tendo já assegurado estes referidos “recursos/capitais” sócio-relacionais, começaram a reivindicar ou a estender as suas pretensões políticas para o fomento de iniciativas ou acções em áreas tão distintas quanto a ajuda humanitária, a promoção do diálogo intra e inter-confessional, a coordenação e a mobilização de campanhas para a educação e a literacia (sobretudo infantil, juvenil, mas também de adultos), a integração e a sensibilização para a proliferação de doenças infecto-contagiosas (o HIV-Sida, por excelência, entre outras), a intermediação em processos de paz e reconciliação (a nível nacional e extra-nacional), a intervenção em obras públicas (construção de estradas, hospitais, centros de saúde, clínicas privadas, maternidades, redes de água, esgotos e electricidade, postos de polícia, entre tantas outras) e, também, a implementação de planos de desenvolvimento integrado para a agricultura, o comércio, o turismo e a indústria, não só nas circunscrições da sua “influência” política, mas de igual modo e, preferencialmente, com deliberadas intenções de projecção e execução

---

<sup>279</sup>Tais capacidades de readaptabilidade foram de tal forma conseguidas e reconhecidas que, em 2002, o candidato presidencial às eleições de 2004, John Agyekum Kufuor, num discurso proferido na *National House of Chiefs*, em Kumase, promove “a dynamic partnership between the government and chiefs would set up the platform for the transformation of our society” (*apud* Hughes, 2003: 19).

nacional. O “ingresso” político dos *paramount chiefs* ganeses neste “espaçoso”, heterogêneo e complexo processo (pode-se ler: infinito “mercado” de capitais de natureza vária) de iniciativas sociais, de coadjuvações políticas, de alavancagens económicas e de contribuições financeiras, de natureza nacional e internacional, é-nos relevado com o pormenor político que este “tópico” nos exige, pelo nosso entrevistado, Francis Addai-Nimoh:

os *paramounts chiefs* ganeses, deram, neste ímpar quadro político, um quantitativo e qualitativo salto político. Foi gigantesco. Penso até, que a maioria dos *paramount chiefs* não previa nem estava preparada para tal volume de acessos, relações e/ou possibilidades. Foi todo um reconfigurar de posições e de estratégias. Foi o passar do “Estado tradicional” local a uma rede política e económica de dimensão mundial. Muitos *paramount chiefs* não estavam preparados ou habilitados para tal. No entanto, *paramount chiefs* tais como o *Asantehene* e o *Okyenhene*, entre tantos outros, não só tinham a vontade e as competências necessárias, como aproveitaram de imediato a oportunidade política de deixarem de ter como seu interlocutor único, o Estado ganês. Eram *paramount chiefs*, que dada a sua avançada formação académica (por exemplo, o *Asantehene* tem um doutoramento pela *London Metropolitan University* e o *Okyenhene*, para além de empresário, licenciou-se em Ciência Política), cedo decifraram as lógicas de toda aquela vasta rede e nela desenvolveram os seus frutíferos contactos. Dominavam a linguagem política e as complexas questões económico-financeiras. Criaram relações institucionais que muito rápido passaram para relações pessoais. Para percebermos a importância política que este dois (e, não só) *paramount chiefs* alcançaram, cito apenas dois exemplos: em 2003, o *Okyenhene* em visita “oficial” ao Reino Unido, foi recebido pelo Príncipe Carlos e por Mohammed El-Ashray (Presidente da *Global Environment Facility – GEF*), e angariou 1,477,000 USD, para melhorar a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais renováveis do seu “Estado tradicional”; por seu lado, o *Asantehene*, em Julho de 2004, e à total revelia do Governo e do Estado ganês, avançou, num encontro formal com os amigos pessoais, Rodrigo de Rato (CEO do FMI) e James Wolfensohn (CEO do BM), não só com a renegociação da dívida (e do serviço da dívida) do Estado ganês àquelas instituições, como angariou ainda, em transferência directa, 30,000,000 USD para os cofres dos *Traditional Councils* da região Ashanti, Volta, Central e Brong-Ahafo. A notícia percorreu o país, provocou burburinho político e o Estado foi humilhado. Muito humilhado.<sup>280</sup>

O nosso entrevistado, entalhando sempre a nossa conversa com um profuso e minucioso volume de pormenores e de estórias paralelas ou cruzadas, justifica todo o seu conhecimento narrativo em razão do seu já longo interesse pelas questões que envolvem os *paramount chiefs* (referindo, aliás, que muitas das vezes só comprava os jornais para acompanhar estas “matérias” políticas ou extra-políticas), e, nesta sequência, retoma o seu raciocínio explicativo, evidenciando que:

falamos, portanto, em vista disto, de *paramount chiefs* que eram convidados para a abertura de conferências, em Nova York, Paris, Londres; falamos de *paramount chiefs* que recebiam em seus palácios, e com todas as mordomias e luxos, os mais ilustres Chefes-de-Estado estrangeiros; falamos de *paramount chiefs* que se tornaram poderosíssimos investidores (até de capitais especulativos, com compra, inclusivé, de obrigações de dívida emitidas pela Estado) empresários, com actividade em diversos sectores económicos, desde a agricultura, a indústria, os minérios, a construção civil (refiro aqui, que o *Asantehene* e o *Okyenhene* detêm participações em empresas de construção civil que estiveram na base do desenvolvimento e expansão das cidades de Acra, Kumase, Tema, Takoradi e Tamale, construindo, até, muitos dos edificios estatais existentes nessas cidades); e, falamos de *paramount chiefs* que se tornaram insubstituíveis filantropos, em áreas tão diversificados

<sup>280</sup> Tradução livre da entrevista realizada a Francis Addai-Nimoh (Deputado nacional do NPP ao PG – 2008 –, pela MEC), em Acra, em 2010 [AE2014/EPE].



quanto, a educação, o ambiente, o turismo e a saúde, entre outras. Falamos, em suma, de *paramount chiefs* que deixaram de ter no Estado a encarnação do seu “inimigo” político. Esta “abertura”, permitiu-lhes olhar para o Estado mais como um parceiro e/ou um concorrente político-económico, que propriamente um inglório opressor que com eles queria acabar. Também, se o propósito do Estado fosse este, muito tarde chegava e muito frustrada seria a sua vã tentativa. Os *paramount chiefs*, como alguém disse, vieram para ficar.<sup>281</sup> E, foi naquele tempo histórico (1992) que alicerçaram, em definitivo, o seu lugar político e o seu papel económico na “moderna” história do Gana.<sup>282</sup>

Com efeito, foi este o “patamar” social, político, económico e relacional alcançado pelo resilientes e readaptativos *paramount chiefs* ganeses. Às estruturais carências do Estado (central, regional e local), corresponderam as diligentes e proeficientes soluções dos *paramount chiefs* nas várias e desprovidas camadas sociais, administrativas e territoriais do *em recuperação* Gana. Não obstante a sua otimizada convalescença pelo processo de “modernização” política, o Estado ganês continuou viciosamente “gordo/concentrado/forte” em Acra e seus mais próximos arredores políticos, e cronicamente “magro/disseminado/alquebrado” em muitas das áreas rurais que distavam uns singelos 40 km do *Kotoka International Airport*. Souberam, habilmente, os *paramount chiefs* ganeses, vestir por cima dos seus “trajes da tradição” as suas novas e importadas roupas de inovadores e influentes promotores, empresários, diplomatas, negociadores, investidores e, até mesmo, de esmerados e visionários políticos com preocupações locais e nacionais, que encarnam este seu “novo” papel sóciopolítico como um seu dever moral e o seu (reclamado ou predestinado, como alguns gostam de sublinhar) contributo para a regeneração da unidade política, do progresso económico e do bem-estar social dos “seus” cidadãos e, dos cidadãos de um Gana que cada vez mais também aqueles assumiam como seus (Knierzinger, 2009).<sup>283</sup> Os mais eminentes *paramount chiefs* (casos do *Asantehene*, do *Okyenhene* e do *Agbogbomefia*) ao cada vez mais se “entregarem” e investirem nos “seus” e nos “nacionais” cidadãos do Gana, mais prestígio político e reconhecimento social recolhem e, em decorrência, de maior e melhor legitimidade podem usufruir ou solicitar (Crook, 2005; Guri, 2006).<sup>284</sup> Os seus “novos” e “modernos”

---

<sup>281</sup>Numa entrevista concedida ao *The Ghanaian Chronicle*, a 3 de Fevereiro de 2012, e realizada no seu palácio em Accra, o *Okyenhene* Osagyefuo Amoatia Ofori Panin, pronuncia-se acerca da importância dos *paramount chiefs* na vida social ganesa: “Chieftaincy gives us a sense of identity; it gives us a sense of belongingness. It gives us appreciation of what those who came before us did and enables us to sit down and look at their lives and deduce the things we want to continue. Those things that have outlived their usefulness, we drop”.

<sup>282</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Francis Addai-Nimoh (Deputado nacional do NPP ao PG – 2008 –, pela MEC), em Acra, em 2010 [AE2014/EPE].

<sup>283</sup>Refere, a este propósito, o *Agbogbomefia*, Togbe Afede XIV, numa entrevista concedida ao *The Ghanaian Times*, a 16 de Março de 2010, que “When i was installed as a chief, the position had changed. Before there was more focus on traditional things such as festivals and funerals. Now, it is a full-time job because you need to help develop people. We all have portfolios now. Everybody has a function; it is modernized and decentralized... Some of us are getting tired of sitting down; the people need somebody to push them”.

<sup>284</sup>Para melhor compreendermos o grau de enraizamento político dos *paramount chiefs* junto das populações rurais e a consequente representação social que estas têm em relação àqueles, ver: (Abotchie *et al.*, 2006). Fazemos notar ainda que, dada a crescente importância social e política dos *paramount chiefs* nas várias actividades da “vida nacional” do Gana, até 2004 os assuntos relativos às estruturas políticas tradicionais estavam a cargo (sob a supervisão) de uma “simples” Secretaria de Estado, no entanto, em finais de 2005, e já sob a presidência

trabalhos, funções, competências ou missões, que desempenham sob as referências da apelativa e consensualmente reclamada “economia moral da reciprocidade e da pertença”, a esse reforço de legitimidade social e política se prestam.<sup>285</sup>

Neste sentido, e pelo o que a empíria se nos encarregou de demonstrar, aqueles e outros proeminentes *paramount chiefs* ganeses, já não são só os “velhos” e “simples” intermediários políticos que se “moviam” pendularmente (de forma espontânea ou condicionada) entre um Estado (central) que dava ou devolvia o que queria e quando queria e, de uma população que a eles recorria e que deles se “servia” para que as suas reivindicações o mais “alto” possível se pudessem ouvir e se fizessem cumprir, mas assumem hoje, e cada vez mais de modo competente e irreversível (e cumulativamente), para além deste não negligenciável papel de intermediários, *também* os “modernos” papéis de primeiros e preferenciais parceiros económicos ou consociados políticos (vestidos, muitas das vezes, com a roupagem de *development brokers*) do Estado central e local, de instalados e poderosos padrões locais, regionais e nacionais e, de “cabeças” visíveis de “domésticos” e “forasteiros” (públicos e privados) grupos de interesses e/ou de pressão política, económica, organizacional, humanitária, ambiental e financeira, que cirúrgica e celeremente percorrem as escalas do local, do nacional e do internacional e vice-versa.<sup>286</sup>

Podemos, portanto, sintetizar este capítulo com uma última e despretensiosa nota de observação analítica: aos “neo-tradicionais” *paramount chiefs* ganeses do passado recente, contrapõem-se os, quanto a nós, “metatradicionais” *paramount chiefs* ganeses do Gana

---

de John Agyekum Kufuor, estes mesmos assuntos “mereceram” serem tratados com a importância política de um exclusivo Ministério e de um dedicado Ministro a tempo inteiro. De acordo com Isaac Owusu-Mensah “The creation of the ministry afforded the chiefs direct representation in the cabinet meetings to bring issues that obstruct the workings of the institution as well as programmes and projects which will promote the institution to the attention of the government” (2013: 41).

<sup>285</sup> Acerca das funções dos *paramount chiefs* ganeses consagradas na Constituição (estatutárias) e das funções apresentadas pela *National House of Chiefs* (não-estatutárias), ver: (Brempong, 2006).

<sup>286</sup> Numa conversa/entrevista em tom de informalidade de fim de tarde, refere-nos, Kwabena Owusu-Aduomi, com um pragmático e conhecedor discurso narrativo que “o papel social e a importância política que os *paramount chiefs* alcançaram nestes últimos vinte anos, é, do ponto de vista histórico, inigualável. Sem precedentes. Hoje, podemos dizer que os *paramount chiefs* são poderosos. E, são poderosos em virtude dos trabalhos que têm desenvolvido em prol das suas populações. Hoje, os *paramount chiefs* são homens de negócios económicos e políticos. Negociam com o Estado olhos-nos-olhos. Não pode ser de outra forma. São eles que desenvolvem e cuidam das suas populações. O Estado corre atrás deles. E, muitas das vezes não os alcança. O trabalho daqueles tem sido gigante e exemplar. Posso citar vários exemplos. O *Asantehene*, criou a ONG *Otumfuo Heath Fund* (OHF) (com fundos do BM), o *Asanteman HIV/AIDS Control Project* (com fundos do *Traditional Treasury Fund* do *Asanteman*), o *Otumfuo Educational Fund* (OEF) (com fundos do próprio e, do BM). O *Okyenhene*, criou, entre tantos outros projectos e iniciativas, a *Okyenhene Environmental Foundation Programme* (OEFPP) (financiada pelo seu *Traditional Treasury Fund*, pelo BM e pela GEF) e a *University College of Agriculture and Environmental Studies* (UCAES), na região Oriental, com os patrocínios da *Wageningen University* (Holanda), da *Tufts University* (EUA) e da *Boston University* (EUA). Estes *paramount chiefs* são o modelo que o Estado devia seguir. Estes *paramount chiefs* que hoje nas ruas das nossas aldeias vemos passar, são os homens que amanhã vão a qualquer parte do mundo arranjar dinheiro para as suas populações. Isto traz-lhes lucro político? Claro que sim. Se o Estado não fizer igual, com isto não pode competir”. Tradução livre da entrevista realizada a Kwabena Owusu-Aduomi (Deputado nacional do NPP ao PG – 2008 –, pela EJECC), em Acra, em 2010 [AE2014/EPE].

contemporâneo. Por outras palavras, aos *paramount chiefs* ganeses que se “serviam” de uma tradição renovada, readaptada e actualizada em resposta às nuances, às dinâmicas e aos padrões propostos, exigidos ou impostos pela “modernidade”, anexam este “modernos” *paramount chiefs* um novo revestimento à sua relação com a tradição, à sua posição política e ao seu processo de legitimação social: sempre conservando e mobilizando os singulares, perenes e sagrados fundamentos, lógicas e rituais da tradição que continua a ser o histórico e primeiro alicerce da sua ancestral (e actual) legitimidade, acrescentaram, os “modernizados” e “modernizantes” *paramount chiefs* ao seu processo de legitimação sóciopolítica e, numa “construção” legitimatória que está *para além* da sua sempre presente e validada tradição – leia-se: que nela não se esgota ou que a ela agrega recentes e diferentes *inputs* que em nada dela dependem ou se relacionam, mas que a suplementam – novos, exógenos e igualmente validados parâmetros, mecanismos ou instrumentos políticos, económicos e relacionais (resultantes das “novas” funções que passaram a desempenhar), que, no entanto, *só* em justaposta e interdependente parceria com aquela (e, vice-versa), constróem o grande “movimento” legitimatório (interno e externo) que é cada vez mais socialmente sancionado pelas populações rurais e, nalguns casos urbanas, e cada vez mais politicamente usufruído pelos *paramount chiefs* ganeses. Temos, em suma, híbridos *paramount chiefs* ganeses, titulares de ambivalentes posições sóciopolítica (que vão desde o serem oficiantes de um sagrado ritual a assumirem a *posição* de *development brokers*<sup>287</sup>), que não só (re)inventam ciclicamente a tradição (também a suplementam e enriquecem com camadas legitimatórias outras), como ainda, e, sobretudo, (re)inventam-se quotidianamente a si mesmos, na justa medida em que num normal dia de trabalho, pela manhã, vestem os coloridos trajes tradicionais para discutir uma ruptura na conduta de água em Kadjebi (região do Volta) e, no início da tarde, vestem os ocidentais fatos da “modernidade” para apanharem o seu jacto privado, para irem a Nova York recolher fundos para uma campanha de sensibilização contra o abandono escolar/trabalho infantil na sua região administrativa ou, realisticamente falando, no seu Estado tradicional.<sup>288</sup>

---

<sup>287</sup>Thomas Bierschenk, Jean-Pierre Olivier de Sardan e Jean-Pierre Chauveau, dizem-nos a este propósito, que “Local development brokers are the social actors implanted in a local arena (in whose politics they are directly or indirectly involved) and who serve as intermediaries who drain off (in the direction of the social space corresponding to this arena) external resources in the form of development aid. In the case of the development project, which could be seen as the ideal-type of the development operation, regardless of the operator (public or private, multilateral or bilateral) in question, brokers represent the project’s local social carriers, at the interface between the people (the «target group») aimed at by the project and the development institutions. They are supposed to represent *the* local populations, express its «needs» to the structures in charge of aid and to external financiers. In fact, far from being passive operators of logic of dependence, development brokers are *the* key actors in the irresistible hunt for projects carried out in and around African villages” (2002: 4).

<sup>288</sup>Reporta-nos, em relação a estas temáticas, o nosso entrevistado, Anima Wilson, ao considerar que “discutirmos hoje a legitimidade dos *paramount chiefs*, é discutirmos um assunto consensualmente pacífico (refiro, só uma pequena nota: os últimos estudos apontam que 80% da nossa população aceita e sente-se representada pelos *paramount chiefs*). Eles são legítimos. Pode não ser politicamente muito correcto o que vou dizer, mas é o que

---

eu vejo por onde ando: os *paramount chiefs* são a instituição de governação política mais visível no Gana rural. O Estado ou o governo, em muitas aldeias ou localidades não é tão visível. À ineficácia e à burocracia do Estado, respondem os *paramount chiefs* com a proximidade e o conhecimento dos problemas ou necessidades daqueles. Estão presentes. Fazem obra. E, têm a história e a tradição do seu lado. Neste capítulo, são insubstituíveis. No entanto, como são tão dinâmicos e como querem sempre reforçar o seu papel social e político junto dos seus, não baixam os braços e procuram sempre novas formas de o seu trabalho e o seu esforço também serem sempre mais reconhecidos pelas suas populações. Diria mesmo, que hoje os *paramounts chiefs* não têm legitimidade social e política, diria antes, que têm legitimidades sociais e políticas e tantas outras que possam existir. O Estado tem que se habituar a esta realidade porque os *paramount chiefs* a esta realidade já não se querem desabituar”. Tradução livre da entrevista realizada a Anima Wilson (Membro do NDC, candidato ao PG – 2008 –, pela EJEC), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPE].

**PARTE III |**  
**ESTADO GANÊS E *OMANHENE* ASANTE NO *CAMPO***  
***POLÍTICO* DE EJISU-JUABEN E MAMPONG: DA**  
**CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS À**  
**RECONFIGURAÇÃO DO JOGO POLÍTICO**



“O GOVERNO NUNCA PODERÁ ABRIR MÃO DE ALGUNS  
TRUNFOS POLÍTICOS QUE PODERÁ TER DE UTILIZAR PARA  
CONTINUAR A MANTER ESTA INTERDEPENDÊNCIA ACTIVA E  
SEMPRE PRONTA A SER RENEGOCIADA”.  
Entrevista a Sampson Kwaku Bofo (Ministro do MCC), em  
Acra, em 2007 [AE2010/EPE].

“PENSO, QUE ESTA ‘DUALIDADE POLÍTICA’ É O MELHOR  
DOS FRUTOS QUE SE PODE COLHER NA ÁRVORE DA ESTABILIDADE,  
DO DESENVOLVIMENTO E DA PAZ”.  
Entrevista a Mohammed Boakye Agyemang  
(Presidente do EJM), em Ejisu-Juaben, em 2008 [AE2011/EPE].

“ESTE AMBIENTE POLÍTICO DE ‘CONVENIÊNCIA MÚTUA’,  
É A GARANTIA DE UMA PARTILHA QUE ASSEGURA  
JÁ NÃO TANTO A SOBREVIVÊNCIA, MAS SOBRETUDO,  
A PROSPERIDADE POLÍTICA QUE AMBAS AS PARTES TANTO AMBICIONAM”.  
Entrevista a Nana Adu Agyei Bonsafo III (*Nsutahene*),  
em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].





# CAPÍTULO 1 | DOS PRIMEIROS ESTADOS AKAN AO DECLÍNIO DA CONFEDERAÇÃO ASANTE: DOS MITOS DE FUNDAÇÃO AOS FACTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E MILITARES

## 1.1 | DAS ORIGENS ÀS MIGRAÇÕES DOS AKAN: QUEM SÃO E DE ONDE PROVÊM OS AKAN?

As perspectivas arqueológicas, as recensões geográficas e os arquétipos linguísticos, acerca de quem são e de onde provêm originalmente os Akan<sup>289</sup>, têm sido ao longo das últimas décadas, fontes ininterruptas de proficientes, dissidentes, e também, por vezes, de dogmáticas (inanes, na extensão máxima da sua ortodoxia), conjecturas teóricas, conceptuais e ideológicas. Consideramos, ainda assim, sem querer entrar na “derme” das pendências arqueológicas, históricas, etnográficas, geográficas e/ou ideológicas subjacentes a esta discussão académica, como profícua a possibilidade de (re)colocarmos as seguintes questões: quem integra as formas de organização política que designamos por Akan, e de onde são originárias essas mesmas formas de organização política? Começemos pela segunda das questões, à qual, ainda hoje, não existe resposta irrevogável ou, sequer, resultados concludentes. E, nesta perspectiva, antecipadamente aqui assumimos, que o objectivo central deste capítulo não será o de apresentar uma argumentação peremptória própria, mas antes, recensar e evidenciar as hipóteses teóricas que foram cientificamente mais corroboradas pelos “circuitos” académicos e, como tal, maior impacto científico tiveram nos trabalhos que posteriormente se debruçaram sobre esta intrincada matéria histórica.

Nesta medida, ressaltemos que, existem três principais “escolas de pensamento” que dominam o saber científico construído acerca da proveniência “original” dos Akan. A saber: William Balmer (1925), John de Graft-Johnson (1954), Joseph Danquah (1955) e John Fage (1959) assentam as suas hipóteses históricas, na existência (real) do antigo Império do Gana (entre os séculos VII e XIII), situado nos actuais territórios a Sudeste da Mauritânia e a Oeste do Mali, a partir do qual os Akan migraram para “terras” do actual Gana; para Eva Meyerowitz (1952, 1958, 1974), e para Georges Niangoran-Bouah (1984), os Akan são imigrantes oriundos

---

<sup>289</sup>Que significa a expressão “Akan”? Para John Tufuo e Charles Donkor a palavra “Akan” deriva de “*Kann*’ (*patently clear and free from adulteration, or light and free from darkness*)”, que atribui aos Akan uma espécie de papel de guia espiritual e moral em relação a todas as outras formas de organização política a si contíguas e/ou por si “assimiladas” (1989: 66). Por seu lado, Eva Meyerowitz, refuta esta última hipótese e, considera que “Akan” deriva de “*A’kpan*”, o antigo nome pelo qual eram conhecidos os Gonja (1974). Para alguns dos nossos informantes privilegiados Asante\*, o étimo Twi “*è-kan*” significa “*os primeiros*”, “*os principais*” ocupantes dos actuais territórios das florestas do Gana, para outros informantes privilegiados\*\*, “Akan” vem de “*Kan: falar*”; “*Akan: ‘ele disse*””. Este último termo é frequentemente utilizado pelos *okyeame* (linguistas), através dos quais “passam” todos os discursos dos *amanhene* ou dirigidos aos *amanhene* (Yankah, 1995).\*Tradução livre da entrevista realizada a Nana Saaman Nantwi II, (*Gyaasehene/Saamanhene*), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT]\*\* Tradução livre da entrevista realizada a Nana Achamfuor Kwame Akowua (*Akwamuhene/Asafohene*), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

das cercanias territoriais compreendidas entre o antigo Egipto e a antiga Abissínia, e chegaram ao Gana cursando pelas savanas do Norte; a proposta histórica das savanas situadas a Norte e, a Este da região Ashanti, seja na “versão” da pura endogénese, seja na “versão” que se compromete com “alguma” exogeneidade, é partilhada, com algumas volubilidades geográficas inteligíveis, por um extenso conjunto de estudiosos da história pré-colonial ganesa: Joseph Dupuis (1966), Alfred Ellis (1966), Carl Reindorf (1966), John Sarbah (1968), Joseph Hayford (1970), Emmanuel Brown (1929), Robert Rattray (1929), William Ward (1966), e, por último, Albert Boahen (1966).

A corrente teórica que assenta as suas premissas de investigação numa origem definitivamente “mais” exógena e, a mais “dilatada” geograficamente, é aquela que é representada pela “migracionista” Eva Meyerowitz. Segundo esta historiadora, os ancestrais fundadores da aristocracia que edificou e governou os profusos “Estados” Akan:

(...) were the descendentes of Dia or Za (who originally came from Abyssinia or southern Arabia), Lybian Berbers and the Gara (originally of Kushite Stock) of the oasis of Djabo in the Tibesti region who emigrated when the Arabs conquered North Africa and founded the Dia Kingdom on the Niger between Djene and Timbuctu” (1951: 21-22).<sup>290</sup>

No seguimento destas constatações históricas, Eva Meyerowitz conclui que a cultura (política, social, linguística, cosmogónica e de parentesco) que é definida como Akan, não é: “Negro African in origin but could be classed, on the whole as Libyo-Berber, more precisely perhaps as Libyo-Phoenician or Carthaginian, a civilization which owed almost everything to the Near East and Egypt” (1951: 24).<sup>291</sup>

Em divergência teórica e empírica com a leitura histórica proposta por Eva Meyerowitz, encontra-se, entre outros (Tait, 1953; Mauny, 1954; Goody, 1959; Posnansky, 1973), o proeminente historiador Albert Boahen, cuja proposta das origens e dos remotos movimentos migratórios dos Akan, decorre de um compromisso analítico entre dois tempos históricos distintos: o da origem histórica e, o da dispersão migratória final. Ou seja, Albert Boahen considera que os grupos familiares e os segmentos clânicos dos, por si considerados,

---

<sup>290</sup>Segundo a autora “From this kingdom, part of them conquered and ruled ancient Ghana while the rest of them moved south after Dia was conquered by the Islamized Berbers in 1009-10 and founded Bono and Kumbu” (1952: 124).

<sup>291</sup>Existem, com efeito, acérrimas críticas a esta narrativa histórica de Eva Meyerowitz. William Ward, após uma detalhada análise das propostas analíticas daquela autora, faz destacar que “There can be no question with our present knowledge of ruling out the Ghana possibility enterily: but I think the evidence is against it” (1966: 39). Também, Graham Irwin, numa acutilante observação que faz aos trabalhos de Eva Meyerowitz e Georges Niangoran-Bouah, conclui que “No dispassionate historian can do other than admit regretfully that, so far as the origins of the Akans are concerned, we are not out of the wood yet, that hypothesis has not yet given place to coherent theory, much less to certainty, and that the verdict on Mrs Meyerowitz’s latest book, as indeed on its predecessors must be: Not proven” (1961: 25).

(proto)Akan, são originalmente provenientes da região que compreende os territórios situados a Oeste do Gana e, os territórios localizados a Oeste da Nigéria, sendo que o *leitmotiv* do seu inicial processo migratório, são consequência directa do “fenómeno” climático-geográfico, que o autor designou de “Dahomey gap” (1966).<sup>292</sup> Nesta sequência, a indagação instala-se: para onde foram, ou, melhor, onde estavam localizados os Akan, antes da sua dispersão migratória final? O citado autor, escorando a “construção” desta sua proposta de traçado histórico, a partir da intensiva (e cruzada) recolha de tradições orais de origem, transmitidas por proeminentes figuras sociais dos grupos matrilineares descendentes dos “Akan proper”, permite-se, a considerar com lídima convicção histórica que “(...) the Akan evolved and developed in the savannah region to the north of the forest belt of Ghana between the Black Volta and the Comoé rivers, that is, in the area occupied today by Tekyiman, Bona and Gyaman” (1965: 166).<sup>293</sup> Neste sentido, é a partir desta região geográfica no interior do Gana, que se promoveu, entre os anos de 1300 e 1400 (d.C.), a histórica separação e o decisivo fluxo migratório das múltiplas e diferenciadas famílias, linhagens e segmentos clânicos Akan, em dois movimentos territoriais distintos:

one group, represented today by the Wassa, Gwira, Ahanta and Sefwi, who are found mainly to the west of the Pra river, must have moved directly south along the banks of the Tano and Ankobra rivers. The second group, consisting of the modern Adansi, Asante, Akwamu, Assin and Fante, might have migrated first in a south-easterly direction and then down the Pra and Ofin rivers. They appear to have settled first at the confluence of these two rivers and then dispersed again, some moving northwards ultimately to found Asante, others moving south-eastwards to establish Akyem and Akwamu, and southwards to found Fante and Aguado (1965: 166).

Assim, face à heterogeneidade de hipóteses existentes, às quais, naturalmente, se concede maior ou menor credibilidade científica, e, em resultado da nossa incapacidade heurística em aferirmos da superior ou inferior bondade académica de cada uma delas, ainda que as “vozes” do nosso “terreno” nos “arqueiem” mais para a endógena linha de pensamento de Albert Boahen – sem assumirmos, todavia, e decorrente das narrativas de origem dos “nossos”

---

<sup>292</sup>O “Dahomey gap” originou um dispersivo movimento migratório, que segundo Albert Boahen se iniciou “in the area between the middle Niger and the lower Volta. One dispersion occurred from this centre and some peoples moved across the Niger to become the ancestors of the modern Ibo and Nupe; the ancestors of the Yoruba migrated eastwards settling first in the savannah region to the north and later moving into the forest regions of the modern Western Region of Nigeria; a third group moved south-westwards leading to the evolution of the Kwa-speaking peoples of the Ivory Coast and Liberia; a fourth group moved south and south-eastwards to become the Fon, the Ewe and the Ga-Adangbe; another group migrated west-wards up the valley of the Afram, skirted the forest region, and settled ultimately in the region between the Black Volta and Comoe, the region of modern Tekyiman, Banda and Gyaman” (1966: 7-8). Sobre o Estado de Gyaman, ver os detalhados textos de: (Terry, 1982; Britwum, 1974).

<sup>293</sup>Esta “tese” histórica de que a “emergência” Akan (enquanto grupo etnolinguístico distinto e distintivo) são oriundos das florestas ou de territórios contíguo a estas, é-nos corroborada nos importantes textos de: (Wilks, 1977, 2005). Ver, ainda, a teoria do autor acerca das origens dos Akan, também designada pela teoria do “big bang” (Wilks, 1982).

informantes privilegiados, a exacta “endogeneidade” territorial –, resguardamo-nos nas “incorpóreas” palavras de Emmanuel Terray, ao determinar que:

(...) à notre avis le groupe akan est l’œuvre de l’histoire; plus précisément, il est le résultat d’un processus continu de fusion entre des apports humains et culturels d’extractions très diverses. (...) cette origine n’est autre que le long processus de métissage au cours desquels les parties constituantes se sont rejointes et associées; elle n’est pas à chercher avant l’histoire du groupe ou au point de départ de celle-ci; elle est dans cette histoire, mieux, elle est cette histoire même (1995: 29).<sup>294</sup>

Consideremos, agora, a primeira das questões colocadas: quem integra as formas de organização política que designamos por Akan? Como será entendível, as propostas de resposta para a anunciada pergunta, matizam-se de acordo com os critérios ou variáveis, sejam elas de filiação, políticas, territoriais, linguísticas, religiosas ou outras, que se “recrutam” para a concepção de um “modelo” de classificação ou categorização que circunscrevem a “pertença” ou, a “não pertença”, a determinado grupo etnolinguístico. Assim, e, no caso particular dos Akan, são duas as sobrepostas, mas não decalcadas concepções “classificadoras”, que definem os padrões de “tipificação” deste vasto grupo etnolinguístico, e resultam, dos séculos trabalhos de dois autores consensualmente reconhecidos pelo universo histórico-científico: Georges Niangoran-Bouah e Albert Boahen.

Na aceção de Georges Niangoran-Bouah, são cinco os “integrativos” requisitos, que nos permitem “construir” a identidade social Akan:

1) une langue faisant partie des groupes Tano ou Ono tels que les entend Stewart<sup>295</sup>; 2) la parenté bolinéaire et la succession matrilineaire; 3) les noms “calendaires”<sup>296</sup>; 4) les croyances religieuses et la fête de l’igname; 5) le principe monarchique et les principaux symbols du pouvoir: le siège, le sabre royal et le *dja*<sup>297</sup> (*apud* Pescheux, 2003: 29).

Segundo estes critérios de apreciação, poderiam, para Georges Niangoran-Bouah, ser “considerados” enquanto Akan, as seguintes formas de organização política: os Akyem, os Akwapim, os Anyi, os Aowin, os Asante, os Assin, os Baoulé, os Bron, os Fante, os Gomoa, os Kwahu, os Nzima, os Sefwi, os Twifo e, os Wassa. Porém, alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1984, o eminente autor, após uma revisão mais detalhada ao seu anterior

---

<sup>294</sup>Para uma perspectiva integrada das diferenciadas críticas às tradições de origem dos Akan, ver: (Amoah, 2007).

<sup>295</sup>Acerca das classificações linguísticas de John Stewart, ver: (1966). Ver, ainda: (Painter, 1966; Dolphyne, 1986; Brempong, 1991).

<sup>296</sup>Prática social Akan que consiste em atribuir às crianças Akan, o nome do dia da semana em que nasceram. Por exemplo, a um rapaz que tenha nascido numa Sexta-feira, é-lhe atribuído o nome de Kofi, sendo que “*Afi*” em Twi, significa “*fertilidade*” (Bartle, 1978). Ver, ainda: (Dolphyne, 1996).

<sup>297</sup>Na descrição de Gérard Pescheux “*Le dja* est l’ensemble des poids à peser l’or contenu dans un petit dac de cuir. En principe, chaque famille ou lignage de statut élevé possède un *dja*” (2003: 29). Acerca dos objectos e insígnias do poder político e simbólico dos Akan ver, ainda: (Otto, 1968; Niangoran-Bouah, 1973, 1978; Perrot, 2005).

trabalho, publica, com maior minúcia inclusiva, uma reformulada lista das formas de organização política que ele considera poderem pertencer, também, ao grupo etnolinguístico Akan: na Costa do Marfim inclui, os Abron, os Agni, os Baoulé, os Yéouré, os Nzima, os Abouré, os Abé, os Alladian, os Avikam, os Atié, os Abidji, os Ewotire, os Ebrié, os Adioukrou e, os Mbatto. No Gana, por seu lado, recenseia os Adansi, os Asin, os Akyem, os Asante, os Kwapim, os Aowin, os Buem, os Sefwi, os Twifo, os Akwamu, os Kwahu, os Ahanta, os Nzima, os Ahafo, os Bron, os Egura, os Wassa e, os Fante (1984: 56-58).

Nos trabalhos de Albert Boahen, por seu lado, as formas de organização política que, de acordo com a sua proposta de análise etnolinguística, integram a grande “família” cultural Akan, são os seguintes e correlacionados sub-grupos: os Akyem, os Asante, os Fante, os Kwahu, os Akwapim, os Gomoa, os Assin, os Twifo, os Wassa, os Denkyira e, por último, os Nzima (1966).<sup>298</sup> Neste sentido, os parâmetros de “classificação” que permitiram ao autor (re)agrupar estas formas de organização política debaixo do “chapéu-de-chuva” Akan, consustanciam-se nos seguintes princípios:

1) la langue Twi; 2) la succession matrilineaire; 3) les noms ‘calendaires’; 4) les pratiques religieuses et notamment la fête de l’igname (l’*odwira*); 5) le calendrier *Adaduwana*;<sup>299</sup> 6) l’existence de clans exogames matrilineaires et patrilinéaires qui induit pour toute personne appartenant à un même clan des obligations d’hospitalité et d’assistance réciproques qui transcendent les origines et les status individuels; 7) l’institution monarchique, avec une ‘Reine Mère’ au côté du roi, et l’imbrication très étroite entre l’organisation militaire et civile de la société (*apud* Pescheux, 2003: 30).

Não obstante as prováveis fragilidades ou preterições destes “sistemas” de “classificação” etnolinguística, na medida em que podem “construir” segmentárias (ou estáticas) variáveis de avaliação que incluem ou excluem (inevitavelmente) determinados sub-grupos étnicos sem terem como pano de fundo que estes são produtos de um longo e “mestiço” percurso histórico em permanente mutação e interação com outros sub-grupos étnicos, a realidade empírica actual revela-nos que “qualquer” Akan “puro” (caso dos Asante) ou “impuro” (caso dos Aowin), não sonégam, na sua essência, as matrizes de “categorização” propostas por Georges Niangoran-Bouah e Albert Boahen, considerando-as, deste modo, “prospectos” académicos que sobrelevam a sua ancestral e incorporadora homogeneidade cultural, que se traduziu

---

<sup>298</sup>Saliente-se, no entanto, que no ano anterior, Albert Boahen havia produzido um “sistema” classificatório das formas de organização política Akan e, que assenta nos seguintes critérios: “1) tous ces groups parlent des dialectes appartenant à la division Kwa de la famille Niger-Congo, telle qu’elle est définie par Greenberg; 2) les coutumes, les usages, les croyances religieuses ainsi que le symbolisme des institutions, tant domestiques que politiques, sont virtuellement identiques pour tous ces peuples; 3) ces groupes ethniques ont en commun huit clans matrilineaires exogames et huit clans patrilinéaires (*ntoro* ou *Kra*) (*apud* Pescheux, 2003: 30).

<sup>299</sup>Acerca da noção de tempo e respectivos ciclos cronológicos do calendário *Adaduwana* ou *Adaduanan* Asante, ver: (McCaskie, 1980; Adjaye, 1987; Wilks, 1993; Osei, 1997).

(mormente, segundo os *Akan-fo*) ao longo das implexas conjunturas históricas, na reconhecida importância política (leia-se: superioridade) que este grupo etnolinguístico pensa representar para a totalidade da vida social do Gana (Nkansa-Kyeremateng, 1999).<sup>300</sup>

## 1.2 | OS “ALICERCES” DO MODELO POLÍTICO AKAN: DO PARENTESCO AO CULTO DOS ANTEPASSADOS

No que à organização sóciopolítica Akan diz respeito, poderemos evidenciar, a título introdutório, que os “alicerces” tangíveis de todo o seu “aparelho” político, social, estatutário, jurídico, burocrático, administrativo e militar, são escorados nas umbilicais relações de parentesco que são, por sua vez, “extraídas” e reguladas pela matriz e pelos *habitus* dos seus ancestrais grupos de filiação matrilinear – que instauram, conseqüentemente, um “organograma” de denominações, de valores, de atitudes, de direitos e, de obrigações de natureza vária e exclusiva – e, que os “alicerces” incorpóreos de toda a sua “mecânica” cerimonial, religiosa, ideológica, e constitucional, são balizados pelos “códigos” das sagradas crenças simbólicas e práticas rituais que quotidiana e comumente preservam com os reverenciados, reguladores e (sempre) “presentes” *asaman* ou *asamanfoo* (antepassados-defuntos).

As formas de organização política “produzidas” no grupo etnolinguístico Akan, são edificadas a partir de uma “central” (unidade) social básica que é a linhagem (*abusua*) – ou, se quisermos, a “linhagem mínima” de Meyer Fortes (1969a)<sup>301</sup> que corresponde, por sua vez, à família (*fiefo*) de Robert Rattray (1929) – e, que orgânica e funcionalmente se “realiza” na sua correlação simbólica e doutrinária com o “seu” clã, ou, também, em Twi, *abusua kesse* (pl. *mmusua kesse*).<sup>302</sup> Com efeito, tal como nos realça Edmund Osei,

---

<sup>300</sup>As duas “categorias” analíticas (de Akan “puros” e “impuros”) introduzidas por Albert Boahen (1974), foram veementemente criticadas por Emmanuel Terray (1995). Por seu lado, também Ivor Wilks, após várias pesquisas empíricas, considera a seguinte distinção: “In the dialects of the forestlands, the prestigious term *akan-fo* seems originally to have had the connotation of ‘us (the true people)’, as opposed for example to the derisory *opoto-fo*, ‘them (the foreign people)’ (1982: 231).

<sup>301</sup>Para Meyer Fortes esta ‘linhagem mínima’ corresponde, segundo a sua interpretativa análise, a uma “nuclear and paradigmatic descent unit” (1969: 169).

<sup>302</sup>Thomas Bowdich foi o primeiro viajante/autor a pronunciar-se sobre a organização clânica e, também, a propôr uma nomenclatura, tão completa quanto lhe era permitido, para os matrilineares Akan. Salientou o autor que “(...) the whole of these people were originally comprehended in twelve tribes or families; the Aquonna, Abrootoo, Abbradi, Essonna, Annona, Yoko, Intchwa, Abadie, Appiadie, Tchweedam, Agona and Doomina; in which they class themselves still, without any regard to national distinction” (1873: 181). No entanto, o “esforço” classificatório de Thomas Bowdich, foi apenas o iniciar de uma longa e intensa discussão histórica e científica quanto ao número de clãs Akan existentes. Neste sentido, salientamos que para Prempeh I (1907), Rattray (1929) e, para Boahen (1965), o número de clãs por eles resenceados é de oito; para Christaller (1881), Reindorf (1895), ACC (1946), Busia (1954) e, mais recentemente, para Pescheux (2003), o número existente de clãs é de sete.

the clan has been defined in the Akan context as a group of people who believe themselves to have originated from a putative female ancestor. In other words, a clan is supposed to have been started by an unknown female ancestor, and that all the members of the clan are her descendants. This implies that all clan members are brothers and sisters, or kinsmen. Clans are therefore exogamous (1998: 3).

O sistema de organização familiar e social destes mesmos clãs Akan, concebe-se em torno dos indelévels princípios da filiação matrilinear exógama, que se encontra, por sua vez, dividida em sete correlatos (porque consanguíneos) clãs principais (*mmusua kesse*, e, também por vezes designados, de grandes linhagens), a saber: Ekoona (e Asakore); Bretuo; Asona e Dwum; Oyoko (Anona, na variante linguística Fante) e Dako; Aduana e Atwea (incluindo os Asenie, os Adaa, os Amakare, os Nanyo e, os Abira); Agona e Toa; e, por último, Asakyiri (ACC, 1946).<sup>303</sup> Por exemplo, os clãs que fundaram e detêm os Tamboretas sagrados (*dwa*) da autoridade política legítima dos “antigos” Estados Asante por nós “cursados” neste trabalho, todos, sem reserva, atribuem, segundo as suas tradições orais, a fundação da sua estirpe familiar a uma “entidade” feminina, senão vejamos: os Bretuo reclamam-se os herdeiros directos de Asiama Guahyia, para os Asona a origem da sua ascendência remete-os para a fundadora Aso Boade, no caso dos Aduana, as histórias/estórias da sua génese familiar vão desaguar na mítica figura de Seni Fontom, os Oyoko, por seu lado, constroem o seu património de identidade clânica a partir do “útero” da não menos famosa e importante, Ankyewa Nyame (Meyerowitz, 1974; Rattray, 1929; Wilks, 1993; Boahen, 1965).<sup>304</sup>

Os mitos de fundação de cada um destes clãs atribuem-lhes, ainda, a pertença à simbólica de um ancestral totem (*akyeneboa*) – o leopardo/*osebo*, o corvo/*anene*, o cão/*okeraman* e o falcão/*osansa*, respectivamente – e, a uma simétrica virtude “disposicional” – a agressividade/*mbanyinsem*, a sabedoria/*nyansa*, a habilidade/*ahoohare* e a paciência/*abotare*, na devida ordem – pelas genetrizes fundadoras promovidas, às quais ainda nos dias de hoje, os Akan prestam reverência e culto e, inculcam como prática basilar da sua quotidiana conduta familiar, social e política, seja através da realização dos mecanismos ritualísticos por aquelas reivindicadas, seja através do escrupuloso cumprimento dos interditos e/ou tabus (*akyiwade*) por aquelas irrogadas (Pescheux, 2003; Kyeremanteng, 1999; Braffi, 1992).<sup>305</sup> A matriz de filiação matrilinear Akan, traduz, no sentido mais rectilíneo do termo, que a sucessão e o

---

<sup>303</sup>Em relação às origens dos clãs e à génese da matrilinearidade nos Akan, ver: (Meyerowitz, 1974; Wilks, 1993).

<sup>304</sup>Com o objectivo de aprofundar a natureza, a simbólica e as funções sóciopolíticas dos Tamboretas sagrados dos Akan, ver: (Sarpong, 1971; Kumah, 2009).

<sup>305</sup>De acordo com Robert Rattray (1929), os membros dos clãs Akan descendem directamente dos animais representados pelo seu totem e, as virtudes e/ou defeitos do seu carácter também são por aqueles definidos e determinados. Perspectiva contrária à de Robert Rattray é manifestada por Eva Meyerowitz, para a qual os membros do clã não descendem directamente do animal-totem, mas que este simboliza os ideais e representa as qualidades de carácter que os membros do clã devem possuir/reproduzir (1951).

exercício da dominação política *efectiva* da governação legítima e, que o acesso à aquiescida herança e gestão do património material, resultam (e dependem), exclusivamente, da somática e direta relação que conservam com o sangue (*mogya*) da respectiva mãe (*mogyakoro*). É, neste sentido, o sangue materno (o cognoscível e o evocado) que define o estatuto linhageiro e social e os direitos políticos, jurídicos, constitucionais e militares da descendência no verticalizado “mundo” Akan, como nos é tão bem grafado pelo socialmente (e de outrora) reconhecido provérbio Akan “*abusua ye dom, na wo na ba ne wo nua/the family is an army, but it is your mother’s child who is your real brother or sister*” (Opoku & Mbiti, 1997: 28).<sup>306</sup>

Não obstante o escrupuloso cumprimento desta “dogma” de descendência política Akan, um outro ancestral preceito familiar, social e político Akan é equitativamente respeitado e cumprido: o “rosto” político visível do governo *de facto* e dos *affairs* políticos Akan, é, salvo raríssimas e circunscritas excepções, um homem (sendo este, todavia, sempre coadjuvado por um homólogo cargo ou estatuto no feminino), que é, por sua vez, da linhagem uterina (directa ou colateral) e, apresentado aos respectivos Conselhos Tradicionais, pela atinente soberana-mãe (*ohemaa*) (Brempong, 1997; Osei, 1999).<sup>307</sup> Salientemos, neste sentido, que é todo este cetinoso rendilhado de íntimas relações entre os ancestrais fundadores, os símbolos totémicos, o “património” do sangue e, os truísmos ideológicos de acção social e relacional (entre outros factores), que permitiu aos Akan, não só a “produção” de formas de organização política mais “coligadas”, como ainda, e, sobretudo, que a assentida agregação e “encaixe” destas “unidades” políticas autónomas, permitisse a edificação de formas de organização política tão complexas, estratificadas e piramidais, quanto o viria a ser a mesclada, porém articulada e operativa, Confederação de Estados Asante (Arhin, 1999; Meyerowitz, 1951).

Deste modo, ao procedermos a um recorte analítico ao “esqueleto” político das várias formas de organização política Akan (das mais “simples” às mais “sofisticadas”), extraímos que os seus mecanismos e instrumentos doutrinários, institucionais e processuais são, entre todas elas, muito análogos, diferindo, sem embargo, na extensão (elasticidade) da sua escala territorial e, na complexidade da sua morfologia político-organizacional (Wilks, 1982; Arhin,

---

<sup>306</sup>De facto, Meyer Fortes reforça a ideia da importância (enquanto força unificadora) do binómio clã-sangue para os Akan, ao salientar que “Chiefs who belong to the same clan call one another ‘brother’ and this is not a mere title of courtesy. Often this connexion has the support of a tradition that the founders of the chiefships were the sons of one mother. (...) These ties are thought of as holding between chiefdoms - the stools - not as being personal, and they often in the past formed the basis of concerted political action” (1969: 260).

<sup>307</sup>Ao falarmos especificamente de linhagem prende-se pelo rigoroso facto de que “(...) it is the lineages and not the clans that constitute the effective units of social and political action. A clan is rather vague category of persons, said to be scattered all over Akanland. A lineage is a group of closely related kinsmen and kinswomen who have one head, an elder, *abusuapanyin*” (Arhin, 2002:12).



2002).<sup>308</sup> Com efeito, ao lançarmos uma acurada análise à amplitude (e importância) política e territorial das diferentes formas de organização política Akan – seja uma aldeia (*akura*), seja um conjunto de aldeias (*odrikro*), ou seja, ainda, um Estado (*oman*) –, constatamos que o “modelo-padrão” da gestão política e sagrada e da estrutura administrativa *tout court*, se vai ascendente replicando, tendo, impreterivelmente, como denominador máximo comum, os omnipresentes e coordenadores princípios e dinâmicas dos “bolbos” adstritos e aspergidos pelas famílias, linhagens ou clãs (norteados, naturalmente, pelas aristocráticas “cabeças visíveis” ou *adehyee*), cujos constituem a “soma” de um colectivo político, que é (foi) capaz de projectar unidades políticas temporalmente mais protuberantes e, especialmente mais dilatadas (Wilks, 1982; Arhin, 1985, 1999, 2002).<sup>309</sup> Enquanto brevíário da nossa interpretativa explanação, façamos recurso às escorridas palavras David Apter, para salientarmos que,

most important off all, is the fact that in Akan traditional society, tribal roles were family roles writ large. As the nuclear social unit within a system of ritualized politics, the family was the structural rock on which, ultimately, the state stood or fell. It was the center in which the spirit male and blood male were manifested in the procreation and perpetuation of the social unit. Out of this, the lineage was maintained, the social organization reinforced, and the solidarity of the tribal unit protected (1968: 89).<sup>310</sup>

As manifestações, nestas formas de organização política Akan, das íntimas relações de permuta e das ininterruptas relações de dependência que mantêm com o sagrado “mundo” dos espíritos e dos antepassados, são uma axiomática constância (e consistência) das suas quotidianas observâncias sociais e práticas políticas (Arhin, 2002). Aliás, exporíamos mesmo que, toda a vida política dos vivos, interpretada, superintendida e intermediada pelos “gestores” de sangue real de uma qualquer unidade política Akan, é sempre para e em função, de um ancestral vínculo que a conecta e correlaciona com um “mundo” do sobre-humano, do invisível, das divindades.<sup>311</sup> O hierarquizado panteão simbólico-sagrado dos Akan, “apetrechado” de

---

<sup>308</sup>De facto, assim que o “patamar” político Akan se vai complexificando (pela agregação de vários “núcleos” políticos autónomos), as “unidades” políticas família, linhagem e clã, enquanto centros de autoridade política legítima, tendem a modificar-se na “1) separation of individual from office; 2) formalization of access to power; 3) formalization of remedial measures against the misuse of power, and 4) formalization of the consultative and decision-making processes” (Apter, 1968: 99).

<sup>309</sup>Em todas as formas de organização política Akan, existe sempre um chefe/soberano (*abusuapanyin*, *odikro* ou *omanhene*) coadjuvado por uma soberana-mãe (*obaapanyin* ou *ohemaa*), por um conselho de anciões (*mpanyimfo*), por um linguísta (*okyeame*), por um *staff* administrativo civil (*gyasefo*), bem como ainda, por flancos ou asas militares (*pasua*) que dão suporte burocrático e bélico à administração do governo político da respectiva unidade política. Ver: (Arhin, 1997; Osei, 1998, 1999; Nkansa-Kyeremateng, 1999).

<sup>310</sup>Destaca, de igual modo, Robert Rattray que “The family was a corporation; action and even thought were corporate affairs. (...) All the germs of the more advanced system of government, the development of which presently be followed, already existed in the little family democracy. (...) The routine, the half-formulated rules binding the individuals in the family, rules relating to property, inheritance, ownership of land, collection of family contributions, became the customary laws governing the larger group” (1929: 62).

<sup>311</sup>Com efeito, tal como nos explicita Kofi Nkansa-Kyeremateng “Among Akans the entire political and social organisation is bound up with religion and its root lies in the clan or kindred groups. An Akan Abusua includes not only the living, but also the dead and the unborn. To Akans, therefore, the most important rites and ceremonies which constitute the religion of life concern birth, naming of the child, puberty, marriage, death

crenças, de espíritos (de pessoas e animais e, inclusivé, de fantasmas, de bruxas e de feitiçeiiras) e de deuses maiores e menores, é um “mundo” impregnado de códigos, de libações e de cerimónias, que dada a sua importância, complexidade e transversalidade, só às mais proeminentes “cabeças visíveis” políticas, é facultado o acesso da descodificação, da interpretação e da intermediação das enunciações políticas (linguagem e mensagens) por aquelas emanadas e, a partir das quais as unidades sociais encontram o sentido (diríamos mesmo, nexo ontológico-filosófico), a direcção e o horizonte da sua vida e, da sua perpetuação política em comum (Hagan, 1975, 1977; Meyerowitz, 1958; Adjaye, 2001).<sup>312</sup>

Aprendamos, em conformidade, como ilustrativo paradigma das dinâmicas relacionais (intercâmbio e interdependência) existentes entre o estruturante “mundo inteligível” e o estruturado “mundo sensível” Akan (que detalharemos, mais adiante, com base na particular realidade política e cosmológica Asante), o estatuto, o papel e as funções político-rituais que duas incontornáveis figuras da realidade política de um “ordinário” *oman* Akan representam para a formação política, a orientação ideológica e a subsistência histórica deste último: a *ohemaa* ou soberana-mãe e, o *omanhene* ou rei. A *ohemaa* é, na representação política Akan, tida como a guardiã/proprietária (da existência e da sucessão) do Estado, enquanto que o *omanhene* é tido como o “condutor”/gestor (da organização e da execução) do Estado (Meyerowitz, 1951). A *ohemaa* é considerada e respeitada pelos seus súbditos e, mesmo, pelos seus “consaguíneos” da aristocracia, enquanto filha da Lua, que simboliza as características femininas de *Nyame* (ou *Onyankopon*: na terminologia sagrada Akan é equivalente a Deus ou Ser Supremo), a qual criou o Universo dando à luz o Sol.<sup>313</sup> O Sol, enquanto filho da Lua, é, segundo as mais enraizadas crenças religiosas Akan, personificado na alegórica figura do Deus-Sol (Danquah, 1944).

Nesta medida, os Akan, projectando as metafóricas essências e existências do Universo para as concretas convenções e práticas na Terra, asseguram, de acordo com as tradições de tempos imemoriais, que a *ohemaa* representa a consagrada Deusa-Mãe Lua, o *omanhene*, por seu lado, simboliza o idolatrado Deus-Sol e, por último, o Estado equivale ao holístico Universo

---

and the veneration of ancestors. It is by their proper observation that life and prosperity of the clan is preserved” (1999: 94). Ver, ainda: (Boaten I, 1993; Akyeampong, 1996).

<sup>312</sup>A incursão analítica de Erwin Osei, demonstra-nos que “The Akan chief is believed to be the link between the past ancestors of the town and the present generation. In fact, his stool is supposed to contain the spirits of the dead ancestors. Hence, the chief must periodically perform some rituals to show respect to them and to ask their blessing for the town” (1999: 9).

<sup>313</sup>Para os Akan, a importância religiosa, social e política de *Nyame* é absoluta e absolutizante, pois como se nos refere Joseph Danquah “The Nyame lives in the social group and operates as the beneficent ancestor through his representative or exemplar, the head or chief of the family, the judge, hero or prince of the ancestor’s people, the *opanyin* or elder who, living in the manner of Nyame, is called a Nana, grandfather, in his life or in death, the ideal of the beneficent life of the group” (1944: 22).

(Meyerowitz, 1951, 1958).<sup>314</sup> Porquanto, em muitas das cerimónias e/ou rituais desde sempre (e, ainda hoje) celebrados nos *oman* com maior ou menor antiguidade histórica, os príncipes e as princesas, os ministros de Estado, os anciões e, por via de regra, todos os sublinhados membros de estruturas de representação política, entoam cântigos que têm por base o remotíssimo e perpetuado adágio Akan “*Ohemaa ye bosom, na Ohene ye awia/the Queenmother is the Moon, and the King is the Sun*” (Meyerowitz, 1951: 27). Porém, as transferências ou, se quisermos, os processos de decalque entre o “mundo” religioso e o “mundo” político, não se esgotam por aqui: para os Akan, a existência de sete “corpos” celestiais – a Lua, o Sol e os cinco fundadores planetas (*okyin-nsoroma*) do Universo, Marte, Vénus, Júpiter, Mercúrio e Saturno – que o Céu (ainda) governam, nada menos pode significar, que os múltiplos *ohene* e as *ohemaa* “emergidos” dos (equivalentes) sete *abusua kesse* ou matriclãs, foram “eleitos” por *Nyame* (porque dele descendem) para a mundana governação dos Estados Akan, que outra coisa não seriam que ideais, completos, e perpétuos e, além do mais, abençoados pelo resplendor e luminescência que só o ouro (*sika*) consegue trazer (Arhin, 1991).<sup>315</sup> Ou seja, em forma de remate acentuamos que, para Eva Meyerowitz, a *ohemaa* dada a sua privilegiada correlação com a Lua é “the most powerful person in the state. In olden days, and in some aspects still is, she had a decisive voice in all state affairs and could influence the decisions taken by the king and his counsellors” (1951: 38-39)<sup>316</sup> e, por seu lado, o *ohene* enquanto representante do Sol “once he is enstooled, and his *kra* or soul, filled with the luminous life-giving fluid of the sun, is believed to be capable of conferring countless blessings on his state” (1951: 54).

### 1.3 | DA ETNOGÉNESE À FUNDAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO ASANTE: DE ASANTEMANSO A KUMASE

O histórico e convencional *annus mirabilis* que marca a fundação política da Confederação de Estados Asante (*Asanteman*), é o ano de 1701. Começamos, no entanto, por compreender o “itinerário” histórico, geográfico, político e militar dos segmentos clânicos que constituíam esta

---

<sup>314</sup> De acordo com Kofi Nkansa-Kyeremateng “The strength of Akan state is founded on the belief in ancestors and the sentiments of unity and solidarity associated with their worship. Akans assign the spirits roles which include the following: a) keeping the family/tribe in unity and protecting its members; b) protecting crops the people cultivate; c) safeguarding domestic animals; d) establishing the causes of, and preventing calamities; e) leading against enemies and; f) maintaining liaison between the people and the Supreme God” (1999: 103-104).

<sup>315</sup> O “estatuto” do ouro na cultura política, social, económica e simbólica dos Akan, é inestimável. Neste sentido, para aferirmos do relevo que este “poderoso” recurso mineral tem para os Akan, ver: (Niangoran-Bouah, 1978; Ott, 1968; Garrard, 1972a, 1972b).

<sup>316</sup> A absoluta importância política, social, religiosa e jurídica das *ohemaa* nos Estados Akan, pode ser perscrutada nos textos de: (Manuh, 1988; Stoeltje, 1997, 2003; Boateng I, 1992).

singular forma de organização política ganesa. Tal como anteriormente sustentámos, as revolucionárias mudanças populacionais ocorridas nas cercanias da bacia hidrográfica dos rios Pra e Ofin, levaram a que algures entre os séculos XIV e XV, alguns sub-grupos Akan migrassem para Sul (Fante, Akyem, Kwahu e Akwamu), enquanto que outros segmentos clânicos do mesmo grupo etnolinguístico, segundo alguma documentação oral e escrita, migrassem em direcção a Norte (IAS, 1976a, 1976b; Akyeampong & Obeng, 1995; Boahen, 1966, 1975).

Nestas massivas migrações de sub-grupos Akan para Norte, incluíam-se, entre outros, segmentos dos “nossos” e memoriosos clãs Bretuo, Asona, Aduana e Oyoko. Os Bretuo, por exemplo, fundadores do Estado de Mampong, certificam que “desceram do céu” por uma “corrente de prata” (*atwiaban*), até Ahensan, em Adansemanso<sup>317</sup> (IAS, 1976f; Daaku, 1969). Os Asona, que fundaram os Estados de Ejisu e Beposo, asseveram que descendem de uma pérola (*berewua*), circunscrita algures, às cercanias de Adansemanso (Adaboeye e Akroforomu, respectivamente) (IAS, 1976b, 1976d; Daaku, 1964). Os Aduana, por seu lado, que fundaram o Estado de Kwamang, confirmam terem vindo de Asumegya, situada nas proximidades de Asantemanso (IAS, 1976c; Daaku, 1969). E, por último, alguns segmentos do insigne clã Oyoko, os quais fundaram os Estados de Nsuta, Juaben, Kokofu, Bekwai e Kumase, perseveram a hipótese de que os seus ancestrais surdiram de “um buraco no solo”, também localizado em Asumegya-Asantemanso<sup>318</sup>, a Sul da actual Kumase (IAS, 1976a, 1976e; Akyeampong & Obeng, 1995). Com efeito, parece-nos evidente do ponto de vista histórico-geográfico, que estes mitos e tradições de fundação, autenticam, “simplesmente”, que todos estas linhagens e clãs provieram (ou, dispersaram-se definitivamente) das regiões contíguas a Adansemanso e Asantemanso, circunvizinhas à bacia hidrográfica do Pra e Ofin, tendo sido mais tarde que, alguns segmentos clânicos começaram as migrações para Norte e Sul devido, possivelmente, e de acordo com a leitura interpretativa dos factos históricos de reconhecidos autores, à crescente explosão populacional (conduzindo, naturalmente, à escassez de recursos agrícolas e minerais), a fraticidas disputas de sucessão dinástica, ou ainda, a constantes pressões militares e políticas

---

<sup>317</sup>Esta área geográfica é tradicionalmente (re)conhecida na cosmogonia Akan como o lugar onde Deus (*Odumankoma*), começou não só a criação do mundo, como ainda, os irredutíveis e invioláveis princípios de parentesco, de consanguinidade e de clã entre este grupo etnolinguístico. Ver: (Reindorf, 1966; Boaten, 1971).

<sup>318</sup>A importância política e simbólica de Asantemanso para os Asante é-nos descrita, por Gérard Pescheux: “Asantemanso est considéré comme le berceau de la nation asante pour deux raisons: c’est à Asantemanso que plusieurs clans asante sont dits être sortis de terre et, après la ‘guerre civile’, c’est à partir de cette ville que les différents groupes se dispersèrent: les Oyoko pour fonder les États de Kumase, Kokoku, Juaben et Nsuta; les Aduana Assumegya et Kumawu, et les Domaa Suntreso. D’ailleurs le nom de la région de et autour d’Asantemanso est ‘Amansie’ qui signifie littéralement le ‘commencement des nations (ou États)’” (Pescheux, 2003: 81). Ver, ainda: (Rattray, 1923; Busia, 1968; Reindorf, 1966).

dos Estados mais a Sul, tais como os Twifo ou os Adanse (Rattray, 1929; Agyeman-Duah, 1962; Fynn, 1966).

Na sequência deste sucinto enquadramento histórico, uma pergunta se nos coloca: quais foram os factores que propulsionaram a ascensão da complexa, aglutinadora e hegemónica Confederação de Estados Asante?<sup>319</sup> Segundo a literatura especializada, coexistiram dois grupos principais de causas: as causas de natureza intrínseca e, as causas de natureza extrínseca (Rattray, 1929; Wilks, 1961; Boahen, 1963; Kea, 1982). As causas de natureza intrínseca ou “precipitante”, foram, por um lado, a existência de laços de parentesco consanguíneo e/ou social muito estreitos e peculiares entre os vários segmentos do clã Oyoko, os quais foram os últimos a chegar à área geográfica em questão: Kwaaman (actual Kumase) e, por outro lado, a sagacidade diplomática, a audácia bélica e, a habilidade política para a governação de “Estado”, demonstrada pelos três primeiros soberanos Oyoko que superintendiam as comunidades políticas Asante a partir de Kumase, designadamente, Nana Obiri Yeboah, Nana Osei Tutu Opemso I e Nana Opoku Ware I (Boaten, 1971; Adjaye, 1996). As causas de natureza extrínseca, ou, se preferirmos, “catalisadora”, foram, em primeiro lugar, a ascensão política de um grande número de Estados na actual região de Kumase, isto é, a área territorial circundante de Tafo (a cerca de 4 km para Noroeste de Kumase) e, em segundo lugar, as rígidas e impopulares demandas impostas pelo arbitrário e despótico *omanhene* do Estado de Denkyira (o *Denkyirahene* Ntim Gyakari) e, em terceiro lugar, o surdir e a expansão do sempre questuoso e ambicionado comércio transatlântico (Fynn, 1971; Boahen, 1965; Daaku, 1970; Wilks, 1993).

Iniciemos, o traçado explanativo por estas últimas. Com efeito, na fase histórica em que os segmentos do clã Oyoko partiram de Asantemanso e, se fixaram em Kwaaman (as hipóteses históricas aventadas por alguns autores remetem para meados do século XV), os Ekoona, Aduana, Asenee, Aberade ou Aduana e, posteriormente, os Bretuo, já haviam fundado numerosos Estados (os historiadores fixam a data de chegada destes clãs entre os séculos XIV e XV), todos eles dentro de um perímetro espacial de trinta milhas, em torno de Kwaaman, posteriormente renomeada pelos Oyoko de Kumase<sup>320</sup> (Akyeampong & Obeng, 1995). Estes

---

<sup>319</sup>Johann Christaller traduz o vocábulo Asante por: “*o país, o povo e a língua Ashanti*”, sem, no entanto, acrescentar mais elementos de precisão linguística (1964: 427). Eva Meyerovitz, por seu lado, sugere que o termo Asante designa “*as pessoas; gentes de San*”: “It was believed by some elders in Tekyiman that Asantemanso was founded as a village by peoples from Bono-Manso. These may have been refugees who in the 1590’s came to Bono from the devastated Djenne and San region, for “*Sante*” means “*San people*”. The suffix it was largely used by Dyagha-Djenne people – Berete, Dyakate, Dyapate, Kpnnate and so forth” (1974: 150). Por seu lado, Emmanuel Brafí, diz-nos que Asante deriva do termo “*Asantie*” que significa “*dispersão, disseminação*” e, designa a reunião das cidades ou Estados dispersos, tais como Mampong, Juaben, etc. que posteriormente formaram a simbólica “nação” Asante (1984: 8).

<sup>320</sup>As explicações relativas à escolha de Kwaaman para a fundação da capital do Estado Asante pelos Oyoko são diversas. Na óptica de Gérard Pexcheux: “Akomfo Anokye plante deux graines de l’arbre kum, l’une à Kwaman, l’autre à Kumawu (cité du matriclan Aduana), et décrète que celle qui se développera désignera la

Estados de menor dimensão incluíam, entre outros, os Tafo, os Amakom, os Kwaaman, os Suntos, os Mamponen, os Kenyaase, os Asokore e, de referir ainda, os Ejisu. Os primeiros quatro estavam situados num raio de proximidade concêntrica de cinco milhas de Kumase (Labi, 2000). A proliferação e, a conseqüente fixação de tantos Estados num perímetro territorial tão exíguo, foi, de acordo com as análises históricas e políticas de alguns estudiosos, sem dúvida, devido ao facto de as rotas comerciais para as “terras” dos Mande (também Mali ou Mandingo), a Noroeste (e *vice-versa*), e, para as “terras” dos Hausa, a Nordeste (e *vice-versa*), se intersectarem precisamente e, pela primeira vez, nesta confluyente região e, também, a partir daí, mais rotas e produtos irradiavam para Sul, até à mercantilizada área costeira, da então Costa do Ouro (Levtzion, 1968). Que estas importantes rotas comerciais tenham convergido nesta área geográfica não surpreende, uma vez que, de acordo com Kwame Arhin (1978) e Ivor Wilks (1961), era naquele contexto geográfico que “acontecía” a procedência da extracção e da exploração de três dos produtos mais importantes “exportados” para Norte, a saber: o cobiçado ouro, as tão requisitadas nozes de cola e, o não menos apreciado cacau (Abaka, 2003; Abaka, 2005; Arhin, 1970; Austin, 1987).<sup>321</sup>

O segundo factor “catalisador” mais importante na ascensão da Confederação de Estados Asante, foi a profusa repugnância (com)partilhada por todos os Estados “pré”-Asante ao opressivo regime imposto pelo dominante Estado de Denkyira.<sup>322</sup> De acordo com várias tradições orais, todos estes Estados teriam sido conquistados e reduzidos a Estados tributários de Denkyira e, em consequência, sujeitos a um regime político e económico verdadeiramente

---

capitale du royaume d’Osei Tutu. Kwaman fut retenu et son nom chengé en Kumase (*kum-ase*, litt. ‘*sous l’arbre kum*’). (2004: 9). Por seu lado, para Emmanuel Braffi: “un chasseur d’Oti Akenten, un prédécesseur d’Osei Tutu, découvre dans la région de Kwaman un arbre nommé cette fois kumanini. Séduit par la fertilité du sol, il prévient Oti Akenten qui quite alors Kokofu (à quelques kilomètres seulement d’Asantemanso) et fonde Kumase. Plus tard, sous le règne d’Osei Tutu, Okomfo Anokye aurait planté une graine de cet arbre et compare sa croissance à celle du royaume Asante” (1984: 17-18). Quanto a Robert Rattray, menciona que: “Komfo Anotche took 3 cuttings of a tree called ‘*kumnini*’ (‘*kill the python*’). One he caused to be planted at Juaben, one at Kumawu and the third at Kumasi. Those at Kumawu and Juaben died, that at Kumasi grew. Hence Kumasi was chosen as the new head” (1929: 274).

<sup>321</sup>Com efeito, estes Estados do interior tinham a vantagem de possuir duas fronteiras comerciais concorrentes com as quais não se privaram de jogar: a costa atlântica que os ligava à Europa e, os países sudaneses que os mantinham em contacto com o mundo árabo-muçulmano (Arhin, 1989). Para a costa, os Estados do interior exportavam principalmente ouro e escravos, em troca dos produtos habituais do tráfico, sobretudo espingardas (Perbi, 1992). Para o Norte, dois grupos de estradas levavam aos países sudaneses: uma, passando por Bonduku levava a Djenné, Tombuctu, Ségu e outras cidades do Volta do Niger; a outra, passando pelo Gonja e o Dagomba, levava ao país Haussa, nomeadamente a Kano e Katsina e, às cidades comerciais do Sudão Central. Os Estados sudaneses pediam principalmente ouro, nozes de cola, bem como sal. Ver: (Kense, 1987; Rodney, 1969). A fim de compreender com maior detalhe a importância da borracha na economia política dos Asante e, da Costa do Ouro, em geral, ver: (Dumett, 1971; Arhin, 1972).

<sup>322</sup>Segundo algumas tradições locais e, de acordo com a leitura histórica de alguns dos nossos informantes privilegiados o étimo Asante decorre exactamente das relações bélicas encetadas com o Estado de Denkyira: “*Esa-Nti-Fo*”: “*por causa/devido à guerra*”, que mais tarde passou para “*Asantefo*”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Baffour Awuah V (*Krontihene/Bantamahene*/Vice-Presidente do KTC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT] e Tradução livre da entrevista realizada a Nana Susubiribi Krobea Asante (*Asokorehene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT]. Ver, também, os autores que corroboram esta “posição” linguística: (Pescheux, 2004; Busia, 1968).

tirânico e extractivo (Daaku, 1970; McCaskie, 2007). Esta tradição oral é confirmada por fontes escritas europeias, tais como a do “viajante” Thomas Bowdich, a do cônsul Joseph Dupuis ou as dos missionários Thomas Freeman e Andreas Riis (McCaskie, 1984a). William Bosman, por exemplo, sublinhou que “Denkyira, elevated by its Great riches and power, became so arrogant that it looked on all other Negroes with a contemptible eye, esteeming them no more than slaves!” (Bosman, 1705: 112). O que tornou esta situação ainda mais insustentável, foi o facto de Denkyira ter impedido as populações destes Estados vassallos de negociarem directa e autonomamente com os copiosos Europeus que fluida e crescentemente comerciavam na zona costeira da Costa do Ouro. Como tal, por razões políticas e comerciais, não só os Estados a Norte, como também os Estados do Sul, nomeadamente, os Assin e os Wassa, estavam preparados para se revoltarem, faltando, porém, para esse imperioso desígnio, “alguém” para carregar o “bastião” político e catalisar a insurrecção militar. Foi exactamente este unguido *mister* militar que o clã Oyoko se predispôs impulsionar.

O terceiro factor “catalisador” a discriminar, foi o aumento do comércio no Atlântico, i.e., o aumento das trocas comerciais, por um lado, entre a Europa e as Américas (o que levou, naturalmente, os Europeus a intensificarem o seu “comércio predatório” com as suas colónias africanas) e, por outro lado, o incremento do fluxo mercantil entre os países do Golfo da Guiné, com os países da África Ocidental<sup>323</sup> (Wilks, 1975a). Como já foi referido, a generalidade dos Estados do interior, tornaram-se cada vez mais “esporoados” por negociarem directamente na costa com os Europeus, à medida que as trocas comerciais aumentavam, tornando-se, deste modo, exponencialmente mais lucrativas, em particular, refira-se, com o aumento da procura de escravos para as plantações de açúcar nas Américas, com maior incidência, a partir de 1640 (Mcsheffrey, 1983; Grace, 1975; Metcalf, 1987). Com efeito, os Estados costeiros, de uma forma contundente e repercutida, “repeliram” a entrada dos Estados do interior nestas lucrativas transacções comerciais. Ou seja, os Estados costeiros começaram, estrategicamente, a invadir e a monopolizar os circuitos comerciais dos bens e produtos transacionados pelos Estados do Norte, nos importantes e por si criados mercados do interior, tais como Manso e Fosu a Oeste, e Abonse a Este (Fynn, 1971; Levtzion, 1968).<sup>324</sup>

---

<sup>323</sup>Acerca das antigos e “rotinizados” itinerários comerciais utilizados pelos Asante (para Sul e para Norte) antes do período colonial, ver: (Boaten, 1973).

<sup>324</sup>De facto, segundo Albert Boahen “According to the new pattern of trade, the peoples of the interior could not trade directly with the europeans. They had to obtain their needs through the coastal peoples who established inland markets, such as Abonse in the east and Manso in the west, for the purpose” (1967: 167).

A segunda forma pela qual o aumento das trocas comerciais no Atlântico contribuiu para o aparecimento dos Asante, em particular, e de todos os outros Estados a Norte, em geral, foram as armas de fogo e a pólvora que foram introduzidas na África Ocidental, a partir de 1650. Os detentores destas novas armas certamente desfrutaram de uma excepcional vantagem comparativa em relação àqueles que as não tinham, tanto na “guerrilha” ofensiva e defensiva ou, tanto, na denominada “guerra convencional”. Não existe sombra de dúvida analítica que a rápida expansão dos Akwamu e dos Asante – que chegariam, até, a formar uma aliança política e militar (Sorkpor, 1966; Wilks, 1959) – deveu-se, especialmente, ao uso de armas de pólvora e, a necessidade de manter um abastecimento constante de armamento, constitui a segunda razão, talvez (até) mesmo a mais importante, para a cobiçada deslocação dos Estados do interior em direcção à faixa costeira (Daaku, 1970; Tenkorang, 1968).<sup>325</sup> Estes três factores extrínsecos “apenas” promoveram uma atmosfera circunstancial favorável ao “aparecimento” da Confederação de Estados Asante, uma vez que nenhum Estado (ou outra forma de organização política) com importância política coesiva e duradoura havia emergido até à chegada dos centrípetos e perseverantes segmentos do clã Oyoko.

No que aos factores de natureza intrínseca diz respeito, frisamos que a chegada dos Oyoko, foi, se quisermos, a “pedra de toque” institucional, ou, dito de outra forma, a “entidade sistémica imediata” para o conúbio e ascensão política, simbólica e militar daquela que viria a ser a Confederação de Estados Asante. O clã Oyoko foi capaz de realizar o que outras formas de organização política, que os antecederam, não conseguiram efectivar pelas mais variadas razões. De entre elas, saliente-se o facto de os Oyoko serem um grupo familiar e social mais restrito e coeso (Rattray, 1929).<sup>326</sup> Com efeito, os reis de Juaben, Bekwai, Kokofu e Kumase consideravam-se e, ainda hoje se consideram, como irmãos, e percepcionavam o *omanhene* de Nsuta, como seu tio materno. Por outro lado, o *Juabenhene* e os seus súbditos, são considerados, até aos dias de hoje, como uma das linhagens nucleares do “original” e principal segmento clânico Oyoko, enquanto que o *Kumasehene* ou *Asantehene*<sup>327</sup> (como posteriormente se veio a

---

<sup>325</sup>Albert Boahen, reforça, deste modo, esta linha explicativa de análise, ao destacar que “It can scarcely be denied that but for the introduction of guns and gunpowder, the Asante could not have built so huge an empire in so short a time given the geographical and ecological factors” (1967: 167-168).

<sup>326</sup>As relações linhageiras e/ou clânicas entre os Asante (tal como para todos os Akan) são o princípio fundamental da organização social. Esta mesma constatação é corroborada por Gérard Pescheux quando nos salienta que “Le lignage constitue donc une unité juridique mais aussi économique (possession et exploration de biens fonciers communs à ses membres), politique (c’est le lignage qui est le détenteur d’une chefferie, pas les matriclan) et religieuse (libations et ‘culte des ancêtres’ du lignage)” (Pescheux, 2003:73).

<sup>327</sup>Os *Asantehene* da existência formal da Confederação de Estados Asante são os seguintes: Nana Osei Tutu Opemso (1670-1717); Nana Opoku Ware I (1720-1750); Nana Kusi Boadum (1750-1764); Nana Osei Kwadwo Okoawia (1764-1777); Nana Osei Kwame (1777-1798); Nana Opoku Fofie (1789-1799); Nana Osei Tutu Kwame (1800-1823); Nana Osei Yaw Akoto (1824-1834); Nana Kwaku Dua I (1834-1867); Nana Kofi Karikari (1867-1874); Nana Mensah Bonsu (1874-1883); Nana Kwaku Duah II (1884-1884); Nana Prempeh I



designar), é, por pertença a uma linhagem “pura” que descende em linha directa da mãe-fundadora do clã, simbolicamente, o holístico e inclusivo referencial político, constitucional, militar e religioso de toda a “nação” Asante (Segbawu, 1966). Thomas Bowdich, o primeiro britânico a visitar Kumase, em 1817, apercebeu-se da importância política desta estratégica e imbricada cooperação (e permuta) entre os vários Estados Oyoko, a qual não o deixou de o marcar impressivamente. A propósito dos vínculos mutualistas entre o Estado de Kumase e o Estado de Juaben, o citado autor escreveu o seguinte:

“this common interest preserved uninterrupted more than a century by two rising powers close to each other with a view of a more personal aggrandizement and their firm discretion in making any serious disagreement subservient to the policy, is one of the few circumstances worth considering in a history composed of wars and successions” (Bowdich, 1966: 97).

O crescimento da Confederação de Estados Asante a partir deste matricial núcleo linhageiro do clã Oyoko, foi, com efeito, o resultado emergente (e contínuo) da ardilosa governação dos cardeais soberanos de Kumase, com particular relevo histórico para o fundacional *omanhene* de Kumase, Nana Obiri Yeboah<sup>328</sup> (Priestley & Wilks, 1960). De acordo com Ivor Wilks, o segmento dos Oyoko que migrou para a região de Tafo fundou a sua própria cidade, Kumase, no coração do antigo Estado de Kwaaman e, mais tarde, através de alianças matrimoniais, alianças diplomáticas ou, simplesmente, através de meios de confronto e guerra, conseguiu estabelecer o seu domínio sobre os Ekoona e, sobre os outros Estados governados por este importante clã, existentes naquele estratégico território (1961). Este segmento clânico Oyoko foi, preliminarmente, liderado por Nana Twum (que se viria a tornar, posteriormente, *Kwaamanhene*), ao qual sucederam por ordem dinástica e cronológica, os *Kwaamanhene* Nana Nana Antwi, Nana Kobia Amanfi, Nana Oti Akenten e, o egrégio e inaugural *Kumasehene*, Nana Obiri Yeboah. Este último soberano, Nana Obiri Yeboah [1660(?)-1670(?)]<sup>329</sup> julga-se, segundo algumas fontes históricas orais e escritas, ter sido um soberano bastante astuto, na medida em que “assimilou” estrategicamente os soberanos e as respectivas populações dos Estados conquistados, ao admiti-los, com pleno exercício de direitos políticos e sociais e

---

(1888-1931); Nana Sir Osei Agyeman Prempeh II (1931-1970); Otumfuo Opoku Ware II (1970-1999); Otumfuo Osei Tutu II (1999-actual). Ver: (Odotei, 2002, p.32). Ver, ainda: (Fuller, 1921; Luskin, 1968).

<sup>328</sup>É, de salientar que, Nana Obiri Yeboah ocupou o cargo de *Kumasihene* (*omanhene* de Kumase), não ocupando, todavia, o cargo e o estatuto de *Asantehene* (*omanhene* da Confederação de Estados Asante), na medida em que as várias comunidades políticas Asante só se iriam unir politicamente sob a tutela de um soberano por todos reconhecido enquanto tal, aquando da ascensão ao poder de Nana Osei Tutu Opemso I (Meyerowitz, 1965).

<sup>329</sup>Não existe uma certeza histórica relativamente a esta data e, por as múltiplas fontes serem por vezes descoincidentes, utilizamos a data proposta por: (Fynn, 1971).

respectivos deveres tributários e militares<sup>330</sup>, no clã Oyoko (Akyeampong & Obeng, 1995; Daaku, 1966).

Esta manobra táctica não só fortaleceu a sua própria posição política e, a da sua descendência enquanto *amanhene* de um novo e reforçado Estado soberano, como aumentou, de igual modo e consideravelmente, o seu número de súbditos que lhe prestavam obediência política e submissão tributária. Quando já havia, desta forma, assegurado a sua posição política, e aumentado significativamente o número de (integrados e fiéis) súbditos, Nana Obiri Yeboah iniciou guerras de expansão territorial, atacando os Estados vizinhos que se haviam recusado a reconhecer o seu regime político e constitucional, a sua organização burocrática e administrativa e, a sua supremacia militar. De acordo com relatos orais e escritos, este soberano não terá sido muito bem-sucedido nestas campanhas porque terá morrido, por volta de 1670, numa guerra contra os Domaa, que à época ocupavam a região de Suntreso, hoje em dia um subúrbio do (ainda) concêntrico anel político de Kumase (Fynn, 1971; Kwadwo, 1994).

#### **1.4 | DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO DA CONFEDERAÇÃO ASANTE: DE OSEI TUTU I A PREMPEH I**

Após a morte de Nana Obiri Yeboah, o Conselho Tradicional de Kumase (ao qual os *king-makers* pertenciam) ratificou a proposta da *Asantehemma* Nana Nyarko Kusi Amoa, que nomeava e instalava para o cargo político de *Asantehene* um sobrinho-materno do primeiro, que revelaria ter ainda mais talento, astúcia e determinação política, na gestão das volúveis pretensões e desígnios dos múltiplos Estados que viriam a congregar-se sob a sua tutela política, simbólica, administrativa e militar (Daaku, 1976).<sup>331</sup> Este foi o histórico instituidor e, o primeiro usufrutuário do cargo e do estatuto de *Asantehene* da história política comum dos Asante (acumulando, por inerência clânico-política, o cargo de *Kumasehene*), Nana Osei Tutu Opemso I [1670-1717(?)]. Aconselhado por *Okomfo* Anokye<sup>332</sup> – seu arguto sumo-sacerdote (*Nsumankwaahene*) e imprescritível conselheiro constitucional – Nana Osei Tutu Opemso I contribuiu para a institucionalização funcional e para o crescimento orgânico da Confederação de Estados Asante de cinco formas distintas (Anti, 1971).

Em primeiro lugar consolidou a formação da Confederação dos Estados de origem Akan que estavam dentro do perímetro de trinta milhas a partir de Kumase, sob o comando político

---

<sup>330</sup>De entre os quais se destacam os impostos sobre os direitos sucessórios (*awunnyadae*), e as contribuições relativas ao património individual (*ayibuadee*). Ver: (McCaskie, 2003).

<sup>331</sup>Quanto ao processo de entronização do *Asantehene* e de aclamação de um *omanhene*, ver: (Agyeman-Duah, 1965; Odotei, 2002; Ayim, 2000; Sekyere, 1999; Akutsu, 1992).

<sup>332</sup>Acerca desta importante e incontornável figura (mítico-real) político-religiosa, ver: (McCaskie, 1986).

da principal linhagem do clã Oyoko; em segundo lugar, certificou-se que os Estados da Confederação tivessem uma cidade capital que servisse de centro político centrípeto (com ambição de “nacional”), assim como um festival nacional por todos os Estados respeitado e celebrado (o festival nacional de *Odwira* e, posteriormente, o de *Akwasidae*); em terceiro lugar concebeu uma Constituição não-escrita (designada, também, pelas *Setenta e Sete Leis* de *Okomfo Anokye*) comum (e imperativa) a todos os Estados da Confederação, que instituiu, no seu “preâmbulo”, a solene e inextinguível celebração formal por todos os Estados integrantes do *Juramento de Aliança e Fidelidade Política* à nação Asante a existir no futuro, entre todos eles; em quarto lugar, introduziu uma nova organização militar respaldada num exército tão armígero e disciplinado que, sobretudo nos ancestrais tempos da sua formação, se revelou nos confrontos com forças endógenas e exógenas, praticamente inexpugnável; finalmente, Nana Osei Tutu Opemso I continuou com enorme sucesso militar, a manutenção e, acima de tudo, a planificada e cúpida expansão das fronteiras do originário e circunscrito Estado formado pelo clã Oyoko (Wilks, 1982; Boaten, 2000; Daaku, 1976).

Depois de formalizada a “arquitetura” política da Confederação de Estados Asante, e de a ter dotado com uma capital “nacional”, um festival (com uma totalizante matriz simbólico-sagrada), uma Constituição e um exército, Nana Osei Tutu Opemso I, iniciou as suas ingluviosas guerras de expansão territorial (Arhin, 1999; Fynn, 1966). Em primeiro lugar, vingou a morte do seu tio-antecessor (Nana Obiri Yeboah), ao infligir uma punitiva e decisiva derrota aos Domaa, que emigraram para Noroeste, onde fundaram, subsequentemente, o Estado de Gyaaman (Terray, 1987, 1999; Rattray, 1929). A posteriori, conquistou os Estados de Amakon e Tafo (Reindorf, 1966; Fuller, 1921). O seu próximo alvo militar óbvio, era o Estado de Denkyira, o qual derrotou definitivamente na batalha de *Feyiase* (na nova capital de Denkyira – Jukwaa), reduzindo-o a um Estado tributário, em 1701, sendo que, acrescente-se, estas incursões militares haviam-se iniciado, em 1699 (McCaskie, 2007). Em seguida, Nana Osei Tutu Opemso I conquistou e anexou os pequenos (mas aguerridos) Estados de Akim e Ofinso. Resolveu, de igual modo, o problema da administração provincial, ao incorporar de pleno direito político e jurídico, todos os Estados que ele havia conquistado militarmente, na “política” região de Kumase. Os Estados de Amakon e Tafo, por exemplo, foram admitidos como membros titulares do Estado ou Divisão de Kumase e, o Estado de Ofinso como membro pleno da Confederação; ou seja, os súbditos destes “assimilados” Estados eram reconhecidos como “cidadãos” Asante no usufruto de todos os direitos e deveres que aquele estatuto lhes outorgava (Fuller, 1968). Possivelmente, porque Akyem e Denkyira, não haviam sido

completamente subjugados, Nana Osei Tutu Opemso I, não lhes aplicou esta política de incorporação e “cidadania” Asante.

Na realidade, Nana Osei Tutu Opemso I foi morto, em 1717, durante a campanha militar contra os Akyem (Affrifah, 2000). Segundo a tradição oral Asante, Nana Osei Tutu Opemso I, foi sucedido pelo seu sobrinho-neto, Nana Opoku Ware I (IAS, 1976a, 1976b). Uma vez mais, este sucessor político mostrou-se um governante bastante capaz e, como guerreiro foi mais famoso que qualquer um dos seus dois antecessores. Durante o seu reinado, que se estendeu de 1720 até 1750, os Asante conquistaram e anexaram os Estados de Tekyiman, Banda, Gyaaman, Gonja, e Dagomba todos a Norte, Sefwi a Oeste e Twifo a Sul, e lograram, ainda, conquistar Akyem, Kwahu, Akwapim Akwamu e Acra a Sudoeste (com a excepção dos Estados Fante) (Tordoff, 1962; Reynolds, 1987). No final do seu reinado, a Confederação de Estados Asante ocupava uma área territorialmente muito mais extensa que aquela que corresponde, nos tempos actuais, às fronteiras internacionais do Gana. No entanto, por volta de 1880, esta singular Confederação de Estados, tinha virtualmente reduzido para metade a sua dimensão territorial e, perdido a sua glória militar e a integridade política dos tempos áureos da sua gloriosa história passada e recente (Berry, 2000).

Quais foram, à vista disso, as causas contíguas do declínio da vasta, próspera e poderosa Confederação de Estados Asante? A natureza das causas, foi não só de ordem externa, como também, de ordem interna. O primeiro factor interno que levou ao declínio dos Asante foi a vulnerabilidade dos seus “sistemas de administração” política, tanto a nível provincial, como a nível divisional e central (McCaskie, 2001). A Confederação de Estados Asante, no auge da sua hegemonia política e militar, era constituída por três distintas divisões: por um lado, Kumase, que estava sobre a governação directa do *Asantehene*, por outro, as divisões territoriais (*aman*, sing. *oman*) ou Estados (*amantoo*, lit. “Estados antigos”), tais como, Juaben, Kokufu, Nsuta, Bekwai, Mampong, e, por último, os Estados conquistados. Cada *amantoo* estava sob a governação directa e imediata do seu *omanhene* (pl. *amanhene*), apesar de todos estes reconhecerem o *Asantehene* como o seu líder político, administrativo, económico e religioso e, considerarem o Tamborete de Ouro, como o símbolo da sua unidade política e simbólica, na medida em que representava e projectava a encarnação do espírito (*sunsum*) da “nação” Asante. Neste sentido, o *amantoo* de Kumase conjuntamente com os *amantoo* nucleares que integravam os “concentric circles of loyalty” (Rattray, 1929: 63) formavam um espaço geográfico, político e simbólico que era (re)conhecido como a aferente área metropolitana Asante. Além destes dois referenciais administrativo-espaciais, havia ainda um terceiro, comumente designado por área provincial Asante. Esta última circunscrição espaço-territorial, era constituída por todos os

Estados que haviam sido conquistados (e “assimilados”) tais como, Dagomba e Gonja a Norte, Akyiem, Akwapim, Akwamu, Ga, Denkyira, e Wassa, a Sul (Wilks, 1975b).<sup>333</sup>

Na área metropolitana Asante, era apenas no Estado de Kumase que o poder político do *Asantehene* era supremo; e, esta mesma convenção política expressa, ficou a dever-se aos esforços jurídicos e constitucionais de Nana Osei Kwadwo Okoawia, que reinou entre 1764 e 1777 e, de Nana Osei Tutu Kwame, que reinou entre 1800 a 1823 (Hagan, 1970; Fynn, 1965). Como resultado de uma série de reformas legais levadas a cabo por estes dois soberanos, a maioria dos cargos políticos ou (mesmo) a ocupação do trono no Estado de Kumase, na segunda década do século XIX, era feita por proposta da *Asantehemaa*, e posteriormente ratificada (ou não) pelo Conselho Tradicional de Kumase, e não, como sucedia em muitos outros Estados monárquicos, por estatuto hereditário directo. Não obstante, estas reformas legais não se estendiam aos outros Estados ou divisões da Confederação Asante. Nestes, cada soberano ou *omanhene* mantinha os seus processos políticos, jurídicos e rituais de sucessão e eleição e, por conseguinte, todas as prerrogativas formais e ancestrais da sua autonomia política, simbólica, jurídica e territorial (Busia, 1968). Quando a Assembleia Nacional (ou Conselho Supremo) da Confederação (*Asantemanhyiamu* ou *Asanteman Kotoko*), se reunia em plenário, o estatuto de que o *Asantehene* usufruía, não o arrogava nem de *jure* nem de *facto*, do exercício de acções de poder autocráticas ou despóticas sobre os outros *amanhene*. Pelo contrário, ele estava em pé de igualdade (*primus inter pares*), e a reconhecida e considerável influência simbólica que exercia enquanto ocupante do reverenciado Tamborete de Ouro, era sobretudo simbólica e moral, e não somente de natureza jurídico-formal (Rattray, 1929). Como tal, a projecção da influência e poder político do *Asantehene* na área metropolitana Asante, veio a ser determinada, não (só) pelos princípios e pelas práticas constitucionalmente estabelecidas, mas (e, sobretudo) pela personalidade (ética), pela habilidade (política), e pelo tacto (militar) revelados pelo *Asantehene*, enquanto a pessoa eleita que detinha a nobre missão de governar as suas populações de acordo com os venerados preceitos políticos que os seus antepassados-defuntos lhe haviam transmitido e delegado (Fynn, 1966).

Todavia, durante a maior parte do século XIX, os soberanos Asante que sucederam a Nana Osei Tutu Kwame, não se revelaram “estadistas” tão diligentes e perspicazes, como por exemplo, Nana Obiri Yeboah e Nana Osei Tutu Opemso I, o haviam sido. Por consequência, revoltas políticas e rebeliões militares, eclodiram periodicamente, até mesmo no núcleo da área metropolitana Asante. Por exemplo, em 1832, e novamente em 1875, o Estado de Juaben (não

---

<sup>333</sup>Acerca da “mobilidade social” nos antigos Estados Asante, ver: (Perbi, 1991).

obstante os laços de sangue e políticos que os unia) rebelou-se contra o *Asantehene* (ou antes, contra o poder concentrado nas elites de Kumase) e, em ambas as ocasiões, estas rebeliões militares, de instigação política, (re)conduziram a sangrentas e fracturantes guerras civis (Boaten I, 1995; Sorkpor, 1966).<sup>334</sup> Por seu lado, o esquema político e administrativo da área provincial Asante tornava-se, a passos largos, ainda mais frágil e secessionista. Os sucessores de Nana Obiri Yeboah e Nana Osei Tutu Opemso I, não deram continuidade às suas proveitosas políticas de “assimilação” dos Estados conquistados nas estruturas político-administrativas da Confederação Asante. Senão vejamos, nenhum dos Estados conquistados, depois do reinado de Nana Osei Tutu Opemso I foi *efectivamente* incorporado na Confederação Asante; mais, não lhes foi dado um lugar no Conselho Supremo da Confederação, e, nesta medida, o Tamborete de Ouro gradualmente deixou de ter um qualquer significado real e/ou simbólico para eles (Busia, 1968; Tordoff, 1962). Não tinham sequer acesso directo ao *Asantehene* e, só podiam estar na sua presença, através de um dos *abirempon* (sing. *birempon* - conselheiros reais e chefes de alas do exército Asante) de Kumase, ou, por interposição dos seus respectivos *amanhene*.<sup>335</sup> É verdade que os grandes reformadores, Nana Osei Kwadwo Okowia e Nana Osei Tutu Kwame, introduziram, também aqui, algumas modificações, impondo sobre a administração provincial existente, como nos revela Albert Boahen “a network of Asante resident commissioners hierachically organized at regional and district levels” (1966b: 78). Com efeito, Nana Osei Kwadwo Okowia colocou três comissários de distrito em Acra, em 1776, os quais estavam sob as ordens directas do comissário regional, destacado em Akwapim. Nana Osei Bonsu, por seu lado, destacou igualmente um comissário de distrito para a cidade da Costa do Cabo, outro para Elmira, e ambos estavam hierarquicamente subordinados ao comissário regional, situado em Abora (Boahen, 1966b).

No entanto, o próprio facto das revoltas e rebeliões serem tão comuns no decorrer do século XIX, ilustra-nos que estas nuances/alterações administrativas, não se evidenciaram particularmente eficazes. E, a razão principal foi que, à dessemelhança dos seus antecessores, os dois reformadores deixaram, sem qualquer política de permuta ou interpenetração cultural, as dinastias, os costumes, a linguagem, e até a estrutura militar das províncias conquistadas intactas. Tudo o que era esperado destas era (exclusivamente) o pagamento regular das

---

<sup>334</sup>Sobre os contornos políticos (e/ou económicos) que motivaram as guerras entre o Estado de Kumase e o Estado de Juaben, ver: (Boahen, 1963). Para uma análise mais detalhada sobre as guerras-civis Asante, e, em particular, sobre a crise da sucessão política ao trono Asante, entre 1883-1888, ver o artigo de: (Aiddo, 1972).

<sup>335</sup>Foi durante o reinado de Nana Osei Tutu Kwame (1800-1823) que se formalizou a criação da instituição *adamfo* e, o seu uso tornou-se uma prática protocolar generalizada de acesso ao *Asantehene*. De acordo com John Fynn “This institution was an administrative arrangement whereby an Omanhene could only approach the king through his ‘adamfo’ in Kumase. The ‘adamfo’ was usually one of the Kumasi chiefs, who acted as a sort of liaison officer between the outside chief and the king” (1966: 29).

tributações anuais e, a contribuição para a “máquina” militar Asante quando fosse necessário e aquela o reclamasse. Assim, uma vez que estes Estados não só estavam politicamente “entregues a si próprios”, mas também, e, de uma forma geral, eram tratados como membros de “segunda classe” política da Confederação Asante, (quase) nunca se identificaram (politicamente) com Kumase, ou mesmo, com o simbólico e reverenciado Tamborete de Ouro. Ao invés, estavam expectantes pelo dia em que (re)conquistariam a sua independência política e territorial. De facto, esta pretensão era de tal forma veemente, que na periferia da Confederação existiram revoltas e rebeliões sistemáticas através dos séculos XVIII e XIX. O Estado de Gyaaman, por exemplo, esboçou tentativas de rebelião em 1752, 1764, 1799 e, ainda novamente, em 1818. O Estado de Banda em 1764 e 1818. O Estado de Akyem revoltou-se em 1765 e, por diversas vezes ao longo do século XIX (Affrifah, 2000; Fynn, 1973). Nestas circunstâncias políticas, a sobrevivência da Confederação veio a depender quase inteiramente do preponderante poder militar da área metropolitana Asante, e, tornou-se óbvio, que se esse poder (dissuasor) alguma vez fosse enfraquecido, a Confederação Asante, especialmente na área provincial Asante, desmoronar-se-ia por si própria.

A importância (absoluta) destas duas principais fragilidades internas, não deve ser, no entanto, (acriticamente) empolada. Não obstante, o *Asantehene* não ter exercido poder absoluto na Confederação, o Tamborete de Ouro teve a capacidade de ser uma força (simbólica e religiosa) unificadora poderosa, que continua tão forte hoje, como era no século XVIII. Em segundo lugar, quase todas as rebeliões dos Estados provinciais no século XVIII e início do século XIX foram “facilmente” circunscritas, dada a supremacia (de organização e de meios) dos Asante. Todavia, a partir da segunda década do século XIX em diante, a Confederação de Estados Asante e, os seus engajados súbditos, deixaram de estar “sós”. Em sete ocasiões diferentes, entre 1811 a 1901, tiveram, por fundamentos próprios ou derivados, confrontos frente-a-frente com uma (respeitável) força militar externa, os Britânicos, que se haviam, entretanto, definitivamente instalado na linha costeira da Costa do Ouro (Lloyd, 1964).<sup>336</sup> Haveriam de ser estes contudentes e sistemáticos confrontos bélicos (“externos”) que apressariam (largamente) o declínio político, económico e territorial dos Asante.

---

<sup>336</sup>Com o objectivo de melhor apreender as pretensões económico-comerciais, as dinâmicas políticas, os procedimentos de instalação administrativa e, ainda, a *praxis* relacional das potências europeias (e de exploradores particulares europeus) com as formas de organização política existentes na Costa do Ouro (sobretudo, os Asante), à época, ver: (Agbodeka, 1971; Daaku, 1970; Ellis, 1971; Bebing, 1999; Ward, 1974; Shinnie, 2005; Kea, 1970a, 1979b). Enquanto nota de curiosidade histórica, referimos que o primeiro europeu a entrar em contacto directo com aquela realidade geográfica foi Diogo D’Azambuja, que por ele foi baptizada de Costa do Ouro, tendo, ainda, fundado a feitoria de S. Jorge da Mina. Ver: (M’Bokolo, 1995).

O que provocou estes confrontos entre os Asante e os Britânicos no século XIX, e quais foram as suas consequências políticas, militares e territoriais? Partindo da sistemática frequência, com que os Asante atacavam a costa, muitos historiadores descreveram-nos como um Estado exclusivamente guerreiro, agressivo e sanguinário (Agbodeka, 1971; McCarthy, 1983). Esta generalizada opinião, não é, contudo, precisa, pois durante o século XIX não houve uma única invasão da costa pelos Asante, que não tenha sido precedida por semanas, meses ou, até anos de negociações diplomáticas (Adjaye, 1996; Denteh, 1973).<sup>337</sup> Foi somente quando as negociações falharam, que os Asante recorreram ao uso de armas de fogo. Nem tão pouco, eram estas, guerras de expansão pelo domínio territorial. Pelo contrário, os Asante foram, *de facto*, bastante mais defensivos que ofensivos a partir da segunda década do século XIX em diante e, o seu principal objectivo era o de manter intacta, do ponto de vista político e territorial, a Confederação de Estados que herdaram dos seus antepassados fundadores (Adjaye, 1996; Boaten I, 1995).

Porquanto, deste ponto de vista, muitas destas guerras foram expedições para punirem militarmente os Estados “rebeldes” e, nesta sequência, para estabelecerem a lei e a ordem do conquistador Asante. A invasão Asante em direcção a Norte em 1818, foi uma expedição punitiva contra os Gyaaman, enquanto que as ocorridas em direcção a Sul, em 1811, 1814, 1823, 1824 e 1826, foram para suprimir rebeliões nos Fante, Akwapim, Akyem, Wassa, e, Denkyira, respectivamente (Boaten I, 1995). Os Asante estavam, também, particularmente preocupados em manter o seu domínio militar e comercial sobre Elmina, de forma a poderem ter um acesso fácil à costa e, desta forma, assegurar um fornecimento regular de armas e munições, tão elementares para a suas defensivas e punitivas acções bélicas. As guerras com os Britânicos em 1869-1870, e, em 1873, foram, por exemplo, para impedir que as estruturas comerciais (e, naturalmente, as tradicionais que controlavam aquelas) de Elmina, caíssem nas mãos dos Britânicos, como resultado da troca Anglo-Holandesa de feitorias (e fortes) e, a subsequente partida dos Holandeses da Costa do Ouro, em 1872 (Yarak, 1986, 1990; Hennige, 1974).<sup>338</sup>

Nesta conjuntura histórica, os Britânicos também não estavam interessados em (mais) aquisições territoriais. Mesmo alguns anos depois de 1860, os Britânicos estavam “apenas” economicamente seduzidos pelas trocas comerciais e, na introdução e expansão dos valores do

---

<sup>337</sup>O recurso ao princípio da acção diplomática por parte dos Asante, é-nos corroborada por Joseph Dupuis, ao sublinhar que “a maxim associated with the religion they professed, never to appeal to the sword while a path lay open for negotiation” (1824: 226). A respeito das acções diplomáticas exercidas pelos Asante no decurso dos séculos XVII e XVIII, ver: (Denteh, 1973).

<sup>338</sup>Sobre a natureza das dimensões relacionais (políticas, comerciais, económicas e militares) existentes entre os Holandeses e os Asante, ver: (Dantzig, 1980; Yarak, 1978, 1987; Coombs, 1963).



Cristianismo e dos padrões civilizacionais da educação ocidental. Todavia, a implementação destes missionários objectivos “culturais” não podia ser alcançada, enquanto continuassem as sistemáticas incursões punitivas Asante aos Estados da costa (Obeng, 1996). Os Britânicos poderiam, na perspectiva de Albert Boahen, ter ajudado os Asante a fortalecerem as suas posições comerciais nos Estados costeiros, e isto, provavelmente, teria reduzido o número de conflitos e invasões e, assegurado a paz e a ordem através de toda a Confederação Asante (1966b). No entanto, os Britânicos recusaram-se a proceder desta forma, na medida em que tinham receio de permitir que os crescentemente poderosos Asante, estabelecessem uma posição económica e territorial irreduzível junto à costa. A sua acção política, foi por isso, numa primeira fase, a de auxiliar os Estados costeiros a manterem a sua independência política, agindo como mediadores entre os Estados costeiros e Kumase e, mais tarde, a partir de 1824, no campo de batalha, quando a “ocupação efectiva” das áreas costeiras, em particular, da região dos Estados Fante, se tornou uma certeza militar, uma vontade política e uma necessidade económica (Lloyd, 1964). A primeira guerra (por motivos directos entre ambas as forças beligerantes) dos Britânicos com os Asante ocorreu (descontinuamente) entre 1824 e 1831, tendo sido os Britânicos derrotados (na batalha de *Nsamankow*, em 1824) e, o seu Governador, Sir Charles MacCarthy, impiedosamente morto e capturados oito oficiais Britânicos. Não obstante esta protrusa vitória militar, ao longo dos anos e das sucessivas guerras (1863/1873–1874/1895–1896/1900–1901), os Britânicos foram derrotando peremptória e irrevogavelmente o poder bélico dos aguerridos Asante (Ward, 1974). Os efeitos políticos destes assoladores conflitos bélicos, haveriam de ser, complexos e transversais.

Em termos sumários, dir-se-á que levaram à cadenciada desintegração formal da (até então) hegemónica Confederação de Estados Asante. Como já referimos, a principal força a unir as áreas metropolitanas à área provincial Asante, foi o contundente poder militar dos *amanhene* Asante, sustentado pelo fornecimento ininterrupto de armas de fogo provindas do comércio costeiro. Todavia, derrotas decisivas sobre os Asante, em 1863 e, novamente em 1874<sup>339</sup>, 1896 (sobretudo esta, que conduziu ao repatriamento e conseqüente exílio para as Seychelles, do *Asantehene* Nana Agyeman Prempeh I<sup>340</sup>), e, a histórica derrota de 1901 que “norteou” o implacável desmantelamento político e a anexação jurídica de todos os Estados

---

<sup>339</sup>Este foi, de facto, o conflito bélico que circunscreveu estruturalmente os destinos políticos e militares dos Asante. Ver: (Kilby, 1968). No entanto, dois outros conflitos armados iriam ainda posteriormente marcar as beligeras relações existentes entre os Britânicos e os Asante. Para um conhecimento detalhado das causas e conseqüências dos conflitos bélicos que ocorreram entre 1894 e 1896 e, entre 1900 e 1901, ver: (Lloyd, 1964; Boahen, 2003).

<sup>340</sup>Para um detalhado conhecimento da vida (política) deste *Asantehene*, ver: (Prempeh I, 1907; Adjaye, 2003; Boahen, 1972; Boahen, 1973).

Asante<sup>341</sup>, enfraqueceram grandemente esta poderosa “máquina” político-beligerante e, como seria expectável, a (inicial) unidade política e administrativa da Confederação começou, aceleradamente, a desmoronar-se (Edgerton, 1995; Lloyd, 1964). Todos os Estados do Norte – Gonja, Dagomba, Mamprusi, Nanumba, Mossi, Krakye, e Gyaaman – (re)afirmaram a sua independência política e, nunca mais foram (re)conquistados. Também os Estados do Sul – Akyem, Denkyira, Wassa, Fante e Acra – se (auto)proclamaram independentes, o que foi reconhecido no *Tratado de Fomena* assinado com os Britânicos, em Fevereiro de 1874 (Lewin, 1974; Sorkpor, 1966). Deste modo, (já) por volta de 1880, e como resultado directo destas e, das posteriores guerras Anglo-Asante (a de 1895-1896 e, a de 1900-1901), a Confederação de Estados Asante reduziu-se à delimitada área metropolitana Asante e ao Estado de Brong-Ahafo, enquanto que os Estados da linha costeira, tornaram-se parte e parcelas das (esboçadas e insípidas) estruturas políticas, económicas e administrativas do Império Colonial Britânico, na (em “criação”) Colónia da Costa do Ouro, solenizando-se, assim, a “initial imperial situation” (Low, 1973: 9).

## **CAPÍTULO 2 | DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA AOS FUNDAMENTOS DE (RE)PRODUÇÃO IDEOLÓGICA ASANTE: DINÂMICAS SOCIAIS, INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E SISTEMA SIMBÓLICO**

### **2.1 | O PRINCÍPIO E OS CONSTITUINTES GERADORES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: DA LINHAGEM AO ESTADO**

A norma de descendência matrilinear, tal como Robert Rattray (1929) tornou bem evidente, é a chave da organização social Asante. Isto deve-se, principalmente, ao facto de a filiação matrilinear ser o esteio de uma organização local de linhagem que se generaliza através do sistema social como um todo, através de um, mais ou menos perceptível (i.e., real ou construído), “encadeamento” histórico-fundacional de clãs territorialmente dispersos (Fortes, 1974). Ou, interpretado através das sucintas palavras de Gérard Pescheux, pretendemos fazer destacar que “dans la société asante le lignage est aujourd’hui encore le principe fondamental de l’organisation sociale” (2003: 182).<sup>342</sup> Travemo-nos, porém, por uns instantes, para

---

<sup>341</sup>Acerca dos contornos bélicos da guerra de 1900 (*Golden Stool War*), ver: (Myatt, 1966; Boahen, 2003; Agyeman-Duah, 1999). Para uma detalhada análise da insurreição militar levada a cabo por Yaa Asantewaa (*Yaa Asantewaa War*), Rainha-mãe do Estado de Ejisu, em 1901, ver: (Boahen, 2003; Obeng, 2000). Em relação ao papel social desta importante personalidade histórica, simbólica e política, ver: (Brempong, 2000; Boahen, 2000; Day, 2000; Mensah, 2010).

<sup>342</sup>Tal como sublinha Albert Heer “The primary unit in the Ashanti society therefore is the lineage group which is vested with ritual, jural and political authority. Membership confers upon the individual certain rights, obligations and privileges which are governed by sanctions. These elements are shared collectively with others

“olharmos” com suficiente acuidade explicativa os constituintes incorpóreos – por outra terminologia: as tais *disposições* duráveis que a sociedade deposita em cada Asante – que justificam os umbilicais (tornados irrevogáveis pela observância de complexos e assíduos processos de socialização e ritualização) vínculos de pertença, partilha e aliança, de uma “qualquer” *pessoa* Asante em relação à sua unidade social de origem: a linhagem.

A concepção dos Asante acerca da (sua) natureza humana e social (no limite, a sua mundividência), encaminha-nos para uma percepção de que toda e “qualquer” *pessoa* ou ser-humano Asante (que é, em simultâneo, tido como um “composto” biológico e espiritual), de acordo com a mais enraizada e infundida “cosmogonia” Asante, é incorporada por quatro indeléveis “entidades” ou elementos constituintes dos traços da sua “personalidade” pessoal e, não menos importante, dos “traços” da sua “personalidade” social, política e jurídica: referimo-nos, em concreto, aos elementos transmitidos ou herdados – *mogya* e *ntoro* – e, aos elementos “externos” ou transcendentais – *kra* e *sunsum* (Busia, 1954; Pescheux, 2003; McCaskie, 1995).<sup>343</sup> Percorramos, de seguida, com sucinto olhar descritivo estes enunciados elementos constituintes da *pessoa* Asante que reflectem a essência de toda a sua organização social, política e simbólica.

O constituinte *mogya* (literal: sangue), é, exclusivamente herdado da mãe e da sua respectiva linhagem e, será por ventura por este factor genético e “social” – facto que nós é corroborado por alguns dos nossos entrevistados<sup>344</sup> – que o aludido étimo é, também, um sinónimo em Twi de *abusua*, tal como nos é transmitido pelo disseminado provérbio Asante “*abusua baako mogya baako/one lineage is one blood*” (Rattray, 1914: 43).<sup>345</sup> Tal como no caso do *ntoro*, também o *mogya* se “introduz” na criança desde o primeiríssimo momento da sua concepção e, é o constituinte físico essencial da pessoa (como nos foi transmitido, “o único”), que determina em simultâneo a pertença a um grupo de parentesco, no caso particular, à matrilinearidade (*abusua*) e ao matriclã (*abusua kese*) exógamos, que se constituem enquanto

---

who can trace their descent from one and the same ancestress. These rights will be in the form of land, houses, burial grounds and heirloom. The obligations will be collective responsibility to debts including the sharing of funeral expenses” (1970: 2-3).

<sup>343</sup>Para uma compreensão mais pormenorizada da “noção” de *pessoa* para os Asante, ver: (Rattray, 1923, 1927; Danquah, 1944; Meyerowitz, 1951; Warren, 1973). Para uma compreensão desta mesma “noção” a um nível mais geral dos sub-grupos Akan, ver: (Gyekye, 1987).

<sup>344</sup>Entrevistas aos informantes privilegiados Nana Odenuh Gyapong Ababio II (Presidente da NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT] e Nana Frimpong Anokye Ababio II (*Agonahene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

<sup>345</sup>Tal como salienta Kofi Busia “It is believed that the link between one generation and another is provided by the blood which is transmitted through the mother. As Ashanti therefore traces his descent through his mother. The mother-child bond makes him a member of his mother’s kin group. He is a member of his mother’s lineage which consists of all the descendants of both sexes who trace their genealogy through the female line to a common ancestress. (...) The mother-child bond therefore confers the rights and obligations of citizenship. It also determines a man’s status and his title to office or property, since succession and inheritance are transmitted in the matrilineal line” (1954: 196).

os parâmetros da identidade social (mínima e máxima) e, os padrões dos alicerces das unidades sociais e políticas Asante (Oyedipe, 1967; McCaskie, 1995). A deferência e a importância que os Asante adjudicam ao “constituente” *mogya*, é tal e está de tal forma enraizada nos mais íntimos sedimentos da “cultura Asante”, que os aforismos que promovem os interditos a ele associados, por exemplo, no caso do tabu familiar e social incesto, não deixam de ser socialmente expressivos, violentos e punitivos: a expressão “*mogyia fra*” significa literalmente “misturar o sangue” ou, ainda, a expressão “*mogyia die*”, que releva toda a sua literalidade na tradução directa para “comer o sangue”. A feitiçaria (*bayie*), segundo se julga e consta, só atinge o pináculo da sua *performance* operativa de concretização e de consequências (i.e., só é infalível), quando operada a partir do interior (ou dirigida ao íntimo) do *abusua* a que a feitiçeira (porque são, sobretudo, as mulheres que a este “ofício” se dedicam) pertence (Pescheux, 2003). Aquando da morte de uma *pessoa* Asante, o seu *mogyia* torna-se um *asaman* (um antepassado, traduzindo-se, por vezes, também por um “fantasma”) que se junta ao “mundo” ou ao “país” dos antepassados-defuntos (*asamando* ou *asamandow*), que fica localizado, segundo as crenças e venerações religiosas dos Asante, no subsolo das sagradas terras da sua família e, no qual ele aguarda o momento de novamente reencarnar numa *pessoa* (em geral, um seu familiar) do *abusua* a que ele pertenceu e continua a pertencer.

No caso do constituinte herdado *ntoro*, evidenciamos que o mesmo define a consaguinidade em termos patrilineares e, é social e familiarmente espelhado, enquanto sinónimo de semente ou esperma.<sup>346</sup> O *ntoro*, tal como acima anunciámos e em paralelo com o *mogyia*, é transmitido (e herdado) no preciso momento da fecundação e está, de acordo com alguns relatos orais, intrínseca e organicamente relacionado com os ossos do esqueleto do pai, pois crê-se, que é a partir deles que o *ntoro* é assimilado ou disseminado (Thomas, 1973; Sarpong, 1971).<sup>347</sup> Deste modo, a criança Asante herda a sua filiação/relação com o *ntoro* somente a partir do seu pai biológico e, nunca a partir de uma mulher, na medida em que as

---

<sup>346</sup>No entanto, tal como Meyer Fortes sublinha “patrification does not guarantee political-jural rights like membership in a lineage does. It rather forms a basis for a personally meaningful and rewarding relationship” (1963: 66-67). Ainda assim, a patrificação Asante pode permitir aos filhos as bases de uma “quase-cidadania” na unidade política “gerida” pelo pai. Esta “quase-cidadania” é conseguida pela aceitação voluntária de certas obrigações políticas que, tal como Meyer Fortes esclarece, implicam o “payment of levies imposed by the chief. Nonetheless, a ‘quasi-citizen’ is not eligible to inherit offices or property of his/her father’s lineage nor can he/she transmit his/her status to his/her offsprings (1959: 208).

<sup>347</sup>Entrevistas aos informantes privilegiados Nana Odenehu Gyapong Ababio II (Presidente da NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT] e Nana Frimpong Anokye Ababio II (*Agonahene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT]. No sentido de reforçarem esta ideia da importância dos ossos do pai na transmissão do *ntoro*, os entrevistados destacaram, também, uma prática ritual que ainda nos dias de hoje, continua envolta em absoluto segredo ritual e presencial: durante a execução ritualística de um funeral real – após um período de cerca de um ano e, após os procedimentos litúrgicos finais – é executado um derradeiro e obrigatório procedimento sagrado-religioso que consiste na refeitura/remontagem do esqueleto do rei com o manuseamento exclusivo dos seus ossos por parte dos “filhos de ouro”, isto é, dos seus filhos reais (*oheneba*). Ver, ainda: (Rattray, 1927; Sarpong, 1971).

mães estão social e ritualmente interditadas de (re)transmitirem o seu *ntoro* à sua descendência. Por outro lado, a estas mesmas mulheres, é-lhes imputada a obrigação de escrupolosamente observarem (cumprirem) os interditos sociais e religiosos (*akyiwadee*) inerentes ao *ntoro* do seu marido na e para a união matrimonial (Oyedipe, 1967; Heer, 1970). Os membros de um mesmo grupo *ntoro* têm como espaço de partilha comum, a reserva de um dia sagrado para a purificação ritual do seu atinente *kra* (*kra da*), os interditos (*akyiwade*) relacionados com as suas “divindades” totémicas (o que não se mexe, toca ou come), a etiqueta (*nnyeesoo*) dos cumprimentos sociais formais e o protocolo dos cumprimentos observados durante as libações e, de salientar ainda, os (grandes) nomes (*oboadenfo*) transmitidos pelo *ntoro* que se “transferem”, alternadamente, e por um dialéctico processo de reencarnação, de pai para filho (Warren, 1973; Busia, 1954). Com efeito, após a morte de uma pessoa Asante, o seu *ntoro* não a “acompanha” na viagem para o *asamando*, mas junta-se, antes, ao “espírito” (*obosom*) correspondente ao seu grupo *ntoro*, que será o guardião dos filhos do defunto, até que a este lhe seja permitido “regressar” ao mundo dos vivos Asante (Pescheux, 2003; Busia, 1954).<sup>348</sup>

O *kra*, enquanto constituinte transcendente, pode ser traduzido de forma abrangente enquanto “essência”, “alma”, ou mesmo, “destino” (*nkrabea*) (Gyekye, 1987). O *kra* é “introduzido” na criança no preciso momento do seu nascimento. Para alguns autores, o *kra* é directamente facultado por *Nyame*, o ser supremo do panteão das divindades Asante, ao qual regressa após a morte desse mesmo ser-humano (Busia, 1954; Warren, 1973), para outros autores, nomeadamente, para Robert Rattray (1927), após a morte de uma suposta *pessoa* Asante, o seu *kra*, torna-se, inevitável e obrigatoriamente, um espírito antepassado (*asaman*) da sua linhagem. O ineludível recurso, por parte dos Asante, aos designados “nomes-calendário” (*kradin*), mostra-nos a enraizada e generalizada crença sócio-ritual de que cada dia da semana “possui” um distinto e característico “espírito” *kra*, o qual, e por sua vez, irá determinadamente influenciar a vida e o destino da *pessoa* Asante que naquele dia nasceu, que com ele foi baptizado e, que através dele é socialmente reconhecido (McCaskie, 1995; Pescheux, 2003).<sup>349</sup>

---

<sup>348</sup>Os grupos (patrilinares) *ntoro* Asante são, segundo Tom McCaskie, os seguintes: *Bosommuru*, *Bosompra*, *Bosomtwe*, *Bosommram*, *Bosommketea* (*Asaabreefoo*), *Bosomakem* (*Akyeremadefoo*), *Bosomdwerebee* (*Agyamadefoo*), *Bosomafi* (*Ankamadefoo*) e *Bosompon* (*Agyanadefoo*) (1995: 169-171). Os *ntoro* Asante estão sempre, e de forma absolutamente íntima, interrelacionados com os elementos líquidos de determinados rios ou lagos, que por todos são tidos como sagrados e aos quais estão associados (pois neles se realizam) os rituais de purificação desse mesmo *ntoro*, aliás, pensa-se mesmo, que os *obosom* neles habitam. A cada *ntoro* correspondem, ainda, os seus animais totémicos e os atributos/qualidades que aquele, por via destes, atribui a cada *pessoa* Asante. Ver: (McCaskie, 1995; Platvoet, 1979; Obeng, 1988).

<sup>349</sup>Na parte um, no capítulo três, abordámos sumariamente os *akrafo*. Aproveitamos, neste sentido, as palavras de Gérard Pescheux, para melhor compreendermos as suas funções rituais e o contexto simbólico da sua morte: “Les *Akrafo*, porteurs au laveurs du *kra*, sont des serviteurs du roi dont ils purifient le *kra* lors les cérémonies. (...) Ils servent de bouclier spirituel et protègent des assauts du même ordre qui pourraient être tentés contre le

O *sunsum*, o segundo, e talvez o mais importante constituinte conexo à transcendência, é de origem intangível, de natureza não-humana e, pode ser literalmente traduzido por “alma”. É um constituinte definido como a mais deliberativa variável que determina os (mutáveis) traços do carácter, da personalidade ou da individualidade (*suban*) de uma *pessoa* Asante. O *sunsum*, ao contrário do *kra* (que é fixo e inalterável), pode ser alterado ou modificado por singulares práticas rituais ou por ensinamentos de natureza muito específica, ministrados sob a tutela de um *omanhene* (Rattray, 1927). Dito de outra forma, um *sunsum* mais “fraco” (*hare*) pode ser “treinado” para se tornar num *sunsum* mais “forte” (*duru*), isto é, mais responsável, mais ponderado ou, se for o caso, mais destemido. O *sunsum* pode, durante o sono, os sonhos ou numa situação de doença, abandonar o corpo e, nestas desvalidas circunstâncias, fica-se mais exposto aos maléficis influxos das poderosas e temidas feitiçeras. Assim, o melhor “remédio” contra os recorrentes actos de feitiçaria, não é outra e melhor coisa, que possuir um *sunsum* “sólido”.<sup>350</sup> O *sunsum* não está confinado à existência individual de cada *pessoa* Asante. O *sunsum* é, de modo igual, característica basilar da vida de grupos ou comunidades, tal é o caso do *sunsum* do *Asanteman* que está protegido e, é materialmente simbolizado pelo *Sika Dwa Kofi*.

Tendo em linha de conta, esta ténue (por vezes, muito confusa) linha que separa a fronteira existente o *kra* e o *sunsum*, recorreremos à elucidativa explicação (distinção) que Kwame Gyekye promove:

moreover, the *okra* and the *sunsum* appear to be different in terms of their functions or activities. The *okra* (...) is the principle of life of a person and the embodiment and transmitter of his or her destiny (*nkrabea*). Personality and character dispositions of a person are the function of the *sunsum*. The *sunsum* appears to be the source of dynamism of a person, the active part of force of the human psychological system; its energy is the ground for its interaction with the external world. (...) That is to say, they (*sunsum* and *okra*) are not independent existents held together in an accidental way by an external bond. They are a unity in duality, a duality in unity. The distinction is not a relation between two separate entities. The *sunsum* may, more accurately, be characterized as a part - the active part - of the *okra* (soul) (1987: 97-98).

É, neste sentido, a partir desta perspectiva quadripartida da *pessoa* e do mundo social que os Asante “constroem” e organizam as suas fecundas dinâmicas simbólicas e rituais, cujas influem, directa e transversalmente, em todos os “fenómenos” do político gerados na e para a linhagem – a tal ‘corporate organization’ de Meyer Fortes (1953) – enquanto forma de organização política “genitora” (e promotora) de todos os outros “modelos” mais complexos e

---

roi. Le jeune enfant qui, lors de la procession de l’*odwira*, est assis devant le roi porté dans un palaquin, est exclusivement dédié à cette tâche. Autrefois, un ou plusieurs *akrafo* étaient sacrifiés à la mort du roi pour l’accompagner dans le monde des *asamando* et le servir de la même manière” (2003: 186).

<sup>350</sup>No sentido de compreendermos a relação existente entre *sunsum* e *tumi*, ver o trabalho de: (Hagan, 1981). Para uma aproximação ao conceito Akan de “mente” e de “espírito”, ver: (Muller: 2008).

imbricados de disposição e de gestão política Asante (McCaskie, 1995).<sup>351</sup> A linhagem – que define sempre a sua arquitectura sóciopolítica a partir das “leis” do parentesco matrilinear unilinear – assume, pois, um esbatimento territorial “localizado” (i.e., espacialmente identificado, com as “terras” dos antepassados-fundadores<sup>352</sup>) e, os seus membros exploram de forma colectiva e orgânica as “totalidades” (políticas e económicas, entre outras) desse mesmo território físico e simbólico (Yarak, 1996; Kyerematen, 1971). O “molde” político linhagem, tem, em todo o tempo, como “gestores” políticos visíveis a respeitada figura do chefe eleito (*abusuapanyin*: guardião do Tamborete que representa o ancestral poder da linhagem), coadjuvado, sempre de muito perto, pela venerada figura da rainha-mãe (*obaapanyin*).<sup>353</sup> Os trabalhos de condução dos negócios políticos preconizados por estas duas centrais figuras do “político”, são, sem excepção, sempre acompanhados pelo olhar regulador/moderador dos anciões da linhagem (*mpanyimfo*), e compreendem todas as “matérias” internas que à linhagem dizem respeito, e na relação que estas empreendem com as outras linhagens suas homólogas (Busia, 1954; Zajaczkowski, 1963). A linhagem Asante, deste modo, e fundamentalmente, caracteriza-se “em si mesmo” e relaciona-se “fora de si mesmo”, enquanto um comprobante *corpus* jurídico (que é “produto” e beneficiária dos abstractos postulados escorridos do parentesco), enquanto sustentável *corpus* económico (que à excepção da terra, que pertence aos antepassados-defuntos e delegam a sua gestão ao *abusuapanyin*, todos os bens e recursos inclusos no seu território, são possuídos e explorados em benefício e pela totalidade dos membros da linhagem), enquanto contrabalançado *corpus* político (é o representante do “sangue real” da linhagem que ocupa o Tamborete da autoridade política, e não o representante do matriclã, por exemplo, que ocupa o efectivo lugar e estatuto de “cabeça” política), e, por fim, enquanto enleado *corpus* religioso (pois é dentro do seu seio e a partir das suas singulares práticas que se exprimem as libações e se cumpre o culto aos seus antepassados) (Pescheux, 2003).

Com efeito, são todos estes “predicados” invariáveis e estruturantes que instituem a linhagem enquanto “the primary political association” (Fortes, 1953: 25-26), e, é o incondicional “sentido” de pertença à linhagem (edificado pelas condicionantes “forças” do

---

<sup>351</sup>De facto, corroborando esta mesma ordem de ideias, faz salientar Kofi Busia que “For an Ashanti, Division (chiefdom) is an aggregate of social units: the lineage, the village, and the sub-division. A chiefdom is really a combination of localized lineages inhabiting a given territory and forming a political community (1954: 200).

<sup>352</sup>Para Robert Rattray “They (ancestors) are the real landowners, who, though long departed, still continue to take a lively interest in the land from which they had their origin or which they once owned” (1923: 216).

<sup>353</sup>Salienta Andrej Zajaczkowski que “Le droit à la chefferie est plutôt lignager, qu’héréditaire au sens strict: le chef, appartenant obligatoirement par filiation matrilineaire à une lignage déterminé, est éli par un collège de notables, les *mpanyimfo*. Le principe de primogéniture n’intervient que très accessoirement, ce sont surtout les qualités personnelles des candidats qui déterminent le choix des *mpanyimfo*” (1963: 459).

parentesco, do simbólico e do território) que determina o estatuto legal e o lugar político do indivíduo nas subsequentes formas de organização política Asante: “(...) or to put it in another way, all legal and political relations in the society take place in the context of the lineage system” (Fortes, 195: 26).<sup>354</sup> Sublinhemos, nesta circunstância explicativa, as douradas e competentes palavras da *Asantehema*, Afua Kobi Serwaa Ampem II:

as árvores, por mais imponentes que sejam, precisam sempre de fortes raízes que as sustentem. Não conheço nenhuma Odum ou Onyina (árvores de grande porte que existem na região de Kumase) que não tenha muitas e saudáveis raízes. São as raízes que alimentam o tronco e as folhas e fazem das Bako árvores imponentes, quase eternas. Apesar das suas raízes parecerem que saem para fora da Bako, apesar das suas diferentes formas, todas e cada uma delas são Bako. Também nós, o *Asanteman*, precisamos de muitas raízes humanas que constituam e fortaleçam o nosso sagrado Estado. As linhagens são desde sempre a seiva do nosso grande Estado. Foi inspirado nas linhagens, e no escrupuloso respeito pelos princípios que as governam, que o nosso pai-fundador, Osei Tutu, unificou e construiu esta aterna União. As linhagens, refiro-me às linhagens reais, em conjunto com outras linhagens reais, são as raízes familiares, políticas, rituais e sociais de qualquer *amantoo* Asante. Sem esta base, os *amantoo* não sobreviveriam. São as linhagens que nos vinculam à terra, que nos ligam aos antepassados e nos facultam os canais do *mister* político. Todo e qualquer *amantoo* Asante é a soma de todas as diferentes linhagens que o constituem. É o resultado máximo visível daquilo que é característico de uma linhagem real. É a concepção, é a construção, é a perpetuação.<sup>355</sup>

No fundo, decalcando esta mesma ideia expressa pela *Asantehema*, Meyer Fortes menciona que, ao contrário da perspectiva de Henry Maine (1908) e de Lewis Morgan (1877), os Estados Asante não são “unidades territoriais” indivisíveis ou homogêneas, mas antes, e particularmente, uma “constelação de Tamboretas” (linhagens) que conferem coerência e identidade às “chains of interlocked allegiances to eminent office within a framework of law and of fiscal, religious, and military organization, reinforced by a network of clanship, dynastic kinship, and marriage ties” (1969:154). Na essência da síntese, aludimos que a linhagem para os Asante – não obstante o facto de assentar e de se estruturar em torno da premissa da “desigualdade” (McCaskie, 1985) – é o garante da existência e da estabilidade perpétua dos seus Estados, na medida em que, se ao aforismo de Henry Maine quisermos recorrer: “corporations never die” (1908: 180).<sup>356</sup>

---

<sup>354</sup>Estas relações de natureza jurídica, procedentes das dinâmicas “íntimas” da linhagem, são de importância tal que, Meyer Fortes destaca “But the primary emphasis, in these societies (state societies), is on the legal aspects of the lineage. The political structure of these societies was always unstable and this was due in considerable degree to internal rivalries arising out of the divisions between lineages: that is perhaps why they remained federal constitution. In Ashanti, for instance, this is epitomized in the fact that citizenship is, in the first place, local not national, is determined by lineage membership by birth and mediated through the lineage organization” (1953: 26).

<sup>355</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Afua Kobi Serwaa Ampem II (*Asantehema*), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

<sup>356</sup>Se quisermos proceder a uma análise detalhada sobre as origens dos Estados Asante, ver os trabalhos de: (Rattray, 1929; Wilks, 1975, 1993; Terray, 1995).



## 2.2 | DA ORGÂNICA CONSTITUCIONAL À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: ESTRUTURA, MECANISMOS E INSTITUIÇÕES

A Confederação de Estados Asante, “construída” pelos insígnias Nana Osei Tutu Opemso I e *Okomfo* Anokye, era, no exórdio âmagos dos seus princípios doutrinários, do seu esqueleto político e da sua disposição burocrática “fundamentally a military union. The basis of the kingdom rested on military power (...)” (Fynn, 1966:27). Ou, ainda, poderemos corroborar este mesmo “rótulo” histórico-político pelas palavras de David Apter, que nos descreve a Confederação de Estados Asante enquanto “an elaborate military hierarchy with powerful armies, a bureaucracy, and a taste for imperialism which brought them into immediate conflict with the British, often to the latter’s temporary demise. The Confederacy was a remarkable [political] achievement” (1968: 23).<sup>357</sup>

O *Asanteman* “nasceu”, assim, para além de outras razões de origem diversa anteriormente abordadas, de uma propínqua necessidade (ou imperial vontade) política e militar: a união e a organização política ao “serviço” da definitiva derrota militar do “incómodo” Estado de Denkyira. Neste sentido, em função (e, em resultado) da inicial “militarização” da vida civil, política e administrativa e, também e *a posteriori*, da progressiva acumulação de riqueza, poder e autoridade por parte do “centro” político sediado em Kumase, as “simples” relações sustentadas e estabelecidas nos ancestrais e imbricados princípios do parentesco matrilinear Asante – que até então tinham permitido a sedimentação de alguns objectivos políticos “maiores” – tornam-se, a partir do último quartel do século XVIII, e dada a complexidade de todo o “organismo” político, jurídico e económico a instituir, um complemento (ainda assim, de validação, de “recrutamento” e de importância primária) de um novo “paradigma” da coordenação política e institucional, que fundamentava e assentava a sua disposição orgânica e funcional em torno dos princípios emanados de uma racional e regulamentar burocracia (Wilks, 1975, 1966; Hagan, 1971; McCaskie, 1974).<sup>358</sup>

---

<sup>357</sup>Para uma detalhada análise da criação, da organização e da composição do exército do *Asanteman* (“nacional”) e dos exércitos dos *oman* (divisionais), ver: (Terray, 1976; Arhin, 1980).

<sup>358</sup>A nova organização bélica instituída por Nana Osei Tutu Opemso I, contribuiu decisivamente para a “militarização” não só da política, mas igualmente do Governo, na medida em que “the Union was to be governed by a Council headed by the Ashantehene as not only the political head but also the supreme commander-in-chief of the Ashanti army: members of the Council were the Krontihene and Akwamuhene, who were the first and second war chiefs as well as administrators of the Union in the absence of the Ashantehene. The next officers were the Nifahene, who was also the commander of the right wing of the Union army, the Benkumhene who was also the commander of the left wing of the army, the Kyidomhene was the commander of the rear guard, and finally, the Gyaasehene was commander of the Ashantehene’s bodyguard as well the minister in charge of domestic affairs and head of the Ashantehene’s bureaucracy” (Labi, 2000: 2). Ver, ainda: (Wilks, 1964; Hagan, 1971).

Esta progressiva e vanguardista configuração de “arquétipo” orgânico-funcional da “vida” político-administrativa Asante, foi minuciosa e transversalmente estudada pelo historiador Ivor Wilks (1966, 1975), cujos estudos incidiram, sobretudo, nas “pulsações” políticas, ideológicas, militares, financeiras e económicas que brotaram (e se institucionalizaram) no “coração” da frenética, da ávida e da expansiva Kumase, no período que decorre entre os finais do século XVIII e, os inícios do século XIX.<sup>359</sup> O citado autor, debruçando-se sobre as origens históricas, os mecanismos de progressão e os processos de sedimentação de duas “novas” e prestigiadas “classes sociais” (instaladas, exclusivamente, nos corredores do poder administrativo-militar da heráldica Kumase), que correspondem, *grosso modo*, a uma “classe” administrativa (*esomdwuma*) que prestava os seus serviços (*esom*) nos domínios do ensino, da cultura e das infraestruturas e, uma “classe” militar (*asomfo* ou *nhenkwaa*) que capitalizava as suas competências no âmbito da defesa, da justiça e da diplomacia, apreendeu que existia um fundamento directo e causal entre o “advento” daquelas diferenciadoras “classes sociais” – que inovaram e se demarcaram pelo grau de rotinização, de especialização e de mérito que imprimiram às funções administrativas e militares que executavam – e, a emergência, a instalação e a consolidação da “impessoal” burocracia de Estado na Confederação de Estados Asante.<sup>360</sup> Assim, a sua proposta de análise histórica e social às origens da burocracia do Estado central Asante, verte-se nas suas sucintas e perceptíveis palavras, que passamos a citar:

the process of bureaucratization in Ashanti will be regarded as continuous from the early days of the kingdom. The administration as we know it from the nineteenth century, however, owed its structure and character largely to reforms in government initiated by the King Osei Kwadwo, 1764-77 (who, as Bowdich observed, ‘pointed out the way’), and pushed forward by his successors, Osei Kwame, 1777-c.1801, and Osei Bonsu, c.1801-24. The changes were such as to open positions of authority to a new type of official. Three main features point the nature of these reforms. First, the basis of authority ceased to be purely ascriptive: ‘the aristocracy in Ashantee’, writes Bowdich, ‘until *Sai Cudjo*’s time, always acquired this dignity by inheritance only’; Secondly, new officials were *appointed* by a superior authority (...). Authority was delegated to the new officials from above, thus distinguishing them sharply from hereditary chiefs whose

<sup>359</sup>Com efeito, a crescente (e imparável) importância “nacional” assumida por Kumase, no decurso do século XIX, é-nos narrada por Thomas Lewin, ao sublinhar que “Nineteenth-century Asantehenes and their councils in Kumase, comprising representatives of the interlocking bureaucratic, military, and princely elites of the capital, directed the affairs of state to the virtual, and at time total, exclusion of the other main components of national political life, notably, the *amanhene*, the rulers of the founding *amanto*. Kumase’s ascendancy in national politics derived in part from the growth of an innovative bureaucratic structure, and in part from the social changes which permitted Kumase society to develop a far greater degree of social freedom and economic success than the *amanto*. These social changes were, in turn, consequent upon the practice in Kumase of awarding governmental offices on the basis of achievement rather than ascription. Carrers in government and business, which were highly competitive and prestigious, were thus open to talent in the *amanto* and the capital: the Asantehene and his councillors were able to utilize the full resources of Asante skill and enterprise at their command” (1978: 29-31). Ver, ainda: (McCaskie, 2000).

<sup>360</sup>Com o objectivo científico de melhor apreendermos as singulares funções, cargos e estatutos adstritos ao divisional exército de Kumase, ver: (Rattray, 1929; Arhin, 1999). Consultar os mesmos autores para um considerado conhecimento da nomenclatura, do “lugar” administrativo e das funções burocráticas dos Tamboretas (designados de *abodie* em oposição aos Tamboretas com origens no sangue, na linhagem e na ancestralidade, *egudie*) que os novos funcionários ocupavam na “corte” do *Asantehene*.

mandate to rule derived from the fact of their *election* to office (...); Thirdly, appointed officials were assigned fixed and defined duties of an administrative kind (1966: 216-217).<sup>361</sup>

Deste modo, e concomitantemente, dispomos de uma organograma político Asante, que compreende no seio da sua estrutura, mecanismos e instituições políticas, os *outputs* assentes nos restritivos princípios de parentesco matrilinear, os *outputs* emanados nos fundacionais princípios do “corpo” militar e, por último, os *outputs* (recém) gerados nos burocráticos princípios da competência e do talento administrativo (Wilks, 1993).

Salientamos, dentro deste “quadro” de confluentes cores políticas, que na leitura política proposta por Naomi Chazan e, de acordo com as prescritivas *Setenta e Sete Leis de Okomfo Anokye*, o holístico “sistema” político Asante era “geneticamente” (co)orientado a partir de três “básicas” estruturas de governo político (1988). Nesta medida, salientamos que no topo da hierárquica, verticalizada e burocrática pirâmide política Asante, estava a “instituição” política primeira dos Asante, o *Asantehene*, intermediário e guardião do omnipresente e omnipotente Tamborete de Ouro. O *Asantehene* era, por definição simbólica e inerência política, o único, o legítimo e o divinizado representante da unidade temporal e da unidade espiritual da nação, e, de igual modo, o supremo chefe de todo o executivo, o supremo Comandante-em-Chefe do exército “nacional” (e, por inferência, do exército da divisão administrativo-militar de Kumase) e, não menos importante, a superior autoridade jurídica nos tribunais de recurso e/ou apelo (Apter, 1968; Busia, 1968). De facto, o *Asantehene*, no processo de condução da complexa “máquina” política e administrativa que era a Confederação, estava revestido, segundo os preceitos constitucionais, de poderes políticos especiais ou únicos, que contemplavam, desde logo, o direito a contratar ou demitir oficiais e funcionários (públicos) das suas funções militares e dos seus serviços administrativos, o direito a arbitrar conflitos de toda e qualquer natureza social, política ou jurídica, o direito de conservar para si (em casos de disputa entre *amanhene* ou entre *ahene*) a custódia final das terras circunscritas ao *amantoo* de Kumase, o direito de a sua palavra ser a decisão última e inapelável em matérias relacionadas com a vida e com a morte e, por fim, o direito de assumir para si todas as decisões económicas relacionadas com uma declaração de guerra interna ou externa (Chazan, 1988).

Não obstante o *Asantehene* ser um (o mais) importante aglutinador “centro” político, a Constituição de *Akomfo Anokye*, institucionalizou um sistema de *check-and-balances* políticos

---

<sup>361</sup>Com efeito, a progressiva introdução deste novo “paradigma” burocrático, teve um agudo impacto na orgânica política, administrativa e, até mesmo, na “linguagem” sucessória, na medida em que “The new offices held by appointed officials were created as patricentric stools know as mmammadwa; that is, they were usually occupied by the sons and the grandsons of the previous occupants or the Ashantehene himself. This mode of succession contrasted sharply with the matrilineal succession of the traditional hereditary stools and the subsidiary offices associated with them” (Lewin, 1978: 35). Ver, ainda: (Addaih, 1999; Nyaggah, 1971).

e jurídicos que restringiam a sua incondicional liberdade política, e que, ainda, coartavam todas as possibilidades de se sedimentarem, ou, sequer, de se esboçarem quaisquer “tiques” de despotismo político “sem lei”, tal foi o caso, sem embargo, dos “desregrados” *Asantehene* Nana Osei Kwame (1777-1798), Nana Kofi Karikari (1867-1874) e Nana Mensah Bonsu (1874-1883) (Busia, 1968). A medula dos “filtros” políticos de controlo da acção e das pretensões políticas do *Asantehene*, materializava-se na sua impossibilidade em elaborar, autonomamente, leis ou quaisquer normas jurídicas, sobretudo em matérias concernentes a “negócios estrangeiros”, sem a consulta prévia e a decorrente (ou não) aprovação formal do Conselho Tradicional de Kumase, que era composto pelo “cabeças” de linhagem/clã (*abusuatire*) e, pelos “capitães” do exército de Kumase (*nsafohene*). Estes conselheiros políticos, em conjunto com a *Asantehemaa* e os *king-makers*, estavam encarregados da escolha, da nomeação e da eleição dos novos *Asantehene* e, a sua “posição” consultiva era salvaguardada pelo seu consagrado direito constitucional de destituição de um *Asantehene* que tomasse decisões que não reflectissem as soberanas decisões pronunciadas pelo plenário do Conselho. Ou seja, as decisões proferidas pelo *Asantehene* só se tornavam inatacáveis e executáveis, se estas mesmas decisões estivessem em consonância política e jurídica com as normatizadas decisões tomadas pelos conselheiros do Conselho Tradicional de Kumase. Segundo Naomi Chazan, as razões materiais para a consagração constitucional deste mecanismo de partilha (e de moderação) do poder, deriva imediata e directamente da natureza das relações familiares e sociais que Nana Osei Tutu Opemso I detinha com os (seus) chefes linhageiros e clânicos no momento da génese e, no subsequente processo de consolidação do “aparelho de poder” na Confederação de Estados Asante (1988). Na essência, e de acordo com Thomas Bowdich, o *Asantehene* “owed his elevation not his rank, but to his superior endowments and address” (1966: 51).

A segunda e “elementar” estrutura de governo político Asante, foi pensada por *Okomfo* Anokye e “construída” por Nana Osei Tutu Opemso I e, tal como acima frisámos, assentava as suas “fundações” num modelo eminentemente militar. O *Asantehene* Nana Osei Tutu Opemso I, “encavalitou” as sete recém-criadas divisões militares no ancestral, legitimado e pré-existente “protótipo” dos sete clãs Asante (*mmusua kesse*). Desta forma, as sete posições-chave do exército, (re)adaptadas por Nana Osei Tutu Opemso I, obedeciam à seguinte disposição militar: os capitães dos batedores (*akwansrafo*), da guarda-avançada (*twrafo*), do “corpo” principal ou central (*adonten*), da guarda pessoal do *Asantehene* (*gyase*), da guarda-recuada (*kyidom*), da ala ou asa esquerda (*benkum*, que se desdobrava ainda numa meia-asa, *bekum nnaase*) e, da ala ou asa direita (*nifa*, que se desdobrava ainda numa meia-asa, *nifa nnaase*) (Rattray, 1929;

Terray, 1976). No esboço do desenho inicial proposto por Nana Osei Tutu Opemso I, o “lugar”, e o correspondente Tamborete, que a estes capitães eram atribuídos (designados, também, de *obirempon*), provinham, em exclusivo, das suas filiais relações de sangue/linhageiras, logo, era resultado de uma socialmente ratificada (imposta) transmissão hereditária. Todavia, com a passagem de um “regime” do herdado para um “regime” do merecido, a estas “novas” divisões militares, muito celeremente, lhe foram atribuídos cargos e funções de natureza administrativa e civil. De resto, os capitães que lideravam estas sete divisões militares (mais tarde, passariam a oito), tornar-se-iam, no decorrer dos anos seguintes, os “chefes de gabinete” responsáveis pelo sistema de colecta dos impostos por toda a nação, pela diplomacia interna e externa, pelas acções interpostas de justiça “corrente”, pelo controlo dos fluxos comerciais, pela gestão das terras e, ainda, pela eficiência e eficácia da tesouraria do *Asanteman*. Note-se, por último, que o Capitão-Comandante da guarda-pessoal do *Asantehene*, o *gyasehene*, tornar-se-ia, o equivalente a um ministro de Estado com a pasta da função/administração pública (Chazan, 1988). Seria, deste modo, e na linha de pensamento de Ivor Wilks, todo este “racional” processo de recompensas e promoções a “clientes” e aliados, que amplificaria, em absoluto, o “poder” pessoal, estatutário e político do *Asantehene* em Kumase, sem que tenha, no entanto, toda esta grandeza de prestígio e influência sido acatada ou, sequer, (cegamente) reconhecida pelos “Estados antigos”, seus ancestrais aliados desde a “primeira pedra estatal” (1964).

Ao contrário da estrutura administrativa e burocrática da Confederação, que estava debaixo da alçada directa do *Asantehene* e das élites de Kumase, as dimensões relativas à “superestrutura” política Asante, estão contígua e umbilicalmente interligadas com a terceira e basilar estrutura de governo: os *amantoo*. A inicial dependência militar de Nana Osei Tutu Opemso I, em relação aos chefes linhageiros do seu próprio clã (Oyoko), redundou numa norma constitucional de alcance político, que consagrava que o *Asantehene* seria, em relação aos chefes dos *amantoo*, um/o “primeiro entre iguais” (Wilks, 1967). Eram os *amanhene*, em estreita ligação linhageira e histórica com o *Asantehene*, que integravam e constituíam o núcleo do “corpus” político, constitucional e legislativo do maior órgão consultivo e deliberativo de toda nação Asante: o plenipotenciário *Asantemanhyiamu*.<sup>362</sup> Cada uma destas divisões ou “Estados antigos”, apresentava-se, dentro deste dilatado e aglutinador sistema político Asante,

---

<sup>362</sup>O *Asantemanhyiamu* era constituído por dois órgãos fundamentais e diferenciados: por um lado, era constituído por um órgão de decisão conhecido como “Grandes Sessões” (*asetenakes*), por outro, era alicerçado num outro órgão de natureza deliberativa conhecido como “Conselho Interno” (*agyina*). Ver: (Hagan, 1971). De acordo com Tom McCaskie “In the late eighteenth century, the *agyina* took over in ad hoc fashion certain decision functions from the *Asantemanhyiamu*. The *agyina* functioned, like the *Asantemanhyiamu* itself, as a court of justice and as a decision-making body. The Inner Council consisted of four functionaries, three senior counsellors and occasionally the *Asantehene*’s Moslem advisors were also present” (1995: 227).

enquanto “jurisdições” locais historicamente autónomas, que em muitas das suas dinâmicas orgânicas e institucionais, reproduzia *ipsis verbis* o “modelo” da protuberante “jurisdição” do *omanhene* de Kumase. Os *omanhene* destes fundadores *amantoo*, eram, de igual modo, coadjuvados pela respectiva soberana-mãe, *ohemaa*, e de um conjunto de leais e hereditários conselheiros e anciões (*mpanyimfo*), que constituíam o assessorial e resolutivo Conselho Tradicional do seu Estado (Chazan, 1988). De verdade, todos estes “constituintes” *omanhene*, possuíam, tal como Thomas Bowdich tão claramente nos transmite “palatine privileges” (1966: 296), e cada um superintendia, tal como Marie-Joseph Bonnat aferiu “Une cour modelée sur celle du souverain” (*apud* Gros, 1884: 188). O despiste da natureza, dos procedimentos e das posições intrínsecas à (semi) autonomia destes Estados/”jurisdições locais” (face ao “esponjoso” poder político e burocrático de Kumase), que se mantiveram debaixo da alçada política dos balizadores princípios da descendência matrilinear Asante, pode ser “agenciado” a partir do esmiuçamento de quatro dimensões analíticas, a saber: a aliança, as finanças, a lei e a guerra. Com efeito, e para a prossecução de tal “empreendimento” analítico, socorrer-nos-emos das elucidativas palavras de Ivor Wilks, para salientar que:

(i) Allegiance. Each *omanhene* held his own *odwira*, at which, his subordinate chiefs affirmed or reaffirmed allegiance to him. An *omanhene* could hold an *odwira*, however, only after he had himself attend the king’s *odwira*, in Kumasi, and thereby confirmed his own allegiance to him; (ii) Finance. Each *omanhene* maintained his own treasury and raised revenue by taxing his subjects, by stool trading ventures, etc. From an *omanhene*’s treasury, however, extraordinary (but not, apparently, regular) contributions could be demanded by the king for use in the national interest; (iii) Law. Each *omanhene* maintained his own courts, but from such courts a right of appeal to the king could be exercised by the use of one of the king’s oaths, a process which, though costly, automatically removed the case from the local jurisdiction. (iv) War. An *omanhene* possessed his own military organization and was responsible for its mobilization and demobilization. The king in Kumasi could, however, require the use of an *omanhene*’s forces in the national interest; and could restrict an *omanhene*’s use of his own forces when inimical to the national interest (as, for example, in the case of a conflict between one *omanhene* and another (1967: 210).

O sentido, o significado e a amplitude de todas estas estruturas, mecanismos e instituições sóciopolíticas Asante (que, naturalmente, expressam e projectam as íntimas relações de permuta e de tensão entre o “centro” principal e os “centros” coadjuvantes), podem ser “extraídos” do instruído testemunho de Nana Oguakro Afrane Okese IV, *Ejisuhene*, quando este se dirige a nós com a seguinte metáfora morfológica:

somos um corpo único. Cada órgão cumpre a sua insubstituível função. A história e os nossos antepassados fizeram-nos assim. É o nosso ADN e nada o mudará. Por muito que possamos considerar que o cérebro é o mais importante dos órgãos porque é ele que nos comanda, não é assim. O cérebro funciona porque o coração, os pulmões, os rins, as mãos e os pés, todos funcionam e contribuem para o funcionamento geral do corpo. Um corpo nunca está em plena harmonia. Existem doenças, umas mais graves que outras. No entanto, nós Asante, recorremos aos nossos médicos de serviço que sempre curaram as nossas maleitas: os nossos antepassados, o

nosso *Nyame* e o nosso *Sika Daw Kofi*. É por serem tão bons médicos, e nós tanto acreditarmos neles, que as doenças não nos matam e, que ainda hoje estamos de boa saúde.<sup>363</sup>

### 2.3 | DAS ESTRUTURAS E PRÁTICAS RITUAIS DO SIMBÓLICO: O LUGAR SOCIOPOLÍTICO DOS ESPÍRITOS

Nas suas obras *Ashanti* (1923) e *Religion and Art in Ashanti* (1927), Robert Rattray, descreve com minucioso detalhe as profusas cerimónias religiosas dos Asante. Assim, e pronunciando-se sobre esta mesma morfológica temática, Kofi Busia avança-nos que “The religion of the Ashanti is mainly ancestor-worship, and the position of the chief gains significance within the organized ceremonies by which the people express their sense of dependence on their ancestors” (1968: 23). Para os Asante, o Universo e, por correspondência imediata, o seu quotidiano “mundo” dos vivos, está “povoado” de espíritos de diferenciada natureza apelatória e de distintas posições hierárquicas. Os Asante concebem, deste modo, e segundo os seus ancestrais “padrões” cosmológicos, o “mundo” dos espíritos a partir de uma visão tripartida da realidade imaterial, divina ou “pós-humana” (Chazan, 1988).

No topo das escadas desta hierárquica pirâmide de divindades, encontramos a mais importante “entidade” pelos Asante respeitada e exponenciada: *Nyame* (o “Grande Espírito”) ou *Onyankopon* (o “Ser Supremo”)<sup>364</sup>, criador de todas as “coisas” perceptíveis e imperceptíveis do cosmos e, logicamente, de todas as materialidades e imaterialidades que instituem as “várias” camadas dos “vários” mundos Asante.<sup>365</sup> O “caminho” religioso que dá “acesso” a esta suprema divindade é pessoal e directo, na medida em que não existem intermediários (humanos) nesta transcendente “comunicação” e, cada Asante a ele se pode dirigir quando assim o tencionar e/ou precisar (Danquah, 1944). O “conforto” e a segurança (e, naturalmente a importância) desta proximidade com o divino, é-nos colectivamente realçada pelas antigas máximas Asante ainda hoje em uso: “*Obi kwan nsi obi kwan mu/no man’s path crosses another’s*” e “*Obi nkyere abofra Onyame/no-one shows a child the Supreme Being*”

---

<sup>363</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Oguakro Afrane Okese IV, de seu “nome civil/privado”, Bob Anane (*Ejisuhene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Ejisu, em 2008 [AE2011/EPT].

<sup>364</sup>De acordo com Kofi Busia “The Ashanti conception of the Supreme Being may be gathered from the titles ascribed him. He is, the Ashanti say, older than all the things that lived on the wide, wide earth (*Asae tere, na Onyane ne Panin*). He is *Onyankopon*, Alone, the Great One; *Tweadumpon*, the Dependable One; *Bore-Bore*, the First, the Creator of all things; *Otumfuo*, the Powerful One; *Odomankoma*, the Eternal One; *Ananse Kokroko*, the Great Spider, that is, the Wise One; he is also personalized as *Onyankopon Kwame*, the Great One who appeared on Saturday” (1954: 192).

<sup>365</sup>O Universo “criado” por *Nyame*, segundo Eva Meyerowitz “was divided by her into three realms: the sky, the earth, and the underworld. The sky or heaven is her and her son’s proper sphere: the earth and all that grows on it is ruled by *Asaase Afua* (*Nyame*’s child), Goddess of Procreation, symbolized by the ‘eight-rayed star’ – Venus. It is the underworld that is ruled by the Earth Goddess *Asaase Yaa*, another child of the *Nyame*, who is symbolized on gold ornaments by the ‘sixt-rayed star’” (1951: 71-72).

(Busia, 1954: 192). Este “Grande Espírito” pode, no entanto, resultado da sua superlativa transcendência e da sua imanente ubiquidade, tornar-se pouco alcançável e/ou “eficiente” e, como tal, comumente se manifesta através de um panteão de disponíveis e operativos deuses (menores), de divindades e, até, de outras criaturas de “extraordinária” existência.<sup>366</sup>

No “patamar” intermédio de culto e reverência a divindades, posicionam os Asante uma categoria de deuses “menores” – os *obosom* – que em conjunto com outros espíritos e outros “espectros” tidos enquanto divinos, são respeitados pela sua tangibilidade que para os Asante se traduz numa presença “quase” visível, palpável e orientadora daqueles, nas rotineiras dinâmicas sociais das suas formas de organização política.<sup>367</sup> De acordo com as crenças religiosas Asante, o “poder” das faculdades de acção e de resolução dos *obosom*, deriva, ou melhor, resulta em exclusivo da sua ligação imediata, privilegiada e derivada ao “Grande Espírito”. Os *obosom*, são, na sua mais íntima essência e compleição, uma emanção e parte integrante do onisciente *Nyame*. Um *obosom*, numa tradução integral da “agenda” religiosa Asante, socialmente incumbido e ritualmente legitimado enquanto o “porta-voz” do “Ser Supremo”, é um “obsequiador” que otimiza a sua importância adorativa e promove as condutas dos padrões rituais, a partir da sua inquestionável “circunstância” de intermediação entre o Criador e as “criaturas” (humanas) Asante. Pelas palavras de Eva Meyerowitz, um *obosom* representa “a small part of Nyame’s power” ou “Nyame’s power in manageable size” (1958: 25). De entre as divindades *obosom*, as mais relevantes e poderosas são aquelas que assumem o “espírito” dos rios ou lagos – podendo ser, também, mas com menos proeminência ritual, o “espírito” de minerais, estradas, árvores e/ou animais (McCaskie, 1992) – que se pronunciam, quase sempre, através de complexos mecanismos esotéricos e de especializadas estruturas ritualísticas, que “ganham” forma e sentido pela interposição (imparcial) de “padres” ou “sumo-sacerdotes” (*okomfo*) que a “doutrina” religiosa Asante para este lugar/função designou (Meyerowitz, 1958; Vollbrecht, 1978).<sup>368</sup> Tal como os perenes mitos nos enunciam,

---

<sup>366</sup>Os Asante têm uma ancestral e enraizada crença na concreta existência de práticas de magia negra e feitiçaria. Neste sentido, Kofi Busia enfatiza que “The forests were believed to be inhabited by the *mnoatia* (the little folk) and by forest monsters and witches. It was the little folk that taught medicine men the arts of healing, and also taught them black magic. In league with the *mnoatia* and the witches (*abayifo*) was *sasabonsam*, the forest monster that was so hostile to hunters and priests. Belief in these forest monsters is on the wane, but tales of hunters being taught the arts of healing by the *mnoatia* still linger on, and may be heard in remote villages. Belief in witchcraft is still prevalent” (1954: 195-196).

<sup>367</sup>De acordo com Kofi Nkansa-Kyeremanteng, os Asante “never represented the Supreme God in any form for worship. He was too Great for that. Taken to be too remote to receive great worship, this was done through lesser gods (spiritual and physical) (1999: 95).

<sup>368</sup>Com efeito, o “espírito” do *obosom* “speaks through his priest, sometimes by displacing the personality of the priest, so that he becomes a mere medium behaving and speaking as compelled by the spirit that possesses him. In such instances, a trained spokesman interprets the utterances and gestures of the priest. At other times the priest may interpret the will of the god through drawing leather thongs, or throwing cowrie shells or sticks, or casting a bone or stone die, or watching the fluttering of a slain chicken and the position in which it comes to



os Asante “olham” os seus rios e os seus lagos (tal é o caso da dogmática simbólica atribuída ao lago Bosomtwi, tido como absolutamente sagrado para todos os segmentos dos clãs Oyoko, Bretuo, Asona e Aduana), como os detentores de “espíritos” que directamente derivam de *Nyame*, e muitos desses “espíritos” *obosom* são (os) “filhos” das águas desses mesmos rios ou lagos. Isto é, tal como Robert Rattray tão bem nos informa “As a woman gives birth to a child, so many water to a god” (1923: 146).

O terceiro degrau desta escalonada “realidade” transcendental Asante, corresponde ao não menos importante e mais imediato “mundo” dos antepassados-defuntos (*asaman*), que habitam na “terra dos mortos” (*asamando*), que é um “lugar” etéreo, cuja localização tanto é referenciada como sendo nas mais longínquas infinitudes dos céus, como nas mais profundas entranhas da terra (Rattray, 1927). A essência e a extensão da relação que os Asante mantêm com os seus antepassados, pode ser condensada numa “simples” frase que foi proferida por Nana Daasebre Osei Bonsu II, aquando da realização de um nosso encontro informal, em 2008, em Mampong: “os Asante têm sempre, em todas as actividades do seu dia-a-dia, os seus antepassados na cabeça. Sempre”.<sup>369</sup> Com efeito, também Kofi Busia acentua a “íntima” proximidade (leia-se: deferência) e as “obrigatórias” cortesias que um “qualquer” Asante manifesta, tal como manifestava em vida, para com os seus respectivos antepassados, no momento da partida destes “para a aldeia”, ao mencionar que:

(...) this emphasizes the close link that exists in Ashanti cosmology between the world of the living and the world of spirits. The Ashanti believe that there is a world of spirits (*asaman*), where all their ancestors live a life very similar to life on earth, and this conception is implicit in Ashanti funeral rites. The dead are given food and drink and gold-dust to help them on their journey to the world of spirits. Receptacles, bedding, ornaments, and clothing which it is believed they will require in the world of spirits are buried with them, and the newly dead are asked to convey messages to the ancestors (1954: 201).<sup>370</sup>

A teatralidade da *performance* das danças, a espiritualidade da indumentária escolhida e a simbólica da “poesia” dos cântigos entoados no decurso das obséquias fúnebres (no fundo,

---

rest. The gods are besought to grant health, or children, or prosperity in business, or protection from misfortune and from witches” (Busia, 1954: 194).

<sup>369</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie (*Mamponghene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

<sup>370</sup>Um chefe político Asante nunca morre. Como tal, no cumprimento da estrita e punitiva “teoria” e “prática” com que os Asante “envolvem” a ritualística fúnebre das suas “figuras” maiores, nunca se pode pronunciar que um chefe político ou outra importante “figura” política da forma de organização política, “morreu”. Simplesmente, dado que para os Asante o *omahene* que governou a sua forma de organização política em vida, irá de igual modo, governá-la a partir do “mundo” dos espíritos, poder-se-à pronunciar que o *omahene* “foi para a aldeia”, “uma poderosa árvore foi desenraizada”, ou, ainda, “ele/ela saiu”. Ver: (Rattray, 1927). Para um melhor entendimento e aprofundamento das inúmeras e complexas práticas ritualísticas que integram o processo de preparação, de celebração e das obséquias finais, de um funeral de uma proeminente “figura” política Asante, ver: (Hagan & Odotei, 2001; Odotei, 2002; IAS, 1971; Boaten I, 1993; Vollbrecht, 1978; Mccaskie, 1989).

toda a *mise-en-scène* litúrgica), nada mais são que “peças” rituais que reflectem e projectam o exigido repeito, a profunda reverência e a reclamada dependência que os Asante manifestam em relação à vida (passada, presente e futura) dos seus antepassados, particularmente, se estes últimos forem um *Ashanthe*, um *omanhene* (chefe de um Estado ou divisão), um *ohene* ou *obirempon* (chefe de uma divisão ou distrito), um *odikro* ou *odekuro* (chefe de uma aldeia), um *abusuapanyin* (chefe de uma linhagem) ou um *fie-wura* (chefe de uma família), ou, do mesmo modo, se for um outro membro de “sangue linhageiro real” da respectiva organização política, social e militar (Rattray, 1927, 1929; Adjaye, 2001).<sup>371</sup>

O poder político, melhor dizendo, a autoridade política legítima destes chefes Asante, tem com fonte primeira e última ao seu (eleito) direito de governar, o ritualístico e institucional *agrément* concedido pelos seus respectivos antepassados-defuntos. Com efeito, e tal como Robert Rattray nos partilha, o complexo processo de “instalação” e de entronização de um proposto chefe Asante, demanda que este mesmo chefe político (e antes de “ocupar” o seu próprio sagrado Tamborete) seja colocado defronte do Tamborete Negro – em “repouso” num mausoléu (*baamu*) e no qual descansa a eterna e “vigilante” alma – do seu antepassado político mais importante, devendo, posteriormente, e após se colocar em posição de incondicional reverência, tocá-lo três vezes segundo alguns ancestrais preceitos rituais, para que deste modo possa “incorporar” a (sua) validação e a “transmissão” dos princípios políticos do seu histórico antepassado, que serão determinantes para a sua futura governação, que se espera sempre que seja em concordância com a bem-aventurada governação prestada pelos seus antecessores e antepassados (1929). Será após, e só mesmo após, o escrupuloso cumprimento de todos estes simbólicos ritos de “instalação”, que a “sua” forma de organização política reconhece o chefe político enquanto candidato entronizado, e, neste sentido “From now onwards he is invested with all the sanctity and the power of the dead, until such time as he dies or is destooled, i.e., made to sever by force this spiritual force” (Rattray, 1929: 84).<sup>372</sup>

No subsequente momento à sua investidura, com um poder legítimo “maior” que (só) dos antepassados-defuntos emana, o novo chefe político – revestido agora, com base no assentimento dos antepassados, de uma inviolável sacralidade – é um chefe Asante que, em primeiro lugar e acima de tudo, está social, simbólica e politicamente obrigado a cumprir,

---

<sup>371</sup>Aos antepassados Asante, é social, política e ritualmente devida uma infinita deferência e uma eterna heteronomia por parte da comunidade onde aqueles habitavam em vida, na medida em que “(1) they were the predecessors of the group; (2) in their spiritual state they can be and are in unhindered touch with the essence of things; (3) the ancestors, the living members are convinced, provid them with the basis of their existence and sustenance; (4) the ancestors are thought to be constantly present” (Doddo, 1971: 59).

<sup>372</sup>De facto, e de acordo com Robert Dodoo “the ancestors, lay at the center of the Ashanti political and social structure. Though invisible, the ancestral class, consisting of the spirits of the departed, played a leading role in the society and the way it looked at the world around it” (1971: 61).

enquanto intermediário *de per si* e oficiante preeminente, todas as cíclicas e sagradas cerimónias rituais e religiosas (grande *Adae*, pequeno *Adae* e *Odwira*), cujo “centro” de celebração seja a invocação da memória histórica, seja a protecção do futuro político, seja o agradecimento às benesses, ao auxílio e/ou à fortuna que os antepassados à forma de organização política trouxeram e/ou prestaram (Busia, 1968; Rattray, 1929). Todavia, e ainda, em todo este intrincado processo de entronização, um último procedimento cabe ao chefe Asante cumprir perante os seus antepassados políticos: o prestar, em cerimónia formal e pública, um juramento solene aos seus antepassados (e, por inerência, aos antepassados de toda a comunidade política), no qual ele ajuramenta pelo seu sangue (que é a sua identidade e o requisito que o levou ao poder) e pela “vida” da sua comunidade (que é uma das suas “fontes” de legitimidade), em que irá governar, a partir de então, a outrora forma de organização política dos seus falecidos e sagrados parentes, de acordo com as prescrições simbólicas, as “doutrinas” sociais e as práticas políticas e institucionais que aqueles aprouveram fundar, enraizar e perpetuar (Busia, 1968; Oyedipe, 1966).

Todos estes dialécticos, pendulares e intersectivos “movimentos” que edificam a matricial dimensão simbólica e política da holística “vida” social Asante, são-nos explicados e corroborados em “primeira mão”, por dois Asante que ocupam distintas “posições” sociais na hierarquizada escada política Asante: o *Mamponghene*, Nana Daasebre Osei Bonsu II e, um agricultor do mesmo “Estado” de Mampong, Kwabena Yeboah Frimpong. Assim, e tendo como narrativo ponto de partida a sua própria “visão” e experiência empírica, evidencia-nos Nana Daasebre Osei Bonsu II que:

quando fui entronizado rei, depois de um longo, secreto e obrigatório processo ritual, senti que era a fusão de dois tão distintos mundos: por um lado, o mundo real dos meus súbditos, dos meus concidadãos; por outro, era o receptáculo de uma força, de uma energia divina, que legitimava a minha acção governativa. Sem o apadrinhamento desta mesma força nunca poderia governar. Esta força invisível, que são os nossos antepassados, são o sangue de toda a nossa comunidade política. Os meus antepassados governam através de mim. São eles a origem da sabedoria e o ponto de equilíbrio de todas as minhas acções políticas. É esta origem divina que legitima o sagrado lugar político que ocupo. Ao ocupar o Tamborete de Prata por eles anteriormente ocupado, estou a incorporar o “espírito”, a “alma”, o *tumi* de todo o nosso Estado, que todos os nossos súbditos tanto reverenciam. Ser *Mamponghene*, nada mais é que ser um interlocutor, um intermediário, um porta-voz das sábias deliberações governativas dos nossos queridos, presentes e eternos antepassados.<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie [*Mamponghene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado], em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

De uma forma muito similar, também Kwabena Yeboah Frimpong, nos encaminha para uma leitura que sugere a incontornável magnitude do “lugar” político dos “espíritos” no *real-concreto social* da sua vila de Kofiase (Mampong), ao considerar que:

o nosso rei, é o garante da nossa unidade, da nossa estabilidade, é a nossa protecção. Ele é o guardião de toda a nossa vida comunitária, pois é o guardião, o fiel-depositário do Tamborete de Prata. O *Nana* representa os sagrados *asaman* na terra. Sem estes, não conseguiríamos viver. Os nossos mortos vivem connosco. Vivem no meio de nós. Todos os dias. (...) Quando temos doenças, mortes inesperadas ou más colheitas, pedimos ao *Nana* para interceder por nós junto dos nossos poderosos antepassados. Só eles nos podem socorrer e acabar com os nossos infortúnios. É por isso que é obrigatória a nossa participação nas celebrações religiosas que purificam a história e os nomes dos nossos defuntos e nas quais lhes agradecemos por toda a saúde, protecção e prosperidade que nos dão. Os nossos antepassados são os nossos pais no céu e o nosso *Nana* é, como seu representante, o nosso pai terreno que todos os dias vemos passar por nós.<sup>374</sup>

Em síntese, a imprescindível representação temporal dos antepassados Asante, manifesta-se através da existência dos Tamboretos (símbolo maior do sagrado privilégio da governação política Asante), nos quais os acima referenciados chefes políticos se “sentam” (melhor: ocupam) e, através dos quais “therefore appointed to act as the intermediary between his royal ancestors and the tribe” (Busia, 1968: 26).<sup>375</sup> Todos os “negócios políticos” de um chefe Asante, são, assim, indelevelmente marcados pela invariável “presença” e pela irrefutável “interferência” dos honoráveis defuntos da sua forma de organização política. Mais: o exercício da dominação política legítima de um chefe Asante resulta, e em regime de semi-exclusividade (pois a outra “meia-legitimidade” resulta do seu reconhecimento por parte dos profanos Asante), da sua relação simbólica privilegiada e da sua função de representação (e intermediação) política dos seus legítimos (e legitimados) antepassados-defuntos no seio dos “neófitos” Asante. Na “gramática” ideológica e cultural dos Asante, o “mundo” dos espíritos, é, deveras – dada a permanente, a fusional e a “presencial” relação “epidérmica” que aqueles estabelecem com estes – a génese, a continuidade e a perpetuação das suas instituições políticas, das suas dinâmicas sociais, das suas racionalidades económicas, das suas representações religiosas, dos seus códigos jurídicos e, também, da índole e da consecução dos seus (memoriosos) desígnios militares.

---

<sup>374</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kwabena Yeboah Frimpong (agricultor), em Mampong (vila de Kofiase), em 2008 [AE2011/SCeP].

<sup>375</sup>Para Kofi Busia “That stool, the symbol of his power, is what the famous Ashanti priest, Anokye, described as ‘the soul of the nation’. It is the sacred emblem of the tribes permanence and continuity. The chief as the occupant of the stool represents all those who have occupied it before him. He is the link, the intermediary, between the living and the dead; for, according to the conception which the Ashanti share with other Akan tribes, the dead, the living, and those still to be born of the tribe are all members of one lineage, and it is the stool that binds that lineage together” (1954: 202).

## 2.4 | DA LEGITIMIDADE DA CONFEDERAÇÃO ASANTE: DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS ÀS BASES IDEOLÓGICAS

Os Asante, nos primórdios e no decurso do seu longínquo traçado linhageiro, clânico, político, militar e constitucional, “construíram”, institucionalizaram e sedimentaram uma hermética e operativa corporação de institutos históricos – que compreendiam uma cimentada e lubrificada “teia” de cânones, de mecanismos e de procedimentos ideológicos vários – que lhes conferiram unidade, fidelidade e perenidade e, acima de qualquer outro expectável resultado, permitiu-lhes o assentamento e a projecção de uma (divina) legitimidade histórica, simbólica, política e social, de que ainda pelos dias de hoje, os mais contemporâneos governantes políticos Asante mobilizam para fazerem “valer” as suas típicas pretensões ao *tradicional* tipo de dominação política legítima. São estes, a saber, os institutos históricos que “aspergem” as bases ideológicas de uma (tão) pretendida e (tão) reconhecida legitimidade política Asante: o sagrado Tamborete de Ouro (e, naturalmente, de todos os outros Tamboretos “menores”), o unificador *Juramento de Aliança e Fidelidade Política*, o purificador *Odwira* e, os homenageantes *Akwasidae* (ou grande *adae*) e *Awukudae* (ou pequeno *adae*).

O Tamborete de Ouro (*Sika Dwa Kofi*), qual símbolo mitológico tornado realidade política, é, pelas sintéticas palavras de Thomas Bowdich “the palladium of the kingdom” (1966: 281).<sup>376</sup> Rezam as antigas lendas Asante, que numa longínqua Sexta-Feira do ano de 1701, no decorrer de uma importante reunião de grandes chefes políticos a decorrer em Kumase, o *Okomfo* Anokye – dadas as suas excelsas capacidades mágico-rituais – fez descer dos céus, envolto numa penumbra de escuridão só iluminada pelos incessantes relâmpagos e trovões que se faziam sentir e, encoberto por uma espessa nuvem de poeira branca, um Tamborete de madeira revestido com o mais reluzente dos ouros, que ao delinear uma trajectória de flutuação descendente em direcção à Terra, suavemente pousou e firmemente se “ajeitou” entre os joelhos de Nana Osei Tutu Opemso I. Naquele mágico momento de “construção” política, *Akomfo* Anokye, solenemente anuncia ao Céu e à Terra, que este Tamborete de Ouro, continha o “espírito”, a “alma” (*sunsum*), a inquebrável união de toda a nação Asante e, que a força, a

---

<sup>376</sup>O *sentido* e a importância simbólica, ideológica e política do Tamborete de Ouro para a nação Asante é (ainda hoje) de incontornável significação e significado. Nesta medida, a documentação escrita relativa a este inegável fundamento da legitimidade do *Asantehene* (e de todos os *amanhene*), é extensa e proficiente, sendo de destacar a apreciação feita por Albert Anti que nos refere “The Golden Stool is the wisdom, and the genius; it is the strength; it is the uncle and the nephew; it is the father and the son, and the mother and the daughter of the Asante. The Golden Stool mirrors and reflects back the past and touches deeply the tombs of the dead and resuscitates the memories, the forma and the shapes of those who gave it birth; the influence of the Golden Stool on the Asante as a Nation had no bounds. So close was the bond between the people and the Golden Stool that the Asante as a nation would either and decay if the Golden Stool were to lose its spiritual and earthly power” (1974: 54).

bravura e a perpetuidade desta nova nação, dependiam, em exclusivo, da segurança, da protecção e da veneração que o seu incumbido guardião (o *Asantehene*) lhe poderia (e, obrigatoriamente, lhe deveria) de modo incondicional, dedicar e/ou proporcionar (Rattray, 1929). Para “tornar” o Tamborete de Ouro, o repositório de um “espírito nacional” que transcendia todos os laços familiares, linhageiros ou clânicos com raízes locais, o sumo-sacerdote Anokye, serviu-se do incorporado “xaile-manta” de superstições, de crenças, de lendas e de interditos que povoavam o complexo e disperso mundo do fantástico Asante, e “imprimiu” na consciência simbólica “individual” daquelas várias formas de organização política, que a partir daquele sacrossanto e extranatural fenómeno político-religioso, todos os Asante integravam uma singular, homogénea e celestial nação, unificada por um inquebrável e místico laço comum, de que aquele símbolo maior era o rosto político mais visível e o propósito doutrinário mais etéreo (Fynn, 1966; Smith, 1926).<sup>377</sup>

Este poderoso e fundacional ícone da história política e simbólica dos Asante, era tido, pelas linhagens “puras” das diferentes “casas-reais” (que reclamavam e religavam a sua autêntica e sagrada ascendência a ele), como um “pai-fundador” que era “observado” e venerado enquanto a “divindade” mais terrena, mais visível, e cuja grandiosidade e glória jamais poderiam ser colocadas em causa por qualquer Asante que desta União fizesse parte. O Tamborete de Ouro, concedeu à nação Asante um dualístico conjunto de indelévels atributos de natureza humana e espiritual, que envolvia ou representava um “corpo” social e político umbilicalmente unido pelo passado e pelo presente, que “definia” e exponenciava a sua “bussolar” personalidade, que se queria única e eterna, pela observância e sacralização dos procedimentos ritualísticos e do estatuto político do seu “representante” no “mundo” dos vivos Asante: o *Asantehene* (Bowdich, 1966; Hagan, 1968). O Tamborete de Ouro era, inquestionavelmente, e tal como *Akomfo* Anokye o havia “projectado”, o *escolhido* e unificador espírito dos *asaman* (mortos) e dos *ateasefo* (vivos) Asante. Para os Asante, este corpóreo e ascético símbolo político, tornou-se a sabedoria, a resistência e o *sentido* de todo o “corpo” social e simbólico Asante (Anti, 1974). O Tamborete de Ouro, simbolizava a emanação primeira e máxima de toda e qualquer forma e/ou manifestação de poder, seja este último de origem política ou de matriz sagrado-simbólica.<sup>378</sup> Era (é), o poder *em si e para si*, o *tumi*, que

---

<sup>377</sup>De acordo com Ivor Wilks “In early’s times of 1700, the *Asantemanhyiamu* decided that the ‘Golden Stool’ that was believed to originate from the sky and to consist of the divine power that the Asantehenes needed to rule their Kingdom should become the symbol of unity of the house of Osei Tutu and Opoku Ware. The *Asantemanhyiamu* made this decision, so that would appear to the subjects as if there were no internal tensions among the *oyoko*, because the ‘Golden Stool’ united the Houses of Osei Tutu and Opoku Ware” (1989: 331-332).

<sup>378</sup>Os Asante garantiram e reforçaram, ao longo do tempo histórico, o poder político e simbólico do Tamborete de Ouro, através da institucionalização de dois “postulados ideológicos”. Kwame Labi enuncia-os de forma

“supplied the religious basis of the Ashanti union, and it is significant that despite many vicissitudes, it still survives today, with its unifying power unimpaired” (Fynn, 1966: 28).

Os *Asantehene*, e todas as outras “cabeças políticas” visíveis da Confederação de Estados Asante – por ordem decrescente de importância e estatuto político: *omanhene*, *ohene*, *odikro*, *abusuapanyin* e *fie-wura* – recorreram, em simultâneo com a fundação do estruturante recurso/mito/capital político do *Sika Dwa Kofi*, a outro “construído” símbolo de unidade sócio-religiosa para legitimarem a sua autoridade política legítima e, o seu estatuto simbólico: o ritualístico, o sagrado e infrangível *Juramento de Aliança e Fidelidade Política* a toda (e de toda) a nação Asante. Neste sentido, e apoiando-nos nas informadas palavras de Robert Rattray, salientamos de modo sintético que:

the ‘oath’ was a sign for the relationship between the living and the death. Every Ohene had to swear an oath before he could be enstooled. As part of his ‘rite de passage’ of enstoolment, a prospective chief came to Kumasi to swear that he would give military help to the king when he needed him. The religious meaning of the oath was that when the taker of the oath would turn himself against his King, the gods (abosom) would kill him (1929: 103-104).

O *Juramento de Aliança e Fidelidade Política*, tornou-se, assim, uma fundamental “peça” do jurídico-simbólico Asante, pois reforçava não só a “comum” (reconhecida e respeitada) hierarquia da dominação política vigente, como ainda, e, sobretudo, legitimava o “lugar” político do chefe pelo assentimento e pela relação transcendental que mantinha com os sagrados antepassados políticos.<sup>379</sup> Por outras palavras, esta “mecânica” política e ritual comportava dois distintos, mas entrecruzados, “momentos” processuais: do ponto de vista estritamente político, todo e qualquer chefe político de uma forma de organização política de escalão “inferior” prestava este mesmo solene juramento ao seu imediato superior hierárquico – por exemplo, todos os *fie-wura* prestavam juramento ao “seu” *abusuapanyin*, estes aos “seus” *odikro* e, assim por adiante, até chegar ao *Asantehene*, que só prestava juramento ao Tamborete de Ouro perante o Conselho Tradicional de Kumasi e, no Bantama dos Tamboretos Negros dos seus antepassados – cujos contornos se traduziam numa incondicional dedicação, lealdade e aliança (mormente, em matéria de cooperação militar em tempos de conflitos armados com o “exterior”), que asseguravam, deste modo, o equilíbrio social e a perenidade política das suas

---

conscia “(1) Obi nkyere obi ase (one cannot reveal the origins of another). This rule ensured the total integration of a great number of migrants and slaves into Asante culture and political community; and (2) Tumi te se kosua (power is like an egg). This is in the conviction that power is most secure when held in more than one hand. These two postulates created a culture of participatory democracy in which every community had its own chief, and showed it’s the splendor and power of the Golden Stool” (2000: 2).

<sup>379</sup>George Hagan acrescenta ainda que “This jural action transforms the congeries of social units into a corporate body. With the recognition of a common supreme authority, the relationships between the different segments become regularized; and they can then act as one ‘person’ – which is indeed how Ashantis picture the union of their states” (1968: 18).

formas de organização política; do ponto de vista simbólico (com revestidas nuances de “político”), os chefes políticos, fossem quais fossem as formas de organização política em questão, só se considerariam formal, social e politicamente entronizados, após o público juramento por parte destes, do reconhecimento e da demonstração da sua absoluta e infinda fidelidade aos princípios jurídicos, aos costumes sociais e às práticas políticas que os *seus* antepassados defuntos haviam (pois os chefes políticos a entronizar, só prestam este juramento aos antepassados da sua família ou da sua linhagem), ancestralmente, delimitado para garantirem a existência e a longevidade daquele mesmo gregário “organismo” Asante (Hagan, 1968).

O *Odwira* (der. *dwira*: para limpar, para purificar, para expugar), também designado pelos europeus no decorrer do século XIX enquanto o “Costume do Inhame” ou o “Festival da Colheita do Inhame”, era (é), por definição etimológica primária, um festival que condensava e expressava as impurezas da “sociedade” Asante, e através do qual se “transaccionava” (via *Nyame, obosom, asaman, Asantehene e omanhene*) a necessária catarse dos múltiplos grupos políticos e, por inerência, a reivindicada purificação de todo o *real-concreto social* Asante (McCaskie, 1995).<sup>380</sup> O *odwira*, nos contornos analíticos e simbólicos da proposta apresentada por Tom McCaskie,

at the level of both society and the individual, it was dedicated to the sustenance and continuity of the indispensable historical, cognitive and ethical relationship that was held to exist between all presently living Asante, their deceased ancestors, and their unborn descendants. Deeply and profoundly implicated in this unity of address were fundamental reference to key items of knowledge and belief, and, indeed, to the entire register of concerns that informed the Asante epistemological spectrum (1995: 144).

Com efeito, este expurgatório, purificador e “nacional” festival – que se replica *ipsis verbis* em todos os “Estados” da Confederação Asante, observando-se, no entanto, que a execução dos expedientes rituais se dirigem aos antepassados e às “entidades” sagradas que só a esse “Estado” dizem respeito – realiza-se anualmente em Setembro, na capital Kumase, e tem como propósito simbólico e político primeiro, a celebração da ancestral e imutável “identidade nacional” Asante, através de cerimónias que honram e relembram a morte de todos os *Asantehene* sem excepção, e, com propósito idêntico, através de cerimónias que recelebram

---

<sup>380</sup>De acordo com Kofi Busia, o *odwira* “in the old days it was a feast of the dead, it was closely connected with first-fruits, it was a cleansing of the nation from defilement and a purification of the shrines of the ancestral spirits and the national gods” (1968: 29). Num outro texto, o mesmo autor evidencia que após a execução de um ritual sacrificial de animais, o sumo-sacerdote dirige-se aos antepassados nos seguintes termos “Here is food; all you ancestors receive this and eat; the year has come round again; today we celebrate it; bring us blessing; blessing to the chief who sits on your stool; health to the people; let women bear children; let the man prosper in their undertakings; life for all; we thank you for the good harvest; for standing behind us well (i.e. guarding and protecting us); Blessing, blessing, blessing” (Busia, 1954: 204).



todos os rituais fúnebres que à época da morte foram executados, para em seguida se limparem e purificarem os Tamboretos Negros desses mesmo antepassados-defuntos que já foram “para a aldeia”. Numa sintética “leitura” ao núcleo espiritual e político do *Odwira*, Michelle Gilbert ressalta-nos que “the performance of the adae throughout the year and during Odwira links the Ashantehene to the ancestral spirits” (Gilbert, 1994: 103). Portanto, as comemorações inerentes a este estruturante e estruturador festival Asante, sintetizam e exponenciam todos os mecanismos simbólicos e rituais que reconfirmam o processo de legitimação política do *Asanteman* (aliás, elas próprias são parte integrante deste processo legitimatório) e promovem, também, a historicamente prescrita renovação da autoridade política legítima e do poder simbólico-divino que ao *Asantehene* é reconhecido perpetrar sobre todas as (tangíveis) “parcelas” políticas da (espiritualmente) “una” nação Asante (McCaskie, 1995).<sup>381</sup>

Os festivais *Akwasidae* (ou Cerimónias de Domingo) e *Awukudae* (ou Cerimónias de Quarta-Feira), são, no descrever de Robert Rattray “those ceremonies at which the spirits of departed rulers of the clan are propitiated, their names and deeds recalled, and favours and mercy solicited” (1923: 92). Os Asante calculam o seu ano civil em 9 ciclos de 40-42 dias em cada um desses ciclos, fechando-se, deste modo, esta “janela” temporal com a celebração, no último domingo, do *Akwasidae*. O *Awukudae*, por seu lado, também cumpre os ciclos temporais de 40-42 dias, acontecendo, no entanto, a uma Quarta-Feira que se situa a meio (21 dias depois) do ciclo temporal no qual o último *Akwasidae* se realiza. Uma vez mais, a estes festivais correspondem cerimónias rituais nas quais os oficiantes de *mister* por inerência e, os intermediários *de jure* e *de facto* dos antepassados-defuntos, são os intercessores chefes políticos Asante. Nestas consagradas cerimónias religiosas os chefes Asante presenteiam, em nome dos seus súbditos, com uma diversificada panóplia de libações os seus ancestrais-reais, suplicando-lhes que abençoem a fertilidade das suas terras e, que as suas formas de organização política tenham sempre a sua protecção para alcançarem a harmonia social e a prosperidade económica (Rattray, 1923).<sup>382</sup> A primeira fase destes festivais, corresponde a um esotérico rito

---

<sup>381</sup>O significado político do festival *Odwira* foi muito bem compendiado por Richard Freeman ao observar que “It is a kind of annual parliament wherein, towards the latter end of the festival, all matters of political and judicial administration are discussed by the King and Chiefs in Council, and where the latter answer all questions relating to their provinces, and are subjected to the consequences of appeals, from their local Judicial Courts, to the Supreme Court of the King in Council” (1898: 27). Por outro lado, e pela analítica leitura de John Fynn “perhaps the political significance of the *Odwira* lay in the fact that it enables the king to detect and punish those who would plan subversion in the kingdom. Failure to attend the festival was a sign of disloyalty to the king, and the *Asantehene* could count on the support of some of the chiefs to punish the recalcitrant chief. On the other hand, a chief who had offended the king, and was present at the *Odwira* festival, might be arraigned before the assembled chiefs to answer charges of misbehaviour. Thus, the *Asantehene*’s *Odwira* was one of the most potent means of keeping the kingdom together” (1966: 28).

<sup>382</sup>A relação estabelecida entre antepassados e terras é, para Kofi Busia, de uma assinalável importância política, na medida em que “the Ashanti believe that the land they inhabit belongs to the ancestors, and that the living have inherited from them only the right to use it. They in turn must hand it on to their children. Hence the

privado no mausoléu dos Tamboretos Negros, onde só estão presentes alguns notáveis Asante (o *omanhene*, um *okyeame*, um “carregador de Tamboretos” e um ou dois anciãos), e no qual o chefe Asante assume, simultaneamente, o “papel” ritual de mestre de cerimónias e o de súbdito dos seus antepassados. Neste especial rito de “comunicação” com os espíritos dos notáveis mortos, o chefe descalça as suas ornamentadas sandálias de ouro, desagasalha os seus ombros e, numa postura física de total reverência política e pessoal, presenteia com comida e bebidas os seus antepassados com a seguinte oração: “To-day is *Adae*, come and receive this and eat; let this town prosper, let the bearers of children bear children; may all the people get riches; life to me; long life to the nation (*Oman*)” (Rattray, 1923: 96). Na celebração das cerimónias públicas destes *adae*, abertas a toda a população, os *mpintsin drummers*, tocam efusivamente os tambores reais, entoando cântigos que recordam os nomes, os feitos e as histórias dos reis e rainhas daquela forma de organização política. Ao chefe político Asante, nestas cerimónias públicas, e por ser ele quem “ocupa” o sagrado Tamborete daquela unidade política, são apresentadas, por todos os outros chefes políticos e dignitários outros de “menor” estatuto político e linhageiro (tal como ele havia feito no decurso da cerimónia privada aos seus antepassados), cortesias de solicitude genealógica, respeito simbólico e de reverência política (Boaten I, 1993).

Na assumida pretensão de sintetizarmos a “substância” descritiva exposta neste capítulo, recorreremos às analíticas palavras do *Juabenhene*, Nana Okyerefuo Otuo Serebour II, para cumprir tal desígnio científico:

a reposta mais imediata à questão que me coloca é: todas os constituintes que acabou de abordar, são o coração, são o sagrado, são o invisível, são o intocável da nossa legitimidade. A nossa legitimidade política tem uma origem divina e uma origem terrena. Passo a explicar: somos *amanhene* porque somos abençoados, somos validados pelos nossos antepassados. No entanto, esta benção só por si, não seria suficiente. Somos chefes porque as nossas populações também nos reconhecem como tal. Sabem que somos os intermediários dos espíritos que nos protegem, que nos unem, que nos dão um sentimento de pertença. Mas não basta ser eleito, fazer uma cerimónia, ser entronizado e tudo está resolvido. O nosso contacto com os antepassados é diário. Temos de lhes mostrar gratidão e reconhecimento pela sua ajuda nos actos de governação. Temos de lhes mostrar fidelidade. Agradecer a terra. Por isso, são tão importantes todas as nossas cerimónias que em sua honra celebramos. Estas são vitais para a purificação da nossa vida política e social. Sem elas, perderíamos o contacto directo com os nossos queridos defuntos. É através destes actos rituais que nos unimos a eles e que eles nos prestam a sua orientação. Eles são a renovação e a perpetuação. Estas práticas, símbolos e mecanismos são parte de um “sistema” (quero dizer, de leis, de mandamentos, de uma doutrina geral) que os nossos grandes avós incrustaram em nós e nas nossas vidas. Não as podemos apagar. Foi sempre assim, e assim desejamos que continue a ser.<sup>383</sup>

---

inquirer is often told, ‘The land belongs to the stool; or the lands belongs to the chief’. They both mean the same: the ancestors own the land. The stool and the chief are their symbols” (1954: 204).

<sup>383</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Okyerefuo Otuo Serebour II, de seu “nome civil/privado, Peter Amponsah (*Juabenhene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Engenheiro Electrotécnico), em Juaben, em 2008 [AE2011/EPT].

## CAPÍTULO 3 | ESTADO(S), *OMANHENE ASANTE* E *CAMPO POLÍTICO* NO PERÍODO ENTRE 1902 E 1966: DA GOVERNAÇÃO POLÍTICA DUALISTA À DUALIDADE POLÍTICA NA GOVERNAÇÃO

### 3.1 | O *ETHOS* DO ESTADO COLONIAL: A SUBSIDIARIEDADE ENQUANTO *PRAXIS* DA DOMINAÇÃO POLÍTICA

As relações de “coabitação” política estabelecidas entre o Estado colonial Britânico e a Confederação de Estados Asante, foram, temporalmente subsequentes às estimuladas e profícuas relações comerciais e, às temporalmente dilatadas, mas veementes, “relações” de natureza coercitiva, bélica e/ou militar. O marco histórico deste definitivo (e estropiante) “encontro político” aconteceu, quando em Janeiro de 1896, o exército do Império Colonial Britânico da Costa do Ouro, comandado localmente pelo Governador Sir William Edward Maxwell e secundado pelo Major-General Francis Scott e pelo Coronel Francis Kempster entra pelas “portas” de Kumase – sob o justificativo “manto” do não cumprimento, por parte dos Asante, das cláusulas pecuniárias inscritas no *Tratado de Fomena* (1874) – e instala, em sequência, uma “lei marcial” impregnada de intenções políticas e simbólicas, que se materializou, por silabária “regularidade” colonial, na categórica e normativa dissolução política da Confederação de Estados Asante, na política destituição e consequente exílio, primeiro para a Serra Leoa e, posteriormente, para as Ilhas Seychelles, do *Asantehene* Nana Agyeman Prempeh I, da *Asantehemaa* Yaa Akyaa e, de todo um conjunto de altos-dignatários dos corredores do poder político, religioso, burocrático e militar, e, singularmente, após algum interlúdio temporal, na (para os Asante, indigna e insidiosa) apreensão simbólica da potestade político-sagrada primeira e máxima dos Asante: o reverenciado Tamborete de Ouro (Ward, 1968; Claridge, 1964b; Beecham, 1968).<sup>384</sup>

A inolvidável abominação dos Asante por todas estas disruptivas, mal intencionadas e humilhantes acções políticas coloniais, mormente, com a “captura” e desrespeito pelo *Sika Dwa Kofi* (pois, o Governador ao tempo, Sir Frederick Mitchell Hodgson<sup>385</sup>, havia-se sentado no

---

<sup>384</sup>Salientemos aqui que, após o exílio do *Asantehene* Nana Agyeman Prempeh I para as Ilhas Seychelles, a 20 de Janeiro de 1896, a Confederação de Estados Asante, apesar de se ter confrontado com uma situação de “amputação” política, não caiu numa absoluta entropia política. Os próprios mecanismos políticos e constitucionais da Confederação previam que em situações de interregno de poder (seja morte, destituição, ou outras situações a que o *Asantehene* estivesse exposto), quem iria assumir o comando interino enquanto regente, era a 2.ª figura da hierarquia política e militar Asante, o *Mamponghene*, que na época histórica a que nos reportamos era o *Mamponghene*, Nana Opoku Mensa. Ver: (Busia, 1968).

<sup>385</sup>Este mesmo Governador, algum tempo depois deste censurável “episódio” político, revoltado com o facto de os Asante terem escondido o Tamborete de Ouro que ele tanto queria ter em sua posse, dirigiu-se aos Asante nos seguintes termos: “Let me tell you once and for all that Prempeh will never again rule over this country of Ashanti. The paramount authority of Ashanti is now the great Queen of England whose representative I am at this moment. Under the Governor the Resident at Kumasi exercises the powers of King paramount. Where is

Tamboerete de Ouro, o qual sequer podia tocar o chão ou ser tocado por um Asante “profano”), exteriorizou-se na insurreição militar, de Março de 1900, encabeçada pela emblemática rainha-mãe do Estado de Juaben, Yaa Asantewaa, e com a participação dos *amanhene* dos Estados de Kumase, Ofinso, Ahafo, (parte de) Kokofu, Bechem, Nkwanta e, mais tarde, Adansi<sup>386</sup>, que redundou, nos últimos meses do ano de 1901, numa definitiva derrota política e militar para os Asante, a qual permitiu que o novo Governador, Sir Matthew Jacob Nathan, começasse a esboçar e a entalhar os primeiros traços administrativos de uma “nativa” e subsidiária governação “maquilhada” de *indirect rule* (Kimble, 1963; Agbodeka, 1971).<sup>387</sup> Os propulsivos padrões políticos deste novo contexto histórico, caracterizado pelo desmantelamento político, burocrático, administrativo e militar da Confederação de Estados Asante – que havia sido fundada no princípio da “hierarquia das lealdades simbólicas” e existido, até então, enquanto entidade una, indivisível e soberana –, pela fragmentação da “identidade” e das fronteiras político-territoriais dos Estados “antigos” (em 1902, 1906, 1907, 1913, 1921, 1934, 1944 e, em 1947), pela profanação do *Sika Dwa Kofi*, pela supressão do cargo e do estatuto de *Asantehene*, pela dissolução do *Asantemanhyiamu* e de todos os cargos, funções e estatutos a ele adstritos e, pela abscisão dos mais importantes e simbólicos representantes políticos dos *amantoo*, marcariam, em definitivo (e pelos parâmetros mais cínicos e coagulantes), a natureza, o sentido e a amplitude das relações políticas estabelecidas entre o Estado colonial Britânico e os “conversores” *amanhene* Asante, que oscilariam, circunstancialmente, e sob a égide dos escopos do *indirect rule*, entre o (inicial) “namoro” por imposição/indigência política à (posterior) “união de facto” por vontade/ambição política (Busia, 1968; Bening, 1999).<sup>388</sup>

Neste “estrangeiro” e “raqúitico” figurino político e doutrinário a implantar, o Governador da Colónia da Costa do Ouro, representado localmente na Colónia Britânica dos Ashanti pelo Comissário-Chefe – acolitado pelo seu Assistente pessoal e por mais quatorze Comissários Distritais e os seus respectivos assistentes – promulgam, em conjunto, todo um

---

the Golden stool? Why am I not sitting on the golden stool at this moment? I am the representative of the paramount power; why have you relegated me to this chair?” (*apud* Kimble, 1963: 318).

<sup>386</sup>Os *amanhene* dos Estados de Mampong, Nsuta, Juaben, Agona Bompata, não participaram nesta “contenda” militar, porque dias antes, haviam sido deportados e aprisionados no Forte de Elmina. Os *amanhene* dos Estados de Kumawu, Atebubu, Gyaaman e Nkoranza, por terem assinado, em 1896, um tratado de não agressão com os Britânicos e, ainda (e talvez, sobretudo), pelo descontentamento que estes vinham manifestando em relação às centralizadoras políticas de alguns *Asantehene*, decidiram não participar nem apoiar a rebelião promovida pela respeitada Yaa Asantewaa. Ver: (Kimble, 1963).

<sup>387</sup>Para se conhecer em detalhe a engenharia política, administrativa e jurídica empreendida pelos Britânicos, a fim de implementarem as suas estratégias de dominação colonial para a *efectiva* subordinação política dos *amantoo* Asante, ver: (Busia, 1968).

<sup>388</sup>Os objectivos estratégicos desta disfuncional acção política (assente no incongruente princípio do “*divide et impera*”), eram, nas palavras de Kwame Boaten “to destroy the unity of the Asante states because the colonial government thought that with the removal of the Ashantehene from political scene, there would be no Asante. To a certain extent, this was true, but all the same the sacred Golden Stool continued to be the rallying point of the Asante” (1973: 57).

“cardápio” de cristalizados (e irrealistas) preceitos legislativos que ambicionavam normativizar as singulares e efervescentes dinâmicas do real sóciopolítico Asante e, decorrentemente, instalam uma verticalizada urdidura de estruturas fiscais e judiciais e de mecanismos políticos e burocráticos, na qual “encaixam” abruptamente na base (e, como protocolares e “ocos” mediadores de figura presente), os por si escolhidos, promovidos ou renomeados *amanhene* Asante (que muitas das vezes, nem eram reconhecidos pelas populações, ou sequer, eram, reconhecidos enquanto membros das famílias reais com legitimidade filial/linhageira para acederem a tais lugares políticos), cujos resultados a curto prazo resultaram na sub-representação política, na decomposição social, na estagnação económica, na ambiguidade jurídica, na ineficiência administrativa, na irresolução na cobrança dos impostos e, na volubilidade do simbólico-sagrado (Busia, 1968; Apter, 1968; Arhin, 1985).<sup>389</sup>

Com efeito, as premissas ideológicas do *indirect rule* que orientavam a (des)governança política colonial assentavam (tão só) na instalação de uma “grelha” política e administrativa justaposta ao já pré-existente (e legitimado) “sistema” orgânico-funcional Asante e, ainda, e tão somente, no usufruto de uma metafórica (porque não representativa e não reconhecida pela realidade social Asante) legitimidade escorada, exclusivamente, na pretensão das formalidades do normativo e do legislativo, as quais, directa e simultaneamente, se imiscuíam e obstruíam toda uma ancestralmente legitimada e operante “mecânica” institucional de *checks-and-balances* que regulavam e harmonizavam o hierárquico e implexo *corpus* político, simbólico, social, económico, burocrático e militar Asante (Arhin, 1985).<sup>390</sup> A “fotografia” política de toda esta mutante realidade política, é-nos revelada pelo pertinente e descritivo testemunho que nos foi prestado pelo *Kwamanghene*, Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II:

tínhamos, de um dia para o outro, um poder estrangeiro a “governar” as nossas comunidades, os símbolos, as terras e os recursos dos nossos antepassados. Éramos *Native Authorities*. Esvaziaram, por um enorme medo da nossa grandeza política e militar, as nossas ancestrais funções políticas. Como é que os nossos antepassados e as nossas populações nos iriam abençoar e respeitar sem o desempenho das nossas ancestrais e ungidadas funções de gestão política? Como

---

<sup>389</sup>A destituição cirúrgica de alguns *amanhene* Asante menos afectos à instalação da estrutura política colonial, foi uma prática política corrente e reiterada. No período que decorre entre 1904 e 1926, Richard Rathbone, por exemplo, identifica 109 casos de destituições de *amanhene* na região Ashanti (2000). Por seu lado, Kofi Busia recensa 14 casos de destituição, envolvendo estes, altos-dignatários Asante (e não só), incluindo o *Dwabenhene*, *Agonahene*, *Adansihene*, *Bekwaehene*, *Offinsohene*, *Kumawuhene*, *Tekyimanhene*, *Edwesohene* e, o *Dormaahene* (1968).

<sup>390</sup>O resultado desta não reconhecida legitimidade (assente exclusivamente no primado e no exercício da Lei), permitiu ao Governador metamorfosear as dinâmicas políticas, os princípios constitucionais e os preceitos jurídicos dos Asante e, constituir-se, arrogantemente, como o primeiro e legítimo censor da nomeação, eleição, instalação ou deposição de um *omanhene* Asante. A justificação deste alienador modelo, é transposto nas utilitárias palavras de Lord Hailey quando nos diz que “these provisions were only intended to render the position of a chief unassailable in law, it did not enable the government to maintain that a chief can exercise no legal powers until formally recognized as a native authority” (1951: 202). Assim, através deste espartilho legislativo e formal, os poderes constitucionais, a autoridade política e a jurisdição normativa dos *amanhene* Asante foram *legalmente* usurpados e constituíram-se enquanto “[...] the agency of the central government for the administration of the respective areas of authority” (Ollennu, 1977: 70)

legitimávamos o nosso cargo político só com rotineiras funções de justiça primária e de procedimentos básicos administrativos? Nós, históricos soberanos, “funcionários” judiciários, fiscais e administrativos de um poder estranho? Por outro lado, que legitimidade é que reconhecíamos aos ingleses? Pensavam eles que só por terem armas, escreverem muitas leis e por nos encaixarem nas instituições inventadas por eles, tudo funcionaria de plena harmonia? Errado. Tudo era errado. A nossa legitimidade é outra. É de origem divina, sagrada. A deles vinha da pólvora, da caneta e do papel. Quem iria reconhecer isso? Não podiam governar com uma legitimidade emprestada, através da nossa legitimidade. Aliás, mesmo a nossa legitimidade estava amputada. Os nossos canais de legitimação haviam sido estrangulados. E, para além de tudo o mais, aquela política de colocarem chefes ou de fazerem chefes que lhes obedecessem, foi catastrófico. Tantos foram os casos: Ejisu, Akropong Ahinkuro, Juaben, Nsuatre. Aqui, em Kwamang, colocaram como *omahene* um *okyeame* do nosso querido defunto-pai. Não podia governar. Como iria governar se os espíritos não o queriam? Se a população não o queria? Procedemos a muitas destituições. Os ingleses faziam leis a proibir essas nossas destituições. Não souberam ler a nossa realidade política. Aprendemos a cooperar,<sup>391</sup> em nome da mínima união política que o nosso sagrado *Sika Dwa Kofi* nos permitia auferir.

O nosso privilegiado interlocutor continua a sua acurada análise a este reconfigurador período histórico da “vida” política da Confederação de Estados Asante, ao manifestar as suas acutilantes e críticas apreciações às “políticas” institucionalizadas pelo titubeante e, na essência, “cativo” (porque subsidiário) poder colonial Britânico:

no início, aquela política, ou idéia do *indirect rule*, era a confusão total. Não se percebia o que era. Causou confusão nos tribunais, na gestão e exploração das terras, nas colectas dos impostos. *Indirect rule*? Palavras e papéis que o vento levava e não trazia. Aliás, nos primeiros tempos nem existia. Não tinham sequer funcionários suficientes. Simplesmente, tentaram governar através da colagem nas nossas fortes e implantadas estruturas. Pensaram que tendo a estrutura já montada era só substituírem os nossos *omahene* pelos seus prosélitos e tudo funcionaria como à 200 anos. Os bloqueios surgiram porque eles desconheciam os laços invisíveis que uniam a nossa política (e nos uniam a nós todos) e porque só a queriam aproveitar para extraírem as receitas fiscais, para explorarem os nossos recursos e para expandirem a sua civilização religiosa e educacional. Nós, *omahene*, éramos simplesmente os capatazes de uma grande plantação de lucros e os bem-comportados escriturários de repartição administrativa. A nossa principal arma foram eles que no-la deram: aprendemos a sermos cínicos e a fazermos valer todo o nosso real e efectivo valor político. Nós, Asante, somos bons no comércio da política. Sempre o fizémos. Pode parecer paradoxal, mas em oposição àquela necessidade inicial deles de nos esmagarem, começou-se a sobrepor a prática de, ainda que tímida e cautelosamente, negociarmos e de dependermos uns dos outros. Recuperámos a nossa auto-estima política. Tornámo-nos, neste sentido, numa nação governada por duas cabeças. Aprendemos todos a viver com uma comedida, necessária e céptica cordialidade política.<sup>392</sup>

---

<sup>391</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II, de seu “nome civil/privado”, Kwasi Abayie (*Kwamanghene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário Agrícola), em Mampong, em 2008 [AE2001/EPT]. Não obstante toda a desestruturação e usurpação das prerrogativas políticas, económicas e jurídicas inerentes ao estatuto e prestígio dos *omahene* Asante, a dimensão e representação simbólica destes não foi (totalmente) capturada pelo poder colonial Britânico. Na verdade, os Britânicos respeitaram-na e acabariam por usufruir (in)directamente da reverenciada simbólica ao Tamborete de Ouro – enquanto símbolo reencarnador da alma da “nação” Asante – na sua gestão política do território. Nas palavras de Kwame Boateng “perhaps it was the Asante’s respect for the Golden Stool which sustained their ‘loyalty’ to the colonial government” (1973: 57). Em relação às funções jurídicas dos *omahene*, às jurisdições dos tribunais, às competências processuais dos juízes, à natureza das matérias em resolução e aos procedimentos judiciais dos tribunais e funcionários judiciários Asante, entre o período de 1935 e 1952, Ver: (IAS, 1963, 1964a, 1964b, 1964c, 1965, 1966a, 1966b, 1967).

<sup>392</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II, de seu “nome civil/privado”, Kwasi Abayie (*Kwamanghene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário Agrícola), em Mampong, em 2008 [AE2001/EPT].

Nesta medida, no intervalo diacrónico que medeia entre os primórdios da década de 1920 (em rigor, a partir de 1918) e, no decorrer da década de 1930, este cenário político iria, circunstancialmente, sofrer alguns tácticos reajustes jurídicos, ou, se quisermos, alguns “momentos” de uma exigida retradução legislativa e de uma necessária permeabilidade política em relação às prerrogativas, à jurisdição e à “posição” (de eminência) política conferidas aos *amanhene* Asante (Tordoff, 1965; Rathbone, 2000).<sup>393</sup> Isto é, dito de outra forma, o poder colonial Britânico, carecendo de consolidar o seu “enfoque” ideológico e de expandir o seu “modelo” burocrático, confrontado com a permanente ineficácia do “sistema” político colocado em acção no “terreno” Asante (reflectida na inaderência das populações e no menosprezo dos *amanhene* em relação ao “enxerto” político que era o *indirect rule*), auscultando e assistindo *in loco* à crescente e fomentada consciencialização nacionalista – promovida, na Colónia Britânica dos Ashanti, por alguns respeitados e letrados *amanhene* Asante, e por educadas franjas sociais Asante (veja-se, por exemplo, o caso da *Asante Kotoko Union Society*)<sup>394</sup> – e, em decorrência, observando, de bem perto, as primeiras e veementes (e, diga-se, imaturas) manifestações de agitação e combate à “situação” colonial Britânica, começava a compreender a necessidade de cauterizar as ancestrais, ininterruptas e legítimas prerrogativas políticas e simbólicas dos incontornáveis *amanhene* Asante e, de os “utilizar” já não só como meros e submissos “canais de comunicação” administrativa de uma burocracia “estática”, mas sim, e indispensavelmente, como reconhecidos e revitalizados “aliados/parceiros” políticos (q.b.), tão imprescindíveis na *efectiva* aderência e *factual* controlo político das comunidades rurais Asante, que permitiriam, assim, a “boa” implementação dos imperiais objectivos de natureza tributária, económica, comercial, administrativa, religiosa e civilizacional convencionados *a priori* pelo sempre sequioso e, projectadamente, hegemónico poder colonial Britânico (Rathbone, 2000; Quarcoopome, 1991; Ninsin, 1986).<sup>395</sup>

---

<sup>393</sup>A crescente e denotada importância política que o Governo Colonial Britânico conferiu, neste período histórico, aos *omahene* Asante, traduziu-se na criação, em 1921, de um Departamento de Antropologia na Colónia Britânica dos Asante, presidido pelo capitão Robert Rattray, que tinha como “missão” antropológica o aprofundado estudo da “vida” política, social, simbólica, económica e cultural dos Asante. Ver: (Kimble, 1963; Berry, 2000).

<sup>394</sup>No entanto, não era só esta dinâmica nacionalista que o *real-concreto social* Asante estava a “produzir”: estava a “produzir”, e também com crescente força e dinâmica social, uma nova “classe” que manifestava um profundo descontentamento com o ancestral (e para aquela, imutável e bloqueador) “lugar” e posição sóciopolítica dos *amanhene* Asante. Neste sentido, e pelas palavras proferidas, em 1924, por alguns oficiais Britânicos “estacionados” na região Ashanti, ficamos a saber que: “blind obedience is no longer the order of the day. The ‘Youngmen’ are no longer ignorant; they do not fear torture or death at the hands of a more or less barbaric tyrant. That former fear has been displaced by a feeling of independence and safety which gives vent to criticism of their elders, and a desire, when dissatisfied, to take the law into their own hands” (*apud* Kimble, 1963: 480).

<sup>395</sup>O discurso oficial sobre os *amanhene* Asante era agora tacticamente diferente: a sua representação como elementos retrógrados e empecilhos ao progresso do Gana – em voga até essa época – foi substituída por uma outra que lhes atribuía o carácter de únicos representantes legítimos das comunidades políticas Asante e das suas especificidades culturais. Sob esta nova perspectiva, o próprio conservadorismo dos *amanhene* Asante

A primeira observância no sentido de uma contingente revitalização dos históricos procedimentos jurídicos, instrumentos administrativos e mecanismos burocráticos Asante, verificar-se-ia em 1924 (com a promulgação na *Gazette da Native Jurisdiction Ashanti Ordinance*), com a permissão, por parte do indulgente Governador Frederick Gordon Guggisberg, do repatriamento do *Asantehene* Nana Agyeman Prempeh I, posteriormente reinstalado (em 1926) tão só, e, *simplesmente*, enquanto *omanhene* da outrora capital e centro da dominação política Asante: Kumase. Tratava-se, como é inteligível, de um passo simbolicamente importante, mas politicamente insuficiente, na medida em que os Asante queriam ver reconhecido (do ponto de vista da convencionalidade política e jurídica) o *status quo ante* político e simbólico de que o *Asantehene* usufruía antes da sua ignominiosa destituição política e constitucional (Webster & Boahen, 1967; Owusu, 1987). Seria, assim, e dentro de um constrangido “espírito” de abertura jurídico-legislativa que, em 1935, sob a batuta da prudentemente constrictiva *Native Authority (Ashanti) Ordinance*, a Confederação de Estados Asante seria restaurada (i.e., digamos antes, reestruturada), e o recém entronizado *Kumasehene*, Nana Sir Osei Agyeman Prempeh II, é empossado, já ao lado do Tamborete de Ouro, enquanto *Asantehene*, e retomaria o lugar e o estatuto de (tão só e apenas) “cabeça judiciária” visível de uma plataforma de “governança” que viveria sob a égide de uma soberania regulamentar “aquinhoadá”, ou, se preferirmos, de uma soberania política por “procuração” (IAS, 1966; Wallace-Johnson, 1935).<sup>396</sup> De facto, e à semelhança da legislação anteriormente promulgada, nomeadamente, dos regulamentos veiculados em 1910, 1924 e, em 1927, também esta “peça” jurídica de 1935, nada mais ambicionava do ponto de vista político: uma “nação” Asante *suficientemente* poderosa, unida e cooperante, sob o guarida do histórico “sabre” do *Asantehene* e sob a protecção do simbólico “espírito” do *Sika Dwa Kofi*, que permitisse ao “tritador de rochedos” Britânico, uma governação económica sem obstáculos administrativos e, sobretudo, sem sobressaltos políticos (Apter, 1968; Tordoff, 1965; Berry, 2000).<sup>397</sup>

---

(até então duramente criticado pelo poder colonial) era agora encarado como uma virtude política, uma vez que se constituía como força de bloqueio em relação aos crescentes ideais nacionalistas. Nesta conjuntura de dissimulada abertura, por exemplo, na Constituição de Guggisberg (Governador da Costa do Ouro entre 1919 e 1924), ratificada em 1925, foram integrados os *amanhene* Asante (e, de outras regiões do país), quer no Conselho Legislativo da Colónia, quer nos respectivos Conselhos Provinciais relativos a cada região administrativa. Ver: (Lombard, 1967). Ver, ainda: *Legislative Council Order* (1925).

<sup>396</sup>Tal como se nos refere Kwasi Boateng “National integration was only achieved under Agyeman Prempeh II in 1935 when the Asante Confederacy was restored. The colonial Government realized that the growth and prosperity of the Asante Confederacy would depend, by and large, on the traditional leadership of the Asantehene, and his National Council. This apparent awareness on the part of the Colonial Government of the effectiveness of traditional leadership may have been a genuine one; because the Asante progressed fairly steadily under traditional leadership. Thus, by using the Traditional Council as a puppet, the Government was able to carry through many of its policies” (1973: 60).

<sup>397</sup>Dentre a legislação publicada neste período, destacamos a importância política deste regulamento, pois na secção 2 da *Native Authority (Ashanti) Ordinance* são-nos reiterados os balizadores limites da “liberdade” política dos *amanhene* Asante sob a pretensa “abertura” política da dominação colonial Britânica. Deste modo,



Na prática, e para tal efeito político, a primeira das mensagens políticas a extrair deste preceito normativo, era o reafirmar, uma vez mais, de que a “fonte” (ou o “centro”) de todo o processo político emanado na Colônia Britânica dos Ashanti, só tinha uma primeira e exclusiva proveniência: a burocrático-legislativa “máquina” instalada pelo Estado colonial Britânico. Salientamos que, nesta nova versão orgânica e constitucional, uma “pequena” nuance política definia a natureza e o itinerário de toda a benevolente restauração da Confederação de Estados Asante por parte do Governador da Colônia da Costa do Ouro: o *Asantehene* congregava e representava, em conjunto com o perenal Tamborete de Ouro, do ponto de vista histórico e simbólico todos os Estados “antigos” Asante, sem que, no entanto, sobre eles exercesse qualquer espécie de domínio ou aliança política ou, menos ainda, de lealdade militar, na medida em que todos os outros *amantoo* também eram autônomos *de per se* e, só respondiam politicamente perante as competentes autoridades políticas coloniais (Apter, 1968). Neste sentido, e em conformidade, foi similarmente reativado o *Asantemanhyiamu*, o qual era presidido pelo *Asantehene* e composto pelos *amanhene* das várias (e rearranjadas) Divisões territoriais (Kumase, Mampong, Juaben, Bekwai, Essumeja, Kokofu, Nsuta, Adansi, Kumawu, Offinso, Ejisu, Agona, Banda, Wenchi, Mo, Abeasi, Nkoranza, Jaman, Berekum, Techiman e Dormaa), pelos oito *obirempon* da Divisão de Kumase, pelos sete membros extraordinários apontados pelos *amanhene* das Divisões territoriais e, ainda, pelos sete membros que tinham lugar por inerência política (*Asantehemaa*, *Kuntanasihene*, *Sumahene*, *Danyasehene*, *Asokorehene*, *Nkwantahene* e *Beposohene*). Todas estas antigas e proeminentes “entidades” políticas (*Asantehene*, *amanhene* e *Asantemanhyiamu*), encontravam-se, neste formatado contexto histórico, juridicamente enquadradas no colonial epíteto de *Native Authorities*, que lhes permitia a governação ou, antes, a administração delegada das suas comunidades sóciopolíticas, com a validação formal do “legitimador” poder colonial Britânico. Os poderes, as funções e as competências executivas e legislativas que o Governo colonial adjudicava a estas *Native Authorities*, em nada excediam os limites das responsabilidades da mecanicista categoria administrativa e da circunscrevida categoria judicial (Busia, 1968).<sup>398</sup> Foi este, o padrão da “liberdade” política e o grau da “complacência” constitucional que o Estado colonial Britânico concedeu aos seus leais “ajudantes de campo” Asante, na construção de um (“moderno”) aparelho político-administrativo que tudo tinha para ser insuficiente, mas que a

---

neste preceito legislativo um *paramount chief* é “a person whose election and installation as such in accordance with native Law and Custom is recognized and confirmed by the Governor by notification in the *Gazette*, and includes the *Asantehene*, but does not include any person from whom the Governor for any reason which appears sufficient, withdraws such recognition by notification in the *Gazette*” (1935: 3).

<sup>398</sup>Para um aprofundamento dos poderes, funções e competências administrativas e judiciais destas “entidades” políticas Asante, ver: (Busia, 1968; Apter, 1968).

sagacidade política e o engenho jurídico haveriam de reverter em mais que satisfatório.<sup>399</sup> Servirá, deste modo, o testemunho do *Kokofuhene*, Nana Barima Offe Akwasi Okogyesuo II, para sintetizarmos não só este impelente “momento” político, mas também, os simultaneamente arguciosos e cismáticos “momentos” políticos que ocorrerão até ao ressaltante ano de 1951, e que nos dão um fidedigno retrato das peculiares relações políticas que o (incongruente) poder colonial Britânico estabeleceu com os (maleáveis) *amanhene* Asante:

foi um lento e gradual caminhar político. Em 1935, por exemplo, o *Asantehene* podia indicar a destituição ou a eleição de um *omanhene*, mas não tinha o efectivo poder para tal decisão. No entanto, em 1943, os ingleses consagraram-lhe essa importante prerrogativa política e constitucional. Também foram tempos de enormes mudanças sociais, políticas e ideológicas. Penso que aquelas janelas políticas que foram progressivamente sendo abertas, tinham uma intenção, diria mesmo, estratégia política muito forte. Os ingleses, a certa altura, foram ultrapassados pela realidade. Dentro daquele enorme reboiço nacionalista e anti-colonial, os ingleses preferiram conceder mais alguns “poderes” aos conservadores *amanhene* Asante. Assistiu-se a um fenómeno político muito curioso: os ingleses, ao longo de toda a década de quarenta, sobretudo aqui, dada a sua imperiosa necessidade de controlo político, encontrou nos *amanhene* Asante os aliados preferenciais para o controlo e o impedimento de tais movimentos sociais e políticos de ruptura com o ideário colonial. Veja-se o caso da reforma de 1944 da Constituição de Burns (1946) e do Relatório Coussey (1949). Estes instrumentos jurídicos sublinhavam a incontornável importância política dos *amanhene*. Na tentativa de modernização de toda a estrutura administrativa, (para apaziguarem as exigências de representação dos movimentos anti-coloniais) os ingleses optaram pela criação de estruturas electivas de representação (*Local Councils*), nas quais, e em particular na Colónia Asante, os *amanhene* de modo formal ou informal, foram tomando conta e ganhando poder interno (nessas estruturas) e externo (até em estruturas nacionais). Foram tempos de passos políticos pequenos, mas consolidados. A paciência histórica e, até a contínua colaboração política dos *amanhene* Asante estava a dar frutos políticos: à necessidade política dos ingleses correspondia a ambição política dos *amanhene* Asante. Pelo que, ainda que de forma muito amidiada e informalizada, os ingleses foram tornando as funções administrativas e judiciais dos Asante num esboço de poder que cada vez mais era político. Assim lhes convinha. Assim convinha aos *amanhene*. Os canais políticos dos ingleses cada vez mais eram subsidiários dos ancestrais canais e mecanismos políticos da aglutinadora “máquina” de poder político Asante. Criou-se uma pouca natural, mas produtiva relação política: duas distintas formas de poder que uniram esforços para melhor assegurarem ou expandirem as suas áreas de influência política.<sup>400</sup>

### 3.2 | UM ESTADO DE “CHARNEIRA”: AS DINÂMICAS DAS INCLUSÕES SOCIAIS E DAS EXCLUSÕES POLÍTICAS

Os magmáticos anos de 1940 na Costa do Ouro, marcados por uma conjuntura política de táticas e estratégicas relações de cooperação, de aliança e, até mesmo, de (inter)dependência política entre o Estado colonial (a nível central e, em particular, a nível local) e os

<sup>399</sup>A partir de 1944, a importância política dada às questões relativas a um novo modelo de “governo local” é substantiva. O objectivo político basilar da introdução deste novo sistema, era de por termo aos traços de confusão, ineficácia, desorientação e, sobretudo, de dicotomia política e administrativa instalada desde os primórdios da instalação das estruturas do Estado colonial Britânico em solo das Colónias e Territórios da Costa do Ouro. Nesta medida, e para que nos apercebamos da importância e da premência política desta questão, citemos as várias comissões que foram constituídas entre 1944 e 1966 para a resolução deste *efectivo* problema: *The Watson Committee* (1949); *Sir Coussey Committee* (1949); *Sir Sydney Philipson* (1951); *The Frederick Bourne* (1955); *The Greenwood Commission* (1957); *The Regional Constitutional Commission* (1957); *The Akuffo-Addo Commission* (1966). Ver: (Zanu, 1997).

<sup>400</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Barima Offe Akwasi Okogyesuo II (*Kokofuhene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

crescentemente ambiciosos *amahene* Asante, assistem a um “brotar” de todo um conjunto de respeitáveis ideais, “sentimentos” e convicções nacionalistas (que projectavam a ambicionada edificação de uma identidade/unidade nacional), que a muito breve trecho temporal, iriam converter-se em concorrentes, alternativos e consolidados projectos políticos e partidários, que em nome do “povo” (e para o “povo”) ganês iriam conduzir o processo institucional da libertação social, política, ideológica e económica do seu país, do cada vez mais contestado, sub-representado e “patológico” jugo colonial Britânico (Bourret, 1960).<sup>401</sup> Sem embargo, a promulgada Constituição de 1946, também denominada de Constituição de Burns (Sir Alan Maxwell Burns, Governador à época), e não obstante a conveniente (comedida e timorata) “cedência” em muitos e sensíveis pontos políticos a favor dos *amanhene* (Asante)<sup>402</sup>, não só não reflectia as preocupações políticas da educada e emergente *intelligentsia* e as reivindicações sindicais e laborais (entre outras) das “corporações” sociais de natureza diversa, como ainda, e principalmente, encerrava na “vontade” política e na “sensibilidade” jurídica do Governador, todo um conjunto de parâmetros administrativos e de mecanismos constitucionais, que o “paramentavam” com a toga do poder de decisão e de controlo (por meios formais e, muitas das vezes, por oportunos canais informais) muito vigiado do processo de “eleição” para os (tão reclamados) órgãos de representação política das populações, nas instâncias de natureza local e nas instituições de dimensão nacional, como por exemplo, no resolutivo *Legislative Council* e no influente *Governor’s Executive Council* (Pellow & Chazan, 1986).<sup>403</sup>

---

<sup>401</sup>Salientamos, neste ponto, o que anteriormente já havíamos avançado: as motivações de controlo político (sobretudo do ouro e do cacau Asante) postas ao serviço das exclusivas pretensões de exploração económica da Costa do Ouro, por parte do Estado colonial Britânico. Pelas palavras de Dan-Bright Dzorgbo “The colonial state was thus predatory, in that its *modus operandi* was to ensure that the colony’s resources were siphoned off as early as possible without caring to develop it. This helps to explain why infrastructure development was skewed in favour of those areas that has resources and access to the sea. It also helps to explain why no cocoa processing industry was established in a country that was the leading producer of cocoa, as well as why the colonial government did not bother to scientifically revolutionized the food production system” (2001: 135). Ver, ainda: (Austin, 2005).

<sup>402</sup>Numa sessão plenária do *Legislative Council*, em 1944, a eleita elite intelectual (sobretudo, a de Acra), manifesta o seu veemente descontentamento com o crescente aumento de poder e influência política dos *paramount chiefs*, sobretudo dos *amanhene* Asante, nas instituições locais e nacionais, afirmando que tais figuras do passado mais tinham que ver com a autocracia política que com as regras de “convívio” constitucional. Em resposta a estas acusações de conluio político entre os *amanhene* Asante e o Estado colonial Britânico (a propósito da publicação da *Native Authority Ordinance*, nesse mesmo ano), o Governador, Sir Alan Maxwell Burns, participa no debate sublinhando que “If the people of this country want to keep their Chiefs and their native customary laws as museum pieces to be put under glass cases to be looked at, then I believed this legislation is unnecessary, but if we want to make some progress in the Colony and want to see that progress maintained, then I think it is necessary to give the Chiefs power to deal with modern conditions... I am most anxious to see the Native Administrations take their full share in the government of this country because I believe that indirect rule by Government through the Native Authorities is the best training ground for the self-government which we are aiming at” (*apud* Bourret, 1960: 159).

<sup>403</sup>A progressiva influência política dos *amanhene* Asante ia-se (lentamente) disseminando pelas instituições formais (nacionais e locais) do poder político, pois tal como salienta Florence Bourret “Two years before Nana Sir Ofori Atta (*Okyenhene*) death the governor appointed him, together with Arku Korsah, the first African members of the executive council. This measure – dated 1942 – marked for the Gold Coast a distinct political advance, since the governor was obliged to consult the council in the conduct of all administrative affairs” (1960: 162). O mesmo autor salienta ainda que “The new legislative council numbering thirty-one members was constituted as follows: the governor as president; six *ex-officio* members and twenty-four members,

É, deste modo, neste ambiente de crescentes conflitualidades políticas e de agudizadas revoltas sociais – em resposta ao “falhanço” (recusa) do Estado colonial em fazer cumprir as solicitações dos reformadores e ebulientes movimentos civis no que dizia respeito, por exemplo, à representação política, às melhores condições laborais/profissionais e ao termo da exploração económica e tributária – que, em 1947 (primeiro reunidos em Abril e, depois, em Agosto), em Saltpond, um grupo de cerca de quarenta “respeitáveis agitadores” pertencentes às “educadas elites” (urbanas de Acra e Kumase), a uma emergente “classe média” (do comércio, dos negócios e dos serviços) e, a um tradicional “mundo” de *paramount chiefs*, muitos deles, reputados *amanhene* Asante, convencionaram a formação do primeiro partido político da Costa do Ouro: a *United Gold Coast Convention* (UGCC) (Austin, 1964, 1976). De entre este grupo de notáveis representantes e activistas ganeses, destacam-se, pela sua pioneira e impulsionadora acção de formação deste partido político de âmbito nacional e de carácter nacionalista, o financiador e abastado empresário (no ramo das madeiras), George Grant enquanto Presidente e, enquanto Vice-Presidente, um experiente e respeitado advogado e político, o Dr. Joseph Danquah.<sup>404</sup> A esmagadora maioria dos elementos que inicialmente aderiram e coordenaram a UGCC, definiram como objectivo político primeiro e central, a negociação, o reconhecimento e a posterior “entrada” em vigor político – “*in the shortest possible time*”, dentro, é claro, de um “espírito” de paciência política e moderação institucional e, manifestamente, no cumprimento de todos os requisitos formais e constitucionais – da irreversível instauração do (tão consentâneo e legítimo) princípio político do *self-government* (Austin, 1964).<sup>405</sup> Naturalmente, que a “promoção” desta conceptual bandeira político-ideológica, era uma pragmática, e não despida de argúcia, “promoção” que servia os seus próprios interesses pessoais, políticos e partidários (de aliados e de “clientes”), os quais, aliás, se tornariam a “impressão digital” política do próprio Kwame Nrumah e do “seu” CPP. A assunção de tal “brandura” processual e de tal auto-confiança política por parte do “centro” político da UGCC, é-nos corroborada por Dan-Bright Dzorgbo, ao certificar-nos que:

---

eighteen of whom were elected, nine members by the joint provincial council, four members by the Asanteman or Ashanti Confederacy council, and five municipal members. There were in addition six nominated members, and it was indicated that these should be mainly Africans”. (1960: 164).

<sup>404</sup>De fazer notar que, Joseph Danquah, Ebenezer Ako-Adjei, Edward Akufo-Addo, Emmanuel Obetsebi-Lampsey, William Ofori Atta e Kwame Nkrumah, são os nomes que a história política e partidária da Costa do Ouro registou como os “The Big Six”, todos eles (inclusivé Nkrumah), à excepção de Emmanuel Obetsebi-Lampsey, eram descendentes e/ou herdeiros dos Tamboretas das famílias reais a que pertenciam. Ver: (Austin, 1964, Apter, 1968).

<sup>405</sup>De acordo com Christian Chavagneux “Leurs demandes restent encore modérées et s’inscrivent dans une volonté politique de respect de l’autorité des dirigeants coutumiers. Ainsi l’UGCC demande-t-elle que par tous les moyens légitimes et constitutionnels, le contrôle et la direction du gouvernement passent aussi vite que possible dans les mains du peuple et des ses chefs traditionnels” (1997: 32).

after all, they perceived themselves as the only heirs to the colonial throne, hence there was no need to be radical. By this token, theirs became bourgeois nationalism, in contrast to a popular and radical type that was to develop later from within their party. Their approach to the national question was one of accommodation and moderation. This 'respectful' approach was endorsed by the colonial government, since the colonial authority had long held that self-government - liberal democratic style - was the ultimate goal of colonialism and should be attained through tutelage (2001: 138).

A Direcção do *Comité de Trabalho* da UGCC, sob proposta de Joseph Danquah, haveria, no entanto, de tomar, a breve trecho, uma fatídica decisão partidária, que iria reverter a sua “fortuna” política e esborralhar, irremediavelmente, as suas legítimas (e tão encaminhadas) reivindicações doutrinárias de acesso ao poder e, em consequência, de sucessão no destino político de uma “nacionalizada” e independente Costa do Ouro. Com efeito, em Dezembro de 1947, um novo e fracturante correligionário ideológico iria entrar em cena no ondulado palco político da Costa do Ouro: o insurgente e vanguardista Kwame Nkrumah. As razões partidárias que justificam tal (lancinante) decisão política, justificavam-se pelo facto de os dirigentes de topo da UGCC, informados da pouca penetração do seu burilado discurso ideológico e conscientes da pouca aderência às suas acções de propaganda política nos “terrenos” dos sectores sociais que constituíam uma significativa quota das designadas “massas” populares (sobretudo urbanas, mas com números muito expressivos no “mundo” rural”) e dos postergados jovens dos centros urbanos da Colónia e da Colónia Ashanti, decidiram que o activista político (no *Pan-African Movement* e na *West African Student Union*), o agitador de “consciências” sociais e, o “bem-parecido” e dotado orador recém-formado nos Estados Unidos e no Reino Unido, tinha o perfil político exigido e as competências organizativas fundamentais para que, enquanto Secretário-Geral da *Convenção*, construísse, por um lado, as pontes de (regular) comunicação política e de (metódicos) influxos negociais com o gabinete do Governador Britânico, por outro lado, reajustasse a logística administrativa, a “linguagem” ideológica e a *praxis* política do partido (com o intuito de rectificar o “hiato” político e propagandístico acima descrito), aos mais primários e prementes anseios sóciopolíticos das populações dos territórios “nacionais”, e, por último, e em decorrência, instituisse um órgão político “teórico-operativo”, cujas funções primeiras e exclusivas, fossem a (massiva) divulgação de toda a “produção” ideológica e, as (incessantes) campanhas de esclarecimento, de mobilização e de recrutamento político, através das quais, desejadamente, se alcançaria a independência política das Colónias e Territórios sob a (já demasiado longa) tutela do majestático Estado colonial Britânico (Apter,

1968; Austin, 1964, 1976). Assim, tal como se comprometera realizar, Kwame Nkrumah, realizou.<sup>406</sup>

Todavia, cedo demais se revelariam as contrastantes, diríamos mesmo, antagónicas “personalidades” conceptuais e políticas da UGCC e de Kwame Nkrumah: à natureza crédula, legalista e de suaves “rupturas” políticas da *Convenção*, opunha-se, em directo confronto ideológico, a essência cismática, “panfletária” e de revolucionárias fracturas políticas de Kwame Nkrumah. Após um conjunto de incidentes militares, políticos, sociais e comerciais ocorridos em 1948<sup>407</sup> (e tendo como pano de fundo constitucional os resultados da *Watson Commission* e, as expectáveis conclusões do ainda em curso, *Coussey Committee*), Kwame Nkrumah, em Junho de 1949, assume as suas insanáveis divergências ideológicas e as suas insupríveis práticas políticas com a UGCC, e cumpre o seu almejado propósito político: a criação de um novo partido político, pensado à sua imagem pessoal, moldado pela sua visão ideológica e construído para a sua ambição política: o CPP.<sup>408</sup> A fase política das “massas populares” e dos “confrontos geracionais” (1949-1954), estava prestes a começar.<sup>409</sup> Na prática, Kwame Nkrumah – e o “seu” novo “partido do povo” – cedo e intensamente colocou no “terreno” o seu reformador “caderno de encargos”, com o objectivo pessoal, ideológico e partidário de iniciar uma revolucionária luta, na sua reptadora avaliação e interpretação analítica, contra duas dispensáveis, perversas e anacrónicas forças políticas em pleno exercício de funções na realidade social da Costa do Ouro: a primeira das frentes de batalha, focar-se-ia no recalcitrante (e por todos os meios possíveis, disponíveis e concebíveis) combate partidário ao histórico e “externo” inimigo político, que se materializava quotidiana e institucionalmente na doutrina, nos agentes e nas estruturas dos repressivos aparelhos (nacionais e locais) de poder

---

<sup>406</sup>De facto, Kwame Nkrumah mostrou, de forma irrepreensível, as suas competências de gestão organizacional, a sua perícia na instigação ideológica e, as suas capacidades de mobilização política. Dennis Austin, demonstra o apurado sentido de orientação política deste incontornável agente político da história do Gana, ao colocar a seguinte questão: “Where did Nkrumah look for support?” (1964: 55). Ao que o mesmo autor responde: “Primarily from the local youth societies which now existed in most of the Colony and Ashanti towns, whose members were ready to respond to any national movement able to present them with a simple programme of action – farmers, petty traders, drivers, artisans, school teachers, clerks and letter-writers – among whom were the growing number of elementary-school-leavers” (1964: 55).

<sup>407</sup>Para a detalhada compreensão da origem, extensão e repercussões destes incidentes de natureza vária, ver: (Apter, 1968; Austin, 1964; Bourret, 1960).

<sup>408</sup>A ruptura havia assumido o caminho da incompatibilidade ideológica e da irreversibilidade política, pois tal como menciona David Apter “After de 1948 events, the leadership of the UGCC began to experience internal division, mainly because Nkrumah wanted independence earlier than envisaged by other party members. This division was to change the character and pace of the independence struggle. Nkrumah’s emerging radicalism was not shared by other UGCC members, hence the beginning of inter-elite rivalry that was to haunt Ghana throughout the postcolonial era” (1968: 177). Nesta medida, segundo Deborah Pellow e Naomi Chazan, esta dissidência foi significativa por duas ordens de razão: “(1) It represented a symbolic rupture between the colonially nurtured intellectual class and the common people represented by the CPP; and (2) it brought to a close a period of united activity against colonial rule in the Gold Coast” (1986: 28).

<sup>409</sup>Dennis Austin caracteriza os eventos decorridos neste período histórico como o promotor fundamento de “a fundamental shift in the leadership of the nationalist movement from ‘the men of property and standing’ to ‘the young men of the CPP’” (1964: 78).

ilegitimamente instalados e controlados pelo Estado colonial Britânico e, a segunda das frentes de combate, concentrar-se-ia, num não menos astucioso (porque profundamente “sedutor”) inimigo político – pessoalizado na élitista e abastada *intelligentsia* e nos degenerados e nostálgicos *amanhene* Asante –, pois tratava-se de um inimigo interno “incorporado” (e, a contragosto de Nkrumah, em algumas “núcleos” territoriais, reconhecido e legitimado) nas mais profundas camadas políticas, económicas e simbólicas de diferenciados “tecidos sociais” da Costa do Ouro e, que na sua repulsiva natureza histórica, era o categórico sinónimo da complacência ideológica, de inércia política, da exploração económica, do conluio tributário, do folclore simbólico-religioso, e do conservadorismo social (Arhin, 1993; Apter, 1968).

Desta forma, em 1950, num ambiente histórico de alguma esquizofrenia constitucional, de muito conflito social e de uma singular e paulatina tensão política, os *amanhene* Asante, paradoxalmente, ou antes, talvez enquanto forma de “agradecimento” político pela (criteriosamente) reforçada posição política e administrativa (nos órgãos electivos a nível local, regional e nacional) que a eles foi configurada nos relatórios finais do *Coussey Commitee* (no relatório da *Watson Commission*, assumia-se que a posição política dos *amanhene* Asante só deveria ser *factual* dentro do seu sistema político-constitucional), e cujas recomendações políticas e constitucionais o Governador homologaria e publicaria com força de “lei empírica”, manifestaram o seu incondicional apoio social e a sua irrestrita lealdade política ao Governo colonial Britânico, após a inflamada declaração proferida por Kwame Nkrumah, de que a *Positive Action Campaign* estava em marcha nas ruas da Costa do Ouro (com a audível e cobiçosa pregação do bordão: “*We have the right to live as men. We want self-government NOW*”), e que servia o não-violento propósito político de travar uma justa e necessária luta em prol da libertação das serviçais “massas populares” dos grilhões dos arbitrários “senhores” do colonialismo Britânico e dos seus obedientes “capatazes” tradicionais, sobretudo, dos Asante (Austin, 1964; Bourret, 1960). A caracterização fidedigna de todo este ambiente de volatilidade política, de jactâncias ideológicas e de abalroamentos partidários, chega-nos pela narrativa histórica e analítica que o nosso informante-privilegiado nos concedeu, Joe Bediako Mensah, e na qual faz sobressair as seguintes ocorrências políticas e relacionais:

os discursos ideológicos de Nkrumah não foram aqui muito bem acolhidos por parte dos chefes políticos Asante. O padrão de acção e dos *timings* políticos dos *amanhene* Asante estava plasmado no programa da UGCC. A acção, a visão e a postura política de Nkrumah e do CPP eram tidos como não confiáveis. Com demasiada sede de poder, com demasiada soberba política e com excessivo desdém pelas institucionalizadas “fontes” de poder político. Aqueles “bem-falantes” e extremistas jovens projectavam um poder que os *amanhene* Asante consideravam ser malévol, subversivo e destrutivo. Traziam muita e rápida mudança política. Cheirava a demasiado e impreparado radicalismo político, social e económico. Cheirava a demasiada ambição pessoal. Os *amanhene* Asante, e, mesmo o *Asantehene*, se pronunciaram, perguntando, como seria

possível um futuro país independente, ser governado por inexperientes *youngmen*? O suporte, a legitimidade política do CPP vinha do cego e incondicional apoio de *verandah boys*? De massas populares às quais, oportunisticamente, lhes prometeram, desenvolvimento, igualdade e progresso infinito? Era esta a sua legitimidade política? Como poderiam eles (*amanhene*), reconhecer ou apoiar um partido que construía a sua ideologia e a sua acção política em torno de um programa “anti-chefes”, “anti-tradição” e “anti-sagrado” no seio dos seus ancestrais “súbditos”? No entanto, e apesar da influência social dos *amanhene*, o ludibriante e promissor discurso ideológico angariou, aqui na região, muitos e fervorosos seguidores, sobretudo de jovens que procuravam melhores condições de trabalho e de vida, e que consideravam os *amanhene* enquanto a fonte de todas as suas desgraças. O Nkrumah tinha um magnetismo pessoal e político muito grande. Hoje, à distância, poderei dizer que conseguiu iludir muita gente. Ele dizia o que as pessoas queriam ouvir. Sabia das suas necessidades, dos seus anseios e dos seus sonhos e dizia que com ele no poder tudo aquilo seria realizável, que ele lhes daria tudo. Parecia um mágico político. Não passava de ilusão, mas era o que as pessoas queriam ver e ouvir. Aqui não foi tão forte, porque as raízes históricas dos Asante, os seus mecanismos políticos e a sua relação com o sagrado são um todo muito enraizado. Ainda assim, causou muita, muita preocupação e trouxe muito perturbação política, social, económica. Eram tempos de mudança, sem sabermos muito bem para onde íamos. O que sabíamos, pois víamos e líamos isso todos os dias, era que Nkrumah tinha formado um “exército” partidário de desfavorecidos económicos e de excluídos políticos.<sup>410</sup>

Na verdade, seria com esta “receita” política e ideológica de engenhosa e cinzelada inclusão das franjas sociais que se sentiam marginalizadas das regalias económicas e dos corredores do poder e, de criteriosa e abespinhada exclusão de todo um legítimo e operativo “sistema” político Asante, que Kwame Nkrumah, em Fevereiro de 1951, venceria com maioria, as eleições para a Assembleia Legislativa (Austin, 1964). O Governador à época, Sir Charles Arden-Clarke, auscultando os resultados eleitorais das eleições municipais do ano anterior e, naturalmente, os representativos resultados finais destas eleições “gerais”, convidou, Kwame Nkrumah (que se encontrava na prisão em conjunto com outros dirigentes do CPP), para a formação de um governo de perímetro nacional. Estavam, assim, reunidas as condições políticas para a formação de um Governo com duas “cabeças” políticas, que representavam e encerravam *em si mesmo*, duas visões ideológicas, políticas, sociais e económicas para a Costa

---

<sup>410</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Joe Bediako Mensah (Membro do CPP, candidato ao PG – 2008 – pela MEC), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPE]. Salientamos, ainda, que num ambiente de deliberada confrontação política entre os *amanhene* Asante e os jovens da *Asante Youth Association* (AYA), as relações entre ambas as partes, tomaram um caminho de desconfiança política e de incompatibilidade relacional. Pois, as acções políticas de permanente boicote (promovidas pelo *Boycott Committees* da AYA) político, social e económico foram objecto de discussão numa reunião do *Kumasi State Council* e foram pronunciadas as seguintes declarações políticas: o *Juabenhene* considerou que “You people are traitors, quislings and fifth columnists. You have betrayed our trust. When you introduced yourselves to us last February and sought our assistance, you made us to understand that you were waging war against ‘blackmarketeers’. The council therefore gave its support. Chiefs subscribed to your funds. You promised always to consult the Council”. O *Adansehene* acusava o Asante Krobo Edusei (Secretário-Executivo da *Anti-Inflation Campaign Committee* e futuro Ministro do Interior) de ter “steadily amassed power”. Também o *Akwamuhene* se pronuncia com o propósito de sublinhar que “particularly distressing that Krobo Edusei whom we entertain because of his jovial disposition should attempt at wresting power from the natural rulers”. O próprio *Asantehene*, dada a gravidade política da situação, se pronunciou nesta sessão plenária e extraordinária: “at large on the cause for which the disturbances were sponsored by the youth...? ‘Self-government’. He however deplored the intention of the youth to import a foreign system of government, instead of improving upon our own which foreign powers might envy. It might have been tainted with barbarism but it was not beyond polishing. Our form of Government, knows nothing of Prime Ministers and Secretaries of State. You claim to be waving the torch of emancipation, yet you have proved yourself to be after your own personal interests. What do you want us to make of your clamour for Self-Government Now?” (*apud* Austin, 1964: 79-80). Ver sobre os *youngmen* Asante: (Allman, 1990, 1993).



do Ouro, que mais apartadas e desconformes não seria possível encontrar.<sup>411</sup> No entanto, e não obstante os episódicos bloqueios políticos encontrados às suas pretensões executivas imediatas, Kwame Nkrumah (enquanto Primeiro-Ministro, a partir de 1952), dada a sua obstinação pessoal e voracidade política, começou, agora já “revestido” pelo manto de um *efectivo* poder político executivo, a sua tentativa de institucionalizar (*via* política, *via* legislativa e *via* repressiva) a sua histórica (e conveniente) “inimizade” política com os seus arqui-inimigos ideológicos, económicos e culturais de primeira hora: os *amanhene* Asante.<sup>412</sup> Seria, sob os auspícios de um quadro de permanente perseguição ideológica e de constante ameaça política por parte de Kwame Nkrumah (que havia reforçado a sua posição e obstinação política com a nova vitória eleitoral de 1954) e, diga-se, ainda, da existência de importantes divisões internas do CPP na Colónia Ashanti (por exemplo, a dissensão da *Asante Youth Association* – AYA – que reclamava maior autonomia operativa), que o *Asantehene*, os *amanhene* (sobretudo, os dos *amantoo*) e os altos-dignatários que compunham o *Asanteman*, deram, em reunião plenária do *Asantemanhyiamu*, o seu incondicional apoio financeiro, os seus créditos sociais, os seus recursos simbólicos e as suas valências políticas para a formação de um novo partido político, sediado em Kumase, que combatesse frontal e veementemente as directivas políticas “magicadas” pelo quimérico e esquerdista gestor do *Government Business*: o *National Liberation Movement* (NLM) (Pellow & Chazan, 1986).

O NLM, por interposição dos seus mais visíveis líderes, Joseph Danquah e Kofi Busia, assumia-se como uma verdadeira ameaça ao projecto de hegemonia política traçado por Kwame Nkrumah, na medida em que o NLM pretendia “to postpone the date of independence; it also proposed an alternative, federal definition of the new Ghana state which drew great political support from local grievandes” (Austin, 1964: 250). Além disso, e segundo o mesmo autor, o NLM “met the nationalist appeal of the CPP with a rival nationalism of its own, through an impassioned demand for recognition of the traditional unity of the ‘Ashanti nation’” (1964: 250). Com efeito, o NLM apresentando-se como um partido que vincadamente assumia e salvaguardava a sua reverência política pelos símbolos e pelos valores tradicionais – a “instituição” *Asantehene*, a simbólica do Tamborete de Ouro, a gloriosa história dos Asante e,

---

<sup>411</sup>Kwame Nkrumah e os seus mais aguerridos prosélitos estavam profundamente insatisfeitos com a (privilegiada) posição constitucional dos *paramount chiefs* na Constituição da Independência, pois consideravam que aquela tinha sido uma (irónica e perversa, diríamos nós) imposição dos Britânicos enquanto solução de compromisso para um futuro impasse político e constitucional. Ver: (Arhin, 1985, 1993).

<sup>412</sup>Segundo a apreciação analítica de Deborah Pellow e Naomi Chazan “Once in power, Nkrumah sought to use his position to consolidate his hold on the government apparatus and to expand the foundation of his popular support: he placed CPP activists in key government positions, gained control of the pivotal Cocoa Marketing Board, and dispensed benefits to his backers. (...) As the promulgator of the aspirations of the common people, Nkrumah called for the complete transformation of society, the elimination of the privileged position of (Asante) traditional authority, and the equitable reallocation of resources” (1986: 31).

não menos importante, os “direitos” históricos e políticos dos Asante – era, para além destes seus princípios de orientação ideológica, do ponto de vista da luta partidária, um partido político com um projecto de acesso ao poder de Estado e, nestas circunstâncias (de crescente e acesa disputa provocatória e insultuosa) os confrontos entre o NLM e o CPP na Colónia Britânica do Ashanti, deixaram de ser exclusivamente ideológicos ou partidários, para passarem a ser, entre 1954 e 1956 (que corresponde, na expressão de Dennis Austin, a um período de “*struggle for power*”)<sup>413</sup>, em Kumase e nos outros Estados “antigos”, de uma violenta recorrência de confrontação física e de consumação de vários homicídios.<sup>414</sup> Tal foi a barbaridade e a regularidade dos actos perpetrados, que o Governador incapaz de controlar tais acontecimentos de extremada “guerrilha” partidária, interviu e impôs a sua própria decisão política: a realização de eleições gerais, em Julho de 1956.<sup>415</sup> Como a história grafou nos seus anais, uma vez mais, e apesar dos inúmeros dissidentes Asante do CPP, Kwame Nkrumah vence as eleições, e política e institucionalmente mais reforçado que nunca, dedica-se a um dos seus mais “queridos” e próximos projectos ideológicos: a (convicta tentativa de) total supressão dos *amanhene* Asante de todo e qualquer canal, mecanismo ou instrumento que lhes pudesse dar acesso (directo ou indirecto) ao tão cobiçado poder político que se pretendia sempre legítimo (Apter, 1968; Austin, 1964).

Nesta sequência, poder-se-á evidenciar que a recta política que qualificava a Colónia Britânica dos Ashanti naquele reconfigurativo período histórico (às “portas” da independência política), compunha-se de três segmentos políticos incontornáveis à época – a ancestral presença dos *amanhene* Asante, a já “habituada” presença do Governador e das instituições coloniais e, a recém-chegada presença de um eloquente tribuno e mobilizador nato de aspirações políticas, legitimado pelo processo eleitoral, Kwame Nkrumah – os quais “produziram” originais, capciosas e complexas relações (inclusivas e exclusivas) de natureza política.<sup>416</sup> Isto é, às consentidas relações políticas de “cooperação” política e de “parceria”

---

<sup>413</sup>Veja-se, neste ponto, a maliciosa estratégia assumida pelo CPP em relação ao Estado de Brong-Ahafo em: (Arhin: 1993).

<sup>414</sup>O Secretário-Geral da *Asante Farmers Union*, John Kofi Poku, destacado membro da NLM, em nome do partido e em total defesa dos “valores” Asante, proferiu, num comício em Kumase, o seguinte discurso político “Countrymen, let us all rally to the struggle, and prayerfully bless the grandson of the great and unconquerable Osei Tutu, the warrior Opoku Ware and the invincible King Bonsu, to redeem their sons, grandsons and restore this beautiful land to her rich culture left us by the precious blood of our great ancestors. Arise dear Lord, for Thy children perish... Countryman-Ashanti, whom will you serve beside Nana Osei Tutu, Otumfuo Sir Osei Agyeman Prempeh II K.B.E., Asantehene?” (*apud* Austin, 1964: 266).

<sup>415</sup>Para aprofundar o conhecimento das “lutas” pelo poder político, entre o CPP e o NLM, no período que decorre entre 1954 e 1956, ver: (Austin, 1964; Bourret, 1960).

<sup>416</sup>Por certo, este período de tempo histórico, foi de uma contrastante riqueza de dinâmicas políticas, sociais e ideológicas, pois como infantizam Deborah Pellow e Naomi Chazan “Contradictions between populist and elitist interests, between the local and the national levels, between reformist and conservative impulses, and between parochial and universal outlooks came to the fore at this juncture. These factors have guided events in contemporary Ghana since the successful achievement of independence” (1986: 35).

institucional definidas entre o Governo colonial Britânico e os *amanhene* Asante, sobrepôs, Kwame Nkrumah (vinculado por estratégicos laços políticos às “massas populares”), relações políticas de sobrançeria política e de abjuração institucional com o Estado colonial Britânico e, um impulsivo desejo ideológico, de obliteração política e de segregação institucional com os legítimos *amanhene* Asante.<sup>417</sup>

### 3.3 | O “ESTADO NKRUMAH”: AS PREMISSAS E OS CUSTOS POLÍTICOS DE UMA ORTODOXIA IDEOLÓGICA

Se a uma lúcida e equânime fórmula quisermos aspirar para caracterizarmos as concepções da prática política, das efluências doutrinárias que Kwame Nkrumah assentia para as “sociedades” da Costa do Ouro, em “ambiente” pós-independência (1957) e, muito particularmente, das “propensões” relacionais que em conjunto com os *amanhene* Asante iriam “produzir”, em tempo analítico algum, as objectivantes palavras de David Apter deverão de ser consideradas nesta “matemática” política:

the nation replaced the ethnic community. The Presidential-monarch replaced the chief. The authority of charisma ritualized into the special role of the warrior-priest. Ideology became a political religion increasingly intolerant to all others religions, monopolistic, expressed through the militant elected of the party. The writings and speeches of Nkrumah took on the quality of sacred texts, to be interpreted in slogans and revolutionary symbols and to be taught to the women and children. Around Nkrumah were socialist militants, both the moderates and the puritans. Some of them took a long view. Others, impatient with the ritual, manipulated it. Some were sycophantic and anxious for power (Apter, 1968: 358).

Era, neste novo e formal contexto histórico de Monarquia Constitucional e Parlamentar (de Março de 1957 a Junho de 1960), Kwame Nkrumah o “herdeiro” e o “timoneiro” político primeiro (enquanto Primeiro-Ministro) de um radicalizado governo “socialista”, que tinha agora a missão de conquistar, de se instalar e de gerir os (coloniais) meandros do aparelho político, burocrático e económico (Estado-sistema) e da “produção” ideológica e normativa (Estado-ideia) de um soberano, unitário e “nacional” Estado “pós-colonial” africano (Amonoo, 1981).<sup>418</sup> Estavam, deste modo, reunidas as condições políticas e institucionais para que os

---

<sup>417</sup>No sentido de consultarmos todas as “peças” normativas que ao enquadramento (e à salvaguarda jurídico-política) das *Native Authorities* diziam respeito, em particular, às que incidiam sobre o (táctico) enquadramento político e administrativo dos *amanhene* Asante, ver: *The Gold Coast (Constitution) Order-in-Council* (1950); *Local Government Ordinance No.29* (1951); *State Councils (Colony and Southern Togoland) Ordinance No.8* (1952); *State Councils (Ashanti) Ordinance No.4* (1952); *State Councils (Ashanti) (Amendment) Ordinance No.38* (1955); *Ghana (Constitution) Order-in-Council* (1957); *State Councils (Colony and Southern Togoland) (Amendment) No.8* (1957); *State Councils (Ashanti) (Amendment) Ordinance No.3* (1957). Ver: (Arhin, 1985, 1993).

<sup>418</sup>Acerca da estratégia política de controlo económico da produção do cacau (e, por inerência, de subtracção de uma importante “fonte” de rendimento económico e “políticos” dos *amanhene* Asante), ver: (Frimpong-Ansah,

“ventos” da ortodoxia, da exprobação e da perseguição política deste *self-government*, soprassem, inconfundivelmente, sobre as (já agitadas) “terras” dos *amanhene* Asante (recém “recortadas” e designadas de região Ashanti<sup>419</sup>), pouco meses após a independência política da Costa do Ouro, agora renomeada de Gana (Rathbone, 2000).<sup>420</sup> A acrimónia, ou, se preferirmos, o ressabiamento político de Kwame Nkrumah e, dos seus rebeldes prosélitos do CPP, em relação ao apoio político, partidário e doutrinário que os *amanhene* prestaram ao NLM (à sua formação ideológica, ao seu apoio financeiro e às suas acções de campanhas e comícios políticos a “desmascararem” o carácter despótico e as intenções arbitrárias de Nkrumah), estavam ainda, sobremaneira, presentes nas suas memórias ideológicas, pois, tal como a história registou, assim que teve oportunidade política, etiquetou os seus opositores *amanhene* Asante (sobretudo, o *Asantehene* e o *Okyenhene*, mas também o *Mamponghene*, o *Nsutahene* e o *Juabenhene*) de “*violent, waspish and malignant*” e, em resultado desta epidérmica “verdade” política, justificou (a revolução assim o exigia e, assim o legitimava) a implementação de uma inelutável e “*temporary benevolent dictatorship*” (*apud* Austin, 1964: 370; Rathbone, 2000).

Em consequência, e escudado num (ainda) suficiente apoio das “massas populares” Asante, Kwame Nkrumah, por intermédio do seu obediente e extremista Ministro do Interior, Krobo Edusei, inicia o seu ilegítimo e pronóstico controlo sobre o *Okyeman Council*, o *Kumase Traditional Council* e sobre o *Asanteman Council* e, inicia a sua ilegítima e discricionária demanda de despromoção e exoneração política (e, até, deportação<sup>421</sup>) de alguns influentes *amanhene* Asante (substituídos por chefes Asante de “categoria” política inferior simpatizantes e apoiantes do CPP), cujas repercursões políticas levariam o *Asantehene*, Nana Sir Osei Agyeman Prempeh II, a declarar publicamente em Kumase (pelo jornal *Ashanti Pioneer*), os

---

1991; Green, 1971; Rimmer, 1992). Acerca do “nacionalismo” económico e das estratégias de desenvolvimento económico implementadas por Kwame Nkrumah, ver: (Asante, 1993; Petchenkine, 1993; Hutchful, 1987; Killick, 1978; Essecks, 1975).

<sup>419</sup>O “desenho” da geografia política do Gana seria (novamente) rasurado e surgiriam novas “realidades” geográficas: a região Ashanti, Oriental, Ocidental, Norte e Transvolta. Em 1958, duas adicionais regiões são objecto de esboço territorial (região Oriental-Sul e região Ashanti Ocidental), que posteriormente seriam “a pedido” e por conveniência política, renomeadas de região da Grande Acra e região de Brong-Ahafo, respectivamente. Ver: (Amonoo, 1981).

<sup>420</sup>Em 1957, a Colónia Britânica da Costa do Ouro, a Colónia Britânica dos Ashanti, o Protectorado dos Territórios do Norte e a Togolândia Britânica, tornaram-se, em conjunto, um país independente, adoptando neste novo contexto histórico o nome de Gana. Em 1960, o Gana torna-se uma República (entre 1957 e 1960, o Gana foi governado por um regime que se designou por Monarquia Constitucional), e cessa a presença de um Governador-Geral Britânico em representação da Rainha da Grã-Bretanha. Ver: (Arhin: 1985).

<sup>421</sup>Veja-se, por exemplo, o caso dos líderes religiosos muçulmanos Alhaji Amadu Baba e Alhaji Othman Larde, e do jornalista Bankole Timothy (a trabalhar para o *Daily Graphic*), que por não estarem em consonância pública e política com o CPP, foram deportados, ao abrigo do cirúrgico *Deportation Act* (1957), para a Nigéria e para a Serra Leoa, respectivamente. Seguir-se-iam, a breve trecho, outras leis feitas à “medida” e a pedido do CPP de Kwame Nkrumah: a *Avoidance of Discrimination*, (1957); o *Emergency Powers Act* (1957), o *Preventive Detention Act* (1958) e o *Criminal Procedure (Amendment) Act* (1961). Ver: (Austin, 1964; Rathbone, 2000; Afari-Gyan, 1985).

seus (não menos estrategicamente cautelosos) assentimento e reconhecimento político para com o irascível e rancoroso “*government of the day*” (apud Austin, 1964: 378).<sup>422</sup>

Por certo, nos anos que decorrem no intervalo de tempo entre 1957 e 1960, a prolifera, obstinada e cirúrgica produção de diplomas legislativos é simetricamente proporcional à vontade política de crescente erosão da autoridade política (legítima) do *Asantehene* e dos *amanhene* Asante e, de obstrução da sua posse, acesso e/ou gestão de recursos considerados imperiosos para a sua digna (sobre)vivência e estatuto político, jurídico, económico e simbólico.<sup>423</sup> Numa leitura política a este dissimulativo, e simultaneamente, discricionário período histórico, o actual *Beposohene*, Nana Boamah Kwabi IV, refere-nos que:

para além do *House Chiefs Act* de 1958, que nos criou algumas expectativas, pois pensávamos que teríamos uma muito maior autonomia política dentro daquilo que sempre foram as nossas competências históricas – e mesmo estas foram goradas, pois as restrições legais eram excessivamente interferentes nas práticas e nas instituições políticas Asante –, foi um período caracterizado por uma crescente perseguição por parte do CPP às legítimas atribuições dos *amanhene* Asante. Recordo, por exemplo, o *Ashanti Stool Lands Act* (No.28 de 1958), que transferia a gestão das terras investidas no Tamborete de Ouro e confiadas à ancestral administração de cada *amanhene* para a alçada do Comissário Regional; poderei referir ainda, o *Local Council Act* (1958), que aboliu nefastamente os *Native Authorities Tribunals*, suprimindo toda a capacidade deliberativa sobre matérias da nossa exclusiva competência (as terras, ou os impostos, por exemplo), ou então, os manipulatórios *House of Chiefs (Amendment) Act*, de 1959, e o *Brong-Ahafo Region Act*, do mesmo ano, que tinham como objectivo primeiro a diminuição do *status* político de alguns *amanhene* Asante, omitindo os seus ‘*Stools Names*’ dos registos da *Regional House of Chiefs* (RHC) e levando à impensável saída do Estado dos Brong-Ahafo da Confederação Asante, e de modo igualmente gravoso, estas leis permitiam a criação não só de novas ‘*Stool Paramountcies*’, como ainda e elevação de alguns chefes subalternos – enganados apoiantes do CPP – a uma categoria superior de chefe. Tal foi o caso, por exemplo, em 1959, da elevação do *Effiduasehene*, um apoiante fervoroso de Nkrumah, a um *status* político equivalente ao do *Mampongehene*, até então seu superior ancestralmente consagrado. Ficou claro para nós que a partir desta data os *amanhene* Asante podiam agir oficialmente apenas de acordo e segundo a vontade do governo.<sup>424</sup> Nem mesmo as garantias políticas inscritas na máscara jurídica com que nos confrontámos em 1960 (Constituição de 1960<sup>425</sup>) nos augurava nada de bom. Foram tempos que, uma vez mais, puseram à prova a nossa união, identidade e resistência política.<sup>426</sup>

<sup>422</sup>As públicas retratações a que o *Asantehene* e o *Okyenhene* foram forçados a fazer, levam Richard Rathbone a considerar que “It was a major feather in the government’s cap to have forced the two most important traditional leaders and chiefly supporters of the NLM in the country abase themselves in this way. If any chiefs in Ghana had entertained any doubts about the determination of the government to control chieftaincy, they could no longer do so. The Akyem Abuakwa CPP executive described the Okyenhene’s statement as ‘*amusing, cowardly and ridiculous*’. The Ashanti regional CPP executive described the Asantehene’s public statement as ‘*running away from hard facts*’ and recalled, quite accurately, that the Asantehene has supported the NLM for the past three years; he had, they says, ‘*been no other than the president of the NLM*’. There can be little doubt that the CPP wanted more than just emollient, concessive statements from these obdurate chiefs. It was now out to destroy them” (2000: 112).

<sup>423</sup>Os seguintes instrumentos legislativos atestam esta mesma realidade política: a *Constituição de 1960*; o *Chieftaincy Act No.81* (1961); o *Chieftaincy (Amendment) Act No.185* (1963); o *Chieftaincy (Amendment) Act No.216* (1963). Ver: (Ray, 1996).

<sup>424</sup>Tal assunção é comprovada pelas palavras de Kwame Nkrumah ao considerar que “Chieftaincy is an arm of government. (...) What the Chiefs forget is the fact that a Chief is a Chief partly because the government recognizes him as such” (apud Rathbone, 2000: 110).

<sup>425</sup>A primeira Constituição pós-independência (1960), declarava expressamente no seu art.º 13: “Chieftaincy in Ghana should be guaranteed and preserved” (Republic of Ghana, 1960: 10). Contudo, as circunstâncias históricas e políticas iriam demonstrar que esta “abertura” só era realizável dentro do esparticho que o Estado central de Kwame Nkrumah havia projectado para os *amanhene* Asante. Ver: (Austin, 1964).

<sup>426</sup>Salienta-nos, ainda, o mesmo entrevistado que “Ainda assim, um ponto nós não podemos negar: o Nkrumah, até à época, usufruia de uma legitimidade política, económica, eleitoral e partidária que não podemos ignorar. Até aqui, na região Ashanti, tinha pretensiosos e deslumbrados apoiantes e votantes. E o peso de um voto é igual para todos”. Tradução livre da entrevista realizada com Nana Boamah Kwabi IV, de seu “nome civil”

No entanto, e apesar de todas as referidas dinâmicas partidárias de desestabilização política dos *amanhene* Asante, o ano de 1960, seria um ano em que o governo (logo, por “contaminação” política, funcional e institucional, o “Estado-Nkrumah”), começaria a revelar dogmaticamente os seus (verdadeiros e já esboçados) traços de personalidade autoritária, personalista e neopatrimonialista e, que por estas ordens de razão, as relações políticas definidas entre o Estado ganês e os *amanhene* iriam, expectavelmente, sofrer novos e profundos momentos configurativos de uma (mais) tangível denegação ideológica e de uma (mais) corpórea obliteração política. Não foi com boquiaberta surpresa política, que os *amanhene* Asante, após a constitucional “inauguração” da 1.<sup>a</sup> República e da política “promoção” de Kwame Nkrumah a Presidente eleito do Gana, receberem em Kumase, em Mampong e Ejisu-Juaben, as mais recentes notícias que lhes davam conta da estrutural e prepotente decisão de Kwame Nkrumah, em tácita “boleia” dos resultados das eleições presidenciais (89,09 % dos votos) e dos resultados do plebiscito nacional para a mudança de regime político (88.47%), assumir que toda aquela “onda” de aprovação, de popularidade e de aura política pessoal e partidária de que usufruía junto das populações ganesas (e, também, dos *youngmen*, de algum “povo” Asante e, até mesmo, do *Kumawuhene*, Nana Otuo Acheampong e, do *Adontehene*, Nana Kwabena Kena II)<sup>427</sup>, eram uma subentendida e contundente “carta-branca” de homologação para a institucionalização de uma “revolução socialista democrática”, assente num monocromático sistema de partido-único, entenda-se, num sistema em que o CPP e os seus quadros políticos, seriam os absolutos e absolutizantes “senhores” geradores de todos os “fenómenos” do político e de todas as dinâmicas partidárias (Amonoo, 1981; Jones, 1976).<sup>428</sup> Tinha agora Kwame Nkrumah, para além dos seus constitucionalmente reforçados poderes presidenciais (pois, concentrava em si, poderes executivos, legislativos e judiciais), todo um

---

privado”, Kwabena Ntiamoah (*Beposohene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário Agrícola), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

<sup>427</sup>Estes são dois bons e paradigmáticos exemplos da estratégia política de Kwame Nkrumah e do CPP em “comprarem” a lealdade política dos *amanhene* e de implementarem uma entropia política no seio das estruturas tradicionais Asante. Senão, vejamos: aquando das eleições para a Assembleia Legislativa, em 1956, Kwame Nkrumah dirige-se nos seguintes termos ao *Kumawuhene* “If you continue to be loyal to me, I will consider extending amenities to you. I will extend electricity and pipe-borne water to all the towns and villages” (*apud* Rathbone, 2000: 132). Por seu lado, Krobo Edusei, a propósito das eleições Presidenciais de 1960, dirige-se, num comício, ao *Adontehene* do seguinte modo ““You think I am a fool to give you water to drink and you vote against me? After the election if you vote CPP, I will give you water to drink” (*apud* Rathbone, 2000: 132).

<sup>428</sup>A constatação desta hegemónica demanda pelo poder político por parte do CPP, é-nos graficamente descrita pelo próprio Kwame Nkrumah, em meados de 1960: “And now I would like to explain the relationship of our Party, the CPP. It is a nation-wide political party containing the vast majority of our country. It is likened to a mighty tree with many branches. The CPP constitutes the root and the trunk, and its branches include such organizations as the United Ghana Farmer’s Council, the Trade’s Union Congress, the Cooperative Movement, the Ex-servicemen, Women’s Organisations, the Kwame Nkrumah Kurye Kuw, the National Associations of Socialist Students Organisation, the league of Ghana Patriots and other patriotic organisations which in their various ways are giving support to our party (...)” (*apud* Austin, 1964: 382-383).

aparelho político, ideológico, burocrático e administrativo ao dispôr das suas antigas e projectadas ambições de mingramento dos (para si) degenerados (porque não alinhados com o CPP) e “tribalistas” canais de “produção” e de legitimação política tradicional, e, sobretudo, de estrangulação de todo e qualquer laivo autonómico de influência, gestão ou governação política que aos heréticos *amanhene* Asante dissesse respeito (Pellow & Chazan, 1986; Schram, 1967). O tormento político dos *amanhene* Asante uma vez mais reacendia e, como que por destino histórico, uma vez mais se agudizava o processo de “balcanização” das suas jurisdições territoriais, das suas competências políticas e do seu estatuto social e, em decorrência “natural” e directa, uma vez mais se assistia à putrescência da natureza das relações políticas que com o Estado ganês (entenda-se: do “Estado-Nkrumah” e, também, cada vez mais do “Estado-CPP), mantinham.

Na região Ashanti, tal como de resto um pouco por todo o país, o processo de institucionalizado imbricamento e gradativa fusão entre as estruturas administrativas do CPP e as de instituições de natureza governamental e as estruturas de carácter estatal (no “aparelho” central, regional e local<sup>429</sup>), não constituíram surpresa maior, todavia, não deixaram de constituir um lastro de genuína preocupação política. Estas mesmas tentativas, ou, antes, declaradas intenções políticas, de Kwame Nkrumah e o CPP de, por um lado, controlarem (sob o signo, os objectivos e a visão de um auto-reclamado *parti unifié* e executado por obedientes *apparatchiks*) todo o processo de “produção” do político e todas as instituições nas quais esse mesmo poder político circulava ou era “escoado” e, por outro lado, de “secarem” (ou pelo menos de controlarem em absoluto) as várias “bolhas” de poder político existentes na região Ashanti, ficaram plasmadas no intencional *Chieftanicy Act* (No.81) de 1961, aprovado pelo “seguidista” Parlamento à luz de uma enviesada interpretação constitucional, cuja promulgação representava mais uma etapa política fundamental no que diz respeito a uma solene e reiterada coarctação das atribuições políticas, jurídicas e sociais dos *amanhene* Asante, na medida em que vinculava a formalidade da escolha, do reconhecimento e da (total) submissão dos *amanhene* à órbita gravitacional de um “governo vanguardista” (inseguro e incoerente) e, de um aparelho de Estado central cada vez mais refém das ambições, das lealdades e das dinâmicas partidárias (de consenso, e cada vez mais de dissensão interna) que avulsa e incongruentemente se iam “construindo” nos vários escalões do organograma do governo político central e do governo administrativo local (Rubin & Murray, 1964, Apter, 1968; (Jones, 1976).<sup>430</sup>

---

<sup>429</sup>Para um aprofundado conhecimento das instituições e de toda a “máquina” política e burocrática a nível central, regional, distrital e local (cidades e vilas), entre 1957 e 1966, ver: (Amonoo, 1981).

<sup>430</sup>O “governo local” *via* processo de descentralização política e administrativa não era, para Kwame Nkrumah, a questão ideológica e política central do seu projecto de revolução social. No entanto, e na medida de maior e

No entanto, e não obstante todas estas (já) implementadas *démarches* de estrangulante controlo formal e informal da “vida” pública e política ganesa (e, mormente, Asante), o insaciável Kwame Nkrumah e o seu incoerente, impreparado e ganancioso CPP, organizam, em 1964, um referendo constitucional de âmbito nacional, cujo “objecto” jurídico e político colocado a consulta popular, era a consagração inequívoca (porque definitiva) e normativa do CPP enquanto soberano, dogmático e aglutinador partido-único (simultaneamente centrípeto e centrífugo), representante de toda e qualquer actividade política emanada da e pela realidade social Asante e/ou ganesa (Amonoo, 1981).<sup>431</sup> Estas medidas legislativas e constitucionais promovidas e impostas por Kwame Nkrumah eram, contudo, não sinónimo de inexpugnável força política, mas antes, e essencialmente, sinal e sintoma de uma transversal fadiga política e de um instalado *déficit* legitimatório do “Estado-Nkrumah”, que ia tomando proporções de cavalgante agonia orgânica a cada dia que passava, e que em desespero político último levava a que “the government’s main concern at this time was to keep the CPP in power” (Dzorgbo, 2001: 178). O período de “graça política” do CPP e do seu idolatrado salvador ou messias político, Kwame Nkrumah, havia, junto da esmagadora maioria da população Asante (e, de uma forma, mais ou menos generalizada, junto de estendidos sectores da população Ganesa) chegado ao fim.<sup>432</sup> Foi, de acordo com a apreciação política do *Mamponghe*, Nana Daasebre Osei Bonsu II e do *Kwamanghene*, Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II<sup>433</sup>, a incontrollável e

---

melhor controlo sobre os *amanhene* Asante e de tornar as estruturas políticas locais daquela região mais eficientes do ponto de vista tributário, Kwame Nkrumah “dedicou-lhe” uma táctica e circunscrita atenção política: do ponto de vista constitucional e legislativo esta temática foi plasmada na Constituição de 1957 e no *Local Government Act (Act 54)* (1961), do ponto de vista da “auscultação” social e normativa promoveu a formação da *Greenwood Commission* (1957), da *Van Lare Commission* (1958) e da *Boison Commission* (1965) e, do ponto de vista eleitoral permitiu a realização de eleições para os “governos locais”, em 1958. Saliente-se, por último, que a regra colonial que declarava que um-terço dos elementos a constituírem os *Local Councils* seriam nomeados *amanhene* (Asante) manteve-se até 1965, momento em que o “Estado-Nkrumah”, sobretudo na região Asante, aboliu essa regra de “cordialidade política” para que em substituição daqueles, fossem nomeados quadros ou apoiantes do CPP e em exclusiva representação dos interesses deste mesmo hegemónico partido político. Ver: (Aye: 1994).

<sup>431</sup>As duas emendas constitucionais que se pretendiam referendar eram, segundo Dennis Austin “invest the President with power in his discretion to dismiss a Judge of the High Court at any time for reasons which appear to him sufficient. (...) Provide that... there will be one national party in Ghana (and) that the one national party shall be the Convention People’s Party” (1964: 413). Acrescenta ainda Benjamin Amonoo, que a concepção da supremacia do CPP “was made explicit by the January 1964 *Constitution (Amendment) Act*, which made Ghana a legal one-party state. The CPP was declared as the ‘vanguard of the people’ and ‘the leading core of all organisations of the people’. The party was, therefore, a *parti unique*, which restricted membership. It was a moral community which gave to all state structures their sense of purpose and direction. It was a party organised on Leninist principles, dictating and directing, to the minutest detail, the work of all state structures” (1981: 14).

<sup>432</sup>O clima de tensão social e de revolta política da população Asante para com as goradas promessas de Kwame Nkrumah, haviam-se degradado ao ponto de aquando de uma visita daquele à região Asante, ser confrontado com as seguintes cartazes e palavras de ordem “Welcome Mr Dictator”, “We are Verandah Boys Still”, “You can’t foll Asante’s all the time”, “No rooms, no jobs, but taxes: Why?” (*apud* Austin, 1964: 376).

<sup>433</sup>Tradução livre das entrevistas realizada as Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie (*Mamponghe*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT] e a Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II, de seu “nome civil/privado”, Kwasi Abayie (*Kwamanghene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário Agrícola), em Mampong, em 2008 [AE2001/EPT].



crescente soma de onerosos (por vezes incorrigíveis) erros políticos (ausência de liberdade de imprensa, inexistência de constitucionais “checks-and-balances”, falhanço dos planos de desenvolvimento económico, hegemonização do espaço público político e personalização do Estado, a sedimentação do patrimonialismo como prática política corrente do Estado – na qual os Asante não eram seus “clientes” – e, a não auscultação/integração de legítimas “realidades” políticas locais, entre outras causas), e de continuadas e predatórias práticas partidárias (a corrupção, o nepotismo e a discriminação política), que firmaram o “canto do cisne” político de um inseguro e encantatório líder político que durante muitos e perturbantes anos declamou gorados objectivos sociais, falhados projectos económicos, abortados desígnios políticos e ludibriadas concepções relacionais.<sup>434</sup> Com efeito, todo este processo de decadência social, política e económica e de sonegação relacional e legitimatória com os *amanhene* Asante, é-nos acuradamente descrita pelo nosso entrevistado, Samuel Okyere Kusi-Appiah, ao evidenciar-nos que:

o Estado ganês, naquele contexto político, foi construído à imagem e semelhança de Nkrumah. Tinha os seus sonhos, anseios, repulsas e medos. Mais do que nunca, o seu receio em relação ao insurgimento dos *amanhene* Asante, estava presente. A legislação assim o reflecte. Nkrumah era um líder inteligente. Sabia, tenho firme convicção, da legitimidade dos *amanhene* Asante. A população Asante apreciava e seguia a sua propáganda política. Mas, no íntimo de cada Asante persistia a clara ideia de quem era o seu legítimo chefe. A negação de manter cooperantes, ou sequer, amistosas relações políticas com os *amanhene* aqui na região foi catastrófico para Nkrumah e para o CPP. As greves, os boicotes, a violência promovida contra os Comissários Distritais e os representantes do CPP nos órgãos locais das cidades e vilas tornaram-se uma rotina diária, a reputação dos produtores de cacau foi um rude golpe para o Estado. Por estes, e por muitos outros motivos, a legitimidade do CPP começou a decrescer abruptamente e na razão inversa, a escondida legitimidade dos *amanhene* Asante começou a vir ao de cima. Isto foi afrontoso para o CPP. Colocou o partido em estado de alerta. Pensou Nkrumah que conseguia cristalizar a realidade social através de normas jurídicas e que melhor se impunha com o fechamento do Estado e do partido. Foi o seu último grande erro político. Não fosse a cegueira ideológica e a ambição política de Nkrumah, a bem recente história do país havia-lhe dado uma receita de um relativo sucesso político: as mais ou menos relações de cordialidade política dos ingleses com os *amanhene* Asante haviam dado bons frutos políticos. Porquê negar, porquê esconder, porquê tentar aniquilar uma realidade política que existia muito antes dele e do CPP? Em nome de quem ou do quê o Estado de Nkrumah desperdiçou tamanha energia social e política? Ao querer matar as relações políticas do Estado com os *amanhene* Asante acabou por matar o seu próprio futuro político e de matar o destino político de um Estado e de um partido que pareceram viver numa realidade política paralela.<sup>435</sup>

Todo este “circuito” de idealista (ou estrábica) ortodoxia ideológica e de pragmática (ou descorada) *performance* política, submergido numa superestrutura de águas marxistas-leninistas, é caracterizado, no seu mais íntimo conteúdo operativo, por uma *praxis* política estatal insuficiente, ambígua e titubeante, diríamos mesmo, nalguns casos, empiricamente

---

<sup>434</sup>Acerca dos múltiplos factores (políticos, sociais, económicos, sindicais, judiciais, partidários, internacionais e militares) que contribuíram para o esboramento de Kwame Nkrumah e de todo o seu “castelo de cartas” ideológico-burocrático, ver: (Chavagneux, 1997; Pellow & Chazan, 1986; Dan-Bright, 2001; Austin, 1976; Amonoo, 1981).

<sup>435</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Samuel Okyere Kusi-Appiah (Director para a ARC), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPT].

contraditória, no que diz respeito às configurações relacionais estabelecidas entre o instável “Estado Nkrumah” e os arraigados *amanhene* Asante. Dito de outra forma, durante a centralizadora e hegemônica gestão política do CPP e do seu czarista líder de esquerda “modernizante”, Kwame Nkrumah, a posição política do Estado ganês face aos *amanhene* Asante disseminava duas disposições políticas antinômicas: por um lado, produzia legislação que *de jure* induzia à contracção explícita das prerrogativas políticas dos *amanhene* e os submetia às apertadas grelhas do (forte) Estado central, por outro, ainda que os enclausurando num edifício burocrático complexo, o (frágil) “Estado-Nkrumah” reconhecia (e, amiúde, a elas recorria) *de facto* tácita e forjadamente as legítimas prerrogativas sociais e simbólicas dos *amanhene* Asante (Arhin, 2001; Amonoo, 1981).<sup>436</sup> Em suma, sintetizaríamos este manipulativo, dualístico e sincretizante contexto da história política do Gana “pós-colonial” (forçadamente marcado pelo político “Nkrumaísmo” e pelo filosófico “Consciencialismo”), e das disposições relacionais dele emanadas entre o “Estado-Nkrumah” e os *amanhene* Asante, com as proficientes palavras do *Mamponghene*, Nana Daasebre Osei Bonsu II:

enfrentámos, por todos os meios, um adversário mais perigoso que os ingleses. A sua profunda ambição tinha um carácter mais destruidor. Não olhava a meios. Tinha armas mais poderosas. Vinham de dentro. Tinham raízes, não aqui, mas em outras partes do país. Eram, mais coerentes e tinham uma arma fundamental: a capacidade de venderem sonhos políticos e económicos a uma sequiosa vastidão de eleitores. O voto é uma arma incontrolável. Pergunta-me que relações políticas tínhamos. No nosso caso, e dos outros *amantoo*, foram, sumariamente, de combate, de confronto e de concorrência por um espaço político que era nosso. Agora, tantos nós, como eles, também éramos guiados pelo medo político. Ambas as partes sentiam que muito querendo, não conseguiam aniquilar o seu adversário político. Estávamos de mãos atadas, porque não tínhamos os recursos do Estado para executar tal tarefa. No entanto, tendo eles esses recursos, sentimos que nos tentavam atrofiar por todos os meios, mas o receio de uma revolta maior surgir, esteve sempre presente nas suas acções políticas. Em conclusão: do ponto de vista da retórica política todos os dias eram dias do nosso enterro, do ponto de vista prática política, havia todos os dias um cínico e à distância acenar de mãos. Era, como colocar um porco-espinho (*kotoko*) e um leão (*gyata*) dentro do mesmo saco.<sup>437</sup>

---

<sup>436</sup>Com efeito, a permeabilidade de Kwame Nkrumah à participação e/ou ao contraditório político era quase nulo, pois como sublinha Benjamin Amonoo “The government party leaders had a hypersensitivity to criticism. Nkrumah himself asserted that he could tolerate opposition but not opponents in Ghana” (1981: 6).

<sup>437</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie (*Mamponghene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

## CAPÍTULO 4 | ESTADO, AMANHÃ ASANTE E CAMPO POLÍTICO NO PERÍODO ENTRE 1966 E 1992: DOS COMPROMISSOS POLÍTICOS ÀS ESTRATÉGICAS (INTER)DEPENDÊNCIAS MÚTUAS

### 4.1 | UMA “NOVA ORDEM POLÍTICA”: A POSIÇÃO DO ESTADO E AS “NOVAS” DIMENSÕES DO POLÍTICO

Na manhã de 24 de Fevereiro de 1966, a *Radio Accra* interrompia a sua rotineira transmissão radiofónica, para dar voz a um solene comunicado político que assumia contornos de urgente divulgação nacional:

the Ghana armed forces, in co-operation with the police, have thought it necessary to take over the reins of power... The concentration of power in the hands of one man has led to be abuse of individual rights and liberty. Power has been exercised by the former president capriciously. The operation of the laws has been suspended to the advantage of his favourits and he has been running the country as his own personal property (*apud* Austin, 1976: 103-104).<sup>438</sup>

Seriam estas resolutas palavras do Tenente-General Joseph Arthur Ankrah, que comunicariam às “massas populares” ganesas, o golpe de Estado militar que havia sido iniciado e perpetrado durante a madrugada da noite anterior e, como corolário daquele, a deposição política do “socialista científico” de incrustada influência “marxista-leninista”, Kwame Nkrumah. Efectivamente, os objectivos políticos da coluna militar e policial que, na madrugada de 23 de Fevereiro, havia partido de Tamale, atravessando as savanas do Norte e as florestas da região Ashanti (para se juntar, em Kumase, ao Major-General Akwasi Afrifa e ao Coronel Emmanuel Kotoka) e chegado a Acra (na qual, a aguardavam o Brigadeiro Albert Ocran e o Comissário-Geral da Polícia John Harlley), na noite de 23 de Fevereiro, nada mais pretendia que não fosse o inequívoco derrube político da 1.<sup>a</sup> República do Gana e de tudo o que a ela, e ao “neo-colonialista” e auto-adulador Kwame Nkrumah, estivesse política, económica e ideologicamente associado (Austin, 1976). Nesta mesma noite, e sob o signo da operação militar “*Cold Chop*”, todo um conjunto de cirúrgicas acções políticas foram postas em curso, incidindo estas, particularmente, na procura, na perseguição e na detenção de todos os ministros

---

<sup>438</sup>Na percepção analítica de Dennis Austin, foram cinco as principais causas que estiveram na génese deste golpe político de natureza militar: “the first being that he (Kwame Nkrumah) was autocratic. (...) A second criticism brought by the NLC was that Nkrumah and his followers were corrupt. (...) The third indictment followed from the second, that Nkrumah has found Ghana rich and left it bankrupt. (...) Fourth, it was said that Nkrumah’s external policy had been one of a ‘dangerous adventurism’: that had purported to be a policy of non-alignment had resulted in a pronounced bias toward the communist countries. (...) Lastly, there was the accusation that Nkrumah had weakened the position of the army and the police, first by trying to ‘politicise’ both services and then by establishing his own private army” (1976: 103-105). Para uma apreciação crítica global das “forças” e das “fraquezas” do governo de Kwame Nkrumah e do CPP e, em consequência, das principais razões que estiveram por detrás do seu derrube político, ver, ainda: (Card, 1975; Austin, 1964; Apter, 1968; Jones, 1976; Dowse, 1975; Afrifa, 1966; Ocran, 1968).

do governo/Estado do CPP – de salientar, que Kwame Nkrumah se encontrava ausente do país, numa visita diplomática à China, a convite de Chou En Lai – dos membros do parlamento representantes do CPP, dos comissários regionais, distritais e locais do CPP, dos dirigentes das “agências” de produção ideológica<sup>439</sup> e, também, de todos os funcionários administrativos e dos quadros superiores da burocracia do prepotente “partido-Estado” de Kwame Nkrumah (Pinkney, 1972).<sup>440</sup> Este precursor movimento militar, apoiado por um tríptico eixo político que compreendia muitos militares e polícias, bastantes quadros médios da administração burocrática do Estado, e inúmeros *paramount chiefs* ganeses e, singularmente, de importantes *amanhene* Asante, assume a gestão administrativa e económica do Estado e o governo político e executivo do país, através do recém-instaurado partido político, o NLC, cuja “postura” no imediato político seria, segundo as participantes palavras do Coronel Emmanuel Kotoka “govern by decrees which shall have the force of law until a new constitution was promulgated” (*apud* Austin, 1976: 104).<sup>441</sup>

Nos iniciais momentos deste processo de excisão política, aquele “neófito” partido político de propulsão castrense, dada a sua heterogénea instrução ideológica e a sua desconexa “bagagem” doutrinária, assentou a natureza, o sentido e a extensão dos “princípios-mestres” de toda a sua pragmática *práxis* governativa num módico (mas consensual e aglutinador) vector político, económico e diplomático: a inconcussa purgação das políticas socializantes do monolítico “Estado-Nkrumah”, ou, se à linguagem da época quisermos recorrer, a absoluta “des-Nkrumahnização” de toda e qualquer “vivência” política do *real-concreto social* ganês (Pellow & Chazan, 1986; Apter, 1968).<sup>442</sup> O epicentro do sismo político que se havia verificado na capital Acra, emitiu, também, poderosas e almejantes ondas de choque por toda a região Ashanti. O *Asantehene* e a esmagadora maioria dos *amanhene* desta política região (excepção

---

<sup>439</sup>Citemos, de entre estes, por exemplo, o *Ghana Young Pioneers*, o *Kwame Nkrumah Ideological Institute*, a *Young Farmer's League* e a *Market Women's Union*. Ver: (Afrifa, 1966).

<sup>440</sup>De acordo com Dennis Austin, Kwame Nkrumah e o por si dominado CPP, chegam a esta situação de total repulsa militar, política e social por parte dos *amanhene* e da população Asante, porque em 1966 este mesmo partido político “has become a faded party or at best poorly articulated – more head than body, and when the head was off the body quickly died” (1975: 4).

<sup>441</sup>O Tenente-General Joseph Arthur Ankrah assumiu a presidência do Conselho durante o período que decorre entre 1966 a 1967, tendo sido, por acusações de corrupção, nesta data substituído pelo Major-General Akwasi Afrifa, que assumiria a presidência do Conselho entre os anos de 1967 a 1969. Ver: (Chavagneux, 1997). Para uma análise mais detalhada sobre a junta militar que governou o Gana entre 1966 e 1969, ver, entre outros: (Card, 1975; Austin & Luckman, 1975; Pinkney, 1972).

<sup>442</sup>A desconfiança política dos Asante em relação a Kwame Nkrumah era tal, que após a transmissão radiofónica de uma mensagem do Coronel Emmanuel Kotoka, a população Asante, em Kumase, foi para as ruas cantar o hino das Forças Armadas e para os bares comemorar a “nova” e almejada liberdade, quando alguém profere as seguintes palavras “You don't know Kwame Nkrumah. This is one of his wicked plans to test the loyalty of the masses. He wants to find out who is with him and deal with those who are not” (*apud* Afrifa, 1966: 35). Ainda assim, e segundo conversas informais que mantivemos no distrito, o júbilo manifestado e a raiva libertada por anos de opressão política, levaram a que em Mampong, por exemplo, os quatro Comissários do CPP, fossem espancados até quase à morte antes de serem levados para Kumase ao abrigo da “protective custody”.

feita dos “*amanhene*-Nkrumah”), receberam, como seria expectável, toda esta libertadora onda de energia com uma enorme exultação pública (viam-se, em Kumase, enormes cartazes com os seguintes slogans: “*No more animal farm*” e “*Tyranny is dead... democracy is reborn*”) na medida em que, após quinze anos de sectarismo ideológico e de clausura política forçada, poderiam agora depositar as suas genuínas esperanças económicas e ambições políticas, num governo (e, num Estado) que se lhes apresentava com a “sensibilidade” política suficiente para a “reconstrução” de integrativas, cooperantes e permutativas relações políticas. Assim estaria para acontecer.<sup>443</sup> Num quadro histórico de “reabilitação” política, no qual se propalavam os históricos valores de um democrático “nacionalismo burguês”, o NLC em busca de reforçar a sua posição política governativa (e, por inerência, a eficácia política e a eficiência relacional do Estado) e, em busca de gerar uma legitimidade política coesiva e contínua (i.e., uma legitimidade que não decorresse só da “espuma” política da sublevação militar), dirige a sua atenção política, desde a primeira hora do golpe militar, para dois “grupos sociais” (para além, naturalmente, dos militares e polícias e, ainda, dos juízes das várias categorias judiciais), que consideraram primordiais para a sua boa gestão do Estado e de toda a “máquina” de poder que lhe serve de suporte administrativo e burocrático e essenciais para a boa implementação das tão necessárias medidas de natureza económica e financeira: pelo seu poder técnico, os funcionários de escalão intermédio dos serviços civis e, pela sua reconhecida autoridade política e simbólica, os sempre presentes em histórias políticas, os *amanhene* Asante.<sup>444</sup>

No frenesim destes políticos dias, terá comentado o *Asantehene* com alguns dos seus próximos e leais *amanhene* que “se réjouit du changement de pouvoir” e enunciava que “puisque Nkrumah a été déposé, il peut retourner à ses devoirs traditionnels” (*apud* Chavagneux, 1997: 61). O *lobbying* político do *Asantehene* (que viria a ser nomeado Comissário das Comunicações e Embaixador do Gana em Roma) e de muitos outros influentes *amanhene* Asante (tais como, o *Mamponghene*, o *Juabenhene* e o *Nsutahene*), junto de um inexperiente NLC e de um Estado em polvorosa orgânica, não se fez de todo esperar, nem tão-

---

<sup>443</sup>Com efeito, a percepção e o reconhecimento da importância política dos *amanhene* Asante por parte dos militares revoltosos é, desde o minuto um do golpe militar, um evidente facto(r) político. Logo, a 4 de Março de 1966, o Tenente-General Joseph Arthur Ankrah, após conversas informais com o *Asantehene*, faz a seguinte declaração “We shall respect the institution of chieftaincy and recognise the role that chiefs will play in the development of the new Ghana” (*apud* Dowse, 1975: 21). Também, o Comissário-Geral da Polícia, John Harlley, activo e central elemento deste golpe de Estado, reitera, em Abril de 1966, o inquestionável papel político destas históricas “figuras” locais e nacionais, ao sublinhar que “chieftaincy is an essential element in Ghana’s national life” (*apud* Dowse, 1975: 21).

<sup>444</sup>O NLC não tendo qualquer experiência governativa e precisando de governar através da “máquina” administrativa e burocrática do Estado “from the first day of its rule the N.L.C. did everything it could to win over the civil service. (...) The civil service was the most important corporate ally of the N.L.C.” (Dowse, 1975: 18-21). Ver, ainda: (Pinkney, 1972).

pouco de rogado se fez.<sup>445</sup> Em Janeiro de 1967, estes mesmos altos-dignatários Asante, dirigem-se ao Vice-Presidente do recém-instaurado *Chieftaincy Secretariat*, Nene Azu Maze Kole, para lhe fazerem chegar uma “carta de intenções” políticas, sob o pretexto de estas mesmas pretensões serem em nome e só em nome e para o bem-estar e progresso das *suas* (deles) gentes Asante (Pinkney, 1972).<sup>446</sup> Nestas reivindicações políticas (camufladas de humildes e cordiais “recenseamentos informativos” que trariam paz política e estabilidade social à região Ashanti), o *Asantehene*, de um modo nada inocente e bastante estratégico, “recomendou”, por um lado, a regularização do processo de destituição dos *ohene* Asante que ilegitimamente foram entronizados *omanhene* pelas sua simples lealdade política a Kwame Nkrumah e, no sentido inverso do processo, restituir o lugar e estatuto político aos legítimos *amanhene* que por não serem prosélitos de Kwame Nkrumah e do CPP foram por eles apeados ou despromovidos, por outro, “sugeriu” a revogação da legislação que retirava o controlo da exploração das terras (das receitas contributivas dos *Stool Lands*) e da gestão dos seus recursos agrícolas e minerais (por exemplo, das reclamadas minas de ouro de Obuasi) das “mãos” dos *amanhene* que eram os seus imemoriais e “sagrados” guardiães, e, ainda, “lembrou” de que seria muito bom para o desenvolvimento sócioeconómico e em nome de uma verdadeira democracia representativa, a devolução dos nomeados lugares dos *amanhene* Asante nos *Local Councils* da região e, por último, e com revestida importância simbólica, a devolução integral e intencional exclusiva (i.e., sem “supervisão” ou interferências “externas”) das suas “velhas” prerrogativas jurídicas em matérias que só ao “direito costumeiro” e só à tradição Asante diziam respeito (Pinkney, 1972; Berry, 2000).

Neste sentido, com o objectivo analítico de melhor compreendermos e caracterizarmos este novo quadro histórico de mudanças políticas e de novas disposições relacionais protagonizadas pelo NLC – e por um “velho” Estado agora (trans)vestido com novo fardamento político – com os estóicos e empedernidos *amanhene* Asante (sempre na busca de uma “janela” de oportunidade política), à narrativa explicativa de Daniel Ohyeaman Appau iremos recorrer:

o NLC, dadas as relações de proximidade política, ideológica, familiar, e até mesmo de ‘subordinação’ política (destaco que, por exemplo, Joe Appiah, ele próprio um Asante, reverenciava e reconhecia a substantiva legitimidade política do *Asantehene* e a ela se submetia), construiu um Estado que nada mais seria que um necessitado aliado ou parceiro político dos *amanhene* Asante. Os Asante, desde muito cedo, capturaram a inexperiência política e as enormes

---

<sup>445</sup>O NLC, dadas as suas vulnerabilidades políticas e dubiedade económicas, não hesitou em criar um conjunto de comités especializados de apoio à governação do Estado e do país. De entre estas destacamos, pela sua importância, o *Executive Council*, o *National Advisory Council*, o *Political Committee*, o *Economic Committee* e o *Civic Education Centre*. Todos os membros destas instituições eram civis, eram anti-Nkrumah e eram ou familiares ou muito próximos da soberania política Asante. Ver: (Dowse, 1975; Austin, 1976).

<sup>446</sup>Para um conhecimento em profundidade da natureza e amplitude das inúmeras acções de *lobbying* político que os *amanhene* Asante exerceram sobre o NLC e o “aparelho” de poder do Estado, ver: (Pinkney, 1972).

fragilidades executivas e económicas dos militares. À época, a grande, ou única legitimidade de que poderiam almejar usufruir, era daquela que resultava da libertação e da desacreditação do velho e opressor regime político de Kwame Nkrumah. Mas, digamos, era uma legitimidade demasiado curta para governar um país com tantas nuances políticas e dificuldades económicas como o Gana. O Estado e o governo do NLC não podiam construir uma legitimidade política própria e sólida, exclusivamente centrada em projecções políticas: na *futura* democracia política, no *futuro* desenvolvimento social e no *futuro* progresso económico. Era preciso mais e melhor. Foi, assim, que o NLC compreendeu que os *amanhene* Asante teriam um incontornável papel político em todo este processo de reconstrução do país. Esta aliança política, permitiria não só o usufruto de uma indirecta legitimidade política reconhecida aos *amanhene* Asante, mas garantia também, a propagação dos seus esfarrapados ideais políticos e implementação das suas medidas económicas na região Ashanti, que seriam um bom exemplo de cooperação para todo o país. Foi o renascer dos *amanhene* Asante que consideravam o Estado um pai com pouca autoridade política, mas que ainda assim, sabiam que era robusto o suficiente para os castigar.<sup>447</sup>

Uma vez mais, encontravam-se os *amanhene* Asante no auge dos “negócios” da mais pura actividade política. Era, pois, tempo de sarar as feridas políticas de um “momento” de escoriações várias no seu prestígio político, no seu estatuto social e nas suas atribuições jurídico-constitucionais para que em seguida pudessem recapturar (e, se possível, tonificar) todo um espaço de dominação política que não deixavam de considerar que era legitimamente seu, quase que como por destino histórico ou predileção divina.<sup>448</sup> E, esse “tempo” de reaparecer seria (presumivelmente) o ano de 1969 e o “espaço” para restaurar seria (expectavelmente) a Constituição, o *Progress Party* e as eleições parlamentares desse mesmo ano (Luckham, 1975). Com efeito, a atmosfera de um esperançoso “renascimento político” que havia sido tão propalada (mas, na realidade, tímida e muito cautelosamente agenciada) pelo NLC em relação ao *amanhene* Asante, encontrou um fervoroso eco na vitória eleitoral do *Progress Party* (PP)<sup>449</sup> em 1969, liderado pelo seu carismático líder, Dr. Kofi Abrefa Busia (um Asante do Estado de Brong-Ahafo), cuja retórica ideológica de matriz nacionalista e conservadora, criticava fervorosamente, sobretudo por “terras” da região Ashanti, a alienante

---

<sup>447</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Daniel Ohyeaman Appau (Presidente do MME), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

<sup>448</sup>Salientamos, neste ponto, que a generalidade dos autores realça as perversas e disruptivas relações (políticas) mantidas entre Kwame Nkrumah e os *amanhene* Asante. No entanto, para Robert Pinkney, a estas relações de opróbio e degeneração pode-se incluir um espaço de (tensa) “cohabitação” política e, também, um lado de sarcásticos jogadores políticos por parte dos *amanhene* Asante em relação a Kwame Nkrumah e ao CPP. Pelas suas palavras “The gong-gong, which was used to summon the people, was often beaten by a party official, party rallies competed with traditional durbars, party drumming groups competed with those in the chiefs’ courts, and village development committees were chaired by party officials, but in many cases, there was an overlapping of functions. Chiefs frequently took the chair at party rallies to add weight to the party’s authority, and they usually remained the main instrument for articulating local interests. The picture is one of interdependence between the party and traditional authorities. Nkrumah admitted after the coup that he had tried to accommodate the chiefs, despite their non-socialist views” (1972: 95-96)

<sup>449</sup>O PP apresenta-se nas eleições de 1969 como o herdeiro directo de uma renovada “tradição política” inaugurada com a formalização do movimento nacionalista NLM (fundado em Kumase), por dois proeminentes cidadãos e políticos – Joseph Danquah (membro de uma família real Asante) e Kofi Busia (eleito, em 1951, pela Confederação Ashanti ao Conselho Legislativo da então Colónia da Costa do Ouro) –, cujo património político e simbólico iria repercutir-se nas eleições de 1979 com a ida a votos do *Popular Front Party* (PFP), e, mais recentemente com o *New Patriotic Party* (NPP), nas eleições de 1992, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 (a influência social e legitimidade política do *Asantehene* e dos respectivos *amanhene* Asante nas vitórias deste partido “nacional”, em 2000, 2004 e 2016, foram absolutamente decisivas). Ver: (Amoah, 2007; Ayee, 1998, 2001a, 2001b).

centralização do poder político e as dogmáticas disposições relacionais promovidas pelo governo de Kwame Nkrumah, agora no exílio no Reino Unido, com os, para si, historicamente insubstituíveis e politicamente imprescindíveis *amanhene* Asante (Card, 1975; Twumasi, 1975). Portanto, nesse mesmo ano de 1969, uma nova Constituição da República foi ratificada e promulgada e, um governo constitucional de natureza civil democraticamente eleito (tal como à três anos atrás o NLC havia prometido), chefiado pelo Primeiro-Ministro Kofi Abrefa Busia, foi solenemente empossado e festivamente celebrado pelas ruas de Kumase, de Mampong e de Ejisu-Juaben com lançamento de pó branco pelo ar (costumária prática militar Asante após uma vitória militar) (Chazan, 1983).

A nova Constituição da então formalizada 2.<sup>a</sup> República do Gana após um longo debate técnico, académico e político da Comissão Constitucional (em cujos trabalhos o *Mamponghene* e o *Kwamanghene* informalmente participaram) no qual se defrontaram contrastantes perspectivas políticas em relação ao “figurino” estatutário que os *paramount chiefs* (entenda-se: os *amanhene* Asante) deveriam ter/desempenhar na “cena política” ganesa — e, refira-se, pelas fortes pressões políticas exercidas pelo *Asantehene* e pelos seus (importantes e muito bem colocados) correlegionários políticos à hierarquia militar do NLC (via Major-General Akwasi Afrifa, um fervoroso Asante de Mampong) e ao PP (via Kofi Abrefa Busia, por lealdade histórica e política) no sentido de o poder político estatal reconhecer e oficializar uma instituição que acolhesse os interesses jurídicos das matérias “tradicionais” — não só declara expressamente a existência formal e a salvaguarda normativa das instituições tradicionais, como ainda, estabelece a *National House of Chiefs*, (simbolicamente) sediada em Kumase, que era composta pelos cinco representantes eleitos das respectivas *Regional House of Chiefs* (um censor “doce político” criado por Kwame Nkrumah, em 1958), à qual é constitucionalmente conferida a exclusiva jurisdição de acolhimento e de recurso a nível nacional em matérias adstritas às dinâmicas processuais internas das estruturas políticas tradicionais, bem como ainda, era-lhe anuída uma competência de natureza consultiva (que, no caso particular dos Asante, assumiu um carácter de vinculativo) em “expedientes” tradicionais, a qual o Governo e o Estado central mobilizariam para se informarem/aconselharem em matérias que aos vários “direitos costumeiros” diziam respeito (Arhin, 1985, 2001).<sup>450</sup> Desta forma, no transitar de todo

---

<sup>450</sup>Segundo o nosso entrevistado Claude Ewa, a *National House of Chiefs* estava encarregue de “elaborar um progressivo estudo, interpretação e codificação das dispersas ‘leis tradicionais’ existentes no país, e reuni-las num sistema unificado e integrativo de ‘direito costumeiro’ a nível nacional. Subjacente a toda esta ideia de devolução e capacitação orgânica, estava o objectivo estatal de derrubar as fortes barreiras étnicas existente em cada região e de desenvolvimento de um sentimento identitário dos valores nacionais. Esta nova possibilidade de reorganização possibilitava às *Regional House of Chiefs* e à *Nacional House of Chiefs* de funcionarem como um corpo ‘mais’ homogêneo, e como tal, fazerem valer mais o seu peso e a força das suas reivindicações junto dos órgãos de Estado, quer a nível distrital, regional ou mesmo central. E, no caso



este processo político e constitucional de aberturas, anuências e concessões políticas por parte de Kofi Abrefa Busia e do “capturado” PP, o nosso entrevistado Mohammed Boakye Agyemang, expõe-nos também o lado mais cúvido, calculista e estratégico de todo este descerrado enquadramento jurídico (que a dado momento, o nosso entrevistado caracterizou de “doação da Constituição em hasta pública”), por parte dos *amanhene* Asante em relação a um Governo “redistribuidor” jurídico com *expensas políticas*, de um Estado “receptor” político mais *necessitado que nunca* e de um Primeiro-Ministro “promotor” de um projecto político e económico que ainda estava *por acontecer*, revelando-nos que:

do meu ponto de vista, todo este caminho político e constitucional escancarou as portas para uma situação que não deixava de ser perigosa para o Estado. Por aqui, todo este processo foi recebido e celebrado como se tivessem sido os Asante que tivessem “ganho” o poder. E, de certo modo, até ganharam. Talvez, até o Dr. Busia não estivesse consciente do custo político a pagar por uma esmagadora vitória eleitoral. Aqui na região o PP ganhou todos os círculos eleitorais. Mesmo antes da vitória eleitoral, as pressões do *Asantehene* e de outros importantes *amanhene* já se faziam sentir. As reivindicações eram mais que muitas. Sentiram a fraqueza da “presa” Estado. Para além de terem tido assento nos vários comités de aconselhamento político e económico criados pelo NLC, exerceram fortes pressões na Comissão Constitucional e na Comissão Eleitoral. A Assembleia Constituinte, propôs, por exemplo, a presença do *Asantehene* e outros três *amanhene* no Conselho de Estado e que o Colégio Eleitoral do Presidente tivesse três *amanhene* escolhidos pela NHC. A Constituição de 69 é o fruto de todas essas pressões que não deixam de reflectir a enorme fragilidade de todo sistema estatal que parecia refém de um centro de poder instalado em Kumase. O poder político do Governo e do Estado, dada a sua anunciada necessidade de integração deste inquestionável recurso político que eram os *amanhene* Asante, pois precisava deles e dos seus “canais” políticos para se fazer chegar às populações, reintegrar os Conselhos Locais, Distritais e Regionais. Escusado será referir que todas estas estruturas de âmbito regional e local, foram categórica e rapidamente dominadas pelos respectivos *amanhene* da área de jurisdição daquelas. No fundo, o Estado e os *amanhene* Asante, tentaram optar por uma via de compromisso simbiótico, expresso nesta “convenção constitucional”, que tentava salvaguardar as ambições políticas mínimas de cada uma das partes.<sup>451</sup>

No entanto, a auscultação do Primeiro-Ministro ao escalar de uma cada vez mais intensa e autónoma acção política dos *amanhene* Asante nas suas respectivas jurisdições territoriais (e, até, já com alguma “voz” a nível nacional por parte do *Asantehene*), levam a que aquele, o seu partido e os seus parlamentares, em nome da unidade e de um coerente e uno (e, sobretudo, por si controlado) projecto político e económico nacional para o Gana, comecem a retrair-se nas “benesses” jurídicas e nas condescendências políticas, para com aqueles leais, mas cada

---

particular dos Asante, a institucionalização jurídica e a importância social reconhecida (de importância simbólica nesta conjuntura passaria a uma crescente e *efectiva* importância política nos anos vindouros) a estas duas ‘plataformas’ exclusivamente tradicionais, foi o espaço e o lugar de projecção política do *Asantehene* enquanto figura de referência mesmo ao nível dos ‘negócios políticos’ do Estado a nível nacional (relembro que o *Asantehene* era, por inerência, o presidente da *Ashanti Regional House of Chiefs*) e, por razões históricas, políticas, económicas e simbólicas, seria, por muitos anos, e indiscutivelmente (porque a sua legitimidade era reconhecida e validada pelos seus pares – antigos vassallos da Confederação – a nível nacional), o Presidente da *National House of chiefs*”. Tradução livre da entrevista realizada a Claude Ewa (Director MCC-DC2), em Acra, em 2007 [AE2010/EPE].

<sup>451</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Mohammed Boakye Agyemang (Presidente do EJM), em Ejisu-Juaben, em 2008 [AE2011/EPT].

vez menos controláveis amigos políticos.<sup>452</sup> Considerou Kofi Abrefa Busia, que o seu agradecimento aos favores políticos dos *amanhene* Asante, já haviam sido liquidados com um chorudo cheque constitucional. Não obstante, este seria, talvez, à época, a menor das suas preocupações políticas, na medida em que o caminho da governação económica de Kofi Abrefa Busia (assente nos genéricos princípios do “mercado-livre”, da iniciativa privada e do capitalismo “regulado”), não estava de todo a corresponder aos propósitos por si e pelo PP inicialmente projectados, e, em resultado disso, o descontentamento social e a contestação política ao Governo e ao Primeiro-Ministro, começaram a pulverizar-se de forma cada vez mais incontrolável por todo o país (Ninsin, 1985). Ao “fantasma” da bancarrota a pairar sobre esta onerosa e transversal crise económica (à qual se juntava uma crise monetária, de inflação, de preços, de desemprego, de impostos, de dívida e de consumo), aliaram-se as veementes acusações públicas de que o Governo do PP, para além da sua frouxidão política, “vergava” a sua governação política aos princípios da amizade, da etnicidade e do parentesco Asante (Dzorgbo, 2001; Bennet, 1975). Em resultado de toda esta entrópica situação de não auscultação social e de confronto político directo com importantes sectores sociais e organismos profissionais, de entre os quais destacamos os militares (por exemplo, as altas patentes militares Ewe, em maioria nos vários ramos das forças-armadas, foram simplesmente substituídas por militares Akan/Asante que eram *os* aliados políticos do PP e *os* “parceiros” políticos do Dr. Kofi Abrefa Busia), os juízes, os estudantes, os empresários, os sindicatos, os funcionários públicos, entre outros, reancendeu-se o saudosismo pelo retorno dos “good old days of Nkrumah’s redistributive social production system” (Dzorgbo, 2001: 226), e, o conjunto de todos estes “motivos condutores”, acabariam por formar um “mão-cheia” de insatisfações económicas, políticas e sociais que serviria de bandeja um Estado ao próximo e já à espreita golpe militar que, por ironia pessoal ou “fado” político de Kofi Abrefa Busia, seria perpetrado pelo seu militar amigo (um ambicioso, insatisfeito e ressentido Asante) e, por si

---

<sup>452</sup>Veja-se, por exemplo, a publicação do *Chieftaincy Act* (No.370), de 1971. Este normativo servia um duplo propósito político: por um lado, o Estado do PP, após um momento de considerável abertura política, quis mostrar toda a sua “força” política e jurídica ao chamar a si a última palavra na nomeação de todo e qualquer chefe tradicional (podia não aceitar o nome proposto ou podia destituir em nome da “utilidade pública”) e no controlo de toda e qualquer receita fiscal gerada pelas instituições tradicionais, por outro lado, reiterou todas as prerrogativas dos chefes tradicionais consagradas na Constituição de 1969, acrescentando-lhes, ainda, os poderes de jurisdição em matérias relativas ao direito costumeiro de heranças, de família e de propriedade. Assim, e uma vez mais, neste mesmo instrumento legislativo, “sente-se” a amizade e a parceria política de Kofi Abrefa Busia com os *amanhene* Asante, pois o novo “diagrama” que define todas as estruturas políticas tradicionais a nível nacional, reproduz, *ipsis verbis*, a ancestral estrutura política Asante: “a) the Asantehene and paramount chiefs; b) Divisional Chiefs; c) Sub-divisional Chiefs; d) Adikrofo; and e) such other Chiefs not falling within any of the preceding categories as are recognised by the Regional House of Chiefs” (Parliament of the Republic of Ghana, 1971: 24-25).

recém-promovido a líder da Primeira Brigada de Infantaria, Ignatius Kutu Acheampong (Bennet, 1975; Etsiah, 1989/90).

Frisemos, a jeito de síntese, que neste importante período do passado-recente do Gana, o processo político de (re)construção nacional e de (re)construção relacional (assentes em profundas simpatias pessoais e simultâneas partilhas políticas) por parte do NLC e do PP de Kofi Abrefa Busia, foi, por racionalidade política, progressiva e sensatamente (e por reais necessidades políticas) restaurando as prerrogativas (sobretudo jurídicas e sociais que acabariam por se traduzirem em reais bonificações políticas) dos poderosos e vorazes *amanhene* Asante, embora estas (ainda) estivessem estritamente circunscritas aos princípios constitucionais, legislativos e administrativos que consagravam e formalizavam a sua (efectiva) dependência política face às expectativas, ambições e estratégias (e receios, diga-se) conjunturais de um parlamento ganês, de um governo e de um Estado que se tentavam afirmar no (concorrido) espaço político público ganês e no (disputado) espaço político público da região Ashanti. Terá sido, porventura, todo este processo de mutualidades políticas, uma pálida tentativa de normativamente “burocratizar” ou “profissionalizar” os *amanhene* Asante de acordo com a dupla imagem de um modelo que sincretizava o melhor do tradicional e (já) funcional “aparelho” político Asante com o melhor do moderno e (ainda) experimental “aparelho” político de *Local Government*.<sup>453</sup>

---

<sup>453</sup>Ou, ainda, se quisermos sintetizar pelas palavras de Nana Odenehu Oduro Numapau II: “Nós Asante, sempre aprendemos que a mão que nos dá pode ser a mão que nos tira. Soubemos, desde o início, que à abertura política de 69 haveria de corresponder um recuo, tal como aconteceu com o *Act 370*. Ao mesmo tempo que nos davam algumas fatias com uma das mãos, víamos que havia outra mão que segurava o pão. Recordo, por exemplo, os artigos 48 e 52 do *Act 370*. Esses, eram as mãos que nos faziam ainda sentir que ainda tínhamos um ‘senhor’ que nos admoestava e alimentava. Mas sentimos igualmente que eles precisavam de também estender a mão para receber alguma coisa de nós. Portanto, quer da nossa parte, quer da parte do governo e do Estado, foi consciente e estrategicamente aceite o que era oferecido, com a esperança de que novos ventos políticos se levantassem e controvertessem essa situação a nosso favor”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Odenehu Oduro Numapau II (Vice-Presidente da ARHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT]. Em relação ao processo de “governo local”, destacamos que durante este período temporal (1966-1972), “alguma” atenção, embora sem grandes efeitos práticos, a ele foi dedicada. Destacamos, sob a gestão política do Tenente-General Joseph Arthur Ankrah a nomeação da *Mills-Odoi Commission* (1967) e do *Local Government Decree (NLCD 26)* (1966) e, sob o comando político do Major-General Akwasi Afrifa a nomeação da *Akuffo-Addo Commission* (1968) e da *Siriboe Commission* (1968) e, em 1969, do *Local Government (Amendment) Decree (NLCD 229)*. No tempo de Governo do PP, esta matéria foi consagrada na Constituição de 1969 e abordada no *Local Administration Act (Act 359)* (1971). Destacamos, por último, que durante este período temporal, não se realizaram eleições para qualquer estrutura de natureza local. Ver: (Ayee, 1994; Ahwoi, 2010; Jacquemot, 2007).

## 4.2 | OS “POLÍTICOS DE UNIFORME”: DAS DESCONTINUIDADES MILITARES ÀS CONTINUIDADES POLÍTICAS

Em 1972, em resultado de uma tibieza política, de uma imperícia económica e de uma mouquice social, um segundo e (quase) pacífico golpe de Estado militar, esboçado e cumprido pelo Coronel Ignatius Kutu Acheampong, destituiu o governo civil, liberalizante e “democrata” *quanto baste* do Dr. Kofi Abrefa Busia (que, tal como Kwame Nkrumah, encontrava-se ausente do país, em Londres), conduzindo aquele “famélico” militar aprendiz de político (e, no estrito cumprimento processual da cartilha dos golpes de Estado ganeses), à captura da “centralina” do poder de Estado e à penhora das instituições executivas de governo, com o inequívoco e musculado suporte político e partidário do *National Redemption Council* (NRC), o qual, algum tempo depois, viria a metamorfosear-se no *Supreme Military Council* (SMC) (Austin & Luckman, 1975).<sup>454</sup> Tal como já evidenciámos, as costumárias manifestações ou reuniões públicas foram proibidas, a vigente Constituição da República (1969) foi abolida, os creditados partidos políticos suprimidos, o soberano Parlamento dissolvido e, os seus deputados, bem como os ministros e todos os quadros técnicos e políticos superiores do governo do PP, dever-se-iam, para a sua própria segurança e integridade pessoal, entregar na esquadra de polícia ou na base militar mais próximas ou “would be dealt with militarily” (Amamoo, 2007: 165). Do ponto de vista dos procedimentos políticos e das intervenções legislativas, o NRC “copiou” toda a estrutura metodológica e “constitucional” de acção do seu “preceptor” e predecessor NLC. Desta forma, e tal como já havia sido registado anterior, o NRC foi autorizado “for such purposes as they may think fit to make and issue decrees which shall have the force of law in ghana” (Goldschmidt, 1980).<sup>455</sup>

Um par de horas decorrido, após o radiofónico anúncio do instalado golpe de Estado, um conjunto de importantes membros e apoiantes do Governo de Kofi Abrefa Busia e de acérrimos seguidores da insulsa visão política e programática do PP (de entre os quais, destacamos, Kwabena Osei-Bonsu, Reginald Amponsah, Bernard da Rocha e o *paramount chief* do Norte,

---

<sup>454</sup>Donald Ray analisa sinteticamente, quais foram as razões que motivaram a destituição do governo do Dr. Kofi Busia, salientando que “Despite a certain democratic promise at the start of Busia’s conservative government, Busia quickly became authoritarian and unable to deal with the growing economic problems. In 1971, he banned the Trade Union Congress (TUC) in response to major strikes. Cocoa prices dropped in 1971, sparking off an economic crisis reminiscent of Nkrumah’s last days in power, and Busia devalued the Cedi by 45 per cent in 1971” (1986: 15-16). Para um resencamento das razões de natureza estritamente militar que estiveram na origem do golpe de Estado, ver: (Bennett, 1975).

<sup>455</sup>Segundo Joseph Amamoo, a legitimidade política e revolucionária deste golpe de Estado, à semelhança do que havia sucedido com o primeiro, era muito “curta”, pois “for unlike the first coup, this was not a national all-embracing affair but the handwork of a handful of treacherous, frustrated, promotion-delayed or-failed officers, who wanted a shot-cut to fame, wealth and glory” (2007: 168). Para a compreensão das semelhanças e das diferenças de acção e pensamento político do NLC e do NRC, ver: (Austin & Luckham, 1975).

Simon Dombo), tentaram, freneticamente, mobilizar as “massas populares” de Acra e de Kumase, para o colectivo e total insurgimento social daquilo a que eles consideraram ser um vergonhoso e injustificado golpe de Estado contra um Governo estável e eleito pela vontade do povo ganês (Amamoo, 2007). Não obstante esta (infrutífera) gritaria e correria política de até alguns proeminentes Asante (caso de Kwabena Osei-Bonsu e de Reginald Amponsah, ambos ex-Ministros de Estado do Governo do PP), a confiança e a segurança política eram, assim o poderemos dizer, os primeiríssimos “sentimentos” políticos que grassavam e dominavam cada uma das “parcelas territoriais” dos agora “reinstalados” *amanhene* da região Ashanti. Todavia, com o passar dos dias e com a tomada de consciência do volume de trabalho político que na sua “secretária do poder” se acumulava (e, refira-se, por pura vontade e necessidade de controlo político), Ignatius Kutu Acheampong, em busca da “construção” de uma legitimidade política, começa a exteriorizar a sua simpatia e inspiração pela figura ideológica de Kwame Nkrumah e pelo trabalho político do CPP (para, estrategicamente, “angariar” toda aquela massa latente e excluída de ferrenhos adeptos do CPP) e, neste “trânsito” programático, começa a esboçar a sua (atabalhada e insuficiente) caminhada por “terrenos” políticos socializantes que se projectavam para o disciplinador “centralismo democrático” e para a regulatória economia planificada assentes nos ténues princípios de *um* “capitalismo de Estado”, em opção ao *laissez-faire* económico do PP de Kofi Abrefa Busia (Rothchild & Gyimah-Boadi, 1981; Ninsin, 1985). Na região Ashanti, aos “sentimentos” políticos iniciais, sobrepuseram-se, de forma consciente e desperta, “pressentimentos” de um (ainda tão recente) *déjà vu* político que tanto impacto e tantas marcas políticas havia deixado nas dinâmicas orgânicas e funcionais dos “Estados” desta política região. Com efeito, e tal como nos é corroborado e sublinhado por Kofi Opoku Manu:

a população da região, regra geral, nem foi efusiva nem ficou assustada. Era mais um golpe de Estado, desta vez levado a cabo por um Asante, de Kumase. Os *amanhene*, por seu lado, e por a história já lhes ter sido por muitas vezes madrastra, mostraram firmeza, cautela e preocupação. Por exemplo o *Mamponghene*, foi o primeiro a convocar o seu Conselho Tradicional para avaliar a situação. Todos os outros lhe seguiram os passos. Após estas consultas, o *Asantehene* reuniu o Conselho Tradicional de Kumase. Dada a perícia política dos *amanhene* Asante, cedo perceberam o vazio político e os reais motivos por detrás do golpe de Estado. Perceberam duas coisas: a ausência de um projecto político com coerência e que eles não eram o motivo político desta exaltação militar. Portanto, para além de uma eventual lealdade (e reverência) política intra-Asante, os *amanhene*, uma vez mais, sentiram que eram um dos caminhos económicos para aquele governo militar se legitimar e se colocar no terreno. Todo aquele discurso pseudo-marxista foi “desmontado” quando de uma reunião de carácter secreto entre Acheampong e o *Asantehene*, o *Mamponghene* e o *Nsutahene*, e na qual ficou muito claro que as intenções políticas do NRC não tinham como objectivo político coartar as prerrogativas dos *amanhene* Asante, mas antes, “limpar” o país, a política e a economia do lixo e do caos deixado pelo PP de Busia. Como prova de boa-fé política, Acheampong nacionaliza a *Ashanti Goldfields Corporation* (em Obuasi), coloca na administração da empresa alguns influentes Asante e, a troco do emprego, da melhoria das condições de vida e das infraestruturas que aquela traria (e, por via disto, legitimaria os *amanhene*), era “pedido” a estabilidade e a paz social daquela região, para que se pudesse governar o país com uma mão e com os projectos de um revolucionário militar. A simplicidade

desta negociação política era acompanhada pela eficácia da mesma e pelos benefícios que ambos recolham. O Estado, uma vez mais, estendeu as mãos aos Asante. Ou, terá sido o contrário?<sup>456</sup>

Contudo, e apesar do “clima” de “entrejuda” política entre Ignatius Kutu Acheampong e o armado NRC com os *amanhene* Asante (e, dos *paramount chiefs* ganeses, de uma forma geral, excepção feita dos, por aquele, destituídos *ohene* de Yendi, Wenchi e Akyem Kotoku) e, com a aprovação ou suporte político de vastos segmentos de importantes sectores sócioeconómicos ganeses, de entre os quais sublinhamos, os estudantes (que assumiram, desde logo, uma postura de uma lua-de-mel política), as mulheres, os funcionários públicos, os agricultores, os militares e os trabalhadores de uma forma geral, aquele militar feito político, devido ao cada vez mais notório (e crónico) insucesso dos seus programas económicos<sup>457</sup> (os quais, por exemplo, a “*Yentua*”<sup>458</sup>, a *Self-Reliance*, a *Operation Feed Yourself* e a *Operation Feed Your Industries*, tiveram taxas de adesão e de sucesso bastante aceitáveis na região Ashanti), e às cada vez mais presentes incapacidades de (alienação) governação política<sup>459</sup> (e, naturalmente, também pela sua desmedida ambição política), assume, em 1975, a iniciativa e as “despesas” políticas de uma contundente purga partidária no “miolo” directivo do NRC (da maioria dos comissários regionais e de muitos militares-chave que haviam participado na execução do golpe militar), e concebe o *Supreme Military Council* (SMC-I) (Chazan, 1983; Yeebo, 1991; Rothchild & Gyimah-Boadi, 1981). Este novo “partido político” é o espelho que

---

<sup>456</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kofi Opoku Manu (Ministro para a AR), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPE]. De facto, à já assistida fraca representação nacional e local das estruturas do Governo de Kofi Abrefa Busia, assistia-se, agora, a uma quase nula representação das plataformas do Governo político e administrativo do NRC. Neste sentido, e para colmatar tal “deficiência” política, de acordo com Naomi Chazan “the single ongoing and somewhat representative structure maintained by Acheampong was the National House of Chiefs. Its preservation served to heighten the image of a bureaucratic-chiefly alliance which came to be associated with the military government” (1983: 54).

<sup>457</sup>Dada a sua “orientação” política marcada por um discurso anti-imperialista e anti-ocidental “The new regime publicly declared that it had come to power on an anti-IMF platform and was determined to take steps not only against the IMF and World Bank, but also against multinational companies and their local agents” (Yeebo, 1991: 15). Segundo alguns autores, este terá sido, porventura, um dos incorrigíveis e fatais erros políticos e económicos de Ignatius Kutu Acheampong. Este, e ao contrário do que haviam feito o NLC (em 1966) e o PP (em 1971), ao recusar a ajuda financeira e o controlo das contas públicas por parte do FMI e do BM, num acelerado processo de “descapitalização” e de luxação económica do Estado ganês, levou a que estas mesmas “dimensões” se tornassem o “calcanhar de aquiles” político de um militar que se projectava indefinidamente nos comandos de um Estado e de um país. Ver, entre outros: (Yeebo, 1991; Aryeetey *et al.*, 2000; Hutchful, 2002).

<sup>458</sup>Em linha de conta com o que acima enunciámos, o NRC, após um “corte ideológico” com as potências colonialistas europeias, promoveu um *slogan* de propaganda político-económica que era o ‘Yentua’ (palavra em Twi que significa “nós não pagamos”), e dizia repetido ao pagamento da dívida pública do Gana (e do respectivo serviço da dívida) aos credores do “explorador imperialismo ocidental”. Ver: (Dzorgbo, 2001).

<sup>459</sup>Segundo Dan-Bright Dzorgbo “The NRC’s decision to govern and make policy alone thus brought a new phenomenon of military rule into ghanaiian politics. (...) The NRC also involved the military in public life. Many army officers were appointed or seconded to high positions in the ministries, government departments and other state institutions. (...) All previous civilian ministers of Ghana’s regions were replaced by military personnel now known as commissioners. The domination of public institutions by the military was, however, to expose many of the officers to wealth, privileges and power, which they did not hesitate to exploit as public accountability was eroded in the political system as a result of the reemergence of patrimonial rule” (2001: 229-230). Em síntese, pelas palavras de Naomi Chazan “The Ghanaian decision-making apparatus of Acheampong was clearly praetorian in composition and outlook” (1983: 46).

nos demonstra a cegueira, a vacuidade e o desassossego político do “cabeça militar” do NRC (pois tornara-se mais “fácil” remodelar todo um “aparelho” burocrático e administrativo que, simplesmente, reavaliar e reorientar as suas *ao lado* directivas de natureza política e, sobretudo, as orientações de cariz económico-financeiro) e, que reflecte a cada vez mais despótica, personalista e patrimonialista *persona* política de Ignatius Kutu Acheampong (Pellow & Chazan, 1986).

Sem embargo desta nova auto-centrada “circunstância” política e ideológica, o “acordo de cavalheiros” tácitamente assumido pelo auto-proclamado Estado “revolucionário” do NRC e o *Asantehene*, o *Mamponghe* e o *Nsutahene*, estava em vigor político e, ambas as partes faziam questão de honrar a sua palavra política e de colher os seus (lucrativos) benefícios políticos. Os problemas políticos do agora General Ignatius Kutu Acheampong, eram, ainda que derivadamente inter-ligados com (a parcial) acção política dos *amanhene* Asante, de outra natureza, grandeza ou “história” política e económica. Ao inicial benefício da dúvida legitimatória do NRC de 1972 (que se sustentou *quase* que só pelo facto de o NRC ter aproveitado a “energia social” que abominava as “políticas” do PP e de Kofi Abrefa Busia), correspondeu, inquestionavelmente, e já nos finais do ano de 1975 – em resultado directo da abissal crise na *performance* da implementação e do crescimento económico e do não vislumbramento de aberturas ou, sequer de intenções políticas, que erigissem dinâmicas, mecanismos ou plataformas políticas de (qualquer forma de) participação democrática na “vida” política nacional – uma inquietação (pode-se ler, turbulência) social que tinha como “objecto” da sua ira política “the legitimacy of the SMC, which had hitherto not been questioned seriously, became an issue” (Yeebo, 1991: 18).<sup>460</sup> Com efeito, o sistema político, em geral, e o sistema de Estado, em particular, estavam gravemente corroídos e amputados, e o seu colapso institucional anunciava-se a qualquer momento. Também, contribuíram os

---

<sup>460</sup>A crise económica não só se tornava gravosa como assumia contornos de total insustentabilidade, pois como destaca Zaya Yeebo “The annual inflationary rate leaped from 3 per cent in 1970 to 116.5 per cent in 1977. This was aggravated by a sharp increase in the money supply within the same period. The Bank of Ghana noted that between 1974 and 1976, the expansion of money appeared to be intractable as the level rose unprecedentedly by \$2008.4m to \$3220.7m at the end of 1976. There was a drastic fall in the GDP, while wages could not keep pace with inflation. The cost of living reached intolerably high levels. The 1974-1979 period was therefore the real watershed in the era of neocolonial crisis in Ghana” (1991: 18). Do ponto de vista político, a situação não era para menores preocupações, na medida em que “One major feature of Acheampong’s neopatrimonial rule that was to be a weakness of his regime was that he centralized major decision-making and defied expert advice. The NRC-SMC regime soon became a ‘secret’ organization” (Dzorgbo, 2001: 239). A crescente contestação social começou-se a traduzir em regulares e violentas greves laborais (com grande incidência em Acra e incidência moderada em Kumase), que assumiram verdadeiros contornos de insurreição política. De entre as organizações sociais e profissionais que manifestaram o seu profundo repúdio pelas políticas económicas de Ignatius Kutu Acheampong, destacamos: a *Ghana Bar Association* (GBA), a *National Union of Ghana Students* (NUGS), a *Socialist Revolutionary Youth League of Ghana* (SRYLOG), a *Association of Recognised Professional Bodies* (ARPB), a *Pan African Youth Movement* (PANYMO), o *Peoples Movement for Freedom and Justice* (PMFJ), a *Third Force* (TF), a *Front for the Prevention of Dictatorship* (FPD) e o *Cocoa Marketing Board* (CMB). Ver: (Yeebo, 1991).

*amanhene* Asante (pelo seu vigoroso *kalabulear*) para esta entropia governamental e estatal de perímetros políticos e económicos. Na região Asante, a descontrolada (e quase) exclusiva adjudicação de empreitadas de natureza vária (os *amanhene* Asante, eram conhecidos, à época e um pouco por todo o Gana, como *Chief-Contractors*), o não pagamento de impostos (o *Nsutahene* certifica que os impostos que eles recolhiam em nome do Estado, para eles ficavam, com o objectivo de com eles suprimirem outras carências das suas populações, como por exemplo, escolas, estradas e hospitais), a indiscriminada exploração de ouro (contrabandeando avulsamente com americanos, ingleses e sul-africanos, entre outros), a venda ilegal dos excedentes de arroz, milho, amendoim, cajú e/ou algodão (o que levava a que as populações de outras áreas geográficas do Gana vivessem no limiar da pobreza), e, ainda, o contrabando “quase oficializado” de cacau e de madeiras (com circuitos “especializados” de envio destes produtos para o Togo), entre tantas outras formas de que os *amanhene* Asante se serviram para auferirem de vantagens económicas, de rendimentos políticos e de proveitos legitimatórios (na essência, a estrutura política tradicional dos Asante, estava em *pleno* e a *funcionar*), concorreram para a acelerada delapidação de um Governo e de um Estado geridos por um desesperado amigo e um cobiçoso parceiro político seu (Konings, 1986; Oquaye, 1980).<sup>461</sup>

É, neste quadro político, económico e fiscal, pintado com as cores da burocracia, da autocracia, da corrupção, do nepotismo, do clientelismo, do contrabando, da ilegalidade e da imoralidade, que Ignatius Kutu Acheampong, a bem da sobrevivência de um desarvorado Governo e de um andrajoso Estado e, em resultado, a bem da sua própria manutenção política e partidária, promove, em 1976, a criação de uma tripartida *Union Government* (UNIGOV), que, sem a inicial pretensão ou intenção institucional de se constituir enquanto partido político, integrasse destacados elementos dos militares, da polícia e da “sociedade civil” (de entre a qual, uma vez mais, os *amanhene* Asante se fizeram sobressair) e, a partir da qual se tentaria atenuar e resolver os (até então) reiteradamente insolúveis problemas políticos e económicos e se prepararia uma consentida, representativa e participada transição institucional para um regime

---

<sup>461</sup>O *Nsutahene*, Nana Adu Agyei Bonsafo III, sublinhou que “no meu Estado, tal como um pouco por toda a região, as estruturas estatais rondaram o limite do colapso. Assumimos, e outra coisa não era de esperar, o governo político da nossa população. Não era, entenda-se, uma gestão da nossa exclusiva responsabilidade. Coadjuvávamos com a nossa ancestral sapiência e legitimidade os representantes locais do governo central. Muitos deles, eram dos nossos. Estávamos todos em casa; (...) neste sentido, precisámos também de recursos económicos e financeiros para toda uma gestão política e administrativa. Estávamos, simplesmente, a transaccionar bens ou produtos que sempre foram nossos e que sempre os nossos antepassados comercializaram. Se vendermos o que é nosso é justo que os dividendos sejam para nós. Para o bem-estar da nossa população; (...) fui, injustamente, acusado de ter roubado dinheiro para comprar um Patrol. Tamanha infâmia. O Patrol foi-me oferecido pelo Governo. Em conversa com o irmão Acheampong simplesmente lhe disse que me daria muito jeito um (*forbyfor*) para ir às plantações de cacau e de cana-de-açúcar”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Adu Agyei Bonsafo III, de seu “nome civil/privado, Kwabena Oppong (*Nsutahene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário de Empresa de Transportes), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].



político civil, tão e cada vez mais reclamado por sectores vários do vasto espectro social e profissional ganês (Oquaye, 1980; Chazan, 1983; Chavagneux, 1997). Os pressupostos da edificação teórica deste dito Governo de “união nacional”, escorados no participado princípio do “collective decision making”, constituíam uma verdadeira rampa de lançamento para a democratização do campo político ganês. Porém, na essência da prática política, a UNIGOV, enquanto plataforma política de (projectada e saudável) partilha, de dissensões e de equiescências políticas e económicas, nada mais era que o *backstage* político e institucional de um “one-man-show” que única e exclusivamente estava focado, por todos os mecanismos, instrumentos e estratégias, na perpetuação do seu (cesarista/frágil) poder e da sua (anti-democrática/submissa) governação política de esvaziadas legitimações e legitimidades sociais.<sup>462</sup> Tal assim é, que a todo o processo de “montagem” da UNIGOV, antecedeu-se um período de referendo nacional, que assumiu o compromisso político e social para se auscultar a população ganesa em relação a esta “solução política” de governo, que seria total e habilmente manipulado pelo regime político-militar de Ignatius Kutu Acheampong (que chegou a ameaçar de morte os membros, da por si nomeada *Electoral Commission*, se os resultados lhe fossem desfavoráveis), com a inequívoca “ajuda” política dos seus “velhos” *compagnons de route*, os *amanhene* Asante (na região Ashanti, a adesão à proposta da UNIGOV não sendo massiva, foi expressiva q.b.), que de uma forma muito pragmática e calculista, assumiram que ao “ajudarem” o Estado (em “troca” da manutenção das suas prerrogativas sociais) nada mais fizeram que conservar e acautelar o que consideravam ser não um obséquio político “dado” pelo Estado, mas sim, um embutido direito político seu, que o Estado e o país tinham a obrigação de lhes reconhecer: “Ajudámos a quem nos ajudou a reconquistar o nosso espaço e a nossa dignidade política. Era a nossa obrigação. Respeitávamos um Estado que devolveu o que sempre foi nosso. Privilégios? Isso seria dar-nos e usufruirmos do que nunca havíamos tido”.<sup>463</sup> Ainda assim, e para além de todas as tácticas e alianças políticas, as reais conjecturas de uma economia em profunda agonia, venceram as projectadas ilusões políticas de um militar,

---

<sup>462</sup>A “postura” política de Ignatius Kutu Acheampong não deixa de ser paradoxal ou, até mesmo bipolar: ao mesmo tempo que quer assumir a integralidade do poder e do espaço político, recorria ao mecanismo de vitimização política para justificar as suas inabilidades económicas e as suas desastrosas leituras políticas. Seria, já no decorrer de 1978, que numa visita a Ejisu (terra onde estudou no secundário), Acheampong (vestido e cumprindo todos os rituais tradicionais) admite, perante a Rainha-Mãe de Ejisu, Naa Deedei Omadru III, que existia uma crise económica e que estava sozinho na resolução da mesma “(...) Acheampong alone cannot feed this country; neither can any single individual do that. (...) Everybody is now complaining about food prices, while nobody wants to help the government in the search for a permanent solution to the food production problem (...)” (*Daily Graphic*, 1977: 4).

<sup>463</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Oguakro Afrane Okese IV, de seu “nome civil/privado”, Bob Anane (*Ejisuhene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Ejisu, em 2008 [AE2011/EPT].

que há muito tempo se havia perdido nos corredores de um labiríntico, policéfalo e não raras vezes, autofágico Estado ganês (Oquaye,1980; Chazan, 1983; Yeebo, 1991).<sup>464</sup>

Na primeira semana de Julho, de 1978, um militar e liberal Akan do Sul, Tenente-General Frederick Kwasi Akuffo, preocupado em reestabelecer a imagem pública da instituição militar, em pacificar a inquietada hierarquia militar, em conter toda a tensão/pressão política emanada pela “sociedade civil” ganesa, e, sobretudo, em estagnar a sangria económica em que o Ghana havia mergulhado, encabeça o *Military Advisory Committee*, que irá, ordeiramente, e sob a “capa” partidária de um renascido SMC (agora, na sua versão II), destituir o General-Presidente Ignatius Kutu Acheampong (o qual, havia sido aconselhado pelo *Asantehene*, Otumfuo Opoku Ware II, numa “visita” deste a Acra, a abandonar o poder antes de perder a face), de toda e qualquer fonte de poder estatal ou governativa (Oquaye, 1980). O SMC (II) “de” Frederick Kwasi Akuffo assumia, explicitamente, o carácter transitório da sua concepção partidária e do seu “desenho” político, na medida em que assumia como sua prioridade política primeira (e, após a arrumação económica da “casa”), a devolução ao regime político ganês de uma forma de governo civil que assentava no pluralismo partidário e na representação democrática (Pellow & Chazan, 1986). E, uma vez mais, na “busca” de uma base política e social de sustentação do projecto político e do programa económico (i.e., em “busca” da tão necessária legitimidade política), os caminhos políticos do Estado central de Acra, levavam os militares-políticos às estradas de Kumase. Como seria de esperar, auscultadas as intenções políticas de não intervenção no “mundo” tradicional Asante e, de um genérico *agrément* à “visão” política e económica deste reconfigurado e desobstruído SMC (II), os *amanhene* Asante não deixaram de dar o seu assentimento e garantias de uma “genuína e profícua mobilização/participação nas actividades políticas e económicas de um Governo e de um Estado que pediam ajuda e demonstravam amizade política pelos Asante”.<sup>465</sup>

Todavia, esta antecipadamente cortejada e auspiciosa convivência institucional, iria, de forma muito prematura (a 4 de Junho, de 1979), sucumbir às impetuosas “tentações” revolucionárias de “purificação” política da sociedade ganesa, do jovem militar Jerry John

---

<sup>464</sup>A retórica ideológica e o cinismo político de Ignatius Kutu Acheampong e dos seus “famintos” e predatórios seguidores na “venda” pública do projecto da UNIGOV, assentavam nas premissas de “that such a new type of government would bring about national unity, eliminate division in the society, and allow the military to carve a permanent niche for itself in the politics of Ghana. (...) Supporters of Union Government argued that the new system of government would eliminate the possibility of coup d’etats” (Yeebo, 1991: 18-19). No entanto, e para Zaya Yeebo, os grupos opositores a esta forma de governo “saw the proposal as a clever ploy by military officers to entrench themselves in power and to protect the corporate interests of the officer corps and the military as a whole. UNIGOV was therefore opposed vigorously by all democratic forces” (1991: 19).

<sup>465</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Okyerefu Otuo Serebour II, de seu “nome civil/privado, Peter Amponsah (*Juabenhene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Engenheiro Electrotécnico), em Juaben, em 2008 [AE2011/EPT].

Rawlings e, da sua “rectaguarda” partidária que se cumpria na implantação doutrinária do *Armed Forces Revolutionary Council* (AFRC). Fazemos sobressair que, naquele contexto histórico particular, o *leitmotiv*, a direcção e a grandeza do pensamento político (prático) de Jerry John Rawlings e do AFRC, coincidiam menos com os limites de uma *efectiva* acção política de orientação ultra-radical (i.e., de holística e fracturante acção política e institucional, sob a batuta dos “princípios revolucionários”), do que com uma *efectiva e cirúrgica* acção política, em coordenação com os “adequados” parceiros políticos, de combate às “doenças” políticas, económicas, sociais, burocráticas e fiscais, que atravessavam o país de Norte a Sul e, que estavam (quase que por código genético) instaladas nos grandes organismos políticos nacionais, que eram o Estado e o Governo da “Nação” ganesa (Rothchild & Gyimah-Boadi; Ninsin, 1985). Naturalmente que, os *amanhene* Asante não seriam os “aliados” naturais ou prováveis para a promoção e a prossecução de toda a “limpeza” política e económica alvitada por Jerry John Rawlings. Na verdade, diga-se, os *amanhene* Asante, eram, para Jerry John Rawlings, a evidente e integral personificação política das nocivas maleitas económicas de “adoentavam”, desde há longo tempo, o Gana. Porém, e pelas incontornáveis circunstâncias das “leis” do jogo político relacional ganês, tanto Jerry John Rawlings (nos períodos históricos de 1979 e de 1981-1993) como Hilla Limann – que ganhou as eleições presidenciais de 1979 com o apoio do *People’s National Party* (PNP), de “tendências Nkrumahistas”, com a aposição de Victor Owusu, líder do *Popular Front Party* (PFP), apoiado pela esmagadora maioria dos *omanhene* Asante (que na região, “ajudaram” a conquistar 19 dos 22 lugares disponíveis para o Parlamento) – tiveram de conviver, de cohabitar e, até mesmo de interagir de forma política directa (no “terreno” político e na “realidade” jurídico-constitucional) com os *amanhene* Asante, sob pena de, se assim não fosse, (podia-se) “infertilizar” a acção política do Estado ganês naquela região e (podia-se) “empalidecer” a expansão política dos *amanhene* Asante, nas suas (para eles, readquiridas, devidas e legítimas) “versões” (formais e informais) locais, regionais e nacionais (Arhin, 1985; 2001; Goldschmidt, 1980).<sup>466</sup>

---

<sup>466</sup>Nestas eleições Presidenciais e Parlamentares, a “exaltação” (ou, se quisermos, a ambição) política dos *amanhene* Asante era tanta, que o *Asantehene*, através do *Standing Committee* da *National House of Chiefs* (que aquele presidia), teve de emitir uma circular interna, na qual recomendava aos *amanhene* Asante, enquanto pais das suas populações, o afastamento de toda e qualquer actividade político-partidária (*pública e formal*) e concentrarem-se na “política interna” dos seus “Estados”. Por outro lado, e ainda, este discurso político interno, servia para apaziguar a ansiedade e a desconfiança política de Jerry John Rawlings, e demonstrar-lhe que os *amanhene* Asante eram de confiança e que iriam cumprir o acordo com ele (informalmente) celebrado em Kumase, de não interferência (directa) nas eleições ganesas do ano de 1979. Podem-se ler nessa circular as recomendações políticas de Otumfuo Opoku Ware II “(1) A traditional ruler should neither found nor join a political party; (2) He should not chair any political party meeting or conference; (3) He should not speak on any political party platform; (4) He should not use his position or influence to aid any political party; (5) As fathers of the people, the Chiefs should conduct themselves and their affairs in such a way that the institution of chieftaincy would help promote peace, unity and progress in Ghana” (*apud* Oquaye, 1980:205).

O impacto político de todo este genérico e convulsivo período histórico de “regulares” descontinuidade militares e civis e, em particular, esta singular conjuntura política da 3.<sup>a</sup> República que “entremeou” os governos de Rawlings-Limann-Rawlings, sobre a posição política dos *amanhene* Asante (e os perímetros relacionais que o Estado ganês com eles manteve), pode-nos ser caracterizado e sintetizado pelas esclarecedoras observações de Samuel Okyere Kusi-Appiam, ao assegurar-nos que aquele foi:

pouco significativo; à excepção de alguma legislação promulgada pelo NRC (na definição de algumas competências dos *Traditional Councils*, dos *Stool Lands* e nas anteriormente consagradas funções da *National* e da *Regional House of Chiefs*), mas que rapidamente foi contestada pelo *Asantehene* e pelo *Mamponghe*, e, em decorrência, foram relegadas para o conveniente esquecimento político. É sintomático o facto de qualquer um dos efémeros chefes de Estado deste período, ter pedido para ser recebido pelo *Asantehene* Otumfuo Opoku Ware II e pelos seus mais altos dignitários, e auscultado os conselhos de uma figura política (sempre) incontornável para os Asante, e (cada vez mais) para todo o ‘mundo’ tradicional ganês. Esta necessidade de uma aliança (mais tácita ou mais expressa) forte com o *Asantehene*, revelava o crescente poder enquanto referência política de estabilidade e de identidade personificada por Otumfuo Opoku Ware II. O compromisso espelhado na Constituição de 79 (apesar de Limann e Rawlings não “morrerem” de amores políticos pelos Asante) nada mais foi do que reconhecer implícita, mas veementemente, que a representação e a participação política dos *amanhene* Asante, eram um recurso político vital de sobrevivência, aplicação e de coerência das práticas políticas governamentais, sem o qual o governo de Limann e os governos de Rawlings, arriscar-se-iam a governar (se o conseguissem) com uma legitimidade se não amputada, pelo menos manca e, o Estado sempre na iminência de não se fazer sentir ou, no limite, até, mesmo de colapsar. Aos ódios políticos, sobrepujaram-se as estratégias ou as necessidades de efectiva acção política. Rawlings era muito inteligente e astuto, viu que para “ganhar” o Estado, o Estado tinha de “emprestar” aos *amanhene* Asante.<sup>467</sup>

### 4.3 | RAWLINGS E A RESTAURAÇÃO DO ESTADO: EM BUSCA DE UMA LEGITIMIDADE POLÍTICA PERDIDA

Paul Nugent, relembra-nos a aguçada (e cirúrgica) advertência de Jerry John Rawlings a Hilla Limann aquando da inauguração da 3.<sup>a</sup> República do Gana, cujo conteúdo verbal rondaria as seguintes palavras: “(...) never lose sight of the new consciousness of the Ghanaian people” (*apud* 1996: 79; Oquaye, 2004). Em conformidade com este premonitório “conselho” político,

---

<sup>467</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Samuel Sarpong, (Presidente do KME), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPE]. Por seu lado, o *Agogohene* Nana Kwane Akuoko Sarpong afirma que “os compromissos constitucionais que os vários governos destas várias conjunturas políticas verteram nas Constituições, nada mais significaram que a tomada de consciência do poder efectivo que nós Asante detinhamos sobre as nossas populações (somos da grande família Akan, que são o maior grupo étnico do Gana). Alienar todo este segmento da sociedade ganesa e continuar a ocultar (pois tratava-se de ocultar, já que os nossos fundamentos políticos sempre existiram, sempre foram visíveis e mantiveram-se como os princípios orientadores das nossas acções políticas internas), esta realidade política objectiva, era promover uma cegueira que já outros haviam pago bem caro (durante um período de tempo os ingleses e o cego governo de Nkrumah). A inteligência (aguçada pelas necessidades legitimatórias) e o tacticismo inclusivo destes novos governantes (sobretudo de Rawlings), por um lado, e, por outro, a perseverança e capacidade de sobrevivência dos líderes políticos Asante e o incessante reconhecimento por parte das populações Asante dos valores políticos e simbólicos adstritos ao *Asantehene*, ao longo destes anos (e desde sempre), permitiram que ambas as partes, sem serem sócios com escritura passada, tivessem lucro neste grande negócio que é a sempre imprevisível, perversa e estratégica arte da política”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Kwane Akuoko Sarpong (*Agogohene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

o civil Governo do Dr. Hilla Limann – o “ineficaz defensor da democracia”<sup>468</sup>, segundo Richard Jeffries (1989) – mesmo escorado numa democrática e representativa maioria parlamentar, mesmo salvaguardado por uma integrativa, participada e consensual Constituição da República e, não de somenos importância política, mesmo (negociadamente) “amparado” pelas fortes mãos dos *amanhene* Asante, não resistiu aos ímpetos vanguardistas de um jovem oficial da Força Aérea que, pela segunda vez (e, agora, auto-proclamado-se de “Junior Jesus”, “Savior of the Nation” e, também, de “Father of the Revolution”), tentava infundir a sua radicalizada “visão” política de “reabilitação” de um Estado, de “revitalização” de uma Sociedade e de “(re)construção” de um País, projectadamente progressistas, libertadores e reformadores, porque assentes no primado da somatória catarse das injustiças sociais, da aleatoriedade política, da inabilidade económica, da disrupção administrativa e da indigência moral (Nugent, 1996; Yeebo; 1991).<sup>469</sup>

Nos primeiros “momentos” históricos desta recém-instaurada conjuntura política de pragmática revolução democrática, que foi estruturalmente marcada por uma pulsão política e por uma efervescência ideológica vitalizadas pelos elementos mais extremistas da ressaltante (e, diga-se, muito doutrinada e pouco literata) jovem esquerda radical e populista do PNDC – em particular, do *June Fourth Movement* (JFM), mas, também, do *Pan African Youth Movement* (PANYMO) e, da *Peoples Revolutionary League of Ghana* (PRLG)<sup>470</sup> – as disposições relacionais do Estado ganês com os *amanhene* Asante foram de uma ambivalência política balizada por (intermitentes) resvalos de discriminação/segregação social, que as epidérmicas e transbordantes premissas revolucionárias promoviam e justificavam, sem qualquer pudor ideológico ou reserva política (Ray, 1986; Oquaye, 2004). Eram, aquelas profusas e proto-políticas organizações de inexperientes, voluntaristas e de dogmáticos jovens – e, refira-se, com a activa participação de muitas mulheres (via *31st December Women’s Movement* (DWM) e de

---

<sup>468</sup>Não obstante ter iniciado a sua governação política sob os auspícios da “democracia parlamentar e representativa”, demasiado “cedo” Hilla Limann retrocedeu naquela sua demanda política, e revestiu-se de discricionários “tiques” autocráticos dirigidos a “aleatórios” inimigos políticos. De acordo com Kofi Awoonor “Limann behaved like a punch-drunk boxer who cannot see his opponent in the ring, and starts throwing blows at everyone in sight including those who were in the ring to help him to his corner where he could regain his vision and his sense. He launched a program to eliminate any soldier who was vaguely suspected of being a Rawlings loyalist. Hundreds of soldiers were dismissed from the army without cause. (...) the ‘democratic’ government set up an elaborate network of armed agents who spent their day harassing a selected number of citizens” (1984:11).

<sup>469</sup>Esta dogmática “postura” política de Jerry John Rawlings de “reconstrução revolucionária” é justificada pelo mesmo, quando salienta que “I was slightly naive [between June 4 and September 1979], in the sense that it never struck me that some kind of supportive system, maybe new institutions, would have to be organized to ensure that the people of this country hold onto their newly won freedom, to ensure that they dictate the terms of their own survival...Now i know better” (*apud* Ahiakpor, 1985: 64).

<sup>470</sup>Segundo Akwasi Osei “The alliance of radical movements, students and university-centered activists, intellectuals, and certain section of the worker’s movement, constituted the backbone and foundation of PNDC support. They were the foot soldiers, who carried out PNDC initiatives immediately after the coup” (2002: 101-102).

alguns intelectuais sêniores da urbana Acra – profundamente embuídos pela “ideologia-arquetipo” extraída do marxismo ortodoxo e das teorias da dependência (que os aproximavam dos modelos políticos “construídos” em países, tais como Cuba, Líbia, Roménia e Jugoslávia, entre outros do Bloco de Leste), os interlocutores relacionais que iriam “combater”, “esvaziar” e “deslegitimizar” os ancestrais e, ainda, recentemente (re)validados, “conteúdos”, “instrumentos” e *habitus* políticos da posição social dos *amanhene* Asante, no seu próprio “centro” histórico, político, social, jurisdicional e simbólico: a região Ashanti.<sup>471</sup> Saliente-se, nesta medida, que neste “novo” e alargado quadro político-militar, os “Estados antigos” Asante que constituíam esta simbólica, histórica e “especial” região do Gana, revelar-se-iam, efectivamente, promotores de um (expectável) *sui generis* “encontro” político e relacional entre as “progressistas” estruturas de poder (hodiernamente) *engendradas* pelo Estado agora “ocupado” pelo PNDC e as “passadistas” estruturas de autoridade (ancestralmente) *geradas* pelo *Asanteman*.

Com efeito, num momento político muito inaugural, o qual corresponde às primeiras, às sedentas e às inflamadas labaredas do fogo ideológico da revolução a irrogar, as instruções políticas primeiras que o “PNDC de Acra” havia formatado nos seus “ideólogos do terreno” (os catequizados operativos dos PDC’s e dos WDC’s), assentavam na ideia de que estes, deviam, por todas as formas e meios políticos, capturar, doutrinar e reorientar toda a “energia” sóciopolítica da região Ashanti e, imperativamente, colocá-la ao serviço de um desígnio político maior: a irrevogável e irreversível instalação de uma “verdadeira” e “real” democracia “popular” ou de “massas” no Gana e, mormente, naquela sempre “incómoda”, “tradicionalista”, “burguesa” e “opressora” geografia histórico-política (Nugent, 1995).<sup>472</sup> Para a prossecução de tal diligência doutrinária, os obedientes e manipuláveis (e manipuladores) membros dos PDC’s e WDC’s apresentaram, candidamente (e, tal como havia sucedido – e com algum sucesso, diga-se – em outras “jurisdições” políticas tradicionais do Gana), à “classe” dos *amanhene* Asante a contudente escolha de entre duas (inconceptas aos olhos destes últimos) opções

---

<sup>471</sup>O suporte político e ideológico ao golpe de Estado e, consequentemente, ao PNDC e ao Estado por este administrado, advinha de inúmeras e diversificadas “fontes” políticas. Como resultado desta polícefalia política, era “(...) difficult for a coherent policy to emerge. Each group brought to the process a different ideological thrust, and in the initial period there was intense struggle for harmony, not only between the Left and Right elements, but also among different factions of the Left. The specific way in which the process develops depend on how this struggle was resolved and which group assumed control over the state (...)” (Hansen, 1991: 44). Ver, ainda: (Yeebo: 1991).

<sup>472</sup>Na inicial dase de “arranque” revolucionário do PNDC, a importância política e ideológica que Jerry John Rawlings atribui aos PDC’s e aos WDC’s para a implementação de uma “verdadeira independência política” é absoluta, tal como o demonstram as suas próprias palavras “The people’s defense committees are the democratic bedrock of the new people’s power that the Revolution is building. (...) They are the mass organs of the oppressed sections of society; organs through which the oppressed must organise and educate themselves and mobilise the people to destroy oppressive power relations and institutions (1983: 74-75).

políticas: ou estes manifestavam o seu incondicional apoio social a todo este processo de transformação política, económica e de “mentalidades” ou, ao abrigo das convicções e dos princípios revolucionários da importada “cartilha” marxista do PNDC (com importantes nuances políticas de “Nkrumahismo”), lhes era compulsivamente proposto o afastamento e a resignação de todo e qualquer canal ou mecanismo de produção e/ou gestão de actividade política.<sup>473</sup> No entanto, a historicamente reconhecida importância das singularidades deste “mundo” tradicional Asante, exigiam sensibilidades outras que não aquelas que os dogmáticos, alienados e debutantes agentes políticos dos PDC’s e WDC’s, estavam dispostos ou habilitados a impor, ou sequer, a implementar (Oquaye, 2004; Bofo-Arthur, 2002). Esta realidade social e cultural, estava revestida de nuances políticas, de linguagens rituais, de posturas históricas e de códigos simbólicos, a que aqueles de todo tiveram acesso ou, se de algum modo mínimo naqueles conseguiram penetrar, foi na exacta medida em que se dispuseram a trabalhar numa plataforma de colaboração com os *amanhene* Asante ou, até mesmo (e, em muitos dos casos), de a eles se consentirem subordinar. Ao inicial ímpeto de ruptura revolucionária destes “políticos de base” do PNDC, correspondeu a firmeza política e a segurança histórica da continuidade política dos resilientes e sempre sagazes *amanhene* Asante.<sup>474</sup> Assim, se a uma acurada e conhecedora perspectiva compreensiva dos factos relacionais e das interacções políticas aqui em apreciação quisermos recorrer, às palavras de Herbert Antor devemos prestar a maior das atenções analíticas:

a chegada destes elementos do PNDC à região, foi marcada pelo excessivo furor revolucionário pretensamente marxista, que levou a que naqueles primeiros tempos os mais radicais elementos pusessem em causa a ordem política e social Asante vigente e se propusessem abolir as antigas estruturas administrativas e a criar novas instituições políticas destinadas a dar ou a devolver o poder ao “povo” Asante. Assistiu-se, no entanto, a dois tipos de situações: os que eram de fora da região, cedo viram os seus trabalhos bloqueados por falta de cooperação ou de participação das populações (por “sugestão” dos seus *amanhene*) nas actividades políticas por eles propostas, por outro lado, os que eram da região, foram quase sempre escolhidos pelos seus *amanhene* e, naturalmente, não só a eles se subordinavam como ainda deles recebiam muitas das instruções da acção política de que estavam incumbidos de desenvolver em nome do PNDC. Como é que os *big men* do PNDC de Acra, poderiam considerar que aqueles imaturos e voluntaristas *youngmen* com uma simples lavagem cerebral, poderiam afrontar e confrontar os *amanhene* Asante na sua própria casa? Em Mampong, por exemplo, um destacado membro dos PDC’s no decurso de uma

---

<sup>473</sup>No que à introdução do termo “classe” na linguagem política do PNDC diz respeito, e, sobretudo, na “aplicação” do conceito aos *paramount chiefs* (com sublinhada intenção de fixar o “rótulo” aos *amanhene* Asante), entende Kwame Bofo-Arthur que “The populism of the people based on class realignment was set to be conflictual, especially where the chiefs were construed as part of the ruling classe. The class connotations of the era could only mean the existence of a latent conflict between chiefs and those in support of the revolution, especially members of the PDCs. The militants understood the class dimensions of the revolution and this explains some of the conflicts that emerged between them and the chiefs” (2002: 9).

<sup>474</sup>Efectivamente, a resiliência dos *amanhene* Asante é um medular “traço” da sua personalidade histórica desde os tempos coloniais. O Estado do PNDC não foi excepção. Uma proposta explicativa de tal fenómeno histórico e político é-nos avançada por Paul Nugent, ao salientar que: “Because traditional authorities did not share in the prerogatives of the post-colonial state, they also did not suffer from the fall-out associated with state decay. Whatever authority the chiefs could command was dependent upon the constant renewal of popular consent. The different cultural norms in, say, Ashanti and Eweland meant that chiefs could probably get away with more in one setting than in another (1995: 76).

reunião comunitária, foi publicamente interrompido, desmentido e humilhado pelo seu tio, que o havia sugerido para aquele órgão, o *Beposohene* Nana Boamah Kwabi IV. A gestão dos Tribunais Públicos obedecia a um princípio tácito que rapidamente assumiu contornos de formal prática rotineira: os PDC's e os WDC's julgavam e os *amanhene* ratificavam, ou não, a decisão do tribunal revolucionário. As obras públicas e as possibilidades de investimentos público, dois outros exemplos, nunca deixaram de ser discutidas com o *Mamponhene* e o *Kwamanghene*. Os PDC's e os WDC's começaram, no fundo, por ser os arietes políticos do PNDC para passarem a ser as marionetas administrativas dos *amanhene* Asante. Este é, se quisermos, a fotografia geral da realidade da época. Naturalmente, e ainda que pontualmente, casos houve em que aqueles aprendizes de políticos implantaram algum burburinho e desassossego político. Por exemplo, os PDC's de Nsuta e de Juaben, acusaram o *Nsutahene* e o *Juabenhene* de corrupção, apropriação fraudulenta, má gestão do dinheiro e das terras das populações Asante. Situação esta que teve algum eco social e que obrigou estes *amanhene* a explicações públicas acerca da sua inocência e honorabilidade. Ainda, e em Ejisu, tentou-se formalizar a ameaça de contrariar as disposições legais expressas no *Chieftaincy Act* de 71 (que reconhecia que era da exclusiva competência jurídica da *National House of Chiefs* e das *Regional House of Chiefs* o reconhecimento formal da eleição dos *amanhene* Asante, e não só) e passar a ser, com a recomendação dos PDC'S, o Secretário do PNDC nomeado para a região, a cumprir tais responsabilidades políticas de nomeação de um *omanhene*. Esta ameaça política, não só teve a reprovação política do *Ejisuhene*, como ainda, a condenação política (enviada por escrito ao Governo de Rawlings), por parte do *Kumasi Traditional Council*. Estas eram as insípidas e incongruentes sementes políticas que o PNDC almejava plantar em terras Asante, para que delas brotasse uma inequívoca e alargada legitimidade social, económica e política. Teve o PNDC de mudar de sementes, pois em terras Asante estas não dariam frutos.<sup>475</sup>

Deste modo, após esta redondamente fracassada tentativa “teórica” por parte do PNDC em “monitorizar” os *amanhene* Asante e todo o conjunto das suas enraizadas instituições e procedimentos políticos, e em estrita conformidade com os constantes volte-faces ideológicos e com as incessantes reconfigurações políticas a que história política do Gana já havia habitado os Asante, também, Jerry John Rawlings, (logo) em meados do ano de 1982 (em especial, na região Ashanti) e nos inícios do ano de 1983 (já com considerável dilatação por todo o Gana), enceta o seu estratégico processo de mudança da sua radicalizada agulha ideológica para um Norte doutrinário que pressupunha um maior engajamento político, permeabilidade administrativa, estímulo económico e participação social (Yeebo, 1991). O Estado ganês do PNDC precisava e, os *amanhene* Asante agradeciam esta lucidez política. Para os *amanhene* Asante, a sobrevivência política do Governo do PNDC e a própria subsistência política “daquele” Estado em “apneia institucional”, não deixava de constituir uma surpresa maior (Chazan, 1991).<sup>476</sup> A desintegração de um sistema de Estado que se projectava enquanto

<sup>475</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Herbert Antor (Vice-Director do MLGRDE), em Acra, em 2007 [AE2010/EPE]. Salientamos, ainda, que as tensões e os conflitos entre os PDC's e os *amanhene* Asante foram vários e de natureza diversa. Por exemplo, em Ejisu, o *omanhene* Nana Aboagye Agyei II e os agentes dos PDC's entraram em conflito aberto a propósito da construção de umas condutas de água e de umas condutas para o saneamento básico, na localidade de Kubease. A discórdia foi tal, que à oposição do *Ejisuhene* quanto à prioridade deste projecto e ao traçado das condutas, levou a que os PDC's não arranjassem trabalhadores para tal obra de interesse público. Também, em Beposo, o *omanhene* Nana Kwafo Akoto II, rico proprietário e empresário agrícola, não raras vezes entrou em conflito aberto com os PDC's pela disputa da execução de várias obras que eram considerados de utilidade pública. No fundo, e para melhor sintetizarmos todo este “clima” de tensão e concorrencial, das palavras de Paul Nugent nos apropriaremos: “Whereas the chief regarded his opponents as mere upstarts, they saw the chief as the embodiment of the arrogance associated with traditional power” (1995: 76).

<sup>476</sup>Para Naomi Chazan, as explicativas razões para tal sobrevivência política residem no facto de “because several coup attempts (launched first by remnants of the elite and later by left-wing opponents) were amateurish and poorly executed; partly because the opposition was even weaker than the government; and mostly because



hegemónico, e, em conformidade, o falhanço de uma superestrutura ideológica que aquele dava suporte doutrinário, levaram, como anteriormente salientámos, a que Jerry John Rawlings derrubasse o muro da *sublevação* política e, compelido por (múltiplas) forças (e “argumentos”) endógenas e exógenas, se concentrasse na construção de um caminho político para a *reabilitação* política, legitimatória, social, administrativa e, não de somenos importância, a elementar variável económica. Foi neste sinuoso caminho da reabilitação nacional, que os *amanhene* Asante entraram, e – não sem algum (bastante, entenda-se) cinismo e, não sem muitas, concretas e ambiciosas intenções políticas – “ofereceram” toda a sua legítima “maquinaria” política, social, simbólica e económica, na desejada, na necessária e na imprescindível repavimentação daquela estrada do progresso económico e social, da representação política, da partilha/integração burocrático-administrativa e, inquestionavelmente, na confiança e na permuta relacional (Pellow & Chazan, 1986).

Nesta medida, com a (secreta, ou, se preferirmos, a discreta) deslocação de Jerry John Rawlings a Kumase (acompanhado por altos-quadros directivos do PNDC e de altas-figuras do Estado, de entre os quais destacamos Nunoo-Mensah, Kwabena Damuah, Adjei Boadi, Obed Asamoah e Kwesi Botchwey), onde foi recebido no Manhyia Palace pelo *Asantehene*, pelo *Mamponghe*, pelo *Nsutahene* e por algumas outras destacadas figuras políticas do *Kumasi Traditional Council*, foram por aquele explicados os contornos e a extensão e as (vísíveis ou passíveis de contar) razões da galopante crise política (leia-se, também: de legitimidade) e económica em que o Estado ganês havia submergido e, que naquela conjuntura histórica, seria vital o acesso a uma intervenção/reorientação estrangeira para por cobro a toda esta entrópica situação e, que indiscutivelmente, o Governo e o Estado do PNDC vinham requisitar os competentes, reconhecidos e importantes préstimos políticos, sociais e económicos, não exclusivamente para a preservação do Estado ganês ou sequer do Governo daqueles, mas antes, e acima de tudo, o que ali se estava a discutir era a salvaguarda da integridade territorial e a soberania política do Gana enquanto país e, a subsistência e o bem-estar de todos os cidadãos ganeses que já por tanto haviam passado e sofrido (Herbst, 1993; Hansen, 1991).<sup>477</sup> Este era o *timing* político dentro de um quadro político pelo qual os *amanhene* Asante tanto havia esperado e, que justificava toda a sua capacidade de resiliência política: o Estado ganês, na revolucionária e carismática figurava do seu líder máximo, Jerry John Rawlings, cordialmente

---

other preoccupations were so overriding and control of the state apparatus so uninviting that the locus of activities had shifted elsewhere” (1991: 27).

<sup>477</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Daasebre Osei Bonsu II, de seu “nome civil/privado”, Saint Oswald Gyimah-Kessie (*Mamponghe*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC e com a “profissão civil” de Advogado), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

solicitava a cooperação (entenda-se: a ajuda) política daqueles “retrógados” e tantas vezes secundarizados agentes políticos Asante.<sup>478</sup> Nas interpretativas palavras do reconhecido *amanhene* de Agogo, Nana Kwame Akuofo Sarpong, todo este novo, mutativo e intermitente cenário político, é-nos acutilamente caracterizado com a seguinte grelha de interpretação política:

passada a inicial euforia revolucionária, alguns elementos menos radicais (os ‘ultras’ sempre desconfiaram do ‘purismo’ revolucionário de Rawlings), redireccionaram o caminho a percorrer. As razões deste novo quadro político são de natureza distinta. Por um lado, temos em 1983, a assinatura de um novo acordo de ajuda financeira com o FMI, o qual impunha como contrapartidas fundamentais a existência de uma base alargada de apoio das populações ao governo em exercício e uma efectiva abertura dos órgãos de direcção do PNDC a outros elementos da sociedade ganesa (leia-se, haver pluralismo político e partidário); por outro lado, os crescentes protestos populares, das pressões políticas dos banidos partidos políticos e de um fenómeno de *lobbying* da parte de proeminentes *amanhene* Asante e de diversos organismos cívicos, incluindo o *Christian Council* (CC) e o *National Catholic Secretariat* (NCS). Os mais ferozes e radicais detractores de Rawlings dentro do PNDC (que o chamavam de JJ: “Junior Judas”), sempre o acusaram de manter uma relação de cordialidade e de excessivo respeito para com o *Asantehene* e com outros *amanhene* com relevo político, incompatível na opinião daqueles, com os postulados da disciplina revolucionária em curso. Justificavam toda esta deferência pelo facto de a mulher de Rawlings ser da família real Asante e, que por este motivo, Rawlings se sentia um ‘subordinado’ político do *Asantehene* e que não fazia sentido neste cenário de ‘democracia popular’ consultá-lo em determinadas ou tantas matérias de política local e nacional. Para aqueles, o Estado não podia estar ancorado ou dependente de alianças políticas e económicas com um histórico opressor das massas populares Asante e ganesas. Os *amanhene* Asante eram o símbolo e a representação de um poder do passado a abolir. Todavia, Rawlings deixou de parte a “paixão” ideológica e olhou para o Gana com racionalidade política: para levar a cabo todo este gigantesco projecto económico e político os *amanhene* Asante eram parte indiscutivelmente integrante e fundamental em todo e de todo este projecto nacional. Não podemos esquecer ou ignorar a absoluta importância agrícola e de recursos minerais que a região Ashanti representava. A argúcia política ditava que a cedência de uma parcela do poder permitia o usufruto de um maior e mais legitimado poder.<sup>479</sup>

Seria, já no decurso do ano de 1983 que na região Ashanti (no resto do país esta medida seria tomada oficialmente só em Novembro de 1984), que o Governo e o Estado do PNDC e de Jerry John Rawlings, dariam uma magestática prova de respeito relacional e acatamento político ao tácito (e, em curso) acordo celebrado com os *amanhene* Asante: a dissolução de todos as estruturas políticas, ideológicas e administrativas dos PDC’s e dos WDC’s – substituídos pelos mais amenos, integrativos e cooperantes *Committees for the Defense of the Revolution* (CDR’s) – em toda e qualquer parte da região Ashanti (Chazan, 1991; Ray, 1986).<sup>480</sup> As bases políticas

---

<sup>478</sup>Esta “ajuda” política dos *amanhene* asante ao Estado e ao PNDC e o seu compromisso com a implementação do ERP na região Ashanti não era, naturalmente, impermeável aos enormes e lucrativos interesses económicos por aqueles representados ou de sua pertença. Com efeito, e tal como sublinha Kwame Ninsin numa sua análise aquela região do Gana “The leading beneficiaries are big local capitalists who have invested in such export-oriented sectors as gold mining, the timber industry, and other capital intensive primary raw-material-producing industries. Apart from the benefits they accrue from the loan trickling in, they also earn huge cedi equivalents for their exports” (1987: 31).

<sup>479</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Kwame Akuoko Sarpong (*Agogohene*/membro da ARHC e representante da ARHC na NHC), em Kumase, em 2007 [AE2010/EPT].

<sup>480</sup>Para Joseph Ayee “The CDR’s were placed under a secretary (minister of state). Like the PDC’s and WDC’s, the CDR’s were to initiate *de facto* local development projects, organize voluntary labour for community works, present problems and complaints to the government. However, unlike the PDC’s and WDC’s, the CDR’s became the channel for interpreting government policies and explaining to the people the aims of the

de um novo (recíproco e “lucrativo”) “encontro” político, estava agenciado. Nesta sequência “negocial”, as acções políticas, económicas e sociais dos *amanhene* Asante, nos seus territórios, não se fizeram esperar. Em meados de 1987, toda a campanha política de sensibilização e de esclarecimento promovida pelo Governo de Jerry John Rawlings, com o propósito de se iniciar um debate mais alargado acerca da formalização, implementação e aceleração do processo de descentralização e de democratização da vida e da participação política local, teve o incondicional apoio e a massiva divulgação, por todos os recantos dos Estados tradicionais Asante.<sup>481</sup>

Aliás, e como seria de esperar, estes mesmos *amanhene* Asante (ainda que a contragosto de alguns resistentes radicais da “esquerda-ultra” do PNDC), constituíram-se parte activa, integrante e estrutural da discussão do “desenho” administrativo, burocrático e funcional das *District Assemblies* (DA’s), inscrito no nacional, público e governamental projecto *District Political Authority and Modalities for District Level Elections* ou, também, conhecido como o *Blue Book* da “soberania popular”, que configurava as futuras, prometidas e tão ambicionadas eleições a nível distrital e local, que detinham a singular particularidade política de terem uma base pessoal ou individual e, não como seria expectável, sustentarem-se numa plataforma de listas partidárias (Thiriot, 2000; Crook, 2000). Nestas eleições de âmbito local, espaçadas por três fases no decurso dos anos de 1988 e 1989, (e que tiveram uma massiva aderência e participação do “mundo” rural Asante), assistimos, aquilo que poderemos designar de uma situação de *win-win* político entre o PNDC e os *amanhene* Asante: senão vejamos, o Estado central (portanto, o PNDC), ao estender e partilhar as suas teias burocráticas e administrativas ao nível local alargava, projectivamente, a sua base de apoio político e de representação partidária, logo, mais se legitimava pelos votos “capturados” num espaço plural de abertura e de concorrência de matriz democrática, do ponto de vista dos *amanhene* Asante, não só reforçavam a sua já sólida legitimidade política “interna” (pela histórica demonstração da

---

“revolution” of the PNDC rather than being agents of ensuring accountability and rooting out corruption” (1994: 65). Sublinhamos, ainda, que neste “momento” político particular, múltiplas foram as “iniciativas privadas” tomadas por parte dos *amanhene* Asante. O *Beposohene*, construiu, em Beposo, com o dinheiro do seu *Stool Treasury*, uma casa mortuária à tanto tempo reclamada pelas sua populações. Também, o *Nsutahene*, reunidas as verbas através do seu *Traditional Council*, contruiu em Nsuta um mercado de frescos a pedido dos seus fiéis súbditos. No caso do *Juabenhene*, avançou com a proposta de construção de uma esquadra de polícia, a qual foi aprovada pelo Governo do PNDC, e cuja construção foi co-financiada entre o Estado ganês e os dinheiros privados do *omanhene* de Juaben.

<sup>481</sup>Efectivamente, os recursos dispostos à divulgação e à propaganda deste novo processo de “devolução democrática” por parte dos *amanhene* Asante, foi incedível. Nas áreas rurais de Ejisu, Juaben, Mampong, Nsuta, Beposo e Kwamang, os níveis de afluência às urnas eleitorais chegou a ultrapassar os 70%. Temos, por exemplo, os casos do *Beposohene* e do *Ejisuhene*, que percorreram as suas jurisdições políticas tradicionais (com os seus próprios recursos e com o encargo financeiro dos custos destas acções) em sessões públicas de esclarecimento político. Ou ainda, no caso do *Mamponghene*, que convidou os elementos dos CDR’s, a serem seus “convidados” nas acções de campanha de sensibilização eleitoral a decorrerem nas localidades do “seu” Estado tradicional.

intransigente defesa do património social, sagrado e político, entre outros, das suas comunidades Asante), como tinham ainda, a “possibilidade” de dentro de um “espírito” de *responsabilização* e de *descentralização* política, capitalizarem para o “exterior” com a sua nomeação (ou de outros notáveis Asante por si indicados) para os lugares políticos de proposta partidária (um terço dos lugares) das *District Assemblies*, que nesta conjuntura política e eleitoral, só aos órgãos directivos centrais e regionais do PNDC (com o escrutínio primeiro e assentimento último de Jerry John Rawlings) cabia directamente escolher e nomear. Naturalmente que, como será previsível, os *amanhene* Asante “fizeram-se” de escolhidos e, os órgãos centrais e locais do Estado e do PNDC, não se esqueceram, “em nome paz social e da estabilidade política”, de os escolher.<sup>482</sup> Todo este processo e “momento” temporal de aproximações políticas, mais ou menos explícitas, é-nos global e sumariamente descrito por Nana Kofi Senyah:

em Junho de 1988, o bom trabalho efectuado pelos *Committees for the Defense of the Revolution* (CDR's) na região Ashanti, foi saudado pelo próprio *Asantehene* Otumfuo Opoku Ware II (que se havia tornado membro honorífico dos CDR's, em 1986), que convida todos os *amanhene* Asante e todos os chefes tradicionais do Gana, a cooperarem eficazmente com os gestores dos CDR's no sentido de todos melhorarem os esforços de reconstrução nacional. Depois de ter chamado Rawlings de ‘meu filho’, o mais importante *amanhene* do Gana foi fotografado publicamente abraçando o Chefe de Estado, um acto ritual que significou para todos a aceitação e o apoio à Revolução de 31 de Dezembro e aos estruturais programas PAMSCAD e PAMPCAD.<sup>483</sup> Com efeito, esta estratégia de cooptação, tem um alcance mais dilatado do que a simples circunstância de implementação de projectos a nível local. Rawlings e alguns dos seus mais próximos colaboradores, aperceberam-se que para cumprirem com sucesso os objectivos políticos que haviam assumido para com o exterior e para com a sociedade ganesa (o de ‘inaugurarem’ um novo ciclo político assente em premissas verdadeiramente democráticas e sustentadas por uma nova Constituição que lhe servisse de suporte) precisavam, para além da ‘legitimidade do Estado’, da ‘legitimidade do PNDC’, e da ‘legitimidade do programa económico’ de que já eram usufrutuários, de uma legitimidade ‘maior’ que tornasse todo este processo irreversível e duradouro: a histórica, política e simbólica legitimidade de que o *Asantehene* era o único usufrutuário desde tempos primordiais. Em resumo, o formal ou informal

---

<sup>482</sup>Tal como já havíamos referido no capítulo 3.3 da parte II, o *impeachment* administrativo dos *paramount chiefs* do organograma das *District Assemblies* – por força da publicação da *Local Government Law* (PNDC 207) (1988) – redundou, nalgumas regiões do Gana, numa “situação” de preocupante ineficiência político-administrativa em razão das tensas/suspícas correlações de forças existentes entre o Estado e os *paramount chiefs*. De facto “the lack of institutionalized representation of chiefs in the local government structure has resulted in strained relations between some chiefs and functionaries of the DAs and their sub-district structures” (Ayee, 2000b: 3). No entanto, e por “força” e em nome de todo este mais ou menos tácito acordo político celebrado entre o Estado de Jerry John Rawlings e os *amanhene* Asante, aquele instrumento legislativo, na região Ashanti, assumiu-se enquanto a garantia da nomeação garantida e exclusiva dos *amanhene* Asante para as “quotas” electivas das *District Assemblies* (tal foi o caso do *Mamponghe*, do *Beposohene*, *Nsutahene*, *Ejisuhene*, *Kwamanghene* e *Juabenhene* e dos respectivos “funcionários” dos seus “Estados tradicionais”) e, casos houve (*Mamponghe* e *Kwamanghene*, por exemplo), que estes *amanhene* Asante autonomamente assumiram o “lugar” de conselheiros políticos dos executivos e das assembleias distritais, que *efectivamente* administravam nas sombras da informalidade política aquelas que consideravam serem as terras, as gentes e os recursos da sua jurisdição política.

<sup>483</sup>Estes dois projectos governamentais – o *Programme of Action to Mitigate the Social Coasts of Adjustment* (PAMSCAD) e o *Programme of Action to Mitigate the Political Coasts of Adjustment* (PAMPCAD) – iniciados em finais de 1987, tiveram a deliberada imposição e monitorização de importantes instituições e organismos internacionais (FMI, BM e UNICEF, entre outros), que exigiam que o Governo ganês os implementasse em parceria com agentes sociais de significativo relevo político e legitimidade nas áreas geográficas nas quais aqueles seriam implementados. Era este, um “papel” político (de incumbências nacionais e internacionais) que assentou que “nem uma luva” aos *amanhene* Asante. Ver: (Yeebo, 1991; Chavagneux, 1997).

acordo de cavalheiros celebrado, permitiu que nenhum dos lados perdesse a face e estivesse com a postura suficientemente honrosa para o próximo (e já muito perto) aperto de mão.<sup>484</sup>

O “banco” das relações políticas no Gana – em especial, aquelas que disseram respeito aos “vários” Estados com os *amanhene* Asante – nunca deixou de imprimir dinâmicas assentes em dissimuladas ou mais declaradas surpresas políticas: nesta conjuntura política particular, passou Jerry John Rawlings de credor político, com um (pretensamente) provisionado *superavit* ideológico, a um devedor político que com alguma humildade (inópia) institucional, recebeu das mãos dos *amahnene* Asante um validado (porque com cobertura social, simbólica e ritual) cheque de legitimidade política, com (altíssimos) juro políticos e relacionais a pagar nas próximas e vindouras conjunturas históricas do Gana e, notoriamente, da região Ashanti.

## **CAPÍTULO 5 | ESTADO, AMANHENE ASANTE E CAMPO POLÍTICO DE 1992 À ACTUALIDADE POLÍTICA: DAS CONFIGURAÇÕES RELACIONAIS DE UMA LEGITIMIDADE POLÍTICA DIVIDIDA**

### **5.1 | O PROCESSO DE “TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA” ENQUANTO CAMPO DE FORÇAS E CAMPO DE LUTAS**

A história política e relacional da região Ashanti, é uma complexa, longa e viva narrativa que remete os seus “começos” cronológicos para “tempos históricos” que até os mais dedicados estudiosos da matéria têm dificuldades em definir. É, a história de um território etnolinguístico, político, social, simbólico e económico, que sempre promoveu (abertíssimas e dialécticas) amplitudes relacionais objectivas, conjunturalmente oscilantes entre o conflito e a aliança, entre a concorrência e a cooperação e, entre a competição e a interdependência política. O emblemático ano de 1992, é mais um (importante) capítulo, ou, se preferirmos, o lídimo espelho político de todo este (já) longínquo e, não menos competitivo traçado histórico. Ou seja, a “abertura” política, económica e constitucional daquele simbólico ano, não foi, de todo em todo, uma excepção histórica, na medida em que representava, uma vez mais, o fim de um negociadamente ambíguo ciclo político de dez “militarizados” e “proto-revolucionários” anos de Estado em “modo” PNDC e, o alavancar de um compelido, mesclado e indefinido recomeçar político – após trinta e cinco anos (e, oito tão dissemelhantes governos depois) da promulgação da Independência do Gana, tantas vezes sonogado pelos sucessivos governos políticos de compleição militar (que no decurso deste período temporal “capturaram” o Estado durante

---

<sup>484</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Nana Kofi Senyah (Presidente da KMA), em Kumase, em 2010 [AE2014/EPE].

quase vinte anos) e tantas vezes tentados pelos interrompidos governos de carácter civil (que “orientaram” os destinos políticos do Estado durante, aproximadamente, quinze anos) – que se veiculava, necessariamente, pela reavaliação e pela (eventual) reconstrução (ou realinhamento) das relações políticas anteriormente edificadas entre os agentes estatais e, os agentes tradicionais Asante (e, agora, entre outros e diferentes “agentes” internos e internos, também com decididas e actualizadas “agendas políticas”) dos “nossos” distritos empíricos.

Com efeito, o Estado ganês e os *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, cedo e rápido tiveram de se aperceber e, de se readaptar à (mais que apregoada) avalanche de reconfigurações institucionais, de “metamorfoses” políticas e de recomposições relacionais, que todo este político, ideológico e económico processo estava prestes a iniciar. O “manto” da novidade ou da incerteza política que se anunciava, mais ansiedade política provocou ao *em legitimação* Estado ganês, que aos *já legitimados amanhene* Asante, nestes tão politicamente particulares distritos de Mampong e de Ejisu-Juaben. Os ventos da “transição democrática” levaram a que o “desconfiado” e abscindido – porque, nalgumas áreas territoriais do Gana (nos Estado do Norte, sobretudo), estava a “descoberto”, tal não era o caso dos enunicados distritos municipais porque gozava de um ainda em vigor “contrato de aliança” com os *amanhene* Asante – “Estado suficiente” de Jerry John Rawlings, se acautelasse de eventuais (e, para este *self-made politician*, dada a sua perspicácia política, sempre plausíveis), resfriados políticos, salvaguardando-se, para o efeito, de “agasalhos” normativos vários, de posturas políticas mais circunspectas e, da convicta renegociação de “antigos” vínculos relacionais, até que o ambiente destas cinzentas nuvens da desconhecida e estrangeira “modernidade” se dissipasse no horizonte político e, aquele mais segurança e mais constância política *em si* ganhasse. No entanto, a estratégica “parceria” de vivência e de sobrevivência política, que nos últimos dez anos havia sido “custeada” pelo Estado ganês e pelos *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, não significava, em absoluto, que nesta volúvel, mas irreversível conjuntura histórica, aqueles amigos de “ocasião política”, não mobilizassem todos os táticos meios (armas, trunfos e estratégias) ao seu alcance político, social e institucional para concentrar em si o maior número possível de recursos (sejam eles de natureza política, social, económica, relacional, financeira, jurídica ou diplomática), para numa posição de ascensional força política, em indubitável vantagem relacional, melhor negociar e, impreterivelmente, maior “lucro” extrair da (efectiva ou em potência) relação que manteria com o seu adversário político.

Não obstante, não era este o “momento” político para o anémico e alquebrado Estado de Jerry John Rawlings, “mostrar” a sua acutilância ideológica, a sua imaleabilidade política ou o peso e o volume dos seus *bens raros*, para com os *amanhene* Asante. Pelo contrário.

Precisava, mais que nunca (pela perda da carismática aura de “revolucionário-romântico” e pela deslegitimação decorrente da alienada e alienante acção governativa do PNDC), Jerry John Rawlings, da “cooperação” e, se caso fosse, da “aliança” formal ou informal do Estado (tão bem consagrada e resguardada na Constituição de 1992), com aqueles localmente e nacionalmente respeitados e reconhecidos agentes da política e do “político” ganês. Contextualizemos esta desagradada progressão pelos caminhos da “mudança” política, de um agonizado Estado ganês e, de um claudicante Jerry John Rawlings. Deveras, o militar e “coreógrafo” de revoluções eventuais, não era, por convicção ou intuição, um homem ou político que acreditasse, autenticamente, nas matriciais valências da democracia pluralista, multipartidária e participativa. Aceitou, refira-se, a contragosto, todo este “transicional” período político (e, uma vez mais) por uma preconcebida estratégia de sobrevivência política pessoal (pois, de profilaxia e de tratamento das crónicas e galopantes “doenças” do Estado, pouco ou nada se tratava) e, indiscutivelmente, por um “institucionalizado” apego aos confortos (i.e., poderes) políticos e outros, de um Estado, que mesmo em visível decadência política, económica e institucional, servia as mais viscerais, clientelares e hegemónicas ambições de um Jerry John Rawlings, que preferia fazer pontuais “remendos” políticos (celebrando mais ou menos tácitas conjurações com “pontuais” aliados políticos, tal era o caso dos “nossos” *amanhene* Asante) que executar *efectivas* obras de remodelação ou reconstrução política no, simultaneamente, anafado e débil “edifício” estatal ganês. Falamos, em tom de evidência analítica, de um político que havia tomado como “confortável” a rotineira prática de controlar um Estado e de governar um país por decretos-militares (no seio do PNDC elaborados e, por si ratificados e assinados) e, que agora (enquanto líder do NDC), por “males” democráticos, tinha de “desconfortavelmente” aguardar e de considerar as propostas políticas e legislativas emanadas de um eleito e representativo Parlamento ganês, o qual Jerry John Rawlings (no seu íntimo) desvalorizava por o considerar impreparado, desconhecedor e incapaz de bem se pronunciar sobre as intrincadas (ou invisíveis) tonalidades que envolviam o Estado e que já faziam parte, de um modo mais formal ou menos informal, das rotineiras lógicas de um Gana político e relacional (citemos, entre outras: a “instituição” *kalabule*, a “instituição” patrono-clientes e, a “instituição” “acordos” tácitos de Estado com os *amanhene* Asante, entre inúmeras outras).

Salientamos, assim, que em termos de visão política, em termos de estratégias político-relacionais, em termos de *staff* político e, até em termos de “tiques” hegemónico-clientelares, o “recém-nascido” (e, para o todos os efeitos “exteriores”, democrático) NDC, é o filho primogénito que herda, quase sem filtros de espécie alguma, as “bases” de uma linha de

pensamento e de uma linha de prática política (sobretudo, as que correspondem ao primeiro mandato presidencial, 1993-1996), do seu *tendencialmente* imperativo e impositivo “pai-político”: o PNDC. Dito de outra forma, se a uma simples metáfora da aeronáutica quisermos recorrer para apreendermos as “trajetórias” do Estado e de Jerry John Rawlings em transitório “ambiente” de “democratização política”, poderemos mencionar que entre 31 de Dezembro de 1981 e 31 de Dezembro de 1992 (bastante desanuviado, a partir de 1988), o Estado ganês, enquanto avião militar, tinha sido prepotentemente comandado por um piloto de vocação e de formação castrense e, entre 1 de Janeiro de 1993 e 31 de Dezembro de 1996, aquele mesmo piloto despiu a farda militar e, por imposição (“superior” e exterior) vestiu o uniforme de condescendente piloto civil e, assumiu os comandos de um Estado-avião civil, que mantinha, todavia, a mesma tripulação, os mesmo passageiros, as mesmas rotas e, registe-se, até, uma parte significativa da sua mais radicalizada carga política, ideológica e clientelar. Tudo parecia reluzente e a estrear com uma simples pintura da fuselagem política.

Assim, como acima havíamos referido, soube ler, célere e acutilantemente, Jerry John Rawlings as dinâmicas geradas por este “momento” político, e, sem mais tempo perder, com amistosa necessidade política, “(re)contratou” os *amanhene* Asante, seus já conhecidos e reconhecidos tripulantes de viagens políticas realizadas nos últimos dez anos, como co-pilotos de um voo institucional-legitimatório que precisava de aceitação, de suporte e de suavidade relacional nas aterragens políticas a cumprir em solo nacional e, não menos importante, nas aterragens políticas a realizar no sempre pedregoso, mas obrigatório aeroporto da região Asanthi. A natureza das nuances políticas e relacionais da transição de um “velho” Estado-revolucionário (pouco legítimo) para um “novo” Estado-democrático (à procura de legitimações) e, conseqüentemente, a amplitude das reafinações do traçado político-relacional de Jerry John Rawlings nesta “nova” rota política que o “obrigaram” a reafirmar (a robustecer, diríamos mesmo) os seus compromissos políticos com os *amanhene* Asante dos “nossos” distritos municipais, são-nos aclaradas pela nossa entrevistada, Akua Boatemaa Ntansah, habitante da Vila de Donyina, (Ejisu-Juaben), quando salienta que:

Tudo isso foi por aqui muito falado. Claro que houve muita tensão e muito medir de forças. A nossa história está cheia deste tipo de coisas. Não o podemos evitar. Mas tudo isso já vinha muito de trás. Logo em 1981, 1982, com a chegada ao poder, o Rawlings tentou logo mostrar as suas garras de leão. Mas rápido teve de as recolher. Ficámos espantados com aquela forma de actuação. Sabíamos que ele era um Ewe real e que não gostava muito de nós. Mas aquilo foi demasiado descarado. E, pergunto eu, para quê? De que lhe serviu todo aquele caminhar brusco para a frente para em seguida ter de recuar? Acha isso inteligente? Inteligente foi o que ele fez a seguir. Devia estar mal-acompanhado. Porque ele bem sabia da importância dos nossos *amanhene*. Depois do erro que cometeu era vê-lo a ele e aos seus empregados a correrem para aqui ou chamarem a Acra os nossos *amanhene* para resolverem as coisas em conjunto. Só podia ser assim. Em 1988, isso foi mais claro que nunca. Sem o apoio e a colaboração dos nossos *amanhene* o Rawlings tinha perdido o emprego de Presidente. Estava tudo bloqueado. Aqui e um pouco por todo o país. O



nosso *Asantehene* e os *amanhene* do nosso distrito fizeram campanhas aqui e no país, a mostrar que apoiavam o Rawlings e o que ele fazia. Foram os nossos *amanhene* que seguraram o país. Nós fomos muito importantes para o Rawlings. Até mais tarde, lhe demos a vitória nas eleições de 1992 e de 1996. Os nossos *Ejisuhene* e *Juabenhene* dele falaram bem, que nos iria dar muita coisa e que era amigo dos Asante, e que lhe devíamos dar apoio. Mesmo depois das eleições, o Rawlings fartou-se de por aqui andar a agradecer aos nossos *amanhene*. Eles pediam-lhe muitas coisas e o Rawlings não dizia que não. Estava em dívida connosco. É bonito que tenha sido agradecido. Os nossos *amanhene* até receberam bons empregos aqui e na capital. Ficaram muito conhecidos pelo país todo. O Rawlings enquanto foi chefe nunca mais largou os nossos *amanhene*. Eles eram as suas raízes aqui. Não deixavam que a árvore dele caísse por mais forte que fosse o vento. Ele em troca fazia o favor de regar essas raízes todos os dias. Foi muito vantajoso para ele e para nós. De leão feroz e inimigo, o Rawlings passou a um carracal amigo e inseparável, que sentia o conforto e a segurança de estar perto dos nossos fortes *amanhene* Asante.

485

Estava, deste modo, lançado o mote da natureza das (mais ou menos tensas ou intensas) relações políticas estabelecidas entre o Estado ganês e os *amanhene* Asante nos distritos de Mampong e de Ejisu-Juaben, em iniciática conjuntura de “democratização política”, que ainda hoje procura instalar e afirmar todos os seus inerentes padrões formais e parâmetros institucionais e políticos, na realidade social ganesa. Poderemos, com alguma segurança analítica e política assegurar, que o Estado ganês que desde então se tem vindo a “construir” (*em si* e em correlação com outros agentes políticos, principalmente, com os *amanhene* Asante), é, salvo ocorrências particulares, um Estado crescentemente mais seguro e, mais consciente das suas *reais* necessidades e das suas *objectivas* dificuldades, logo, mais realista na promoção e na condução das suas mais pontuais ou das suas mais estruturais alianças, cooperações ou, até mesmo, das suas interdependências políticas. É, um *democratizante* Estado ganês que sem mais pudor ou receios políticos, assumiu as regras e as despesas que a *realpolitik* relacional interna sempre costuma apresentar. Com efeito, a genética desta presente e incontornável *realpolitik* ganesa, é, necessariamente geradora, como será facilmente entendível, de momentos relacionais entre o Estado ganês (na sua existência central, regional e local) e os *amanhene* Asante de incontornável tensão, pressão ou conflito, em paralelo com a existência de “momentos” de singular entendimento, de aproximação ou de uma simples e acordada coadjuvação política. Tudo isto nada mais é que a essência e a garantia de uma democracia que lenta e seguramente se está a *efectivamente* a construir no Gana da “pós-modernidade” política.

Para a consolidação deste *em trânsito* e em *bom caminho* processo de consolidação de “mudança” política, muito (ou tudo) contribuíram os (benévolos) Estados relacionais de John Agyekum Kufuor e, de John Atta Mills. Estes eminentes políticos, sabiamente aprovaram “construir” Estados, que muito à personalidade pessoal daqueles homens ficaram a “dever”, que nunca fugindo ao confronto e à tensão (e, momentos tensos houve), souberam sempre, pela

---

<sup>485</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Akua Boatemaa Ntansah (vendedora de rua/mercado), em Ejisu-Juaben (Vila de Donyina), em 2008 [AE2011/SCeP].

via da legalidade imposta pelos mecanismos regulatórios do jogo democrático ganês e pela sua capacidade de estabelecerem encontros e conversações em tom de maior informalidade, superá-los, nuns casos políticos cedendo, noutros impondo a sua respeitável perspectiva política e, o seu poder político, em crescente tradução para uma legítima autoridade política estatal. Foram “homens de Estado” que ao confronto e à quezília política e relacional, sempre opuseram o diálogo e a procura de consensos políticos que melhores e mais frutíferas relações políticas daí pudessem colher. Nos distritos de Mampong e de Ejisu-Juaben, esta relatada facticidade foi mais que uma realidade política concreta. O Presidente e Chefe de Estado, John Agyekum Kufuor (2000-2008), era tido, nestes distritos municipais Asante, como um político “da casa” ou “dos seus”. A estes (supostamente simpáticos) epítetos sociopolíticos, nem sempre correspondia uma benigna leitura (sobretudo por parte de outros políticos e, de outras populações do território ganês) das implicações que eventualmente teriam nas relações políticas definidas ou a definir entre o Estado e os *amanhene* Asante. Eram bordões políticos, que no limite da sua extensão, foram (até certa medida) prejudiciais ao trabalho de um político, não obstante o facto de ser um convicto Asante, de espírito formalista e institucionalista, que ambicionava “construir” um verdadeiro Estado de direito, pleno de funcionais mecanismos de regulação e fiscalização interna e livre (o quanto possível) da “institucionalização” de pagamento de favores étnicos ou clientares (de “negócios” políticos, económicos, eleitorais ou “de Estado”), e que se predispuha a manter relações políticas, no caso com os *amanhene* Asante, sempre na base da deferência constitucional, da cordialidade institucional e, conseqüentemente, do respeito político recíproco. Tais propósitos políticos e relacionais, John Agyekum Kufuor com os *amanhene* Asante conseguiu estabelecer. Para John Agyekum Kufuor, as salvaguardas inscritas na Constituição de 1992, davam-lhe todas as garantias de que os seus “parentes” Asante tinham reconquistado o lugar pelo qual há tanto tempo lutavam e, neste sentido, não assumiu nenhum compromisso político particular com os *amanhene* Asante, no sentido de o Estado deles se aproximar mais ou de maior espaço político aqueles conceder. Nem, sublinhe-se, da parte dos *amanhene* Asante, se sentiu uma invulgar pressão política no sentido de o seu lugar social, o seu papel político e o seu estatuto jurídico, serem “revistos” e aumentados por via legislativa ou por via política “subterrânea”. Soube este Estado “de” John Agyekum Kufuor muito respeitar o *status quo* político dos *amanhene* Asante nestes distritos em análise e, souberam integrar os *amanhene* Asante o processo de “chegada” (e, naturalmente, de consolidação) política das instituições do Estado aos “naturais” e ancestrais territórios políticos daqueles. Tivemos, portanto, com John Agyekum Kufuor, um “Estado-próximo” (mas não fusionado) que de forma decente se relacionou com os *amanhene* Asante e, no outro lado

da moeda política, tivemos uns *amanhene* Asante que de forma digna se relacionaram com o Estado, acabando por “produzir” aos longo de oito consecutivos anos relações políticas de competição e concorrência q.b. e, de co-participação, de comparticipação e de parceria sempre que o bem-comum das “suas” populações Asante estivesse no centro das questões políticas a discutir.

No caso de John Atta Mills (2008-2012), o Estado por si “edificado” nos seus quatro anos de mandato presidencial, não reconfigurou uma mudança da substância política relacional, mas antes, uma ligeira diferença na forma como “este” Estado se dispunha a politicamente relacionar com os *amanhene* Asante. A natureza e o conteúdo das relações políticas, definidas entre o Estado e os *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, continuaram a ser de um caminhar político de “paralelas e autónomas intercepções” e de (também de vários e invisíveis) vínculos sempre que as circunstâncias políticas (ou as vontades políticas de um dos lados ou de ambos) o reclamassem ou o assentissem; no entanto, o Estado de John Atta Mills nunca quis (ou melhor, sempre teve grandes reticências políticas), em pública e expressamente, reconhecer este descortinável embricamento político e institucional entre um Estado que precisava de “bem chegar” (e de “bem se esticar”) a estes distritos e, uns *amanhene* Asante que “bem” o receberiam, não sem, como várias vezes aconteceu em Kumase, Mampong e Ejisu-Juaben, o momento da “recepção” política ser registado para a prosperidade política com efusivas transmissões em directo pela televisão *Ghana Broadcasting Corporation*, pelas rádios *GBC Uniiq FM*, *Sunsum FM* e pelos jornais *The Daily Guide Ghana* e *The Ghanian Chronicle*. Ao recato e reserva política de John Atta Mills opunha-se, veementemente, a exuberância da celebração e da ritualidade política dos *amanhene* Asante.

O Presidente e político John Atta Mills queria “desenhar” um Estado ganês que se pautasse, em regime de exclusividade, pelo estrito cumprimento do “corpo jurídico” que aquele dava suporte e, que para aquele definia a natureza *tout court* das suas relações políticas com agentes outros políticos de entre os quais, preponderantemente, se destacam os *amanhene* Asante. A realidade, porém, mostra-lhe-ia, que nem só de rígidas formalidades o Estado ganês poderia viver, por mais ainda, nestes distritos municipais onde sempre e muito se “viveu” nas entrelinhas da política e do “político” tradicional. O “Estado-cordialmente sisudo” de John Atta Mills sempre demonstrou muita dificuldade em publicamente reconhecer a sua incapacidade de condignamente se “instalar” nestes distritos, sem a observável “ajuda” política dos respectivos *amanhene* Asante.<sup>486</sup> Por seu lado, os *amanhene* Asante toda a vantagem política retiravam, se

---

<sup>486</sup>Com efeito, tal como o nosso entrevistado nos realça “Kufour, pela sua inteligência e cultura política sempre promoveu, dentro dos limites do aceitável e do razoável, o papel de governação que todos sabemos que é

a maior das publicidades locais e nacionais promovesse, sempre que o rigoroso (o tal “sr. das leis”) John Atta Mills a Mampong e Ejisu-Juaben se deslocasse, e que aqueles tornariam como uma vinda (mais ou menos convicta ou mais ou menos voluntária) em tom de “ajuda” ou de “parceria” política ao/com o Estado ganês. À discreta, firme e *singular* forma de actuação do Estado ganês, sobrepuseram-se, no mandato de John Atta Mills, a *regular* substância que definia as relações políticas estabelecidas entre o Estado e os *amanhene* Asante destes “nossos” distritos municipais: a dialéctica entre o latente conflito político ao expresso e progressivo embricamento político. Para John Atta Mills tudo o seu “Estado-firmemente discreto” pelo normativo-institucional tenderia a resolver, para os *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben pela exaltação pública dos seus “velhos” (“ajuda” ao Estado) e “novos” papéis sociopolíticos (a sua “agenda” nas áreas do desenvolvimento, por exemplo), a sua autoridade política legítima mais reforçariam. As dinâmicas políticas geradas nestes distritos municipais, entre o Estado e os *amanhene* Asante, em conjuntura de “transição política”, são conclusivamente narradas pelo nosso entrevistado, Boateng Ernest Mpaesem, habitante da Vila de Ninting (Mampong), ao manifestar que:

comparado com outros tempos político, este período de 1992 até ao dia que falamos, é de uma enorme tranquilidade. Claro que houve momentos tensos. O Estado e o nossos *amanhene* nunca deixarão de ser adversários. É da natureza política de ambos. Mas penso que se conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio entre o conflito e a aproximação. No segundo mandato de Rawlings isso já era visível. Com Kufuor e com Atta Mills também assim foi e está a ser assim. Claro que os nossos *amanhene* querem sempre mais. O próprio Kufuor lhes pedia calma, que não podia ser assim. Quando aqui vinha a um *Odwira* ou *Akwasidae* os *amanhene* interpretavam isso como a submissão do Estado à autoridade deles. Mas todos compreenderam o seu lugar. Todos se respeitavam muito. Sabiam os limites de ambos os lados. Isso é muito bom. Também já fizeram isso, ainda recentemente, com o Atta Mills, que não gostou nada. Não queria ser fotografado perto de nenhum dos símbolos da nossa autoridade. Aquando aqui foi recebido pelo nosso *Mamponhene* não se sentou no “Lugar de Estado”. Não reverenciou o Tamborete de Prata. Acho que o Kufuor foi muito bom Presidente e o Atta Mills até agora não está a desiludir. Apesar de Kufuor ser Asante, sempre soube manter a sua postura o mais imparcial possível. Era um homem recto. O Atta Mills é um pouco mais arisco connosco, mas, até agora, também nunca foi maldoso com as nossas gentes. Talvez porque saiba que precisa muito dos nossos *amanhene*. Ele nunca diz ou admite, mas sabemos o quão ele precisa dos nossos *amanhene*. Durante este tempo todo, o Estado foi-se instalado nos nossos ditritos e como é natural isso cria sempre conflitos entre quem chega e quem está. Existem riquezas, terras e pessoas para gerir e isso cria conflito. Neste período também chegaram e chegam muitas pessoas de fora com dinheiro para aqui investirem. Quem não queria gerir isso tudo? Claro que o Estado e os *amanhene* muitas vezes chocaram e ainda hoje chocam. Quanto mais e melhor se gere mais reconhecidos são. Isto o Estado e os nossos *amanhene* sabem. Por isso existem choques. Todos querem ser legítimos. Mas têm de saber repartir. O nosso irmão Kufour ensinou o Estado e mostrou a estes *amanhene*, que mais vale ter um pouco de muito que muito de nada. Atta Mills, por ser mais desconfiado e discreto, nem sempre é muito claro quanto a isto. Gere muitos silêncios. Mas a sua política acaba por ser a mesma. O Kufuor fez um Estado que muito ouvia e o que falava era sensato e certo, o Atta

---

incontornável por parte dos nossos *amanhene*. Estes são um facto político aqui. Kufuor soube adaptar o Estado a esta realidade. Assim, o Estado tem a garantia de ser uma entidade que crescentemente vai angariar o nosso respeito e a nossa aceitação. Sentimos no Presidente Atta Mills um maior desconforto em aceitar como inevitável esta realidade. Mas a pouco e pouco vai dando sinais de que já sabe ler a nossa realidade. E saber ler a nossa realidade, não é ler os livros escritos em Acra, mas sim ler os livros escritos em Mampong e Ejisu-Juaben. Qualquer um dos livros a ler terá de ter na capa sempre a palavras *amanhene*”. Tradução livre da entrevista realizada a Owusu Anane Antwi (agricultor), em Ejisu-Juaben (Vila de Achiasse), em 2008 [AE2011/SCeP].

Mills quer um Estado com voz grossa. Mas também tem de ter ouvidos limpos. Este nosso Presidente reconhece que apesar das tensões matinais o que conta é o aperto de mão ao fim do dia. Nada melhor que dois amigos que discordam com convicção, mas que ao fim do dia se sentam para beber uma *Club* e, escutam o que o outro tem para dizer, propor ou negociar.<sup>487</sup>

Se a um ponto de situação final quisermos proceder neste capítulo, não poderemos nunca deixar de assumir que toda esta conjuntura de “transição política” ocorrida no Gana nos anos noventa e no decorrer da década seguinte – derramada por uma realidade comumente designada por “democratização política” – não esteve *de facto* isenta ou isolada de dialécticas lutas ou végetos confrontos políticos, na busca de todo um conjunto de espécies de capital e de posições políticas que um melhor lugar político lhe reservassem em relação e/ou em correlação directa com o seu “adversário” político, no caso em exemplo, entre o Estado ganês e os *amanhene* Asante dos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben. Todavia, realçamos em simultâneo, e nunca com o propósito de desconsiderar a veracidade e a intensidade de todas as relações política de força e de tensão que todo este processo político gerou entre o Estado e os *amanhene* Asante daqueles distritos municipais, que aquelas “lutas”, quanto a nós, de carácter mais ritual que real, nada mais significavam que o anúncio de um fim que a história política ganesa tão lá atrás já havia escrito nos livros das relações políticas: que ao clamoroso grito do confronto ou competição política acabava-se sempre por se impor o reconfortante abraço da necessária cooperação ou da procurada e proveitosa aliança política.<sup>488</sup>

## 5.2 | ESTADO GANÊS: DA DOMINAÇÃO, DAS ESPÉCIES DE CAPITAL E DAS ESTRATÉGIAS DE JOGO

O Estado ganês “pós-colonial”, na sua mais corpórea substância e formal conceptualização é, sem forçado assombro analítico, um “esqueleto orgânico” *tendencialmente* racional e moderno, que se pretende alicerçar nos mais rendilhados métodos, mecanismos e procedimentos de uma burocracia estatutária e profissional, e cujo propósito primeiro e último é a “produção”, tanto quanto o desejável ou o presumível, de uma (*efectiva*) dominação legítima de “inspiração” racional-legal. Porém, a arqueologia política que “construiu” a interpenetrada história da “instalação” da burocracia – criada, readaptada ou herdada (do Estado colonial

---

<sup>487</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Boateng Ernest Mpaesem (bancário), em Mampong (Vila de Ninting), em 2008 [AE2011/SCeP].

<sup>488</sup>Para o nosso entrevistado, Atta Kwasi Yeboah “estes últimos anos, têm mostrado o quanto o Estado e os nossos *amanhene* se têm aproximado. Pensamos ser uma aproximação genuína. Para quê andar sempre em guerra? O Estado e os nossos *amanhene* lembram-nos como são os casamentos: marido e mulher, discutem, revoltam-se, saem de casa, mas sabem que ao fim do dia têm de a casa regressar, mesmo que ainda não tenham as pazes feitas, porque têm filhos para cuidar e alimentar. Mesmo que uma das partes quisesse aqui não pode haver divórcio. É uma relação em que a esperança de um dia melhor amanhã é superior aos amuos e discussões do dia anterior”. Tradução livre da entrevista realizada a Atta Kwasi Yeboah (agricultor), em Mampong (Vila de Apaah), em 2008 [AE2011/SCeP].

Britânico) – no Estado ganês “pós-colonial” e, no caso deste, na “recolha” dos (possíveis) *outputs* legitimatórios por aquela emanados, mostrou-nos, com ilustrantes episódios da empiria política e histórica, que todo este processo de (nova) apreensão, instalação e presença das convenções do burocrático na “vida somática” do Estado ganês, não foi, de todo em todo, uma coerente narrativa de linearidades institucionais, de congruências processuais ou, sequer, de conformidades normativo-organizacionais. Foi (sobretudo, até meados de 1992), nestes termos, a história de um Estado “pós-colonial” (no seu “somatório” enquanto Estado-sistema e de Estado-ideia), que enquanto “objecto” de desejo político, enquanto instrumento do “político” e enquanto campo de lutas políticas e simbólicas, conheceu as mais contrastantes “imposições” ideológicas, as mais alienantes “ocupações” políticas, as mais pérfidas “concepções” económicas e as mais obstruídas “projeções” sociais, que promoveram, em desvirtuoso conjunto, não raras vezes, uma (militarmente) hierarquizada, centralizadora e autoritária (proto) burocracia estatal.

Não obstante todo este (longo) processo de uma considerável degenerescência dos preceitos burocráticos no funcionamento do aparelho de Estado ganês – vejam-se, por exemplo, os casos do “Estado-personalista” de Kwame Nkrumah (entre 1960 e 1966, mas mais “vincado” entre 1964 e 1966), do “Estado-militar” de Ignatius Kutu Acheampong (entre 1972 e 1979, com particular incidência entre os anos de 1972 e 1975) e do “Estado-militar/revolucionário” de Jerry John Rawlings (em 1979 e, entre os anos de 1981 e 1988/1989, com evidente sobresaliência entre os anos de 1981 e 1983) – a burocracia nunca deixou de ser o fundamento primeiro do tipo de dominação racional-legal que lhe assegurou (também, porque lhe era reconhecida por “franjas” do “social” e, principalmente, pelos *apparatchik* partidários) as suas aventadas (um pouco, diga-se, por vezes “forçadas”) pretensões à legitimidade social e política. Nos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben, não sendo este (agora) liberal Estado “pós-colonial” ganês um alienígena político, burocrático, normativo, regulamentar ou institucional, é, ainda, um “organismo” político e normativo que para se fazer compreender (i.e., legitimar *via* preceitos estatutário-regulamentares) tem, necessariamente e todos os dias, de “publicitar” pelas boas práticas (que, refira-se, de modo deficiente acontece) a bondade e a utilidade de um tipo de dominação, que muitos Asante continuam a considerar ausente, a considerar insuficiente, a considerar inadequada, a considerar ineficiente, a considerar pesada e lenta e, a considerar que as lógicas, os mecanismos e os procedimentos que aquela herdou de um passado muito recente – e, que naqueles distritos quer “(re)implantar” – consigo trazem toda as desvirtudes/dilemas ou vícios que o Estado central ganês promoveu (ou, se deixou emaranhar) nos últimos cinquenta anos de história política. A presença física ou formal do

Estado (traduzida, no imediato, pelo hastear de uma bandeira nacional, pelo deambular de um polícia ou pela passagem de um autocarro dos *Intercity STC*) é, ainda assim, uma realidade factual, que está (relativamente) presente (e, é visível a “olho nú”) nas múltiplas dinâmicas da informalizante e activa vida social, económica, política, jurídica e comercial de quem nas capitais destes distritos habita ou trabalha, ou por quem a estes distritos se desloca. Tal foi o nosso caso.

A nossa chegada ao distrito municipal de Mampong, foi, desde o minuto um, o palco interior de um *mixed feelings* que nos arremessaram de uma genuína alegria à chegada para uma malquerente “experiência burocrática” na chegada: haviam-nos dito na *University of Ghana*, em Legon – Acra (pela voz do nosso estimado anfitrião e amigo, Professor Albert Kansili Awedoba) aquando lhes transmitimos as nossas intenções de nos deslocarmos para a região Ashanti, que era necessário estarmos munidos de uma declaração escrita e assinada por alguém responsável desta instituição (UG), a declarar, a justificar e a corroborar as intenções ou propósitos da nossa científica deslocação para aquelas “terras” Asante.<sup>489</sup> O nosso considerado interlocutor universitário assim procedeu, recomendando-nos, por último e prudentemente, para passarmos na NALAG para sabermos se “agora é só isto que eles pedem”, para que deste modo, a nossa “guia de marcha” não apresentasse nenhum “erro processual” (sobretudo, por omissão), passível de nos levantar problemas que nos “recambiassem para Acra” ou de “termos de pagar papel e carimbo a preço de ouro”.<sup>490</sup> Foi-nos, então, na NALAG transmitido (pelo seu diligente Presidente, Theophilus Aidoo-Mensah), que para além do documento passado e assinado pela Universidade, careceríamos de no mesmo papel termos uma “simples” rubrica com carimbo de “alguém responsável” no *Ghana Immigration Service*, sob a dependência do *Ministry of the Interior* e, no *Department of Chieftaincy*, sob a intendência do, à época, designado *Ministry of Chieftaincy and Culture*. Muitas horas e cedis depois (quarenta e oito horas e cento e vinte cedis depois, para sermos precisos), tínhamos a nosso “precioso” documento “oficial” (e, “oficializado”) e, o nosso acessível bilhete de viagem nas mãos. Partidos de Acra e chegados a Mampong (com anterior “transfer” em Kumase) – e depois do recente burocrático turbilhão de carimbos, assinaturas e “taxas” (as nacionalmente institucionalizadas “*small tips*”) – a nossa preocupação primeira foi a apresentação da nossa “não contemplada no orçamento” autorização às autoridades políticas competentes daquele

---

<sup>489</sup>À semelhança da declaração que o Centro de Estudos Africanos (CEA-ISCTE), nos havia passado, a dar conta dos objectivos do nosso trabalho de investigação e a solicitar o apoio possível às instituições universitárias, ou outras, no decurso da nossa estadia no Gana.

<sup>490</sup>Expressões recolhidas em conversas informais com o Professor Albert Kansili Awedoba, em 2007, no *campus* universitário da *University of Ghana*, em Acra.

local distrito, que no caso em questão, era o *Mampong Municipal Executive*, presidido, em 2007, pelo sempre cerimonioso, mas cordial (e, futuro amigo), Daniel Ohyeaman Appau.

A “experiência burocrática” foi, de novo, inenarravelmente “kafkiana” uma vez que rondou os limites de um obscuro absurdo labiríntico. Após a apresentação pessoal (nossa, e dos nossos “auxiliares de terreno”, Samuel Jackson, Fred Larbi e Samsow Tetteh) e, após a apresentação formal da documentação “oficial” e dos nossos propósitos “universitários” de deslocação, o nosso interpelador burocrático (de escalão mínimo) diz-nos que tem de “tudo averiguar para ver se está tudo de acordo com os procedimentos”, e que só depois (“lá mais para o fim da tarde”) poderíamos por lá (de novo) passar para preenchermos a *respectiva* papelada e, pagarmos os *respectivos* “emolumentos” das *respectivas* expensas administrativas, que ele teria cuidadosamente de calcular através da consulta da “tabela geral de taxas e preços municipais”. Deveríamos, no entretanto, e no nosso regresso às instalações do *Mampong Municipal Executive*, de trazer uma factura/recibo do hotel – no caso, o *Adom Upscale Hotel* – onde estaríamos hospedados (dos quatro, mas com recibos em nomes individuais) com a data de entrada e com a data de saída, uma fotocópia do nosso passaporte (não só do visto, mas da capa e do rosto), fotocópias do Cartão de Identificação Nacional de cada um dos nossos “acompanhantes”, e, *at last*, deixar uma “pequena caução para o início do andamento do processo burocrático”. Tudo reunido, com controlada revolta e substantiva paciência, regressámos por volta da 16:00h (pois, os serviços fecham às 17:00h, e queríamos ter alguma folga de tempo para o caso de surgir mais algum “imprevisto” administrativo) e, o mesmo imperturbável e sorumbático funcionário, que lentamente fechou o saco de castanha de cajú torrada que comia aquando da nossa entrada, disse-nos, num tom a rondar o protocolar auto-valorativo, “que lamentava, mas nem a pessoa que dactilografava a autorização estava, nem os ‘instâncias superiores’ que a assinariam, se encontravam nas instalações políticas e, que ele próprio estava sobrecarregado de trabalho. O mais provável é já não passarem por cá”. “Vieram num dia que não dava jeito a ninguém”. Que voltássemos no dia seguinte “para ver como as coisas tinham corrido. Que ele tudo ia fazer para que tudo estivesse pronto amanhã”. Antes de sairmos, olhámos para a secretária por detrás do balcão e, vimos a nossa “papelada” no mesmíssimo sítio que o “funcionário burocrático” a havia deixado horas antes, pela manhã. No dia seguinte, bem para lá da hora de almoço, havíamos conseguido a nossa declaração (depois de termos dado uma “*small tip*” ao “nosso” competente funcionário, pelo seu “jeitinho” – ou diligências, como afirmou – no aceleração do nosso processo) e, havíamos experienciado o pior que a burocracia estatal ganesa (na sua escala local e nacional) tem para oferecer, a quem



dela depende ou a quem a ela recorre.<sup>491</sup> Este, foi um dos nossos risíveis e circunstanciais “episódios burocráticos”, que quotidiana e repetitivamente, os residentes (que o Estado reclama que sejam *cidadãos* cumpridores e respeitadores do seu edifício normativo e regulamentar) de Mampong e Ejisu-Juaben, têm de viver, reviver e, saber ultrapassar ou, como na esmagadora maioria das vezes acontece (tal como vimos acontecer e, tal como muitos entrevistados e amigos que por lá fizemos, nos narraram), têm de informalmente aprender a contornar.

Com efeito, este é o (nosso que também é de todos) exemplo do *modus vivendi* e do *modus operandi* de uma burocracia estatal que aos súbditos Asante se tenta impor e, que os súbditos Asante tentam contornar, ou, no limite do contacto, tentam “recapturá-la” para “utilizá-la” em informal benefício dos propósitos pessoais vários que pretendem alcançar. E, tantos são os casos e as circunstâncias do dia-a-dia que nos revelam a distância (relacional, de procura ou de solução) criada e existente entre o “tecido social” Asante e as instituições políticas e administrativas que “emanam” da burocracia estatal, nestes dois distritos municipais da região Ashanti. As dificuldades impostas pelos (sobre-compartimentados e estanques) “escalões” de funcionários, de chefias, de impressos, de carimbos, de tempos de espera e, de decisões “que não chegam”, leva a que qualquer iniciativa, seja ela de ordem política, económica, social, jurídica, empresarial, policial ou sucessória, constitua o maior dos tormentos orgânicos que qualquer Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, na sua paciência e na sua carteira, podem experimentar. Tudo é lento, tudo carece de “profunda análise”, tudo depende da boa disposição/interesses (especialmente, de natureza pecuniária) do funcionário que atende (a não ser que seja amigo ou familiar), tudo tem de ser analisado pelos superiores hierárquicos, quase tudo falta para que o processo dê entrada, tramite e seja entregue – desde o papel que acabou, a máquina de escrever avariada, a tinta no tinteiro dos carimbos secou, os computadores, quando existem, não funciona o rato, o teclado ou o écran, a falta de material de escritório (uma caneta para dois funcionários, como nós vimos), as constantes pausas para se bater um café e comer um arroz *jollof* com frango ou um *banku* (massa de mandioca/inhame batida) com Tilapia, entre tantas outras “coisas” – quase tudo tem de ir a Acra “porque lá tem mais gente competente para analisar esta questão”, quase tudo tem de ir a Acra porque “só lá é que podem

---

<sup>491</sup>Alguns dias depois, aquando nós e os nossos “intérpretes” almoçávamos num “restaurante de rua” (vulgo: barraca de “comes-e-bebes”), o nosso sempre emproado e prestável “amigo-funcionário” (de seu nome, Kwame Appiah), connosco meteu conversa e, muito singelamente, se “ofereceu” para nós lhe pagarmos o almoço, em contrapartida do “favor” que nos tinha feito na feitura e autorização dos “nossoa papéis”. Esta não seria a primeira nem a última vez que o mesmo pediria uma “*small tip*” para uma cerveja, uma maçaroca de milho, uma banana assada ou um lanho “frequinho” a troco do que dele necessitássemos. Este, é um nítido e impírico exemplo da rigidez (e insanidade) de uma burocracia formal, tornada (desmensuradamente) informal quando os seus “funcionários” com ela transacionam bens/recursos/serviços (públicos/estatais) de um modo paralelo ou “subterrâneo”.

dar a aprovação final”, quase tudo carece de organização pois muitos papéis se perdem ou extraviam em definitivo, quase tudo tem um pagamento “extra” para além dos pagamentos “oficiais” que aos vários funcionários se entregam, quase todos os funcionários denotam gritantes níveis de impreparação, de incompetência e laxismo, quase todas as instalações são parcas, inadequadas e inadaptadas para (condignamente) cumprirem os serviços que prestam (falta de impressoras ou fotocopiadores, de telefones sem avarias, sem secretárias de trabalho adequadas ao serviço “formal” que prestam – o oficial-dia da esquadra de política de Mampong, escrevia os ofícios numa mesa de café da Coca-Cola –, falta de dossiers e de estantes para arquivarem os processos, etc, etc.) quase tudo, em suma, nos pareceu um tosco “esboço” de um desenho burocrático que muito ou tudo ainda faltava para estar terminado. Dito de outro modo, quando alguém de “dentro” da burocracia estatal de Mampong e Ejisu-Juaben sobre ela se pronuncia, o sibilo que nos nossos ouvidos tenta incutir ou instalar, é o da existência de uma burocracia executada num perfeito e funcional “mundo inteligível” regulamentar, no entanto, e no mais entranhado âmago das suas práticas correntes, instaladas e reproduzidas e das incrustadas representações “técnicas” que as populações Asante dela sumarizam, nada mais se pode inferir que a burocracia estatal é uma imperfeita projecção do “mundo sensível” normativo (pelas “sombras” emanadas dos seus métodos, critérios e padrões), que alguma coisa, ou muito, ou tudo ainda tem para fazer, para organizar e para conquistar. Tudo isto, nos é narrado com muito maior grau de ilustração e conhecimento empírico, se as palavras do nosso entrevistado, Kwame Boamah Ntem, quisermos “escutar”:

esta não deixa de ser uma questão sensível. Na área em que trabalho, a justiça, é sintomática de toda esta atrapalhão burocrática. Temos a entrada de muitos processos e para os quais não temos capacidade de resposta. Temos, por lei, de os aceitar, mas sabemos que tarde ou nunca lhe daremos provimento. Quando são pessoas amigas que nos trazem litígios que podem ser resolvidos eu próprio lhe digo para levarem o caso ao seu *omanhene*. É mais rápido e menos custoso. Somos dois funcionários administrativos nesta comarca, temos três chefes (exigidos por lei) e um juiz que nem sempre está, e diga-me como é que podemos dar conta de tudo? Sabe como é que eu às vezes resolvo as coisas? Vejo as pessoas na rua, dirigo-me a elas e tento, sensatamente, falar com as partes para se entenderem. Algumas, querem um papel carimbado do tribunal para verem aquela “decisão judicial de rua” escrita e formalizada, mas digo-lhes que não posso. A lei não o permite. A lei para estas gentes, é uma entidade tão abstrata e tão distante que para elas o que conta é o olhar nos olhos e o apertar as mãos em sinal de compromisso de honra. É correcto o que faço? Não, não é. Mas é a única forma de as pessoas avançarem com a vida e de eu não ser todos os dias entulhado com as mesmas visitas e as mesmas questões. Existem questões processuais e técnicas que eu próprio, funcionário do tribunal, não as sei resolver ou esclarecer. Nem tão-pouco os meus chefes. Não temos formação nesta área, nem nunca tivemos qualquer acção de formação. Sou eu que tenho de pedir algum material à minha filha, que anda na primária, para eu poder desempenhar as minhas funções. Um dos meus chefes, na ausência do juiz (que tem negócios privados no “mundo agrícola”), já proferiu um despacho por si assinado e com o carimbo do tribunal, no qual ele indeferiu a queixa de um empregado do seu tio (que tem uma serração e, é um importante *ohene*) que envolvia o pagamento de salários em atraso. Onde é este empregado que se iria dirigir? Para um tribunal de Kumase ou Acra? Onde arranjará dinheiro para tal? Este empregado teve de pagar, e bem, as despesas de todo o processo. Acha que voltará aqui no futuro? Acha que esta burocracia é a solução dos seus problemas? Não é. Tenho agora um caso em mãos que envolve terras aqui muito perto do município. Uma disputa entre dois herdeiros de um *odikro*, na qual, um deles por achar que os tios iam favorecer o seu irmão, quis

ultrapassar as normas tradicionais e levar a questão para um imparcial e moderno tribunal de Mampong. O facto é que já passaram cinco anos, gastou uma imensidão de dinheiro, o juiz aqui ainda nem sequer olhou para o processo, e agora quer retirar daqui o processo e não tem dinheiro para os inerentes custos do fecho do processo. Já foi ameaçado de penhora. Estaríamos aqui uma semana inteira para eu lhe contar uma pequena parte do que se passa na minha burocracia. Se lhe fosse contar, da burocracia da polícia, dos hospitais, dos serviços funerários, dos bancos, teria de ser um mês inteiro, com dias de dezasseis horas. A burocracia só é boa ou vantajosa se tivermos alguém conhecido que com ela lide ou trabalhe. Fora isso, a nossa vida complica ou pára. A burocracia informal parece que é o mais regulamentar dos preceitos da lei. A lei tudo quer controlar e à lei tudo escapa.<sup>492</sup>

Podemos, a partir deste revelador e analítico quadro descritivo, considerar que a burocracia estatal que alavanca (enquanto “elemento-base”) o tipo de dominação racional legal nos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben – que é “produtor”, nas contemporâneas dinâmicas que pratica e pelos “ecos” que o “social” pronuncia, de uma legitimidade manca, amputada ou “insuficiente” – mais que um facto político consumado é um vector político que muito esforço terá de imprimir e muito caminho terá de percorrer e institucionalizar – por exemplo, a divisão de funções e tarefas feitas deveria ser feita de forma racional, as hierarquias deveriam ser definidas por regras explícitas segundo os legais limites dos direitos e deveres de cada cargo, a contratação e a manutenção de funcionários deveriam ser baseadas em regras pré-estabelecidas (e, não no “amiguismo” pessoal, familiar ou étnico), deveria haver uma equiparação salarial para o exercício de posições e funções semelhantes, as progressões nas carreiras deveriam ser reguladas por normas e critérios objectivos (e não pelo favoritismo e pelas relações pessoais), deveria haver uma separação total entre as funções e as características pessoais do funcionário que as exerce, e deveriam haver regras e normas gerais que ditassem os direitos e os deveres que por todos deviam ser seguidas, independentemente do cargo ou da função que exercessem – para que saia da eterna clausura do *in progress*, para firmemente e em definitivo se afirmar como uma verdadeira, próxima e legítima alternativa organizativo-institucional, à qual os cidadãos Asante deste distritos municipais se possam dirigir, informar e, especialmente, possam, como é seu direito, confiar. Todo este debacle burocrático leva a que Estado, numa frequência mais repetida que o desejável, procure, em Mampong e Ejisu-Juaben (e, se quisermos, com maior ou menor intensidade, um pouco por todo o território ganês), afirmar a sua “presença” institucional mais pelo exercício do (imposto) *poder* político que pelo exercício da (consentida) autoridade política.<sup>493</sup>

---

<sup>492</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kwame Boamah Ntem (funcionário judicial), em Mampong (Vila de Nkwanta), em 2008 [AE2011/SCeP].

<sup>493</sup>Para um entendimento mais aproximado das “perversidades” que burocracia estatal (ainda) provoca na “vida” social, política e económica ganesa, ver: *Ghanaweb*, de 24 de Outubro, de 2013, “Killing Ghana Softly: Incompetence and a Bloated Bureaucracy”; *Joyline*, de 15 de Fevereiro, de 2014, “Ghana’s Bureaucracy too Big. Cut Half, Pay the Rest Better”; *Freshplaza*, de 24 de Maio, de 2016, “Ghana: Papaya Export Frustrated by Drought and Bureaucracy”; *Graphic Online*, de 12 de Abril, de 2017, “Excessive Bureaucracy in Civil

No entanto, e respeitando as intrínsecas dinâmicas de um quadro político que nos revelam a “míngua” ou o “estreitamento” de legitimidade proveniente do tipo de dominação racional-legal junto das populações Asante, o Estado ganês, nos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben, consegue mobilizar meios outros, que traduzidos em espécies de capital próprias (porque inerentes ao próprio “agregado” Estado) ou “fabricadas”, adicionam valor acrescentado àquela “aleijada” legitimidade, dando-lhe ou revestindo-a, necessariamente, com novos e mais robustos “utensílios” sociais, políticos, comerciais, financeiros, entre outros, cujo fim último será o de as suas típicas pretensões saírem reforçadas pelo assentimento e validação destes, junto das populações rurais Asante. Assim, não só para nós, mas, e especialmente, para os Asante que em Mampong e Ejisu-Juaben vivem, o Estado faz-se representar por um (já) considerável número de serviços, organismos e instituições de natureza orgânica e funcional vária. No que a estas dizem respeito, os referidos distritos municipais já dispõem de um generoso volume e diversificação de (em solidificação) entidades estatais locais, que são de duas diferenciadas, mas (idealmente) complementares (que por vezes se sobrepõem e, entre si competem) matrizes político-administrativas: as que emanam das estruturas políticas locais que vão desde o Município, ao Distrito, aos Conselhos Urbanos, de Cidade, de Área e de Zona e aos Comitês de Unidade (que acabam por ser a “mão local” do longo braço do Estado na implementação das orientações políticas, executivas, administrativas e legislativas daquele – e, também, detentoras de alguma consagrada autonomia nestas áreas –, na medida que é o Presidente da República que nomeia trinta por cento da composição final da Assembleia Municipal/Distrital) e, as que derivam ou são subsidiárias directas dos órgãos/ministérios do governo nacional/central e, que em representação executiva deste, implementam a sua “visão”, os seus objectivos e os seus projectos políticos, sejam eles de que ordem forem.

Dispomos, portanto, no somatório final destes “dois patamares” de implementação e execução política, da existência de todo um conjunto de entidades, organismos, agências ou instituições oficiais, que tentam dar provisão mínima a algumas das mais iminentes necessidades que a população Asante reclama e, que por força das (ainda) não satisfeitas exigências, continua com veemência (e razão) a reivindicar: temos, entre outras passíveis de destaque, o trabalho em parceria entre estes Municípios e o Ministério da Saúde, na construção de hospitais, de maternidades, de unidades de centros de saúde, de unidades de emergência médica (todos situados, regra geral nas capitais de distrito e, numa ou noutra vila mais “concêntrica”), temos, na área da educação, o empenho dos Municípios e do Ministério da

---

Service Administration – A Dent in Nation Building”; *Ghana News Agency*, de 7 de Junho, de 2017, “MMDAs Warned Against Excessive Bureaucracy”.

Educação na construção de escolas primárias e secundárias públicas (só em algumas localidades mais centrais e, a “restante” – que é a maioria – procura de ensino é colmatada pelas escolas privadas, sobretudo as de orientação confessional-religiosa), temos, na área da segurança a participação dos Municípios e do Ministério do Interior, na construção de novas esquadras policiais e no recrutamento e formação de novos agentes e quadros superiores (pois, só existem esquadras, minimamente funcionais, nas capitais de distrito e, em algumas vilas de maior densidade populacional, a funcionarem muito deficientemente), temos, comarcas judiciais, que resultam da cooperação entre os Municípios e o Ministério da Justiça e da Procuradoria-Geral, no sentido de capacitarem os dois tribunais existentes nas capitais-sede, com melhores instalações, com mais juízes e, com pessoal administrativo e técnico com maior formação jurídica, temos, a estreita coadjuvação entre os Municípios e o Ministério do Turismo, Artes & Cultura, na promoção de todo o património histórico e no desenvolvimento de infraestruturas que cada vez mais, permitam divulgar e acolher turistas nacionais e internacionais, temos, a participação conjunta dos Municípios, do Ministérios das Finanças e do Ministério do Desenvolvimento de Negócios, na criação de instituições bancárias (por exemplo, o *Ghana Commercial Bank* – e em forte concorrência com os bancos privados e locais, como por exemplo, o *Sekyere Rural Bank LTD*, o *GCB Bank Agona* e o *Kwamanman Rural Bank*, entre muitos outros), para a concessão de créditos para iniciativas micro-empresariais de natureza diversa, temos, ainda, o empenhamento dos Municípios e de vários Ministérios, de entre os quais destacamos, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Comércio e da Indústria, o Ministério das Terras e dos Recursos Naturais, o Ministério do Governo Local e do Desenvolvimento Rural, que tentam dentro do seus (por vezes, poucos) recursos políticos, burocráticos e orçamentais, dotar estes dois distritos municipais de iniciativas, de programas e de projectos (de preferência, com exclusiva chancela estatal, o que, refira-se, nem sempre acontece), que promovam *efectivamente* a construção de infraestruturas funcionais e adequadas que correspondam *efectivamente* aos verdadeiros desprovements e, à consequente capacitação (*empowerment*) do ponto de vista quantitativo e qualitativo, das populações destas “geografias” da região Ashanti.<sup>494</sup>

Poderemos, deste modo, assegurar que é todo este concêntrico “aglomerado” de organismos, agências e instituições estatais, que coloca no “terreno” os seus agentes, as suas iniciativas ou, somente por vezes, as suas magnéticas intenções ou promessas, as quais,

---

<sup>494</sup>Para termos uma compreensão mais detalhada do enorme esforço que as estruturas estatais centrais e locais, têm dedicado a este esforço de mais fazerem, de melhor realizarem e de melhor se implementarem, ver: (EJMA, 2014a, 2014b; GSS, 2014a, 2014b; MLGRD, 2011; RG, 2012, 2014).

desejavelmente, projectam a “recolha” ou a “angariação” no complexo “mercado social” de Mampong e de Ejisu-Juaben de um mesclado (e decisivo) conjunto de créditos sociais, que permitem ao Estado ganês convertê-los em espécies de capital fundamentais/preciosas para participar no activo jogo do sempre renhido e muito disputado campo político destas duas cavilosas jurisdições político-administrativas. Nesta sequência, trazemos para este texto, aqueles que consideramos serem os *bens raros* que o Estado ganês nos distritos de Mampong e Ejisu-Juaben, “apresentam” nas dialécticas disputas políticas em que conjunturalmente se encontra envolvido ou, que é “obrigado” a envolver-se, e que “ele” considera que lhe asseguram ou reforçam a auto-premissa que o “alavanca”, no sentido de ser o único lugar de elaboração do oficial, do bem-público e do universal: o capital cultural (que é uma dimensão do capital informacional) de que o Estado dispõe, assume uma importância bem definida, pois através da cultura, o Estado ganês, unifica todos os códigos e formas de comunicação, influenciando, assim, a identidade nacional (através, por exemplo, de uma língua oficial), moldando as estruturas mentais (*habitus*), nomeadamente através do sistema de ensino, que “inculca” a ideia de cidadania e da igualdade de todos os cidadãos perante a lei; o capital económico, revela também aqui, todo o esplendor da sua importância, na medida em incorpora não só toda a capacidade de investimento nos mais diversificados sectores da “vida social” das populações Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, como tem ainda, a prerrogativa de sobre todas as actividades por aquelas exercidas ou desempenhadas, de executar uma fiscalidade tributária que procura ser transversal e eficiente; o capital jurídico, decorre da factual circunstância de que as instituições e agentes estatais formais, regidos por regras fundadas no formalismo burocrático, criam códigos, lógicas e procedimentos, que quando quebrados por um qualquer funcionário ou cidadão, cumpre, em *exclusivo* ao Estado, através das instituições que criou para esse efeito, formalmente acusar, julgar, libertar ou condenar; o capital do uso da força física, ou, se preferirmos, o monopólio da *violência física legítima* (para Max Weber) ou, ainda, da *violência simbólica legítima* (Pierre Bourdieu) que nos remete para uma acepção do Estado enquanto aparelho de (materialmente apto e formalmente autorizado para a) coacção, exercida pelos “instrumentos” que só ao Estado se submetem e, que só o Estado deles pode fazer uso: o exército e a polícia. A totalidade da posse, do usufruto e da concentração destes referidos capitais, reveste o Estado ganês, nos supraditos distritos, de um capital social que *tendencialmente* se converterá num capital político, que se converterá, por sua vez e *tendencialmente*, de uma forma não palpável, mas de reconhecimento irracional ou magnético, num capital simbólico, que em “parelha” com todos os outros, promovem a emersão do supremo capital do Estado: o metacapital estatal, que é o único que permite ao Estado a

designada “construção estatal dos espíritos”, no caso particular da nossa análise, a “construção estatal dos espíritos Asante”, nos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben.

Todo este *setup* político do Estado ganês (nas suas dimensões local e central), é analisado e considerado pelo nosso entrevistado Ebenezer Owusu Ntansah, da Vila de Asotwe (Ejisu-Juaben), ao destacar que:

o Estado é necessário, e é um enorme erro pensar-se que o consideramos ilegítimo. Nada mais errado. Apesar de ser um Oyoko-Asante, lhe digo que o Estado tem o seu lugar entre nós e nunca desejamos o seu desaparecimento. Seria um erro histórico. Só o Estado de Acra tem certo poderes. Quem faz leis para todos o país? Quem manda no exército? Quem definiu a língua inglesa para todos? Foi o Estado. O Estado, pelo menos eu assim penso, é o cimento que une todo o Gana. Se assim não fosse, seria muito complicado não haver conflitos constantes como a história já mostrou. É um pai invisível que a todos nós nos tenta educar para sermos bons filhos ganeses. No entanto, este pai também tem de estar presente e resolver os problemas dos seus filhos. Não pode só repreender ou bater. Tem de ser pedagógico e activo. Não é só ficar numa cadeira ao longe e ver as coisas a acontecerem. Posso-lhe dar alguns exemplos: as terras que cultivo, de que sou usufrutuário, quem me autorizou verdadeiramente a nelas trabalhar foi o meu *omanhene*, pois o Estado daqui limitou-se a emitir uma certidão a dizer que ‘de acordo com a decisão do *Ejisuhene*, fulano tal pode...’. Posso, ainda, dar-lhe o exemplo da esquadra da nossa polícia no nosso distrito.<sup>495</sup> A anterior estava a cair aos bocados, chovia lá dentro e até a fechadura da porta da prisão já não trancava. Que condições são estas? Que dignidade tinham aqueles polícias? Que respeito eles impunham? Após anos de várias recusas do Estado, teve de ser o *Ejisuhene*, com o seu dinheiro, a construir a nova esquadra, a comprar novas fardas e botas e a mandar arranjar um dos carros-patrolha. Quer outro exemplo? As atracções turísticas do distrito, apesar dos muitos planos e projecto do Estado, estão nas mãos dos nossos *amanhene*. São eles que estão a avançar para a conservação e a exploração turística dos santuários naturais de Besease e de Adorko-Jachie e da Reserva Natural da Floresta de Bobiri. São eles que estão a avançar com a construção de um Museu em homenagem à nossa *Yaa Asantewaa*. Eles fazem. Procuram dinheiro dentro e fora. O Estado para nós é um amigo. Mas é um amigo que nem sempre está presente quando dele precisamos. Sentimos mais confiança quando vemos o Estado e os nossos *amanhene* a colaborarem e a apertarem as mãos. Só assim pode ser. Que nos interessa ter um esqueleto que não tem músculos para andar? Para fazer? Para nos ajudar? Nada. Queremos um esqueleto que tenha músculo suficiente para cumprir o que sempre nos repete e promete. Se não cumpre, se não está, se não tem, é só um amontoado de ossos de importância relativa no qual recorreremos só na última das circunstâncias.<sup>496</sup>

Aqui chegados, e aqui “pesados” com o suficiente equilíbrio analítico a legitimidade proveniente do tipo de dominação racional-legal e, todo o conjunto de espécies de capital de

---

<sup>495</sup>Segundo as palavras do nosso entrevistado, Osei Kwadwo Taahilu, polícia na *Ejisu-Juaben Police Station*, sediada em Ejisu: “temos condições de trabalho muito precárias. O Estado deu-nos estas instalações e pensava que já tínhamos tudo para sermos polícias. Eu sou polícia e, também sou motorista de *trotro* [transportes colectivos particulares] para sustentar a minha família. Não posso ter sempre os ordenados em atraso. No ano passado, numa visita que o *Ejisuhene* nos fez, relatámos os nossos problemas e dificuldades e após ter dito que iria falar com as autoridades estatais e com o seu *Traditional Council*, cumpriu: as autoridades oficiais disseram que não tinham verbas e, pagou-nos do seu bolso e do bolso do seu amigo Akwasi Agyeman [poderoso Asante da família-real Oyoko, tio-mayerno de John Agyekum Kufuor, conhecido pela sua enorme fortuna, como o ‘World Bank’], os seis meses de ordenados em atraso e, ofereceram-nos, ainda, quatro motorizadas para patrulharmos as ruas. Como pode isto acontecer? Somos, pela lei, agentes que defendem as populações em nome do Estado. Um Estado que nos abandona, e depois somos geridos e governados, pela ajuda dos *amanhene*. Eu não reclamo. Preciso de viver. Mas que isto não está correcto, não está. Eu pergunto-lhe: se eu (e os meus colegas e superiores), enquanto funcionário do Estado dependo das ajudas monetárias dos nossos *amanhene*, como é que eu um dia posso passar-lhe uma multa ou a alguém da sua família? Aliás, eu perante um *omanhene* eu não tenho autoridade. A população ia toda cair em cima de mim. O Estado diz-nos de Acra que somos as autoridades da lei, mas quando lhes pedimos alguma coisa, diz que está muito longe para ouvir o que dizemos. Temos, em contrapartida, a presença diária e os sábios conselhos e orientações do nosso *Ejisuhene*, que até de chefe da polícia por vezes, tem de fazer”. Tradução livre da entrevista realizada a Osei Kwadwo Taahilu (polícia), em Ejisu-Juaben (Vila de Adumasa), em 2008 [AE2011/SCeP].

<sup>496</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Ebenezer Owusu Ntansah (agricultor), em Ejisu-Juaben (Vila de Asotwe), em 2008 [AE2011/SCeP].

que o Estado ganês é usufrutuário em Mampong e Ejisu-Juaben, estamos em condições de considerar que, não obstante toda a validade destes, o Estado ganês para as “gentes” Asante destes distritos municipais, é uma realidade concreta, desejável e legítima (dentro dos limites das “suas competências”) com, no entanto, um conjunto de *handicaps* políticos, económicos, institucionais, funcionais e, de naturezas outras, que levam a que aquelas o considerem como uma meia-parte de um todo desejável e “perfeito”, quando complementado com a parceria e a cooperação dos *amanhene* que nestes distritos ainda (muito) se fazem sentir e ouvir.<sup>497</sup> A facticidade (e as restrições provenientes) destas objectivas e objectivantes circunstâncias políticas, levam, de acordo com o nosso “olhar empírico”, a considerar que o Estado ganês em Mampong e Ejisu-Juaben, à data, dispunha-se mais para a definição de estratégias de jogo político que assentavam, paradoxalmente, na subversão (na heterodoxia, ou, no limite, na heresia), com o objectivo primeiro e último, de em “regime” de cooperação ou de interdependência (pois, em “ambiente” de competição ou concorrência, é-lhe mais difícil e moroso) com os *amanhene* Asante destes distritos municipais, ir conjuntamente “a jogo”, e fazer valer cada vez mais e autonomamente, os seus capitais próprios e exclusivos e, para si reclamar todo um “espaço político/relacional e burocrático” que “ele” considera ser seu, por imperativo da Lei.

---

<sup>497</sup>A este propósito, já Donald Ray, em 1998, referia com firmada convicção empírico-analítica, advinda pelos trabalhos que desenvolveu na região Ashanti, que “recently chiefs were even able to persuade the post-colonial state, in effect, to cede back significant aspects of political office determination, as important component of sovereignty on which the colonial state had moved early in its rule to control” (1998: 64). Também, Daniel Ohyeaman Appau, Asante praticante, mas convicto formalista, afirma-nos que: “aqui no distrito, existiram momentos em que os próprios funcionários e representantes locais do Estado se sentiam inoperantes ou diminuídos nas suas funções e nas suas acções. Mesmo algumas das medidas que nos eram atribuídas legalmente e institucionalmente pelo ordenamento jurídico previsto no processo de *descentralização* não eram respeitadas pelo *amanhene* e respectivos *Ohene* e *Odekuro*. Estes últimos, quando tentávamos implementar ou incrementar algum tipo de acção, fosse ela de que natureza fosse, perguntavam-nos se já tínhamos falado com o *Mamponghene*, e se ele tinha dado o seu assentimento. A recente implementação de um projecto de electrificação em Dahoo e Amoamang passou por estas dificuldades. Os órgãos regionais e distritais do Estado aprovaram a prossecução do projecto, mas ainda assim, mostraram uma certa reverência ao *Mamponghene*, pois consideravam que aquelas são terras suas e não avançaram com o projecto sem uma opinião dele e respectiva autorização. Tivemos de celebrar uma cerimónia tradicional com a presença do *Mamponghene* e dos seus *Okyeame*, para pedir autorização aos espíritos dos antepassados e para estes abençoarem o projecto. Penso que o Estado devia ter uma mão mais dura com os *amanhene* Asante. Nota-se isso em outras regiões do país. Compreendo, melhor que ninguém, o peso da história do nosso povo na história do Gana, e indiscutivelmente é grandiosa, única e a mais visível de todas, mas sente-se que muitas das vezes o Estado com os instrumentos e os recursos políticos que tem, apoia-se demasiado nas acções, orientações e legitimidades dos *amanhene*. Deveria ser mais autónomo”. Tradução livre da entrevista realizada a Daniel Ohyeaman Appau (Presidente do MME), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].



### 5.3 | AMANHENE ASANTE: DA DOMINAÇÃO, DAS ESPÉCIES DE CAPITAL E DAS ESTRATÉGIAS DE JOGO

Os *amanhene* Asante, conjunturais “promotores” de princípios e racionalidades com *propensão* para a normatividade burocrática, são no mais íntimo da sua “filiação” política, institucional e organizacional, históricos e estruturais “produtores” e “reprodutores” (via *habitus*) de um tipo de dominação legítima que procede, que se realiza, que se fundamenta e se projecta, sobretudo, nos domínios do tradicional.<sup>498</sup> Porquanto, em que se traduz, na prática, esta pretensão típica de legitimidade que se funda e se sustenta na dominação de carácter tradicional? Os *amanhene* de Mampong, de Nsuta, de Ejisu, de Juaben, de Beposo e de Kwamang, todos, sem excepção, “constroem” a espinha dorsal da sua legitimidade social e política, mobilizando as enraizadas lógicas, práticas e dinâmicas adstritas à “sua” fundacional e ancestral tradição, que é por inerência simbólica e cosmológica, uma tradição toda ela imbuída de códigos do sagrado, de interditos sociais, de referentes sobrenaturais e sobre-humanos (que incluem deuses, divindades, antepassados-defuntos, espíritos e forças visíveis e invisíveis), de cultos ritualísticos (públicos e privados) e, ainda, de todos um conjunto de rotineiros e secretos “costumes” místico-espirituais, que estão, naturalmente, interditos a um *aburoni* não-iniciado quanto o nós éramos.<sup>499</sup>

No entanto, e sempre envergando o fato do “branco-neófito”, pudémos assistir *in loco* e *in situ*, a todo um conjunto de “situações” simbólicas que nos corroboraram este “vínculo de sangue” ou, se assim o entendermos, deste “social feito corpo” entre a legitimidade, a tradição, o sagrado, os *amanhene* Asante e, as populações que concedem/garantem a estes últimos, os seus tão reclamados e disputados “créditos” legitimatórios. A nossa tomada de consciência acerca deste profundo entrelaçamento entre estas dimensões constituintes da realidade política e simbólica dos Asante e destes *amanhene* Asante, em particular, foi-nos logo prontamente apresentada, aquando da nossa chegada a Juaben, numa Terça-Feira. Ao observarmos o

---

<sup>498</sup>Para um aprofundamento da discussão acerca da existência ou não existência de uma formal, centralizada ou descentralizada burocracia no *Asanteman*, ver: (Wilks, 1975b; McCaskie, 2003; Hagan, 1971).

<sup>499</sup>Num dos seus incontornáveis trabalhos sobre os Asante (nas suas relações com o Estado central e local ganês), Donald Ray sublinha a traço evidente que “sacred authority provides on-going legitimacy to the chief’s political authority. This religious legitimation of traditional authority pre-dates the colonial and post-colonial states. The customary in the traditional authority involves the sacred as well as claims to the pre-colonial period. The constitutions of the Third and Fourth Republics declares that certain powers of chieftaincy were not to be controlled by the Parliament of the Ghanaian state because of the customary roots of the traditional authority. Along with sacred roots grow roots that were seeded in the pre-colonial period. Thus, history and religion combine to provide the distinctive basis of legitimacy for chiefs. These constitutions illustrate the point that for some Ghanaian state leader’s traditional authority occupied a distinctive place in the political terrain and should not be controlled in certain aspects by major state institutions such as Parliament, if not the state as whole” (1998: 65).

volumoso, mas cadenciado e cerimonioso “movimento social” da cidade, perguntámos a que se devia aquele “estranho facto” de estar tanta gente na rua com “cara de formalidades” e, em simultâneo, com uma linguagem corporal que anunciava que nada tinham para fazer. Foi-me, prontamente explicado pelo Samuel Jackson (em “luta” explicativa com Fred larbi e Samsow Tetteh), que as Terças-Feiras em Juaben (tal como, algumas semanas mais tarde pudemos verificar, as Quartas-Feiras em Mampong e, os Domingos em Ejisu) são dias tabú, os quais foram ancestralmente instituídos pelos antepassados-defuntos do *Juabenhene* e, nesta medida, e desde aqueles tempos imemoriais, nunca mais se trabalhou (mormente) a terra nesse dia da semana – aliás, só se pode mexer na terra nesses dias, após a expressa autorização do *omanhene* (e, após este ter feito um “informal” ritual aos antepassados) e, se o trabalho na terra tiver uma envolvência comunitária que culmine com oferendas (de comidas e de bebidas com álcool) aos *amanhene* que já “foram para a aldeia” – pois, assim, os *asamanfoo* o desejavam e os vivos, em tempo algum, podiam “violiar” tal vontade de descanso destes vigilantes, reguladores e, socialmente punitivos, “espíritos” políticos. Verificámos, não sem surpresa registada, em cada uma das nossas permanências em Mampong, Ejisu e Juaben, a holística força e o radial impacto de um “simples” interdito tradicional (tal como este representativo “dia tabú”) na vida social, económica e simbólica das gentes daqueles (ainda) Estados tradicionais. Exigiam observância, subalternidade e quietude os deuses e, aos deuses eram dadas (de forma “inconscientemente mecânica”) observância, subalternidade e quietude.

Notas outras que nos merecem registo nesta linha de raciocínio analítico, prendem-se com a observação e a participação (quando e quanto nos foi permitido na qualidade de “participante-enquanto-observador”), em momentos de colectiva celebração festiva, ocorridos em cada um dos territórios sociais e políticos destes *amanhene* Asante. Estes distritos municipais, são um incontornável exemplo da função identitária e política que os festivais representam para a conjuntural (re)legitimação do lugar e do papel político dos *amanhene* e, do ininterrupto sentido de pertença e de união (“nacional”) que, ainda hoje, incrustam e despertam junto dos Asante destas comunidades rurais. Neste sentido, os festivais do *Odwira*, *Akwasidae*, *Awukudae* e *Fofie* (de natureza “nacional e comuns aos dois distritos municipais e, aos seis “Estados tradicionais”) e o festival da *Yaa Asantewaa* (só celebrado em Ejisu-Juaben) e, o do *Kontonkyi Adaekesie* (só celebrado em Mampong), sublinham o insofismável estatuto político destes *amanhene* Asante, decorrente das suas íntimas relações com a (totalizada) tradição e o (totalizante) sagrado. Tomemos como ilustrativos exemplos, os espacialmente circunscritos festivais da *Yaa Asantewaa* e, do *Kontonkyi Adaekesie*.

O festival da *Yaa Asantewaa*, que celebra a resistência e a oposição armada daquela guerreira *Ejisuhemaa* ao poder invasor e usurpador dos Britânicos, é integral, sentida e escrupolosamente vivido pelas gentes do clã Asona, e coloca o *Ejisuhene* (pois este é tido como o “pai-rei” da linhagem primeira e pioneira dos Asona) no centro de toda a circunstância ritual e de toda a mensagem política daqueles ritos públicos, na medida em que é o *omanhene* de Ejisu que nas várias “passagens” do protocolo ritual, em “representação” do “espírito” daquela unitária e identitária rainha-mãe, relembra, (re)transmite ou ensina aos cidadãos presentes, o histórico “recado” de que os Asona a todos os males internos e externos devem saber resistir e opor-se e, que para tal “empreitada”, devem ao *Ejisuhene* pedir protecção, pois só este está habilitado para “chegar” junto dos antepassados e, para todos e todo o Estado, pedir segurança económica, auto-afirmação política e perpetuidade social.

No festival do *Kontonkyi Adaekesie*, tal como pudémos presencialmente observar, o vigor e a entrega das “gentes” do clã Bretuo àquele “momento” de sacralização identitária, não nos deixou de causar uma enorme estupefação interpretativa. Com efeito, o *Mamponghene*, acompanhado e coadjuvado por todo o seu séquito real, clânico, político, militar, administrativo e religioso, encabeça as dinâmicas celebrativas deste matricial festival em nome dos ancestrais membros-fundadores do antigo e fundacional clã Bretuo. Neste festival, o *omanhene* de Mampong, Nana Daasebre Osei Bonsu II, e toda a população do seu tradicional Estado, comemoram a migração, ou melhor, a chegada dos Bretuo, por uma divina e anunciada descida dos céus por uma corrente de prata, às terras que ainda hoje ocupam e, que por desígnio divino e habilidade política “terrena”, continuarão a ocupar. Neste contexto memorativo, o *Mamponghene* é o oficiante primeiro e exclusivo de toda a conduta e mecânica processual (que tem “episódios” de grande exaltação pública e de recatada glorificação privada), e o duplo interlocutor simbólico e político: “encaminha” para os antepassados-deuses as vozes de agradecimento dos Bretuo, pelas terras que aqueles lhes transmitiram e as quais lhes permitem o sustento quotidiano, e, no sentido inverso, “endereça” a vontade dos soberanos-defuntos no sentido dos Bretuo saberem preservar e proteger as terras de que são usufrutuários e que os seus “mortos” políticos são os legítimos proprietários.

Sublinhamos, ainda, um outro “acto” simbólico que reforça o decisivo papel da tradição e o estruturante lugar do sagrado em todo o processo histórico de afirmação política e de reafirmação legitimatória destes “antigos” Estados tradicionais: o *Juramento de Aliança e Fidelidade Política*. Este, de acordo com as vigentes e intransigentes tradições Asante, é (ainda no tempo contemporâneo) pomposamente prestado aquando da anual realização do *Odwira* nacional e, depois, realizado em cada um dos Estados antigos, que por força do intangível-

divino, assumiram esta infrangível responsabilidade histórica e este perene compromisso político. Assim, após todos estes Estados Asante prestarem tributo no *Odwira* “nacional”, celebrado em Kumase e dirigido ao e pelo *Asantehene*, em cada um destes Estado (Mampong, Ejisu, Juaben, Nsuta, Beposo e Kwamang) realizam-se *Odwira* “locais”, onde a essência do ritual e o conteúdo da mensagem celebrativa é o mesmo: todos os *ohene*, de cada Estado, dirigem-se ao seu respectivo *omanhene* e reiteram-lhe o que os seus antepassados haviam feito desde os começos dos tempos políticos, que nada mais era que o inequívoco e inquebrável selo de uma aliança que os sempre omnipresente e omnipotentes antepassados-deuses haviam firmado e, que nenhum homem podia quebrar. Esta incrustada, e simultaneamente simbólica e operativa tradição, não só renova a legitimidade da “existência” destes Estados *em si*, como renova e reforça a legitimidade política destes *omanhene* Asante por via da obediência directa e voluntária pelos seus súbditos prestada e, por naturalmente, aqueles continuarem a usufruir do consentimento político que nesta ocasião particular os soberanos-defuntos lhes manifestam, por eles serem os seus mais imediatos e “escolhidos” representantes e intermediários políticos no “mundo material”.

A (actual) legitimidade política do *Mamponghene*, do *Ejisuhene*, do *Juabenhene*, do *Nsutahene*, do *Beposohene* e do *Kwamanghene*, provinda e cumprida numa tradição umbilicalmente correlacionada com o sagrado e a sacralidade, pode também ser aferida a partir de um último “dispositivo” analítico, que tudo tem de/da tradição, que tudo tem de sagrado e, que tudo é politicamente para quem o ocupa e, para quem a ele se presta à (devida) reverência e se presta à (exigida) obediência. Falamos, naturalmente, dos Tamboretas que cada um deste *amanhene* herdou dos seus antepassados políticos e, a partir do qual eles recolhem, justificam e projectam toda a sua tangível autoridade política legítima. Estes Tamboretas, em qualquer um destes Estados, são a soma de todas as (boas) condutas, princípios e procedimentos políticos de todos os seus antepassados-soberanos, logo, estes Tamboretas, são os fiéis depositários da totalidade da “alma” política de todo e de cada um daqueles Estados. Neste sentido, os *amanhene* dos “nossos” Estados, “nada mais são” que os deferentes guardiões e fiéis usufrutuários de uma “vontade” política maior, que governam o também seu “mundo político temporal” a partir dos ecos emanados pelos seus sempre presentes “mentores-superiores”, a partir do *asamando*. Tal facto, foi-nos dado a comprovar em qualquer um dos Estados acima referidos, aquando assistimos a cerimónias com uma forte carga de representação simbólico-sagrada (por exemplo, a celebração dos *Akwasidae*, *Awukudae* e *Fofie*) e, aquando assistimos a cerimónias com uma forte carga de representação simbólico-política (por exemplo, a realização de um *Tradicional Council*, de uma investidura de um *omanhe* ou *ohene* ou, também,

de uma cerimónia de cortesia política ou diplomática), e, nas quais, *de facto* verificámos que os *amanhene* são os legítimos “porta-vozes” dos *asaman* reincarnados nos Tamboretos e, que por sua vez, toda a deferência política e ritual a estes é dirigida e todo o respeito e obediência política a estes é prestada. Todo este dialéctico “quadro” de justapostas e fusionais relações entre a legitimidade, a tradição e o sagrado, que são, em todo o sentido e extensão social, o ADN do “corpo político” das ancestrais instituições por estes *amanhene* encabeçadas e governadas, é-nos transmitido pelo nosso entrevistado local, residente na Vila de Kwaaso (Ejisu-Juaben), Yaw Owusu Peprah, ao corroborar-nos que:

se quiser uma resposta directa, digo-lhe que é tudo [o sagrado] e tem toda a importância possível para nós, Asante. Nós nascemos, crescemos e morremos sempre envolvidos por um pano de um desconhecido, de um mistério, de um destino que os nossos queridos defuntos já nos traçaram quando nascemos. Nós não compreendemos, não questionamos, aceitamos as regras da vida Asante tal como elas são, tal como os nossos pais e avós sempre o fizeram. Quem pode alterar o seu *kra*, o seu *sunsum*, o seu *ntoro*? Quem pode limpar o seu *mogyia*? Ninguém. Nascemos Asante e ao longo da nossa vida, todos os dias vivemos com isto e em função destas regras, e aprendemos ainda mais, quando imitamos as acções que vimos os adultos praticarem. O mesmo se passa com os nossos antepassados. Quem os pode questionar? Como não os podemos respeitar e não lhes agradecer se eles estão na nossa pele? Se são eles que nos dão tudo? Quem sou eu para questionar o que foi feito pelos meus pais, avós e bisavós? Seria um sacrilégio e um infortúnio se eu tomasse tal iniciativa. Eu, ou qualquer membro da minha família e aldeia. Vi os meus pais e avós sempre a obedecerem ao nosso *amanhene* e a dizerem-me a mim e aos meus irmãos, que este era o parente mais próximo e o representante dos antepassados na vida da nossa aldeia. Aqueles antepassados foram os fundadores de tudo o que nós temos e, serão os eternos guardiões de tudo o que nos deixaram e de tudo o que nós temos obrigação de alcançar. O nosso *amanhene* é um *escolhido*. É um abençoado por ter sido escolhido pelos nossos antepassados. A sua autoridade não é deste mundo. É uma autoridade divina. E isso quem pode questionar? Só ele sabe falar com os nossos deuses. Só ele compreende as suas vontades e as suas iras. Sem os nossos deuses e sem os nossos *amanhene*, simplesmente não existimos. Eles foram, são e sempre serão as forças visíveis e invisíveis que nos permitirão continuar. Sim, só lhe posso dizer que sim à sua pergunta: os *amanhene* serão para nós sempre legítimos enquanto forem os filhos dos deuses e os nossos pais. Como isto nunca deixará de ser assim, nunca deixarão de ser legítimos aos nossos olhos.<sup>500</sup>

A dominação tradicional, é, como podemos aferir, a “artéria aorta” de todo o processo de legitimação Asante e, conseqüente, da ventricular “bombagem” de legitimidade para o exercício de uma autoridade política legítima, por parte destes (até então) “neo-tradicionais” *amanhene* Asante. Porém, como já tivemos oportunidade de anteriormente sublinhar, estes *amanhene* Asante, à semelhança e, em paralelo, com as práticas de outros proeminentes *paramount chiefs* do Gana, revestem-se, actualmente, de modernizantes “amostras legitimatórias” que estão (muito) para além do epíteto de “neo-tradicional” (pois da tradição nada reclamam e em nada a interceptam), na medida em que o seu “campo de recolha” já não são (só) simplesmente as dinâmicas geradas por um “mundo tradicional local” (no limite, nacional), mas também, e, nomeadamente, as dinâmicas geradas num “mundo moderno global”, produtor e reprodutor de “*espécimens* legitimatórios” que os *amanhene* muito desejam

---

<sup>500</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Yaw Owusu Peprah (comerciante), em Ejisu-Juaben (Vila de Kwaaso), em 2008 [AE2011/SCeP].

recolher (porque mais conscientes dos lucrativos “juros” que os novos papéis sócioeconómicos lhes podem render), e que lhes outorga, nesta medida, a novel e já socialmente reconhecida categorização de autoridades “metatradicionais”. Que significa, do ponto de vista das legitimações e da legitimidade destes *amanhene* Asante, este entusiástico e promissor “élan” classificatório? Significa, em traços largos, que o *Mamponghe*, o *Ejisuhene*, o *Juabenhene*, o *Nsutahene*, o *Beposohene* e o *Kwamanghene*, assentam os esteios do seu “núcleo duro” legitimatório, nos processos, parâmetros e padrões emergidos da tradição (sempre, em permanente recalibragem – ou re-invenção – e, sempre, em siamesa relação com o sagrado) sem, no entanto, naquela esgotarem todas as suas reivindicadas pretensões ao usufruto de uma legitimidade maior (i.e., muito mais abrangente, logo, mais reforçada e mais readaptada às novas condições e exigências sociais que o contemporaneamente dinâmico “mundo” político Asante – e ganês – se encontra “envolvido”), guarnecendo-se, para este efeito, com novas “agendas” sociais, políticas, económicas, financeiras e institucionais (entre outras, de natureza vária) que os projectam para “especialidades relacionais” outras, que estão muito para além das suas “geografias relacionais nacionais” e, até mesmo, das suas “zonas de conforto” político locais.

Com efeito, estes agentes “metatradicionais”, são homens de negócios do “político”, do “económico”, do “financeiro” e do “diplomático”, nacional e internacional. São, como anteriormente destacámos, “zeladores translocais” simultaneamente angariadores, promotores, executores ou administradores (enquanto “pontes” locais de implementação) de tantas e de tão distintas iniciativas do tão “agendável”, “comercializável” e “rentável” desenvolvimento humano, social, económico e sustentável, que as suas “áreas” de intervenção (pode-se ler: de “venda” de projectos e da consequente recolha dos “lucros sociais”), tanto no plano nacional, tanto nos planos regional ou local, se tornaram verdadeiras “zonas sociais” de tensão, disputa e combate político. Seja o *Mamponghe*, sejam o *Ejisuhene*, o *Juabenhene*, o *Nsutahene*, o *Beposohene* ou o *Kwamanghene*, todos, sem qualquer reserva política, se assumem com público orgulho local e nacional (que ronda, por vezes, a imodéstia e a jactância que tanto indigna e incomoda o Estado central), enquanto agentes políticos (também e/ou sobretudo) do desenvolvimento, que mostram, em qualquer momento e a qualquer pessoa, os seus planos de construção de equipamentos públicos concluídos e os impactos (positivos) e benefícios (holísticos) que as suas iniciativas de carácter social tiveram junto das “suas” gentes e, até mesmo, das gentes de outras jurisdições políticas. Salientemos, nesta sequência descritiva e analítica, que nas várias deambulações “vadias” ou “focadas” que realizámos pelas diferentes

terras destes *amanhene* Asante, foi-nos permitido estes mesmos *factos* e dinâmicas capturar e confirmar *in progress*.

Nestes distritos municipais, o volume dos exemplos passíveis de mobilização ilustrativa é tanto, que a nossa dificuldade assenta na escolha ou selecção dos exemplos que melhor sirvam de “montra” política e social para o assunto que mobilizámos e que aqui estamos a tratar. Ainda assim, tomemos como exemplo ilustrativo e paradigmático de todo este conveniente conceito de *development broker*, os “trabalhos” – os quais, natural e tácitamente, queriam relevar a extensão de todo o seu “poder” e “influência” – do *Juabenhene*, Nana Okyerefu Otuo Serebour II, que manifestou uma enorme realização pessoal e regozijo político (enquanto *omanhene* e “desenvolvimentista”), aos mostrar-nos o seu “caderno de encargos” sociais e infra-estruturais nas localidades sob sua (e única, tal como ele fez questão de sublinhar) jurisdição política e económica. Desde o ano da sua instalação enquanto *omanhene* de Juaben, em 1971, que as grandes obras públicas feitas no seu distrito (ainda não municipal), partiram, segundo nos relata, da sua iniciativa pessoal ou da iniciativa institucional do *Juaben Tradicional Council*. Os exemplos que aventa para a nossa conversa, são múltiplos e diversificados: cita, num rectilíneo tom discursivo que relembra-nos estarmos perante um proeminente político e, perante um não menos proeminente homem de negócios (i.e., construtor civil, no caso), que a si se fica a dever o início do projecto (1979) de se arranjam as estradas de acesso ao distrito e aos seus subúrbios (ainda hoje em execução); ter iniciado, por volta de 1983, o fornecimento de água potável pela feitura de seis furos de água espalhados pelo distrito, e, por si exclusivamente financiados; a construção, decorrida entre os anos de 1990 e 1996, de um complexo de habitações sociais com rendas comparticipadas (pagas ao *omanhene* e ao *Juaben Tradicional Council*), cuja procura foi tanta e o sucesso foi tal, que o alargamento do projecto deu origem à “New Town”; ter erigido, durante os anos de 1988 e 1994, do seu “próprio bolso”, quatro escolas do Ensino Básico (em Atia, Achiasse, Asotwe e Buama) e duas do Ensino Secundário (em Fumesua e Bonwire); da implementação do *Juaben Rural Bank LTD.*, que desde a sua fundação, a 24 de Outubro de 1984, tanto tem ajudado os agricultores, os comerciantes, os pequenos empresários a conseguirem crédito para desenvolverem a sua iniciativa privada e, em sequência, a desenvolverem a economia do distrito; tem, desde a década de setenta, tido a constante preocupação de dotar todo o seu distrito de uma moderna e fiável rede de distribuição eléctrica; do ponto de vista da indústria local, relembra que foi da sua privada iniciativa (com o seu capital próprio e com o capital de investidores nacionais e estrangeiros por ele angariados) que foram criadas a *Oil Pal Plantation* (1972), a *Oil Palm Mill* (1984), a *Palm Kernel Mill*

(1986), a *Shea Butter Mill* (2006) e a *Juaben Oil Mills* (2010), que muitos postos de trabalho garantem, e que os rendimentos de muitas famílias asseguram.

Em tempos mais recentes, e, em consonância, com este activo e já instalado “espírito” e desempenho “desenvolvimentista”, o *Juabenhene*, abraçou, em parceria com o BM, o ambicioso projecto da *Juaben Oil Palm Out-Growers Cooperative Society* (JOPOCOS), iniciado em 2010 (e, com o escoamento da produção garantido pela *Juaben Oil Mills*), e também com o financiamento directo da *Agency for International Development* (AID), iniciou, também, em 2011 e, em simultâneo, os projectos *Pig Farmers Feed* e *Capacity Building for Ejisu-Juaben Pig Farmers and Processors Association*, co-financiados pelo *Juaben Traditional Council*, pelo *Ejisu Traditional Council* e pela *Alliance Defending Freedom* (ADF), e, ainda, entre tantos outros exemplos que poderíamos descrever, fazemos sobressair, as preocupações de Nana Okyerefu Otu Serebour II em relação aos cuidados da saúde materno-infantil, com a construção, em 2012, de quatro maternidades (em Adumasa, Nkyerepoaso, Anum-Agya e Timeabu), com financiamento do próprio *Juabenhene*, da UE e do BM, e a sua entrega ao combate ao desemprego, ao estímulo da formação profissional e à capacitação de crianças, jovens e adultos, com acções de formação e projectos por si estimulados (e, por si geridos entre 2012 e 2013) e, em parceria formativa, com as ONG’s nacionais *Global-Cultural Solution* (GCS), da *Seint Foundation* (SF), da *Associates in Development and Cooperation* (ADC) e a *Screece Development Services* (SDS), cujos patrocínios financeiros vão desde a “carteira” do *Juabenhene*, até ao (parceiro) Governo através das delegações regionais do seu Ministério do Emprego e das Relações Laborais, do Ministério do Género, das Crianças e da Protecção Social e do Ministério das Iniciativas Especiais de Desenvolvimento. O perímetro operativo e relacional de todo este “modernizante” *imprint* de *development brokers* que os *amanhene* Asante anexaram às suas “tradicionais” funções sócioeconómicas, foi-nos sapientemente narrado por Kofi Opoku Nketiah, habitante da Vila de Yonso (Mampong), ao salientar que:

nos Estados que estuda, o sentido é o mesmo em todos: os *amanhene* são os grandes, senão os únicos (agentes nacionais), impulsionadores do desenvolvimento local. Nós vimos pelo nosso distrito. O nosso *Mamponghene* tem hoje um imenso poder político e social, que decorre exactamente do facto de ele capturar investimento para aqui. De fazer parcerias com instituições nacionais e internacionais que constroem infraestruturas, que proporcionam treino e formação a vários níveis, que combatem as doenças, que protegem os nossos recursos.<sup>501</sup> Os *amanhene* do

---

<sup>501</sup>De acordo com a nossa entrevistada, Akosua Konadu Kyei, enfermeira no *Mampong District Hospital* (que faz parte da rede pública primária de cuidados médicos e de saúde), localizado em Mampong, faz destacar que: “posso-lhe dar um exemplo que responde a todas as suas questões. Há cerca de dois anos atrás, dada a proliferação do HIV-Sida na nossa região, as equipas médica e de enfermagem, em conjunto com elementos da ONG *Mujay Health & Managment Consult*, juntaram-se para iniciarem uma campanha de sensibilização e de prevenção contra esta epidémica doença. Todo o projeto foi preparado e enviado para o Ministro Regional



distrito tudo isso proporcionam. Nós, enquanto estrutura estatal, para além da crónica falta de recursos financeiros, temos um problema acrescido: muitas das vezes os financiadores internacionais, e mesmo as ONG's nacionais, as primeiras pessoas que procuram para instalar um projecto ou executarem uma acção de sensibilização seja ela qual for, são os *amanhene*. Contra isto nada o Estado pode fazer. Aliás, o próprio Estado para fazer correr alguns dos seus próprios projectos ou obras públicas, recorre aos *amanhene* para estes serem os executores destas acções no terreno. Curioso, não é? Mas é a realidade dos factos políticos por estas zonas. Se estivermos atentos, e dermos uma olhada mais em detalhe nos projectos e obras públicas a decorrerem no distrito, podemos assistir a uma surpreendente leitura: temos obras do Estado que por falta de verba tiveram de parar, temos obras do Estado que pararam e que foram retomadas com os dinheiro pessoal dos *amanhene* e dos seus respectivos *Traditional Councils*, temos obras e iniciativas da exclusiva responsabilidade dos *amanhene*, que por vezes o Estado tem necessidade de a elas se “colar” enquanto parceiro co-adjudicador, temos, ainda, situações em que os financiadores internacionais só providenciam os seus financiamentos aos projectos se os *amanhene* concordarem com eles e, sobretudo, se os integrarem. Poder-se-á dizer, que os *amanhene* são, sem sombra de dúvida, a ponte ou o *pivot* político central destas acções que se reclamam do chamado desenvolvimento. Os *amanhene* são os representantes da tradição, mas são, em simultâneo, os promotores do desenvolvimento. Conquistaram, assim, um lugar político único, invejável e cobiçado.<sup>502</sup>

Estamos, assim o podemos considerar pelas nossa (co)orientação teórica e pelas nossas “observações” empíricas, perante agentes políticos que “recolhem” das suas populações um reconhecimento e uma validação legitimatória pelo seu insubstituível e competente papel ou estatuto na função de intermediação a três níveis distintos, mas que entre si se interrelacionam e uma legitimidade maior “controem”: os *amanhene* Asante são *sacred brokers* na medida que são os ancestralmente exclusivos intermediários entre as suas populações e toda a miríade de antepassados-soberanos, de espíritos “bons” e “maus” e de deuses superiores e inferiores, que administram e regulam a “vida política” dos vivos por intermédio dos *amanhene*, que são os seus representantes “temporais”, são, também, e em simultâneo, *political brokers*, na medida em que, muitas das vezes (por conquista própria ou por incapacidade do Estado), os *amanhene* Asante são os verdadeiros (privilegiados) elos de ligação entre as vontades, expectativas e pretensões sociais das suas populações e, as directivas, os programas e os projectos políticos do Estado e, por último, são *development brokers*, tal como anteriormente pudémos resenciar,

---

da Saúde (Dr. Richard Winfred Anane), para sua própria análise e apresentação ao governo central, e a sua resposta foi que em breve entraria em contacto conosco, para se acertarem detalhes. Após seis meses disseram-nos que a ideia era boa e útil, mas que não tinham meios e recursos para tal acção. Tivemos de por mãos à obra, e solicitámos a ajuda do Nana Daasebre Osei Bonsu II, para apoio “institucional”, financeiro e logístico. O *Mamponghe*, não só recorreu ao seu *Traditional Council*, como recorreu ainda ao *Kumasi Traditional Council* (com o apoio do *Asantehene*) e, a fundos exteriores (à ADRA, à *International AIDS Society* e à *UNAIDS*), e, conseguimos, graças a todo este esforço conjunto, termos tudo o que havíamos planeado para o lançamento da campanha e de tudo o que ela tinha de ter para ser um sucesso. No dia do lançamento da campanha, publicitada em todos os meios de comunicação social locais e nacionais, com intervenção pessoal do *Mamponghe* (que mobilizou todas as suas gentes), tínhamos um pequeno palco onde íamos fazer a abertura oficial da campanha. Para espanto de todos, aparece o Dr. Richard Winfred Anane com dois assessores para subirem ao palco. Ficámos todos constrangidos, até que o *Mamponghe* lhes acenou para que ficassem lá em baixo. Foi o júbil de todos. Com palmas e apupos. A campanha não podia ter arrancado melhor. O Estado gosta de estudar, de prometer, de complicar e de nada fazer, a não ser o corte das fitas das obras ou projectos que os outros tiveram o trabalho e fizeram o favor de concluir. Um Estado assim, é dispensável”. Tradução livre da entrevista realizada a Akosua Konadu Kyei (enfermeira), em Mampong (Vila de Kyekyerwere), em 2008 [AE2011/SCeP].

<sup>502</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kofi Opoku Nketiah (funcionário administrativo do MME), em Mampong (Vila de Yonso), em 2008 [AE2011/SCeP].

na medida em que os *amanhene* em parceria ou em acção individual ou institucional tradicional (via *Traditional Councils*), servem de pontes políticas entre as mais variadas necessidades ou carências (de maior ou menor preemência) das suas populações e os recursos económicos, financeiros, médicos, educacionais, entre tantos outros, que os doadores internacionais estão dispostos a negociar, a conceder e, em parceria exclusiva com aqueles, a implementar. Podemos, em suma, extrair de toda esta narrativa descritiva, interpretativa e analítica, que os *amanhene* Asante dos distritos municipais por nós “percorridos” são os usufrutuários, ou, melhor dito, são jogadores do “político” que usufruem nas suas “idas a jogo” de “algumas” fundamentais espécies de capital ou de *bens raros*, disponíveis e capturáveis nestas competitivas políticas e sociais terras Asante: o capital económico (resultante dos fundos próprios das *Stool Lands*, das receitas dos negócios pessoais ou familiares, e dos financiamentos e doações provenientes das agências internacionais, de natureza pública ou privada); o capital eleitoral (proveniente da sua *efectiva* capacidade em promover o chamado voto-étnico, tal como se verificou nas últimas eleições de 2016 e, antes destas, nas realizadas em 2012, 2008, 2004, 2000, 1996 e 1992<sup>503</sup>); o capital “cosmológico” (que decorre do seu exclusivo papel de intermediação entre as suas populações e os seus antepassados-defuntos); o capital jurídico (que assenta no exclusivo “governo” de todo o seu património jurídico e constitucional); o capital cultural (no sentido em que são os guardiões, os narradores e os perpetuadores vivos de uma história “nacional” e de muitas outras estórias, linhageiras, clânicas e familiares); o capital social (advindo das suas capacidades relacionais com as suas populações, com agentes e estruturas políticas nacionais e com agências e organismos da finança, do desenvolvimento, da economia, da diplomacia, da política, de natureza global) e, o capital político enquanto forma de capital simbólico (na medida em que é a legitimada soma do socialmente reconhecido exercício de todas as outras formas de capital mobilizadas pelo *amanhene* Asante). Neste sentido, a inquestionável posse e indelével usufruto destes socialmente validados capitais, permitem, no tempo político contemporâneo, ao *Mamponghe*, ao *Ejisuhene*, ao *Juabenhene*, ao *Nsutahene*, ao *Beposohene* e ao *Kwamanghene*, nas suas relações políticas com o Estado (local, regional e, até, central), inclinarem-se para estratégias de jogo político que assentam na

---

<sup>503</sup>Tom McCaskie, a esta questão se refere, proferindo uma aguda análise que estava especificamente em “cima da mesa” nas eleições de 2004 e, que naturalmente era uma “questão” que se reproduziu nas eleições de 2008 e, em todas as outras anteriores eleições: “The NDC called the NPP a “Kumasi mafia,” and accused it of being an electoral vehicle for Asante supremacists. This charge was difficult to prove but just as hard to refute. Boahen and Kufuor were both Asante and the NPP had a large Asante influence in its origins as well as many key Asante personnel. It was (and is still) true that non-Asante in the NPP resent what they see as Asante clannishness and presumptions of historical entitlement. Many worry too about the long-term electoral appeal of a national party rumoured to be run from Kumase rather than Accra” (2009: 34). Ver, ainda, os trabalhos de autores que corroboram desta “leitura étnico-eleitoral Asante” ou, ainda, de “voto-étnico em bloco”: (Oquaye, 2013; Jockers *et al.*, 2010; Boafo-Arthur, 2006a, 2006b; Aye, 1998, 2001b).

conservação (ortodoxia), que lhes permite, no mais tático propósito das suas jogadas políticas, nunca fugir à competição (porque daí podem advir “lucros” políticos), mas assentar (quase toda) a sua *praxis* política, sobretudo (e quando lhe é conveniente), em relações de parceria e interdependência política mútuas, com o seu sempre histórico adversário e inevitável *compagnon de route* do “político”, o Estado ganês “pós-colonial”.<sup>504</sup>

#### 5.4 | O PROCESSO DE “CONSTRUÇÃO” DO CAMPO POLÍTICO LOCAL: ESPAÇO DE “ASSIMILAÇÃO POLÍTICA RECÍPROCA”?

O campo político na região Ashanti, em particular, nos distritos municipais de Mampong e de Ejisu-Juaben, enquanto plataforma heurística de “construção” de um objectivado, reflexivo e relacional olhar sociológico sobre os “fenómenos” do político (sejam eles, refira-se, gerados, na região Ashanti, sejam eles produzidos em qualquer parte do Gana ou sejam, ainda, eles exteriorizados em qualquer lugar do mundo), cumpriu, ou antes, não deixou de obedecer às suas mais naturais e incrustadas “leis” (pois, foram estas, que nos ajudaram a “visualizar” a “produção”, a “reprodução” e a preservação de algumas singulares “nuances” políticas, tão exclusivamente características deste relacional “território” político), o mesmo será dizer que, aquele “pequeno mundo social” impôs o seu *nomos*, a sua *doxa* e a sua *illusio* sobre o nosso “olhar” de leitura política e, de depuração científica. De facto, foi a nossa – nem sempre fácil – atenta e aprimorada “apreensão” das “leis” produzidas e reproduzidas por este peculiar (porque muito complexo, assaz intenso e demasiado “esguio”) campo político por nós selecionado, por nós “vivido” e por nós “interpretado” – sempre com os nossos instrumentos de “orientação” teórico-conceptual “à mão” e sempre com uma “atitude empírica” de “giro” a 360° – que nos

---

<sup>504</sup>A sua “auto-importância” política está tão enraizada nas “mentes” e nos “corpos” dos Asante, que o *Nsutahene*, Nana Adu Agyei Bonsafo III, afirma com toda a sua segurança política (que é a de todos os outros *amanhene*) que “nós para além dos nossos incontornáveis papéis de representação e de intermediação política, social e simbólica, somos cada vez mais promotores do desenvolvimento, com a capacidade de negociarmos e de captarmos directamente recursos e projectos com instituições ou organismos internacionais. Temos plena consciência de uma coisa: tal como o Estado e as suas estruturas se modernizam, também temos de acompanhar os tempos de mudança que decorrem. Com certeza que as nossas atribuições ancestrais se mantêm válidas ainda hoje, porque são perenes, mas temos de captar novos e valiosos recursos para que continuemos a ser ouvidos. Não sabemos o que o futuro reserva para todos nós, no entanto, se estivermos fortes e revestidos com os instrumentos adequados, a nossa voz continuará a ter o peso que queremos que sempre tenha. Actualmente, deveremos saber gerir e sintetizar as evidentes contradições que nascem de uma confrontação incessante entre aquilo que é a tradição e a modernidade, e os rituais que devemos continuar a realizar e os projectos que devermos cada vez mais implementar. Pensamos que este ambiente político de ‘conveniência mútua’ que caracteriza as relações que o Estado estabelece hoje connosco nos nossos distritos, é a garantia de uma partilha que assegura já não tanto a sobrevivência, mas sobretudo, a prosperidade política que ambas as partes tanto ambicionam. A simbiose é o caminho político a seguir, pois: ‘*Tumi te se kosua, woso mu den a, epae; na woanso um yie nso a, efiri won sa bo famu ma epae*’ (‘o poder é frágil como um ovo: quando o apertamos de modo muito forte ele rebenta, quando o seguramos de modo muito fraco ele cai’). Tradução livre da entrevista realizada a Nana Adu Agyei Bonsafo III, de seu “nome civil/privado, Kwabena Oppong (*Nsutahene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Proprietário de Empresa de Transportes), em Mampong, em 2008 [AE2011/EPT].

lançámos, num primeiro momento, para a aproximação analítica do objecto de estudo ali “construído”, para em seguida, nos lançarmos para a depuração e a decomposição das posições, das disposições e dos *bens raros* que o Estado (as suas instituições e agentes políticos) e os *amanhene* Asante (enquanto agentes políticos institucionais), nele jogavam, nele disputavam, nele concorriam ou nele cooperavam, e, *at the end of the day*, apreendermos a natureza, o sentido e a extensão das relações políticas que “um” com o “outro” desenvolviam e mantinham.

De outra forma dito, este é um campo político pleno de nuances, de subtilidades, de susceptibilidades e de invisibilidades políticas e relacionais. É um campo político que a inclemente *espécie de espaço de jogo*, e o que nela inexoravelmente se investe, se joga e se espera ganhar, um estratégico e lucrativo propósito sempre tem. Não conseguimos, decerto, “capturar” todas as imperceptíveis lógicas existentes, ou sequer, todas as perceptíveis dinâmicas “à nossa frente” geradas pelo campo político (e, por força do seu *nomos*, dentro de si geradas) de Mampong e de Ejisu-Juaben, pensamos, isso sim, e por termos “caminhado” pelas matizadas franjas de algumas “circunstâncias” políticas em que participámos (no papel de “participante-enquanto-observador”) ou que nos foram deliberada e pessoalmente dadas a conhecer pelos intervenientes em questão, que conseguimos “depreender” e interpretar (ainda que possamos considerar que tivesse sido nos limites do cientificamente exigível ou aceitável), as lógicas da motivação política, as competências práticas adquiridas *na e para* a acção política (*habitus*), - e, decorrente desta – os específicos modos de sistematizar o pensamento político (*eidos*), os quadros sociais, mentais e simbólicos dos valores de referência política (*ethos*), o significante e o significado da linguagem política do corpo (*hexis*), e, também, em resultado destas, que conseguimos uma incursão analítica pelas “armas” utilizadas, pelos “trunfos” mobilizados e pelos “lucros” políticos recolhidos, em todas as laboriosas lutas políticas e aguerridos combates posicionais que nestes distritos municipais existem, entre os sempre circunspectos e legalistas agentes políticos estatais e, os sempre activos e pragmáticos agentes políticos tradicionais Asante. Este foi, em síntese, um campo político, que dentro do que nos foi possível “revelar” e dentro do que nos foi possível “descortinar”, muito generoso politicamente para a confirmação dos propósitos científicos que haviam estado na ignescência deste nosso trabalho. Analisemos, de seguida, as posições políticas (e, por indissociabilidade narrativa, os *outputs* relacionais com os *amanhene* Asante) que o campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben, ao Estado ganês conjunturalmente “apresentou,” no decurso histórico dos mais “antigos” e “arbitrários” tempos políticos e, destes “novos” e mais “sofisticados” anos políticos.

O Estado ganês (nos seus vários figurinos “sistema” e “ideia”), tem tido, nestes distritos municipais, um, digamos assim, pouco “aquiescido” percurso de instalação, de representação e, até em certa medida, de perfilhada e reconhecida aceitação política. Não será este facto político, que constituirá para os mais atentos “olhares” históricos, “espécie” alguma de surpresa ou novidade analítica. Sempre, assim o foi. Se atentarmos ao percurso histórico do Estado ganês “pós-colonial” nas suas relações formais, políticas, burocráticas e institucionais com estes distritos municipais Asante, verificamos com nitidez analítica bastante, que a sua “chegada” sempre foi marcada por uma de duas estratégias de acção política: ou pela via da pura imposição política (logo, de natureza “pouco” legítima) ou, como quase sempre teve de condescender (entenda-se: retroceder, converter ou ceder), pela via da negociação e/ou da cooperação política (logo, pela admissão da consentida partilha ou “encavalitamento” da legitimidade).<sup>505</sup> Os exemplos de Estados “monolíticos” que corroboram esta transversal evidência da memória histórica recente, são rútilos e profusos: o que talvez, possa constituir contornos de minimal excepcionalidade neste argumentativo caminho (ainda assim, como tivemos oportunidade de comprovar, à sua retórica de expulsão dos *amanhene* Asante nunca correspondeu uma *práxis* de eliminação inequívoca dos *amanhene* Asante), será o do Estado “criado” por Kwame Nkrumah no pico do seu “entrenchamento” ideológico a uma (alienada) ideia de revolução de esquerda progressista, que redundou, pelo total falhanço em “este” Estado, simultaneamente, prepotente e amputado, chegasse às populações dos distritos de Mampong e Ejisu-Juaben. Outro caso ressalta para estas páginas: o do não menos convicto e seguro Estado de Ignatius Kutu Acheampong. Em simétrica consonância e proporcionalidade com as suas incongruentes incursões ideológico-revolucionárias, “edificou” um incongruente, fragilizado e “curto” Estado, que para às populações destes distritos chegar, muito teve de negociar, muito teve de abdicar e muito teve de ceder, junto de resilientes *amanhene* Asante, que se fizeram pagar com um quinhão político extraordinariamente oneroso para a postura, a posição e a presença do Estado, nestas terras de “pântano” político para “Estados” que não souberam ler este real-social que tudo tinha de concreto político. Sobressai, ainda, com maior astúcia e ardisidade, o radicalizado e vanguardista Estado “proposto” pelo “fino” fazedor de camufladas ou prevenidas revoluções políticas: Jerry John Rawlings, na “versão” Estado “pré-liberal”. Após um ano de

---

<sup>505</sup>Como, aliás, já o Estado colonial Britânico o havia experienciado muitos anos antes: ao fulgor inicial da despótica e disruptiva imposição político-burocrática, encarregou-se o tempo e as circunstâncias políticas várias (i.e, a sua incapacidade de *efectivamente* se instalar e de se fazer respeitar) de provarem aos colonos Britânicos que o único “instrumento” que lhe permitiria assentar o seu aparelho “burocrático-administrativo” com alguma legitimidade (ainda que “derivada”) era a negociação e a integração dos *amanhene* Asante nas estruturas políticas coloniais e, sobretudo, o reconhecimento de grande parte das ancestrais valências de que aqueles eram os únicos e possíveis detentores e, os legítimos representantes políticos juntos das suas populações.

ter colocado a revolução na rua e no Estado, as ruas e as populações de Mampong e de Ejisu-Juaben, mostraram aquele arguto e retórico “vendedor” de uma ideia de Estado que por si havia sido readaptada (e, que até um certo momento, com veemência acreditou), não tinha compradores Asante suficientes, num mercado social que muita segurança tinha nos produtos políticos que os seus *amanhene* lhes tinham para oferecer. Cedo, muito cedo, este lépido político percebeu que o “seu” Estado só naquele mercado entraria, se a sua premissa de chegada assentasse, “estados de alma” ideológicos à parte, no “regateio”, na cedência e na permuta de produtos e bens políticos, que cumprissem as expectativas transacionais (de lucro) dos *amanhene* Asante. A chegada e a permanência de qualquer um destes (prepotentes e discricionários) “Estados” nestes distritos municipais, foi, em qualquer um dos casos, a chegada e a permanência de um imposto “estrangeiro” político para quem com desconfiança e desapego se devia olhar.

A conjuntura política que o ano de 1992 inaugura, remete o Estado ganês para novos epítetos ideológicos, novas práticas relacionais, novos objectivos políticos e novas posições relacionais que já pouco ou nada se coadunavam com as ainda muito recentes “antigas” condições e predisposições políticas. Surge, deste modo, neste imposto (interna e externamente) quadro político e económico, um renascido Estado liberal, participado e democrático. E, é debaixo deste “guarda-chuva” classificatório, que Jerry John Rawlings passa de um “fraco revolucionário” por convicção a um “forte democrata” por prescrição, e, por conseguinte, a tomar a condução de um liberal Estado por caminhos políticos que o levassem a “boleias” relacionais com os *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben, cada vez mais assentes no conflito mínimo, na coadjuvação máxima e na negociação incondicional, por objectivo de o Estado naqueles distritos melhor ser “recebido” e mais facilmente se “estabelecer”, após tão longa viagem política. No caso do Estado de John Agyekum Kufuor, dada a sua hábil sensibilidade política e a sua competente visão jurídica do todo “político”, cedo resenceou e compreendeu as improrrogáveis insuficiências do Estado (insipiência ideológica, exiguidade política, deficiências burocráticas e, naturalmente, *déficit* legitimatório) nestes distritos em particular (sendo que o “fenómeno” se repetia em tantas outras áreas geográficas, sobretudo rurais) e, as dificuldades que o mesmo tinha em se fazer sentir reconhecido. Percebeu, também, que as contas da aritmética política lhe apresentavam uma histórica fórmula que já havia dado provas da sua bondade política (ainda que para o Estado não fosse o “óptimo” político): fazer uma “empresa política” na qual os *amanhene* Asante não sendo sócios políticos maioritários, tinham assento no “Conselho de Administração”, e publicitavam, complementavam ou asseguravam os “sectores” que o “sócio” político Estado (ainda) não podia integralmente

assegurar com a eficácia e a eficiência política que os Asante reivindicavam. No caso de John Atta Mills, o seu trabalho político (muito sério, refira-se), incidiu na lenta, mas progressiva continuação da melhoria e da expansão das “malhas” políticas, administrativas, burocráticas e institucionais, naqueles politicamente sempre “sensíveis” distritos municipais Asante. Deu, erradamente ou não, o seu cunho pessoal a um processo político que “mãos de cirurgião” reclamavam: a sua convicta crença no primado do normativo-constitucional na gestão e na implementação de toda e qualquer acção política, trouxe-lhe, em Mampong e em Ejisu-Juaben (e, um pouco por toda a região Ashanti), momentos vários de “azedo” político, que muito celeremente John Atta Mills teve de “limpar”, para que o seu até então bom trabalho de melhor *performance* estatal naqueles distritos municipais, não se perdesse por uma “mera” convicção pessoal ou birra política ou étnica.<sup>506</sup> Teve, uma vez mais, o Estado de se fazer convidado, com “oferta” (mútua, sublinhe-se) de alguns presentes protocolares, institucionais e/ou económicos, para na “casa política” dos Asante entrar. A permanência, o crescimento e a optimização de qualquer um destes (dialogantes e mais credenciados) “Estados” nestes distritos municipais, foi, em qualquer um dos casos, a permanência, o crescimento e a optimização de um consentido “amigo” político a quem as duas mãos se devem dar, quando este ajuda pede ou se “vê” que de ajuda precisa.

Este é o registo histórico de um processo político posicional e relacional ainda em curso. Não obstante esta nossa séria incursão pelas históricas posições que o Estado ocupou e ocupa nos distritos de Mampong e de Ejisu-Juaben, nada melhor podemos fazer para esta nossa narrativa descritiva e analítica complementar, que dar voz a uma “simples”, mas conhecedora (porque por “dentro” viveu estes acontecimentos políticos) de toda esta realidade política que temos vindo a “falar”, a nossa entrevistada anciã, Freda Frimpong Owusu, habitante da Vila de Akyawkrom (Ejisu-Juaben), que simpática e despretensiosamente nos historia que:

não tenho instrução suficiente para lhe dar respostas bonitas. Só posso dar-lhe a minha experiência do que aqui vivi nos últimos setenta e sete anos. Aquilo que chama de Estado pouco ou nada me diz hoje ou no passado. Isso, para mim, são coisas que os governantes inventam em Acra, para mudarem a nossa estável vida política. Para se apoderarem do nosso bom governo. Lembro-me ainda, dos tempos do Nkrumah, do Ignatius e do Rawlings que mandavam para aqui uns rapazes loucos a gritarem ‘revolução’ e que o Estado é que mandava aqui. Queriam mandar muito, mas mandavam muito pouco. É o pouco que mandavam era porque a polícia e o exército vinham para

---

<sup>506</sup>Sublinhamos, uma vez mais, que o Presidente John Atta Mills era um Fante não muito (ou nada) “simpatizante” dos históricos princípios, posturas e pretensões políticas dos Asante. Considerava que os Asante, que desde sempre subjugaram política e militarmente os Fante (que também fazem parte do grupo etnolinguístico Akan), se assumiam como os arrogantes e exclusivos “donos” das suas “geografias” políticas (e, que tudo o “resto” eram desprezíveis subordinados políticos) e, ainda, eram os mentores de um projecto político hegemónico para o próprio Gana, o qual seria exclusivamente governado por este “escolhido” e “iluminado” grupo étnico. No entanto, e apesar desta tensão “étnica”, John Atta Mills com os Asante teve de conviver, e, mais ainda, com eles teve de negociar e conceder politicamente para o “seu” Estado naquela região reforçar e/ou por minimamente a funcionar.

aqui para aceitarmos o que o Estado queria fazer. Todos falavam em Estado. O Estado fixou aqui residência? Residência aqui não tinha. Quando muito, vivia em casa alugada. Aqui, e noutros sítios. O meu marido era Ewe. Contava ele, que já faleceu, que aqueles políticos lá também diziam que aquele Estado era para ficar. Se queria ser tratado como um vizinho intrometido, e ser todos os dias, por todos ignorado e pouco ou nada respeitado, que ficasse. Não mudaram as suas vidas por isso. Tal como aqui. Não conseguimos respeitar uma coisa que nos queriam impor e que não é nosso. É colarem um dedo de outra pessoa à nossa mão. Nunca perguntaram se nós queríamos esse dedo. Se perguntassem, diríamos que não. Estávamos bem com os que tínhamos. Até o nosso irmão Agyekum [John Kufuor], vinha aqui dizer que tínhamos de respeitar e ajudar o Estado. Não conseguia compreender. Se eu não gostar de si ou se me for indiferente como é que eu o posso ajudar? Só se for obrigada. De boa vontade não o faço. Que obrigação temos nós de ajudar um estranho de que desconfiamos? Mais lhe digo, se esse estranho entrar pela nossa casa adentro, aceita que ele lhe dê ordens dentro da sua própria casa? Não aceitamos isso. Nunca aceitámos. É assim que eu penso. Já sou demasiado velha para mudar de ideias, vou continuar a acreditar que aquilo que chamam de Estado é um leão matreiro que sempre nos quis atacar, mas que nunca conseguiu por nós somos *kotoko* [ouriços, que é o símbolo que representa a união, a força e a invencibilidade dos Asante], que não dos deixamos amedrontar por gentes que nos querem obrigar a aceitar uma coisa que sentimos e sabemos que não é nossa e não é para nós. Isso é para os de Acra. Um desconhecido mal-educado fica à porta de casa.<sup>507</sup>

Compreendida a histórica e contemporânea posição política ocupada pelo Estado ganês no campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben, cumpre-se, agora, aferir ou auscultar os *habitus* (enquanto determinante de acesso a uma determinada posição no interior desse mesmo campo político), que aquele mobilizou para a sua entrada no jogo político daqueles distritos municipais e, quais as razões que dos *habitus* estatais “escorrem”, para termos uma nota explicativa que justifique as dificuldades, os impedimentos e os constrangimentos que o Estado tem em aqui “construir” (i.e., em validar ou fazer valer) a sua imposição consentida dos princípios legítimos de visão e de divisão do mundo social que, no caso particular, é a tentativa de inculcar aos Asante a sua visão e a sua divisão do mundo político segundo as acções e as representações que a “modernidade” política, sugestivamente, impõe e faz acontecer. Antes de mais avançarmos, porém, gostaríamos de deixar uma sublinhada nota de rodapé analítica que sintetiza o que até agora temos vindo a explanar: o facto de a posição política que o Estado ganês ocupa no campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben, não ser, expectavelmente como alguém mais desatento esperaria e como o próprio Estado desejaria, de uma instalada e irrefutável hegemonia política, não significa, todavia, que isso corresponda a uma inversamente proporcional hegemonia política da posição dos *amanhene* Asante no campo político deste distritos municipais. Seria, isto considerar, um redondo erro de análise histórica e política. Existe, sim, e veementemente afastada a ideia de qualquer forma de hegemonia por parte de qualquer uma das estruturas políticas em questão, é uma dinâmica política pendular que faz com que cada um dos agentes e instituições políticas em “força” e em “luta” político-relacional, sob o “manto” de específicas circunstâncias conjunturais (aceitação de “um” *habitus* ou de um novo capital” por parte da população Asante), possa *tendencialmente* acentuar ou reforçar a sua

---

<sup>507</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Freda Frimpong Owusu (agricultora), em Ejisu-Juaben (Vila de Akyawkrom), em 2008 [AE2011/SCeP].



posição política em vínculo à posição (sempre) relativa e variável que o “outro” agente político ocupa ou pretensamente virá a ocupar.

Com efeito, o traçado político do Estado ganês em Mampong e Ejisu-Juaben, bem como a aceitação integral dos *habitus* e dos capitais que aqueles estão anexados e que o revestem de poder ou, desejavelmente, de autoridade política, não tem sido, simpaticamente diríamos, de concludente instalação e/ou, ainda, de incontroversa aceitação política. Os *habitus* visível e invisivelmente “irradiados” por este Estado ganês, sublinhe-se, não constituíram só “novidade” política nestas “terras” Asante, constituíram-se enquanto singularidade política também em “terras” dos Ewe e, na totalidade das “terras” dos chamados “Estados” do Norte. O “social feito corpo” que o Estado ganês tenta, sobretudo a partir do momento da “abertura política”, inculcar nas gentes Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben por via dos seus agentes e instituições políticas a operarem neste campo político (eles próprios, já “tatuados” com este modo de pensar e este modo de agir político), é, na sua essência sóciopolítica, a soma das disposições que estas políticas gentes, têm tido até à presente época, alguma dificuldade em aceitar e delas fazerem a sua nova “gramática política” retraduzida, em detrimento da sua ancestral, dérmica e legítima “gramática política” original. Estes *habitus* estatais, enquanto *corpus* de saberes e de práticas políticas específicas, directamente escorrem de uma nova matriz política nos inícios dos anos noventa iniciada. Com a imposição e consequente “edificação” de um Estado “pós-colonial” liberal na realidade política ganesa, reconfigurados padrões, práticas, lógicas e mecanismo políticos “entraram” no domínio quotidiano da linguagem política do Estado e, do modo de o Estado a política projectar e materializar no “terreno” social Asante. Efectivamente, este novo quadro político, trouxe um enorme acervo de princípios geradores e organizadores das representações e das práticas políticas estatais ao campo político destes distritos municipais, com contornos e intensidades que a história política e relacional aquele “espaço” de lutas estratégicas, nunca lhe havia proposto, concedido ou imposto.

À aceitação da imposição de um Estado ganês democrático, correspondeu todo um reorganizar do antigo “edifício” estatal (no fundo, “limpar”, tanto quanto o possível, os “vícios” e as “calosidades” do seu sistema e do seu aparelho orgânico), e empreender uma nova postura político-organizativa (e, nalguns casos reforçá-la, após a sua “melhoria”, tal foi o caso dos mal-afamados preceitos burocráticos dos tempos de Acheampong e Rawlings), que de maior eficácia, de melhor eficiência e de mais transparência o revestissem, e para tal “empresa” considerou indispensável trabalhar em dois indissociáveis “tabuleiros” políticos, produtores e reprodutores de *habitus* com importantes reflexos no campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben: o “tabuleiro” do sistema político ganês e, o “tabuleiro” do próprio “esqueleto” político

do Estado. No sistema político ganês, teve o Estado a tarefa primeira de o (*real e verdadeiramente*) “apetrechar” de mecanismos, de processos e de instituições que correspondessem aos inalienáveis princípios do multipartidarismo, da representatividade, da proporcionalidade, das eleições e dos referendos, do sufrágio universal (assente, sobretudo, no princípio “um *cidadão*, um *voto*”), do associativismo, da cidadania, da igualdade (perante a lei), da separação e da independência dos poderes públicos (executivo, legislativo e judicial), do, acima de tudo, constitucional preceito de que *é* o “povo” que *elege* os seus representantes e, que *é só* em nome desse “povo” que estes representantes falam, agem e decidem politicamente. No “esqueleto” político do Estado ganês, as mudanças e os burilamentos também não se ficaram por mãos alheias, na medida em que (decorrente das bases do seu histórico tipo de dominação), o Estado, as instituições que na sua órbita política gravitavam e os seus “modos” de fazer política, “aquartelaram-se” nos fundamentos produtores e reprodutores de uma orgânica e de uma mecânica que giravam em torno do burocrático, da legalidade, da normatividade, da formalidade, da despersonalização, da especialização, da padronização e, também, da racionalização dos instrumentos, dos “caminhos” políticos e das relações políticas. Todo este conjunto de “novos” e disponíveis órgãos, recursos e expedientes político-organizacionais, para o Estado representaram a possibilidade de os “converter” em estruturas estruturadas das quais não só não iria abdicar, mas tudo fazer, para que em Mampong e Ejisu-Juaben, aquelas se tornassem, também, em estruturas estruturantes dos modos de pensar e de fazer o “político”. Estes enunciados *habitus* políticos do Estado, e do sistema político de que faz parte, e dos capitais (em capítulo anterior discriminados, mas que aqui relembramos: capital cultural, económico, jurídico, do *uso da força física*, que se convertem em activos capitais sociais, políticos e simbólicos, que permitem o usufruto de um último e soberano capital: o metacapital estatal ) que o primeiro leva a jogo no campo político dos acima referidos distritos municipais, são “objecto” de análise (a aferição da sua bondade ou das suas desvirtudes e, em consequência, do seu não reconhecimento), por parte do nosso “local” entrevistado, Kwaku Boatey Gyan, natural da Vila de Asaam (Mampong), ao avançar-nos com a ideia de que:

já compreendi o que quer dizer. Eu adaptei-me a estas novas maneiras de pensar. Gosto de algumas coisas que elas trouxeram. Compreendo o que querem dizer com democracia e concordo com alguns aspectos. Gosto de poder votar, por exemplo. Tudo isto de que me falou até é aceitável. Sabemos, entre nós, que é a forma de o Estado apresentar uma alternativa ao que sempre tivemos. De educarem os nossos filhos com aquelas ideias modernas. No fundo, de se afirmar entre nós. E, nós aceitamos isso sem qualquer preocupação ou ressentimento. O Estado faz o seu trabalho. Posso-lhe, é dizer, que aceito estas coisas com que o Estado nos tenta seduzir, como a minha primeira pele. Aquela que pode sair se muito sol apanhar. Por debaixo desta pele, está a carne que nunca poderei perder enquanto estiver vivo. Nesta carne estão gravados todos os valores que os meus pais me deixaram. Tudo o que de importante tiver de fazer ou decidir na vida, é a estes antigos valores que recorro. Tudo o que pense ou faça são eles que me guiam. São a minha herança viva. Semelhança situação se passa, com aquilo que compreendi como os trunfos do

Estado como se estivesse a jogar o jogo do *spar* [jogo de cartas muito popular nesta região]. Claro que os tem, e claro que também sabe jogar bem. O Estado tem trunfos que por aqui ninguém mais tem; tem polícia, tem exército, faz leis, tem dinheiro, tem funcionários, e tudo mais. E, até os reconhecemos quando algum proveito deles podemos retirar. Os nossos *amanhene* apesar de não poderem jogar aqueles trunfos, podem jogar outros que nem o Estado nem mais ninguém pode por em cima da mesa de jogo: o seu tamborete é divino e o seu ocupante é sagrado. Não há trunfo que ganhe a este. Aqui, quem tem este trunfo, ganha. O adversário até pode jogar com dois ou três baralhos, pode empatar, mas é impossível que ganhe. Respeitamos, e até aceitamos os modos de pensar e fazer e os trunfos do Estado, desde que não colidam com valores que os nossos antepassados marcaram a nossa carne. O que o Estado diz e faz é importante, mas mais importante é o que os nossos *amanhene* pensam, fazem e representam. Muitos trunfos na minha mão não fazem de mim um bom jogador, posso ser muito bom jogador com poucos trunfos, desde que estes sejam bons e eu os saiba jogar na altura certa.<sup>508</sup>

A latitude e a longitude dos factos, dos argumentos, das histórias, dos conceitos, das análises, das teorias, das entrevistas e das descrições que este trabalho mobilizou para a sua feitura, estiveram desde o início e, ao longo de todo o seu percurso expositivo, à disposição primeira de uma peça que revela, aqui chegados, a centralidade de toda a sua importância: a infirmação ou a confirmação da nossa hipótese de trabalho inicialmente esboçada e colocada ao “escrutínio” dos nossos “olhares” teóricos que conduziram o nosso “caminhar” empírico. Podemos, neste sentido, manifestar que todo e qualquer um dos capítulos constituintes desta tese, particularmente, estes últimos quatro capítulos, foram colocados à disposição de um único e exclusivo propósito científico: a incontável confirmação da nossa hipótese de trabalho. Com efeito, todo este longo e exaustivo (e exausto) trabalho académico, com o balizamento e a orientação das “teorias” permitiu-nos que o “terreno” nos mostrasse a bondade e a validade da proposição científica que inicialmente tínhamos para nós, enquanto “sensação científica” de que supostamente as “coisas por lá assim se passariam”, como um mero ponto de partida propositivo que à intuição pessoal nada ficava a dever.

As “vozes” do nosso terreno, assim o “extraímos” nós, são inequívocas, ao considerarem o Estado ganês um importante e incontornável jogador no campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben. No entanto, estas mesmas “vozes” reiteraram-nos, vezes sem conta, que este mesmo campo político, conta com a activa, e não menos importante, participação de outro enraizado jogador político: os *amanhene* Asante. São jogadores políticos que vêm reconhecido o seu tipo de legitimação (a racional-legal por parte do Estado e, a tradicional por parte dos *amanhene* Asante), vêm reconhecidos os *habitus* por eles “emitidos” e reproduzidos (com menor incidência de reconhecimento para os *habitus* estatais) e, vêm ainda, reconhecidos os *bens raros* que ambos os agentes institucionais mobilizam para a conquista ou melhoria de uma posição política no campo político destes distritos municipais. Para qualquer um destes

---

<sup>508</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Kwaku Boatey Gyan (proprietário de pequena serração), em Mampong (Vila de Asaam), em 2008 [AE2011/SCeP].

intervenientes políticos, a afirmação da sua inequívoca hegemonia sobre o espaço relacional e posicional deste campo político, era o que poderíamos considerar de “ótimo político-institucional”. Tal, como ao longo do nosso trabalho pudemos constatar, não se verifica.

Que se verifica, então? Verifica-se, “escavando” um pouco este complexo e dúctil campo político, muitas das vezes até a “olho nú” é verificável, que existe a (consciente e inconsciente) ida a jogo com todos os trunfos que cada um dos “lados” possui e capitaliza, e verificando que a sua aceitação é maior ou menor (em função de uma multiplicidades de circunstâncias ou factores conjunturais), acaba, quase sempre, por optar por uma (inteligente e prudente) estratégia política de parceria relacional ou de cooperação institucional com o seu até então “adversário” político.<sup>509</sup> Temos, portanto, neste sempre em “construção” (pela luta e pela correlação de forças) campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben, a validação por vezes, em simultâneo (de forma sobreposta ou encavalitada), de dois tipos de dominação política que de legítima se reclamam, porque por estas populações Asante são reconhecidas, o que provoca uma “condição política permanente”, diríamos nós, de *objectivante* legitimidade dividida e, por consequência directa e “natural” desta, de uma *objectivada* governação dualista (formal por parte do Estado e informal/coadjuvante por parte dos *amanhene* Asante) que nenhuma das partes se pode “dar ao luxo” de abdicar, sob pena de grandemente fragilizar a sua posição política e relacional no sempre em pendular movimento campo político dos “nossos” distritos municipais. O Estado ganês, em Mampong e Ejisu-Juaben não deixa de ser o teoricamente “forte” jogador político, dada a natureza de alguns dos seus inerentes e intransmissíveis *habitus* e capitais (por exemplo, o monopólio da violência *simbólica* legítima), todavia, este real-concreto Asante, encarregou-se de nos demonstrar, que não sendo uma inverdade o que acabámos de enunciar, não corresponde, porém, à totalidade das dinâmicas (leia-se: verdades)

---

<sup>509</sup>Com efeito, este mesmo (compelido e estratégico) “ambiente” de cooperação política é realisticamente narrado por Mohammed Boakye Agyemang, ao evidenciar que: “o sentido futuro só poderá ser este: o trabalharmos em conjunto, sem guerras que só prejudicam os nossos objectivos de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida das pessoas. Penso que a negociação é o instrumento fundamental para se chegar sempre a um consenso mínimo. E os exemplos desta parceria são muitos aqui no distrito. Temos um conjunto de projectos, nacionais e de ONG’s internacionais, que são partilhados por ambas as estruturas de poder. São os próprios *amanhene* que se predispõem a colaborar quer com os *agentes* do Estado, quer com elementos de fora. Estes últimos até reclamam a participação dos *amanhene* nestes processos. Dizem que são indispensáveis. No entanto, por vezes, pela parte de alguns elementos das estruturas locais, regionais e até centrais do Estado, sentem-se ‘aprisionados’ a uma relação política que consideram ‘não natural’. Pois, para estes elementos, são eles que detêm as funções estatutárias legalmente definidas para o desempenho de tais funções. Consideram que ‘partilhar’ estas funções com os *amanhene* Asante (cujo enquadramento legal não as prevê e são consideradas do ponto de vista legal como não estatutárias) é uma subtracção efectiva do seu poder e das suas responsabilidades, são eles que prestam contas do seu mandato aos seus eleitores. Penso, porém, que esta ambiguidade, ou poderia mesmo dizer, dualidade política que actualmente existe (implementada pelos ingleses no Gana por incapacidade de administrarem o território e perpetuada por todos os governos seguintes), é, nas circunstâncias actuais, o melhor dos frutos que se pode colher na árvore da estabilidade, do desenvolvimento e da paz”. Tradução livre da entrevista realizada a Mohammed Boakye Agyemang (Presidente do EJM), em Ejisu-Juaben, em 2008 [AE2011/EPT].

que naquelas “terras políticas” se manifestam: os *amanhene* Asante, também possuem, irrevogáveis e intransferíveis *habitus* e capitais políticos (por exemplo, o capital simbólico), sem os quais a governação política daquelas gentes e territórios não é “completa” ou, sequer, possível. Fazemos, assim, sobressair uma última nota analítica, que declara que o Estado ganês em Mampong e Ejisu-Juaben, precisa, formal ou informalmente, de se predispor a uma maior e melhor colaboração, parceria ou, se quisermos, consórcio político e relacional com o *Mamponghene*, o *Ejisuhene*, o *Juabenhene*, o *Nsutahene*, o *Beposohene* e o *Kwamanghene*, para que os seus “bons” intentos de uma consolidada e definitiva construção dos seus formais, institucionais e operativos alicerces políticos, económicos, burocráticos e administrativos, naqueles distritos municipais seja de uma vez por todas, uma materializada e consentida realidade política e social. Isto é, se esta nossa asserção quiser ganhar mais “vida” e força empírico-argumentativa, nada melhor que recorrer às palavras da privilegiada “observadora-participante” de todo este real-político concreto, a nossa entrevistada, Obba Yaa Oduro, residente na vila de Abuontem, que nos relata com a maior das lucidezes, com o maior dos pragmatismos político e, com a maior das subtilidades analíticas que:

o Estado ganês é um reconhecido e excelente referente político para a nossa região, mas, até este preciso momento, não teve a capacidade política de se administrar sozinho para governar esta população Asante. Teve, e ainda hoje tem, indiscutivelmente, a necessidade política de para o seu próprio regular funcionamento, com tudo o que isto implica, de recorrer às competências, às instituições, à legitimidade e à autoridade política dos nossos *amanhene*. Isto é incontornável. Reconhecemos como úteis, e até legítimas, as instituições, as acções e algumas dinâmicas e mecanismos políticos do Estado ganês que aqui temos, mas mais utilidade lhe reconhecemos e maior legitimidade lhe atribuímos, quanto mais os nosso *amanhene* as validarem e nelas participarem. Isto é condição vital para todos nós. Posto isto, respondo-lhe à sua inicial questão sem rodeios: para o Estado ganês aqui consolidar o seu processo de formação e de consolidação política, com tudo o que isto implica, naturalmente, tem de ter como parceiros privilegiados e indispensáveis os *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben. Sem estes, o Estado nunca construirá nada mais que um punhado de instituições que funcionarão de forma avulsa, de forma fragmentada, de forma subrepresentada e pouco acolhida. São os *amanhene* Asante que complementam, que dão coerência e que conseguem a implementação das várias instituições estatais nestes distritos. A cooperação, a aliança, a permuta e a interdependência do Estado com os *amanhene* Asante, são as mais preciosas peças de uma inteligente estratégia do Estado para aqui se fixar de pleno direito e em pleno funcionamento. Sem isto, o Estado é um esforçado empreiteiro de um enorme condomínio político muito pouco habitado.<sup>510</sup>

Em suma, todo o nosso objectivante e compreensivo “traçado” analítico, diz-nos, a bom dizer, que o processo de construção do campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben é, indubitavelmente, um “espaço” de parcial “assimilação política recíproca”, na medida em que

---

<sup>510</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Obba Yaa Oduro (professora primária), em Mampong (Vila de Abuontem), em 2008 [AE2011/SCeP]. Nesta mesma linha de “pensamento político”, elucida-nos Kwasi Takyi Obeng que “Aqui, o Estado tem de andar de mãos dadas com os nossos *amanhene*. Se não o fizer, fica perdido, fica sem saber o que fazer e por onde seguir. São estas mãos que o orientam por bons caminhos. São estas mãos que lhe mostram as nossas terras, lhe ensinam como vivemos, do que necessitamos, no que acreditamos. Sem estas mãos, o Estado será um mutilado que verá ser feito por outros aquilo que queria fazer e não pode”. Tradução livre da entrevista realizada a Kwasi Takyi Obeng (empregado de empresa têxtil), em Ejisu-Juaben (Vila de Nobewam), em 2008 [AE2011/SCeP].

ambas as partes não abdicando do seu intransferível “core” político-legitimatório, predispõem-se, no entanto, à negociada intercepção de “franjas” legitimatórias de “um” e de “outro”: o Estado, pela cooperação e pela aliança, “encavalita-se” nos *amanhene* Asante para às populações destes distritos melhor chegar e melhor se fazer sentir e, por seu lado, os *amanhene* Asante ao Estado, pela permuta e pela coadjuvação, conjunturalmente se “coligam”, para revigorar os mecanismos da sua autoridade política legítima, mas também, e, não menos importante, sempre com o visionário “olho político” de novos “mercados” e novos “consumidores/produtores” legitimatórios, para si capturar.<sup>511</sup>

---

<sup>511</sup>Toda esta “situação” política que temos vindo a descrever e a analisar, neste capítulo em particular, é-nos caracterizada por um dos nossos já citados entrevistados, e que agora passamos um excerto das suas elucidativas leituras e interpretações políticas. Salienta, Nana Okyerefuo Otuo Serebour II que “esta é uma estratégia inteligente do Estado e do governo [a cooperação com os *amanhene* Asante]. Sabem que podem trabalhar com quem melhor conhece as áreas onde se pretende trabalhar e, por outro lado, por quem as populações desta região ainda hoje reconhecem como seus verdadeiros e legítimos representantes. Se pudermos trabalhar em parceria com as estruturas do Estado (nos nossos e nos projetos dele), tanto melhor para as duas partes, e a grande beneficiária será a população do nosso distrito. Nós utilizamos os canais da nossa própria estrutura política para chegarmos a toda a nossa população. Ela ouve sempre o que temos para lhes dizer. Reconhece e acolhe a força das nossas palavras, conselhos e opções. Sentem-se protegidas por nós, porque sabem que nós também temos a proteção divina dos nossos antepassados. Desde sempre foi assim, e toda ela, e todos nós, também, esperamos que continue a ser assim”. Tradução livre da entrevista realizada a Nana Okyerefuo Otuo Serebour II, de seu “nome civil/privado, Peter Amponsah (*Juabenhene*/membro da ARHC e com a “profissão civil” de Engenheiro Electrotécnico), em Juaben, em 2008 [AE2011/EPT].

**CONCLUSÕES FINAIS &  
TRILHOS DE INVESTIGAÇÃO**





“THE CHIEFS ARE THE UNIFYING FORCE OF  
THE PEOPLE IN THE TRADITIONAL AREAS”.  
Republic of Ghana (1991: n°77).

“OHENE BEDI WO KASA A, EFI MAMFO”.  
(“WHEN A CHIEF IS GOING TO COMPEL YOU  
TO DO SOMETHING, HE DOES SO BY THE  
AUTHORITY OF THE PEOPLE”).  
Provérbio Asante *apud*  
Robert Rattray (1914: 114).



Uma tese de Doutorado é, numa aproximação classificatória desprezível, um complexo exercício de exigentes e incessantes exclusões (de pessoas, de lugares, de métodos, de teorias, de autores, de conceitos, etc.) e de cirúrgicas inclusões, que devem estar sempre ao serviço da “virtude” científica primeira que aquela deve observar e cumprir: a coerência entre as várias “peças” que compõem este exercício científico. Esta, terá sido, porventura, uma das mais espinhosas tarefas que enfrentámos no decurso de todo este laborioso processo de “apreensão” do itinerário teórico e conceptual, de “afinação” das opções metodológicas, da “construção” da perspectiva epistemológica e do (constante) burilamento das faculdades autonómicas que o “terreno” por vez assumiu e tentou impor ao nosso trabalho empírico e, até mesmo, de “chocar” a nossa postura teórica. Pensamos, assim, ter conseguido alcançar os objectivos “mínimos” a que nos havíamos inicialmente proposto, no que diz respeito ao “bom” (porque coerente) entrelaçamento entre as interrogações da nossa construção intelectual e conceptual (esta, sempre coadjuvada pelos “olhares” vigilantes, disciplinadores e retificadores da metodologia e da epistemologia), e as respostas extraídas, em consciente, reflexivo e compreensivo ambiente de “diálogo” com a teoria, ao nosso “terreno” de Mampong e de Ejisu-Juaben.

Estamos, deste modo, em condições de podermos avançar para as conclusões ou se quisermos, as verdades parciais, provisórias e refutáveis que todo este trabalho teórico e empírico nos permitiu desenvolver e, nos permite agora, os seus resultados apresentar. Nesta medida, as conclusões que aqui avançamos e, que consideramos serem o “produto” final que *de facto* reflecte todo este longo trabalho científico, são de três correlacionadas ordens: uma conclusão epistemológico-metodológica, uma conclusão de enquadramento científico e, por último, uma conclusão de síntese científica. A conclusão de natureza epistemológica e metodológica, terá sido, porventura, um dos maiores sobressaltos ou incumbências com que fomos (impiedosamente) confrontados ao longo de todo este nosso trabalho. Este “terreno”, tal como tantos outros “terrenos” em África, fez-nos sentir na nossa “pele científica” os laivos da sua autonomia e, afirmaríamos mesmos, os ímpetus da sua emancipação face às “cores teóricas” de que os nossos olhos estavam tão seguramente impregnados. Este nosso “terreno” de nós fugiu, a nós pregou-nos rasteiras, a nós pistas ilusórias emitiu. O “terreno”, cedo o verificámos, tem uma lógica, uma configuração, uma linguagem e uma cadência muito própria, que a todo o momento (e sempre que pode) desafiou e expôs as fragilidades das “lentes” dos nossos óculos teórico-científicos, que ingenuamente considerávamos, à nossa chegada, de impossível embaciamento ou desfocagem pela empiria. Foi uma simples, mas sentida lição científica. O nosso trabalho nos empíricos distritos de Mampong e de Ejisu-Juaben, mostrou-nos que à

assídua (e sédula) “permuta” entre as proposições teóricas e os *outups* do “terreno”, deve estar sempre “em cima da mesa” do trabalho de campo a nossa capacidade (pessoal e científica) de realinhar ou recalibrar ou, simplesmente, de alocar *in loco* e *in situ*, o grau do “ângulo” da representação abstrata ou o modo como fazemos a recolha da informação ou do material empírico. Não obstante, consideramos que o nosso terreno foi um inestimável e leal “companheiro de trabalho” em todo este processo de investigação. Foram, por vezes, as “impugnações” que o “empírico” nos colocou, que conseguimos “burilar” ou “clarear” algumas das arestas teóricas que presunçosamente considerávamos, quando de Lisboa partíamos pela primeira vez, serem tão absolutas e irrefutáveis quanto o desejo de para o Gana viajarmos. À contingencial rigidez da teoria e, à eventual presunção do “terreno”, coube-nos, o nem sempre grato papel da sedosa intermediação ou da diplomática tradução das perguntas que o “construído” colocava ao “empírico” e, no sentido inverso, as respostas dadas por este e as tantas perguntas que este ao primeiro também (pertinentemente) colocou, no decurso de todo este dialéctico processo de construção, de verificação, de validação e de conclusão científica.

A nossa conclusão de enquadramento científico, apresenta a validade das suas credenciais de investigação neste trabalho, ao ter promovido um “olhar” heurístico sobre o configurativo “mapa” das relações políticas objectivas incorporadas entre o Estado ganês “pós-colonial” e, os *amanhene* Asante no “espaço” sociopolítico de forças e de lutas políticas (posicionais e disposicionais), que é o hierárquico e, simultaneamente, racional e instintivo campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben. Este analítico “mapa”, ao cartografar a inequivocamente aquiescida existência de diferenciados *habitus* políticos, a existência de diferenciadas espécies de capital, a existência de diferenciadas legitimações sociais e de diferenciadas legitimidades políticas, cartografou, por defluência lógico-racional – sustentado pela auscultação de toda estas dissemelhanças “genético-sociais”, políticas e ideológicas – o *core business* das relações políticas edificadas ao longo da história “pós-colonial” daquelas duas “construídas” e legitimadas unidades de análise, que pelas “vozes do terreno” nos é confirmado que assenta na conjunturalmente estratégica flutuação entre o conflito e a aliança, entre a concorrência e a cooperação e, entre a competição e a interdependência política. Com efeito, se quisermos fazer eco da terminologia política que o nosso “terreno” nos transmitiu, diremos que a “compleição” das relações políticas tecidas entre o Estado “pós-colonial” ganês e os *amanhene* Asante dos “nossos” distritos municipais, tem volatilmente oscilado entre o ostensivo conflito, disputa e, até mesmo, revolucionária sonegação política (sobretudo, pelas ideológicas “mãos” de Kwame Nkrumah entre 1960 e 1966, pelas incongruentes “mãos” políticas de Ignatius Kutu Acheampong entre 1972 e 1975 e, das tácticas “mãos” de Jerry John

Rawlings em 1979 e, de novo, entre 1981 e 1982), entre a necessitada e consentida aliança e, a “dietética” concorrência política (em particular, nos governos de Joseph Arthur Ankrah entre 1966 e 1967, de Akwasi Amankwaa Afrifa entre 1967 e 1969 e, de Kofi Abrefa Busia entre 1969 e 1972), entre a velada competição, o cauteloso compromisso e, a declarada que cooperação política (mormente, nos governos de Frederick Kwasi Akuddo entre 1978 e 1979, de Hilla Limann entre 1979 e 1981 e, de Jerry John Rawlings entre 1982 e 1993), e, por último, entre a contida disputa e a “consagrada” interdependência política (nos contemporâneos governos de Jerry John Rawlings entre 1993 e 2000, de John Agyekum Kufuor entre 2000 e 2008 e, de John Atta Mills entre 2008 e 2012) que são as mais depuradas “fórmulas” relacionais que garantem as ambições políticas mínimas que cada um daqueles agentes institucionais estrategicamente joga naquela *espécie de espaço de jogo* em Mampong e em Ejisu-Juaben. Diríamos, em síntese, que a “arqueologia” política transcrita pelos empíricos *outputs* relacionais do campo político de Mampong e de Ejisu-Juaben, permitem-nos confirmar o que a “nossa” teoria à partida já “conjecturava”: a existência de dois diferenciados paradigmas de produção e de reprodução do “político”, que assentando o seu *modus vivendi* político numa amplitude relacional tão dilatada e oscilatória, nada mais “constroem” que a reificação de um “modelo” de governação política assente na (formal e informal) dualidade política, que já é uma histórica e incorporada *evidência* política para o Estado ganês, para os *amanhene* e as para as gentes deste ancestralmente político “terreno” Asante.

A conclusão de síntese científica, que directa e correlacionadamente “escorre” da anterior e que directamente “acolhe” a nossa hipótese de trabalho, evidencia o facto de o Estado ganês (sobretudo local e regional, mas também central), nestes historicamente simbólicos e politicamente emblemáticos distritos municipais, ter a *necessidade* política de ao *Mamponghene*, ao *Ejisuhene*, ao *Juabenhene*, ao *Nsutahene*, ao *Beposohene* e ao *Kwamanghene* recorrer para estender a sua “malha” política, administrativa e burocrática e, de as suas instituições serem integralmente reconhecidas como benéficas e legítimas por parte das legitimadoras populações de Mampong e de Ejisu-Juaben. O *facto político* é que o Estado ganês, tem paulatinamente ao longo destas últimas duas décadas, conseguido mais e melhor “instalação” política, administrativa e burocrática em Mampong e Ejisu-Juaben, muito à “custa”, assim o digamos, das mutualistas ou simbióticas (na essência: estratégicas) relações políticas que com os *amanhene* Asante destes distritos municipais tem sabido ou conseguido manter. O racional político desta “circunstância” é de uma “muito simples” equação relacional: ao conflito “proposto” pelo Estado ganês ou pelos *amanhene* Asante, corresponde uma acrescida “dificuldade” política do primeiro em se fazer (legitimamente) respeitar ou

representar, por seu lado, à cooperação e à coadjuvação de ambos os intervenientes/concorrentes políticos, corresponde a consentida “dilatação” do Estado e, podendo parecer paradoxal, corresponde, também, a um proporcional ganho operativo e legitimatório dos próprios *amanhene* Asante, na medida em que actuando como parceiros do Estado, são percebidos pelas suas populações Asante como os co-angariadores, os co-promotores e os co-executores da iniciativa política, social, económica ou de desenvolvimento que para elas trarão benefícios de ordem vária. É um “ponto de equilíbrio” relacional que ambos os agentes políticos em ambiente de “concorrência vigiada”, já racionalizaram e, em decorrência, já institucionalizaram, ou melhor, já *incorporaram* socialmente nas quotidianas lógicas e práticas da sua vida política *comum*, seja em Mampong, seja em Ejisu-Juaben.

Nestes “nossos” distritos municipais (à semelhança da região Ashanti e, de muitos outros territórios do Gana), o Estado ganês (nas suas versões “sistema” e “ideia”) enquanto agente político de acção e de representação política não é, de todo em todo, ilegítimo, é, isso sim e “somente”, menos legítimo quando comparado com a ancestral acção e representação política emanada das “racionalidades-ideológicas” produzidas pelos *amanhene* Asante de Mampong e de Ejisu-Juaben. Neste quadro político distrital, tem o Estado ganês, na esmagadora maioria das vezes, de se “encavalitar” nas boleias legitimatórias destes *amanhene* Asante para os seus propósitos políticos, administrativos, económicos, fiscais, entre outros, legitimamente conseguir implementar ou desenvolver. Não é desprovido de uma burilada táctica política, que assistimos a um “Estado moderno” que cada vez mais se traja com as vestes do mais puro “tradicional” Asante. É um Estado cada vez mais “moderno” e, um Estado que cada vez mais vai ao “mercado tradicional” escolher os “produtos” simbólico-cerimoniais que melhor o fazem chegar às populações Asante daqueles distritos municipais. Não é um Estado à procura da sua identidade política, é um Estado à procura da sua alargada e “autónoma” legitimidade política. Também, como não poderia deixar de ser, os *amanhene* Asante não só roupas *adinkra* vestem; i.e., os *amanhene* Asante já não são “só” os “simples” agentes políticos tradicionais que oficiam, por exemplo, os socialmente obrigatórios e reguladores rituais dos antepassados-defuntos, são, e em simultâneo, eficientes e eficazes agentes políticos da “modernidade” e do desenvolvimento, com agendas políticas e económicas que cada vez mais extravasam as periferias geográficas dos seus “naturais” territórios políticos, para se promoverem e fazerem valer a sua representação em patamares políticos de horizonte nacional e, muitas das vezes, de horizonte supra-nacional. Falamos, portanto, de duas categorias analíticas de agentes políticos, que a cada dia que passa a um processo de “alomorfia” política se dedicam, para melhores mercadorias sociais colocarem à disposição de “compra” por parte dos consumidores Asante e,

naturalmente, maiores proveitos políticos desta “venda” para si recolherem, em nome da sempre procurada e tão desejada legitimidade política.

No decurso de um trabalho desta “monta” científica serão, porventura, mais as pistas de investigação e inquietação futuras que se levantarão no final da irreplicável jornada que, necessariamente, as respostas absolutas ou não-provisórias colocadas à disposição das indagações inicialmente levantadas, que tinham como *mister* primeiro e específico (deste, ou de qualquer outro trabalho que assuma a pretensão de ser académico) o despertar, a condução e o encerramento (por via das *falsificáveis* respostas a elas apresentadas) dos trabalhos teórico-empíricos. Com efeito, ao terminarmos este trabalho, fica-nos a “sensação” pessoal e científica, de que estaríamos agora, mais que nunca, habilitados para este hercúleo trabalho principiar. Assim sendo, que caminhos científicos outros poderiam ter sido acrescentados ou percorridos? A definição de um tão dilatado período de tempo sincrónico (o “pós-colonial” no Gana estende-se de 1957 até, no nosso caso, até 2012) trouxe-nos objectivas dificuldades de ordem descritiva e analítica, na medida em que este contexto histórico está marcado pela existência de múltiplas, distintas e antagónicas conjunturas políticas, que muitas das vezes, para delas darmos conta, tivemos de nos ficar pelas dinâmicas políticas e relacionais da macro-história do Gana e da região Ashanti (recorrendo, no entanto, para esta “fissura” reparar, às sempre presentes “vozes” do nosso “terreno”) em detrimento das práticas políticas e relacionais tão características e tão importantes da micro-história gerada em Mampong e Ejisu-Juaben. No fundo, cada uma das (principais) conjunturas políticas por nós abordadas – por exemplo, a conjuntura política liderada por Kwame Nkrumah (1957-1966), ou a liderada por Ignatius Kutu Acheampong (1972-1978), ou, ainda a liderada por Jerry John Rawlings (1981-1993), ou, por último, a que corresponde à 4.<sup>a</sup> República (1993-até aos dias de hoje) – teria sido um bom (porque mais focalizado) “ambiente analítico” para a “concepção” do nosso objecto de estudo na justa razão que teria permitido um “olhar” mais “reforçado” ou, se quisermos, mais minucioso dos fenómenos políticos e relacionais por aquele gerados e reproduzidos nos “nossos” distritos municipais. Salientamos ainda que, para além de aferirmos da bondade qualitativa destes “recortes” diacrónicos, pensamos nós que este nosso objecto de estudo terá reconhecidos ganhos heurísticos, se for “observado” por “lentes” analíticas que aprofundem ou maior visibilidade dêem a variáveis explicativas tão importantes quanto o são as questões relativas à descentralização político-administrativa, as questões relativas à posse e à gestão das *stool lands*, as questões relativas ao pluralismo jurídico-constitucional, as questões relativas à propriedade e ao usufruto dos recursos agrícolas, minerais, ambientais e turísticos, e, não menos importante, as questões relativas aos “novos” papéis sociopolíticos relativos aos diversos

“desenvolvimentos”. Em suma, como algures neste trabalho o pronunciamos, esta nossa tese de Doutoramento não é um estado *em si*, é antes, e sobretudo, um (sempre) provisório *work in progress* (sempre) passível de se lhe acrescentarem outras (novas e, até, mais completas) “camadas” científicas ou, como alguém um dia me disse no nosso trabalho de campo em Ejisu-Juaben: “cada vez que aqui vieres, verás que aprendes sempre um pouco mais. Não penses que sabes tudo. De cada vez que aqui vieres, tem a humildade de levar mais um pouco para juntares ao que já sabes. A minha idade apenas me permite que seja menos ignorante que tu”.<sup>512</sup>

---

<sup>512</sup>Tradução livre da entrevista realizada a Owusu Anane Antwi (agricultor), em Ejisu-Juaben (Vila de Achiase), em 2008 [AE2011/SCeP].



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## **1 | DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA**

### **1.1 | ASHANTI COURT RECORDS**

Institute of African Studies (1963), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 1-17).

Institute of African Studies (1964a), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 18-28).

Institute of African Studies (1964b), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 29-31).

Institute of African Studies (1964c), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 32-40).

Institute of African Studies (1965), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 41-43).

Institute of African Studies (1966a), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 44-49).

Institute of African Studies (1966b), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 50-55).

Institute of African Studies (1967), *Ashanti Court Records*, Accra, IAS, (acc. no. AS/CR 56-65).

### **1.2 | ASHANTI STOOL HISTORIES**

Institute of African Studies (1976a), *Ashanti Stool Histories: Juaben Paramount Stool History*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 16).

Institute of African Studies (1976b), *Ashanti Stool Histories: History of Ejisu – Origins and How Ejisu First Became a Member of the Ashanti Confederacy*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 11).

Institute of African Studies (1976c), *Ashanti Stool Histories: Kwamang Stool History*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 169).

Institute of African Studies (1976d), *Ashanti Stool Histories: Beposo Stool History*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 195).

Institute of African Studies (1976e), *Ashanti Stool Histories: Nsuta Stool History*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 214).

Institute of African Studies (1976f), *Ashanti Stool Histories: Mampong, Ashanti Traditional History*, Accra, IAS, (acc. no. AS. 217).

## **2 | LEGISLAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO OFICIAL**

Court Judicial Committee (1972), *Chieftaincy (National and Regional Houses of Chiefs) Procedure Rules (C.I 27)*, Accra, Assembly Press.

Court Judicial Committee (2004), *Civil Proceedings (Fees and Allowances) (Amendment) Rules (C.I. 45)*, Accra, Assembly Press.

Ejisu-Juaben Municipal Assembly (2014a), *Annual Progress Report for 2014*, Ejisu-Juaben, EJMA Print.

Ejisu-Juaben Municipal Assembly (2014b), *Abbreviated Resettlement Action Plan (ARAP) for the Construction of a Transport Terminal at Bonwire Station, Ejisu*, Ejisu-Juaben, EJMA Print.

Electoral Commission (1972), *Chieftaincy (National House of Chiefs), Election Rules (L.I. 746)*, Accra, Assembly Press.

Electoral Commission of Ghana/Friedrich Ebert Stiftung (2010), *Elections 2008*, Accra, FES.

Electoral Commission of Ghana/Friedrich Ebert Stiftung (2016), *Elections 2012*, Accra, FES.

Electoral Commission of Ghana (2017), *Elections 2016*, Accra, ECG.

Ghana Statistical Service (2014a), *Population & Housing Census: District Analytical Report (Ejisu-Juaben Municipal)*, Accra, GSS.

Ghana Statistical Service (2014b), *Population & Housing Census: District Analytical Report (Mampong Municipal)*, Accra, GSS.

Ministry of Local Government, Rural Development and Environment (1994), *Local Government (Urban, Zonal and Town Councils and Unit Committees) (Establishment), Instrument (L.I. 1589)*, Accra, Assembly Press.

Ministry of Local Government, Rural Development and Environment (2004), *Local Government (Kumasi Metropolitan Assembly) (Establishment) (Amendment) (L.I. 1805)*, Accra, Assembly Press.

Ministry of Local Government, Rural Development and Environment (s.a.), *Model Standing Orders for Urban, Zonal, Town and Area Councils*, Accra, Assembly Press.

Ministry of Local Government and Rural Development (2011), *Mampong Municipal Assembly (2010 Annual Progress Report)*, Accra, Assembly Press.

National Liberation Council (1966), *Chieftaincy (Amendment) Decree, (NLCD 112)*, Accra, Assembly Press.

National Liberation Council (1967), *Chieftaincy (Amendment) (No.3) Decree, (NLCD 203)*, Accra, Assembly Press.

National Redemption Council (1972), *Chieftaincy (Proceeding and Functions) (Traditional Councils) Regulations, (L.I. 798)*, Accra, Assembly Press.

National Redemption Council (1973), *Chieftaincy (Amendment) (No.2) Decree, (NRCD 226)*, Accra, Assembly Press.

National Redemption Council (1974), *Chieftaincy (Membership of Regional House of Chiefs), (L.I. 991)*, Accra, Assembly Press.

National Redemption Council (1975), *Evidence Decree (NRCD 323)*, Accra, Assembly Press.

National Redemption Council (1984), *Chieftaincy (Membership of Regional House of Chiefs) (Amendment) (No.2), (L.I 1300)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1958), *House of Chiefs Act (No.20)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1961), *Chieftaincy Act (Act 81)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1971), *Chieftaincy Act (Act 370)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1993a), *Local Government Act (Act 462)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1993b), *The Courts Act (Act 459)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (1994), *National Development Planning (System) Act (Act 480)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2001), *The Civil Service (Amendment) Act (Act 600)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2002), *The Courts (Amendment) Act (Act 620)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2003), *Local Government Service Act (Act 656)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2004), *The Courts (Amendment) Act (Act 674)*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2007a), *Legislative Instrument (L.I.), 1908*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2007b), *Legislative Instrument (L.I.), 1890*, Accra, Assembly Press.

Parliament of the Republic of Ghana (2008), *Chieftaincy Act (Act 759)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (1982a), *Chieftaincy (Amendment) (Law 25)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (Establishment) (1982b), *Proclamation (Supplementary and Consequential Provisions), Law 1982, (PNDCL 42)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (1985), *Chieftaincy (Amendment) (Law 107)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (1987a), *Chieftaincy (Amendment) (Law 180)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (1987b), *Chieftaincy (Membership of Regional House of Chiefs) (Amendment) (No.2), (L.I. 1351)*, Accra, Assembly Press.

Provisional National Defense Council (1988), *Chieftaincy (Membership of Regional Houses of Chiefs) (Amendment), (L.I 1369)*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (1957), *The Ghana (Constitution) Order in Council*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (1960), *Constitution of the Republic of Ghana*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (1969), *Constitution of the Republic of Ghana*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (1979), *Constitution of the Republic of Ghana*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (1991) *Report of the Committee of Experts (Constitution) on Proposals for a Draft Constitution of Ghana*, Tema, Ghana Publishing Corporation.

Republic of Ghana (1992), *Constitution of the Republic of Ghana*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (2012), *The Composite Budget of the Mampong Municipal Assembly for the 2012 Fiscal Year*, Accra, Assembly Press.

Republic of Ghana (2014), *The Composite Budget of the Mampong Municipal Assembly for the 2014 Fiscal Year*, Accra, Assembly Press.

### **3 | TESES, RELATÓRIOS, PROJECTOS, COMUNICAÇÕES E TRABALHOS NÃO PUBLICADOS**

Addaih, Robinson (1999), *Power Relationships and Conflicting Ideologies Within the Asante Confederacy in the Nineteenth Century: A Reconstruction*, Tese de Doutoramento, Ireland, Centre of West African Studies, University of Mannin.

Arhin, Kwame (1977), “The Structure of Greater Ashante: A Re-Statement”, Accra, IAS.

Ayee, Joseph (2000a), “Chieftaincy and Modern Politics: Chieftaincy and the New Local Government System”, Paper Presented at a Symposium on the theme Chieftaincy and Modern Politics, Institute of African Studies/University of Ghana, June 7, Accra.

Boahen, Albert (1964), “Juaben and Kumasi Relations in the 19<sup>th</sup> century”, Paper Presented at *Ashanti Research Project: First Conference*, Institute of African Studies/University of Ghana, 17<sup>th</sup> - 20<sup>th</sup> May, The Kwame Nkrumah University of Science & Technology.

Daaku, Kwame (1969), *Oral Traditions of Adanse*, Accra, IAS.

Daaku, Kwame (1970), *Denkyira*, Accra, IAS.

Dias, Eduardo (2001), *Estado, Autoridades Tradicionais e Modernização Política: O Papel Das Autoridades Tradicionais no Processo de Mudança Política em África* (POCTI/ANT/13021), Lisboa, FCT.

Florêncio, Fernando (2003), *As Autoridades Tradicionais VaNdau, Estado e Política Local em Moçambique*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.

Florêncio, Fernando (2004), *Dinâmicas Sociais na Estruturação dos Espaços Políticos em Contextos Rurais Africanos* (POCI/AFR/59228), Lisboa, FCT.

Geschiere, Peter e Jos Klei (1986), “African Peasants Against the State: Popular Modes of Political Action and Their Implication for Development Projects”, Unpublished paper from the 13th European Congress on Rural Sociology, Braga, Portugal.

Guri, Bern (2006), “Traditional Authorities, Decentralization and Development”, Paper Presented at a CIKOD Organised Workshop for *Strengthening the Capacity of Traditional Authorities for Good Governance and Development at the Local Level*, July 12-14, Accra.

Iddi, Mbadugu (1973-1974), *Chieftaincy in Dagbong*, Accra, University of Ghana.

Kallinen, Timo (2004), *Some Chiefs Are ‘More Under’ Than Others: Kinship, Ritual and the Concept of Political Hierarchy Among the Ashanti*, Tese de Doutoramento, Helsinki, Faculty of Social Sciences, University of Helsinki.

Kilby, Peter (1968), *The Anglo-Asante War of 1873-1874: A Narrative and Analysis*, Tese de Mestrado, Vancouver, University of British Columbia.

- Kumah, David (2009), *Stools in Asante Culture*, Tese de Mestrado, Kumasi, Kwame Nkrumah University of Science and Technology.
- Lourenço, Vitor (2004), *Estado e Autoridades Tradicionais no Moçambique Pós-colonial*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Luskin, Evan (1969), *Kingship in Ashanti*, Tese de Mestrado, Wisconsin, University of Wisconsin.
- McCaskie, Thomas (1969), *The Asante Empire and Its Northern Neighbours, 1700-1874*, Tese de Mestrado, Accra, Centre of African Studies, University of Ghana.
- Nyaggah, Mougo (1971), *Social Origins of the Asante Traditional Administrators: 1700-1900*, Tese de Doutoramento, Berkeley, University of California.
- Oquaye, Mike (2013), “The New Patriotic Party (NPP) and the Danquah-Busia-Dombo Tradition’s Contribution to the Establishment and Deepening of the Democratic Culture and Practice in Ghana”, Paper Delivered at the Party’s 21<sup>st</sup> Anniversary Lecture at the Osu Presbyterian Church Haal, August 22, Accra.
- Oyedipe, Francis (1966), “Ancestor Worship in Ashanti”, Accra, IAS.
- Ray, Donald e Laura Dunham (1998), “African Traditional Leadership and Rural Local Government: Balancing Legitimacy and Control in Ghana to Improve Local Government Management and Development” Paper Presented to the Working Group on Local Government, Management and Development: Rural Local Government Theme of the International Association of Schools and Institutes of Public Administration (IASIA), Annual Conference, September 14-17, Paris.
- Ray, Donald e Stephane La Branche (1998), “Foucault’s Chiefs: The Question of Legitimacy in Chief-State Relations in Ghana”, Paper presented to the Canadian Political Science Association Annual Conference, May-June, Ottawa.
- Rodrigues, Cristina (2008), *Identidades e fronteiras em África* (PTDC/AFR/098339), Lisboa, FCT.
- Schram, John (1967), *Chieftaincy and Politics in Independent Ghana*, Tese de Mestrado, Accra, University of Ghana.
- Tweneboah, Seth (2012), *The Sacred Nature of the Akan Chief and its Implications for Tradition, Modernity and Religious Human Rights in Ghana*, Tese de Mestrado, Florida, Florida International University.
- Vollbrecht, Judith (1978), *Structure and Communitas in an Ashanti Village: The Role of Funerals*, Tese de Doutoramento, Pennsylvania, University of Pennsylvania.
- Wilks, Ivor (1964), “Ashanti Government in the 19<sup>th</sup> Century”, Accra, IAS.
- Wilks, Ivor (1974), “Dissidence in Asante Politics: Two Tracts From the Late Nineteenth Century”, Accra, IAS.

#### **4 | FONTES ELECTRÓNICAS**

- <http://africanistes.revues.org>  
<http://balme.ug.edu.gh>  
<http://cecast.knust.edu.gh>  
<http://conventionpeoplesparty.org>  
<http://digitallibrary.amnh.org>

<http://ias.ug.edu.gh>  
<http://kma.ghanadistricts.gov.gh>  
<http://otumfuofund.org>  
<http://pncghana.org>  
<http://search.openedition.org>  
<http://sociologies.revues.org>  
<http://thechronicle.com.gh>  
<http://www.allghananews.com>  
<http://www.cddgh.org>  
<http://www.chieftaincy.org>  
<http://www.cikod.org>  
<http://www.ec.gov.gh>  
<http://www.ec.gov.gh>  
<http://www.ghanaculture.gov.gh>  
<http://www.ghanaweb.com>  
<http://www.greatconsolidatedpopularparty.org>  
<http://www.ilgs-edu.org>  
<http://www.kma.gov.gh/kma/>  
<http://www.knust.edu.gh>  
<http://www.manhyiaarchives.org>  
<http://www.manhyiaonline.org>  
<http://www.modernghana.com>  
<http://www.nalag-ghana.org>  
<http://www.ndc.org.gh>  
<http://www.newpatrioticparty.org>  
<http://www.parliament.gh>  
<http://www.persee.fr>  
<http://www.pppghana.org>  
<http://www.presidency.gov.gh>  
<http://www.ucalgary.ca/~taarn>  
<http://www.zif-berlin.org>  
<https://archive.org>  
<https://books.google.pt>  
<https://www.facebook.com/pages/United-Front-Party/207759532617523>  
<https://www.ug.edu.gh>

## 5 | LIVROS

Abaka, Edmund (2003), “Diffusion of Kola Nut Production in Ghana c. 1820-1960”, em Toyin Falola (ed.), *Ghana in Africa World: Essays in Honour of Adu Boahen*, Trenton, Africa World Press.

Abdulai, Ansah (2006), “The Ghanaian Chief as a Manager: Between Tradition and Modernity”, em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.



- Abotchie, Chris (2006), "Has the Position of the Chief Became Anachronic in Contemporary Ghanaian Politics?" em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Accardo, Alain (1983), *Initiation a la Sociologie de L'Illusionnisme Social*, Bordeaux, Le Mascaret.
- Accardo, Alain e Philippe Corduff (1986), *La Sociologie de Bourdieu*, Bordeaux, Le Mascaret.
- Acquah, Justice (2006), "The Judicial Role of the Chief in Democratic Governance", em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Adewumi, Joseph e Joseph Egwurube (1985), "Role of Traditional Rulers in Historical Perspective", em Oladimeji Aborisade (ed.), *Local Government and the Traditional Rulers in Nigeria*, Ile-Ife, University of Ife Press.
- Adjaye III, Awulae (1999), "Local Government Vis-à-Vis Chieftaincy in Ghana: Interplay of Authority, Power and Responsibilities", em Pierluigi Valsecchi and Fabio Viti (orgs.), *Mondes Akan: Identité et Pouvoir en Afrique Occidentale*, Paris, L'Harmattan.
- Adjaye, Joseph (1996), *Diplomacy & Diplomats in 19<sup>th</sup> Century Asante*, Trenton, Africa World Press.
- Adjaye, Joseph (2003), "Asantehene Agyeman Prempe I, Asante History, and the Historian", em Toyin Falola (ed.), *Ghana in Africa World: Essays in Honour of Adu Boahen*, Trenton, Africa World Press
- Adler, Alfred (1982), *La Mort est le Masque du Roi*, Paris, Payot.
- Adubofuor, Otamakuro (2000), *Asante: The Making of a Nation*, Kumasi, Cita Press.
- Afari-Gyan, Kwadwo (1993), "Nkrumah's Ideology", em Kwame Arhin (org.), *The Life and Work of Kwame Nkrumah*, Trenton, African World Press.
- Afari-Gyan, Kwadwo (1995), *The Making of the Fourth Republican Constitution of Ghana*, Accra, Friedrich Ebert Foundation.
- Affrifah, Kofi (2000), *The Akyem Factor in Ghana's History, 1700-1875*, Accra, Ghana University Press.
- Afigbo, Adiele (1985), "The Social Repercussions of Colonial Rule: The New Social Structures", em Albert Boahen (org.), *General History of Africa: Africa Under Colonial Domination 1880-1935*, London, Unesco/Heinemann.
- Afrifa, Akwasi (1966), *The Ghana Coup – 24<sup>th</sup> February 1966*, London, Frank Cass.
- Agbodeka, Francis (1971), *African Politics and British Policy in the Gold Coast 1868-1900*, London, Longman.
- Ahwoi, Kwamena (2010), *Local Government & Decentralization in Ghana*, Accra, Unimax Macmillan.
- Ajayi, Jacob (1969), "Colonialism: An episode in African History", em Lewis Gann and Peter Duignan (orgs.), *The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ajayi, Jacob (1976), *Western Yorubaland under European Rule, 1889-1945: A Comparative Analysis of French and British Colonialism*, London, Longman.
- Ake, Claude (1981), *A Political Economy of Africa*, Harlow, Longman.

- Allman, Jean (1993), *The Quills of the Porcupine: Asante Nationalism in an Emergent Ghana*, Wisconsin, The University Wisconsin Press.
- Almeida, João (1995), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1986), “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais” em Augusto Santos Silva and José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Amamoo, Joseph (2007), *Ghana: 50 Years of Independence*, Accra, Jafint Ent.
- Amoah, Michael (2007), *Reconstructing the Nation in Africa – The Politics of Nationalism in Ghana*, London, Tauris Academic Studies.
- Amonoo, Ben (1981), *Ghana 1957-1966: Politics of Institutional Dualism*, London, George Allen & Unwin.
- Anderson, David e David Killingray (1991), *Policing the Empire*, Manchester, Manchester University Press.
- Apter, David (1955), *The Gold Coast in Transition*, Princeton, Princeton University Press.
- Apter, David (1968), *Ghana in Transition*, Princeton, Princeton University Press.
- Arendt, Hannah (1989), *La Crise de la Culture*, Paris, Gallimard.
- Arendt, Hannah (1995), *Qu'est-ce que la Politique?*, Paris, PUF.
- Arendt, Hannah e Jerome Kohn (2006), *Between Past and Future*, Londres, Penguin.
- Arhin, Kwame (1972a), *Chieftaincy*, Accra, Ghana Information Services Dept.
- Arhin, Kwame (1985), *Traditional Rule in Ghana: Past and Present*, Accra, Sedco.
- Arhin, Kwame (1993), “The Search for Constitutional Chieftaincy”, em Kwame Arhin (org.), *The Life and Work of Kwame Nkrumah*, Trenton, African World Press.
- Arhin, Kwame (1999), “The Nature of Akan Government”, em Pierluigi Valsecchi and Fabio Viti (orgs.), *Mondes Akan: Identité et Pouvoir en Afrique Occidentale*, Paris, L'Harmattan.
- Arhin, Kwame (2001), *Transformations in Traditional Rule in Ghana (1951-1996)*, Accra, Sedco.
- Arhin, Kwame (2002), *The Political Systems of Ghana: Background to Transformations in Traditional Authority in the Colonial and Post-Colonial Periods*, Accra, Historical Society of Ghana.
- Armitage, Cecil (1901), *The Ashanti Campaign of 1900*, London, Sands.
- Austin, Dennis (1964), *Politics in Ghana: 1946-1960*, London, Oxford University Press.
- Austin, Dennis (1976), *Ghana Observed: Essays on the Politics of a West African Republic*, Manchester, Manchester University Press.
- Austin, Dennis e Robin Luckman (1975), *Politicians and Soldiers in Ghana, 1966-1972*, London, Frank Cass.

- Awoonor, Kofi (1990), *Ghana: A Political History*, Accra, Sedco Publishing Limited.
- Ayee, Joseph (1994), *An Anatomy of Public Policy Implementation: The Case of Decentralization Policies in Ghana*, Aldershot, Avebury.
- Ayee, Joseph (1998), *The 1996 General Elections and Democratic Consolidation in Ghana*, Accra, University of Ghana.
- Ayee, Joseph (1999), *Decentralization and Conflict: The Case of District Chief Executives and Members of Parliament in Ghana*, Accra, Friedrich Ebert Foundation.
- Ayee, Joseph (2001a), *Deepening Democracy in Ghana: Politics of the 2000 Elections*, Accra, Freedom Publications, (vol. I).
- Ayee, Joseph (2001b), *Deepening Democracy in Ghana: Politics of the 2000 Elections*, Accra, Freedom Publications, (vol. II).
- Ayee, Joseph (2006), "Some Thoughts on the Institutional Representation of Chiefs in the District Assemblies and the Sub-District Structure", em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Ayee, Joseph (2007), "A Decade of Political Leadership in Ghana, 1993-2004", em Kwame Boafo-Arthur (org.), *Ghana: One Decade of Liberal State*, Dakar, Codesria Book Series.
- Azarya, Victor (1994), "Civil Society and Disengagement in Africa", em John Harbeson *et al.* (eds.), *Civil Society and the State in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Babatope, Ebenezer (2002), *The Ghana Revolution – From Nkrumah to Jerry Rawlings*, Enugu, Fourth Dimension Publishers.
- Bachelard, Gaston (1966), *Le Rationalisme Appliqué*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bachelard, Gaston (1968), *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bachelard, Gaston (1971), *A Epistemologia*, Lisboa, Edições 70.
- Badié, Bertrand (1992), *L'État Importé*, Paris, Fayard.
- Badié, Bertrand e Pierre Birnbaum (1979), *Sociologie de l'État*, Paris, Grasset.
- Balandier, Georges (1970a), *Political Anthropology*, Londres, Penguin.
- Balandier, Georges (1970b), *The Sociology of Black Africa*, London, Andre Deutsch.
- Balandier, Georges (1986), *Sens et Puissance*, Paris, PUF.
- Baldwin, Kate (2016), *The Paradox of Traditional Chiefs in Democratic Africa*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Balmer, William (1926), *A History of the Akan Peoples of the Gold Coast*, London, The Atlantis Press.
- Bardin, Laurence (1979), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barnes, Sandra (1986), *Patrons and Power: Creating a Political Community in Metropolitan Lagos*, Bloomington, Indiana University Press.
- Bayart, Jean-François (1979), *L'Etat au Cameroun*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

- Bayart, Jean-François (1986), “Civil Society in Africa”, em Patrick Chabal (ed.), *Political Domination in Africa: Reflections on the Limits of Power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bayart, Jean-François (1989), *L'État en Afrique: La Politique du Ventre*, Paris, Fayard.
- Bayart, Jean-François (1991a), “Finishing With the Idea of the Third World: The Concept of the Political Trajectory”, em Jon Manor (ed.) *Rethinking Third World Politics*, London, Longman.
- Bayart, Jean-François (1991b), “L'État”, em Christian Coulon and Denis-Constant Martin (eds.), *Les Afrique Politiques*, Paris, La Découverte.
- Bayart, Jean-François (1996a), *La Greffe de L'État*, Paris, Karthala.
- Bayart, Jean-François (1996b), *L'Illusion Identitaire*, Paris, Fayard.
- Bayart, Jean-François et al. (1979), *Le Politique Par le Bas en Afrique Noire: Contribution à Une Problématique de la Démocratie*, Paris, Karthala.
- Bayart, Jean-François et al. (1999), *The Criminalization of the State in Africa*, Oxford, James Currey.
- Beaud, Stéphane e Florence Weber (2003), *Guide de L'Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.
- Beecham, John (1968) [1841], *Ashantee and the Gold Coast*, London, Dawson's of Pall Mall.
- Bellagamba, Alice e George Klute (2008), *Beside the State: Emergent Powers in Contemporary Africa*, Köln, Rudiger Koppe Verlag.
- Bernard, Harvey (2011), *Research Methods in Anthropology*, Lanham, Altamira.
- Berry, Sara (2000), *Chiefs Know Their Boundaries: Essays on Property, Power, and the Past in Asante, 1896-1996*, Oxford, Heinemann.
- Betts, Raymond (1961), *Assimilation and Association in French Colonial Theory, 1890-1914*, New York, Columbia University Press.
- Betts, Raymond (1985), “Methods and Institutions of European Domination”, em Albert Boahen (org.), *General History of Africa: Africa Under Colonial Domination 1880-1935*, London, Unesco/Heinemann.
- Bierschenk, Thomas et al. (2002), *Courtiers en Développement. Les Villages Africains en Quête de Projets*, Paris, Karthala.
- Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Sardan (1998), *Les Pouvoirs au Village: Le Bénin Rural Entre Démocratisation et Décentralisation*, Paris, Karthala.
- Billier, Jean-Cassien (2000), *Le Pouvoir*, Paris, Armand Colin.
- Boafo-Arthur, Kwame (2006a), “Chieftaincy in Ghana: Challenges and Prospects in the 21<sup>st</sup> century”, em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Boafo-Arthur, Kwame (2006b), *Voting for Democracy in Ghana: The 2004 Elections in Perspective*, Accra, Freedoms Publications, (vol. I).
- Boafo-Arthur, Kwame (2006c), *Voting for Democracy in Ghana: The 2004 Elections in Perspective*, Accra, Freedoms Publications, (vol. II).

- Boafo-Arthur, Kwame (2007), “A Decade of Liberalism in Perspective”, em Kwame Boafo-Arthur (org.), *Ghana: One Decade of Liberal State*, Dakar, Codesria Book Series.
- Boahen, Albert (1966b), *Topics in West African History*, London, Longmans.
- Boahen, Albert (1975), *Ghana: Evolution and Change in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, London, Longman.
- Boahen, Albert (1985a), “Africa and the Colonial Challenge”, em Albert Boahen (org.), *General History of Africa: Africa Under Colonial Domination 1880-1935*, London, Unesco/Heinemann.
- Boahen, Albert (1985b), “Colonialism in Africa: Its Impact and Significance”, em Albert Boahen (org.), *General History of Africa: Africa Under Colonial Domination 1880-1935*, London, Unesco/Heinemann.
- Boahen, Albert (1987), “A Nation in Exile: The Asante on the Seychelles Islands, 1900-24”, em Enid Schidkroun (org.), *Golden Stool: Studies of the Asante Center and Periphery*, New York, Museum of Natural History.
- Boahen, Albert (1989), *The Ghanaian Sphinx: Reflections on the Contemporary History of Ghana, 1972-1987*, Accra, Ghana Academy of Arts and Sciences.
- Boahen, Albert (2003), *Yaa Asantewaa and the Asante-British War of 1900-1*, Oxford, James Currey.
- Boahen, Albert et al. (2006), *‘The History of Ashanti Kings and the Whole Country Itself’ and Other Writings by Otumfuo, Nana Agyeman Prempeh I*, The British Academy, Oxford University Press.
- Boateng, Charles (2003), *The Political Legacy of Kwame Nkrumah of Ghana*, Lewiston, The Edwin Mellen Press.
- Bodin, Jean (1993), [1583], *Les Six Livres de la République*, Paris, Librairie Générale Française.
- Bonnewitz, Patrice (2002), *Pierre Bourdieu: Vie, Oeuvres, Concepts*, Paris, Ellipses.
- Bosman, Willem (1967) [1705], *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea, Divided Into the Gold, the Slave, and the Ivory Coast*, London, (s.n.).
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1987), *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *La Noblesse d’État*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões Práticas*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre (1998), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre (2000), *Propos Sur le Champ Politique*, Lyon, Press Universitaires de Lyon.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la Science et Reflexivité*, Paris, Raison d’Agir.
- Bourdieu, Pierre (2014), *On the State*, Cambridge, Polity Press.

- Bourdieu, Pierre e Loic Wacquant (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Bourdieu, Pierre e Loic Wacquant (1992), *Réponses*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1973), *Le Métier de Sociologue: Préalables Épistémologiques*, Paris, Mouton Éditeur.
- Bourret, Florence (1960), *Ghana: The Road to Independence, 1919-1957*, London, Oxford University Press.
- Bourricaud, François (1969), *Esquisse d'une Théorie d'Autorité*, Paris, Plon, 1969.
- Bowdich, Thomas (1966) [1819], *Mission From Cape Coast to Ashantee*, London, Frank Cass.
- Boyle, Frederick (1874), *Through Fanteland to Coomassie. A Diary of the Ashantee Expedition*, London, Chapman and Hall.
- Brackenbury, Henry e George Huyshe (1873), *Fanti and Ashanti*, London, William Blackwood and Sons.
- Brackenburry, James (1874), *The Ashanti War: A Narrative*, London, William Blackwoor & Sons.
- Braffi, Emmanuel (1992), *The Akan Clans: Totemism and 'Nton'*, Kumasi, University Press.
- Bratton, Michael e Nicolas van der Walle (1992), "Toward Governance in Africa: Popular Demands and State Responses", em Goran Hyden and Michael Bratton (eds.), *Governance and Politics in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Bratton, Michael e Nicholas Walle (1997), *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge, Cambridge University.
- Braudel, Fernand (1985), *Écrits sur l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- Brempong, Arhin e Mariano Pavanello (2006), *Chiefs in Development in Ghana: Interviews With Four Paramount Chiefs*, Accra, IAS.
- Brobbeey, Stephen (2008), *The Law of Chieftaincy in Ghana*, Accra, Advanced Legal Publications.
- Brunschwig, Henri (1969), "French Exploration and Conquest in Tropical Africa From 1865 to 1898", em Lewis Gann and Peter Duignan (orgs.), *The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Buell, Raymond (1928), *The Native Problem in Africa*, New York, The MacMilan Company.
- Burgess, Robert (1984), *In the Field: An Introduction to Field Research*, London, Unwin Hyman.
- Busia, Kofi (1954), "The Ashanti of the Gold Coast", em Daryll Forde (org.), *African Worlds: Studies in the Cosmological Ideas and Social Values of African People*, London, Oxford University Press.
- Busia, Kofi (1968), *Position of the Chief in the Modern Political System of Ashanti: A Study of the Influence of Contemporary Social Changes on Ashanti Political Institutions*, London, Frank Cass.
- Callaghy, Thomas (1984), *The State-Society Struggle: Zaire in Comparative Perspective*, New York, Columbia University Press.
- Cameron, Donald (1939), *My Tanganyika Service and Some Nigeria*, London, Allen & Unwin.

- Carew, George (2006), *Democratic Transition in Postcolonial Africa: A Deliberative Approach*, New York, Edwin Mellen Press.
- Cefai, Daniel (2003), “L’Enquête de Terrain en Sciences Sociales” em Daniel Cefai (org.), *L’Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.
- Chabal, Patrick (1994), *Power in Africa: An Essay in Political Interpretation*, London, MacMillan.
- Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999), *Africa Works: Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Chavagneux, Christian (1997), *Ghana – Une Révolution de Bons Sens: Économie Politique d’un Ajustement Structurel*, Paris, Éditions Karthala.
- Chazan *et al.* (1999), *Politics and Society in Contemporary Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Chazan, Naomi (1983), *An Anatomy of Ghanaian Politics: Managing Political Recession, 1969-1982*, Boulder, Westview Press.
- Chazan, Naomi (1988), “The Early State in Africa: The Asante Case”, em Shmuel Eisenstadt *et al.* (orgs.), *The Early State in African Perspective*, Leiden, Brill.
- Cheeseman, Nic (2015), *Democracy in Africa: Successes, Failures and the Struggle for Political Reform*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Christaller, Johann (1933) [1881], *A Dictionary of the Asante and Fante Language Called Tshi (Twi)*, Basel, Evangelical Missionary Society.
- Christaller, Johann (1964) [1875], *A Grammar of the Asante and Fante Language Called Tshi (Twi)*, Basel, Evangelical Missionary Society.
- Cicourel, Aaron (2003), “Contre un Empirisme naïf. Une Théorie Plus Forte at un Contrôle Plus Ferme sur les Donnés” em Daniel Cefai (org.), *L’Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.
- Clapham, Christopher (1996), *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Claridge, William (1964a) [1915], *A History of the Gold Coast and Ashanti: From the Earliest Times to the Commencement of the Twentieth Century*, London, Frank Cass, (vol. I).
- Claridge, William (1964b) [1915], *A History of the Gold Coast and Ashanti: From the Earliest Times to the Commencement of the Twentieth Century*, London, Frank Cass, (vol. II).
- Clegg, Stewart (1989), *Frameworks of Power*, London, Sage.
- Coicaud, Jean-Marc (1997), *Légitimité et Politique*, Paris, PUF.
- Colson, Elizabeth (1969), “African Society at the Time of the Scramble”, em Lewis Gann and Peter Duignan (orgs.), *The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Comaroff, Jean e John Comaroff (1993), *Modernity and its Malcontents: Ritual and Power in Postcolonial Africa*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Coombs, Douglas (1963), *The Gold Coast, Britain and the Netherlands, 1850-1874*, London, Oxford University Press.

- Copans, Jean (1980), *Les marabouts et l'Arachide: La Confrérie Mouride et les Paysans du Sénégal*, Paris, Editions le Sycamore.
- Copans, Jean (1988), "A Antropologia Política", em Jean Copans *et al.* (orgs.), *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?*, Lisboa, Edições 70.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1986), "French Black Africa", em Andrew Roberts (org.), *The Cambridge History of Africa: From 1905 to 1940*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1988), *Africa: Endurance and Change South of the Sahara*, Berkeley, University of California Press.
- Costa, António Firmino da (1992), *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Coulon, Christian (1981), *Le marabout et le Prince: Islam et Pouvoir au Sénégal*, Paris, Editions A. Pedone.
- Crowder, Michael (1968), *West Africa Under Colonial Rule*, London, Hutchinson.
- Crowder, Michael e Obaro Ikime (1970), *West African Chiefs: Their Changing Status under Colonial Rule and Independence*, Nigeria, University of Ife Press.
- Cruickshank, Brodie (1966a) [1853], *Eighteen Years on the Gold Coast of Africa: Including an Account of the Native Tribes and Their Intercourse With Europeans*, London, Frank Cass, (vol. I).
- Cruickshank, Brodie (1966b) [1853], *Eighteen Years on the Gold Coast of Africa: Including an Account of the Native Tribes and Their Intercourse With Europeans*, London, Frank Cass, (vol. II).
- Daaku, Kwame (1970), *Trade and Politics on the Gold Coast, 1600-1720*, Oxford, Oxford University Press.
- Daaku, Kwame (1976), *Osei Tutu of Asante*, London, Heinemann.
- Dahl, Robert (1970), *After the Revolution?*, Londres, Yale University Press.
- Danermark, Berth *et al* (2001), *Explaining Society: Critical Realism in the Social Sciences*, Londres, Routledge.
- Dankwa III, Oseadeeyo (2004), *The Institution of Chieftaincy in Ghana: The Future*, Accra, KAF.
- Davidson, Basil (1992), *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the nation-State*, London, James Currey.
- Delavignette, Robert (1946), *Service Africaine*, Paris, Gallimard.
- Delsol, Chantal (1994), *L'Autorité*, Paris, PUF.
- Deschamps, Hubert (1952), *L'Éveil Politique Africain*, Paris, PUF.
- Diamond, Larry e Marc Platten (2010), *Democratization in Africa: Progress and Retreat*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Diop, Momar-Coumba e Mamadou Diouf (1999), *Les figures du Politique en Afrique: Des Pouvoirs Hérités aux Pouvoirs Élus*, Paris, Karthala.



- Dorward, David (1986), “British West Africa and Liberia”, em Andrew Roberts (org.), *The Cambridge History of Africa: From 1905 to 1940*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Durkheim, Émile (2004), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.
- Eisenstadt, Shmuel (1973), *Tradition, Change, and Modernity*, New York, Wiley.
- Eisenstadt, Shmuel (1991), *A Dinâmica das Civilizações: Tradição e Modernidade*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Eisenstadt, Shmuel *et al.* (1988), *The Early State in African Perspective*, Leiden, E.J. Brill.
- Elias, Norbert (1980), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Ed. 70.
- Elias, Norbert (1989-1990), *O Processo Civilizacional: Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas*, Lisboa, Dom Quixote.
- Ellis, Alfred (1966) [1887], *The Tshi-Speaking Peoples of the Gold Coast of West Africa – Their Religion, Manners, Customs, Laws, Language, etc.*, Oosterhout N. B., Anthropological Publications.
- Ellis, Alfred (1971) [1893], *A History of the Gold Coast of West Africa*, London, Curzon Press.
- Emerson, Robert (2003), “Le Travail de Terrain comme Activité d’Observation”, em Daniel Cefai (org.), *L’Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.
- Engels, Friedrich (1970) [1884], *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, Lisboa, Editorial Presença.
- Englebert, Pierre (2000), *State Legitimacy and Development in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Englebert, Pierre (2003), “Back to the Future? Resurgent Indigenous Structures and the Reconfiguration of Power in Africa”, em Olufemi Vaughan (ed.), *Indigenous Political Structures and Governance in Africa*, Ibadan, Sefer Academic Press.
- Englebert, Pierre e Kevin Dunn (2013), *Inside African Politics*, Boulder, Lynne Rienner.
- Ergas, Zaki (1987), *The African State in Transition*, London, MacMillan.
- Evans-Pritchard, Edward (1940a), “The Nuer of the Southern Sudan”, em Meyer Fortes and Edward Evans-Pritchard (eds.), *African Political Systems*, London, Oxford University Press.
- Evans-Pritchard, Edward (1940b), *The Political System of the Anuak of the Anglo-Egyptian Sudan*, London, Athlone Press.
- Evans-Pritchard, Edward (1940c), *The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People*, Oxford, Clarendon Press.
- Fage, John (1959), *Ghana: A Historical Interpretation*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Fage, John e Roland Oliver (1985), *The Cambridge History of Africa: From 1870 to 1905*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fernandes, António (1988), *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Edições Afrontamento.
- Florêncio, Fernando (2005), *Ao Encontro dos Mambos: Autoridades Tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*, Lisboa, ICS.

- Fordwor, Kwame (2010), *The Danquah-Busia Tradition in the Politics of Ghana: The Origins, Mission, and Achievements of the New Patriotic Party*, Unimax Macmillan, Kumasi/Acra.
- Fortes, Meyer (1940), “The Political System of the Tallensi of the Northern Territories of the Gold Coast”, em Meyer Fortes and Edward Evans-Pritchard (eds.), *African Political Systems*, London, Oxford University Press.
- Fortes, Meyer (1959), *OEdipus and Job in West African Religion*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fortes, Meyer (1974), “O Parentesco entre os Ashanti”, em Alfred Radcliffe-Brown and Darryl Forde (eds.), *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fortes, Meyer e Edward Evans-Pritchard (1940), *African Political Systems*, London, Oxford University Press.
- Foucault, Michel (2011), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Frazer, James (1981), *Le Rameau d’Or*, Paris, Laffont.
- Freund, Julian (1981), *L’Essence du Politique*, Paris, Sirey.
- Fried, Morton (1960), “The Evolution of Social Stratification and State”, em Stanley Diamond (ed.), *Culture in History*, New York, Columbia University Press.
- Fuller, Francis (1921), *A Vanished Dynasty: Ashanti*, London, James Murray.
- Fynn, John (1971a), “Ghana-Ashanti”, em Michael Crowder (org.), *West African Resistance: The Military Response to Colonial Occupation*, London, Hutchinson.
- Fynn, John (1971b), *Asante and its Neighbours 1700-1807*, London, Longman.
- Gann, Lewis e Peter Duignan (1967), *Burden of Empire*, London, Pall Mall.
- Gann, Lewis e Peter Duignan (1969), *The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Gann, Lewis e Peter Duignan (1970), *The History and Politics of Colonialism 1914-1960*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Gellner, Ernest e John Waterbury (1977), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, London, Duckworth.
- Gerth, Hans e Charles Mills (1991), *From Max Weber: Essays in Sociology*, London, Routledge.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (2005), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Celta, Oeiras.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- Gil, Fernando (1986), *Provas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gluckman, Max (1940), “The Kingdom of the Zulu of South Africa”, em Meyer Fortes and Edward Evans-Pritchard (eds.), *African Political Systems*, London, Oxford University Press.

- Gluckman, Max (1954), *Rituals of Rebellion in South East Africa*, Manchester, Manchester University Press.
- Gluckman, Max (1963), *Order and Rebellion in Tribal Africa*, Londres, Cohen & West.
- Gold, Raymond (2003), “Jeux de Rôles sur le Terrain. Observation et Participation dans L’Enquête Sociologique”, em Daniel Cefai (org.), *L’Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.
- Gonidec, Pierre-François (1985), *L’Etat Africain*, Paris, Libraire Générale de droit et de Jurisprudence.
- Griffith, William (1898a), *Ordinances of the Gold Coast Colony*, London, Stevens and Sons, (vol. I).
- Griffith, William (1898b), *Ordinances of the Gold Coast Colony*, London, Stevens and Sons, (vol. II).
- Gyapong, Samuel (2006), “The Role of Chieftaincy in Ghana’s Democratic Experiment”, em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Gyimah-Boadi, Emmanuel (1993), *Ghana Under PNDC Rule*, Dakar, Codesria Book Series.
- Hadjor, Kofi (2003), *Nkrumah and Ghana: The Dilemma of Post-Colonial Power*, Trenton, Africa World Press.
- Hagan, George e Irene Odotei (2001), *The King Has Gone to the Village: The Death and Burial of Otumfuo Opoku Ware II Asantehene*, Accra, IAS.
- Hailey, William (1956), *An African Survey: A Study of Problems Arising in Africa South of the Sahara*, London, Oxford University Press.
- Hansen, Emmanuel e Kwame Ninsin (1989), *The State, Development and Politics in Ghana*, Dakar, Codesria Book Series.
- Harbeson, John e Donald Rothchild (2000), “The African State and States Systems in Flux”, em John Harbeson and Donald Rothchild (eds.), *Africa in World Politics: The African State System in Flux*, Boulder, Westview Press.
- Harbeson, John *et al.* (1994), *Civil Society and the State in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Hargreaves (1969), “West African States and the European Conquest”, em Lewis Gann and Peter Duignan (orgs.), *The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Harvey, William (1966), *Law and Social Change in Ghana*, Princeton University Press, Princeton.
- Hay, John (1874), *Ashanti and the Gold Coast: And What We Know Of It*, London, Edward Stanford.
- Hayford, Joseph (1979) [1903], *Gold Coast Native Institutions With Thoughts Upon a Healthy Imperial Policy for the Gold Coast and Ashanti*, London, Frank Cass.
- Hegel, Georg (1940) [1820], *Principes de la Philosophie du Droit*, Paris, Gallimard.
- Henige, David (1974), *The Chronology of Oral Tradition. A Quest for a Chimera*. Oxford, The Clarendon Press.
- Herbst, Jeffrey (1993), *The Politics of Reform in Ghana, 1982-1991*, Berkeley, University of California Press.

- Herbst, Jeffrey (2000), *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*, Princeton, Princeton University Press.
- Heusch, Luc de (1962), *Le Pouvoir et le Sacré*, Bruxelles, Anais do Centro de Estudos das Religiões.
- Heussler, Robert (1971), "British Rule in Africa", em Prosser Gifford and William Louis (eds.), *France and Britain in Africa*, New Haven, Yale University Press.
- Hibou, Béatrice (1999), *La Privatisation des Etats*, Paris, Karthala.
- Hobbes, Thomas (1996) [1651], *Leviathan*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (1989), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Huntington, Samuel (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.
- Hutchful, Eboe (2002), "The Fall and Rise of the State in Ghana", em Abdi Samatar and Ahmed Samatar (eds.), *The African State: Reconsiderations*, Portsmouth, NH: Heinemann.
- Hyden, Goran (1980), *Beyond Ujamaa: Underdevelopment and the Uncaptured Peasantry*, Berkeley, University of California Press.
- Jackson, Robert e Carl Rosberg (1982b), *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*, Berkeley, University of California Press.
- James, Cyril (1977), *Nkrumah and the Ghana Revolution*, London, Allison & Busby.
- Jean-Claude Kaufmann (2001), *Ego*, Paris, Nathan.
- Jeffries, Charles (1952), *The Colonial Police*, London, Max Parrish.
- Jessop, Bob (1990), *State Theory: Putting Capitalist States in Their Place*, Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.
- Jones, Trevor (1976), *Ghana's First Republic, 1960-1966: The Pursuit of the Political Kingdom*, London, Methuen.
- Jouvenel, Bertrand (1982), *Du Pouvoir*, Paris, Hachette.
- Kasfir, Nelson (1987), "Class, Political Domination and the African State", em Zaki Ergas (ed.), *The African State in Transition*, London, MacMillan.
- Katznelson, Ira e Helen Milner (2002), *Political Science: The State of the Discipline*, New York, W. W. Norton.
- Keller, Edmond (1991), "The State in Contemporary Africa: A Critical Assessment of Theory and Practice" em Dankwart Rustow and Kenneth Erikson (eds.), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*, New York, HarperCollins.
- Khunow, Freddy (2013), *Traditional Authorities and Local Government in South Africa: Though a Historical and Constitutional Journey of Governance*, Saarbrücken. LAP Lambert.
- Kieh, George e Pita Agbese (2014), *Reconstructing the Authoritarian State in Africa*, London, Routledge.
- Kimble, David (1963), *A Political History of Ghana: The Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928*, Oxford, Clarendon Press.

- Kirk-Green, Anthony (1919), *Lugard and the Amalgamation of Nigeria: A Documentary Record*, London, Frank Cass.
- Klein, Julie (1990), *Interdisciplinarity: History, Theory and Practice*, Detroit, Wayne State University Press.
- Klingemann, Hans-Dieter (2007), *The State of Political Science in Western Europe*, Opladen, Barbara Budrich Publishers.
- Kludze, Anselmus (2000), *Chieftaincy in Ghana*, Maryland, Austin & Winfield.
- Krennerich, Michael (1999), "Ghana", em Dieter Nohlen *et al.* (eds.), *Elections in Africa: A Data Handbook*, Oxford, Oxford University Press.
- Kuhn, Thomas (1970), *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Kuper, Leo (1990), "The Genocidal State: An Overview", em Pierre van den Berghe (ed.), *State Violence and Ethnicity*, Niwot, University Press of Colorado.
- Kyed, Helene e Lars Buur (2005), *State Recognition of Traditional Authority in Mozambique. The Nexus of Community Representation and State Assistance*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- Kyed, Helene e Lars Buur (2007), "Introduction: Traditional Authority and Democratization in Africa", em Helene Kyed and Lars Buur (eds.), *State Recognition and Democratization in Sub-Saharan Africa. A New Dawn for Traditional Authorities?*, New York, MacMillan.
- Labelle, Gilles *et al.* (1996), *Introduction Critique à la Science Politique*, Montréal, Éditions Chenelière.
- Labouret, Henri (1950), *Histoire des Noirs d'Afrique*, Paris, PUF.
- Lahire, Bernard (1998), *L'Homme Pluriel*, Paris, Nathan.
- Lahire, Bernard (1999), "De la Théorie de L'Habitus à Une Sociologie Psychologique", em Bernard Lahire (org.), *Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et Critiques*, Paris, La Découverte.
- Lapierre, Jean-William (1968), *Essai sur le Fondement du Pouvoir Politique*, Paris, Ophrys.
- Leach, Edmund (1964) [1954], *Political Systems of Highland Burma: Study of Kachin Social Structure*, London, The Athlone Press.
- Lénine, Vladimir (1978), *Obras Escolhidas*, Lisboa, Edições Avante.
- Levtzion, Nehemia (1968), *Muslims and Chiefs in West Africa*, Oxford, The Clarendon Press.
- Lewellen, Ted (2003), *Political Anthropology: An Introduction*, Praeger, Westport.
- Lewin, Thomas (1978), *Asante Before the British: The Prempean Years, 1875-1900*, Kansas, The Regents Press of Kansas.
- Lloyd, Alan (1964), *The Drums of Kumasi: The Story of the Ashanti Wars*, London, Longmans.
- Lombard, Jacques, (1967), *Autorités Traditionnelles et Pouvoirs Européens en Afrique Noire*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Low, Donald e Robert Pratt (1960), *Buganda and British Overrule: 1900-1955*, London, Oxford University Press.

- Lowie, Robert (1921) *Primitive Society*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Lowie, Robert (1927) *The Origin of the State*, New York, Harcourt Brace.
- Lugard, Frederick (1922), *The Dual Mandate in British Tropical Africa*, London, William Blackwood and Sons.
- Lugard, Frederick (1970) [1906], *Political Memoranda – Revision of Instructions to Political Officers on Subjects Chiefly Political & Administrative, 1913-1918*, London, Frank Cass.
- Lukes, Steven (1980), “Poder e Autoridade”, em Tom Botomore and Robert Nisbet (orgs.), *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Lukes, Steven (2005), *Power: A radical View*, New York, Palgrave.
- Lutz, George e Wolf Linder (2004), *Traditional Structures in Local Governance for Local Development*, Bern, Institute of Political Science.
- M'Bokolo, Elikia (1992), *Afrique Noire: Histoire et Civilisations*, Tome II, Paris, Hatier-Aupelf.
- Mafeje, Archie (1977), “Neo-Colonialism, State Capitalism or Revolution?”, em Peter Gutkind and Peter Waterman (eds.), *African Social Studies: A Radical reader*, New York, Monthly Review Press.
- Mair, Lucy (1962), *Primitive Government*, Harmondsworth, Penguin.
- Malinowski, Bronislaw (1936), *The Foundations of Faith and Morals*, London, Oxford University Press.
- Malinowski, Bronislaw (1947), *Freedom and Civilization*, London, George Allen & Unwin.
- Mamdani, Mahmood (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton, Princeton University Press.
- Mappa, Sophia (1998), *Pouvoirs Traditionnels et Pouvoir d'État en Afrique: L'Illusion Universaliste*, Paris, Karthala.
- Maquet, Jacques (1962), *Les Civilisations Noires*, Paris, Horizons de France.
- Maquiavel, Nicolau (2007) [1513], *O Príncipe*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Marenin, Otwin (1987), “The Managerial State in Africa: A Conflict Coalition Perspective”, em Zaki Ergas (ed.), *The African State in Transition*, London, MacMillan.
- Martin, Phyllis (1983), “The Violence of Empire”, em David Birmingham and Phyllis Martin (eds.), *History of Central Africa*, London, Longman.
- Martin, Roderick (1977), *A Sociology of Power*, Londres, Routledge.
- Marx, Karl (1978) [1867], *O Capital: Crítica da Economia Política*, Lisboa, Civilização Brasileira.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1975) [1848], *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante.
- McCaskie, Thomas (1998), “Custom, Tradition, and Law in Precolonial Asante”, em Emile Rouveroy van Nieuwaal and Werner Zips (orgs.), *Sovereignty, Legitimacy, and Power in West African Societies*, Hamburg, LIT Verlag.
- McCaskie, Thomas (2001), *Asante Identities: History and Modernity in an African Village, 1850-1950*, Indiana, Indiana University Press.

- McCaskie, Thomas (2003), *State and Society in Pre-Colonial Asante*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McCaskie, Thomas (2009), "Asante, Apagyafie and President Kufuor of Ghana: A Historical Interpretation", em Toyin Falola and Matt Childs (eds.), *The Changing Worlds of Atlantic Africa: Essays in Honor of Robin Law*, Durham, NC: Carolina Academic Press.
- Médard, Jean-François (1991), *États d'Afrique Noire: Formations, Mécanismes et Crise*, Paris, Karthala.
- Médard, Jean-François (1995), *Patrimonialism, Patrimonialization, Neo-Patrimonialism and the Study of the Post-Colonial State in SubSaharian Africa*, Oslo, University of Oslo.
- Metcalf, George (1964), *Great Britain & Ghana: Documents of Ghana History, 1807-1957*, London, Thomas Nelson.
- Meyerowitz, Eva (1951), *The Sacred State of the Akan*, London, Faber and Faber.
- Meyerowitz, Eva (1952), *Akan Traditions of Origin*. London, Faber and Faber.
- Meyerowitz, Eva (1958), *The Akan of Ghana: Their Ancient Beliefs*, London, Faber and Faber.
- Meyerowitz, Eva (1962), *At the Court of an African King*, London, Faber and Faber.
- Meyerowitz, Eva (1974), *The Early History of the Akan States of Ghana*, London, Red Candle Press.
- Middleton, John (1960), *Lugbara Religion: Ritual and Authority among an East African People*, Londres, Oxford University Press.
- Middleton, John e David Tait (1958), *Tribe Without Rulers. Studies in African Segmentary Systems*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Migdal, Joel (1988), *Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in the Third World*, Princeton, Princeton University Press.
- Miliband, Ralph (1972), *O Estado na Sociedade Capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Murdock, George (1959), *Africa. Its people and Their Culture History*, New York, McGraw-Hill.
- Myatt, Frederick (1966), *The Golden Stool: An Account of the Ashanti War of 1900*, London, William Kimber.
- Nadel, Siegfried (1942), *A Black Byzantium: The Kingdom of Nupe in Nigeria*, New York, Oxford University Press.
- Ninsin, Kwame (1985), *Political Struggles in Ghana, 1967-1981*, Accra, Tornado Publishers.
- Ninsin, Kwame (1993), "The Nkrumah Government and the Opposition on the Nation State: Unity vs. Fragmentation", em Kwame Arhin (org.), *The Life and Work of Kwame Nkrumah*, Trenton, African World Press.
- Ninsin, Kwame (1996), *Ghana's Political Transition, 1990-1993: Selected Documents*, Accra, Freedom Publications.
- Ninsin, Kwame (1998), *Ghana: Transition to Democracy*, Dakar, Codesria Book Series.
- Ninsin, Kwame e Francis Drah (1991), *Ghana's Transition to Constitutional Rule*, Accra, Ghana Universities Press.

- Ninsin, Kwame e Francis Drah (1993), *Political Parties and Democracy in Ghana's Fourth Republic*, Accra, Woeli Publishing Services.
- Nkansa-Kyeremateng, Kofi (1999), *Akan Heritage*, Accra, Sebewie Publishers.
- Nkrumah, Kwame (1957), *Ghana: The Autobiography of Kwame Nkrumah*, Edinburgh, Thomas Nelson.
- Nugent, Paul (1996a), *Big Men, Small Boys and Politics in Ghana: Power, Ideology and the Burden of History, 1982-1994*, Accra, Asempa Publishers.
- Nunes, Adérito (1987), *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Obeng, Ernest (1988), *Ancient Ashanti Chieftaincy*, Tema, Ghana Publishing Corporation.
- Odotei, Irene (2002), *Royal Rites: Death, Burial and Installation of an Asante King*, Accra, IAS.
- Odotei, Irene *et al.* (2006), "Perceptions on Chieftaincy", em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Olivier, Lawrence *et al.* (1998), *Épistémologie de la Science Politique*, Québec, Presses de L'Université du Québec.
- Oomen, Barbara (2002), *Chiefs! Law, Power and Culture in Contemporary South Africa*, Leiden, Leiden University Press.
- Oquaye, Mike (1980), *Politics in Ghana (1972-1979)*, Accra, Tornado Publications.
- Oquaye, Mike (2004), *Politics in Ghana: 1982-1992, Rawlings, Revolution and Populist Democracy*, Accra, Tornado Publications.
- Osei, Akwasi (2002), *Ghana: Recurrence and Change in a Post-Independence African State*, New York, Peter Lang.
- Osei, Osafo (1997), *A Discourse on Akan Perpetual Calendar*, Accra, Domak Press.
- Ottaway, Marina (2003), *Democracy Challenged: The Rise of Semi-Authoritarianism*, Washington, Carnegie Endowment for International Peace.
- Owusu, Maxwell (1987), "Kingship in Contemporary Asante Society", em Enid Schidkroun (org.), *Golden Stool: Studies of the Asante Center and Periphery*, New York, Museum of Natural History.
- Owusu, Maxwell (2006), *Uses and Abuses of Political Power: A Case Study of Continuity and Change in the Politics of Ghana*, Accra, Ghana Universities Press.
- Padmore, George (1936), *How Britain Rules Africa*, London, Wishart Books.
- Palmade, Guy (1979). *Interdisciplinaridade e Ideologias*, Madrid, Narcea.
- Pavanello, Mariano (2003), "Le Paradoxe de la Chefferie Constitutionnelle au Ghana", em Claude Hélène-Perrot and François-Xavier Fauvelle-Aymar (orgs.), *Le Retour des Rois: Les Autorités Traditionnelles et L'État en Afrique Contemporaine*, Paris, Karthala.
- Pearce, Robert (1982), *The Turning Point in Africa: British Colonial Policy, 1938-48*, London, Frank Cass.
- Pellow, Deborah e Naomi Chazan (1986), *Ghana: Coping With Uncertainty*, Boulder, Westview Press.



- Pennings, Paul *et al.* (1999), *Doing Research in Political Science*, London, Sage Publications.
- Perrot, Claude-Hélène e François-Xavier Fauvelle-Aymar (2003), *Le Retour des Rois: Les Autorités Traditionnelles et l'État en Afrique Contemporaine*, Paris, Karthala.
- Pescheux, Gérard (2003), *Le Royaume Asante (Ghana): Parenté, Pouvoir, Histoire, XVII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> Siècles*, Paris, Éditions Karthala.
- Philippe Corcuff, "Le Collectif au Défi du Singulier: en Partant de L'Habitus", em Bernard Lahire (org.), *Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et Critiques*, Paris, La Découverte.
- Pinkney, Robert (1972), *Ghana Under Military Rule, 1966-1969*, London, Methuen.
- Poggi, Gianfranco (1990), *The State: Its Nature, Development and Prospects*, Cambridge, Polity Press.
- Pombo, Olga (1993), *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência*, Lisboa, Texto Editora.
- Popper, Karl (1975a), *The Logic of Scientific Discovery*, London, Hutchinson of London.
- Popper, Karl (1975b), *Conhecimento Objectivo: Uma Abordagem Evolucionária*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
- Posnansky, Merrick (1987), "Prelude to Akan Civilization", em Enid Schidkroun (org.), *Golden Stool: Studies of the Asante Center and Periphery*, New York, Museum of Natural History.
- Poulantzas, Nicos (1978), *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Lisboa, Moraes Editores.
- Rathbone, Richard (1992a), *British Documents on the End of Empire (1941-1952)*, London, HMSO, (vol. I).
- Rathbone, Richard (1992b), *British Documents on the End of Empire (1952-1957)*, London, HMSO, (vol. II).
- Rathbone, Richard (1993), *Murder and Politics in Colonial Ghana*, New Haven, Yale University Press.
- Rathbone, Richard (2000), *Nkrumah & The Chiefs: The Politics of Chieftaincy in Ghana 1951-1960*, Oxford, James Currey.
- Rathbone, Richard (2006), "From Kingdom to Nation: Changing African Constructions of Identity", em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Rattray, Robert (1914), *Ashanti Proverbs: The Primitive Ethics of a Savage People*, Oxford, Clarendon Press.
- Rattray, Robert (1927), *Religion and Art in Ashanti*, Oxford, Oxford University Press.
- Rattray, Robert (1929), *Ashanti Law and Constitution*, Oxford, Oxford University Press.
- Rattray, Robert (1932a), *The Tribes of the Ashanti Hinterland*, Oxford, Oxford University Press, (vol. I).
- Rattray, Robert (1932b), *The Tribes of the Ashanti Hinterland*, Oxford, Oxford University Press, (vol. II).
- Rawlings, Jerry (1983), *A Revolutionary Journey: Selected Speeches of Flt. Lt. Jerry John Rawlings*, Accra, Information Services Department, (vol. I).

- Rawlings, Jerry (1984), *A Revolutionary Journey: Selected Speeches of Flt. Lt. Jerry John Rawlings*, Accra, Information Services Department, (vol. II).
- Ray, Donald (1986), *Ghana: Politics, Economics and Society*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- Ray, Donald (1998), “Chief-State Relations in Ghana – Divided Sovereignty and Legitimacy”, em Emile Rouveroy van Nieuwaal and Werner Zips (orgs.), *Sovereignty, Legitimacy, and Power in West African Societies*, Hamburg, LIT Verlag.
- Ray, Donald e Purshottama Reddy (2003), *Grassroots Governance? Chiefs in Africa and the Afro-Caribbean*, Calgary, University of Calgary Press.
- Raz, Joseph (1990), *Authority*, New York, New York University Press.
- Reade, Winwood (1874), *The Story of the Ashantee campaign*, London, Smith, Elder.
- Reindorf, Carl (1966) [1889], *The History of the Gold Coast and Asante*, Accra, Ghana Universities Press.
- Reno, William (1998), *Warlord Politics and African States*, Boulder, Lynne Rienner.
- Resweber, Jean-Paul (1981), *La Méthode Interdisciplinaire*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Reynolds, Edward (1987), “Asante Wars of the 19<sup>th</sup> Century and Direct Access to the Coast”, em Enid Schidkrou (org.), *Golden Stool: Studies of the Asante Center and Periphery*, New York, Museum of Natural History.
- Richard Joseph (1999), “The Reconfiguration of Power in Late Twentieth – Century Africa”, em Richard Joseph (ed.), *State, Conflict and Democracy in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Richards, Audrey (1960a), *East African Chiefs. A Study of Political Development in Some Uganda and Tanganyika Tribes*, Londres, Faber and Faber.
- Roberts, Andrew (1986), *The Cambridge History of Africa: From 1905 to 1940*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rothchild, Donald (1987), “Hegemony and State Softness: Some Variations in Elite Responses”, em Zaki Ergas (ed.), *The African State in Transition*, London, MacMillan.
- Rothchild, Donald e Naomi Chazan (1988), *The Precarious Balance: State-Society in Africa*, Boulder, Westview Press.
- Rothchild, Donald (1991), *Ghana: The Political Economy of Recovery*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- Rotberg, Robert (2003), *When States Fail: Causes and Consequences*, Princeton, Princeton University Press.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1999), “Chieftaincy in Africa: Three Facets of a Hybrid Role”, em Emile Rouveroy van Nieuwaal and Rijk van Dijk (eds.), *African Chieftaincy in a New Socio-Political Landscape*, Leiden, LIT Verlag.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (2000), *L’État en Afrique face à la Chefferie: Le Cas du Togo*, Paris, ASC-Karthala.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile e Rijk van Dijk (1999), *African Chieftaincy in a New Socio-Political Landscape*, Leiden, LIT Verlag

- Rudolph, Lloyd e Susanne Rudolph (1967), *The Modernity of Tradition*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Russel, Bertrand (1938), *Power: A New Analysis*, London, Allen & Anwin.
- Santos, Boaventura (2002), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sandbrook, Richard (1985), *The Politics of Africa's Economic Stagnation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sarpong, Peter (1971), *The Sacred Stools of the Akan*, Tema, Ghana Publishing Corporation.
- Sarraut, Albert (1923), *La Mise en Valeur des Colonies Françaises*, Paris, Payot.
- Saul, John (1993), *Recolonization and Resistance: Southern Africa in the 1990s*, Trenton, Africa World Press.
- Saul, John (2001), *Millennial Africa: Capitalism, Socialism, Democracy*, Trenton, Africa World Press.
- Schapera, Isaac (1956), *Government and Politics in Tribal Societies*, London, Watts and Co.
- Schirripa, Pino (1999), "Dealing With Gods. Notes About Social and Family Continuity of Spirit Possession Among the Akan of Ghana", em Pierluigi Valsecchi and Fabio Viti (orgs.), *Mondes Akan: Identité et Pouvoir en Afrique Occidentale*, Paris, L'Harmattan.
- Schram, John (1966), *An Analysis of the Role of the Chieftaincy in Republican Ghana*, Accra, IAS.
- Seini, Alhassan (2006), "The Role of Traditional Authorities in Rural Development", em Irene Odotei and Albert Awedoba (orgs.), *Chieftaincy in Ghana: Culture, Governance and Development*, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- Shils, Edward (1981), *Tradition*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Shils, Edward (1992), *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel.
- Silva, Augusto Santos (1986), "A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais" em Augusto Santos Silva and José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Simmel, George (1950), *The Sociology of George Simmel*, Glencoe, The Free Press.
- Singer, Milton (1972), *When a Great Tradition Modernizes*, New York, Praeger.
- Skinner, Elliot (1964), *The Mossi of the Upper Volta: The Political Development of a Sudanese People*, Stanford, Stanford University Press.
- Skocpol, Theda *et al.* (1985), *Bringing the State Back In*, New York, Cambridge University Press.
- Smith, Michael (1972), *Pluralism in Precolonial African Societies*, Berkeley, University of California Press.
- Southall, Aidan (1956), *Alur Society: A Study in Oriceses and Types of Domination*, Cambridge, W. Heffer.
- Swartz, Marc *et al.* (2008), *Political Anthropology*, New Brunswick, Aldine Transaction.

- Thomi, Walter *et al.* (2000), *A Decade of Decentralization and Local Government Reform in Ghana: Retrospect and Prospects*, Accra, EPAD.
- Tordoff, William (1965), *Ashanti Under the Prempehs, 1888-1935*, London, Oxford University Press.
- Toulabor, Comi (2000), *Le Ghana de J.J. Rawlings: Restauration de L'État et Renaissance du Politique*, Paris, Karthala.
- Triulzi, Alessandro e Maria Ercolessi (2004), *State, Power and New Political Actors in Postcolonial Africa*, Milano, Feltrinelli Editore Milano.
- Turner, Victor (1971), *Profiles of Change: African Society and Colonial Rule*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ubink, Janine (2008), *Traditional Authorities in Africa: Resurgence in an Era of Democratisation*, Leiden, Leiden University Press.
- Vasina, Jan (1961), *De la Tradition Orale. Essai de Méthodologie Historique*, Tervure, Musée Royal de l'Afrique Centrale.
- Veyne, Paul (1971), *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70.
- Villalón, Leonardo e Phillip Huxtable (1998), *The African State at a Critical Juncture: Between Disintegration & Reconfiguration*, London, Boulder.
- Wallerstein, Immanuel (1970), "The Colonial Era in Africa: Changes in the Social Structure", em Lewis Gann and Peter Duignan (orgs.), *The History and Politics of Colonialism 1914-1960*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ward, William (1967) [1948], *A History of Ghana*, London, George Allen & Unwin.
- Weber, Max (1944) [1922], *Economia y Sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Weber, Max (1965) [1922], *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Plon.
- White, Leslie (1959), *The Evolution of Culture*, New York, McGraw-Hill.
- Wilks, Ivor (1967), "Ashanti Government", em Daryll Forde and Phyllis Kaberry (orgs.), *West African Kingdoms in the Nineteenth Century*, London, Oxford University Press.
- Wilks, Ivor (1970), *Political Bi-Polarity in the Nineteenth Century Asante*, Edinburgh, The Centre of African Studies.
- Wilks, Ivor (1971), "The Mossi and Akan States 1500-1800", em Jacob Ajayi and Michael Crowder (orgs.), *History of West Africa*. London, Longman.
- Wilks, Ivor (1975b), *Asante in the Nineteenth Century: The Structure and Evolution of a Political Order*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wilks, Ivor (1993), *Forests of Gold: Essays on the Akan and the Kingdom of Asante*, Ohio, Ohio University Press.
- Wilks, Ivor (1995), *A Portrait of Otumfuo Opoku Ware II As a Young Man*, Accra, Anansesem Publications Limited.
- Wilks, Ivor (1996), *One Nation, Many Histories: Ghana Past and Present*, Accra, Ghana Universities Press.

- Wilks, Ivor (1999), “‘Unity and Progress’: Asante Politics Revisited”, em Pierluigi Valsecchi and Fabio Viti (orgs.), *Mondes Akan: Identité et Pouvoir en Afrique Occidentale*, Paris, L’Harmattan.
- Williams, Malcolm (2000), *Science and Social Science*, Routledge, London.
- Wilson, Monica (1960), “Myths of Precedence”, em Allie Dubb (ed.), *Myth in Modern Africa*, Lusaca, Rhodes-Livingstone Institute.
- Wiseman, John (1996), *The New Struggle for Democracy in Africa*, Aldershot, Avebury.
- Wraith, Ronald (1956), *Local Government in West Africa*, London, Penguin Books.
- Wunsch, James e Dele Olowu (1995), *The Failure of the Centralized State: Institutions and Self-Governance in Africa*, San Francisco, ICS Press.
- Yarak, Larry (1990), *Asante and the Dutch: 1744-1873*, Oxford, Clarendon Press.
- Yates, Douglas (1996), *The Rentier State in Africa: Oil Rent Dependency and Neocolonialism in the Republic of Gabon*, Trenton, Africa World Press.
- Yeebo, Zaya (1991), *Ghana: The Struggle for Popular Power. Rawlings: Saviour or Demagogue?*, London, New Beacon Books.
- Young, Crawford (1982), *Ideology and Development in Africa*, New Haven, Yale University Press.
- Young, Crawford (1988), “The African Colonial State and its Political Legacy”, em Donald Rothchild and Naomi Chazan (eds.), *The Precarious Balance: State-Society in Africa*, Boulder, Westview Press.
- Young, Crawford (1994), *The African Colonial State in Comparative Perspective*, London, Yale University Press.
- Young, Crawford (1999), “The Third Wave of Democratization in Africa: Ambiguities and Contradictions”, em Richard Joseph (ed.), *State, Conflict and Democracy in Africa*, Boulder, Lynne Rienner.
- Young, Crawford (2000), “The Heritage of Colonialism”, em John Harbeson and Donald Rothchild (eds.), *Africa in World Politics: The African State System in Flux*, Boulder, Westview Press.
- Young, Crawford (2012), *The Postcolonial State in Africa: Fifty Years of Independence, 1960-2010*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Zanu, Seth (1995), “The Constitution, Decentralisation and Local Government”, em WRCC and KAF (orgs.), *Decentralisation as a Tool for Democratization and Development*, Accra, KAF.
- Zanu, Seth (1997), “The Institutionalisation of Local Self-Government in Ghana’s Present-Day Constitutional Process”, em Wilhelm Hofmeister and Ingo Scholz (orgs.), *Traditional and Contemporary Forms of Local Participation and Self-Government in Africa*, Johannesburg, KAS.
- Zartman, Ira (1995), *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Boulder, Lynne Rienner.

## 6 | ARTIGOS DE REVISTAS

- Abba, Souleymane (1990), "La Chefferie Traditionnelle en Question", *Politique Africaine*, (38), pp. 51-60.
- Adedeji, John (2001), "The Legacy of J.J. Rawlings in Ghanaian Politics, 1979-2000", *African Studies Quarterly*, V, (2), pp. 1-27.
- Adjaye, Joseph e Buba Misawa (2006), "Chieftaincy at the Confluence of Tradition and Modernity: Transformations African Rulership in Ghana and Nigeria", *International Third World Studies Journal and Review*, XVII, pp. 1-10.
- Agyekum, Kofi (2006), "The Sociolinguistic of Akan Personal Names", *Nordic Journal of African Studies*, 15 (2), pp. 206-235.
- Ahiakpor, James (1985), "The Success and Failure of Dependency Theory: The Case of Ghana", *International Organizations*, 39, (3), pp. 535-552.
- Aido, Agnes (1972), "The Asante Succession Crisis, 1883-1888", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, XIII, (2), pp. 163-180.
- Aidoo, Agnes (1977), "Order and Conflict in the Asante Empire: A Study in Interest Group Relations", *The African Studies Review*, XX, (1), pp. 1-36.
- Aido, Thomas (2006), "Political Involvement in a Democratizing Neopatrimonial Polity: The Case of Ghana, 1992-2000", *Research Review*, XXII, (2), pp.13-36.
- Akutsu, Shozo (1992), "The Demise and Enthronement of the Asantehene: Political Aspects of Asante Kinship", *Senri Ethnological Studies*, 31, pp. 503-534.
- Almeida, João e José Pinto (1972), "Significação Conotativa nos Discursos das Ciências Sociais", *Análise Social*, 9, (35/36), pp. 644-688.
- Almeida, João e José Pinto (1975), "Teoria e Investigação Empírica nas Ciências Sociais", *Análise Social*, XI, (42-42), pp. 365-445.
- Allman, Jean (1990), "The Youngmen and the Porcupine: Class, Nationalism and Asante's Struggle for Self-Determination, 1954-57", *The Journal of African History*, 31, (2), pp. 263-279.
- Arhin, Kwame (1967), "The Structure of Greater Ashanti (1700-1824)", *The Journal of African History*, VIII, (1), pp. 65-85.
- Arhin, Kwame (1968), "Status Differentiation in Ashanti in the Nineteenth Century: A Preliminary Study", *Research Review*, IV, pp. 34-52.
- Arhin, Kwame (1972), "A Note on an Aspect of Indirect Rule in Ashanti: 'The Appam'", *Universitas*, II, (2), pp. 107-114.
- Arhin, Kwame (1980), "Asante Military Institutions", *Journal of African Studies*, VII, (1), pp. 22-29.
- Arhin, Kwame (1983), "Rank and Class Among the Asante and Fante in the Nineteenth Century", *Africa*, 53, (1), pp. 2-22.
- Arhin, Kwame (1990), "Trade, Accumulation and the State in Asante in the Nineteenth Century", *Africa*, 60, (4), pp. 524-537.

- Ayee, Joseph (1986), "A New Look at the Funding of Local Government in Ghana", *Research Review*, II, (1), pp. 23-38.
- Ayee, Joseph (1994a), "A Decade of Accountability Under Ghana's Provisional National Defense Council (PNDC) Government", *Research Review*, X, (1&2), pp. 61-76.
- Azarya, Victor e Naomi Chazan (1987), "Disengagement From the State in Africa: Reflections on the Experience of Ghana and Guinea", *Comparative Studies in Society and History*, 29, (1), pp. 106-131.
- Balandier, Georges (1964), "Réflexions sur le Fait Politique: Le Cas des Sociétés Africaines", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXXVII, pp. 23-50.
- Balandier, Georges (1996), "Le Sacré par le Détour des Sociétés de la Tradition", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 100, pp. 5-12.
- Bayart, Jean-François (1983), "Les Sociétés Africaines Face à l'État", *Pouvoirs*, (25), pp. 23-39.
- Bayart, Jean-François e Bertrand Romain (2006), "De Quel 'Legs Colonial' Parle-t-on?", *Esprit*, (330), pp. 134-160.
- Beattie, John (1959), "Checks on the Abuse of Political Power in Some African States: A Preliminary Framework for Analysis", *Sociologus*, 9, pp. 97-115.
- Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Sardan (1997), "Local Powers and a Distant State in Rural Central African Republic", *The Journal of Modern African Studies*, 35, (3), pp. 441-468.
- Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Sardan (2003), "Powers in the Village: Rural Benin Between Democratisation and Decentralisation", *Africa*, 73, (2), pp. 145-173.
- Binsbergen, Wim (1987), "Chiefs and the State in Independent Zambia: Exploring the Zambian National Press", *Journal of Legal Pluralism*, (25/26), pp. 139-201.
- Boafo-Arthur, Kwame (2001), "Chieftaincy and Politics in Ghana Since 1982", *West Africa Review*, III, (1), pp. 1-16.
- Boahen, Albert (1964), "The Roots of Ghanaian Nationalism", *The Journal of African History*, V, (1), pp. 127-132.
- Boahen, Albert (1966a), "The Origins of Akan", *Ghana Notes and Queries*, (8), pp. 3-10.
- Boahen, Albert (1972), "Prempeh I in Exile", *Research Review*, VIII, (3), pp. 3-20.
- Boahen, Albert (2000), "Yaa Asantewaa in the Yaa Asantewaa War of 1900: Military Leader or Symbolic Head?", *Ghana Studies*, (3), pp. 111-135.
- Boaten, Kwasi (1971), "The Asante Before 1700", *Research Review*, VIII, (1), pp. 50-65.
- Boaten, Kwasi (1973), "Asante and Colonial Rule (1902-1935)", *Universitas*, III, (1), pp. 57-63.
- Boaten I, Nana (1992), "The Changing Role of Queenmothers in the Akan Polity", *Research Review*, VIII (1 & 2), pp. 90-100.
- Bourdieu, Pierre (1981), "La Représentation Politique - Éléments Pour Une Théorie du Champ Politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36, (36-37), pp. 3-24.
- Bourdieu, Pierre (1994), "Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field", *Sociological Theory*, 12, (1), pp. 1-18.

- Bratton, Michael (1989), "Beyond the State: Civil Society and Associational Life in Africa", *World Politics*, 41, (3), pp. 407-430.
- Brempong, Arhin (2000), "The Role of Nana Yaa Asantewaa in the 1900 Asante War of Resistance", *Le Griot*, VIII, pp. 97-110.
- Cardoso, Miguel (1986), "A Autoridade Democrática e o Sistema de Autorização Política: Um Conceito e um Modelo", *Análise Social*, XXII (91), pp. 231-257.
- Casanova, José (1995), "Uma Avaliação Conceptual do 'Habitus'", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (18), pp. 45-68.
- Charney, Craig (1987), "Political Power and Social Class in the Neo-Colonial African State", *Review of African Political Economy*, 14, (38), pp. 48-65.
- Chazan, Naomi (1992), "Africa's Democratic Challenge: Strengthening Civil Society and the State", *World Policy Journal*, IX, (2), pp. 279-307.
- Clapham, Christopher (1993), "Democratisation in Africa: Obstacles and Prospects", *Third World Quarterly*, 14, (3), pp. 423-438.
- Cohen, Dennis (1970), "The Convention People's Party of Ghana: Representational or Solidarity Party?", *Canadian Journal of African Studies*, IV, (2), pp. 173-194.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1983), "A propos des Racines Historiques du Pouvoir: 'chefferie' et 'Tribalisme'", *Pouvoirs*, 25, pp. 51-62.
- Crook, Richard (2005), "The Role of Traditional Institutions in Political Change and Development?", *CDD/ODI Policy Brief*, (4).
- Crowder, Michael (1964), "Indirect Rule - French and British Style", *Africa*, XXXIV, (3), pp. 197-205.
- Daaku, Kwame (1966), "Pre-Ashanti States", *Ghana Notes and Queries*, (8), pp. 10-13.
- Dantzig, Albert van (1970), "A Note on 'The State Sword, a Pre-Ashanti Tradition'", *Ghana Notes and Queries*, (11).
- Dapper, Olefert (1966) [1670], "The Akan Forest States", *Ghana Notes and Queries*, (8), pp. 15-17.
- Darbon, Dominique (1990), "L'État Prédateur", *Politique Africaine*, (39), pp. 37-45.
- Dartey-Baah, Kwasi (2015), "Political Leadership in Ghana: 1957 to 2010", *African Journal of Political Science and International Relations*, 9, (2), pp. 49-61.
- Delaunay, Karine (1989), "La Côte de L'Or Vue Par Les Européens aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> Siècles", *Cahiers d'Études Africaines*, XXIX, (115-116), pp. 447-455.
- Deschamps, Hubert (1963), "Et Maintenant, Lord Lugard?", *Africa*, XXXIII, (4), pp. 293-305.
- Diamond, Larry (1987), "Class formation in the Swollen African State", *The Journal of Modern African Studies*, 25, (4), pp. 567-596.
- Drah, Francis (1992), "Nkrumah and Constitutional Democracy: 1949-1966 Revisited", *Research Review*, VIII, (1&2), pp. 1-27.
- Ekeh, Peter (1975), "Colonialism and the Two Publics in Africa: A Theoretical Statement", *Comparative Studies in Society and History*, 17, (1), pp. 91-112.



- Englebert, Pierre (1997), "The Contemporary African State: Neither African nor State", *Third World Quarterly*, 18, (4), pp. 767-775.
- Englebert, Pierre (2002), "Patterns and Theories of Traditional Resurgence in Tropical Africa", *Mondes en Développement*, 30, (118), pp. 51-64.
- Fernandes, António (2006), "O Campo Político", *Sociologia*, (16), pp. 41-85.
- Fisiy, Cyprian (1995), "Chieftaincy in the Modern State: An Institution at the Crossroads of Democratic Change", *Paideuma*, 41, pp. 49-62.
- Fynn, John (1965), "The Reign and Times of Kusi Obodum, 1750-64", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, VIII, pp. 24-32.
- Fynn, John (1966), "The Rise of Ashanti", *Ghana Notes and Queries*, (8), pp. 24-30.
- Fynn, John (1974), "The Structure of Greater Ashanti: Another View", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, XV, (1), pp. 1-22.
- Geschiere, Peter (1993), "Chiefs and Colonial Rule in Camerron: Inventing Chieftaincy, French and Brithis Style", *Africa*, 63, (2), pp. 151-175.
- Hagan, George (1968), "The Golden Stool and the Oaths to the King of Ashanti", *Research Review*, IV, (3), pp. 1-33.
- Hagan, George (1971), "Ashanti Bureaucracy: A Study of the Growth of Centralized Administration in Ashanti From the Time of Osei Tutu to the Time of Osei Tutu Kwamina Esibe Bonsu", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, XII, pp.43-62.
- Hagan, George (1980), "The Rule of Law in Asante: A Traditional Akan State", *Presence Africaine*, (113), pp. 193-208.
- Helman, Gerald e Steven Ratner (1992-1993), "Saving Failed States", *Foreign Policy*, (89), pp. 3-20.
- Henige, David (1975), "Akan Stool Succession Under Colonial Rule – Continuity or Change?", *The Journal of African History*, XVI, (2), pp. 285-301.
- Hurtig, Serge (1966), "Uma Introdução à Sociologia Política", *Análise Social*, IV, (13), pp. 74-107.
- Irwin, Graham (1961), "The Origins of Ghana", *Universitas*, IV, (5), pp. 23-39.
- Jackson, Robert e Carl Rosberg (1982a), "Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood", *World Politics*, 35, (1), pp. 1-24.
- Jackson, Robert e Carl Rosberg (1984), "Personal Rule: Theory and Practice in Africa", *Comparative Politics*, 16, (4), pp. 421-442.
- Jacquemot, Pierre (2007), "Chefferies et Décentralisation au Ghana", *Afrique Contemporaine*, 221, pp. 55-74.
- Janeira, Ana (1972), "Ruptura Epistemológica, Corte Epistemológico e Ciência", *Análise Social*, 2, 9 (34), pp. 629-644.
- Jockers, Heinz *et al.* (2010), "The Successful Ghana Election of 2008: A Convenient Myth?", *Journal of Modern African Studies*, XLVIII, (1), pp. 95-115.

- Kaplan, Robert (1994), "The Coming Anarchy: How Scarcity, Crime, Overpopulation, Tribalism, and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet", *Atlantic Monthly*, 273, (2), pp. 44-76.
- Kasfir, Nelson (1983), "Relating Class to State in Africa", *Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, 21, (3), pp. 1-20.
- Kasfir, Nelson (1998), "Civil Society, the State and Democracy in Africa", *Commonwealth & Comparative Politics*, 36, pp. 123-149.
- Kessel, Ineke e Barbara Oomen (1997), "'One Chief, One Vote': The Revival of Traditional Authorities in Post-Apartheid South Africa", *African Affairs*, (96), pp. 561-585.
- Killingray, David (1986), "The Maintenance of Law and Order in British Colonial Africa", *African Affairs*, 85, (340), pp. 411-437.
- Kraus, Jon (1969), "On the Politics of Nationalism and Social Change in Ghana", *The Journal of Modern African Studies*, VII, (1), pp.107-130.
- Kyerematen, Alex (1969), "The Royal Stools of Ashanti", *Africa*, XXXIX, (1), pp. 1-10.
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios Individuais de Disposições – Para Uma Sociologia à Escala Individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), pp. 11-42.
- Lewis, Herbert (1966), "The Origins of African Kingdoms", *Cahiers d'Études Africaines*, 23, pp. 402-407.
- Lewis, Martin (1962), "One Hundred Million Freemen: The 'Assimilation' Theory in French Colonial Policy", *Comparative Studies in Society and History*, IV, pp.129-149.
- Leys, Colin (1976), "The 'Overdeveloped' Post Colonial State: A Re-evaluation", *Review of African Political Economy*, 3, (5), pp. 39-48.
- Lonsdale, John (1981), "States and Social Processes in Africa: A Historiographical Survey", *African Studies Review*, 24, (2-3), pp. 139-225.
- Martin, Guy (1982), "Africa and the Ideology of Eurafica: Neo-Colonialism or Pan-Africanism?", *The Journal of Modern African Studies*, 20, (2), pp. 221-238.
- Mbembe, Achille (1992), "Provisional Notes on the Postcolony", *Africa: Journal of the International African Institute*, 62, (1), pp. 3-37.
- McCaskie, Thomas (1984a), "Drake's Fate: A Curiosity Concerning a Spurious Visit to Asante in 1839", *History in Africa*, 11, pp.223-236.
- McCaskie, Thomas (1984b), "Ahyiamu – 'A Place of Meeting': An Essay on Process and Event in the History of the Asante State", *The Journal of African History*, XXV, (2), pp.169-188.
- McCaskie, Thomas (1985), "Power and Dynastic Conflict in Mampon", *History in Africa*, XII, pp. 167-185.
- McCaskie, Thomas (1986), "Komfo Anokye of Asante: Meaning, History and Philosophy in an African Society", *The Journal of African History*, XXVII, pp. 315-339.
- McCaskie, Thomas (2000), "The Golden Stool at the End of the Nineteenth Century: Setting the Record Straight", *Ghana Studies*, (3), pp. 61-96.

- McCaskie, Thomas (2005), "Sakrobundi ne Aberewa – Sie Kwaku the Witch-Findes in the Akan World", *Journal des Africanistes*, LXXV, (1), pp. 101-113.
- McCaskie, Thomas (2007), "Denkyira in the Making of Asante, c.1660-1720", *The Journal of African History*, XLVIII, pp.1-25.
- Médard, Jean-François (1990), "L'État Patrimonialisé", *Politique Africaine*, (39), pp. 25-36.
- Mensah-Brown, Anthony (1967), "An African Chieftaindom in Modern Ghana", *Presence Africaine*, (62), pp. 94-120.
- Mensah-Brown, Anthony (1969), "Chiefs and the Law in Ghana", *Journal of African Law*, XIII, (2), pp. 57-63.
- Meyerowitz, Eva (1965), "Villages Founded in Nkwanta State (1650-1750)", *Ghana Notes and Queries*, (7), pp. 12-20.
- Miller, Norman (1968), "The Political Survival of Traditional Leadership", *Journal of Modern African Studies*, 6, (2), pp. 183-201.
- Muller, Louise (2008), "The Reality of Spirits? A Historiography of the Akan Concept of 'Mind'", *Quest: An African Journal of Philosophy*, XXII, pp.163-184.
- Munslow, Barry (1993), "Democratisation in Africa", *Parliamentary Affairs*, 46, (4), pp. 478-490.
- Nettl, John (1968), "The State as a Conceptual Variable", *World Politics*, 20, (4), pp. 559-592.
- Niangoran-Bouah, Georges (1973), "Symboles Institutionnels Chez les Akan", *L'Homme*, XIII, (1-2), pp. 207-232.
- Niangoran-Bouah, Georges (1982): "La drummologie: qu'est-ce que c'est?", *Kasa Bya Kasa*, 1, pp. 50-86.
- Ninsin, Kwame (1987), "Ghanaian Politics After 1981: Revolution or Evolution?", *Canadian Journal of African Studies*, XXI, (1), pp. 17-37.
- Nugent, Paul (1996b), "An Abandoned Project? The Nuances of Chieftaincy, Development and History in Ghana's Volta Region", *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, (37&38), pp. 203-225.
- Obeng, Pashington (2000), "Yaa Asantewaa's War of Independence: Honoring and Ratifying an Historic Pledge", *Ghana Studies*, (3), 137-152.
- Olse, William (2002/3), "Children for Death: Money, Wealth, and Witchcraft Suspicion in Colonial Asante", *Cahiers d'Études Africaines*, (167), pp. 521-550.
- Olufemi, Vaughan (1988) "Les Chefs Traditionnels Face au Pouvoir Politique" *Politique Africaine*, 32, pp. 44–56.
- Osaghae, Eghosa (1989), "The Character of the State, Legitimacy Crisis and Social Mobilisation in Africa: An Explanation of Form and Character", *Africa Development*, 14, (2), pp. 27-47.
- Owusu-Mensah, Isaac (2013), "Politics, Chieftaincy and Customary Law in Ghana", *Tradition and Justice*, (s.n.), pp. 31-48.
- Parker, John (2004), "Witchcraft, Anti-Witchcraft and Trans-Regional Ritual Innovation in Early Colonial Ghana: Sakrobundi and Aberewa, 1889-1910", *Journal of African History*, 45, pp. 393-420.

- Perbi, Akosua (1991), "Mobility in Pre-Colonial Asante From a Historical Perspective", *Research Review*, 7 (1 & 2), pp. 72-86).
- Perrot, Claude-Hélène (2005), "Du Visible à L'Invisible: Les Supports du Pouvoir en Pays Akan (Afrique de L'Ouest)", *Bulletin du Centre de Recherche du Château de Versailles, Objects et Insignes du Pouvoir*, mis en ligne le 19 Mars 2008. URL: <http://crcv.revues.org/index359.html>.
- Pescheux, Gérard (2004), "Centre, Limite, Frontière Dans le Royaume Asante Précolonial", *Journal des Africanistes*, LXXIV, (1&2), pp. 180-201.
- Pinto, José (1984), "Epistemologia e Didáctica da Sociologia", *Análise Social*, (14), pp. 47-75.
- Pinto, José (1985), "Questões de Metodologia Sociológica (III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, pp.133-156.
- Pires, Rui (2007), "Árvores Conceptuais: Uma Reconstrução Multidimensional dos Conceitos de Acção e Estrutura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (53), pp. 11-50.
- Plank, David (1993), "Aid, Debt, and the End of Sovereignty: Mozambique and its Donors", *The Journal of Modern African Studies*, 31, (3), pp. 407-430.
- Priestley, Margaret e Ivor Wilks (1960), "The Ashanti Kings in the Eighteenth Century: A Revised Chronology", *The Journal of African History*, I, (1), pp. 83-96.
- Proctor, Jesse (1968), "The House of Chiefs and the Political Development of Botswana", *Journal of Modern African Studies*, 6, (1), pp. 59-79.
- Ray, Donald (1996), "Divided Sovereignty – Traditional Authority and the State in Ghana", *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, (37&38), pp. 181-202.
- Ray, Donald e Emile Rouveroy van Nieuwaal (1996), "The New Relevance of Traditional Authorities in Africa: The Conference; Major Themes; Reflections on Chieftaincy in Africa; Future Directions", *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, (37&38), pp. 1-38.
- Richards, Audrey (1960b), "Social Mechanisms for the Transfer of Political Rights in Some African Tribes", *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 90, (2), pp. 175-190.
- Rothchild, Donald e Emmanuel Gyimah-Boadi (1981), "Ghana's Return to Civilian Rule", *Africa Today*, XXVIII, (1), pp. 3-16.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1987a), "Modern States and Chieftaincy in Africa", *Journal of Legal Pluralism*, (25/26), pp. 1-46.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1987b), "Chef Coutumier au Togo: Un Métier Difficile", *Politique Africaine*, (27), pp. 9-29.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1991), "The Togolese Chiefs: Caught Between the Scylla and Charibdis?", *Afrika Focus*, (2), pp. 121-152.
- Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1996), "State and Chiefs: Are Chiefs Mere Puppets?", *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, (37/38), pp. 39-78.
- Ryan, Selwyn (1970), "The Theory and Practice of African One Partyism: The CPP Re-Examined", *Canadian Journal of African Studies*, IV, (2), pp. 145-172.
- Sanders, James (1979), "The Expansion of the Fante and the Emergence of Asante in the Eighteenth Century", *The Journal of African History*, XX, (3), pp. 349-364.

- Schiffer, Harriet (1970), "Local Administration and National Development: Fragmentation and Centralization in Ghana", *Canadian Journal of African Studies*, IV, (1), pp. 57-75.
- Schildkrout, Enid (1970), "Strangers and Local Government in Kumasi", *The Journal of Modern African Studies*, VIII, (2), pp. 251-269.
- Shinnie, Peter (2005), "Early Asante and European Contacts", *Journal des Africanistes*, LXXV, (2), pp. 25-42.
- Skinner, Elliot (1968), "The 'Paradox' of Rural Leadership: A Comment", *The Journal of Modern African Studies*, 6, (2), pp. 199-201.
- Terray, Emmanuel (1976), "Contribution à Une Étude de L'Armée Asante", *Cahiers d'Études Africaines*, XVI, (61-62), pp. 297-356.
- Terray, Emmanuel (1977), "Asante au XIX<sup>e</sup> Siècle", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, (2), pp. 311-325.
- Terray, Emmanuel (1986), "L'État, le Hazard et la Nécessité: Réflexions Sur Une Histoire", *L'Homme*, XXVI, (97-98), pp. 213-224.
- Terray, Emmanuel (1988), "Le Débat Politique Dans les Royaumes de L'Afrique de l'Ouest. Enjeux et Formes", *Revue Française de Science Politique*, (5), pp. 720-731.
- Terray, Emmanuel (1994), "Le Pouvoir, le Sang et la Mort Dans le Royaume Asante au XIX<sup>e</sup> siècle", *Cahiers d'Études Africaines*, XXXIV, (136), pp. 549-561.
- Tipps, Dean (1973), "Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective", *Comparative Studies in Society and History*, 15, pp. 199-226.
- Ubink, Janine e Julian Quan (2008), "How to Combine Tradition and Modernity? Regulating Customary Land Management in Ghana", *Land Use Policy*, (25), pp. 198-213.
- Von Trotha, Trutz (1996), "From Administrative to Civil Chieftaincy: Some Problems and Prospects of African Chieftaincy", *Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, (37/38), pp. 79-108.
- Ward, William (1974), "Britain and Ashanti, 1874-1896", *Transactions of the Historical Society of Ghana*, XV, (2), pp.131-164.
- Welch, Claude (1991), "The Single Party Phenomenon in Africa", *TransAfrica Forum*, 8, (3), pp. 85-94.
- Wilks, Ivor (1961), "The Northern Factor in Ashanti History: Begho and the Mande", *The Journal of African History*, II (1) pp. 25-34.
- Wilks, Ivor (1966), "Aspects of Bureaucratization in Ashanti in the Nineteenth Century", *The Journal of African History*, VII, (2) pp. 215-232.
- Wilks, Ivor (1975a), "Wangara, Akan and Portuguese in the Fifteenth and Sixteenth Centuries", *Journal of African History*, (23), 3, pp. 333-349.
- Wilks, Ivor (1982a), "The State of the Akan and the Akan States: A Discussion", *Cahiers d'Études Africaines*, XXII, (87-88), pp. 231-249.
- Wilks, Ivor (2000), "Asante at the End of the Nineteenth Century: Setting the Record Straight", *Ghana Studies*, (3) pp. 13-59.
- Wilks, Ivor (2005), "The Forest and the Twis", *Journal des Africanistes*, LXXV, (1) pp. 17-75.

Young, Crawford (2004), “The End of the Post-Colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics”, *African Affairs*, 103, pp. 23-49.

Young, Tom (1993), “Elections and Electoral Politics in Africa”, *Africa*, 63, (3), pp. 299-312.

Zajackowski, Andrzej (1960), “La Famille, le Lignage et la Communauté Villageoise Chez les Ashanti de la Période de Transition”, *Cahiers d’Études Africaines*, I, (4), pp. 99-114.

Zajackowski, Andrzej (1963), “La Structure du Pouvoir Chez les Ashanti de la Période de Transition”, *Cahiers d’Études Africaines*, III, (12), pp. 458-473.

Zolberg, Aristide (1992), “The Specter of Anarchy: African States Verging on Dissolution”, *Dissent*, 39, (3), pp. 303-311.

## **7 | ARTIGOS DE IMPRENSA**

*Freshplaza*, de 24 de Maio, de 2016, “Ghana: Papaya Export Frustrated by Drought and Bureaucracy”.

*Ghana News Agency*, de 7 de Junho, de 2017, “MMDAs Warned Against Excessive Bureaucracy”.

*Ghanaweb*, de 24 de Outubro, de 2013, “Killing Ghana Softly: Incompetence and a Bloated Bureaucracy”.

*Graphic Online*, de 12 de Abril, de 2017, “Excessive Bureaucracy in Civil Service Administration – A Dent in Nation Building”.

*Joyline*, de 15 de Fevereiro, de 2014, “Ghana’s Bureaucracy too Big. Cut Half, Pay the Rest Better”.

*Modern Ghana*, de 15 de Abril, de 2013, “Asantehene Leads the Way into Chieftaincy Modernization”.







## FOTOGRAFIAS

**FOTOGRAFIA 1** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II e o Tamborete de Ouro sentados no “Lugar de Estado”, no Manhyia Palace [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 2** | O *Ejisuhene*, Nana Oguakro Afrane Okese IV, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2011].



FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 3** | O *Juabenhene*, Nana Okyerefuo Otuo Serebour II (à esquerda), nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 4** | O *Mamponghehene*, Nana Daasebre Osei Bonsu II, nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2011].



FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 5** | O *Nsutahene*, Nana Adu Agyei Bonsafo III, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 6** | O *Beposohene*, Nana Boamah Kwabi IV, nas celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2012].



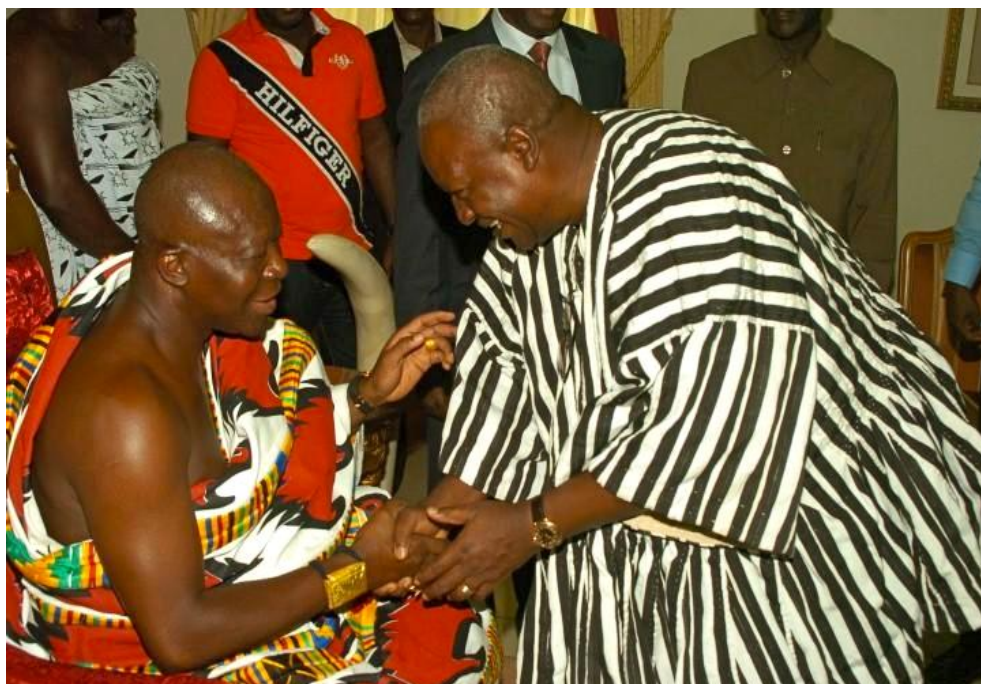
FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 7** | O *Kwamanghene*, Nana Barima Abeyie Ntori Nimpa II, nas celebrações do festival *Odwira* [Kumase, 2011].



FONTE | Manhyia Archives.

**FOTOGRAFIA 8** | O ex-Presidente da República do Gana, John Dramani Mahama, apresenta, após a sua vitória nas eleições presidenciais de Dezembro de 2012 (-2016), cumprimentos formais ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2013].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 9** | O ex-Presidente da República do Gana (2009-2012), John Atta Mills (falecido a 24 de Julho de 2012), apresenta, após a sua eleição em Janeiro de 2009, cumprimentos formais ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2009].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 10** | O ex-Presidente da República do Gana (2001-2009), John Agyekum Kufour, apresenta cumprimentos ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, durante as celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2007].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 11** | O ex-Presidente da República do Gana (1979/1981-1993/1993-2001), Jerry John Rawlings, apresenta cumprimentos ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, durante as celebrações do festival *Akwasidae* [Kumase, 2007].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 12** | O actual Presidente da República do Gana (2016-presente) e, à época (2008), candidato presidencial do NPP, Nana Akufo Addo (à esquerda), apresenta ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, em cerimónia formal, a sua recandidatura às eleições presidenciais de 2012 [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 13** | O ex-Presidente da República da África do Sul (1999-2008), Thabo Mbeki, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 14** | O ex-Presidente da Alemanha (2004-2010), Horst Köhler, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 15** | O Príncipe da Coroa Holandesa, Willem-Alexander, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2002].



FONTE | Manhyia Palace.

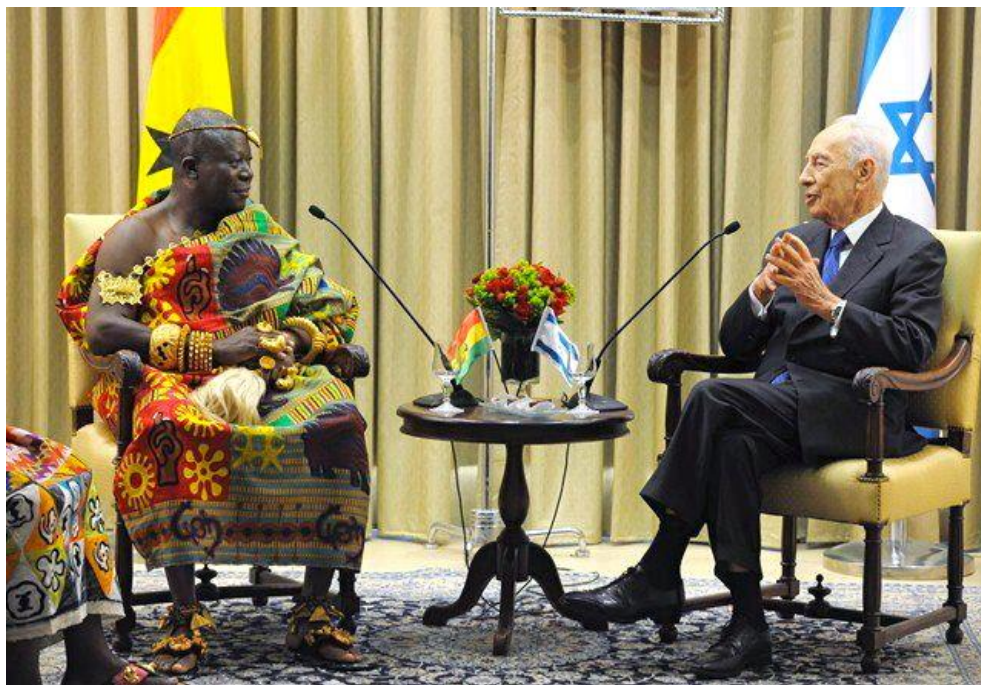
**FOTOGRAFIA 16** | O ex-Presidente do Banco Mundial (2005-2007), Paul Wolfowitz, cumpre visita de cortesia pessoal e diplomática ao *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, no Manhyia Palace [Kumase, 2007].



FONTE | Manhyia Palace.



**FOTOGRAFIA 17** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, é recebido com honras de Estado, pelo Presidente Shimon Peres, durante uma visita de diplomacia económica a Israel [Jerusalém, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 18** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, é recebido no Palácio Presidencial pelo Presidente Jakaya Kikwete, durante uma visita de diplomacia económica à Tanzânia [Dar es Salaam, 2011].



FONTE | Manhyia Palace.

**FOTOGRAFIA 19** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, enquanto convidado de honra, a proferir o discurso de abertura da 2<sup>nd</sup> *Norwegian-African Business Summit* [Oslo, 2012].



FONTE | Manhyia Palace.

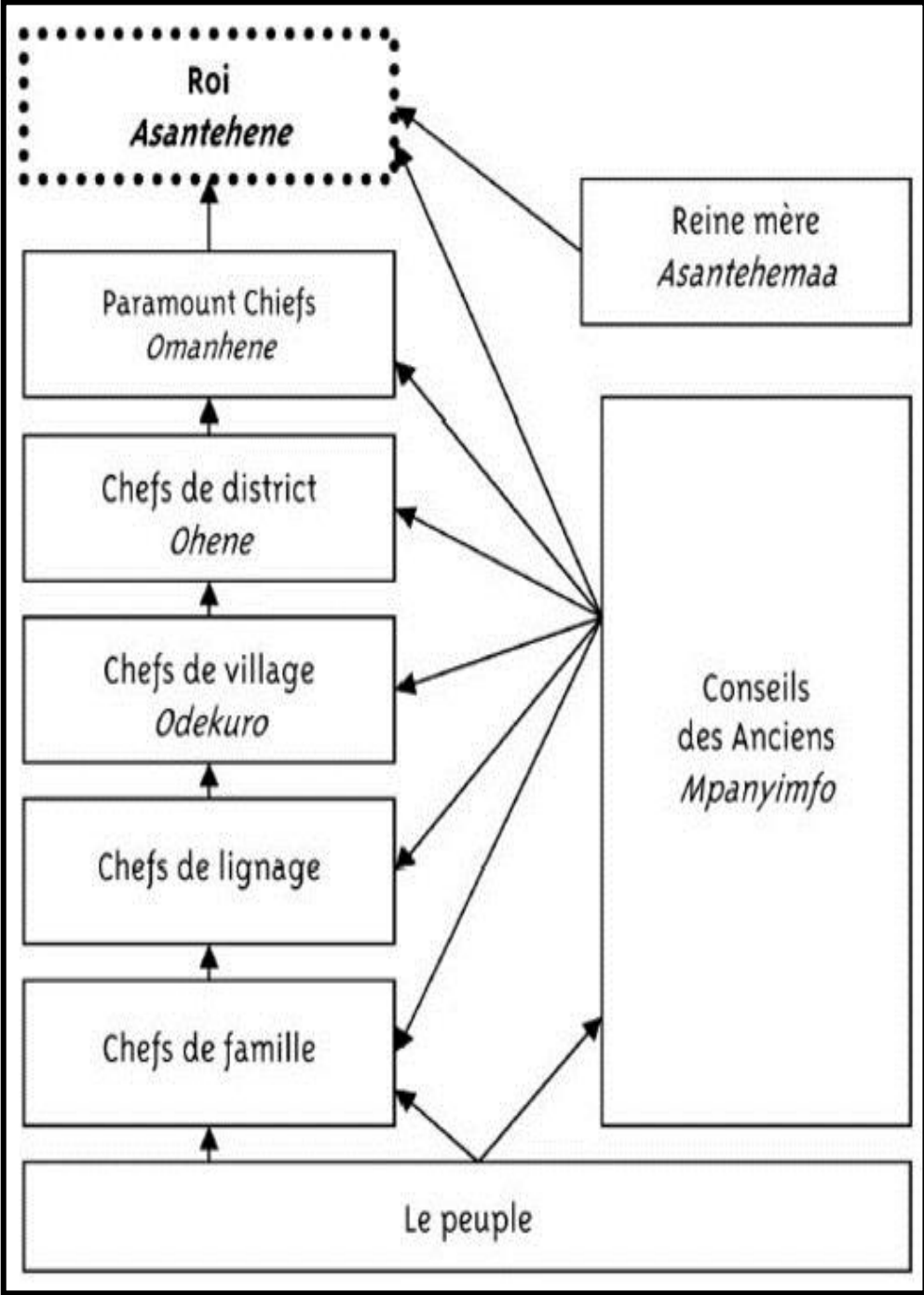
**FOTOGRAFIA 20** | O *Asantehene* Otumfuo Osei Tutu II, recebe pelas mãos de Sir John Carte, o Doutorado *Honoris Causa* que lhe foi outorgado pela *London Metropolitan University* [Londres, 2006].



FONTE | Manhyia Palace.

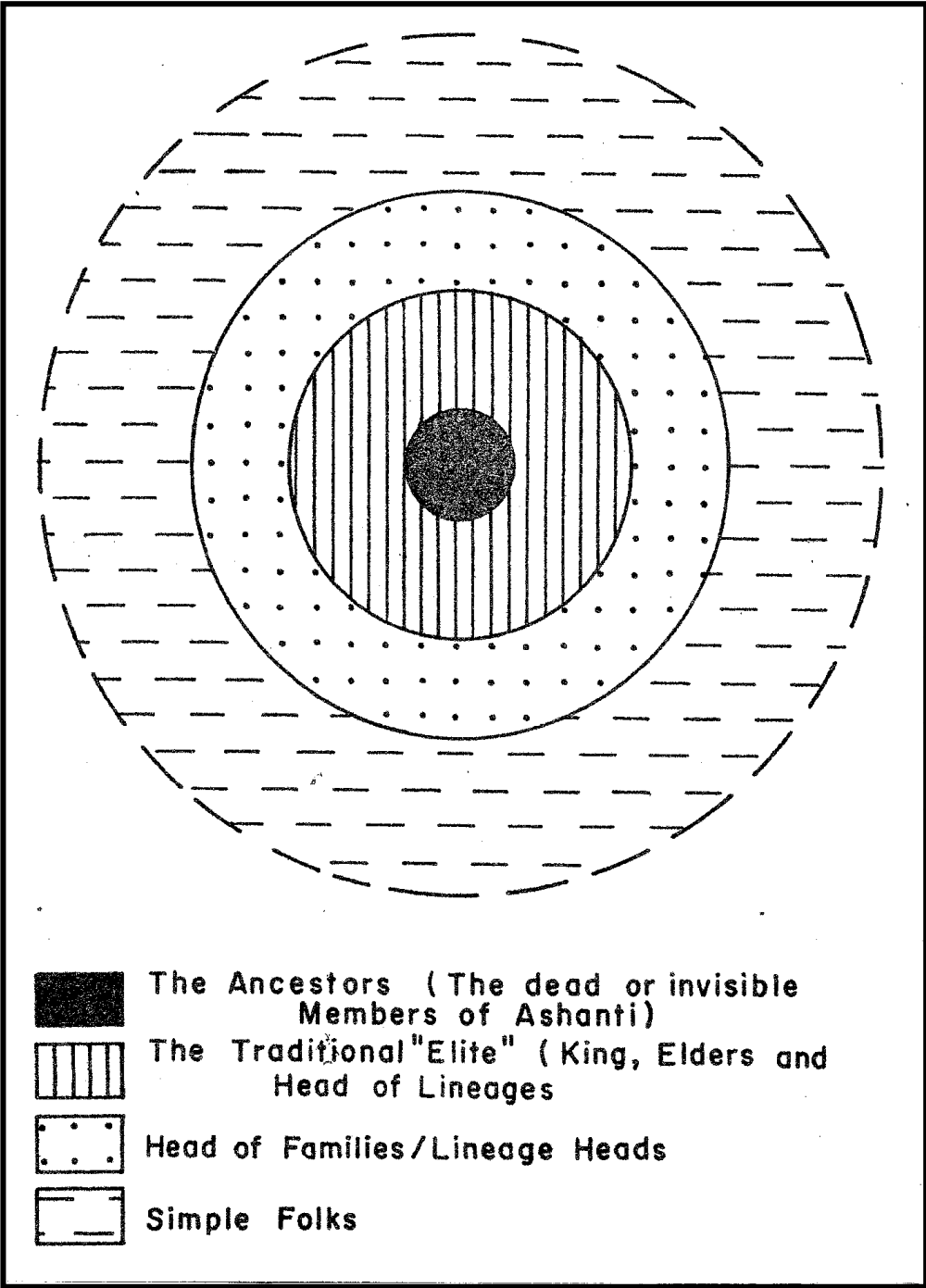
FIGURAS

FIGURA 1 | A hierarquia política e administrativa Asante.



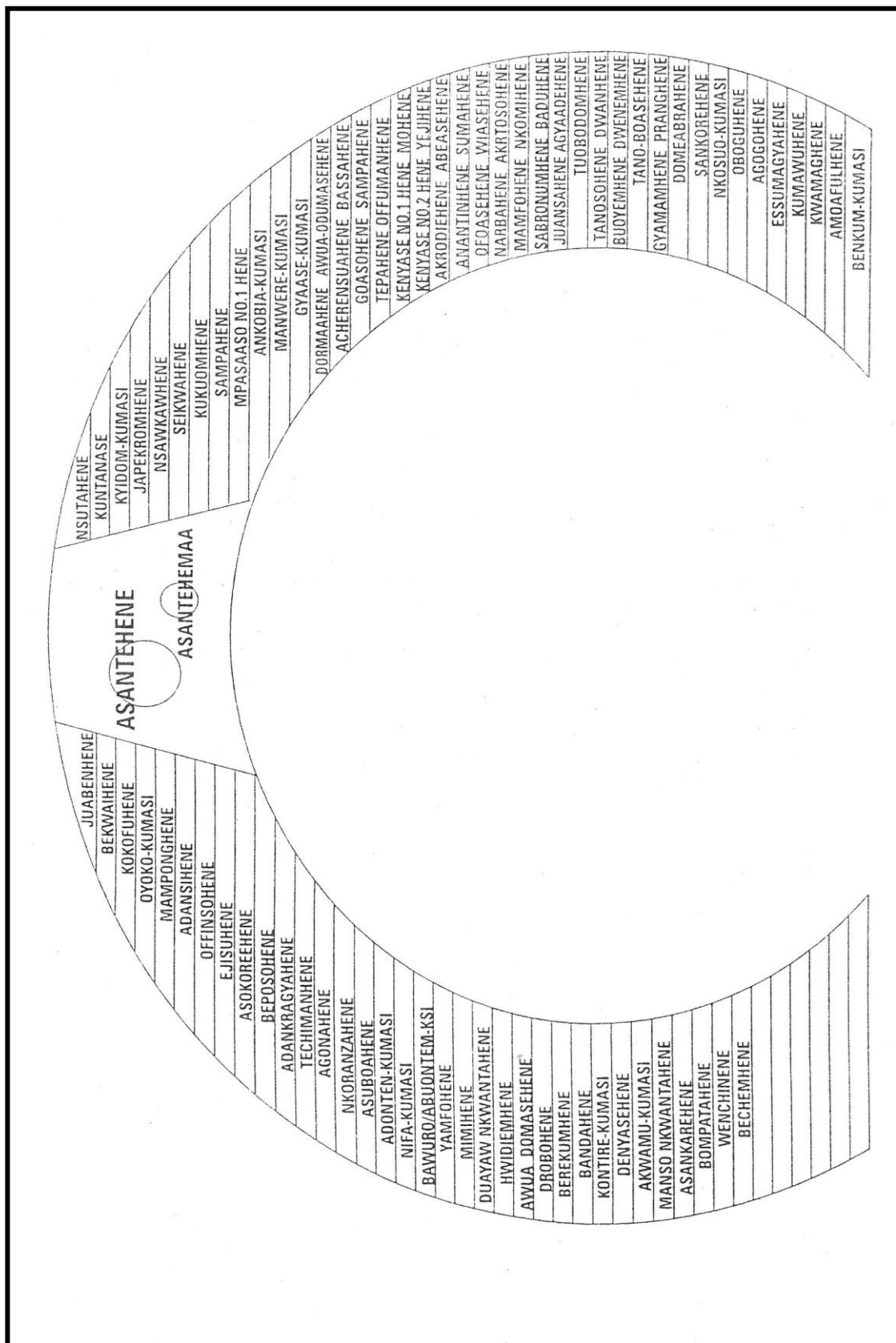
FONTE | Adaptado de Jacquemot, Pierre (2007), *op. cit.*

FIGURA 2 | A estrutura simbólica, política e social Asante.



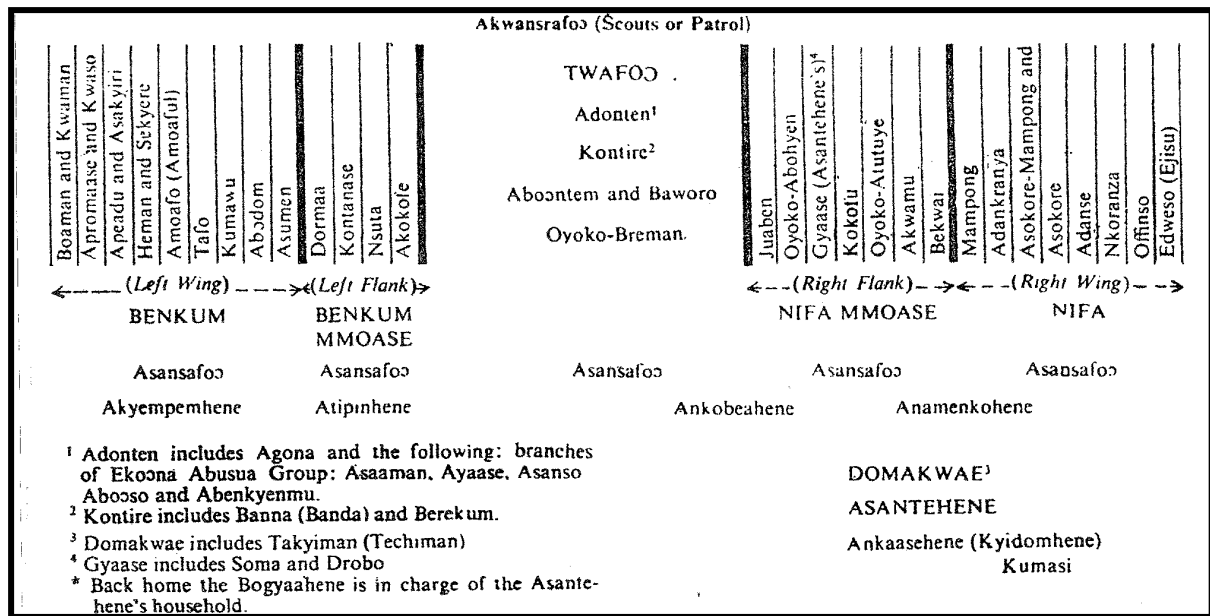
FONTE | Adaptado de Obeng, Ernest (1988), *op. cit.*

FIGURA 3 | A composição e a disposição do *Asantemanhyiamu*.



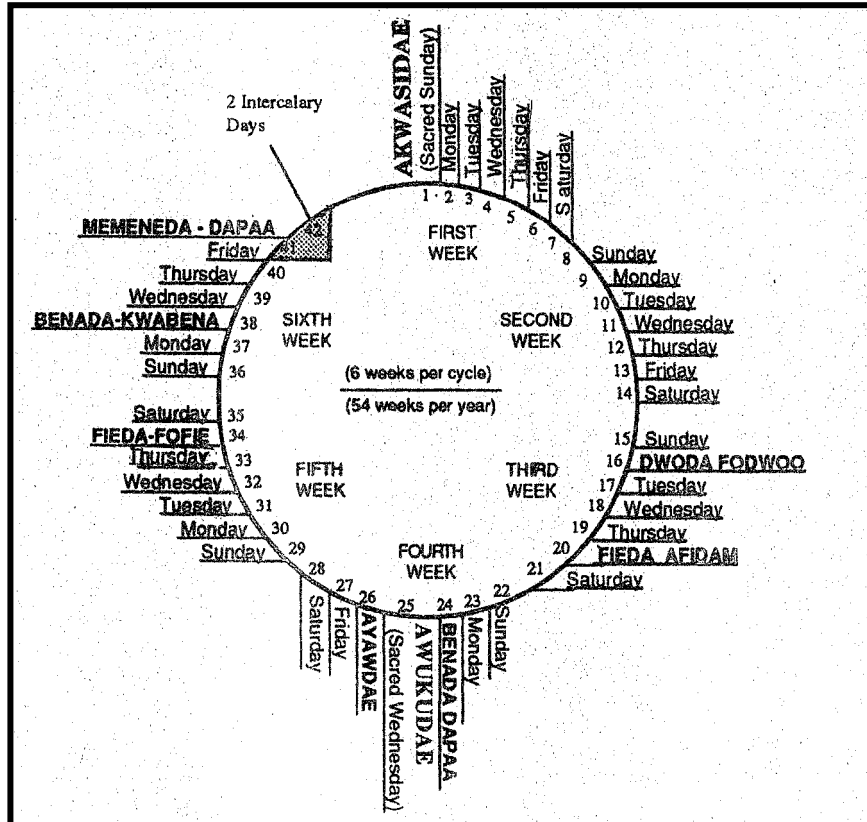
FONTE | Adaptado de Adjaye, Joseph (1996), *op. cit.*

FIGURA 4 | A composição e a disposição do exército Asante.



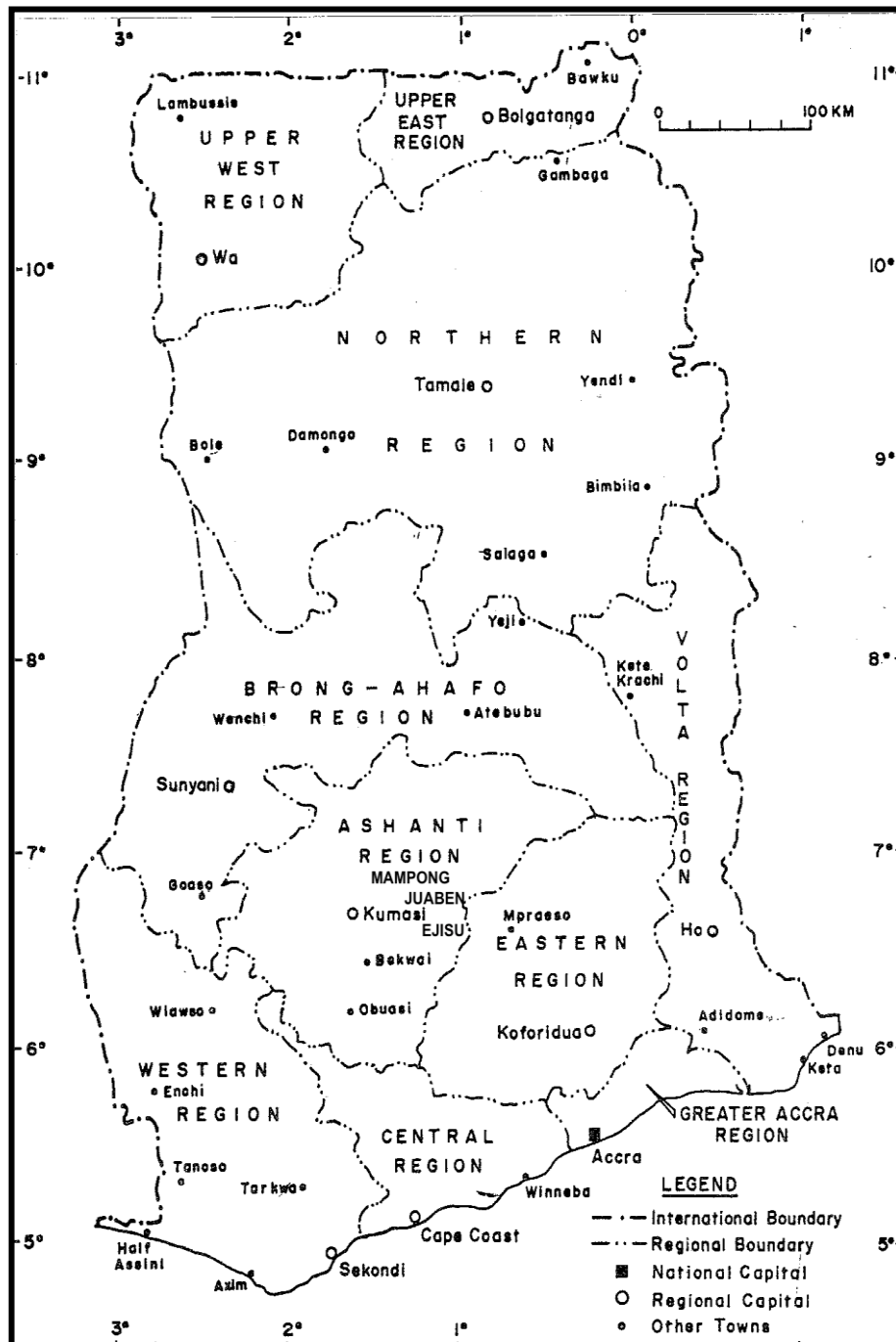
FONTE | Adaptado de Lloyd, Alan (1964), *op. cit.*

FIGURA 5 | O calendário Akan.



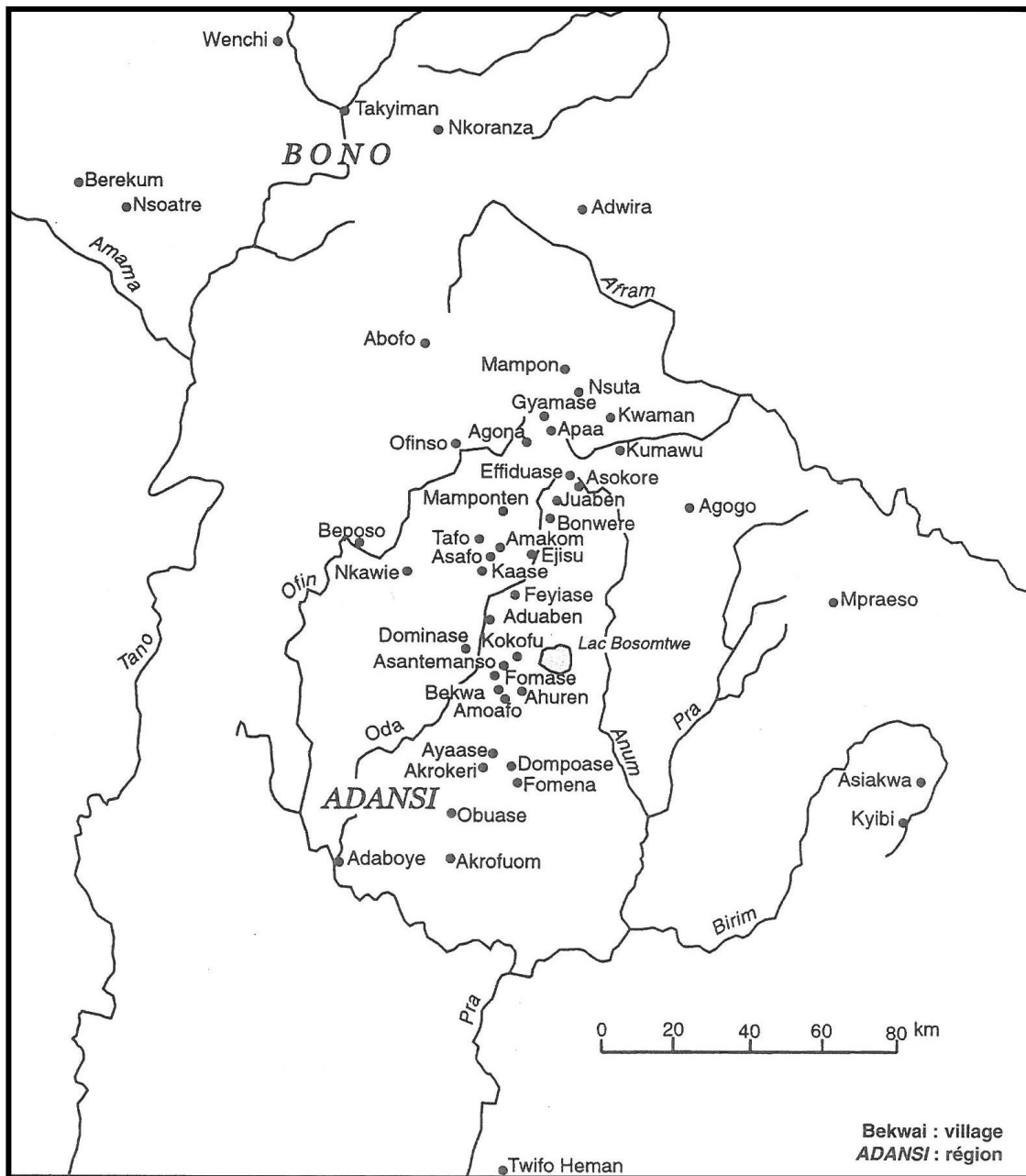
## MAPAS

MAPA 1 | O Gana actual [com localização dos distritos municipais de Ejisu-Juaben e Mampong].



FONTE | Adaptado de Oquaye, Mike (2004), *op. cit.*

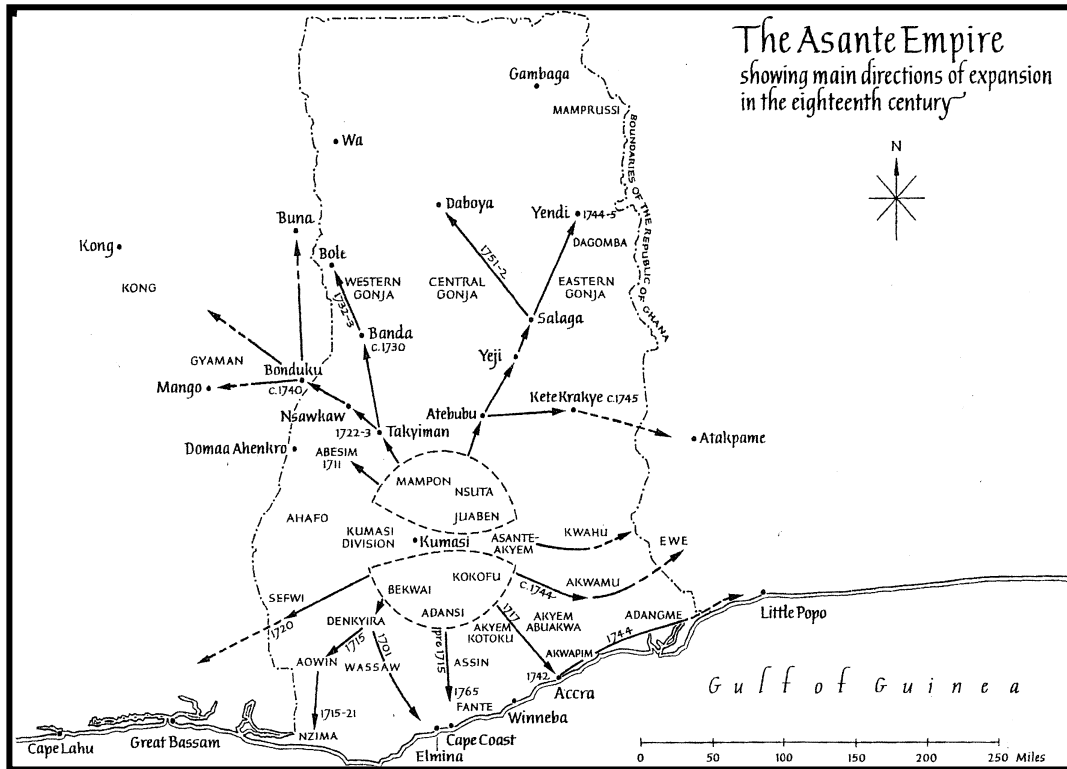
MAPA 2 | As áreas geográficas ocupadas pelos primeiros clãs matrilineares Akan.



FONTE | Adaptado de Pescheux, Gérard (2003), *op. cit.*

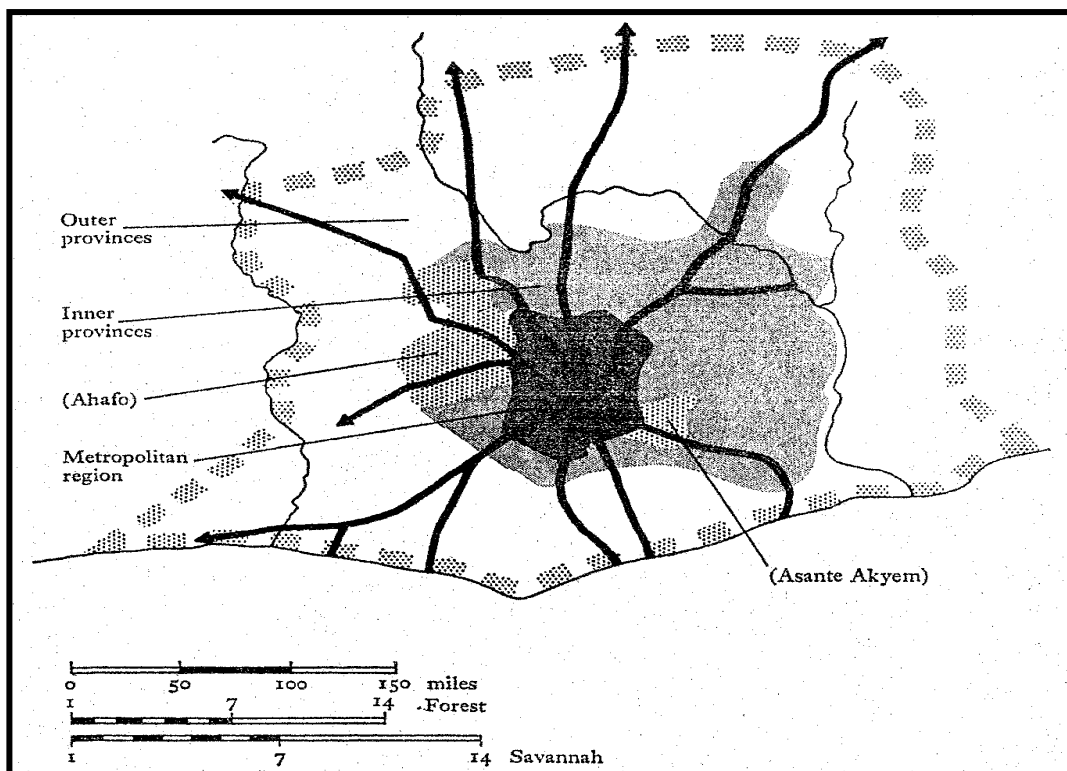


MAPA 3 | O Asanteman e os principais movimentos de expansão [séc. XVIII].



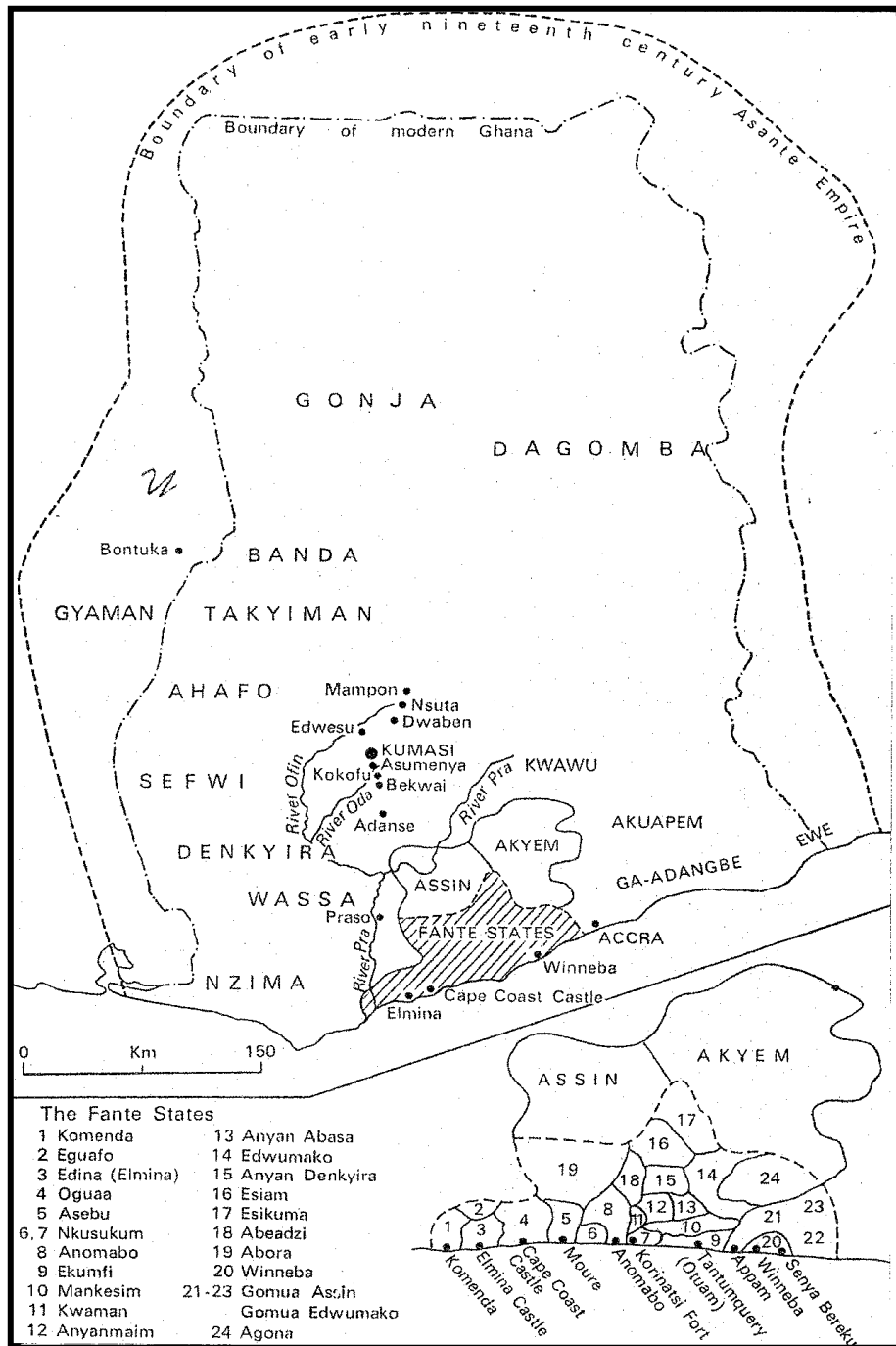
FONTE | Adaptado de Wilks, Ivor (1971), *op. cit.*

MAPA 4 | As regiões geo-políticas Asante.



FONTE | Adaptado de Wilks, Ivor (1975), *op. cit.*

MAPA 5 | O Asanteman e os Estados limítrofes [séc. XIX].



FONTE | Adaptado de Wilks, Ivor (1993), *op. cit.*